

ISBN: 978-65-986095-1-1



coimi.net



CONGRESSO
INTERNACIONAL

MUNDOS INDÍGENAS, AMÉRICA:

 **20-23** DE AGOSTO
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

ARTE, CULTURA,
ANCESTRALIDADE E
PERSPECTIVAS PARA
O BEM-VIVER

Caderno de Resumos

Realização



Apoio



Parcerias





V CONGRESSO INTERNACIONAL MUNDOS INDÍGENAS, AMÉRICA (V COIMI, ABYA YALA): ARTE, CULTURA, ANCESTRALIDADE E PERSPECTIVAS PARA O BEM-VIVER

INSTITUIÇÃO EXECUTORA

Universidade Federal de Roraima, Brasil
Data de execução: 20 a 23 de agosto de 2024
Endereço eletrônico: <https://coimi.net/>

INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS/COLABORADORAS

CHAM – Centro de Humanidades, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Programa de Pós-Graduação em História (PPGH)
Universidade Federal de Campina Grande
Universidade Pablo Olavide, Sevilha, Espanha
Universidade Sorbonne Nouvelle, França

**COORDENAÇÃO GERAL DO COIMI NO ÂMBITO DO GRUPO DE PESQUISA INTERNACIONAL
“SEMINÁRIO PERMANENTE MUNDOS INDÍGENAS – SEPMIAI”**

Juciene Ricarte Cardoso Tarairiú - PPGH/UFCG, e CHAM/NOVA FCSH - Universidade Nova de Lisboa, Portugal

**COORDENAÇÃO GERAL DO V COIMI, ABYA YALA (AMÉRICA) NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RORAIMA, BRASIL**

José Geraldo Ticianelli (Presidente de Honra)
Fábio Almeida de Carvalho - Insikiran - PPGL/UFR

COMISSÃO ORGANIZADORA DA UNIVERSIDADE DE RORAIMA

Amarildo Ferreira Júnior/UFR
Ananda Machado, UFR
Catarina Janira Padilha, UFR/UNESA
Comunidade Tabalasacada, egressos da UFR
Danielle Trindade, UFR
Denis Viana de Souza, UERR/PPGE
Fabíola C. Almeida de Carvalho, UFR
Fernando José Ciello, UFR
Fernando Yekuana Gimenes, UFR
Francilene Rodrigues dos Santos, UFR





Hanna Limulja, UFRR
Isabel Maria Fonseca Gondinho, UFRR
Jovina Mafrá dos Santos, UFRR
Madiana Valéria de Almeida Rodrigues, UFRR
Maria Alejandra Rosales Vera Barbosa, UFRR, BRASIL
Roberto Mibielli, PPGL/UFRR
Sheila Praxedes Pereira Campos, UFRR
Simone Rodrigues Batista Mendes, UFRR
Sony Ferseck, UFRR
Suênia Kdidiya de Araújo Feitosa, UFRR
Truduá Dorrico, UFRR
Verônica Prudente Costa, UFRR
Yasmim Trindade Rebelo, UFRR

COMISSÃO COLABORATIVA

Nayibe Gutierrez Montoya, Universidad Pablo de Olavide, Espanha
Ana Catarina Garcia, CHAM/NOVA FCSH - Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Pablo Ibanez Bonillo, HAM/NOVA FCSH - Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Brigitte Thiérion CREPAL - Universidade da Sorbonne, Paris – França
Fernando Simplício dos Santos, UNIR

COMISSÃO CIENTÍFICA

Adriano Israel Guerra, Dir. Programa História y Patrimonio
Agata Błoch, Instituto de História da Academia Polonesa de Ciências, Polônia
Ana Catarina Garcia, CHAM/NOVA FCSH-Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Ananda Machado, UFRR
Amarildo Ferreira Júnior, PPGSOF/UFRR
Associação Departamental de Antropólogos de La Paz, Bolívia)
Brigitte Thiérion CREPAL –Sorbonne Nouvelle, Paris – França
Carlos Benites, Universidade de Santiago de Compostela
Catarina Janira Padilha, Insikiran -UFRR/PPGE-UNESA - RJ
Celino Alexandre Raposo, UFRR
Cristina Brito, CHAM, NOVA FCSH-Universidade Nova de Lisboa
Danilo Braga Kaigang, UFRGS, Brasil
Danielle da Silva Trindade, Insikiran/UFRR
Denis Viana de Souza, UERR/PPGE
Fábio Almeida de Carvalho - Insikiran - PPGL/UFRR
Fabíola C. A. de Carvalho, Insikiran/UFRR
Fernando Yekuana Gimenes, UFRR
Fernando Simplício dos Santos, UNICAMP, BRASIL
Francilene Rodrigues dos Santos, UFRR





Graciela Gresores, Universidade Nacional de Jujuy, Argentina
Guillaume Candela, Brown University, Providence, Rhode Island, EUA
Hal Langfur, University at Buffalo, EUA
Hanna Limulja, Insikiran/UFRR
Inês Barbosa de Oliveira, PPGE/UNESA
Izabel Missagia, Universidade Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Izabela Guimarães Guerra Leal, UFPA
Isabel Maria Fonseca Gondinho, UFRR
João Pacheco de Oliveira, Museu Nacional, UFRJ, Brasil
Jocyléia Santana dos Santos, PPGE/PGEDA/UFT, Brasil
José Otávio de Aguiar, PPGH, UFCG, Brasil
Jovina Mafra dos Santos, UFRR
Leonardo Ferreira Peixoto, PPGed/UEA
Maria Adelina Amorim, CHAM, NOVA, FCSH, Universidade Nova de Lisboa
Maria Alejandra Rosales Vera Barbosa, UFRR, BRASIL
Maria de Lourdes Beldi, Universidade de São Paulo, Brasil
Maria Manso, Universidade de Évora, Portugal
Mariana Souza da Cunha, PRONAT/UFRR
Mayusa Isolina González Cauich, Intelectual, Povo Maia, México
Nayibe Gutiérrez – UNIVERSIDAD PABLO DE OLAVIDE
Neila Barbosa Osório, UMA/PPGE/UFT, Brasil
Nestor Daniel Vargas Córdoba, Universidad de Antioquia, Colombia
Pablo Ibáñez-Bonillo - CHAM, FCSH-Universidade Nova de Lisboa
Pascale De Robert, Institut de Recherche pour le Développement - IRD/PALOC, França
Pedro Celestino Pachaguay Yurja, Universidad Mayor de San Andrés, Bolívia
Rosilene Lagares, PPGE/PGEDA/UFT
Roberto Mibielli, PPGL/UFRR
Roseli Bernardo Silva dos Santos – PPGE/IFRR-UERR
Sandra Taborda Parra, Universidad Pablo de Olavide, Espanha
Sheila Praxedes Pereira Campos, PPGL/UFRR
Taciana de Carvalho Coutinho - UFAM
Tania Suely Azevedo Brasileiro, PPGSND/UFOPA
Sheila Praxedes Pereira Campos, UFRR
Simone Rodrigues Batista Mendes, Insikiran/UFRR
Suênia Kdijia de Araújo Feitosa, UFRR
Sony Ferseck, UFRR
Truduá Dorrico, UFRR
Verônica Prudente Costa, UFRR

ORGANIZAÇÃO DO CADERNO DE RESUMOS

Diêgo Silva Araújo
Com Tudo Propaganda





Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Congresso Internacional Mundos Indígenas,
América
(5.: 2024: Boa Vista, RR)
V Congresso Internacional Mundos
Indígenas, América (V COMI, ABYA, ABYA YALA)
[livro eletrônico]: arte, cultura,
ancestralidade e perspectivas para o bem-
viver / organização Diêgo Silva Araújo. --
1. ed. -- Boa Vista, RR:
Com Tudo Propaganda, 2024.
PDF

Vários autores.
Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-986095-1-1

1. América - História 2. Ancestralidade
3. Arte indígena 4. Cultura indígena I. Araújo,
Diêgo Silva. II. Título.

25-251586

CDD-306.089981

Índices para catálogo sistemático:

1. Cultura Indígena brasileira 306.089981
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129





APRESENTAÇÃO

O Congresso Internacional Mundos Indígenas (COIMI) é um evento bianual, criado no âmbito do grupo de pesquisa internacional Seminário Permanente Mundos Indígenas - Abya Yala (SEPMIAI) no Centro de Humanidades (CHAM / NOVA FCSH—UAC), na Universidade Nova de Lisboa, Portugal, em parceria com a Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil em meados de abril de 2015.

O grupo SEPMIAI - CHAM-UNL-PPGH/UFCG, a partir de 2017 executou o COIMI com o apoio da Universidade Pablo Olavide, Sevilha, Espanha, em 2018 em parceria com o Conselho de Ciência e Tecnologia CNPq realizou o II COIMI América em Campina Grande, Paraíba, Brasil e, em 2019 realizou-se o COIMI em Sorbonne Nouvelle, Paris, França.

A partir de então, as citadas instituições europeias passaram a realizar e apoiar o SEPMIAI e o COIMI oficialmente. O COIMI é um espaço de reflexão e debate sobre os temas vinculados aos povos indígenas na Abya Yala. Uma rede colaborativa com abrangência nacional e internacional para as discussões interdisciplinares sobre povos indígenas da América do passado e do presente.

No IV COIMI - ABYA YALA 2023 que aconteceu na Universidad del Magdalena, cidade de Santa Marta, Colômbia, objetivou-se ampliar os diálogos entre os investigadores indígenas e não indígenas, construir outros caminhos epistemológicos, políticos, decoloniais e interdisciplinares.

O V CONGRESSO INTERNACIONAL MUNDOS INDÍGENAS (COIMI), AMÉRICA (V COIMI, ABYA YALA): HISTÓRIA, ARTE, EDUCAÇÃO, CULTURA, ANCESTRALIDADE E PERSPECTIVAS PARA O BEM-VIVER aconteceu na Universidade Federal de Roraima de 20 a 23 de agosto de 2024 e pretendendo-se ampliar os diálogos entre os investigadores indígenas e não indígenas, construir outros caminhos epistemológicos, históricos, políticos, decoloniais e interdisciplinares sobre arte, educação, cultura, ancestralidade e perspectivas para o bem-viver, bem como ampliar o escopo da rede que vem sendo construída pelo COIMI com a integração de universidades brasileiras do norte do Brasil que têm trabalhos consolidados sobre as questões indígenas.

Nessa edição do Evento, deu-se particular importância à questão de que a educação, a cultura e as artes verbais indígenas são importantes repositórios de saberes ancestrais e estes saberes foram, e ainda são, contumazmente menosprezados pelas epistemologias ocidentais que, no período colonial e pós-colonial, excluíram-nos do cânone epistemológico por serem considerados produtos de povos tidos como “primitivos” e “ignorantes”, e cujos saberes herdariam as qualidades negativas atribuídas aos povos.

Em razão disso, a estes povos, historicamente, coube a posição de objeto das epistemologias ocidentais, as únicas consideradas relevantes, e nunca a posição de sujeitos de suas próprias epistemes. Não obstante, o V COIMI pretende ser um espaço de relações não hierárquicas entre saberes, que vai permitir a incorporação do conhecimento milenar dos povos originários ao “mainstream” científico.

Juciene Ricarte Cardoso Tarairiú - PPGH/UFCG, e CHAM/NOVA FCSH - Universidade Nova de Lisboa,
Portugal

Fábio Almeida de Carvalho - Insikiran - PPGL/UFRR





SUMÁRIO

SIMPÓSIO TEMÁTICO 1 - AQUELES QUE NÃO APRENDEM COM O PASSADO ESTÃO CONDENADOS A REPETI-LO!	31
POÉTICAS DA EXPROPRIAÇÃO	32
PRÁTICAS DE CUIDADO ANCESTRAIS DAS MULHERES BANIWAS EM TEMPO DE PANDEMIA NA CIDADE DE MANAUS	32
WAIMIRI-ATROARI: UMA HISTÓRIA SER CONTADA Luana Cássia Souza Coutinho de Oliveira Programa de pós-graduação em Educação para a Ciência Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" luana.coutinho@unesp.br	33
DIVERSIDADE CULTURAL: BRINCADEIRAS E JOGOS POPULARES NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	33
A CHICHA E O MARICO: MARCADORES CULTURAIS DOS POVOS DA TERRA INDÍGENA RIO GUAPORÉ-RONDÔNIA	34
SIMPÓSIO TEMÁTICO 2 - MOBILIZAÇÕES E MOVIMENTOS INDÍGENAS CONTEMPORÂNEAS NA AMAZÔNIA (1960-1980): CULTURA, IDENTIDADE E RELAÇÕES DE PODER	35
MOVIMENTOS INDÍGENAS EM RORAIMA: PODER E ALTERIDADE	36
CRIADORES DE GADO: EXPERIENCIA MACUXI COM O GADO BOVINO	36
NA SEMEADURA DA MEMÓRIA: HISTÓRIAS DE GENOCÍDIOS E A "ABERTURA DA PALAVRA" NAS TRILHAS DA POLÍTICA INDÍGENA (ALTO SOLIMÕES –AM, 1970-80).....	37
UMA LONGA DURAÇÃO DO INDIGENISMO BRASILEIRO: IDEOLOGIAS, PROTAGONISMO INDÍGENA E PODER TUTELAR ENTRE SPI E FUNAI – 1963-1968.....	37
LINGUAGEM E MEMÓRIA ANCESTRAL: A LEGÍTIMA HISTÓRIA NA LENTE DA MEMÓRIA SOCIAL	38
MEMÓRIA, GÊNERO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM TRAJETÓRIAS DE LIDERANÇAS INDÍGENAS EM SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ, ALTO SOLIMÕES/AMAZONAS (1970- 1990)	39
SIMPÓSIO TEMÁTICO 3 - ALIMENTAÇÃO INDÍGENA: ASPECTOS CULTURAIS, (IN) SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR.....	40
TERRITÓRIO, CORPO, ESPÍRITO: UMA CONCEPÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS EM MOVIMENTO PARA O DEBATE DE SOBERANIA ALIMENTAR	41
SABERES ANCESTRAIS ALIMENTARES E AGRÍCOLAS DO POVO TAUREPANG DE RORAIMA.....	41
PRÁTICAS AGRÍCOLAS E SOCIAIS EM COMUNIDADES INDÍGENAS DA SAVANA AMAZÔNICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017	42
RELAÇÃO ENTRE DESNUTRIÇÃO E DOENÇA CARDÍACA NA POPULAÇÃO YANOMAMI	42
ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO CONTEXTO DA ESCOLA INDÍGENA DO POVO BALATIPONÉ-UMUTINA	43
O USO DA CARTILHA DE ALIMENTAÇÃO TRADICIONAL DO POVO NUKINI COMO MATERIAL DIDÁTICO NO ENSINO DE LÍNGUAS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL, BRASIL.....	43
ÄDEEJA: PRÁTICAS ALIMENTARES DO POVO YE'KWANA	44





A CURA E ALIMENTO ANCESTRAL	44
BAHSÉ AHPOSE – OS RITOS DE ADOCICAMENTO DAS ÁGUAS E DOS PEIXES NA PRÁTICA DO TINGUIJAMENTO NO ALTO VAUPÉS	45
DA DAMORIDA COM BEIJU AO CONSUMO DOS ULTRAPROCESSADOS REFLEXÕES SOBRE SAÚDE E ALIMENTAÇÃO ENTRE O POVO MACUXI	46
O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO SOBRE TERRAS INDÍGENAS EM RORAIMA. O PROJETO DE GRÃOS DO GOVERNO DO ESTADO NA COMUNIDADE INDÍGENA BOQUEIRÃO 2021 – 2023	46
SIMPÓSIO TEMÁTICO 4 - POLÍTICAS PRÁTICAS INTERCULTURAIS INCLUSIVAS: TENSÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EQUIDADE PARA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA INTERCULTURAL NOS DIÁLOGOS COM OS COTIDIANOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	48
A VIVÊNCIA PEDAGÓGICA DA PROFESSORA DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS COM ALUNOS INDÍGENAS: UMA SAUDADE TRANSFORMADA EM LEMBRANÇAS E ESCRITAS REFLEXIVAS	49
A RELEVÂNCIA DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NA COMUNIDADE INDÍGENA SIZENANDO DINIZ/CANTÁ – RORAIMA, NA EFETIVAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE	50
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UM OLHAR PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA (GUARANI/KAIOWÁ) E INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE AMAMBÁI-MS	50
OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA DE CRIANÇAS INDÍGENAS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA	51
OS DESAFIOS DA DOCÊNCIA: O ENSINO DE LÍNGUA TAUREPANG E AS PRÁTICAS INTERCULTURAIS E INCLUSIVAS PARA APRENDIZAGEM DO ALUNO COM TDAH NA COMUNIDADE SOROCAIMA II - PACARAÍMA	52
TRABALHANDO COM AMOR AOS ESPECIAIS: OS DESAFIOS DA DOCÊNCIA INDÍGENA DE UM PROFESSOR AUXILIAR	52
MINHA JORNADA: DESAFIOS E APRENDIZADOS NA ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA LÍNGUA TAUREPANG	53
A PRÁTICA INCLUSIVA NO CONTEXTO ESCOLAR INDÍGENA: NARRATIVA DAS VIVÊNCIAS DO COTIDIANO DOCENTE	54
CRIANÇA INDÍGENA COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS INDÍGENAS: LIMITES E POSSIBILIDADES NO PROCESSO FORMATIVO DO MAGISTÉRIO	55
EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS ESCOLAS INDÍGENAS	56
A FALTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURA FÍSICA ADEQUADA PARA O ALUNO DEFICIENTE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL INDÍGENA	56
EDUCAÇÃO ESPECIAL E OS DESAFIOS ATUAIS NAS ESCOLAS INDÍGENAS	57
COMPREENDENDO A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO INDÍGENA	58
COMPARTILHANDO NOVOS MÉTODOS E CONHECIMENTOS DIFERENCIADOS DENTRO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO INDÍGENA	58





MEMÓRIAS DA FORMAÇÃO NO MAGISTÉRIO E O ESTUDO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO INDÍGENA	58
A APRENDIZAGEM PELA INTERFACE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	59
BAUKUPTA PANA'AINHAU: INCLUSÃO E DIFERENÇAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA.....	60
OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR INDÍGENA PARA O ATENDIMENTO DO ALUNO ESPECIAL NA ESCOLA.....	60
A EDUCAÇÃO ESPECIAL INDÍGENA E OS DESAFIOS NAS ESCOLAS INDÍGENAS	61
A EXISTÊNCIA DE ALUNOS INDÍGENA ESPECIAIS NA ESCOLA EST. INDÍG. KO'KO ISABEL MACUXI: DESAFIO QUE O TEMPO TRANSFORMOU EM PROPÓSITO HISTÓRICO, EDUCACIONAL E CULTURAL NA COMUNIDADE INDÍGENA ENSEADA EM UIRAMUTÃ.	62
O DESAFIO DIÁRIO E CRESCENTE DA INCLUSÃO NA ESCOLA EST. INDÍG. KO'KO ISABEL MACUXI, NA COMUNIDADE INDÍGENA ENSEADA EM UIRAMUTÃ.....	63
AS AÇÕES INCLUSIVAS NO PROCESSO EDUCACIONAL NA COMUNIDADE INDÍGENA BOCA DA MATA	63
SIMPÓSIO TEMÁTICO 5 - MULHERES INDÍGENAS NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E RELAÇÕES DE GÊNERO	65
MULHERES INDÍGENAS EM RORAIMA ENTRE O ALCANÇE E O AVANÇO DAS PERSPECTIVAS DE GÊNERO SOBRE A LEI MARIA DA PENHA.....	66
CORPOS E PAISAGENS.....	66
KARÂKODA: DE YUSIO À WISU, UM APRENDIZADO DE AVÓ.....	67
SIMPÓSIO TEMÁTICO 6 - LITERATURA, ARTE E MÚSICA INDÍGENA EM CONTEXTO DE MINORIAS	68
ARTE INDÍGENA E A GEOGRAFIA HUMANISTA	69
VOZES DOS POVOS INDÍGENAS: DESCOBRINDO AS NARRATIVAS TRADICIONAIS INDÍGENAS DOS ALUNOS DO IFRR CAMPUS AMAJARI	69
CINEMA INDÍGENA E MEIO AMBIENTE: UMA ENCRUZILHADA GERMINANTE E CONTRACOLONIAL NA PRODUÇÃO DE OLINDA TUPINAMBÁ	70
A ESCRITA INTERCULTURAL DE JOSÉPHINE BACON NO CONTEXTO DE ABYA AYLÁ.....	71
CAMINHOS ENTRE MAKUNAIMANDO E INIA E A VINGANÇA DO CAINAIMÉ -NA BUSCA DE UMA COR LOCAL – ASPECTOS DA CULTURA RORAIMENSE.....	71
O MITO DE MAKUNAIMA E O IMAGINÁRIO ARTÍSTICO DE JAIDER ESBELL.....	72
DA POESIA LÍRICA À NARRATIVA ORAL INDÍGENA: INTERTEXTUALIDADE, IDENTIDADE E PERTENCIMENTO EM DEVAIR FIOROTTI – (ELIENE MORAIS DOS SANTOS).	72
PARICHARA: UMA HERANÇA DA ANCESTRALIDADE DO POVO WAPICHANA.....	73
TRAMAS TÊXTEIS E OUTRAS HISTÓRIAS EM ABYA YALA: HUNI KUIN	73
IDENTIDADE, MEMÓRIA E LUGAR DE FALA NAS LITERATURAS O CÃO E O CURUMIM DE CRISTINO WAPICHANA E MEU AVÔ APOLINÁRIO DE DANIEL MUNDURUKU.....	74
A REGIÃO NORTE E OS ELEMENTOS MÍSTICOS E MÍTICOS QUE ENRIQUECEM A NOSSA PERCEPÇÃO	74





LITERATURA INDÍGENA E EDUCAÇÃO ESCOLAR: A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS INTERCULTURAIS PELOS ESCRITOS DE CRISTINO WAPICHANA.....	75
DIÁLOGOS E VIVÊNCIAS NA LITERATURA SURDA: A LENDA DE KAUANE, UMA GUERRREIRA SURDA E A AUTOBIOGRAFIA DESPERTAR DO SILÊNCIO	76
SEMENTES DA(S) RETOMADA(S): SEMEANDO R-EXISTÊNCIAS NA PAISAGEM-MUNDO VAZIA	77
A AUTORIA/COMPOSIÇÃO DE TOADAS E O CASO THAÍS KOKAMA.....	77
LITERATURA INDÍGENA, ANCESTRALIDADE E DECOLONIALIDADE: O CURUPIRA MACUXI DE TRUDUÁ DORRICO E O(A) CURUPIRA URUMAJOENSE	78
FORA DO QUADRADO E DENTRO DA TRADIÇÃO: ANÁLISE DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS COMO ARTE INDÍGENA E PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS EM PROCESSOS EDUCACIONAIS.....	78
ARTE INDÍGENA E A GEOGRAFIA HUMANISTA	79
SIMPÓSIO TEMÁTICO 7 - EDUCAÇÃO INTERCULTURAL COMO DESAFIO CONTEMPORÂNEO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS	80
A LEITURA DE LITERATURA INDÍGENA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA ESCOLA INDÍGENA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ITATY EM SANTA CATARINA.....	81
O ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA EM BOA VISTA/RR: O ALCANCE DA LEI 11.645/2008.....	81
MEMÓRIAS DE INDÍGENAS: MEMÓRIAS DE VIDA, EXISTENCIALIDADES E LUTAS.....	81
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NAS PRÁTICAS FORMATIVAS NO MAGISTÉRIO INDÍGENA TAMARAI: DESAFIOS INTERCULTURAIS E METODOLÓGICOS PARA O ENSINO DA LÍNGUA MATERNA.....	82
FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UM NOVO OLHAR DECOLONIAL SOBRE O MOVIMENTO CORPORAL	83
ANÁLISE DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCACIONAL SUPERIOR INDÍGENA, ALIADA AO USO DA TECNOLOGIA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL.....	83
MEMÓRIAS DE INDÍGENAS: MEMÓRIAS DE VIDA, EXISTENCIALIDADES E LUTAS.....	84
PROMOVENDO A ETNOSSUSTENTABILIDADE: UM OLHAR SOBRE A I FECIND E IV FECIU EM RORAIMA.....	84
O ENSINO INTERDISCIPLINAR DA GEOGRAFIA E DA LÍNGUA PORTUGUESA NO MAGISTÉRIO INDÍGENA EM RORAIMA	85
IDENTIDADE DOCENTE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES MACUXI: DO IMAGINÁRIO NEGATIVO À AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA NA CONTEMPORANEIDADE	86
ESTUDOS NA ALDEIA: CONEXÃO UNIVERSIDADE, ESCOLA E COMUNIDADE	86
TAREN - PALAVRAS ENCANTADAS DE CURA	87
OS DESAFIOS DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES INDÍGENAS DO CURSO AMOOKO LISITAN	87
SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO INTERCULTURAL COM PROFESSORES INDÍGENAS DO TERRITÓRIO ETNOEDUCACIONAL YANOMAMI.....	88
FORMAÇÃO DOCENTE E IMPACTOS AMBIENTAIS: DESAFIOS XIKRIN NA INTERCULTURALIDADE	89





PROJETO DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E SAÚDE COM OS POVOS YANOMAMI E YE'KWANA...	89
FORMAÇÃO DOCENTE SUPERIOR: EXPERIÊNCIA INTERCULTURAL CRÍTICA, DECOLONIAL E DIÁLOGO INTERCIENTÍFICO COM POVOS INDÍGENAS.....	90
A IMPORTÂNCIA DA LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA NA PRESERVAÇÃO DA CULTURA E TRADIÇÃO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO PIAUÍ	91
CURSO TÉCNICO EM MAGISTÉRIO INDÍGENA SUBSEQUENTE - SEUS PRIMEIROS RESULTADOS	91
FORMAÇÃO INTERCULTURAL E A GESTÃO DOS TERRITÓRIOS: ESPAÇOS DE FRONTEIRA E POLÍTICAS DO CONHECIMENTO	92
FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES INDÍGENAS: PROPOSTAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES, INTERCULTURAL E BILLINGUE NO TERRITÓRIO ETNOEDUCACIONAL CONESUL DO MS	93
PROMOVENDO A ETNOSSUSTENTABILIDADE: UM OLHAR SOBRE A I FECIND E IV FECIU EM RORAIMA.....	93
A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INDÍGENA NO EXTREMO NORTE: FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM RORAIMA.....	94
DE QUE MANEIRA OS ELEMENTOS DA TRADIÇÃO DA COMUNIDADES INDÍGENA, INFLUENCIAM NA (RES)SIGNIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.....	95
PARA TUDO TEM QUE TER RITUAL: VISÕES YE'KWANA DE INTERCULTURALIDADE NA EDUCAÇÃO ESCOLAR	96
OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA OS YANOMAMI.....	97
LITERATURA INDÍGENA EM SALA DE AULA: LÊ PARA SE ENCONTRAR NO MUNDO	97
SIMPÓSIO TEMÁTICO 8 - SAÚDE MENTAL DECOLONIAL E CONTRACOLONIAL	99
JUVENTUDE GUERÉM E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: AS POLÍTICAS PÚBLICAS TÊM CHEGADO AO NOSSO POVO?	100
PSICOLOGIA NA AMAZÔNIA E COSMOLOGIAS INDÍGENAS: REFLEXÕES PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL	100
DIMENSÕES DO SUÍCIDIO NO DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DO LESTE DE RORAIMA (DSEI-LRR).....	101
SIMPÓSIO TEMÁTICO 9 - ETNOPOLÍTICAS INDÍGENAS NA ABYA YALA.....	102
CÉLIA XAKRIABÁ: UMA INTELECTUAL ORG NICA DO NOSSO TEMPO - ATRAVESSAMENTOS, TRAJETÓRIA, GÊNERO E PODER	103
ETNOPOLÍTICA NO MEIO URBANO: ALGUMAS LIÇÕES WARAO	103
OS PROTOCOLOS AUTÔNOMOS DE CONSULTA DOS POVOS INDÍGENAS COMO MEIOS DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO DE CONSULTA PRÉVIA, LIVRE, INFORMADA E DE BOA FÉ E DA AUTODETERMINAÇÃO INDÍGENA NO AMAZONAS: DESAFIOS E POTENCIALIDADES ANTE A CONCRETIZAÇÃO DAS JUS DIVERSIDADES.....	104
COSMOLOGIAS INDÍGENAS E INTERCULTURALIDADE: CIDADE, POLÍTICA E XAMANISMO NO INSTITUTO XAMANICO CÉU DA AYAHUASCA, MARABÁ, PA	105





O CALENDÁRIO SOCIONATURAL DA ALDEIA YETÁ, POVO AIKEWARA-SURUÍ/PARÁ.....	105
SIMPÓSIO TEMÁTICO 10 - ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS INDÍGENAS, EDUCAÇÃO ESCOLAR E NARRATIVAS DOS POVOS ORIGINÁRIOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA	107
AS AVENTURAS DOS PEQUENOS CIENTISTAS: A NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE MATERIAL PARADIDÁTICO PARA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NAS ESCOLAS INDÍGENAS DO EXTREMO NORTE DO BRASIL.....	108
AQUISIÇÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA E MODOS DE INTERAÇÃO ENTRE O POVO WAWAI DA ALDEIA MAPUERA.....	108
EDUCAÇÃO INDÍGENA: UM DIÁLOGO DE RESGATE E VALORIZAÇÃO DOS SABERES ANCESTRAIS ..	109
LÍNGUA, CULTURA E A RETOMADA LINGUÍSTICA DO POVO XIPAYA: O IMPACTO DO MATERIAL PARADIDÁTICO KUA.....	110
DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NOS ANOS INICIAIS, NOS MUNICÍPIOS AMAJARI, UIRAMUTÃ E NORMANDIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DA PRIMEIRA INFÂNCIA	110
DIVERSIDADE CULTURAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA ESCOLAR DA TERRA INDÍGENA KAXARARI-RO...	111
UMA PROPOSTA METODOLÓGICA DE ENSINO DA LÍNGUA MACUXI A PARTIR DOS MONANÎTO' EREMUUKON NAS ESCOLAS DA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL	112
SEM TÍTULO	112
MINHA CULTURA, MINHA IDENTIDADE NA ESCOLA MURA.....	113
CESTARIA DO POVO PAITER	114
SIMPÓSIO TEMÁTICO 11 - DIREITOS DA NATUREZA E BEM VIVER.....	115
UM DISCURSO DA REGIONALIDADE QUE NÃO MASCARA A VERDADE EM “AMAZÔNIA ILEGAL” DE ELIAKIN RUFINO	116
A TERRA DE MACUNAÍMA PEDE SOCORRO!	116
PROTAGONISMO E RESISTÊNCIA INDÍGENA EM DEFESA DO BEM VIVER: DIGNIDADE E DIREITO DO RIO LAGE NA TERRA INDÍGENA IGARAPÉ LAGE DO POVO WARI	117
SIMPÓSIO TEMÁTICO 12 - TURMAS MULTISSERIADAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA.....	118
MATERIAL DIDÁTICO PARA SALA MULTISSERIADA DE ESCOLA INDÍGENA	119
DESAFIOS E RIQUEZAS PEDAGÓGICAS NAS CLASSES MULTISSERIADAS INDÍGENAS: UM OLHAR PEDAGÓGICO.....	119
TURMAS MULTISSERIADAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA.....	120
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: UM ESTUDO DOS PROCESSOS DE APRENDIZAGENS EM TURMAS MULTISSERIADAS PATAXÓ NO EXTREMO SUL DA BAHIA.....	120
SIMPÓSIO TEMÁTICO 13 - ESCRAVIDÃO, REDUÇÃO E TRABALHO INDÍGENA NA AMÉRICA IBÉRICA..	122
RELAÇÕES ENTRE OS AGENTES COLONIAIS E POVOS INDÍGENAS NAS POVOAÇÕES DO DIRETÓRIO DA CAPITANIA DO MARANHÃO NO GOVERNO DE JOAQUIM DE MELO E PÓVOAS (1762-1774) ...	123
TESTAMENTOS DE INDÍGENAS E CULTURA MATERIAL: HIERARQUIAS SOCIAIS E TRABALHO PARA DOS INDÍGENAS DE LA PLATA.....	123





ESCRavidão Indígena, Tráfico Transamazônico de Escravizados e Mercadorias na Amazônia Colonial	124
EMPREENDEDORISMO DOS POVOS TRADICIONAIS: A CULTURA EMPREENDEDORA NO MERCADO BRASILEIRO	124
GUERRAS JUSTAS, MISSÕES E RESGATES E A DEFINIÇÃO DAS FRONTEIRAS IBÉRICAS NO OESTE AMAZÔNICO (1693-1747)	125
O SUSTENTO DOS AUSENTES: PRÁTICAS INDÍGENAS DE CULTIVO NO ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ, 1670-1757	126
SIMPÓSIO TEMÁTICO 14 - LITERATURAS INDÍGENAS: PELA (RE)ESCRITA DE ABYA YALA	127
IMPRESSÕES ACERCA DA PROPAGAÇÃO DA LITERATURA DE AUTORIA INDÍGENA BRASILEIRA PARA ESTUDANTES DE GOIÁS E SÃO PAULO	128
ESCRITA DE MULHERES INDÍGENAS	128
COSMOLOGIAS E NARRATIVAS DOS POVOS WAI WAI NA AMAZÔNIA.....	129
LITERATURA INDÍGENA PRA QUEM? UM OLHAR DECOLONIAL SOBRE ESSAS NARRATIVAS.....	129
LITERATURAS INDÍGENAS DE CRISTINO WAPICHANA NA INTERFACE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	130
LITERATURA DE EMERGÊNCIA: VOZES DA AMAZÔNIA E A POTÊNCIA DE INFLUÊNCIA.....	130
VOZES SILENCIOSAS, IMAGENS GRITANTES: NARRATIVAS DA CONTAMINAÇÃO POR MERCÚRIO NA AMAZÔNIA	131
MULHERES INDÍGENAS E OS EREMUS NA LUTA POR UM FUTURO ANCESTRAL	132
MEMÓRIAS E IDENTIDADES EM DIÁLOGO: A PERCEPÇÃO DE DISCENTES DO MESTRADO EM LETRAS/UEMASUL SOBRE AS OBRAS DE AURITHA TABAJARA, YACUNÁ TUXÁ E TRUDRUÁ DORRICO	132
MARIAZINHA BORRALHEIRA E OUTRAS HISTÓRIAS: A NARRATIVA INDÍGENA E A NARRATIVA-MOLDURA	133
GT CANOAS DA MEMÓRIA: PROPONDO UM DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA INDÍGENA NA REDE MUNICIPAL DE CAMPINAS	134
ANCESTRALIDADES FUTURAS NA AMAZÔNIA: ARTES INDÍGENAS DE RESISTÊNCIA.....	134
“A VIOLÊNCIA E A ANGÚSTIA DOS TRÓPICOS”: A MELANCOLIA COLONIAL EM METADE CARA, METADE MÁSCARA, DE ELIANE POTIGUARA.....	135
POÉTICA DE CORPO-TERRITÓRIO INDÍGENA EM METADE CARA, METADE MÁSCARA, DE ELIANE POTIGUARA	135
A QUEDA DO CÉU	136
LITERATURA INDÍGENA PRA QUEM? UM OLHAR DECOLONIAL SOBRE ESSAS NARRATIVAS.....	136
TÎMÎRÎMÎ E AS LETRAS DE MAKUNAIMÎ	137
LITERATURAS INDÍGENAS: REEXISTÊNCIAS, REESCRITAS DA HISTÓRIA E PLURIVERSIDADE DE MUNDOS	138





A (IN)VISIBILIDADE DA LITERATURA INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA: PERMANÊNCIAS DAS ESTEROTIPIAS OU RUPTURAS APÓS A LEI 11645/2008?	138
ROMPIMENTO E RECONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA INDÍGENA NA OBRA “OS SELVAGENS”, DE FRANCISCO GOMES DE AMORIM.....	139
“MULHERES QUE FAZEM SOL”: O FEMININO NA POESIA DE SONY FERSECK.....	140
O RESGATE DA TRADIÇÃO MAGÜTA ATRAVÉS DAS NARRATIVAS: UMA LEITURA DO LIVRO “NOSSO POVO” TORÜ DUÜ'ÜGÜ	140
(DES)OCUPAR IMAGINÁRIOS.....	141
ARTESANIAS INDÍGENAS DE UMA ESCRITA-ABRAÇO E SEUS TRANSBORDAMENTOS.....	141
GUERÉM POR QUE DANÇA NA BEIRA DO RIO ASSIM? LITERATURA E RETOMADA GUERÉM	142
A LÍNGUA-ESPÍRITO	143
SIMPÓSIO TEMÁTICO 15 - REDE DE SABERES, FAZERES E MEMÓRIAS ANCESTRAIS: O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS E METODOLOGIAS INTERCULTURAIS CRÍTICAS	144
ANÁLISE DOS CURSOS COM TEMÁTICAS INDÍGENAS NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS DO CEFET-RJ	145
POR UMA TERRA SEM MAL: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E OS DESAFIOS DOS GUARANIS DA ALDEIA MATA VERDE (TEKOA KA'AGUY HOVY PORÄ) NO MUNICÍPIO DE MARICÁ/RJ.....	145
CONSTRUINDO PONTES ENTRE CONHECIMENTOS: EDUCAÇÃO, MEMÓRIAS E SABERES ECOLÓGICOS INDÍGENAS NA PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE FLUVIAL DA BAHIA COM AS TECNOLOGIAS DIGITAIS E MUSEUS	146
PRÁTICAS EDUCATIVAS DIGITAIS: SABERES E FAZERES INDÍGENAS NA SALA DE AULA	147
O RESGATE CULTURAL DAS BRINCADEIRAS POPULARES COM O USO DA PETECA RECICLADA: MEMÓRIAS, INTERCULTURALIDADE E FORMAÇÃO SUSTENTÁVEL	147
SABERES TRADICIONAIS E IDENTIDADES NO PROCESSO EDUCATIVO INDÍGENA DOS SATERÉ-MAWÉ	148
A EDUCAÇÃO QUE AJUDA A SEGURAR O CÉU: ENSINO DE HISTÓRIAS E CULTURAS INDÍGENAS EM UMA ESCOLA ESTADUAL EM BARCELOS.....	149
SEHAY POT'I SATERÉ-MAWÉ: A EDUCAÇÃO NO “ESPAÇO DE ESTUDO DA LÍNGUA MATERNA E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS INDÍGENAS NUSOKEN I”	150
A CONSTRUÇÃO DO DICIONÁRIO MULTIMÍDIA TAUREPANG (KARÍB).....	150
PRÁTICAS E RELAÇÕES NATURAIS INDÍGENAS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA PARA A CONCEPÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL ANCESTRAL CRÍTICA.....	151
SOBRE TERRAS INDÍGENAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O QUE PENSAM OS ESTUDANTES DO 3º ANO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE NOVA IGUAÇU, RJ.....	152
A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DAS TDICs NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.....	152
A PEDRA DA ALDEIA: ENCONTROS, SONHOS E TRANSFORMAÇÕES AMERÍNDIAS NA REGIÃO DAS GUIANAS.....	153





RCNEI - CAMINHO ENTRE CAMINHOS: UMA PROPOSTA INTERCULTURAL CRÍTICA E TRANSDISCIPLINAR PARA AS AULAS DA ESCOLA INDÍGENA	154
JUVENTUDE INDÍGENA KAXARARI: EXPERIÊNCIAS, VIVÊNCIAS E TECNOLOGIAS DIGITAIS	154
EPISTEMOLOGIAS INDÍGENAS PARA RETERRITORIALIZAR A CIDADE: EXPERIÊNCIAS COMUNICACIONAIS ENTRE MULHERES INDÍGENAS DE RORAIMA	156
KA'A NAMO JUMU'E HA KATU – APRENDENDO COM A FLORESTA	156
O DINAMISMO DE REPASSE DE SABERES, CRENÇAS E TRADIÇÕES NO ESPAÇO DE ESTUDO E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS INDÍGENA NUSOKEN I.	157
CONSTRUINDO O PORTAL POTIGUARA: MEMÓRIA E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA ERA DIGITAL	157
TECNOLOGIA DIGITAL À FAVOR DO DIREITO À LINGUA INDÍGENA	158
LÍNGUA INDÍGENA MACUXI NA MÍDIA.....	158
TECNOLOGIA DIGITAL A FAVOR DA LÍNGUA MATERNA: UMA PROPOSTA DE ESTUDO DE CASO NAS ESCOLAS INDÍGENAS XOKLENG	159
CULTURA INDÍGENA: OS SABERES ANCESTRAIS PARA ALÉM DA TECNOLOGIA DIGITAL	160
CONTRIBUIÇÕES DAS TICS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA.....	160
SIMPÓSIO TEMÁTICO 16 - PERSPECTIVAS TRANSDISCIPLINARES E INTERCULTURAIS NA PESQUISA COM POVOS INDÍGENAS	162
RELEITURA DE MAKUNAIMÃ TAANII: QUESTÕES TRANSDISCIPLINARES E INTERCULTURAIS	163
CÍRCULOS RESTAURATIVOS: PROMOVEDO A PAZ E PREVENINDO CONFLITOS ENTRE OS POVOS INDÍGENAS	163
A INTERCIENTIFICIDADE COMO POSSIBILIDADE TRANSDISCIPLINAR NA ABORDAGEM DA LEI 11.645/08	164
A RIQUEZA DA CULTURA INDÍGENA NO TOCANTINS: RESGATANDO MEMÓRIAS.....	164
A AVALIAÇÃO COMO CAMPO DE REFLEXÃO PARA PRÁTICAS DOCENTES INDÍGENAS	165
TEATRALIDADE E COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL NA COMUNIDADE INDÍGENA RAPOSA I EM RORAIMA.....	166
EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE TUBERCULOSE EM POPULAÇÕES INDÍGENAS DO AMAZONAS	166
ESTUDO DOS INDICADORES DEC E FEC REFERENTES AO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DA REGIÃO DO BAIXO SÃO MARCOS – TERRA INDIGENA SÃO MARCOS – RORAIMA.....	167
SABERES E FAZERES DOS POVOS MURA E MUNDURUKU NO AMAZONAS MEMÓRIAS DE INTEGRANDES DAS ALDEIAS CORRENTEZA MURA, ITACOATIARA E FONTEIRA, BORBA (ABYA YALA, AMAZONAS, BRASIL)	168
SIMPÓSIO TEMÁTICO 17 - POVOS INDÍGENAS E ENSINO DE HISTÓRIA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS APÓS A LEI 11.645/2008	170





LITERATURA INDÍGENA NA SALA DE AULA: DECOLONIALIDADE, VISIBILIDADE E POSSIBILIDADE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA	171
ANÁLISE DE PROPOSITURAS LEGISLATIVAS EDUCACIONAIS PARA REVITALIZAÇÃO DA DANÇA PARIXARA EM RORAIMA.....	171
A INSERÇÃO DA HISTÓRIA INDÍGENA PARAIBANA NA MATRIZ CURRICULAR DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA	172
POVOS INDÍGENAS NA DITADURA CIVIL-MILITAR À LUZ DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO ESCOLAR DE HISTÓRIA.....	173
SABERES DOCENTES E DIVERSIDADE CULTURAL: EDUCAÇÃO ESCOLAR E CULTURA INDÍGENA – APÓS A IMPLANTAÇÃO DA LEI 11.645/2008.....	173
A DISCIPLINA ESTUDOS DECOLONIAIS E A ELABORAÇÃO DE PLANOS DE AULA SOBRE HISTÓRIA INDÍGENA NA GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO COLÉGIO PEDRO II.....	174
POVOS INDÍGENAS NA DITADURA CIVIL-MILITAR À LUZ DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO ESCOLAR DE HISTÓRIA.....	175
NOSSA HISTÓRIA ATRAVÉS DA ARTE: A REVOLTA DA PRAIA DE SANGUE NA ESCOLA ESTADUAL INDIGENA TUXAUA LUIZ CADETE	175
SIMPÓSIO TEMÁTICO 18 - DECOLONIALIDADE, DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA	177
POVOS INDÍGENAS E A CONSTRUÇÃO INTERCULTURAL DE SUJEITOS DO DIREITO INTERNACIONAL NA FRONTEIRA EPISTEMOLÓGICA.....	178
O DIREITO À MEMÓRIA E A LUTA PELA LIBERDADE DE SER QUEM SE É: A ARTE CONTRACOLONIAL DE UÝRA SODOMA	178
ALTO LÁ, O LITORAL NORTE FALA MBYÁ GUARANI!	179
O DIREITO À EDUCAÇÃO DIFERENCIADA E A ATUAÇÃO DOS PROFESSORES NÃO INDÍGENA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL.....	179
INDIGENISMO EMANCIPATÓRIO E LUGAR DE MEMÓRIA SUBTERRÂNEA NO ALTO SOLIMÕES (AM) DURANTE AREDEMOCRATIZAÇÃO (1985-1989) O CASO DO GRUPO MAGÜTA/CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA DO ALTO SOLIMÕES (MAGÜTA/CDPAS)	180
DIREITOS INDÍGENAS LGBTQIAPN+, DECOLONIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO PÓS-PANDÊMICO, EM BOA VISTA, RORAIMA.....	181
“NOSOTROS SOMOS WARAO”: O DIREITO AO ASSENTO DE NASCIMENTO DO INDÍGENA	181
ESTATUTO DO ÍNDIO: UM OLHAR SOBRE O ONTEM E O HOJE.....	182
A UBIQUIDADE DAS TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS POR INDÍGENAS E O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS PROMOVIDO JUDICIALMENTE PELO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	183
DIREITOS HUMANOS E LINGÜÍSTICOS NOS ORDEAMENTOS JURÍDICOS PARA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	183
A ETNOFOTOGRAFIA EVIDENCIANDO A DEMARCAÇÃO INDÍGENA NO LITORAL NORTE DO RIO ...	184
ESTÁGIO EM DOCÊNCIA NA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO INDÍGENA E A PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES ANTIRRACISTAS.....	185





AS MULHERES INDÍGENAS VENEZUELANAS NO BRASIL.....	185
A CONSTRUÇÃO DA ALTERIDADE INDÍGENA NO JULGAMENTO DO MARCO TEMPORAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF).....	186
VIVÊNCIA DO POVO INDÍGENA WARAO EM TERESINA/PI: A OMISSÃO AO DIREITO À EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA.....	187
A PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL DIANTE DA EXPANSÃO DO GARIMPO NA PANDEMIA DA COVID 19	188
PROJETO DIVERSIDADE: LETRAMENTO ÉTNICO-RACIAL NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E O INGRESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS UNINTER	188
DIREITOS DO POVO TUXÁ EM IBOTIRAMA/BA: A LUTA PELA TERRA E POR JUSTA REPARAÇÃO.....	189
A MENTE PERIGOSA DO KANAIMÉ, SOB O OLHAR DE UMA PERITA CRIMINAL MACUXI.....	190
SIMPÓSIO TEMÁTICO 21 - AFROINDIANIDAD EN LA ABYAYALA. LA ETNOGENESIS DE UNA REALIDAD SOCIAL, POLÍTICA Y CULTURAL EN COMUNIDADES MESTIZADAS INDIO-AFRICANO	191
A POÉTICA ANCESTRAL COMO RESPIRO: EBULIÇÕES AFRO-INDÍGENAS NAS IDENTIDADES SERTANEJAS BAIANAS.....	192
SIMPÓSIO TEMÁTICO 22 - OS DESAFIOS DOS INDÍGENAS NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO.....	193
LÍNGUA, CULTURA E IDENTIDADE: ENSINO-APRENDIZAGEM DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ADICIONAL A INDÍGENAS VENEZUELANOS DA ETNIA WARAO EM BOA VISTA, RORAIMA	194
DIALOGICIDADE E INTERCULTURALIDADE: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA A SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE ALUNOS MIGRANTES VENEZUELANOS SURTIDAS NA PANDEMIA.....	194
Y'APHYRE: ARRANJOS E MOVIMENTOS CORPORAIS NA REPRESENTATIVIDADE DO RITUAL DA TUCANDEIRA COM JOVENS SATERÉ-MAWÉ	195
SEM RESUMO	196
SIMPÓSIO TEMÁTICO 23 - MOBILIDADES E TRAJETÓRIAS INDÍGENAS	197
IDENTIDADE E DESLOCAMENTO NO FUTURISMO INDÍGENA	198
CONFLITO ENTRE MUNDOS: REFLEXÕES SOBRE MIGRAÇÃO WARAO PARA O BRASIL	198
“SE VOCÊ VAI, TAMBÉM POSSO IR?”: MOBILIDADES E PARENTESCO NA CONSTITUIÇÃO DE COMUNIDADES PELO BAIXO RIO UAUPÉS) NOROESTE AMAZÔNICO BRASILEIRO.....	199
MARI JIRI'MA, MARI MAHA, MARI QUITI: WIJA'A, WIHI, "JIHI"	199
OS WAI WAI NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO DA UFOPA: (RE) SIGNIFICANDO ESPAÇOS E NARRATIVAS	200
ETNOTURISMO INDÍGENA: A EXPERIÊNCIA DOS WAI WAI EM ALTER DO CHÃO NO OESTE DO PARÁ	201
“ESTOU VIVENDO”: HISTÓRIAS DE MULHERES KWAZÁ EM RONDÔNIA	202





CONSELHOS PARA O BEM-VIVER: O QUE INDÍGENAS ANCIÃS EM RONDÔNIA NOS ENSINAM A PARTIR DE SUAS TRAJETÓRIAS	202
SIMPÓSIO TEMÁTICO 24 - VOZES, CORPOS, LETRAS: A LITERATURA INDÍGENA E A HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA BRASILEIRA.....	204
DA TERRA À VISTA À QUEDA DO CÉU	205
A FORMAÇÃO LITERÁRIA INDÍGENA DE RORAIMA: UMA PROPOSTA DE LEITURA HISTÓRICA	205
AS INFÂNCIAS INDÍGENAS E NÃO-INDÍGENAS – COMO A LITERATURA APROXIMA AS CRIANÇAS .	206
DO APAGAMENTO AO PROTAGONISMO NAS NARRATIVAS: A REESCRITA DA HISTÓRIA PELO POVO KAINGANG NA SERRA GAÚCHA, SUL DO BRASIL.....	206
SEM TÍTULO	207
SONS DA RESISTÊNCIA – A VOZ TUPINAMBÁ NOS DOCUMENTOS DA COLONIZAÇÃO E A LITERATURA INDÍGENA.....	208
DIVERSIDADE ÉTNICA NAS ESCOLAS DE MANAUS: O PAPEL DA LITERATURA INFANTIL INDÍGENA	208
A REPRESENTAÇÃO DO CABOCLO AMAZÔNICO: IDENTIDADE E DIFERENÇAS	209
SEM TÍTULO	210
SIMPÓSIO TEMÁTICO 25 - POVOS INDÍGENAS E A FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS NA AMÉRICA	211
VALOROSOS BRASILEIROS: AS CÂMARAS MUNICIPAIS DAS VILAS DE ÍNDIOS DO CEARÁ NA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR	212
NEM MISTURADOS, NEM CONFUNDIDOS, TAMPOUCO EXTINTOS: A LEI DE TERRAS E O PATRIMÔNIO TERRITORIAL DOS ÍNDIOS NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO (1850-1889).....	212
A PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: UM ESTUDO A PARTIR DA ATUAÇÃO DE DUAS LIDERANÇAS NA BAHIA	213
SEM TÍTULO	213
SIMPÓSIO TEMÁTICO 26 - O SER, O COSMOSENTIR E A COSMOVISÃO DE POVOS MILENARES NO CONTEXTO DO ENSINO ESCOLAR BÁSICO E SUPERIOR	215
PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE A IMPORTÂNCIA DO JENIPAPO NUMA ESCOLA INDÍGENA NA COMUNIDADE Û'TCHIGÜNE FILADÉLFIA - AM	216
DANÇAS E MÚSICAS INDÍGENAS COMO MOBILIZADORAS DA EDUCAÇÃO DECOLONIAL.....	217
A COSMOVISÃO PUPŸKARY E A ESCOLA: SABERES E PERSPECTIVISMO PARA A RESISTÊNCIA	218
A COSMOVISÃO PUPŸKARY E A ESCOLA: SABERES E PERSPECTIVISMO PARA A RESISTÊNCIA	218
“UM CURUMIM, UMA CANOA”: DESCONSTRUINDO IDEOLOGIAS COLONIAIS MEDIADAS POR LITERATURAS INDÍGENAS COM CRIANÇAS EM DUAS ESCOLAS REGULARES.	218
DO RIO ITAÚNAS AO BURACO DO BICHO: ENCONTRO DOS MITOS E ENCANTARIAS CAPIXABAS NAS ORALIDADES ANCESTRAIS DOS POVOS DAS DUNAS	219
APRENDER COM OS INDÍGENAS: PROFUNDEZAS DE CONHECIMENTOS ANCESTRAIS DAS ÁGUAS DOS RIOS BACAJÁ E GUAJARÁ.....	220





COSMOLOGIAS DE CANOAS: CONHECIMENTOS ESSENCIAIS PARA O RECONHECIMENTO DE NOSSA ANCESTRALIDADE.....	221
MINHA CULTURA, MINHA IDENTIDADE NA ESCOLA MURA.....	222
A COSMOVISÃO INDÍGENA E O COSMOSENTIR: RELAÇÕES DE FORTALECIMENTO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICO-CULTURAL DE POVOS MULTIÉTNICOS NO CONTEXTO URBANO DA CIDADE DE MANAUS	223
SIMPÓSIO TEMÁTICO 27 - MUJERES: TRANSFORMACIONES DE LAS IDENTIDADES Y DE LAS RELACIONES DE GÉNERO EN CONTEXTOS DE MIGRACIÓN Y FLUIDEZ.....	224
FORTALECIMENTO DO MOVIMENTO DE MULHERES INDÍGENAS DE RORAIMA: UMA BREVE REFLEXÃO ETNOGRÁFICA.....	225
SIMPÓSIO TEMÁTICO 28 - A RECONEXÃO DE SABERES NO ANTROPOCENO.....	226
O COLETIVO INTERNOS E A INSPIRAÇÃO DA SABEDORIA MACUXI.....	227
PESQUISA AGRONÔMICA DE SOLOS ARGILOSOS A PARTIR DO CONHECIMENTO INDÍGENA DAS MESTRAS CERAMISTAS DO POVO MACUXI.....	227
PENSAR AS CIDADES À PARTIR DA PERSPECTIVA DE AILTON KRENAK.....	228
POVOS INDÍGENAS E AS ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL.....	228
O PROCESSO DE PRODUÇÃO DE FARINHA DOS PARINTINTIN DA ALDEIA PUPUNHA.....	229
ARRUMAÇÃO: REATIVANDO AS PRÁTICAS DE CUIDADO NA RELAÇÃO CORPO-TERRA DOS COLETIVOS QUILOMBOLAS DE LARANJAL E CAMBAMBI – MT.....	229
SIMPÓSIO TEMÁTICO 29 - RESISTÊNCIAS DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO BRASIL, NA AMAZÔNIA E NA LATINO AMÉRICA E CARIBE.....	231
O IMPACTO SOCIAL NAS COMUNIDADES INDÍGENAS: UM ESTUDO DAS COMUNIDADES ATINGIDAS PELA BARRAGEM DE BELO MONTE, NA VOLTA GRANDE DO XINGU, ALTAMIRA/PARÁ.....	233
AS LUTAS DAS MULHERES INDÍGENAS NA AMÉRICA LATINA: UMA REVISÃO DE LITERATURA À LUZ DE MARÍA LUGONES.....	233
O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA AGENDA GOVERNAMENTAL DA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS: A TRAJETÓRIA DO PL 191/2020.....	234
"A MINHA LIBERDADE COMEÇOU QUANDO O AVIÃO DECOLOU": LIDERANÇAS INDÍGENAS, INTERCÂMBIOS TRANSNACIONAIS E A RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR BRASILEIRA.....	235
UM MAL-ENTENDIDO HISTORIOGRÁFICO COMO LUGAR DE MEMÓRIA: SOBRE A ASSIM CHAMADA “REVOLTA DA PRAIA DO SANGUE”.....	235
RESISTÊNCIA INDÍGENA CONTRA A CORRIDA DO OURO NO MARANHÃO.....	236
RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA HISTÓRIA TRUKÁ: ESTUDO DE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	236
RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA TRUKÁ: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	237
SIMPÓSIO TEMÁTICO 30 - INTELLECTUAIS INDÍGENAS, (ANI/DE/CONTRA) COLONIALISMO E ONTOEPISTEMOLOGIAS PLURAIS NO TEMPO PRESENTE.....	238
SEM TÍTULO.....	239





O PAPEL DOS CINEASTAS INDÍGENAS NA LUTA CONTRA O COLONIALISMO	239
SEM TÍTULO	240
O BAJO EL RADAR POLÍTICO E O FEMINISMO NEGRO COMUNITÁRIO DA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO	240
FUMAR TABACO, CONSUMIR IPADU: A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NA ONTOLOGIA YEPAMAHSÃ (TUKANO)	241
POR UMA ANÁLISE ONTOLÓGICA DO VOCABULÁRIO POLÍTICO DOS INTELCTUAIS INDÍGENAS: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO "CAMINHOS DE ABYA YALA"	241
NARRATIVAS HISTÓRICAS INDÍGENAS E SUAS DIMENSÕES DE CURA: EPISTEMOLOGIAS PLURAIS E SUAS POTÊNCIAS PARA A SUPERAÇÃO DAS FERIDAS COLONIAIS	242
POR UMA ANÁLISE ONTOLÓGICA DO VOCABULÁRIO POLÍTICO DOS INTELCTUAIS INDÍGENAS: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO "CAMINHOS DE ABYA YALA"	242
SIMPÓSIO TEMÁTICO 31 - AS AGÊNCIAS DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL REPUBLICANO: POR UMA OUTRA NARRATIVA DA HISTÓRIA	244
CAMINHOS PERCORRIDOS POR ANCESTRAIS: A LUTA DO DEPUTADO FEDERAL MÁRIO JURUNA PELA REPRESENTATIVIDADE INDÍGENA NA FUNAI (1983-1984)	245
POR UMA TERRA SEM CONFLITO: A TRAJETÓRIA DE RESISTÊNCIA DOS FULKAXÓS EM SERGIPE ..	245
“A MINHA PAIXÃO MAIOR QUE EU TENHO É A TERRA”: EMERGÊNCIA ÉTNICA E PROTAGONISMO FEMININO INDÍGENA NA LUTA PELA TERRA EM URUCUÍ-PI	246
MOBILIZAÇÕES INDÍGENAS NO SUDOESTE DO PIAUÍ: ETNOPOLÍTICA DOS AKROÁ GAMELLA E A LUTA PELO TERRITÓRIO INDÍGENA FRENTE À EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO (1980-2024)	247
DOS MOVIMENTOS INDÍGENAS À EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS DE NÃO-REPETIÇÃO	247
CONTRIBUIÇÕES DOS PERIÓDICOS PORANTIM E MENSAGEIRO AO MOVIMENTO INDÍGENA DO NORDESTE DO BRASIL (1970 – 1990)	248
SIMPÓSIO TEMÁTICO 32 - LÍNGUAS INDÍGENAS DE SINAIS - LIS, LÍNGUAS EMERGENTES DE SINAIS – LES E LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS	250
ASPECTOS FONOLÓGICOS DA LÍNGUA INDÍGENA DE SINAIS MAKUXI (RORAIMA)	251
TECNOLOGIAS PARA ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS, LÍNGUAS INDÍGENAS DE SINAIS E LÍNGUAS EMERGENTES DE SINAIS	251
SOBRE A PRODUÇÃO DE UM GLOSSÁRIO DE SINAIS-TERMOS EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) NA ÁREA DA SAÚDE	252
DESCRIÇÃO DE CARACTERÍSTICAS ONOMÁSTICAS ENTRE LIBRAS E LSMAC	253
GLOSSÁRIO POLILÍNGUE – PATXÔHÃ – LIS – LIBRAS – PORTUGUÊS - INGLÊS	254
DE TILSI PARA TILIS ATUALIZAÇÃO BASEADA NA IDENTIDADE E ATUAÇÃO NO TERRITÓRIO	254
AS LÍNGUAS INDÍGENAS DE SINAIS E O MOVIMENTO DO GT LIS NA DÉCADA INTERNACIONAL DAS LÍNGUAS INDÍGENAS NO BRASIL David Kaique Rodrigues dos Santos	255





SIMPÓSIO TEMÁTICO 33 - LÍNGUAS ORIGINÁRIAS, POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E POLÍTICAS DE ENSINO	256
CULTURA INDÍGENA, PARIXARA E FESTIVAL DAS ARARAS NO DISCURSO TURÍSTICO PRODUZIDO PELO ESTADO	257
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E AQUISIÇÃO DA LEITURA DA 2ª LÍNGUA (PORTUGUÊS) PELOS INDÍGENAS DA ESCOLA INDÍGENA WAI WAI, ALDEIA MAPUERA-PARÁ	257
O ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO PARA OS WARAO	258
OBSERVATÓRIO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS DO NORTE E OESTE DA BAHIA: DISCUTINDO POLÍTICAS DE RETOMADA LINGUÍSTICA	258
“NA DOUTRINAÇÃO DOS INDIOS GUARDAMOS A MESMA ORDEM: DUAS VEZES POR DIA SÃO CHAMADOS Á IGREJA [...] E LÁ RECITAM AS ORAÇÕES NO PRÓPRIO IDIOMA”: POLÍTICAS LINGUÍSTICAS JESUÍTICAS EM TERRAS BRASÍLICAS (SÉC. XVI)	259
KAWÁ NA TERRA DOS INDÍGENAS MARAGUÁ E A QUEDA DO CÉU: A ADAPTAÇÃO DE LIVROS DE AUTORIA INDÍGENA PARA A LINGUAGEM DA GAMIFICAÇÃO	260
O PARIXARA E FESTIVAL DAS ARARAS NO DISCURSO TURÍSTICO PRODUZIDO PELO ESTADO	260
A ESCOLA INDÍGENA TUYUKA - ʘTAPINOPONA: UM PROJETO AUTOGESTIONADO QUE RELACIONA LÍNGUA, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA	261
MOVIMENTO INDÍGENA E FORMAÇÃO: A ANÁLISE DO CURSO MULTIPLICADORES PARA O FORTALECIMENTO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS NOS TERRITÓRIOS ETNOEDUCACIONAIS DO ESTADO DO AMAZONAS	262
A RELAÇÃO POLÍTICA DAS LÍNGUAS NA FRONTEIRA DE FOZ DO IGUAÇU: UM OLHAR SOBRE A LÍNGUA GUARANI	263
SIMPÓSIO TEMÁTICO 34 - ABORDAGENS DA HISTÓRIA INDÍGENA: SAÚDE / BEM VIVER EM PERSPECTIVA DECOLONIAL (SÉCULOS XVI-XXI)	264
RETRATOS DO PARIR E NASCER INDÍGENA NO BRASIL: SABERES ANCESTRAIS EM CONFRONTO COM A MEDICALIZAÇÃO DOS CORPOS	265
SAÚDE INDÍGENA: OS DESAFIOS DO POVO KAXARARI NO COMBATE A COVID-19	265
ETNOASTRONOMIA E COSMOVISÕES INDÍGENAS NAS ETNIAS KARIPUNAS E PALIKUR	266
METADE CARA, METADE MÁSCARA	267
AS DIMENSÕES ENTRE A REALIDADE E A FANTASIA: UM ESTUDO DE CULTURA VISUAL E O CONCEITO EMPÍRICO DE PINTURAS INDÍGENAS	268
SIMPÓSIO TEMÁTICO 37 - PERSPECTIVAS TRANSDISCIPLINARES E INTERCULTURAIS NA PESQUISA COM POVOS INDÍGENAS	269
DESENHO INFANTIL INDÍGENA COMO EXPRESSÃO DA TERRITORIALIDADE AFETIVA DO POVO KAXARARI NA TERRA INDÍGENA KAXARARI (TIK)	270
SIMPÓSIO TEMÁTICO 38 - PATRIMÔNIOS E TERRAS INDÍGENAS NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE (1987-1988)	271





PATRIMÔNIOS E TERRAS INDÍGENAS NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE (1987-1988)....	272
SIMPÓSIO TEMÁTICO 39 - COSMOLOGIAS INDÍGENAS NAS LINGUAGENS: CULTURAS E ARTES ANCESTRAIS/CONTEMPORÂNEAS.....	273
CULTURA E ARTE DA ANCESTRALIDADE: A CIÊNCIA E O MANEJO NA CONFECÇÃO DO HAKIKANO	274
POÉTICAS VISUAIS DE AUTORIA PATAXÓ: LÍNGUA ORIGINÁRIA E TERRITÓRIO ANCESTRAL	274
A QUEDA DO CÉU: A COSMOPOÉTICA COMO PROVOCAÇÃO À BIOPOLÍTICA	275
SEM TÍTULO	275
MITOLOGIAS E COSMOLOGIAS: RELIGIÃO NA TRÍPLICE FRONTEIRA RORAIMA, GUIANA E VENEZUELA.....	276
MUNDOS SOBREPOSTOS: EXERCÍCIO DE COSMOGRAFIA COMPARADA.....	277
A ESTÉTICA DO LAVRADO NA VISUALIDADE INDÍGENA EM RORAIMA	277
ARTISTAS INDÍGENAS BRASILEIRAS NA LUTA CONTRACOLONIAL: POSSIBILIDADES PARA “ARRIBAR O CÉU”	278
O PROGRAMA RADIOFÔNICO A VOZ DOS POVOS INDÍGENAS: ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA POLÍTICA E CULTURAL NA COMUNICAÇÃO INDÍGENA DE RORAIMA.....	278
LITERATURA INDÍGENA EM JOGOS ELETRÔNICOS: PRÁTICAS ANCESTRAIS E CONTEMPORÂNEAS	279
ALTERIDADE E “CARTA AO VELHO MUNDO”, DE JAIDER ESBELL	280
EM BUSCA DE UMA LITERATURA YANOMAMI	280
O REGISTRO DO BEM CULTURAL ARERUYA INGARIKÓ: REFLEXÕES SOBRE PATRIMÔNIO IMATERIAL INDÍGENA DE RORAIMA	281
SIMPÓSIO TEMÁTICO 40 - FRONTEIRAS, TERRITORIALIDADES E DIVERSIDADES SOCIOAMBIENTAIS .	282
PESQUISAGINDO NA TERRA YANOMAMI: EXPERIÊNCIAS DE PESQUISAS COLABORATIVAS	283
CONFIGURAÇÕES TERRITÓRIO/ESPACIAIS E IDENTITÁRIAS DOS INDÍGENAS E’ ÑEPÁ DE CARUTO NO CONTEXTO DE MOBILIDADE INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA.....	283
VIVÊNCIAS ACADÊMICAS INDÍGENAS E POSSIBILIDADES DE RETERRITORIALIZAÇÕES	284
NARRATIVAS DE (RE)EXISTÊNCIA ATRAVÉS DOS POEMAS DE MÁRCIA KAMBEBA	285
‘O PASSEIO DE DENDIARA’ DE ANA BELTRAME: UMA EXPERIÊNCIA TRANSFRONTEIRIÇA NA AMAZÔNIA	285
APOROFOBIA E XENOFOBIA NOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS EM RORAIMA	286
CRIANÇAS MIGRANTES E REFUGIADAS SEM CASA E SEM ESCOLA	287
O IMPACTO DAS PRÁTICAS DE WASH EM REGIÕES FRONTEIRIÇAS AFETADAS PELA MIGRAÇÃO VENEZUELANA.....	287
ESTATUTO DOS INDÍGENAS PORTUGUESES DA GUINÉ, ANGOLA E MOÇAMBIQUE: REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO COLONIAL DE INDÍGENA COMO CATEGORIA SOCIORACIAL	288
VOZ ANCIÃ: INTERFACES ENTRE MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE MANUEL RIBEIRO E DOS POVOS INDÍGENAS DA ALDEIA DA BARREIRA DA MISSÃO DE CIMA TEFÉ/AM	289





SUJEITO “OCULTO”: O FIXER NO CONTEXTO DAS REPRESENTAÇÕES DO JORNALISMO INTERNACIONAL SOBRE A CRISE YANOMAMI.....	289
TERRITÓRIOS EM DISPUTA – UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS DE BOA VISTA NO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR.....	290
SIMPÓSIO TEMÁTICO 41 - POVOS INDÍGENAS, MEMÓRIAS ANCESTRAIS E O ENSINO DA ETNOHISTÓRIA	292
POVOS INDÍGENAS: AS REPRESENTAÇÕES DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO NA DISCIPLINA DE HISTÓRIA EM BOA VISTA/RORAIMA.....	293
CIENTIFICIDADE DO CONHECIMENTO TRADICIONAL INDÍGENA: POR UMA ANTROPOLOGIA INDÍGENA	293
SIMPÓSIO TEMÁTICO 42 - AS SOCIEDADES INDÍGENAS NO PERÍODO REPUBLICANO: AS FONTES E SEUS USOS NA COMPREENSÃO DE SUAS AGÊNCIAS	295
A FESTA QUE O ESTADO NOVO ESCOLHEU CELEBRAR: A CRIAÇÃO DO DIA DO ÍNDIO NO BRASIL E SUA CELEBRAÇÃO NA SEMANA DO ÍNDIO E NO POSTO INDÍGENA DE NACIONALIZAÇÃO GUIDO MARLIÉRE NO ANO DE 1944	296
A CONSTRUÇÃO DA ÁREA DE HISTÓRIA INDÍGENA NO INSTITUTO DE HISTÓRIA/IH DA UFRJ: DEMANDAS E DESAFIOS	296
SIMPÓSIO TEMÁTICO 43 - O INDÍGENA COMO O « OUTRO » NAS CIRCULAÇÕES TRANSCULTURAIS	298
TÍTULO DA COMUNICAÇÃO: UM TEMPO EM QUE ANIMAIS FALAM (NA OBRA DE GODOFREDO DE OLIVEIRA NETO).....	299
O OLHAR ESTRANGEIRO SOBRE O POVO SELVAGEM	299
TERRA PAPAGALLI – UM RETRATO CÔMICO DO NOVO MUNDO	300
A REPRESENTAÇÃO DA MULHER INDÍGENA A PARTIR DAS VOZES DE MULHERES VIAJANTES NO CENÁRIO AMAZÔNICO	300
A QUEDA DO CÉU: DESAFIO À INCOMPREENSÃO PERSISTENTE DA VOZ DOS INDÍGENAS.....	301
VIAJANTES E NARRADORES: CIRCULAÇÃO ENTRE NARRATIVAS INDÍGENAS E CONTOS CLÁSSICOS TRADICIONAIS	301
UM TEMPO EM QUE ANIMAIS FALAM (NA OBRA DE GODOFREDO DE OLIVEIRA NETO)	302
CONFIGURAÇÕES DOS POVOS ORIGINÁRIOS NA OBRA MACAGGIANA RAIANE COSTA DOS SANTOS	302
VOZES INDÍGENAS NA LITERATURA DE EXPRESSÃO AMAZÔNICA.....	303
SEM TÍTULO	304
SIMPÓSIO TEMÁTICO 44 - ANCESTRALIDADE INDÍGENA NO NORDESTE DO BRASIL.....	305
LUIZ JOSÉ MACHADO E ANA FONSECA DE MELO, “ÍNDIOS DESTA MESMA FREGUESIA”: HISTÓRIA E GENEALOGIA INDÍGENA NO SERIDÓ (SÉCULOS XIX-XX)	306
ANCESTRALIDADE INDÍGENA NO IFAL-PENEDO E EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL.....	306





PELAS MEMÓRIAS DE QUEM PISOU NESSE TERRITÓRIO ONTEM, SOMOS UMA NAÇÃO KARIRI QUIXELÔ	307
SIMPÓSIO TEMÁTICO 45 - OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: DA EDUCAÇÃO BÁSICA À FORMAÇÃO SUPERIOR	308
JUVENTUDE GUERÉM E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: AS POLÍTICAS PÚBLICAS TÊM CHEGADO AO NOSSO POVO?	309
VIVÊNCIANDO A LEITURA E A ESCRITA EM LÍNGUA PORTUGUESA NO CONTEXTO DOS ALUNOS INDÍGENAS: NINUB DIA'AN KAIWEN	309
PERSPECTIVAS E REALIDADES DA EDUCAÇÃO YANOMAMI: POR ENTRE A ESCOLA E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	310
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA EM PERNAMBUCO: RELATO DE EXPERIÊNCIAS DAS AUTORAS ...	311
A PROPOSTA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO CONTEXTO DE RORAIMA: UM OLHAR PARA A CONSTRUÇÃO DO DOCUMENTO CURRICULAR ESTADUAL.....	311
A ORALIDADE NOS PROJETOS POLÍTICOS DE CURSOS (PPCs) E NOS TRABALHOS FINAIS DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA E EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS DA FACED/UFAM (2000 a 2020)	312
PESQUISAS SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS NO ANIVERSÁRIO DA LEI Nº 10.639/2003	313
PONTUAÇÕES SOBRE OS AKWĒ-XERENTE: AS ASPIRAÇÕES DOS JOVENS APÓS A FORMATURA NO CAMPUS DE PORTO NACIONAL – UFT	314
OS LABORATÓRIOS SOCIONATURAIS VIVOS COMO INSTRUMENTO DE MELHORIAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA.....	314
IMPACTOS DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA AS POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIO AKWE XERENTE	315
SEM TÍTULO	316
OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA AMAZÔNIA: A EXPERIÊNCIA DOS SATERÉ- MAWÉ COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) EM TERRITÓRIO INDÍGENA	316
SEM TÍTULO	317
UNIVERSIDADE TERRA INDÍGENA.....	317
O ENSINO DE CIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A ATIVIDADE SOCIAL PESCAR COM GARRAFA PET NO IGARAPÉ DE CANAUANIM	318
JUVENTUDE GUERÉM E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: AS POLÍTICAS PÚBLICAS TÊM CHEGADO AO NOSSO POVO?	319
DESAFIO DA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES INDÍGENAS: AS CONTRIBUIÇÕES DE PROFESSORA SUPERVISORA DO PIBID EM ESCOLAS INDÍGENAS DE RORAIMA.....	319
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: FORMAÇÃO DE LÍNGUA TUPI PARA OS PROFESSORES INDÍGENAS POTIGUARA DO MUNICÍPIO DE BAÍA DA TRAIÇÃO-PB.....	320
SEM TÍTULO	321





RELATOS DE EXPERIÊNCIAS INTERCULTURAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS NA ALDEIA KHIHATXI-LESTE XINGU-MT	321
GEOMETRIA E GRAFISMO NA CULTURA MACUXI: EXPLORANDO O SAGRADO MARACÁ NO ENSINO DA ETNOMATEMÁTICA.....	322
AUTOBIOGRAFIA INDÍGENA WAI WAI: DA EDUCAÇÃO BÁSICA AO ENSINO SUPERIOR	323
SIMPÓSIO TEMÁTICO 46 - LITERATURAS INDÍGENAS: DOS SABERES ANCESTRAIS AO MUNDO CONTEMPORÂNEO.....	325
KOCH-GRUNBERG, TRADUTOR DOS MITOS DOS POVOS DO CIRCUM-RORAIMA, EM NOTAS INÉDITAS	326
BOMVENTO NAS TERRAS DO PAU BRASIL: A PERSISTÊNCIA DO MITO LUSO-TROPICALISTA NUMA HISTÓRIA EM QUADRINHOS.....	326
REFLEXOS DO DISCURSO DE JAIDER ESBELL ATRAVÉS DO TEMPO	327
O CÉU VAI CAIR? QUANDO?: QUEM TIVER OLHOS PARA VER, VEJA E OUVIDOS PARA ESCUTAR, OUÇA	327
SEM TÍTULO	328
LITERATURA DE TESTEMUNHOS INDÍGENAS NA AMÉRICA LATINA: TRÊS CASOS PARA ANÁLISE E REFLEXÃO	328
ONTOCOSMOLOGIAS INDÍGENAS E ESTUDOS LITERÁRIOS	329
A NOMEAÇÃO DO MUNDO E DO QUE SERIA UM HUMANO EM “A QUEDA DO CÉU”: UM ESTUDO SOBRE UM TIPO DE PROJETO BIOPOLÍTICO DE SOCIEDADE DERIVADO DA COSMOVISÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS PRESENTES EM SUA LITERATURA	329
A REPRESENTATIVIDADE ANCESTRAL NA POESIA CONTEMPORÂNEA DE JAIDER ESBELL, TRUDRUÁ DORRICO E SONY FERSECK	330
PANTON: ANCESTRALIDADE E CONTEMPORANEIDADE	330
DOS MITOPOEMAS YÑANOMAM À QUEDA DO CÉU: UMA PROFECIA COSMOECOLÓGICA SOBRE O FIM DA HUMANIDADE.....	331
ONDE SE AUSCULTA O SABER ANCESTRAL: SONHO, XAMANISMO E RELAÇÕES ENTRE HUMANOS E NÃO HUMANOS EM MEU VÔ APOLINÁRIO, DE DANIEL MUNDURUKU.....	332
ARTES VERBAIS, PERFORMANCE E TRADUÇÃO: UMA PROPOSTA DE RETRADUÇÃO DE UM CANTO KÍSÉDJÊ	332
DIÁLOGOS CULTURAIS NO CIRCUM-RORAIMA: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE UMA NARRATIVA ORAL PEMON	333
RELAÇÕES DE INTERTEXTUALIDADE ENTRE SALVAR O FOGO E O MANTO TUPINAMBÁ	333
DE MAKUNAIMA A MCLUHANÁIMA: CIRCULAÇÃO E DESLOCAMENTOS DE SENTIDOS	334
LETRAMENTO E AUTONOMIA INDÍGENA NO BRASIL SEISCENTISTA: O CASO POTIGUARA	334
TROCAS E TRANSFERÊNCIAS EM DEVAIR FIOROTTI E DAVI KOPENAWA	335
A LITERATURA INDÍGENA DE RORAIMA ENTRE A CONTEMPORANEIDADE E A TRADIÇÃO.....	335





WÄTUNNÄ: A LÍNGUA DOS ANTIGOS	336
SIMPÓSIO TEMÁTICO 47 - RESISTÊNCIA, ALTERIDADE E AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL: DIMENSÕES INTERCULTURAIS E EPISTÊMICAS, DA COLÔNIA AO TEMPO PRESENTE	337
RESISTIR PARA EXISTIR: ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO SOCIOESPACIAL DO POVO PARINTINTIN NA ÁREA URBANA DE HUMAITÁ (AM)	338
CAMINHOS DOS MOVIMENTOS INDÍGENAS CONTEMPORÂNEOS NO BRASIL E A PAUTA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA NO TEMPO PRESENTE.....	338
ÓRFÃOS DA TERRA: OS BÓE BOROROS E DISPUTAS PELA POSSE DA TERRA SOB UMA ÓTICA JORNALÍSTICA.....	339
SIMPÓSIO TEMÁTICO 48 - CRIMES E RESISTÊNCIAS: ESTADO E EMPRESAS CONTRA POVOS ORIGINÁRIOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA DURANTE A DITADURA.....	340
KA'A MUPY TA HA – FORMAS PRÓPRIAS DE PROTEGER, RESISTIR E VIVER NA FLORESTA	341
RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL-MILITAR EM GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS CONTRA OS POVOS TUPI-KAGWAHIVA DA AMAZÔNIA SETENTRIONAL: DA TRANSAMAZÔNICA ÀS MINAS DO IGARAPÉ PRETO E SÃO FRANCISCO	341
FRAUDES CARTOGRÁFICA E ANTROPOLÓGICA COMO MECANISMOS DE LEGITIMAÇÃO DA ATUAÇÃO/APROPRIAÇÃO ILEGAL DA EMPRESA MINERADORA PARANAPANEMA NA RESERVA INDÍGENA WAIMIRI-ATROARI DURANTE A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEIRA.....	342
USINA HIDRELÉTRICA DE BALBINA (AM) - O DESCASO COM A CIÊNCIA E OS IMPACTOS NAS COMUNIDADES INDÍGENAS E RIBEIRINHAS AFETADAS POR SUA CONSTRUÇÃO.....	342
A LUTA POR REPARAÇÃO EM ABYA YALA: A QUESTÃO INDÍGENA NA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO BRASILEIRA ATRAVÉS DA ANÁLISE DAS APURAÇÕES DO "CASO PARANAPANEMA"	343
SIMPÓSIO TEMÁTICO 49 - TERRITÓRIOS INDÍGENAS E POLÍTICAS DE PROTEÇÃO TERRITORIAIS EM ABYA YALA.....	344
ESTRATÉGIAS PARA MINIMIZAR OS IMPACTOS DECORRENTES DAS ATIVIDADES ANTRÓPICAS NA COMUNIDADE INDÍGENA MANGUEIRA, AMAJARÍ, RR	345
PENSANDO ESTRATÉGIAS: OS MECANISMOS TIRIYÓ NA RELAÇÃO DE TRABALHO COM OS MISSIONÁRIOS E MILITARES.....	345
TUXA TA PAME & JUMU'E HA RENDA KERUHU – RETOMADA E RESISTÊNCIA DE ESTRATÉGIAS POLÍTICA E CULTURAL DE GOVERNANÇA KA'APOR NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.....	345
TERRITORIALIDADES E PROTEÇÃO TERRITORIAL INDÍGENA NA REGIÃO DO RIO JEQUITINHONHA NO SÉCULO XIX	346
POVOS INDÍGENAS ENTRE O (IM)POSSÍVEL ORDENAMENTO TERRITORIAL E O LEGÍTIMO ARRANJO ESPACIAL: CONTRIBUIÇÕES DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA	346
AS TRANSSIGNIFICAÇÕES DO ARAKÁ KATOETÉ COMO RESISTÊNCIA/REINVENÇÃO CÓSMICA DOS POVOS AWAETÉ FRENTE AO AVANÇO DA FRONTEIRA NO VALE DO TOCANTINS-ARAGUAIA.....	347
O POVO AKWÊ-XERENTE DA ALDEIA FUNIL E A QUESTÃO SOCIAL.....	348





SIMPÓSIO TEMÁTICO 50 - PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DE RORAIMA: PESQUISA, PROTEÇÃO E DIFUSÃO	349
TRÂMITES ÉTICOS DAS PESQUISAS EM/COM POPULAÇÃO INDÍGENAS	349
O ESTADO DA ARTE DA ARQUEOLOGIA NO ESTADO DE RORAIMA	350
ARTE RUPESTRE DE RORAIMA: HISTÓRIA, INVENTÁRIO E MEMÓRIA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO	351
PROJETO DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO PEDRA DO PERDIZ, COMUNIDADE INDÍGENA PERDIZ, TERRA INDÍGENA SÃO MARCOS (MÉDIO SÃO MARCOS), PACARAÍMA-RR.....	351
“O MUSEU INTEGRADO DE RORAIMA (MIRR) E SEU ACERVO ARQUEOLÓGICO: UM LEGADO HISTÓRICO-CULTURAL PARA OS POVOS DA AMAZÔNIA”	352
PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO INDÍGENA NA TERRA INDÍGENA TROMBETAS-MAPUERA, RORAIMA	353
TECENDO RELAÇÕES ENTRE PRESENTE E PASSADO: AS COLEÇÕES ETNOGRÁFICAS E OS POVOS WAI WAI	354
UMA PEDRA AMOGÓ NO CAMINHO: À GUIA DO “PROGRESSO DOS BRANCOS”	354
MEMÓRIAS E PAISAGENS WAIWAI: DIÁLOGOS ENTRE ECOLOGIA E ARQUEOLOGIA ¹	355
URNAS FUNERÁRIAS DE ARAÇÁ	355
A OLEIRA PUPŸKARY: RELAÇÕES ENTRE AS PRÁTICAS ANCESTRAIS E ATUAIS.....	356
SIMPÓSIO TEMÁTICO 52 - HISTÓRIA INDÍGENA DA AMAZÔNIA: CULTURA, TRABALHO, CIDADE, MOVIMENTOS E PROTAGONISMOS	357
CUNHATÃS E CURUMINS: HISTÓRIAS COTIDIANAS DOS MENORES INDÍGENAS AMAZONENSES NO SÉCULO XIX	358
O FESTEJO DO PEIXE NA COMUNIDADE INDÍGENA VISTA NOVA COMO MANUTENÇÃO DA CULTURA INDÍGENA EM RORAIMA (2012-2023).....	358
PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS INTERCULTURAIS NA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA DAVI DE SOUZA (2023-2024).....	359
GAIVOTAS DA PRAIA DA ONÇA: O PARIXARA COMO CELEBRAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA ATRAVÉS DA DANÇA	360
PROJETO NARRATIVAS INDÍGENAS NA COMUNIDADE INDÍGENA VISTA NOVA (2023).....	360
O MOVIMENTO DOS ESTUDANTES INDÍGENAS DO AMAZONAS: MOBILIZAÇÕES, EXPERIÊNCIAS E OUTRAS PERSPECTIVAS DE CIÊNCIA (2016-2024)	361
SIMPÓSIO TEMÁTICO 53 - MAPEAMENTO DA LITERATURA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA NA ABYA YALA: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS	362
A POESIA DE MARIE-ANDRÉE GILL, POETA INNUE: DECOLONIZAR ATRAVÉS DO ÍNTIMO.....	363
A LITERATURA INDÍGENA E A TERRA COMO PEDAGOGIA: UM CANTO CONTRACOLONIAL	363
#LEIAMULHERESINDIGENAS: ETNOMÍDIA E NARRATIVAS TRANSMIDIÁTICAS NA LITERATURA INDÍGENA CONTEMPOR NEA	364





A ESCRITA INTERCULTURAL DE JOSÉPHINE BACON NO CONTEXTO DE ABYA AYLA.....	364
VOZES POÉTICAS DA FLORESTA: IDENTIDADE E IDENTIFICAÇÃO	365
VOZES INDÍGENAS NA LITERATURA DE EXPRESSÃO AMAZÔNICA.....	365
CHIHUAILAF Y ANZALDÚA, VOZES QUE HABITAM A LITERATURA NA AMÉRICA LATINA.....	366
MAPEAMENTO DA LITERATURA MAKUXI	366
SIMPÓSIO TEMÁTICO 54 - DESLOCAMENTOS E TERRITORIALIZAÇÕES DOS POVOS INDÍGENAS NO IMPÉRIO PORTUGUÊS (XVI-XIX)	368
UMA LÉGUA DE TERRA EM QUADRA: MOBILIZAÇÃO COLETIVA E PROTAGONISMO POLÍTICO INDÍGENA NA BAHIA (1700-1759).....	369
DESLOCAMENTOS, TERRITORIALIDADES, AMBIENTE E AS POPULAÇÕES INDÍGENAS NOS SERTÕES DO MARANHÃO E PIAUÍ NO SÉCULO XVIII	369
SIMPÓSIO TEMÁTICO 55 - (DES)APRENDÊNCIAS: PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE LEITURA LITERÁRIA ENVOLVENDO LITERATURA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA.....	371
A LITERATURA DE AUTORIA INDÍGENA EM SALA DE AULA: EXPERIÊNCIAS DE UM PROFESSOR INDÍGENA	372
PERCURSOS DE RIO: LITERATURA INDÍGENA E FORMAÇÃO DOCENTE	372
PÍLULAS DE ÁUDIO E RECEPÇÃO DA LITERATURA INDÍGENA: UMA PRÁTICA COM ESTUDANTES DOS ANOS FINAIS	372
LIBERTEM AS CRIANÇAS DAS CELAS DE AULA, DEIXEM-NAS CONHECER SEUS ANCESTRAIS: CUMPRASE A LEI Nº 11.645	373
PÍLULAS DE ÁUDIO E RECEPÇÃO DA LITERATURA INDÍGENA: UMA PRÁTICA COM ESTUDANTES DOS ANOS FINAIS	374
RESSIGNIFICANDO A PRÁTICA DA LEITURA LITERÁRIA ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE OBRA DE TEMÁTICA INDÍGENA REGIONAL.	374
A FORMAÇÃO DO LEITOR À LUZ DA LEI 11.645/08: UMA ANÁLISE DA OBRA “CRÔNICAS INDÍGENAS”, DE DANIEL MUNDURUKU	375
SIMPÓSIO TEMÁTICO 56 - POVOS INDÍGENAS E A CIRCULAÇÃO DE RENDA.....	376
COMO POBREZA, GÊNERO E ESTADO SE CRUZAM? UMA PERSPECTIVA SOBRE AUTONOMIA, CONSUMO E CIRCULAÇÃO DO DINHEIRO	377
ARRTESANIA KAXARARI: RESGATE IDENTITÁRIO E FORTALECIMENTO TERRITORIAL	377
SEM O “PREÇO DA TERRA”: O PAGAMENTO DOS INDÍGENAS NAS EXPEDIÇÕES DO CAMINHO DO GRÃO-PARÁ AO MATO GROSSO	378
SER MULHER INDÍGENA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA ALDEIA BARRINHA - TERRA INDÍGENA KAXARARI, PORTO VELHO-RO	378
CERÂMICA TUKANO: PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE RENDA DAS MULHERES INDÍGENAS DO DISTRITO DE TARACUÁ, EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA-AM	379





OOLODA/URUTÚ DE ARUMÃ MEDZENIAKO: CONHECIMENTO ANCESTRAL, RENDA, SUSTENTABILIDADE DA FAMÍLIA.	380
A CONVIVÊNCIA ENTRE A ECONOMIA TRADICIONAL E A ECONOMIA MODERNA NA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL E SÃO MARCOS	381
INTEGRAÇÃO E VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS POVOS TRADICIONAIS SOBRE EMPREENDEDORISMO	382
MULHERES INDÍGENAS, CIRCULAÇÃO DE DINHEIRO E MERCADORIAS EM COMUNIDADES INDÍGENAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA AMAZÔNICA – BRASIL, PERU E COLÔMBIA.....	382
SIMPÓSIO TEMÁTICO 57 - LÍNGUA, CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E DIVERSIDADE BIOCULTURAL E LINGUÍSTICA NA AMAZÔNIA	384
A INFLUÊNCIA NA ESCOLHA DA LÍNGUA DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS MUITAS LÍNGUAS INDÍGENAS FALADAS NO TERRITÓRIO WAYAMU.....	385
RELIGIÃO COMO UM LÓCUS DE CONVERGÊNCIA E ATRITO LINGUÍSTICO FRENTE A DIVERSIDADE BIOCULTURAL NA AMAZÔNIA	385
O PENSAMENTO APURINÃ NA CONCEITUAÇÃO DA NOMENCLATURA DE FAUNA E FLORA	386
A (RE)CONSTRUÇÃO E (RE)CRIAÇÃO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS CASOS INARI SÁMI (FINLÂNDIA) E APURINÃ (BRASIL)	387
ESTRATÉGIAS DE PROGRESSÃO TEXTUAL E ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA EM APURINÃ: UM ESTUDO INTRODUTÓRIO	387
LÍNGUA, TEMPO E ESPAÇO NA NARRATIVA DE AWÃI EM APURINÃ (ARUÁK)	388
TERMINOLOGIA DA FLORA EM APURINÃ (ARUÁK)	388
ESTRUTURAS DOS NOMES PRÓPRIOS NA LÍNGUA TIKUNA: UMA ABORDAGEM INTERFACE ENTRE MORFOLOGIA E SEMÂNTICA.....	390
SIMPÓSIO TEMÁTICO 58 - PROTAGONISMO INDÍGENA E BUSCA DO BEM-VIVER.....	391
SEM TÍTULO	392
GEOGRAFIA MULTINATURALISTA: ESPACIALIDADES INDÍGENAS E BEM VIVER NA LITERATURA YANOMAMI	392
APRENDER NA CONVIVÊNCIA: UMA PEDAGOGIA MĚBĚNGÔKRE.....	393
ETNOCOMUNICAÇÃO: O TWITTER COMO FERRAMENTA POLÍTICA NA CAMPANHA FORA GARIMPO, FORA COVID	393
SIMPÓSIO TEMÁTICO 59 - AS MEDICINAS INDÍGENAS E A VALORIZAÇÃO DE SEUS ESPECIALISTAS: UMA ABORDAGEM NECESSÁRIA PARA O BEM VIVER	395
PRÁTICAS DE CUIDADO DAS MULHERES BANIWAS EM TEMPO DE PANDEMIA NA CIDADE DE MANAUS.....	396
PARTEIRAS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA: NARRATIVAS, PRÁTICAS E COSMOLOGIAS NO AUXÍLIO AO PARTO E AOS CUIDADOS NEONATAIS EM COMUNIDADES INDÍGENAS DA REGIÃO DE OIAPOQUE-AP	396





REFLEXÃO SOBRE AS COMPETÊNCIAS DIGITAIS DOS AGENTES INDÍGENAS DE SAÚDE E SUA CONTRIBUIÇÃO NA PRODUÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	397
HORTA VIVA CENTRO DE PRODUÇÃO TAMANDUÁ	398
PRÁTICAS DE CURA E CUIDADO NO BAHSEKOWI – CENTRO DE MEDICINA INDÍGENA - DA AMAZÔNIA	398
CURAS E CURADORES/AS EM RORAIMA: EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA-AÇÃO EM ANTROPOLOGIA E INTERCULTURALIDADE	399
SEM TÍTULO	400
HORTA VIVA CENTRO DE PRODUÇÃO TAMANDUÁ	400
SEM TÍTULO	401



SIMPÓSIO TEMÁTICO 1 - AQUELES QUE NÃO APRENDEM COM O PASSADO ESTÃO CONDENADOS A REPETI-LO!

Coordenação:

Bárbara Nascimento Flores - Grupo de Pesquisa Wayrakuna/ UNEB-
Universidade Estadual da Bahia
Aline Lopes Kayapó

Resumo do Simpósio Temático: O que vem acontecendo na atualidade com os Yanomami, aconteceu com meu povo há 200 anos atrás! Pertencemos à nação indígena Borum, os remanescentes “Botocudos” de Minas Gerais (Brasil) – aquelas e aqueles guerreiros/as que enfrentaram bravamente a colonização das matas virgens ao longo dos Rios Doce, Jequitinhonha, Mucuri e das Velhas, durante os primeiros séculos desde o avanço dos colonizadores europeus em direção aos sertões mineiros em busca de ouro e pedras preciosas. Diante das violências territoriais, muitas famílias indígenas, tiveram que permanecer “caladas” para que seus descendentes pudessem sobreviver diante do projeto de extermínio declarado, sofrendo violentamente com os efeitos das influências da civilização ocidental, que chegou tão perto, à ponto, de optarem por manterem-se distantes, obrigadas a atirar no esquecimento muitas das riquezas da tradição, do pensamento e da espiritualidade indígenas. De 1500 e, de forma velada, até os dias atuais, a política indigenista brasileira foi e ainda é, sem dúvida, genocida em sua aplicação e o etnocídio e ecocídio são estratégias ainda em curso que tem o interesse de apagar as memórias originárias destas terras. E nestes últimos anos temos acompanhado o processo doloroso e lento da agonia dos Yanomami diante do avanço do garimpo ilegal em suas terras. Estamos diante de acontecimentos que achávamos que já estavam no passado. Quando os erros do passado não são contados, são apagados da história, eles podem se repetir no presente!

Diante do presente relato pessoal podemos concluir que no longo prazo, o genocídio com seus tentáculos etnocidas não exterminam os povos, mas os colocam em situações de sobrevivência extrema ao longo de muitas gerações.

Toda esta violência territorial provoca migrações compulsórias em busca de sobrevivência. A separação das famílias e perda das relações coletivas e com os territórios, desencadeia sentimentos e complexos existenciais que perduram ao longo de gerações. Relatos de suicídios, distúrbios, traumas, medo, pânico, loucura, timidez, baixa autoestima, violências interpessoais, agravados pelo alcoolismo e dependência química são algumas das consequências da colonização nos corpos indígenas das últimas gerações até a atualidade que estão presentes na oralidade das famílias indígenas que vivenciaram e vivem a colonização, como é o caso da minha própria família. Às feridas do período de colonização somam-se novas fraturas identitárias provocadas pela sociedade pós-moderna que continua a padronizar comportamentos e formas de pensar. É deste imbrincamento de opressões que surgem questionamentos sobre como a colonização tem afetado de diferentes formas os corpos indígenas e especialmente indígenas mulheres. Então, surge o movimento Plurinacional Wayrakuna - uma rede ancestral-filosófica que se vincula à reflexão sobre as lutas das indígenas mulheres no Brasil e nas Américas que tem lutado bravamente na resistência contra todas as formas de epistemicídios historicamente declarados.

E desta forma esta apresentação para o Simpósio Temático almeja fazer uma releitura de como as consequências do projeto colonial, como parte integrante de um processo global, vem afetando os povos indígenas ao longo do tempo e, assim abrir possibilidades para que possamos romper com a história única eurocentrada e descolonizar nossas epistemologias para abrirmos possibilidades de outras formas de ver, ser e estar no mundo.





POÉTICAS DA EXPROPRIAÇÃO

Ellen Lima Wassu (limaellen@gmail.com)

Universidade do Minho – PT

Financiamento: FCT

A comunicação esforça-se em conceituar a "poética da expropriação" como um processo presente na literatura e na imagem que despoja as identidades indígenas, ao mesmo tempo que legitima uma narrativa de expropriação territorial. O trabalho investiga a dualidade do conceito de território, destacando seu papel no projeto colonial, bem como aponta para as resistências territoriais informadas por essa noção. Apoiado pela noção de "poética do genocídio" de Antônio Paulo Graça, o texto busca apontar como essas poéticas perpetuam a violência simbólica sofrida pelos povos indígenas ao reivindicarem suas identidades e territórios usurpados pelas narrativas dominantes.

PRÁTICAS DE CUIDADO ANCESTRAIS DAS MULHERES BANIWAS EM TEMPO DE PANDEMIA NA CIDADE DE MANAUS

Valéria Marques Batista
valeriabattista49@gmail.com

Maria de Fátima Lima Santos
fatimalima4@gmail.com

O presente artigo tem como objetivo apresentar alguns resultados parciais de uma investigação em nível de tese sobre as práticas de cuidado das mulheres Indígenas Baniwa durante a pandemia na cidade de Manaus e a relação das mesmas com as ofertas dos serviços de saúde. A metodologia utilizada é a Escrivência Indígena inspirada na Escrivência de Conceição Evaristo que produz uma ruptura epistemológica quando exerce uma prática decolonial. Escrevendo nossas experiências, teço uma escrita coletiva, "uma escrita de nós" como forma de resistir e viver. A investigação será através de levantamento bibliográfico com reflexões de autores indígenas e não indígenas. As fontes documentais, dos órgãos de saúde e reportagens de jornais o trabalho de campo amparado por entrevistas com famílias Baniwa que vivem no contexto urbano da cidade de Manaus. Os Resultados parciais de acordo com os dados documentais levantados no Amazonas concentra o maior número de mortes entre indígenas pela Covid-19, e os órgãos de saúde do Amazonas ainda denominam que indígenas do "contexto urbano" são "cidadãos comuns" por viverem na cidade e que a prioridade de atendimento é para os aldeados. O não reconhecimento, dificultou o acesso aos serviços públicos de saúde e fez com que a região amazônica sofresse sobremaneira com a falta de assistência e controle em relação a disseminação do vírus. Outro movimento se propõe a compreender o modo de como as Mulheres Baniwas se organizaram para utilizar suas práticas de auto atenção e estratégias comunitárias de proteção e cuidado ancestrais Conclusão Espera-se nesse momento pandêmico aprender com as mulheres indígenas novos modos de ensinamentos de seus saberes e suas práticas tradicionais para a produção de saúde que são e foram fundamentais para o bem viver coletivo. Espera-se contribuir para identificar habilidades importantes para qualificar o cuidado a essas comunidades. São essas as perspectivas que nos propomos a explorar neste artigo.





WAIMIRI-ATROARI: UMA HISTÓRIA SER CONTADA

Luana Cássia Souza Coutinho de Oliveira

Programa de pós-graduação em Educação para a Ciência

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita filho"

luana.coutinho@unesp.br

(95) 991291452

Jorge Sobral da Silva Maia

Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

sobral.maia@unesp.br

(14) 997920373

Para entender a história sobre Roraima é imprescindível buscar referências sobre a colonização da América que se iniciou pelo estreito de Bering por volta de 11 a 12,5 mil anos. Muitos povos se instalaram na parte sul do continente, com isso, os primeiros habitantes do estado são descendentes desses colonizadores. Considerando que a história do presente e futuro está enraizada no passado, o objetivo deste trabalho é de apresentar uma síntese da história marcada por violências durante a construção da estrada entre Roraima e Amazonas - BR 174, entre o Exército Brasileiro e os Waimiri-Atroari, povos originários que habitam uma Terra Indígena - TI, homologada em 1989, localizada ao sul do estado, bem como informações sobre as negociações da construção da linha de transmissão de energia que ligará o estado ao Sistema Nacional de Energia Elétrica - Linhão de Tucuruí, destacando que entre esses dois momentos históricos, os povos "Kinjá", cujo significado da palavra é "gente de verdade", estiveram e estão diretamente ligados ao desenvolvimento de Roraima. A importância dessa perspectiva histórica se dá devido a construção das torres para a interligação estarem sendo construídas dentro da TI, assim como passa BR 174, podendo ocasionar uma lembrança dolorosa a esses povos originários marcados por violências, impactos significativos à cultura e danos ambientais em seu território.

DIVERSIDADE CULTURAL: BRINCADEIRAS E JOGOS POPULARES NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Juli Cristina Dorigon

UFRR

julicristinadorigon@outlook.com

Monalisa Pavonne Oliveira

Ao nos remetermos ao tema de diversidade cultural e a inclusão dela nas aulas de Educação Física Escolar sabemos que se torna de fundamental importância para promover a valorização das diferentes culturas presentes na sociedade. Nesse contexto, a incorporação de brincadeiras e jogos populares de diversas origens pode enriquecer a experiência educacional e social contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos. Ao introduzir brincadeiras e jogos populares de diferentes culturas nas aulas práticas de Educação Física, os professores que estão inseridos neste contexto proporcionam aos alunos a oportunidade de aprender sobre tradições e costumes de outros povos e poder vivenciar essas brincadeiras na prática. Além disso, essas atividades promovem a interação





entre os estudantes, incentivando o respeito e a valorização das diferenças. Quando nos reportamos ao aspecto motor, essas práticas contribuem para o desenvolvimento de habilidades motoras específicas e para a promoção de um estilo de vida ativo e saudável, além do trabalho em equipe. A inclusão da diversidade cultural nas aulas de Educação Física Escolar tem ao longo do tempo demonstrado resultados positivos em diversos aspectos: os alunos demonstram maior interesse nas atividades propostas, desenvolvem habilidades de cooperação e respeito mútuo, ampliam seu repertório cultural. Além de contribuir para a melhoria da saúde física e mental dos estudantes. Em síntese, a inserção de brincadeiras e jogos populares de diversas culturas nas aulas de Educação Física Escolar traz benefícios tanto para o desenvolvimento dos alunos quanto para o fomento da inclusão e do respeito à diversidade. Esse enfoque proporciona uma experiência educacional mais rica e significativa, preparando os estudantes para viverem em uma sociedade plural e multicultural.

A CHICHA E O MARICO: MARCADORES CULTURAIS DOS POVOS DA TERRA INDÍGENA RIO GUAPORÉ-RONDÔNIA

Maria das Graças Silva NASCIMENTO,

Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia-UNIR
mgsnsilva@unir.br

Josué da Costa Silva

Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia-UNIR
Jcosta1709@gmail.br

Hellen Virginia da Silva ALVES

Doutora em Geografia – UNIR
hellenalves_pvh@hotmail.com

Este estudo apresenta as nuances que configuram a chicha e o marico como marcadores culturais dos povos que habitam a Terra Indígena Rio Guaporé (TIRG). O objetivo do estudo foi identificar como estes dois elementos demarcam sua presença e importância da cultura e no modo de vida dos diversos povos que habitam o território e qual a participação da mulher para a manutenção dos mesmos. O estudo desenvolvido se fundamentou na Geografia Fenomenológica e de Gênero. Utilizamos os conceitos de Merleau-Ponty e Kozel para analisar a percepção da comunidade. Para pontuar os aspectos culturais e de gênero que envolvem a percepção e avaliação coletiva foram empregados conceitos de Claval, Bauman, Nascimento Silva e Silva, Nascimento Silva e Alves, Ornat, Vilaça e Brah. Os instrumentais de pesquisa utilizados foram rodas de conversa, entrevistas e questionários semi-estruturados aplicados às mulheres da TIRG, além da observação participante. Através das pesquisas realizadas, identificamos a dinâmica cotidiana que atribui importância vital à chicha e ao marico como elementos que perpassam as distintas culturas e modos de vida presentes no território, motivo pelo qual se configuram em marcadores culturais. Nesse processo, foi possível constatar que a mulher é responsável pela (r)existência desses elementos culturais, uma vez que o preparo da chicha e a confecção do marico são percebidos pelo coletivo como sendo trabalhos exclusivamente femininos e que, por motivos relacionados à cosmogonia dos povos, não podem ser delegados aos homens. Portanto, o trabalho feminino no preparo da chicha e na confecção do marico tem um sentido complexo e muito importante para esses povos, o que torna possível a presença destes marcadores culturais da Terra Indígena Rio Guaporé em Rondônia.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 2 - MOBILIZAÇÕES E MOVIMENTOS INDÍGENAS CONTEMPORÂNEAS NA AMAZÔNIA (1960-1980): CULTURA, IDENTIDADE E RELAÇÕES DE PODER

Coordenação:

Davi Avelino Leal -UFAM

Emanuel de Araújo Rabelo – UFAM

Resumo do Simpósio Temático: Partido do princípio da análise de uma “Nova História Indígena” da década 1970 até o tempo presente, desenvolvida principalmente por Jonh Monteiro e seus pares a nível nacional de uma História Indígena do Brasil e Davi Avelino Leal a nível regional de uma História Indígena na Amazônia e seus pares e que fazem um processo interdisciplinar das ciências sociais, em especial, com a Antropologia. Com isso, esta proposta de simpósio temático tem como o objetivo fazer uma reflexão histórico-antropológica dos movimentos sociais e culturais indígenas na contemporaneidade brasileira durante a ditadura militar e na ação de redemocratização do Brasil (1960-1980), dando a ênfase nos estudos sobre as populações tradicionais da Amazônia nas regiões transfronteiriças (Amazonas e Roraima), suas fronteiras e relações interétnicas, processos de territorialização, trabalho e resistência. Se utilizando um aporte metodológico e de técnicas de uma perspectiva das narrativas, práticas cosmológicas e análises de discursos indígenas (orais dentro da dinâmica da história oral) e (documentais como atas de assembleias indígenas e indigenistas, relatórios, jornais e adjacentes), das políticas indigenistas e projetos ‘desenvolvimentistas’ envolvendo esses sujeitos históricos e seus territórios.

Caderno de
Resumos



CONGRESSO
INTERNACIONAL
MUNDOS
INDÍGENAS,
AMÉRICA

ARTE, CULTURA,
ANCESTRALIDADE E
PERSPECTIVAS PARA
O BEM-VIVER

20-23 DE AGOSTO
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA



coimi.net



MOVIMENTOS INDÍGENAS EM RORAIMA: PODER E ALTERIDADE

Emanuel de Araújo Rabelo

(Emanuel de Araújo Rabelo- Universidade Federal do Amazonas-UFAM, Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES, e-mail: nellaraujo1995@gmail.com)

Essa trabalho tem como proposta discutir a questão dos movimentos e mobilizações indígenas em uma conjuntura geral, fazendo uma ligação com a situação das populações de Roraima, assim como desvinculação de um tipo regime de “tutela” por parte do Estado Nacional e o alcance de emancipação política dessas populações como grupos altamente organizados culturalmente e politicamente. A ênfase da pesquisa engloba os indígenas Macuxi na Terra Indígena Raposa Serra do Sol e a Igreja Católica como agente sociopolítico de um tipo de indigenismo na construção dos processos de reafirmações identitárias e dinâmismos sociais indígenas, de relações interétnicas e de contato, assim como as mobilizações indígenas com o grande movimento para a construção de direitos conquistados pela Constituição Federal de 1988, a análise de laudos antropológicos e jurídicos debatendo a questão do território da TIRSS e seus andamentos até a homologação da terra. E essas relações na região do rio branco são sócio históricas , mas se desenvolveram e se renovaram ao longo das conjunturas etnográficas e históricas desse processo de relação interétnica. Os movimentos indígenas na contemporaneidade, a partir da organização étnica e dos direitos conquistados e buscados no dia a dia dessas populações, voltaram se para a questão dos anos finais do século XX. Seja nas relações conflituosas da terra, ou mesmo pelo próprio estado brasileiro, se constroem um movimento de territorialização.

Eixo temático: Políticas indigenistas e indígenas- séculos XX e XXI: lutas e conquistas

CRIADORES DE GADO: EXPERIENCIA MACUXI COM O GADO BOVINO

Gilmara Fernandes Ribeiro- (Gilmara Fernandes Ribeiro) UFRR\CAPES email:liskamuu@gmail.com

O trabalho etnográfico debruçou-se sobre as relações socioculturais entre os Macuxi e o gado bovino, na aldeia Barro, etnoregião Surumu, município de Pacaraima, buscando perceber como os indígenas ressignificaram o gado bovino em suas relações sociais. Desenvolvimento. A pesquisa teve como metodologia científica, entrevistas semiestruturas e abertas com lideranças indígenas, missionários e indigenistas, perfazendo uma descrição histórica do processo de introdução do gado bovino nos territórios. Através de suas narrativas, trajetória de vida e memória social, foi construindo o esboço etnográfico de como o gado bovino foi ressignificado por eles. Desde final do século XIX e início das primeiras décadas do século XX, os Macuxi vivenciaram os primeiros contatos com os colonos e a relação com o gado bovino, que foram aos poucos cerceando seus territórios de diversas maneiras. Ao longo da história, seus territórios indígenas foram invadidos por fazendas, período identificados por eles como; o gado como uma maldição. Na década de 1970, apoiado pela igreja católica após uma mudança de postura e de prática com uma linha progressista, consolidou uma aliança entre missionários e indígenas que favoreceu a reconquista de seus territórios através de um projeto político e econômico denominado: Uma vaca para o índio, o gado como uma benção. Esse processo





culminou com a consolidação de um dos principais movimentos indígena de Roraima e do Brasil. O resultado da pesquisa concluiu que os povos indígenas em suas narrativas e trajetórias de vida e em sua memória social, o gado foi ressignificado ao longo do tempo, passando de um instrumento de exploração, para um instrumento de conquista de seus territórios e reafirmação de direitos. As relações com o gado, foram construídas a partir de um viés comunitário, dando suporte para as suas pautas reivindicatórias e de mobilizações. Conclusão: Atualmente os povos indígenas possuem um rebanho bovino de mais de cinquenta mil cabeças de gado, valor mais e uso do que de bem, afirmando sua identidade de criadores de gado, orgulhoso de sua história e de sua luta. Ciente dos diversos desafios de sua gestão e manejo, atualmente dedicam ao melhoramento do gado coletivo e de sua forma de manejo, administração e criação.

NA SEMEADURA DA MEMÓRIA: HISTÓRIAS DE GENOCÍDIOS E A “ABERTURA DA PALAVRA” NAS TRILHAS DA POLÍTICA INDÍGENA (ALTO SOLIMÕES –AM, 1970-80)

(Tamily Frota Pantoja – PPGH-UFAM – tamilyfrota@hotmail.com)

Esta comunicação resulta de pesquisa de mestrado que investigou as práticas de violência contra os Ticuna do Alto Solimões, no Amazonas, as quais desdobram o caso conhecido como “massacre do Capacete” e cujas denúncias apontam para a problemática do genocídio indígena no Brasil contemporâneo. O processo histórico no qual as instituições criminais/judiciais brasileiras lidaram com esse tipo de ação criminal foi enredado por diversas práticas sociais de denúncia, articuladas às disputas por memória e à movimentação por direitos entre as comunidades. A utilização da categoria genocídio permitiu a reflexão sobre modalidades específicas de violência atualizadas contra os indígenas, práticas que não se restringem ao extermínio e nem ao passado dessas populações. Os Ticuna da área indígena São Leopoldo, demarcada ao longo da década de 1980, produziram seus próprios relatos acerca do massacre e de temas mais amplos sobre a violação de seus direitos. Dois contextos são entrelaçados por diferentes fontes escritas para ampliarmos a concepção de violências sistemáticas: os relatos acerca dos conflitos na área indígena Vale do Javari e as memórias em torno da criação de direitos pelas comunidades Ticuna. Suas lutas políticas pelo direito à comunicação e à participação pública evidenciam movimentos de dimensões não apenas locais, mas de circularidade nacional das suas ações por autonomia, sob um contexto plural de forte contraposição ao poder tutelar. Essa discussão situa-se no campo da História Social, em diálogo com a chamada “Nova História Indígena” e suas preocupações com as múltiplas relações da política indígena, para além da história do indigenismo.

UMA LONGA DURAÇÃO DO INDIGENISMO BRASILEIRO: IDEOLOGIAS, PROTAGONISMO INDÍGENA E PODER TUTELAR ENTRE SPI E FUNAI – 1963-1968

TALITA GAMA DE MAGALHÃES

(Talita Gama de Magalhães. Universidade Federal do Amazonas. FAPEAM - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas. E-mail: talita.jc@hotmail.com)

O ano de 1967, marca o fim do Serviço de Proteção aos Índios - SPI, como órgão indigenista brasileiro. Os relatórios de atividades dos sertanistas do período, como por exemplo Gilberto Pinto Figueiredo, demonstram como as tentativas precárias de realização desse indigenismo, idealizada pelo Serviço falhavam desde a falta de estrutura oferecida pela instituição a execução conforme o que era





esperada dos grupos indígenas. É possível a problematização dessa idealização como impedimento de um indigenismo efetivo, que considerasse a atuação dos indivíduos conforme suas necessidades. Um documento, datado de 1962, propõe a criação de um “Estatuto de Povoação Indígena”, visando diretrizes para organização das comunidades indígenas de etnia Terena, no Mato Grosso do Sul. Na estrutura da proposta, encontramos pontos que decidem que essa configuração tenha por base a gestão indígena, porém, com horários de trabalho determinados pelo SPI. O projeto nunca foi levado a frente, com os autores sido processados e exonerados no contexto das investigações que encerraram as atividades do SPI. Vemos porém que mesmo no âmbito da administração da FUNAI, novo órgão indigenista, fundada em dezembro de 1967, já demonstrava que as ambições para novas formas de fazer um indigenismo, no contexto da Ditadura militar, não terá êxito nem mesmo em oferecer melhores condições para seus funcionários, enquanto que a frente militar que desenvolvia os projetos implementados no período, demonstram um declínio da política indigenista, que passa de “pacificadora” a enfrentadora, como demonstram os relatórios administrativos, por exemplo, da atuação da FUNAI frente às políticas de contato com os Waimiris Atroaris. As reflexões aqui propostas, estabelecem que as ideologias guiavam os modelos de trabalho impostos e não somente os altos comandos que dirigiam esses órgãos, mas também dos sertanistas que atuavam nos Postos, como também os que os próprios indígenas geriam para si, formando assim uma rede de complexas formas de administração, que envolve conflitos ideológicos, um persistente protagonismo da parte dos indígenas, num paradoxo, diante das mudanças propostas nas mudanças e transferência de poder entre SPI e FUNAI, instigando a reflexão acerca de uma “longa história” indigenista, enquanto categoria conceitual, que percebe o fim do SPI, não como uma mudança, mas parte do indigenismo continuum já engessado na política brasileira, tendo somente sido endurecido pelo discurso da Ditadura militar.

Eixos temáticos: História Indígena e do Indigenismo/ Ditadura Militar

LINGUAGEM E MEMÓRIA ANCESTRAL: A LEGÍTIMA HISTÓRIA NA LENTE DA MEMÓRIA SOCIAL

Danielle Gonzaga de Brito

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS/Campus Três Lagoas

CAPES

danielledgb@gmail.com

O objetivo é desenvolver um diálogo entre Linguística Aplicada (LA) transdisciplinar em uma perspectiva da Análise de Discurso (AD) desconstrutivista, apresentando gestos no espaço de tensão entre discurso, texto/mídia, memória e linguagem, e a importância da memória ancestral para a educação Munduruku. Para a AD, o discurso é o resultado da articulação da língua com a História; em outras palavras, é materialização do processo enunciativo enquanto estrutura e acontecimento. Uma vez que o sentido se constitui pela interação entre os interlocutores componentes nos processos de estrutura e acontecimento, o sujeito da AD é aquele da incompletude e não responsável pelos processos dos fenômenos discursivos. A completude do sujeito se dá apenas em relação ao outro, na interação social do espaço discursivo. A afirmativa da associação da linguagem à sociedade, ao contexto histórico-político-social em que o sujeito está inserido é inegociável e nunca está fixo nas palavras, mas determinado pela/na História. Outro aspecto importante com relação ao discurso é seu caráter heterogêneo e quase nada visível. É o trajeto de leitura, ou seja, diálogos, tensões, deslocamentos, que direcionam o sentido da interpretação que se articula entre diferentes discursos





dentro de um mesmo campo discursivo. É partindo das compreensões dos pressupostos da AD que apresentamos uma discussão sobre os procedimentos de produção de efeitos de sentido em textos de mídia para tentar entender os diferentes processos de trajeto de leitura, que permitem ao leitor perceber os entrelaçamentos da História e sua relação com a memória na leitura desses textos. Nesse sentido, nos referimos as palavras de Jean-Jacques Courtine quando afirma que, “A memória que nos interessa aqui é a memória social, coletiva, em sua relação com a linguagem e com a história”. São esses efeitos de sentido que nos interessam na justificativa do uso do texto mídia “Os últimos falantes da língua Munduruku do Amazonas: os profetas da ancestralidade” que está disponível na plataforma YouTube (<https://www.youtube.com/watch?v=UbGZbrxRQjM>), como instrumento de potencialização da memória ancestral para a educação Munduruku, com ênfase na linguagem por uma linguística aplicada da Indisciplina. Os processos de retomada da língua munduruku e o fortalecimento da Educação Escolar Indígena na TI Kwatá-Laranjal são alguns dos resultados apresentados.

MEMÓRIA, GÊNERO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM TRAJETÓRIAS DE LIDERANÇAS INDÍGENAS EM SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ, ALTO SOLIMÕES/AMAZONAS (1970- 1990)

Fabiana Lopes Saquiray: Doutoranda em História Social pelo Programa de Pós – Graduação em História (PPGH) pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) , Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Email: fabianasaquiray62@gmail.com.

O presente resumo destaca o projeto de doutoramento aprovado pelo Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, vinculado a Universidade Federal do Amazonas – UFAM em 2023/2. A pesquisa debruçará sobre os movimentos indígenas. Santo Antônio do Içá está localizada na região Norte do Brasil. É um dos sessenta e dois municípios que compõem o estado do Amazonas, a 888 km em linha reta da capital Manaus e 1.310 km por via fluvial, é uma cidade altamente indígena (Kokama, Kambeba, Ticuna, Kaixana e dentre outros) cidade banhada pelo grande Rio Solimões. O projeto se desenvolverá a luz das trajetórias de lideranças indígenas, faz-se necessário identificar experiências dos sujeitos ligados aos povos que resistem para existir há séculos de colonização espanhola e portuguesa. Os povos indígenas sobrevivem a diversas formas de opressões, lutam pela vida, pelo território e pela permanência de sua própria identidade. Como todas as regiões da Amazônia, o Alto Solimões é marcado pela forte presença indígena. Não menos marcante foi a presença dos colonizadores, representados no primeiro instante pela Igreja Católica com suas missões. Acredito ser esse um caminho para pensar os movimentos indígenas no tempo presente, através de trajetórias de mulheres que vivenciam as lutas de organizações indígenas, é de conhecimento de todos que nem sempre temos dado o lugar no palco aos indígenas, apesar desse silenciamento julgado por séculos de colonização, essas diversidades de povos indígenas não foram extintos, estão vivos se organizando em aldeias, comunidades e associações, lutando por políticas públicas, territórios, manutenção de sua cultura. A inserção da mulher na vida pública percorreu caminhos difíceis, e quando se trata de mulher indígena, suas lutas travadas continuam sendo incessantes. A pesquisa tem como objetivo geral, evidenciar o protagonismo das lideranças de mulheres kokamas em Santo Antônio do Içá/AM, por meio da História Oral, da narrativa, da memória e da identidade. A história indígena como objeto dos historiadores tem despertado um crescente interesse entre pesquisadores do campo historiográfico. Especificamente, no campo da História Cultural, haja vista a temática revelar-se um caminho promissor para uma análise crítica das práticas culturais, sociais e de representatividade. A linha de concentração da pesquisa é Cultura e Representação. Atuando na Nova História Cultural Indígena.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 3 - ALIMENTAÇÃO INDÍGENA: ASPECTOS CULTURAIS, (IN) SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR

Coordenação:

Luana de Sousa Oliveira - Instituto Federal do Tocantins-IFTO

Resumo do Simpósio Temático: Alimentar-se é uma necessidade fisiológica, mas o que, quando, onde, como e o quanto comemos está intrinsecamente relacionado a fatores culturais, socioeconômicos e ambientais engendrados ao longo da história humana. Quando se trata especificamente da alimentação de Povos Indígenas inúmeras pesquisas estudam os aspectos culturais da alimentação como um fator identitário dos grupos étnicos, porém ainda são poucos os registros ao considerar o número de etnias existentes e as especificidades alimentares que cada uma delas tem, o que inclui: saberes, fazeres, utensílios, entre outros aspectos materiais e imateriais de uma cultura alimentar. Logo estudos que versam sobre as culturas alimentares são necessários, pois colaboraram para a sua preservação e valorização. E ao tratar das culturas alimentares indígenas no presente momento em que se vive é tratar também da (in) segurança alimentar vivida nos territórios indígenas por diversas etnias em função de diversos fatores, a exemplo, das pressões externas decorrentes de projetos agropecuários, hidroelétricos e mineradores que impactam negativamente suas práticas tradicionais de pesca, caça, roça e coleta. As mudanças nos seus modos de acessar os alimentos, relacionados a outras questões como a prática de novas funções e contato a longo prazo não indígenas resulta em novos hábitos alimentares, fome e doenças. Essa realidade põe em risco a permanência e transmissão das culturas alimentares indígenas e a própria existência dos indígenas, já que estes estão adoecendo neste cenário de insegurança alimentar que se opõe ao direito da Soberania Alimentar que está diretamente relacionada a especificidade e diversidade de cada cultura alimentar. Assim entende-se que a cultura alimentar, a (in) segurança e soberania alimentar estão interligadas e podem ser discutidas a partir de pesquisas que abordem os temas de forma isoladas ou cruzados.





TERRITÓRIO, CORPO, ESPÍRITO: UMA CONCEPÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS EM MOVIMENTO PARA O DEBATE DE SOBERANIA ALIMENTAR

Inara do Nascimento Tavares
Insikiran/UFRR - CPDA/UFRRJ
paceinaragen@gmail.com

Explorando o conceito de território-corpo-espírito como uma proposição política e epistemológica desenvolvida pelas mulheres indígenas durante a I Marcha das Mulheres Indígenas em 2019, buscamos analisar a soberania alimentar sob essa perspectiva. Destacamos a experiência das mulheres indígenas da Associação Cultural Indígena do Estado de Roraima – KAPOI, uma associação multiétnica situada no contexto urbano da cidade de Boa Vista, em Roraima.

Através dessa abordagem, é possível observar como esse coletivo elabora estratégias para lidar com situações de insegurança alimentar e promover a segurança alimentar, ao mesmo tempo em que fortalece a identidade étnica em um ambiente urbano por meio da cultura alimentar. Assim, espaços como as malocas, os girais, os fogareiros e as cozinhas comunitárias emergem como locais de poder, tomada de decisão e resistência para as mulheres indígenas, contribuindo para a construção da soberania alimentar. São lugares onde a comida se torna teoria, e os sabores são expressões do território, corpo e espírito, fundamentais para a afirmação de uma forma de soberania alimentar desde os povos indígenas.

SABERES ANCESTRAIS ALIMENTARES E AGRÍCOLAS DO POVO TAUREPANG DE RORAIMA

Clemilse Monteiro da Silva (Centro de Ciências Agrárias CCA-UFRR)
weiba.monteiro@gmail.com

O resgate dos hábitos alimentares e sistema agrícola tradicional do povo taurepang de Roraima é um dos assuntos que vem preocupando a essa população indígena. Esses costumes e conhecimentos eram repassados para as próximas gerações de forma oral e mediante a prática do cotidiano. Sabendo que, com a proximidade das cidades, os modos e hábitos relacionados à alimentação tradicional indígena vem sofrendo grandes modificações, trazendo vários problemas, dentre eles a perda dos conhecimentos na produção dos roçados e da agricultura praticada milenarmente e que formam a base alimentar desta população. Por conseguinte, doenças relacionadas a má alimentação como diabetes, obesidade, pressão alta dentre outras, são diagnosticadas com mais frequência. Por isso que, consideramos importante e necessário documentar e resgatar os saberes e práticas ancestrais agrícolas e alimentícios deste povo indígena. Foram entrevistadas pessoas acima de 40 anos nas comunidades Bananal, Sorocaima I, Guariba e Boca da Mata (Alto São Marcos), Miguel da Cachoeira (Terra Indígena Raposa Serra do Sol - TIRSS) ambas regiões pertencentes ao Município de Pacaraima. Como metodologia utilizou-se às abordagens qualitativa e quantitativa de natureza exploratória e por médio de entrevistas semiestruturadas.





PRÁTICAS AGRÍCOLAS E SOCIAIS EM COMUNIDADES INDÍGENAS DA SAVANA AMAZÔNICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017

Danverson Bentes Chaves¹, Leila Chagas de Souza Costa², Márcia Teixeira Falcão²

¹Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima

²Universidade Estadual de Roraima

danverson@outlook.com

No âmbito do Censo Agropecuário de 2017, foram conduzidas análises das práticas agrícolas em comunidades indígenas, destacando a notável disparidade em relação aos métodos convencionais. Como parte deste estudo, observou-se a ausência de conceitos como "produção por hectare", "consórcio" e "rotação de cultura", evidenciando a necessidade de uma abordagem sensível à diversidade cultural. Nas comunidades indígenas da região da savana amazônica, nos municípios de Normandia e Uiramutã, identificou-se uma agricultura que difere profundamente do modelo convencional, onde seus plantios são situados próximas a encostas e igarapés. As famílias cultivavam uma variedade de plantas em pequenos lotes dispersos, muitas vezes distantes de suas moradias. Esta prática, comum na região, reflete uma relação intrínseca com o ambiente e uma adaptação às condições locais. Destaca-se a organização comunitária na produção de certas culturas, como o feijão, mandioca e também na criação de gado bovino, gerida por um único vaqueiro para toda a comunidade. Esta estrutura econômica e social revela dinâmicas complexas de reciprocidade e solidariedade, onde o cuidado dos mais velhos, incapazes de participar da agricultura, é uma responsabilidade compartilhada. A compreensão dessas práticas agrícolas e estruturas sociais é essencial não apenas para a precisão dos dados do censo, mas também para uma abordagem holística e inclusiva no desenvolvimento de políticas públicas. O reconhecimento e respeito pela diversidade cultural e pela sabedoria tradicional são fundamentais para garantir a sustentabilidade e a equidade nas políticas agrícolas e de desenvolvimento em áreas indígenas.

RELAÇÃO ENTRE DESNUTRIÇÃO E DOENÇA CARDÍACA NA POPULAÇÃO YANOMAMI

RAYZA PEREIRA BARBOSA (RAYZA), UFRR

rayzabarbosa31@gmail.com

Os povos yanomami, passam, a partir de seu contato com não índios, por importantes transformações em seus modos de vida, as quais estão afetando suas práticas alimentares, condições de vida e de saúde. Tais mudanças afetam diversas dimensões da vida dos povos indígenas e os expõem a maiores riscos de desenvolvimento de problemas nutricionais, com todas as implicações que estes processos podem trazer à saúde cardíaca. O presente estudo qualifica-se como uma revisão da literatura com abordagem narrativa, elaborada a partir da utilização das bases de dados SciELO e PubMed, onde por meio dos descritores: desnutrição, yanomami, hipertensão, insuficiência cardíaca. Discussão: a desnutrição pode levar a doenças cardiovasculares, como cardiomiopatia, insuficiência cardíaca, arritmia cardíaca e, em alguns casos, morte súbita durante a infância. A desnutrição afeta a saúde cardiovascular tanto na infância quanto na idade adulta e pode levar à doença arterial coronariana e hipertensão. Conclusão: são necessárias políticas públicas que foquem na autossuficiência desses povos, para que eles possam suprir suas necessidades de forma que não se crie dependência com não-indígenas, Assim, são necessários mais estudos para analisar outros





fatores de riscos associados às doenças cardiovasculares, além do combate sério ao garimpo ilegal, que é a base do agravo desse cenário.

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO CONTEXTO DA ESCOLA INDÍGENA DO POVO BALATIPONÉ-UMUTINA

Eliane Boroponepa Monzilar
Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT
monzilar.eliane@unemat.com.br

O presente artigo faz a abordagem do Projeto Educação Alimentar e Nutricional (EAN), cujo tema enfatizado foi a Alimentação Saudável, realizado na Escola Estadual Indígena Julia Paré, localizada na Aldeia Umutina, Território Indígena Umutina, município de Barra do Bugres, capital Cuiabá- MT. A temática proposta está interligado no Projeto Político Pedagógico da referida escola, perpassando todas as áreas do conhecimentos e propiciando experiências no cotidiano das atividades escolares. A alimentação para os povos indígenas é essencial para a sobrevivência, cada qual tem as suas particularidades alimentares o manejo e a preparação que inclui os saberes, fazeres, utensílios, aspectos materiais e imateriais. A importância da Alimentação Saudável para todas as pessoas e que está interligado com a vida, forma de vivência familiar e coletiva e o manejo da roça. O estudo visou as culturas alimentares do povo Balatiponé-Umutina são necessários, pois, contribuem para a sua preservação, incentivo e valorização. Ao enfatizar na pesquisa os alimentos indígenas no presente momento em que se vive no território, surgiu outros subtemas que perpassa neste quesito e são vivenciados pelos Balatiponé-Umutina no âmbito familiar, comunitária, bem como no espaço da escola. As transformações que sucederam ao longo dos anos nos seus modos de acessar e consumir os alimentos, relacionados as práticas de alimentos com não indígenas resultaram em novos hábitos alimentares, bem com a introdução de doenças. O desenvolvimento do projeto procedeu da seguinte forma: reunião entre docentes e gestão escolar, organização, planejamento das atividades, participação dos estudantes do ensino fundamental, o ensino médio, oficinas, entrevista com ancião, atividade em grupo, pesquisa bibliográfica e sistematização da comunidade escolar. É importante destacar uns dos resultados foram ações de incentivo, dinâmico e participativo e fortalecimentos das práticas dos saberes e sabores alimentares tradicionais na comunidade escolar. Desenvolveram uma roça/horta escolar, onde os estudantes, professores trabalharam as práticas dos componentes curriculares na agroecologia, as técnicas, manejo indígenas e as práticas culturais Foi enriquecedor, a expectativa foi positiva, observou-se o interesse, desempenho, a participação e aprendizagem dos estudantes do ensino fundamental e médio dentro das questões que foram desenvolvidas, foram satisfatório na realização e na apresentação dos grupos, bem como sendo um registro dos saberes alimentares do povo Balatiponé-Umutina.

Palavra-Chaves: Educação alimentar. Estudantes. Balatiponé-Umutina.

O USO DA CARTILHA DE ALIMENTAÇÃO TRADICIONAL DO POVO NUKINI COMO MATERIAL DIDÁTICO NO ENSINO DE LÍNGUAS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL, BRASIL

Leila Silva de Souza Nukini
Universidade Federal do Acre
Leila.nukini@sou.ufac





Este relato de experiência aborda a utilização da Cartilha de Alimentação Tradicional do Povo Nukini como material didático no ensino de línguas na Amazônia Ocidental, Brasil. O objetivo é integrar o conhecimento tradicional e cultural no currículo escolar, enriquecendo o processo de ensino aprendizagem e promovendo a valorização da identidade indígena. Os resultados observados destacam a eficácia da cartilha em fomentar a compreensão e o respeito pela diversidade cultural, reforçar a importância da alimentação tradicional na construção da identidade Nukini e incentivar práticas sustentáveis de consumo. A experiência reitera a necessidade de políticas públicas voltadas para a interculturalidade crítica nas escolas.

Palavras-chave: Educação Indígena; Alimentação Tradicional; Interculturalidade.

ÄDEEJA: PRÁTICAS ALIMENTARES DO POVO YE'KWANA

Viviane Cajusuanaima Rocha (PPGAS/UFAM)

viviyekuana18@gmail.com

Este trabalho trata-se de uma etnografia de práticas alimentares do povo Ye'kwana, especialmente o trabalho feminino de cultivo de alimentos nas roças. Tratarei da produção e o consumo de alimentos e sua associação aos cantos e às narrativas da tradição oral ye'kwana. Serão descritas algumas regras e restrições alimentares em diferentes etapas da vida e como a alimentação está relacionada à produção dos soto neene, pessoas de verdade. A pesquisa foi realizada para elaboração de minha dissertação de mestrado, intitulada "Ädeeeja: soberania alimentar do povo Ye'kwana", defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFMG em 2021.

Nós Ye'kwana vivemos no nosso território tradicional, que se estende entre o extremo norte do Brasil até o sul da Venezuela. Esse território foi dividido pelos brancos no processo de colonização, pois para os Ye'kwana não existe divisão de fronteira. Na Venezuela, são por volta de 60 aldeias ye'kwana que estão situadas em amplo território nos estados Bolívar e Amazonas. De acordo com o censo de 2011 do Instituto Nacional de Estadística (INE), a população total é de cerca de 8.000 pessoas. No Brasil, são três aldeias ye'kwana situadas na porção noroeste do estado de Roraima, na Terra Indígena Yanomami, duas ao longo do Rio Auaris (Fuduwaaduinha, conhecida como Auaris e Kudaatannha, conhecida como Tucuxim) e uma situada ao longo do Rio Uraricoera (Waichannha, conhecida como Waikás).

A pesquisa propõe a investigar a história e o surgimento dos alimentos hoje consumidos pelos ye'kwana e como este consumo está associado a uma série de restrições a depender da faixa etária e de outros marcadores importantes na vida das pessoas (o nascimento dos filhos, a primeira menstruação das meninas, dentre outros). Examinarei o processo de produção de alimentos cultivados, a abertura de novas roças, o plantio, os cuidados com a roça e a preparação dos alimentos e como cada etapa está associada a um conjunto de conhecimento, principalmente as narrativas tradicionais e cantos.

A CURA E ALIMENTO ANCESTRAL

Reinaldo de Jesus Cunha

reinaldopotiguara@gmail.com





O presente trabalho é o resultado de pesquisa etnográfica, militância, vivência, e interculturalidade (Mbyá) na Aldeia Mata Verde Bonita (Maricá/RJ). No presente expediente, pretendemos trazer um breve resumo da importância do plantio de alimentos saudáveis para o equilíbrio diário do bem viver guarani. E para fundamentar o presente artigo, utilizamos como fontes de pesquisa: documentação em vídeo, fotografias, depoimentos orais; material bibliográfico sobre políticas públicas de segurança alimentar; relatos da presença na (Cerimônia do Nhemongaraí 2022) onde ocorreu a inauguração da Casa de Reza (Opy); local onde celebra a cerimônia da plantação e colheita do Milho; batismo de crianças, adultos e o alimento ancestral. Análise dialógica à luz das demandas e soluções de políticas públicas reivindicadas junto ao CEDIND-RJ (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Estado do Rio de Janeiro); Demandas dialogadas e apresentadas na Cerimônia Nhemongaraí pela Comissão Guarani Yvyrupá; formas de resistência adotadas no processo de consolidação da presença indígena no território ainda não demarcado. Caminhada e protestos no canteiro de Obra Resort Maraey; devida a dificuldade de locomoção na reserva: área de proteção ambiental da Restinga de Maricá; onde se encontram sementes para o artesanato; apiários para colheita do mel; e remédios das plantas oriundas do território.

BAHSÉ AHPOSE – OS RITOS DE ADOCICAMENTO DAS ÁGUAS E DOS PEIXES NA PRÁTICA DO TINGUIJAMENTO NO ALTO VAUPÉS

José Carlos Almeida Cruz – Universidade do Amazonas – UFAM
waikiyuse@gmail.com

Nas paisagens etnográficas do Noroeste Amazônico Brasileiro se encontra o Rio Vaupés, na Terra Indígena do Alto Rio Negro, no Município de São Gabriel da Cachoeira. É nesta paisagem que os povos do Vaupés praticam o Bahsé Ahpose – os ritos de adocicamento dos peixes na prática do tinguijamento. O conhecimento deste rito e sua prática é intercultural porque é resultado de encontro de conhecimentos cosmológicos e cosmopolíticos na vida dos povos do Vaupés. Este rito se realiza pelos diálogos com Kumuã (Pajés), porque o adocicamento faz parte da fórmula na taxonomia que envolve elementos ecológicos assentados nos elementos benéficos do Bahsé Ahpose (restauração). Realizam-se o rito em três eventos: o ritual de ceva dos peixes; ritual de ceva de alimentos boiantes aos peixes e o tinguijamento; e o ritual de adocicamento cosmotécnico e ecológico pós-tinguijamento. Este último é o Bahsé Ahpose que envolve o reordenamento (bahsé ahponxkösé) do igarapé tinguijado e a adocicação das águas e dos peixes, como forma de negociação diplomática os com Wai Mahsã (seres cósmicos) porque envolve a limpeza, a recomposição alimentar e tornar aprazível, as suas moradas. Aos povos do Vaupés, Bahsé Ahpose garante a segurança alimentar, evita as doenças e a extinção dos peixes. Ou seja, o adocicamento (mumipo'se), no sentido de tornar a água em mel, deixa o ambiente intoxicado e doente em seu estado anterior e renovado. E esta prática garante e propicia a subsistência inter-relacionada entre seres humanos, as águas e os peixes. É um ritual envolto em relação cosmopolítica dos povos do Vaupés com os peixes. Envolve os especialistas o Kumu (Pajé), Yâi (Xamã) e Bayaró (mestre das cerimônias) que dialogam com os Ahko Mahsã (Gente Água) e o Wa'i Mahsã. Assim sendo, o conhecimento cosmológico e cosmopolítico dos Pamuri Mahsã (Gente da Transformação) e Wa'i Mahsã (Seres Cósmicos) é imprescindível para falar do rito, da segurança alimentar e da perpetuação da vida das espécies. Assim, o argumento desta pesquisa etnográfica é estabelecer diálogo sustentável indígena de preservação e conservação ecológica que a partir da compreensão de que Bahsé Ahpose estende sua ação ativadora de reordenamento, também, em terras, florestas, plantio, coleta, criação, caça, pesca, etc. Assim, o rito





de adocicamento é uma prática da medicina indígena farmacologicamente ecológica que proporciona as ressurgências, a partir do sopro e prática concreta. É um diálogo que pretende contribuir com a antropologia indígena e não indígena na perspectiva de sustentabilidade indígena na Amazônia indígena.

DA DAMORIDA COM BEIJU AO CONSUMO DOS ULTRAPROCESSADOS REFLEXÕES SOBRE SAÚDE E ALIMENTAÇÃO ENTRE O POVO MACUXI

Greyce Kelle Fidelis Paulino (PPGSOF/Universidade Federal de Roraima – Bolsa CAPES – greycekellepsc@gmail.com)

Amarildo Ferreira Junior (Instituto Federal de Roraima/PPGSOF – amarildofjunior@gmail.com)
Carlos Alberto De Sousa Cardoso (Universidade Federal de Roraima – carlos.cardoso@ufrr.br)

A presente comunicação corresponde a uma pesquisa em desenvolvimento no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima (PPGSOF/UFRR), vinculada à linha de pesquisa "Territorialidade e Conflitos Socioambientais na Amazônia". A pesquisa propõe uma reflexão sobre saúde e alimentação entre o povo Macuxi, localizado em Roraima, contextualizada pela vivência de sua primeira autora em sua comunidade de origem. O objetivo central é analisar as transformações no sistema agroalimentar dos Macuxis durante o período de 2002 a 2024 e as implicações dessas mudanças na saúde desse povo. A metodologia combina revisão de literatura e pesquisa documental, abordando territorialidade, conflitos socioambientais e o direito à alimentação saudável, com destaque para as memórias e arquivos pessoais da pesquisadora. É importante ressaltar que a perspectiva da primeira autora do trabalho como originária do povo Macuxi fornecerá uma base essencial para contextualizar e enriquecer a análise, incorporando as nuances culturais, históricas e sociais que influenciam diretamente as necessidades e desafios enfrentados pelas comunidades indígenas em relação à saúde e alimentação. Adota-se a perspectiva da sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu para construir um quadro crítico das transformações alimentares ocorridas nas últimas décadas, que impactam a soberania alimentar e o processo saúde-doença e cuidado dos povos indígenas. A soberania alimentar é uma questão central para o desenvolvimento das reflexões apresentadas. O estudo, de caráter interdisciplinar, busca compreender os desafios contemporâneos e as transformações nos hábitos alimentares causadas pela influência do mercado e do capitalismo, com o avanço dos produtos alimentares ultraprocessados nas comunidades indígenas. A perspectiva decolonial é fundamental, considerando a herança ancestral e os ensinamentos dos anciões, para questionar os modelos ocidentalizados de saúde e alimentação. A análise inclui a interação entre alimentação e saúde, bem como a influência da estética e das práticas alimentares colonizadoras. O estudo também visa identificar lacunas e possíveis áreas de aprimoramento nas políticas existentes, bem como propor recomendações que possam contribuir para a promoção de políticas mais eficazes e culturalmente sensíveis, capazes de assegurar o bem-estar dos povos originários de Roraima.

O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO SOBRE TERRAS INDÍGENAS EM RORAIMA. O PROJETO DE GRÃOS DO GOVERNO DO ESTADO NA COMUNIDADE INDÍGENA BOQUEIRÃO 2021 – 2023

Luana Leocádio da Silva (Comunidade Indígena do Boqueirão/Roraima/Brasil
- luanalleocadio@yahoo.com.br)





Carlos Alberto de Sousa Cardoso (Curso de Ciências Sociais/Universidade Federal de Roraima
– carlos.cardoso@ufrr.br)

Esta exposição resulta da pesquisa desenvolvida no Trabalho de Conclusão de Curso como requisito para finalização do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima. O estudo teve como objetivo analisar o Projeto de Grãos do governo de Roraima, intitulado "Agro Indígena", implementado nas comunidades indígenas do estado, com foco principal na Comunidade Indígena Boqueirão durante o período de 2021-2023, quando o primeiro polo foi estabelecido. O ponto de vista da primeira autora, originária do povo Macuxi, oferece uma base essencial para contextualizar e enriquecer a análise, incorporando nuances culturais, históricas e sociais que influenciam diretamente as necessidades e desafios enfrentados pelas comunidades indígenas em relação à produção de alimentos. Além disso, o estudo aborda as formas de produção agrícola e a transformação alimentar na referida comunidade. Para alcançar esses objetivos, foram realizadas entrevistas com os membros do projeto de grãos e levantadas informações junto a órgãos governamentais estaduais, bem como matérias de jornais e revistas locais. A pesquisa vislumbra que uma compreensão crítica e profunda dos desafios e benefícios do projeto é crucial para orientar futuras iniciativas governamentais, promovendo uma abordagem cultural e ecologicamente ética para a produção agrícola em comunidades indígenas. O estudo visa contribuir para o diálogo sobre o equilíbrio entre modernização agrícola, soberania alimentar e valorização das tradições culturais dos Povos Indígenas e da preservação ambiental de Roraima. (5. Bem viver, Saúde, Doenças e Povos indígenas)



SIMPÓSIO TEMÁTICO 4 - POLÍTICAS PRÁTICAS INTERCULTURAIS INCLUSIVAS: TENSÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EQUIDADE PARA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA INTERCULTURAL NOS DIÁLOGOS COM OS COTIDIANOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Coordenação:

Catarina Janira Padilha - Universidade Estácio de Sá - UNESA/RJ

Ana Paula dos Santos Monteiro - Universidade Estácio de Sá - UNESA/RJ

Inês Barbosa de Oliveira Universidade Estácio de Sá - UNESA/RJ

Resumo do Simpósio Temático: Os direitos fundamentais preceituados e garantidos pela Constituição Federal de 1988, na LDBEN 9.394/96, nas DCN da Educação Escolar Indígena – Resolução 05/2012 e DCN da Educação Especial – Resolução 01/2001, Diretrizes do Atendimento Educacional Especializado -Resolução 04/2009, entre outras normativas, permanecem silenciadas nos currículos cotidianos escolares e formativos. O simpósio tem como objetivo dialogar sobre as práticas interculturais e inclusivas, sobre a ótica da educação especial no contexto da educação escolar indígena, pautadas nos saberes tradicionais, cosmologias e metodologias fomentadas pelos povos originários, recursos metodológicos e de acessibilidade, os saberes tradicionais e a produção de material didático, o Atendimento Educacional Especializado aos alunos indígenas em suas comunidades, no reconhecimento da atuação docente indígena, o acesso e acompanhamento de uma equipe multiprofissional especializada e de apoio escolar, a um currículo de formação específico e diferenciado a docente indígena, nas políticas de financiamento para acesso e permanência do educando indígena na escola. Tensionados pelos múltiplos contextos apresentados é que propomos a reunir pesquisas sobre a temática, bem como relatos de experiências, narrativas dos processos formativos e práticas educativas da docência indígena, presentes nas *políticas práticas* educacionais do currículo e *nos diálogos* com os cotidianos escolares, tecendo redes de conhecimento e a construção dos sentidos da interculturalidade à luz das artes e das práticas.





A VIVÊNCIA PEDAGÓGICA DA PROFESSORA DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS COM ALUNOS INDÍGENAS: UMA SAUDADE TRANSFORMADA EM LEMBRANÇAS E ESCRITAS REFLEXIVAS

Luciana Lyra Loureiro
Universidade Estadual de Roraima
lucianafbbv@gmail.com

Catarina Janira Padilha
PPGE/UNESA – RJ/Insikiran – UFRR
catarinajanira@gmail.com

A Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) ofertada nas escolas públicas e privadas apresenta um papel fundamental para Educação Inclusiva. Este espaço tem como prioridade garantir ao seu público-alvo um Atendimento Educacional Especializado. Dito isto, o presente relato tem como objetivo explanar as análises reflexivas da vivência da professora da SRM com dois alunos indígenas indicados para o atendimento educacional especializado por apresentarem mais dificuldade de aprendizagem que os demais da sala de aula de acordo com a indicação da professora da sala regular, devido a existência de vagas na SRM. A metodologia tem como aporte as narrativas das práticas pedagógicas por meio do relato de experiência vivenciado pela professora da SRM com os alunos indígenas e seus familiares, permitindo uma análise da sua prática pedagógica e do contexto educacional dos alunos envolvidos, pois, os atendimentos dos alunos, de seus responsáveis e nas reuniões bimestrais garantiram momentos significativos que germinaram essa reflexão. Orientada pela Secretaria Municipal de Educação de Boa Vista – RR, a oportunizar aos alunos da Educação Especial Inclusiva como aqueles que estivessem em processo de avaliação com problemas e/ou dificuldades de aprendizagem. Dentre os encaminhamentos efetivados por parte da equipe pedagógica (docente e coordenação) foi o acompanhamento e orientação familiar de dois alunos indígenas que apresentaram dificuldade e/ou problemas de aprendizagem. Os encaminhamentos efetivados durante o processo de acompanhamento foram atividades pedagógicas e lúdicas relacionadas ao desenvolvimento cognitivo referente a linguagem, o raciocínio, a memória e a atenção por meio de jogos pedagógicos, cantigas e contos infantis. Os diversos momentos foram compartilhados com os familiares visando comunicar os avanços conquistados e orientá-los para dialogar sobre as cantigas, contos e jogos explorados na SRM. As intervenções ocorreram no período de fevereiro a dezembro de 2017, durante o AEE-SRM da Escola Municipal Vovó Clara. Desta forma, foi oportunizado construir uma relação pedagógica e afetiva entre a professora da SRM desta escola e os alunos indígenas indicados pela professora da sala regular e seus familiares. Esta convivência propiciou momentos de reflexões que foram além do processo de ensino e aprendizagem, pois, também de entendimento sobre as concepções da professora e o contexto social dos alunos. Considera-se que vinculação da relação professor, com os alunos e seus familiares, a compreensão sobre os contextos geradores das dificuldades do aprender e ensinar dos alunos, assim como, os desafios para a aprendizagem, promovendo assim, momentos significativos que contribuíram no processo de compreensão do sucesso e das dificuldades apresentadas durante os atendimentos educacionais especializados realizados na SRM.





A RELEVÂNCIA DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NA COMUNIDADE INDÍGENA SIZENANDO DINIZ/CANTÁ – RORAIMA, NA EFETIVAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE

Safira Martins da Silva
Secretaria de Educação e Desporto/SEED
martins56safira@gmail.com

Nunca estive em meus planos pessoais atuar como professora na área da Educação Especial, embora, alunos público alvo dessa modalidade de ensino sempre estiveram presentes nas salas que atuei. Iniciei o magistério no Amazonas no Município de Parintins em meados dos anos 80, terminei em Boa Vista após alguns anos sem estudar, meu objetivo era trabalhar com crianças na área de Educação Infantil. Durante os primeiros anos de trabalho realizei o que sempre havia planejado, cursei pedagogia e mais tarde fui trabalhar com a educação fundamental II. No decorrer da vida profissional, procurei vários cursos na área de gestão para que pudesse atuar como coordenadora e compreender como ocorre os processos de gestão no ambiente escolar. Fui convidada no ano de 2022 para trabalhar como assessora na Secretaria de Educação em Boa Vista, em visitas in loco, percebi a falta de implantação das Salas de Recursos Multifuncionais – SRMs nas Comunidades indígenas. Atualmente, são 204 escolas indígenas em Roraima, um número significativo, somente em 2023 foi iniciado o projeto para a implantação, com 02 salas nas Estaduais Indígenas Sizenando Diniz e Professor Ednilson Lima Cavalcante. Ao cursar uma pós graduação na área de Educação Inclusiva, com o intuito de aprofundar conhecimentos e entender através das leituras e vivências essa modalidade de ensino, fui percebendo que apesar das políticas nacionais voltadas para essa modalidade e muitas conquistas que foram alcançadas ao longo dos anos, as escolas ainda estão muito aquém do esperado, existem muitas ações que ainda não conseguiram ser efetivadas nas unidades escolares e principalmente em Comunidades Indígenas. Nos últimos anos as Legislações sobre a Educação Especial passaram a centralizar a ideia de inclusão dentro do espaço escolar (sala comum), no entanto, a legislação não garante a efetivação das ações voltadas para esse público, quais seriam os caminhos viáveis para a implantação das Salas de Recursos nas Comunidades Indígenas de Roraima? Já que temos muitas escolas sem esse recurso garantido. Analisar quais os fatores que ocorreram para que as Salas de Recursos Multifuncionais ainda não tenham sido implantadas nas Comunidades Indígenas de Roraima, nos remete a investigar os processos que ocorrem na história da Educação Especial e suas conquistas, recuos e avanços no decorrer dos anos, e como Roraima tem abarcado essa modalidade de ensino, criando espaços e leis, debates e documentos que possam amparar de fato alunos com deficiência dentro das salas de aula para a efetivação da inclusão.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UM OLHAR PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA (GUARANI/KAÍOWÁ) E INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE AMAMBÁI-MS

Rodrigues; Maria Adriana Torqueti (USAL/UEMS) adritorquete@gmail.com
Valério; Racquel Martins (UFGD/ABS-USAL) racquelvm@gmail.com
Benites; Aparecida (UEMS) kauiowacida@gmail.com

A educação inclusiva vem sendo um desafio para a sociedade, principalmente para os profissionais da área da educação escolar, incluir os estudantes na sala de aula e que estes sejam acolhidos por todos, com professores especializados para o atendimento individual, que lhe é de direito, de acordo com a especificidade de cada educando. Este trabalho teve como objetivo realizar uma análise da educação





inclusiva na modalidade: Educação Escolar Indígena no município de Amambai-MS, nos anos de (2020-2023). Realizamos pesquisa documental com abordagem qualitativa, tendo como material de análise, planilhas dos atendimentos individuais da educação especial indígena por escola alvo desta pesquisa. Realizou-se, entrevista com uma pessoa da comunidade Nandesy (líder religiosa) e com uma servidora pública. Finalizamos com o entendimento de que, o estudante especial para o Guarani/Kaiowá leva-se em consideração as questões culturais dos mais antigos, valores estes que precisam, ser incorporados ao modelo pedagógico da escola indígena. A equipe SEMED- Amambai, trabalha por uma educação escolar indígena especial/inclusiva de equidade. Consideramos que as políticas educacionais, especificamente as voltadas para a educação especial/indígena, precisam ser pensadas e repensadas entre outras políticas públicas, entre as políticas da saúde e social principalmente. Esperamos que esta pesquisa possa sensibilizar mais pesquisadores a mergulhar neste universo das crianças especiais/indígenas para a necessidade de assegurar seus direitos possibilitando melhorias, aprendizagens e bem estar social, havendo a inclusão e não a exclusão, eliminando a sua invisibilidade no contexto escolar.

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA DE CRIANÇAS INDÍGENAS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA

Francisca Eusilene Carvalho Maneiro Nukini

Universidade Federal do Acre (UFAC), Rio Branco (AC), Brasil;

francisca.nukini@sou.ufac.br

A discussão a respeito da inclusão de pessoas com deficiência é de fundamental importância em nossa sociedade, principalmente nas comunidades indígenas em que muitas são as situações vivenciadas nestas localidades por conta da cultura e conhecimentos que estes povos não tinham sobre as pessoas com necessidades especiais. O presente estudo é fruto de uma reflexão realizada no trabalho de conclusão de curso – TCC na graduação do curso de Licenciatura Indígena. Sob esse olhar trazemos como objetivo geral analisar o processo de inclusão dos alunos indígenas com deficiência, inseridos nos anos iniciais do ensino fundamental na escola da Aldeia República. Neste sentido, o estudo priorizou a abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica, ampliando-se para uma pesquisa de campo, utilizando como instrumento de coleta de dados uma observação não participante e entrevista semiestruturada, como procedimento técnico, uma análise descritiva fazendo uma reflexão dos dados em campo. Para análise dos dados, fez-se o uso do método descritivo, com dois professores, a coordenadora pedagógica e a diretora da instituição escolar. Para fundamentação da referida investigação tomamos como base os autores como: Mantoan (2013), Ramos (2016), Reis (2013), Brasil (1988), Nukini – Vinã (2022), MEC (2009). Os dados apontam que, embora existam avanços significativos na legislação e nas discussões sobre a educação inclusiva, há discrepâncias entre as intenções legais e a realidade prática nas escolas, especialmente na referida instituição investigada. A inclusão efetiva não se resume à matrícula do aluno, sendo essencial que as instituições estejam preparadas em termos de infraestrutura e capacitação profissional para atender às demandas desse público. O estudo ainda revelou desafios em termos de estrutura adequada da instituição de ensino e na formação dos professores para lidar com o público diverso.

Inclusão, Ensino Aprendizagem, Deficiência, Formação Indígena





OS DESAFIOS DA DOCÊNCIA: O ENSINO DE LÍNGUA TAUREPANG E AS PRÁTICAS INTERCULTURAIS E INCLUSIVAS PARA APRESENTAÇÃO DO ALUNO COM TDAH NA COMUNIDADE SOROCAIMA II - PACARAIMA

Jadicélia Alves Pinho

Escola Estadual Indígena Manoel Barbosa/ E.E.F.P.B.V - SEED-RR/CEFRR

alvesjadicelia@gmail.com

O artigo 79 da LDB, atribui à união a elaboração de normas relativas à educação escolar indígena, onde a criação de programas para fortalecer as práticas socioculturais adequadas para cada comunidade, estabelecendo parâmetros curriculares para a nossa sociedade indígena tendo a elaboração e publicação de materiais didáticos específicos e diferenciados. Um dos eixos necessários ao fortalecimento estabelecido pelo art. 79 direcionam as práticas pedagógicas para ensino da língua materna e aos processos inclusivos dos alunos nas escolas. Apresento o relato de vivências das práticas de alfabetização no ensino de língua Taurepang, na Escola Estadual Indígena Índio Manoel Barbosa, Comunidade Sorocaima II, município de Pacaraima, com o aluno do 2º ano do Ensino Fundamental, diagnosticado com TDAH, tendo como objetivo dialogar sobre as práticas metodológicas para a alfabetização da língua Taurepang. Para superar os desafios de atendimento ao aluno nas aulas de língua Taurepang, fiz buscas, pesquisei sobre as características do TDAH e estratégias possíveis de serem realizadas em minhas aulas, desenvolvendo assim a metodologia tendo como estratégias aulas lúdicas como jogos, brincadeiras, pinturas e cantos voltados para a alfabetização e letramento interativo com a produção de materiais na língua Taurepang, utilizo também a pesquisa visando vários tipos de arte para manter a motivação do aluno. Neste processo houve vários desafios como a de compreender o comportamento do aluno TDAH. Considero que o respeito à diversidade, e ao seu tempo de aprendizagem, ao convívio, compreender o comportamento e suas emoções, mostrando ao aluno sua capacidade. Os resultados da aprendizagem do aluno direcionam que: já consegui fazer suas atividades tranquilo, o que está em andamento é a leitura que ainda está em fase de aprendizado. Essas vivências levam a considerar que elaborar um planejamento de intervenção, proporciona tarefas cooperativas promovendo reflexões sobre nossos conhecimentos e dar-nos uma dosagem de aprendizado de qualidades de modo inclusivo. Em relação à educação inclusiva nas escolas indígenas é um desafio grande para incluir alunos com necessidades especiais distintas, esses pilares deverão ser trabalhados cada dia em suas salas de aulas e que dependendo de qualquer limitação, a criança deve frequentar escola e ter acesso a tudo que é disponibilizado regularmente às outras crianças, porque todas as pessoas são capazes de aprender. O aprendizado de cada um não acontece no mesmo ritmo, por isso que devemos incluir e reconhecer a diversidade de aprendizado de cada ser humano e por tanto é ser incansável na busca de alternativas que possam favorecer o aprendizado de múltiplas formas. O processo de aprendizagem deve ser trabalhado constantemente, sendo dinâmico e ao mesmo tempo integrado para garantir o desenvolvimento de cada aluno. Afinal, cada criança aprende de um jeito, independentemente de qualquer deficiência.

TRABALHANDO COM AMOR AOS ESPECIAIS: OS DESAFIOS DA DOCÊNCIA INDÍGENA DE UM PROFESSOR AUXILIAR

Fátima Lima Paulino

Magistério Indígena Tamí'kan - E.E.F.P.B.V – SEED - RR/CEFRR - fatimaroraimense234@gmail.com





Catarina Janira Padilha (Orientadora)

Magistério Indígena Tamí'kan - E.E.F.P.B.V – SEED-RR/CEFRR– catarinajanira@gmail.com

O relato apresentado é o resultado do memorial do processo formativo da disciplina de Educação Especial no Contexto da Educação Escolar Indígena do Magistério Indígena Tamí'kam. Apresento o relato de uma roda de conversa com a coordenação pedagógica e com um professor auxiliar do Quadro Temporário, que ministra aula na turma do 9º ano do Ensino Fundamental, na Escola Estadual Indígena Índio Macuxi, na comunidade indígena Napoleão, Região da Raposa, município de Normandia, Estado de Roraima. Na escola estão matriculados 03(três) aluno(a)s com necessidade especiais, com os seguintes diagnósticos: Deficiência Múltipla (DMU), Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Deficiência Auditiva (DA). Nesta turma o professor acompanha apenas a aluna com DMU, a aluna com TEA é atendida pela cuidadora, e a aluna com DA mas não tem professor auxiliar. Nas turmas da escola há também o desafios junto aos alunos com dificuldades de aprendizagem, porém na roda de conversa não ficou claro o quantitativo dos alunos por turma, mas que há, uma porcentagem significativa de alunos apresenta dificuldade com a aprendizagem. Tais situações estão ligadas ao letramento, pois, muitos alunos não dominam a leitura. Pela informação da coordenação e de alguns professores, os alunos que apresentam a dificuldades com a leitura estão em todos os níveis que vão desde o Ensino Fundamental ao Ensino Médio regular, alunos que deveriam estar com uma boa base de leitura, porém apresentam grande dificuldade com a leitura. As alunas aqui apresentadas estão no 8º e 9º ano do Ensino Fundamental II. Há mais alunos com necessidades especiais no Ensino Fundamental I. O professor disse que no início do trabalho docente teve muita dificuldade de interação com a aluna, pois não passou por nenhum treinamento para trabalhar com esse público. Para o professor a conquista foi entender de modo parcial as limitações da aluna. E a maior dificuldade é não ter espaço apropriado para trabalhar, bem como a falta de materiais para poder desenvolver seus planos de atividades em sala de aula. A inclusão é feita com a participação dos familiares da aluna que levam e acompanham os trabalhos na escola. Inclusão é dar oportunidade ao aluno de fazer parte de cada atividade que outros alunos desenvolvem, apesar de suas limitações. Essa é a grande diferença. Poder participar como ser humano de cada desenvolvimento intelectual. Sempre houve uma preocupação no preparo para o exercício de docência na formação do professor em sala de aula. Porém a continuação desses profissionais no preparo para lidar com alunos especiais é insignificante. Na escola em que foi realizado a roda de conversa, foi informado que estão lotados 20 professores do quadro Efetivo e dois do Quadro Temporário, mas, não há nenhum com formação nessa área específica. Nesse sentido, se faz necessário uma campanha para essa temática, pois temos informações que alunos com necessidades especiais é crescente nas comunidades indígenas. Além das dificuldades apresentadas neste trabalho, há outro fator que precisa ser questionado. Temos um quadro muito desfavorável para o exercício do papel docente; a falta de estrutura física e apoio ao trabalho do “professor” por parte do estado. Muitas escolas não têm espaço físico e muito menos material para atender essa demanda crescente nas escolas públicas. O desafio é trazer os pais dos referidos alunos que muitas vezes não dão importância ao aluno com necessidade especial. Alguns pais dizem que seu filho não irá conseguir participar das atividades da escola e, que, portanto, nem queria que seu filho fosse para a escola. Porém com a afirmação de que o trabalho escola é uma forma de melhorar seu quadro clínico eles começaram a entender que seus filhos devem participar das atividades escolar.

MINHA JORNADA: DESAFIOS E APRENDIZADOS NA ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA LÍNGUA TAUREPANG





Camila Flores Franco
Escola Estadual Indígena Tobias Barreto - SEED-RR
Licenciatura Intercutlural – Instituto Insikiran – UFRR – cf318120@gmail.com

Catarina Janira Padilha
PPGE/PGFE/UNESA – catarinajanira@gmail.com

A Educação básica em Roraima enfrenta dificuldades nas comunidades indígenas, principalmente os alunos da educação especial inclusiva, que muitas das vezes enfrentam dificuldades no ensino e aprendizagem. Além disso os professores indígenas não têm uma formação específica. O presente relato tem por objetivo descrever o trabalho que é desenvolvido na Escola Estadual Indígena Tobias Barreto, na língua indígena taurepang, com o aluno do 2º ano do ensino fundamental I, observando diariamente o desempenho do aluno, foi constatado que o aluno se encontra na fase pré-silábica, compreende pouquíssimo os valores sonoros das sílabas tanto na língua portuguesa e na língua indígena taurepang. Apresenta algumas dificuldades que atrapalham e o impedem de registrar melhor rendimento é dependente da professora, mas, realizar apesar de representar bastante lentidão, apresenta dificuldade na fala é muito tímido. Apesar de não ter uma formação específica sempre estou buscando ajuda dos pais e da coordenação, porém, nem sempre escolas, coordenadores pedagógicos ou professores contam com materiais para apoiar o planejamento de atividades escolares que também incluam os alunos com deficiência na língua indígena taurepang.

A PRÁTICA INCLUSIVA NO CONTEXTO ESCOLAR INDÍGENA: NARRATIVA DAS VIVÊNCIAS DO COTIDIANO DOCENTE

Mascicleide De Souza Antonico
Escola Estadual Indígena José Antônio de Souza - SEED-RR
Magistério Indígena Tamarai EEFPBV/CEFRR – mascicleidedesouzaantonico@gmail.com

Catarina Janira Padilha (Orientadora)
2 EEFPBV/CEFRR – catarinajanira@gmail.com

A educação especial no contexto escolar em comunidades indígenas é de suma importância para abrir oportunidades que possa comover educadores e instituições de ensino, trazer pontos a serem discutidos, e mostrar a realidade dos alunos especiais indígenas. Na comunidade indígena Mato Grosso, região do Surumu – Pacaraima. Sou professora nos Anos Finais do Ensino Fundamental, leciono nas turmas de 6 ao 9 ano na Escola Estadual Indígena José Antônio de Souza. A escola enfrenta desafios de promover a inclusão de uma única aluna matriculada por ser de uma área de difícil acesso. Na turma do 9º ano tenho uma aluna diagnosticada com paralisia cerebral, seu primeiro contato com a escola foi aos 17 anos, a família relata que não a matriculou antes por medo da filha sofrer preconceitos, por não aceitarem a filha como uma pessoa especial. Atualmente a aluna está com 22 anos e a acompanho desde o ano 2022., a instituição não tem transportes escolares e a escola fica a 04Km da casa da aluna, por isso, não tem como a aluna ir, por que a construção da escola não tem rampas, banheiros adaptáveis. Esse fator faz com que a aluna seja atendida em casa. Com isso traz a exclusão social e a dificuldade aumenta de alfabetizar a aluna. A aluna tem um potencial muito grande de inteligência intelectual, mesmo não conseguindo escrever com lápis, canetas, ela consegue desenvolver discursos para os outros alunos e sabe se expressar facilmente com outras pessoas. Nunca tive dificuldade de interagir nas minhas aulas porque ela é muito





comunicativa só não gosta de barulhos fortes, mas nas aulas sempre trago até ela e os outros alunos, para juntos eles interagir uns com os outros. O meu planejamento é voltado para a inclusão, faço sempre voltado a prática do diálogo, atividades interativas, desenhos, pinturas, cantos do parixara e trazer discursos voltado aos alunos junto dela a visão de respeito e tolerância. Busco sempre dialogar com a equipe gestora da escola para encontrar estratégias com foco de melhoria da aprendizagem da aluna, assim como outros professores compartilham sugestões e possibilidades para de estudos de formação continuada para melhor saber como lidar com alunos com deficiência física e autistas. Considero que a maior conquista que foi ver ela se comunicando com outras pessoas sem dificuldade e expressar a sua existência de vida a outras crianças e jovens e ver hoje em dia que ela entendeu que é igual a outros jovens de sua idade. Entretanto, também enfrento desafios. A maior dificuldade é, não conseguir levar a aluna todos os dias pra sala de aula e fazer ela escrever e ler fluentemente. Acredito que se a escola estivesse com acessibilidade com espaços e recursos adequados para melhor facilidade de locomoção da cadeira de rodas, e uma casa de apoio para que essa aluna e outros ficasse morando no setor escolar durante o estudo, ou tivesse transporte escolar para levar diariamente a escola, só assim ela teria um atendimento digno, sem exclusão e se socializar diariamente. Outro ponto essencial para melhoria do atendimento inclusivo se dá nas estruturas tecnológicas quanto: acesso à internet na escola, laboratório de informática, tablets para tentar ensiná-la a escrever digitalizado as atividades, e que ela tivesse acesso a palestras online, e que ela participasse de seminários voltado a alunos como ela e se desse colocasse ela a fazer palestra voltada a sua realidade.

CRIANÇA INDÍGENA COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLAS INDÍGENAS: LIMITES E POSSIBILIDADES NO PROCESSO FORMATIVO DO MAGISTÉRIO

Tânia da Silva Pereira

Escola Estadual Indígena Tobias Barreto - SEED-RR

Magistério Indígena Tamarai EEFPBV/CEFRR – taniapereirapereira359@gmail.com

Catarina Janira Padilha (Orientadora)

EEFPBV/CEFRR – catarinajanira@gmail.com

Nas escolas indígenas, pouco se discute sobre as condições reais de vida das crianças indígenas com deficiência, diante deste contexto, este estudo deve ter por objetivo descrever, analisar e refletir sobre limites e possibilidades da escolarização da criança indígena com deficiência na terra indígena. A educação especial é um processo de desafios, autonomia e formação, leitura, escrita e cultura de línguas diversas, costumes e valores de uma comunidade, que são transmitida de geração para geração seguinte, desde a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, e dever da família que os acompanhe em cada fase da vida estudantil uma criança com deficiência, precisamos incentivar e respeitar as diferenças, e explicar sobre o direito e a igualdade, a criança com deficiência pode estar onde quiser, precisamos mudar a nossa visão de pessoas preconceituosas porque há várias diversidades de inclusão no mundo inteiro, então devemos incluir e acrescentar ou seja adicionar um núcleo de grupos de pessoas que antes não faziam parte da sociedade, tanto na comunidade e escola, na escola indígenas faltam profissionais formado na área da educação especial deveríamos possuir uma educação voltada a inclusão esse é um dos desafio enfrentado, para qualificar o aprendizado nas escolas indígenas. Conclui-se que os limites da escolarização de criança, jovens e adultos indígenas com ou sem deficiência encontrar-se ancorados no modelo de educação escolar que temos hoje. destinado a efetuar as contradições da sociedade capitalista, com relação às





possibilidades, estas estão relacionados a uma teoria Pedagógica crítica que forneça subsídio para se lutar e reivindicar por uma educação especial e educação escolar indígenas que ajude a compreender as contradições do mundo do homem.

EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS ESCOLAS INDÍGENAS

Alcineia Lúcia da Silva

Magistério Indígena Tamarai EEFPBV/CEFRR - alcineia.lucia83@gmail.com

Catarina Janira Padilha (Orientadora)

Magistério Indígena Tamarai EEFPBV/CEFRR – catarinajanira@gmail.com

A Educação Especial buscar garantir o melhor aprendizado possível para cada aluno, considerando as suas particularidades, dando apoio educacional, para todos os alunos especiais e proporcionar o desenvolvimento de suas potencialidades, habilidades e cognitivos de cada criança e jovens com deficiência. Atualmente a nossa educação escolar indígena, tem grande deficiência em atender essa modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino, para educando com deficiência. Cabe compreender o que trazem as legislações e documentos educacionais sobre a interface, reconhecer a necessidade e proteger o direito de cada um. Observa-se que nada é relatado especificamente para as nossas escolas indígenas. Entretanto as legislações abriram a possibilidade para as escolas indígenas valorizarem suas línguas, saberes e tradições indígenas, mas finalmente hoje reivindicamos respostas para atender os educandos e suas necessidades especiais e culturais. Em cada escola encontra-se 1 a 4 alunos com deficiência na rede regular de ensino, será preciso encontrar novas e diversidades soluções, onde familiares reivindiquem o respeito aos direitos daqueles que necessitam.

A FALTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRUTURA FÍSICA ADEQUADO PARA O ALUNO DEFICIENTE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL INDÍGENA.

Amélia Silva Lima

Magistério Indígena Tamarai EEFPBV/CEFRR- amesilvalima@gmail.com

Catarina Janira Padilha (Orientadora)

Magistério Indígena Tamarai EEFPBV/CEFRR – catarinajanira@gmail.com

A razão principal para abordar o assunto “A Falta de Políticas Públicas e Estrutura Física Adequada Para o Aluno Deficiente na Educação Especial Indígena”, é para chamar atenção das autoridades em relação ao cenário atual do atendimento dos professores da Educação Especial da Escola Estadual Indígena Tuxaua Luiz Cadete. Há muito tempo a Educação Especial Indígena no contexto da Educação Escolar, já não tinha um bom atendimento, a precariedade já era grande e não havia muita interação com a comunidade (lideranças indígenas). E com o grande aumento (13) de alunos matriculados com e sem laudo dificultou ainda mais o diálogo. Portanto, a ausência dessas políticas e estruturas físicas priva o aluno deficiente indígena de exercer seus direitos perante a sociedade e sua diferença física é visto como incapacidade sem que pudesse tornar e mostrar o quanto é possível exercer habilidades naturalmente. Por isso, a família desses alunos, preferem o atendimento domiciliar dos professores, para que não fiquem desassistidos. Apresento o tema com o objetivo de provocar e levantar debates





a respeito das condições físicas de trabalho dos professores que atuam na área da Educação Especial Indígena para propor políticas públicas e condições melhores a partir dos princípios da Educação Inclusiva. A Metodologia tem como abordagem as narrativas do cotidiano que interessa apresentar descrição de experiência vivenciadas dentro de uma escola Indígena (Esc. Est. Indígena Tuxaua Luiz Cadete). Experiências vivenciadas a partir da realidade dos alunos da Educação Especial Indígena. Considero que desempenhar papel de professora indígena é um desafio muito grande e de responsabilidade. Nada é fácil e nunca foi, quando se trata de Educação Escolar e Educação Especial Indígena. No entanto, estudante do magistério TAMARAI e futura professora, estou fazendo o meu papel de mediar o conhecimento proporcionando superação na aprendizagem do aluno.

EDUCAÇÃO ESPECIAL E OS DESAFIOS ATUAIS NAS ESCOLAS INDÍGENAS

Roberta Elaine Melo da Silva

Magistério Indígena Tamarai EEFPBV/CEFRR- elainemelo123silva@gmail.com

Catarina Janira Padilha (Orientadora)

Magistério Indígena Tamarai EEFPBV/CEFRR – catarinajanira@gmail.com

O trabalho tem como objetivo refletir sobre a educação inclusiva nas escolas indígenas, pois, a inclusão ajuda a combater o preconceito, buscando reconhecer e valorizar as diferenças. Assim, analisando alguns aspectos pontamos especialmente sobre os desafios e as dificuldades encontradas no âmbito escolar e através das hipóteses e das investigações desenvolvidas constatamos algumas problemáticas, dentre essas está a não formação na área de educação especial dos professores indígenas que atuam com os alunos incluídos, além de outros fatores que contribuem para o fracasso da educação inclusiva nas nossas escolas indígenas. Apresentamos como problema a formação dos professores indígenas na educação especial é um processo obrigatório, destacando a importância do curso e os desafios de inovar as metodologias. Saber que cada um é diferente para atender as suas necessidades. Temos como objetivo encontrar respostas que esclarecem sobre as possíveis causas que contribuem como desafios e dificuldades na educação inclusiva, buscando entender porque a inclusão não acontecem de fato nas escolas indígenas. Buscar caminhos envolvendo a sociedade e principalmente a comunidade a combater o preconceito, buscando o reconhecimento e a valorização das diferenças, acolhendo corretamente os alunos com deficiência. Pesquisadores como Perrenaud (1993), Nóvoa (1992) e Freire (1997) são exemplos de estudiosos que centralizam algumas de suas investigações em respostas à pergunta: O que se espera do profissional professor na atualidade? Onde apontam o caminho no sentido de que os professores tenham consonância com a educação de seu tempo, sendo mediadores e pesquisadores competentes e reflexivos. Como metodologia foi utilizado a revisão bibliográfica, buscando compreender o processo de formação docente, tendo sido também iniciado o processo de observação da Escola da Comunidade Indígena dos Três Corações e a proposição de entrevista com professores e familiares de alunos especiais da comunidade. Demo (1998, p. 33) afirma que “reconstruir a forma de ensinar e aprender é o caminho para alcançarmos o verdadeiro sentido da educação.” Dessa forma, reconhecemos a necessidade de reflexão e compreender que a educação especial é extremamente importante, para que haja de fato uma educação inclusiva, pois, a formação oportuniza aprendizados, visando um ensino que respeite as diferenças e particularidades de cada indivíduo.





COMPREENDENDO A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO INDÍGENA

Janiele da Silva Padrinho

Magistério Indígena Tamarai EEFPBV/CEFRR–janielesillvapadrinh@gmail.com

Catarina Janira Padilha (Orientadora)

EEFPBV/CEFRR – catarinajanira@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo compreender e atender as necessidades educacionais de estudantes indígenas com deficiência nas escolas indígenas. A Educação Especial visa garantir a educação escolar que atenda as particularidades do aluno com qualidade e ampliar a oferta de acesso as todas as etapas de ensino. Na educação escolar indígena é também um direito assegurado. A problematização do estudo está voltado para a aplicabilidade do acesso aos materiais adequados, estrutura física para acessibilidade e formação específica para o atendimento em libras dos alunos indígenas com deficiência incluídos nas escolas indígenas. Nesse sentido, a educação escolar indígena e a educação especial buscam assegurar o direito a educação escolar de todos garantindo a elas o respeito, a valorização e as especificidades, diferenças a diversidade e a interculturalidade.

COMPARTILHANDO NOVOS MÉTODOS E CONHECIMENTOS DIFERENCIADOS DENTRO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO INDÍGENA

Daniel da Silva Gustavo

Magistério Indígena Tamarai EEFPBV/CEFRR–danieldasilvagustavogustavo@gmail.com

Catarina Janira Padilha (Orientadora)

EEFPBV/CEFRR – catarinajanira@gmail.com

O título apresentado tem como visão a busca de uma sociedade que transcende as relações entre nós humanos e que admite diversos seres com os quais nos relacionamos em busca de cooperação e intercambio afim de adquirirmos e assegurarmos determinadas qualidades. E assim surge a educação especial, em que temos aprofundados estudos no contexto da educação escolar indígena, tema este que necessita cada vez mais focar sobre as necessidades e avanços. Onde passamos a refletir sobre valores, atitudes e procedimentos marcados por profundos compartilhamentos na igualdade, no conhecimento e reciprocidade entre grupos que as integram. Para uma boa educação diferenciada na educação especial no contexto indígena, devemos nos conectar no mundo e compreender os processos educativos dos povos indígenas e não indígenas, reconhecendo e mantendo a diversidade cultural e linguística, promovendo a comunicação entre experiências históricas diferenciadas, compartilhando relações que ocorrem na desigualdade social e política. Para alcançarmos esses conhecimento, criando e compartilhando novos métodos, devemos organizar e ter bons processo de articular e contribuir para um mundo de igualdade, onde a educação escolar indígena venha se fortalecer, através de direitos coletivos e direitos específicos.

MEMÓRIAS DA FORMAÇÃO NO MAGISTÉRIO E O ESTUDO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO INDÍGENA

Cleucir Augusto Vicente





Magistério Indígena Tamarai EEFPBV/CEFRR–augustovicentecleucir@gmail.com

Catarina Janira Padilha (Orientadora)
EEFPBV/CEFRR – catarinajanira@gmail.com

A educação especial no contexto indígena, tem como objetivo levar para as escolas e comunidades, a visão de como trabalhar a inclusão nas instituições de ensino indígena, a inclusão, diferença, diversidade, são causas que devemos trabalhar nas nossas escolas e comunidades, temas que foram conhecidos durante a disciplina de educação especial no contexto da educação escolar indígena no magistério indígena Tamarai. Moro na comunidade indígena Muriru(wararab) desde 2003, durante anos que frequentei a escola, ainda não ouvia falar sobre a inclusão na escola, na comunidade que não se comunicava em português, somente em wapixana que dificultou em muitos momentos se expressar o que de fato estava compreendendo, pois demonstrava limitações nas suas ações do dia a dia. Como professor tive uma experiência no 9º ano na escola, com uma aluna, que não falava, tive bastante dificuldade de me comunicar com ela, porém, sempre procuramos desenvolver atividades na escola com a sua participação com os demais alunos, pois, acredito que com união, e procurando estratégias seria um grande começo para trabalhar a inclusão, trazendo ações e palestras para a escola ter um conhecimento na Educação Especial será um grande passo que ajudará a escola que precisa de orientação. Enfim, estudar a Educação Especial no Contexto da Educação Escolar Indígena é ter um conhecimento de como trabalhar a inclusão na comunidade escolar, garantindo que todos possam ocupar o mesmo espaço, tendo o mesmo direito de estudar, das suas opiniões e ter o mesmo conhecimento.

A APRENDIZAGEM PELA INTERFACE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Isaquiel Barbosa Andre
Magistério Indígena Tamarai EEFPBV/CEFRR–barbosaisaquiel95@gmail.com

CATARINA JANIRA PADILHA (Orientadora)
EEFPBV/CEFRR – catarinajanira@gmail.com

A educação especial e educação escolar indígena são duas modalidades de ensino marcadas pelo descaso histórico por parte do poder público. A produção do conhecimento sobre a interface da educação especial com a educação escolar indígena é conhecer uma realidade concreta por parte dos dados de matrícula de alunos indígenas com deficiência que estudam em escolas indígenas em todo país, realidade vivenciada pela pessoa com deficiência dentro de uma comunidade. Em contradição, os dados do censo escolar revelam um número considerável de alunos indígenas com deficiência que já frequentam a escola regular. A importância da educação especial se dá pelo direito ao acesso e um dever das instituições de se dedicar mais ao atendimento nesta área, necessidade da adequação do ambiente e do currículo pedagógico baseado nas características de cada aluno, já que cada um tem suas particularidades e o foco da educação especial está na promoção das habilidades, competências e potencialidades do estudante. Os professores e toda a equipe escolar devem trabalhar em conjunto com a família a fim de promover o desenvolvimento.





BAUKUPTA PANA'AINHAU: INCLUSÃO E DIFERENÇAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Ana da Silva Ribeiro

E.E I Luiz Cadete- Seed-RR/ Magistério Indígena Tamarai EEFPBV/CEFRR–anaribeiro.5d@gmail.com

Catarina Janira Padilha (Orientadora)

EEFPBV/CEFRR – catarinajanira@gmail.com

Ensinar a importância do respeito que se deve ter com as diferenças dos colegas no ambiente escolar, é de suma importância o ensino ser aplicado desde os primeiros anos. A diversidade é um conceito que propõe a inclusão de todos os estudantes e suas diferenças em um mesmo contexto educativo, é por meio dela que os alunos passam a ter mais respeito e uma convivência pacífica com as variedades de comportamento, religião, cor e gênero. A entrada na escola é garantida pela Lei de Diretrizes e Bases e Constituição Federal, que determina a inserção de que todos os seus direitos devem ser garantidos, como adequação do ensino às culturas. Tensões dos povos indígenas de Roraima é a organização social e tem direito a uma educação escolar específica diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária, conforme define a legislação nacional que fundamenta a Educação Escolar indígena. Desafio da educação escolar indígena é se propor um sistema de ensino de qualidade e diferenciado, no sentido de atender as especificidades de um povo diferente da sociedade nacional, considerando que seus horizontes de futuro não são os mesmos que os nossos e não reduzir a questão ao atendimento por meio de desafios. Desenvolver a capacidade de discutir os pontos polêmicos da vida da sociedade envolvente e oferecer à comunidade indígena a possibilidade de crítica e conhecimento dos problemas. A Educação Especial na Educação Escolar indígena é uma realidade em minha comunidade, pois, a escola foi uma das primeiras a ter a sala de recursos e acompanhamento dos alunos com deficiência na escola. Hoje tem 12 alunos matriculados. Fazer a Baukupta pana'ainhau - Inclusão e Diferenças é ter o respeito a todos, porém é preciso que neste contexto as duas modalidades de ensino educação especial e educação escolar indígena que garante aos indígenas, suas comunidades e povos a recuperação a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas cosmologias, suas línguas e ciências, bem como o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos. Neste sentido, a formação dos professores para o contexto da educação especial sobre o entendimento da educação escolar indígena se faz essencial. A formação e atuação do professor como pensador e crítico é fundamental. Espera-se que os cursos de formação forneçam instrumentos para que ele possa atuar na tradução e no diálogo entre os saberes que se cruzam na escola e para criar situações de ensino que forneçam a ampliação dos conhecimentos e da autonomia dos alunos. Espera-se ainda que, na medida do possível, os cursos de formação de professores exemplifiquem alternativas didáticas para que o docente possa fazer escolhas coerentes com as mais variadas situações escolares e para atender às suas preocupações pedagógicas específicas. Propícias situações de interação social, definindo em seu currículo, uma opção por práticas inclusivas possibilitando o desenvolvimento de todos os alunos e sua efetiva preparação para o exercício da cidadania. Oferecer para todos as mesmas oportunidades de aprendizagem, adaptáveis as diferentes necessidades educativas. Conhecer as necessidades de cada aluno; Promover campanhas de inclusão escolar indígena; Fazer avaliação individuais; Coloque a tecnologia a seu favor e criar um ambiente de respeito e cooperação entre os alunos.

OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR INDÍGENA PARA O ATENDIMENTO DO ALUNO ESPECIAL NA ESCOLA





Josiane Clementino dos Santos

Magistério Indígena Tamarai EEFPBV/CEFRR – dossantosjosiane989@gmail.com

Catarina Janira Padilha (Orientadora)

EEFPBV/CEFRR – catarinajanira@gmail.com

A educação especial promove o olhar as diferenças respeitando cada um na sua forma de agir, pensar, se constituir. Requer neste sentido identificar e intervir nas barreiras de acesso que impossibilita as diferentes necessidades dos estudantes com deficiência, transtornos globais, altas habilidades e superdotação. A educação especial é uma modalidade de ensino transversal que visa assegurar ao estudante o desenvolvimento de sua potencialidade sócio educacionais em todas as etapas da educação básica por meio de oferta a recursos e serviços educacionais especializados. E na educação escolar indígena esses direitos estão assegurados. Repensar a forma de ser educador indígena que atenda a formação que venha orientar sobre o respeito as diferenças e com estratégias que potencialize as características individuais da aprendizagem, interagir com seus pares e ambiente, é desafiador em meio as transformações que as comunidades veem sofrendo. Os desafios desse processo estão relacionados a uma formação que atenda as intervenções em meio a falta de recursos pedagógicos, como identificar as características e orientar a família na busca de apoio especializado, práticas pedagógicas que atenda a esses alunos na sala de aula, infraestrutura inadequada e investimento pelo poder público para implementar recursos de acessibilidade, a dificuldade da escola em lidar com a família do aluno, esses são alguns pontos que a formação necessita dar ênfase.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL INDÍGENA E OS DESAFIOS NAS ESCOLAS INDÍGENAS

Joicilina Soares Santana

Magistério Indígena Tamarai EEFPBV/CEFRR–soaresjoice258@gmail.com

Catarina Janira Padilha (Orientadora)

EEFPBV/CEFRR – catarinajanira@gmail.com

Registrar o significado da palavra inclusão e diferença, compreender sobre a formação de professores na educação escolar indígena, os desafios, desenvolvimento nas escolas indígenas, as estratégias, ações que são desenvolvidas para promover a inclusão na escola é um dos focos formativos no Curso do Magistério Tamarai. Estudando esses aspectos, provoca o debate e produz conhecimento nas disciplinas voltadas para os estudos das áreas da educação especial no processo formativo. Compreendo que para incluir se faz necessário incentivar e valorizar a pessoa no seu conhecimento e habilidade, fazendo com o mesmo se desenvolva. A inclusão está presente no saber tradicional, na cultura, na diferença, na linguagem, nos costumes, nas pessoas, respeitando as cosmovisões dos povos. Respeitando esses aspectos a formação de professores indígenas se faz necessário e urgente para que esses olhares sejam compreendidos diante das tensões encontradas no cotidiano da comunidade, na escola, provocando debate para a busca de soluções e conquistas para melhor atender ao aluno.





A EXISTÊNCIA DE ALUNOS INDÍGENA ESPECIAIS NA ESCOLA EST. INDÍG. KO'KO ISABEL MACUXI: DESAFIO QUE O TEMPO TRANSFORMOU EM PROPÓSITO HISTÓRICO, EDUCACIONAL E CULTURAL NA COMUNIDADE INDÍGENA ENSEADA EM UIRAMUTÃ.

Denise Almeida dos Santos
PÓS-GRADUAÇÃO PSICOPEDAGOGIA
almeida.cavalcante@hotmail.com

Lucilvânia Alves de Souza
AÇÃO INSTITUCIONAL – ESC. EST. INDÍG. KO'KO ISABEL MACUXI

A modalidade de ensino da Educação Especial surgiu na Escola Estadual Indígena Ko'ko Isabel Macuxi na Comunidade Indígena Enseada com a chegada do primeiro aluno com deficiência auditiva e idade avançada para o 1º ano do Ensino Fundamental, no ano de 2008. Neste momento houve muito transtorno e resistência com esta turma e para toda escola no sentido de adaptação e até aceitação desta especialidade. Também neste tempo no ano de 2005 recebemos pelo correio materiais didáticos específicos para deficiência auditiva, porém não sabíamos como a escola havia sido contemplada com estes materiais, e desta forma estes materiais foram sendo usados “pelos filhos dos professores que tendo acesso à sala dos professores, pegavam estes materiais indiscriminadamente para brincarem no pátio, e com o tempo estes materiais foram se perdendo e ficando incompletos. Também chegou uma impressora que imediatamente foi colocada para uso administrativo e da escola como um todo. Lembro-me que chegou junto “algo para def. visual” e que foi colocado de lado junto aos materiais desprezados e empoeirados... faço esta observação para evidenciar que “não há utilidade daquilo que não se conhece”. E todo o período de estudo dele, foi marcado por inúmeras repetições de série, até que chegou para estudar na turma que meu filho estudava e houve nítida empatia entre ambos e com amigos que o defendiam o estudo tornou-se mais possível... neste tempo, quando finalmente ele conseguiu passar de ano e mudar de horário e sair do estudo junto com as crianças, a mãe relatou que ele chegou em casa muito animado e feliz e gritava: VITÓRIA!!! VITÓRIA!!! VITÓRIA!!! Outra matrícula que nos chegou foi um desafio ainda maior, pois não sabíamos nem qual era a especialidade desta aluna pois não falava, porém seu comportamento era completamente diferente do outro aluno def auditivo. Esta aluna movimentou MUITO TODA A ESCOLA, foi uma criança que estando com quatro anos de idade não falava, não parava na sala de aula, e apresentava-se DESCONECTADA DA ROTINA ESCOLAR, sempre sorrindo descontroladamente, babava e mordida muito o lápis que não largava. Esta nossa aluna nasceu no ano de 2004 e só começou falar quando completou 10 anos de idade e apresentava comportamento extremamente infantilizado, e estando com 12 anos ainda permanecia merendando e brincando com as crianças da educ infantil da escola municipal que usa o espaço da escola estadual. Somente quando estava já com 12 anos de idade que conseguiu passar com Neurologista que não fechou diagnóstico lhe medicou e encaminhou para psiquiatria e somente no ano seguinte que houve o laudo: deficiência mental moderada. Assim, apresento uma leve pincelada de dois alunos especiais, que acompanhamos já há algum tempo sendo o início da Educação Especial em nossa escola, e o tempo nos mostra que o amparo e respeito faz com que tudo cresça e neste ano de 2024 contamos com 21 alunos em observação pedagógica, investigação clínica e a ineficiência do serviço público de saúde, para o devido respaldo para a educação. Outro desafio está na ausência do apoio e acompanhamento pedagógico e suporte formativo pela rede de ensino para atender aos alunos na comunidade.





O DESAFIO DIÁRIO E CRESCENTE DA INCLUSÃO NA ESC EST INDÍG KO'KO ISABEL MACUXI, NA COMUNIDADE INDÍGENA ENSEADA EM UIRAMUTÃ.

Denise Almeida Dos Santos
PÓS-GRADUAÇÃO PSICOPEDAGOGIA
almeida.cavalcante@hotmail.com

Lucilvânia Alves de Souza
AÇÃO INSTITUCIONAL – ESC. EST. INDÍG. KO'KO ISABEL MACUXI

A Escola Estadual Indígena Ko'ko Isabel Macuxi participou pela primeira vez na Feira Municipal de Ciências do Uiramutã/RR FECIURR e na I Feira Estadual de Ciências Indígena de Roraima – FECINDIRR em outubro de 2023, levando três alunas do Atendimento Educacional Especializado estando as três no 8º ano do Ensino Fundamental II, sendo que somente uma tem laudo (desatualizado) de deficiência mental moderado e as outras duas aguardando atendimento médico para investigação clínica. O edital destas feiras contemplou a modalidade da SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL, o que despertou grande admiração e perplexidade pois o sistema dificilmente contempla ou assegura a participação destes alunos especiais. Com o tema: O CULTIVO E O MANUSEIO ARTESANAL DA SEMENTE DE JAMARÚ DA SERRA (Lagenaria siceraria) COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA A INCLUSÃO E A VALORIZAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA NA COMUNIDADE INDÍGENA ENSEADA, MUNICÍPIO DE UIRAMUTÃ – RR. A proposta deste trabalho se deu em mobilizar os professores das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, para que aplicassem com a turma do 8º ano as atividades propostas com o tema dos “baldes e cuias”. Em Língua Portuguesa se propôs a elaboração de textos a partir dos registros fotográficos realizados nas atividades em campo como: observação nas casas onde nasceram “Lagenaria siceraria) e coleta de folhas desta planta; coletar baldes e cuias na roça; participar e registrar o processo cultural milenar de preparar (assar) estes utensílios. Na matemática a proposta foi o tema “capacidades e medidas” para realizar medidas de tamanho com fita métrica e comparação (botija de gaz), capacidade líquida de “balde grandes e pequenos”, bem como escrever as medidas observadas principalmente nos “baldes”; em CIÊNCIAS aconteceu a proposta de estudo das partes das plantas. Na SALA MULTIFUNCIONAL acontecia o reforço e aprofundamento com linguagem própria somente com as três que passaram a se dedicar muito para a apresentação. Houve uma grande mobilização de toda a comunidade para a participação das meninas e muita doação de “baldes e cuias” para a exposição na feira. Dia 20 de outubro de 2023 aconteceu a tão esperada apresentação, e aconteceu que uma delas passou mal de estresse pois foi a PRIMEIRA VEZ QUE SAIU PARA PARTICIPAR SENDO A PROTAGONISTA DO EVENTO, e oferecemos todo apoio para que tudo ficasse bem. A 1ª COLOCAÇÃO NA MODALIDADE ATEND. EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, trouxe um ar de “dignidade e valorização” que repercutiu em uma onda positiva e elevou muito a auto estima das três que naqueles dias mostravam uma felicidade desmedida para toda a escola. A Esc. Est. Indig Ko'ko Isabel Macuxi efetivamente vivenciou e concretizou a INCLUSÃO NA PRÁTICA, pois também todos se sentiram inclusos em um sistema que nunca havíamos participado.

AS AÇÕES INCLUSIVAS NO PROEISSO EDUCACIONAL NA COMUNIDADE INDÍGENA BOCA DA MATA

Claudia Maria Tomé da Silva
E.E.I. Antônio Horácio/Magistério Indígena Tamarai – EEFPBV/CEFRR





A educação é fundamental na vida do ser humano para que este possa conhecer os seus direitos e dever na vida social. Uma Educação de qualidade que prepare o cidadão para o mercado de trabalho, ser respeitado pela sociedade, para que este possa viver uma vida com dignidade, ser um brasileiro com autonomia que defende e conheça as leis. A função da escola é preparar o ser humano a ter oportunidade de conhecer, e saber quais são os seus direitos e deveres para exercer a vida como cidadão autônomo, crítico e construtivo. A escola tem o seu papel primordial, obrigação de formar o cidadão na teoria, orientando, preparando para uma vida social, conhecendo os seus direitos e deveres como cidadão de direito. Sobre esses entendimentos são que compartilhamos a vivência e experiência inclusiva em uma turma multiseriada de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, localizada na Comunidade indígena Boca da Mata da região do Alto São Marcos, município de Pacaraima. Busco desenvolver o acolhimento, a escuta, paciência, respeitando e valorizando o tempo de cada aprendizagem, incentivando a pronunciar palavras, passo a passo sem pressa. Que cada um busque ouvir palavras pronunciadas, sem medo e vergonha de errar. Neste sentido compreendo que as ações estão pautadas na inclusão, diferença, diversidade, pois, incluir está para todos: deficientes, pobres, negros, imaginários; introduzir, acrescentar, envolver, compreender, introduzir o ser. Inclusão; acolher o outro com dignidade e respeito que necessita de atenção e ajuda. Respeitar a diferença, pois, há várias formas de pensar, envolver, interagir, viver, agir, aprender, fazer, conceber, perceber, entender, compreender, observar, olhar, enxergar, ouvir, apalpar, sentir, aceitar, acolher, imaginar, enfrentar, resolver, de falar de se expressar, comunicar-se. A diversidade está ligada em toda parte do universo, vivemos a diversidade em todo o sentido; costume, cultura, tradição, religião. A comunidade prática a inclusão acolhendo os imigrantes na comunidade quanto na escola e outros que necessitam de atenção especial, respeitando a sua diversidade de linguagem, costume, cultura, tradição e religião. No que se refere aos alunos especiais que necessitam de atenção especial e adequada, acolhe cada um com suas diversas diferenças, respeitando cada fase do seu aprendizado, sem forçar e sem exigir dele (a).



SIMPÓSIO TEMÁTICO 5 - MULHERES INDÍGENAS NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E RELAÇÕES DE GÊNERO

Coordenação:

Rosilene Dias Montenegro - Universidade Federal de Campina Grande

Fábio Ronaldo da Silva - Universidade Estadual da Bahia

Maria do Rosário de F. A. Leitão - Universidade Federal Rural de Pernambuco

Resumo do Simpósio Temático: O Relatório Global de Desigualdade de Gênero 2023, constatou uma estagnação nas conquistas de igualdade de gênero que retarda seu progresso que a permanecer adia a paridade para o ano 2.154, ou seja, daqui a 130 anos. A desigualdade de gênero continua sendo um dos grandes problemas da humanidade que nos desafia, a nós mulheres, à luta e à reflexão constantes para desconstruí-la. Um desses campos de disputa é o da ciência, da produção de conhecimento, do reconhecimento dos saberes ancestrais seus usos e existências. Quantitativamente ainda menor do que outros grupos étnicos-raciais, as mulheres indígenas vêm obtendo conquistas de grande relevância em suas lutas e em seus anseios de autoafirmação e empoderamento e ocupando lugares de prestígio dentre eles, a política e a Ciência e tecnologia. Espaços, culturalmente tidos como masculinos e tradicionalmente de predomínio de homens. A presença de mulheres indígenas na Ciência e tecnologia pode nos ensinar muito sobre suas culturas, as nossas culturas e, principalmente, nos ajudar a nos descolonizar dessa cultura que do mesmo modo que naturalizou as desigualdades entre mulheres e homens com base numa concepção de determinismo biológico, contribuiu para o desconhecimento das culturas, epistemologias, territórios e histórias de mulheres indígenas, particularmente para os fins deste Simpósio Temático as indígenas que fazem ciência e tecnologia nas áreas da saúde, ciências médicas, biológicas, educação, ciências sociais etc. Nesse sentido, este ST se apresenta como espaço de compartilhamento e construção conhecimento sobre os lugares das mulheres indígenas na ciência e tecnologia e as questões de gênero que enfrentam.





MULHERES INDÍGENAS EM RORAIMA ENTRE O ALCANÇE E O AVANÇO DAS PERSPECTIVAS DE GÊNERO SOBRE A LEI MARIA DA PENHA

Mávera Teixeira dos Santos, UFRR; maverasantos_@outlook.com

Priscila Cardoso Rodrigues, Profa. Adjunta do ICJ- UFRR; priscilla.cardoso@ufrr.br

A presente pesquisa será fundamentada na Lei nº 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, que cria mecanismos de prevenção, proteção e enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres e estabelece medidas punitivas ao agressor sendo o principal instrumento legal de proteção às vítimas desse tipo de violência (BRASIL, 2006). Iremos nos debruçar, ainda, sobre as diversas alterações promovidas pela lei ao longo dos anos, tais como as inseridas pelas Leis n. 13.721/2018, n. 13.827/2019, n. 13.984/2020 e n. 14.550/2023, esta última sancionada pelo presidente Lula, prevendo que basta o depoimento da mulher perante autoridade policial ou apresentação de sua s alegações escritas para a concessão de medidas protetivas. É importante ressaltar o levantamento histórico da Lei e como foi reivindicada, através do CLADEM (Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher), instituto que intermediou a apresentação do caso de Maria da Penha à CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos). Quando a CIDH tomou conhecimento da situação ocorrida, condenou o Brasil por omissão e tolerância em seus atos para coibir a violência contra a mulher, recomendando investigações sobre o processo penal que envolveu o caso de Maria, bem como a adoção de políticas públicas voltadas para prevenir, erradicar e punir a violência doméstica contra as mulheres. E foi justamente após essa manifestação por parte do CIDH que o governo brasileiro teve de tomar uma medida legal com o objetivo de possibilitar uma maior efetividade à prevenção e enfrentamento da violência doméstica. Neste sentido a presente pesquisa versa sobre a Lei 11. 340/ 2006, Lei Maria da Penha (LMP) e tem como objetivo analisar os obstáculos que as mulheres indígenas enfrentam à violência doméstica contra as mulheres. Atualmente, 17 anos após a promulgação da LMP e diversas alterações em seus dispositivos, ainda se questiona sobre a efetividade de suas instituições de atendimento e apoio às mulheres indígenas, tendo em conta sua interseccionalidade de classe, raça e gênero, sendo este o problema central sobre o qual se debruçará a presente pesquisa. A justificativa da pesquisa aborda o interesse pelo tema, sua perspectiva científica a importância da reflexão no direito. A contribuição social e também a viabilidade da pesquisa com mulheres indígenas.

CORPOS E PAISAGENS

Rosijane Fernandes Moura
mourarosijane@gmail.com

Trago para o Grupo de Trabalho experiências que tive no decorrer da minha adolescência, juventude e da vida adulta para demonstrar que o preparo do corpo da mulher se inicia no momento da sua concepção no corpo da sua mãe, tem sua continuidade ao seu nascimento e crescimento até ser mãe. Lasmar (2005) associa a invisibilidade das mulheres indígenas à hegemonia da perspectiva





masculina nas ciências sociais, além de compará-las ao caso da invisibilidade dos próprios índios, uma categoria, segundo a autora, étnica e racial ainda atrelada a representações enraizadas em fontes remotas, e cuja elaboração inicial recua aos primeiros séculos da colonização do Novo Mundo. Atualmente, com o passar dos anos, a presença feminina indígena tem tomado grandes proporções midiáticas, porém, assim como Lasmar, acredito que ainda está em círculos, apenas voltadas à temática como sangue, a fertilidade ou até mesmo a uma imagem sexual erotizada, mesmo quando estas mulheres ocupam lugares de destaque. Hoje as mulheres indígenas ocupam a academia, sendo seu corpo o território sagrado. Assim, cada ato das mulheres torna-se contribuições bibliográficas com suas perspectivas e memórias por meio de partilha de conhecimentos de mulheres para mulheres.

Visando contribuir com os conhecimentos femininos indígenas, trago presente na minha pesquisa para o doutorado “As esposas do Waí Mahsã”. Neste GT tenho por objetivo trazer presente relatos das mulheres que foram “pegas” pelos Waí Mahsã (seres que vivem além da visão), e a partir do contato adquiriram doenças, pois desconheciam as localidades que são consideradas de maior conexão com esses seres na região do Rio Negro, logo que a paisagem relatada possuía outras características. Dito isso é importante trazer presente que as mutações que as paisagens sofrem diariamente afeta diretamente não apenas no que diz respeito à conceitos como urbano e interior, mas à saúde e das memórias e compartilhamentos históricos dos povos indígenas. No GT proponho a fazer uma reflexão e comparação com os relatos de experiências de mulheres de outras regiões e estado do Brasil. Cabe salientar que a temática encontra-se em desenvolvimento dentro da pesquisa para o doutorado, mas a importância de refletir sobre a influência da paisagem na vida dos povos indígenas deve ser abordado constantemente.

KARÂKODA: DE YUSIO À WISU, UM APRENDIZADO DE AVÓ

Carla Lúcia Sarmiento Fernandes (PPGAS/UFAM, carlagimi001@gmail.com)

Este projeto tem como proposta de pesquisa “Karâkoda: de Yusio à Wisu, um aprendizado de avó” tendo como ponto de partida a relação com a minha avó paterna Yusio, falecida no ano de 1999, mas que até hoje continua viva em minhas histórias, pois sempre a trago em meus depoimentos, contando sobre sua vida e de como muitos dos saberes que sei, aprendi com ela, em especial sobre as práticas de cuidados de saúde das mulheres Dessano do Alto Rio Negro.

O tema sobre a mulher Dessano tem estado dentro do contexto do universo masculino; muitas das publicações são de pesquisadores indígenas e não indígenas que trazem, com muita contundência e veracidade os conhecimentos, ao mesmo tempo não é a mulher indígena que está escrevendo a relação com seu próprio corpo, seus aprendizados advindos das anciãs, a intimidade que há entre os saberes compartilhado no momento dos ensinamentos, pois nós mulheres Dessano, temos uma educação específica, que muito se aprende na oralidade e entre nós, quando estamos juntas. A investigação que está sendo proposta nesse projeto de pesquisa é muito importante para a compreensão de como a educação indígena envolve muitos aspectos, inclusive na formação da mulher nas sociedades indígenas do alto Rio Negro. Desenvolver essa proposta de pesquisa nesse âmbito é uma possibilidade de registrar as memórias dessas mulheres da minha família e socializar com muitas outras mulheres indígenas e não indígenas sobre a tecnologia de cuidados da saúde.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 6 - LITERATURA, ARTE E MÚSICA INDÍGENA EM CONTEXTO DE MINORIAS

Coordenação:

Rosidelma Pereira Fraga - UFRR

Damaris de Souza Silva - UFRR

Valtenir Soares de Abreu - UFRR

Resumo do Simpósio Temático: Este simpósio tem como objetivo fulcral debater estudos e pesquisas que contemplem os mais variados temas em que a cultura indígena em contexto amazônico seja o foco primordial ou em diálogo com outras literaturas e culturas em contexto local, global e universal. Nesta perspectiva, propomos abrir o leque para apresentações de trabalhos sobre a Literatura, arte e música indígena em contexto de minorias a partir do recorte do grupo de pesquisa Africanidades, literaturas e minorias sociais considerando que a relevância da rememoração e dos mitos ancestrais fazem parte do universo sagrado que envolvem os saberes advindos dos anciãos, dos avós e da cultura da oralidade e seus desdobramentos. Pretendemos evidenciar a literatura e cultura indígena como um espaço de lugar de fala, espaços de exaltação mesmo diante do cenário de tentativa de silenciando por anos, opressão de minorias sociais, invisibilidade e subalternidade. Podemos asseverar que o protagonismo indígena tem alcançado destaque em meio às artes, principalmente na literatura e pintura. As expressões da arte indígena contemporânea adentram o espaço das discussões acadêmicas e intelectuais. Um dos grandes nomes da arte indígena, o escritor Daniel Munduruku, do povo indígena Munduruku, no estado do Pará, possui mais de 53 publicações de livros sobre a cultura indígena. Destaca-se também, no mesmo sentido, o nome do escritor e antropólogo Davi Kopenawa, um xamã e porta-voz do povo Yanomami, além da escritora Eliane Potiguara, nomeada Embaixadora Universal da Paz pela Universidade de Genebra na Suíça. Da região Norte, destaca-se Sony Ferseck, poeta Macuxi roraimense e engajada nos movimentos literários, que tem viabilizado a produção de escritores locais por meio de sua Editora Wei, bem como o cantor, compositor e escritor Cristino Wapichana e o também escritor, artista e produtor cultural da etnia Makuxi, Jaider Esbell. Muitos escritores e artistas ancestrais constroem seu imaginário pelo viés da memória, da história, da oralidade, dos ritos e dos mitos. Um desses autores de renome internacional é Jaider Esbell que construiu seu imaginário artístico através do mito de Makunaima. Conforme Danielle Pitta (2017), ao fazer um estudo sobre a obra “As estruturas antropológicas do imaginário” e “Imaginação simbólica” de Gilbert Durand, estabelece uma ação de metamorfose das relações sociais através do imaginário e do mito, o que envolve uma relação intimista entre o sujeito, a coletividade e o plano cosmológico. Assim, para Gilbert Durand (2012), o mito advém de um conjunto de fatores e relações entre o homem e o seu universo. Neste sentido, Danielle Pitta (2017) também aborda a definição de Mircea Eliade (1907 – 1987) de que “o mito é a experiência existencial do homem que lhe permite encontrar-se e compreender-se” (p. 22), o que nos leva à teoria de Gilbert Durand de que os sistemas simbólicos do imaginário não são aleatórios, pois são ecos de uma visão de mundo coletiva e específica oriunda da própria cultura. Assim, divulgar a circulação da literatura e obras indígenas permite que o estudioso em contexto individual e coletivo julgue uma mesma obra em variados aspectos. Portanto, este simpósio busca debater diversos autores e suas obras a partir do contexto nacional e internacional, por meios de poesia, pintura, música, narrativas, lendas, mitos e um conjunto de cultura ancestral na contemporaneidade para além do conceito de regionalidade, posto que as obras constituem veículos de circulação nacional e internacional, tornando-se atemporal e transcultural para o povo indígena e para a literatura brasileira.





ARTE INDÍGENA E A GEOGRAFIA HUMANISTA

Fredson Antônio Souza da Silva
Universidade Federal de Rondônia
Financiamento CNPq
fassilva1996@gmail.com

A arte indígena é de suma importância para a compreensão da condição de vida dos povos indígenas, uma vez que sempre conviveram com pressões externas e muitas vezes alheios aos seus domínios. Indo além, a arte indígena é uma forma de expressão a tais fenômenos negativos e positivos que os rondam. Buscamos na geografia humanista elementos para a compreensão parcial dos fenômenos retratados através de obras do artista Jaider Esbell. Este artista roraimense que buscou e conseguiu expor as condições de existência dos povos indígenas, especialmente o povo Macuxi. Num contexto amazônico, onde há ideias de preservação, conservação do meio natural para garantia de um futuro agradável para as pessoas, ocorre um fenômeno contrário: degradação ambiental e social na Amazônia brasileira, demonstrada por estudos em diversas áreas do conhecimento. A geografia humanista, através de estudos fenomenológicos, proporciona o diálogo que precisamos para nos envolver ao mundo artístico indígena e compreender as noções de espaço, de experiência de perspectivas, tanto científicas quanto no cotidiano, seja ela no indígena ou fora dela. Desta maneira, o diálogo entre a geografia humanista e arte indígena visa criar e reforçar os diálogos que servem como aportes para compreender as atuais demandas sociais, ambientais provenientes de indígenas. Destarte, percebe-se a importância de estudar Jaider Esbell e suas obras sob a ótica da geografia humanista, que salientamos, é uma dentre várias interpretações que só contribuem para o desenvolvimento científico.

VOZES DOS POVOS INDÍGENAS: DESCOBRINDO AS NARRATIVAS TRADICIONAIS INDÍGENAS DOS ALUNOS DO IFRR CAMPUS AMAJARI

Autora: Ana Maria Alves de Souza;
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima Campus Amajari
Financiamento: IFRR
anna.souza@ifrr.edu.br

Coautor: Ezequiel de Jesus Bastardo Rivas (apresentador)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima Campus Amajari
Financiamento: IFRR
jesuseze733@gmail.com

O Projeto "Vozes dos Povos Indígenas: descobrindo as narrativas tradicionais indígenas dos alunos do IFRR Campus Amajari" trata-se uma pesquisa baseada na metodologia da Narrativa Oral, cujo objetivo está na coleta de contos ou narrativas pertencentes às comunidades onde os alunos indígenas residem. Sabe-se que 80% dos alunos do Campus Amajari são de comunidades indígenas diversificadas, pertencentes às etnias macuxi, wapichana, taurepang, yekuana, saporá entre outras. A coleta dos dados foi realizada, inicialmente, por meio de questionários com perguntas abertas e fechadas, que possibilitaram selecionar os estudantes indígenas conhecedores das histórias de suas comunidades, e quantificar os estudantes indígenas que não conheciam as narrativas. Após essa





seleção, os estudantes, que chamamos de contadores de histórias, foram entrevistados, com registro de forma gravada, seguindo os procedimentos legais. As entrevistas gravadas estão em processo de gravação (transcrição). Esse material coletado contém narrativas recheadas de aspectos culturais, com possibilidades para construção de livro que possa reunir essas histórias. Percebeu-se até aqui que as narrativas de um texto, de forma geral, implica diversas concepções e pode haver conquistas e perdas na medida em que são repassadas, variando assuntos e modos de contar. Portanto, a análise do material coletado por meio desse projeto de pesquisa possibilitou que se conhecesse e registrasse memórias e tradições tão significativas aos povos originários em suas comunidades, bem como entender o processo (inter)cultural vivenciado pelos alunos.

CINEMA INDÍGENA E MEIO AMBIENTE: UMA ENCRUZILHADA GERMINANTE E CONTRACOLONIAL NA PRODUÇÃO DE OLINDA TUPINAMBÁ

Leandro Teixeira da Silva (Fclar/UNESP) - Apresentador

Prof. Dr. Edgar Teodoro da Cunha (Dep. de Ciências Sociais Fclar/UNESP)

Este resumo tem como proposta apontar questões no que diz respeito aos diferentes modos e percepções de mundo, a partir do cinema e do olhar indígena da cineasta Olinda Tupinambá. Articulando a luta de seu povo, o ativismo ambiental à produção cinematográfica, o uso do audiovisual tem sido um importante arma de luta e resistência, aliado a questões emergentes junto a luta dos pataxó há há há: Como a retomada de suas terras e a denúncia junto aos diversos conflitos sobre seus territórios. “O termo “arma de luta” é bastante empregado e difundido no movimento, principalmente entre os cineastas indígenas que, volta e meia, recorrem a esta expressão para invocar o sentido principal de se produzir imagem pelos povos indígenas. A câmera enquanto objeto/corpo pode ser comparada ao arco, o ato de disparar/clicar ao lançar a flecha, a imagem captada à caça e o cineasta/fotógrafo ao caçador.” (Xacriabá, 2018).

A incursão de Olinda no cinema se deu através de um curso realizado em 2015. No final do curso, segundo ela: “resolvi que eu queria fazer um documentário para apresentar na faculdade, porque naquele momento eu imaginava que era a melhor forma para eu passar meu trabalho para a comunidade, eu queria que eles também tivessem acesso ao que eu estava produzindo. Neste sentido acabei fazendo um documentário. E, eu acho que foi algo pensado muito mais por uma coisa interna, da comunidade, que uma coisa externa, confesso que teve isso”.

Assim sendo, este trabalho visa a partir de uma análise antropológica da produção fílmica de nossa interlocutora, ancorada em uma revisão bibliográfica, discutir a relação do ato de fazer cinema, um cinema contracolonial e o debate ambiental ao longo dos trabalhos de Olinda. Nas primeiras contatações, fica evidente uma forte relação do fazer cinema de Yawar com a terra, com o sagrado, com a ancestralidade, um movimento cosmológico. A produção de Olinda Tupinambá, é antes de tudo, uma produção sobre e com a terra. “A maioria dos meus filmes, eles trazem com eles essa questão da terra. Meu primeiro filme, foi um filme que fala do retorno a terra, ele fala sobre a vida do cacique Nailton que é um dos líderes da comunidade e quais foram essas estratégias criadas por ele para retornar para terra, para retomar a terra, porque os indígenas tinham sido expulsos. No segundo momento a gente consegue reconquistar a terra, retomar as terras e voltarmos para porção maior da terra. Depois eu faço um outro filme que fala sobre as mulheres que alimentam, que são 4 personagens que falam como que foi esse retorno para a terra, voltar a mexer com a terra, uma terra que estava doente. Depois tem outro que é “Kaapora-O chamado das matas”, que fala sobre um projeto de recuperação ambiental que eu tenho, na verdade “kaapora” é o nome do projeto”.





A ESCRITA INTERCULTURAL DE JOSÉPHINE BACON NO CONTEXTO DE ABYA AYLA

Licia Soares de Souza, professora emérita da UNEB, professora associada da UQAM.
liciasos@hotmail.com

No traçado da pluralidade de interpretações sobre a designação dos continentes americanos, buscou-se sempre ressaltar a questão da apropriação do território com o consequente apagamento das tradições culturais dos povos autóctones. Estes povos originais nunca cessaram de atribuir nomes diferentes às regiões que ocupavam (Towantinsueju, Anahuac, Pindorama), mas a expressão Abya Ayla passou a ser cada vez mais usada em uma tentativa de se criar um sentido de unidade e pertencimento continental. Neste momento crucial, os excluídos de Abya Ayla, tentando demolir a colonialidade do poder com sua desobediência epistêmica e resistência política, e partem para construir um mundo plural e intercultural. Nesse âmbito, essa comunicação se concentra na obra da escritora ameríndia Joséphine Bacon que inaugura uma nova história da poesia no Quebec. Sequestrada pela igreja católica, com dez anos, de seu meio autóctone, a poetisa escreve de forma bilingue, em francês e em innu, buscando restituir simbolicamente ao seu povo as tradições que lhe foram roubadas. Josephine Bacon se inscreve assim no processo de fortalecimento da resistência dos povos indígenas e afro-americanos que adquirem força igualmente nas lutas de gênero e ecológicas.

CAMINHOS ENTRE MAKUNAIMANDO E INIA E A VINGANÇA DO CAINAIMÉ -NA BUSCA DE UMA COR LOCAL – ASPECTOS DA CULTURA RORAIMENSE

Vivian de Aparecida Oliveira Carreiro
Universidade Federal de Roraima
viviao28@hotmail.com

Este estudo é resultado das discussões teóricas realizadas durante as aulas da Disciplina Seminário de Teoria da Literatura e Estética do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura da Universidade Federal Fluminense, ministradas durante o primeiro semestre letivo de 2023. Nesse sentido, o objeto deste trabalho é a comparação entre a música Makunaimando, de Zeca Preto e Neuber Uchôa, datada da década de 80, e o romance Inia e a vingança do Canaimé da escritora Marcela Marques Monteiro, lançado no início do ano 2023, com o objetivo de cotejar características semelhantes no que diz respeito aos aspectos da cultura roraimense. Para a realização deste trabalho foram realizadas: seleção, leitura e análise de textos teóricos que versam sobre a literatura comparada, dissertações de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Roraima, que falam sobre a cultura e identidade regional roraimense, bem como as obras literárias analisadas. Este ensaio teórico está organizado em dois momentos, primeiramente a teoria, na qual são apresentadas as obras que compõem o objeto de estudo, bem como teorias sobre o Movimento Cultural Roraimense, poesia toponímica, o cenário atual da cultura em Roraima e sua representatividade. No segundo momento do texto, que versa sobre caminhos entre Makunaimando e Inia e a vingança do Canaimé na busca de uma cor local – aspectos da cultura roraimense, teorizou-se sobre os gêneros romance, poesia e música, literatura comparada e cor local, e por fim, foram apresentados elementos da cultura de Roraima presentes nas duas obras: léxico indígena, fauna, flora, lendas, culinária e paisagem local.





O MITO DE MAKUNAIMA E O IMAGINÁRIO ARTÍSTICO DE JAIDER ESBELL

Damaris de Souza Silva (Apresentadora Damaris de Souza Silva, mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal de Roraima (UFRR)
psdamaris.souza@gmail.com

RESUMO: A produção artística de Jaider Esbell envolve o mito de Makunaima e as lendas que compõem os elementos do imaginário indígena da região Norte do Brasil, são elementos que delinearão a identidade do artista por meio da cultura oral e das tradições de sua família. Desta forma, o texto se baseia em uma análise bibliográfica da produção artística de Jaider Esbell, tendo como objetivo pesquisar a presença do mito de Makunaima no imaginário artístico criado pelo artista em suas obras. Partindo do conceito de “topofilia” de Yi-Fu Tuan (2015), que o define como um forte sentimento de pertencimento pelo lugar, entendemos que esse sentimento permeia o imaginário artístico de Jaider Esbell por meio da presença do mito de Makunaima. Nesse sentido, Jaider Esbell promoveu a arte indígena através das lendas e costumes que compõem seu imaginário artístico, tendo em vista que se intitulou neto do personagem, como uma espécie de benção, sendo seu portador do mundo cosmológico. Para análise da construção do imaginário a pesquisa se pautou em Gilbert Durand (2012), Danielle Pitta (2017) e Jean-Jacques Wunenburger (2007). Como o texto aborda questões voltadas para a cultura indígena, a pesquisa se enquadra no eixo temático de literatura e arte indígena no contexto de minorias.

DA POESIA LÍRICA À NARRATIVA ORAL INDÍGENA: INTERTEXTUALIDADE, IDENTIDADE E PERTENCIMENTO EM DEVAIR FIOROTTI – (ELIENE MORAIS DOS SANTOS).

Eliene Moraes dos Santos
pglmoraism@gmail.com

A presente dissertação de mestrado objetivou: verificar as nuances da literatura clássica e outras artes no conjunto da obra do poeta; identificar as influências de autores contemporâneos nessas produções literárias e perceber a intertextualidade, identidade e pertencimento presentes na poesia e nas narrativas orais indígenas em Devair Fiorotti. Ao seguir este exame epistemológico, a pesquisa buscou analisar o contexto de construção/produção do texto conforme Gilberto Mendonça Teles (1989) para a compreensão do texto literário e da literatura. Buscamos discutir como a subjetividade do texto poético abre-se como proposta intertextual e interartística, recorrendo aos teóricos Paul Valéry (1991), Octávio Paz (2015), dentre outros. A poética fiorottiana evoca uma diversidade de referências artísticas no âmbito de intertextualidade e o diálogo com a pintura e a fotografia que para Roland Barthes (1987) afirma existir um jogo entre o poeta e o leitor. Além disso, recorremos ao contexto histórico apoiando a pesquisa em Oliveira (2016) e Fausto (1996). A configuração do sujeito no contexto identitário e de pertencimento na poesia e nas narrativas orais com a experiência do contador de histórias com base em Benjamin (2020) e outros estudiosos. Essa busca pelo outro que se materializa através de sua subjetividade exteriorizada por meio da palavra, nesse cenário contemporâneo e no universo que o cerca de acordo com (JOBIM, 2020). Para essa pesquisa, procuramos responder ao problema da pesquisa, a saber: Como a poesia lírica, as narrativas orais e a pesquisa do autor podem direcionar o leitor para compreender os eixos da intertextualidade, identidade e pertencimento? Intentamos um trabalho diálogo que apresentou uma associação ímpar entre memória e reprodução das narrativas orais de sujeitos do Circum-Roraima. A pesquisa está em conformidade com o Eixo Temático: Literatura, Arte e música indígena em contexto de minorias.





PARICHARA: UMA HERANÇA DA ANCESTRALIDADE DO POVO WAPICHANA

AUTORA: ROBERTA SAGICA GOMES (UFRR-PPGL)

COAUTOR: FABIO ALMEIDA DE CARVALHO

Roberta_sagita@hotmail.com

O presente resumo tem por objetivo o estudo do Parichara no Povo Wapichana. Tendo como destaque três paricharas mais conhecido: Waparicharapan, Damuryd e Aichikary kynynnaa. Partirá das concepções associadas a tradições, costumes, narrativas e vivência por meio do Parichara que reflete a ancestralidade do Povo Wapichana. E fará uma breve análise da letra dos três parichara. Atuando como professora indígena desde 2005, pude adquirir conhecimentos para compreender mais a fundo as tradições, crenças, rituais e histórias do meu povo. Isso permitindo-me compartilhar esses aprendizados com os meus alunos e a comunidade. Uma vez por estar em uma posição privilegiada para preservar e promover a cultura do meu povo. Diante do processo de esmaecimento da cultural em especial no parichara eu, como indígena, professora, acadêmica me sinto na responsabilidade da manutenção elemento da cultura do meu povo desta forma surgiu a intensão e a preocupação em evidenciar os conhecimentos sobre o parichara que é uma forma de expressão da identidade do povo wapichana. Desde então, fui me interessando cada vez mais em pesquisar o parichara no povo wapichana ao consultar as literaturas produzidas perceber que pouco se tem registrado sobre esse assunto então aumentou o meu desejo em investigar e produzir conhecimento e assim contribuir para construção de novos olhares no que tange o canto, a dança e a cultura no Povo Wapichana. Os Wapichanas são povos indígena oriundos da Guiana e do Brasil, eles que vivem nas fronteiras entre o Brasil e a Guiana, principalmente no interflúvio dos rios Branco e Rupununi. Sua língua materna recebe o mesmo nome do seu povo “Wapichana” que é uma língua da família Aruak. Sua população no Brasil é estimada em mais ou menos 13 mil indígenas que estão presentes na região de Surumu, Amajari, Tabão e na Serra da Lua entre o rio Tacutu e rio Branco, suas comunidades contam com uma população mista, de Wapichana e Macuxi. A cultura dos Wapichanas é rica e diversa, conta com muitos rituais, mas o mais conhecido é o Parichara, que é uma dança de celebração e gratidão que é realizado em ocasiões especiais, como colheitas, festas comunitárias, casamentos e manifestações, recepções e atualmente em competições locais e regionais. Os cantos e danças se fazem presente no dia a dia da comunidade sendo elemento de suma importância para manter e fortalecer os costumes tradicionais.

TRAMAS TÊXTEIS E OUTRAS HISTÓRIAS EM ABYA YALA: HUNI KUIN

Maria Cristiane da Costa

Universidade Federal Fluminense

mariacc@id.uff.br

Somos seres de narratividades, isto é, desenvolvemos e contamos narrativas desde tempos imemoriais. Entretanto, parte das histórias dos povos originários do sul global foram sistematicamente soterradas pelo violento projeto colonial eurocristão. Atualmente, é notável a emergência de ouvirmos e compartilharmos suas histórias. É digno de menção que por muito tempo tomou-se como verdade apenas aquilo que era escrito. Ora, os povos indígenas do Brasil têm na oralidade um importante instrumento de narração de suas histórias. Neste sentido, o presente





trabalho traz importantes reflexões sobre as narratividades indígenas através da arte têxtil desenvolvidas pelos povos de Abya Yala, especificamente, os huni kuin que habitam a fronteira brasileira-peruana na Amazônia ocidental. Os povos huni kuin - gente de verdade - a partir da década de 1970, começaram a viver um processo de retomada e afirmação de sua identidade, quando recuperam a tradição adormecida durante décadas de escravidão. Eles chamam a ocupação de seus territórios ancestrais de retomadas. Trata-se de tomar de volta o que foi roubado pela colonização: o pleno direito de habitar e pertencer aos seus territórios e seus modos de ser, de viver e de pensar. Desta forma, os kene expressam narrativas importantes para compreensão de suas cosmologias. Através da arte de tecer, podemos encontrar narrativas que contam saberes compartilhados pelos pássaros txana e pessoas huni kui. A arte de tecer, produzida pelos pássaros txana na construção de seus ninhos, inspira as mulheres a desenvolverem sua arte têxtil. Portanto, a investigação central deste trabalho consiste em compreender essa cosmovisão artística / natureza permeada por autorias coletivas.

IDENTIDADE, MEMÓRIA E LUGAR DE FALA NAS LITERATURAS O CÃO E O CURUMIM DE CRISTINO WAPICHANA E MEU AVÔ APOLINÁRIO DE DANIEL MUNDURUKU.

Autora: Audeane dos Santos Lopes
Coautora: Profa. Dra. Rosidelma Pereira Fraga
UFRR - PPGL
audeanelopes@hotmail.com

A literatura indígena, expressa ricas tradições culturais que destacam histórias e mitos ancestrais ligados a um leque de saberes advindos dos anciãos, da oralidade e da cultura. Essas narrativas escritas e orais, nos conectam com o passado, presente e futuro contribuindo para reflexão acerca da cultura, do lugar de fala e da identidade. Além disso, a literatura indígena é fundamental para dar voz e visibilidade as comunidades indígenas muitas vezes marginalizadas. Sendo assim, destaca-se como fonte dessa pesquisa as obras O Cão e o Curumim de Cristino Wapichana e Meu avô Apolinário: um mergulho no rio da minha memória de Daniel Munduruku que, busca analisar as convergências de identidade, memória e lugar de fala presentes nas duas obras, destacando valores familiares e sociais, proporcionando uma reflexão sobre a cultura e valorização indígena. Contudo, as publicações dessas literaturas que valoriza esses aspectos que se convergem são importantes para desarticular essas perspectivas homogêneas que fazem essa representação dos povos indígenas amarrados nas entrelinhas do passado, para ir além dessa contemporaneidade diluindo assim o preconceito e apagamento histórico vivenciados por esses povos.

A REGIÃO NORTE E OS ELEMENTOS MÍSTICOS E MÍTICOS QUE ENRIQUECEM A NOSSA PERCEPÇÃO

Dalvina dos Santos da Silva Lima

Fabio Almeida de Carvalho

PPGL/RR
indisponivelnomomento2011@hotmail.com





A cosmovisão, termo que deriva do grego "kosmos" (mundo) e "vista" (visão), refere-se à forma como uma pessoa ou uma cultura percebe e interpreta o mundo ao seu redor. É um conjunto de crenças fundamentais que moldam a compreensão de uma realidade mais ampla, a importância e como ela influencia a forma como indivíduos e sociedades interpretam e interagem com o mundo. A região Norte do Brasil é marcada por uma rica diversidade cultural, que se reflete não apenas nas tradições cotidianas, mas também permeia a vida dos seus habitantes. Nessa vasta extensão de terras, os elementos míticos desempenham um papel fundamental na construção da identidade. A cosmologia dentro de uma cosmovisão trata da origem, natureza e estrutura do universo. Isso inclui concepções sobre a criação, o papel dos seres humanos no cosmos e a relação entre o divino e o terreno. A ética reflete os valores fundamentais que orientam o comportamento humano. Está intimamente ligada à cosmovisão, pois influencia as decisões individuais e coletivas, delineando o que é considerado certo ou errado. A epistemologia lida com a natureza do conhecimento e da verdade, molda a maneira como as pessoas adquirem e avaliam o conhecimento, incluindo a importância atribuída à razão, intuição, fé ou experiência sensorial. Em contextos religiosos, a teologia desempenha um papel crucial. Ela envolve a compreensão de Deus ou deidades, suas relações com o mundo e os propósitos divinos na existência humana. Sendo profundamente enraizada em crenças ancestrais, conectando-se com a natureza exuberante e os fenômenos naturais que caracterizam a região. A visão de mundo amazônica, por exemplo, muitas vezes incorpora mitos que personificam rios, árvores e animais como entidades divinas, estabelecendo uma relação intrínseca entre os seres humanos e o ambiente que os cerca. Os povos indígenas desempenham um papel central na preservação desses elementos míticos, transmitindo suas histórias de geração em geração. Cada grupo étnico na região contribui com suas próprias narrativas, enfatizando a diversidade cultural presente na Amazônia. Esses mitos não são apenas contos fantásticos, mas fundamentam práticas cotidianas, rituais e relações sociais. Além disso, muitas vezes está associada a rituais e festivais que celebram a relação sagrada entre a humanidade e a natureza. A dança, a música e as cerimônias tradicionais são expressões vivas dessa conexão profunda, proporcionando uma experiência ritualística que fortalece os laços com o sagrado e reforça a harmonia entre as diferentes camadas da existência. Contudo, é importante ressaltar que a região Norte enfrenta desafios significativos, como o desmatamento e a degradação ambiental, que impactam diretamente a cosmovisão local. A preservação desses elementos míticos está intrinsecamente ligada à preservação do ambiente natural, tornando-se uma questão crucial para a sustentabilidade e a continuidade das tradições culturais na região.

LITERATURA INDÍGENA E EDUCAÇÃO ESCOLAR: A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS INTERCULTURAIS PELOS ESCRITOS DE CRISTINO WAPICHANA

Laura Juliana Neris Machado Barros
UFRR
laura.barros@ufrr.br

Orientadora: Carmem Vera Nunes Spotti
UFRR
carmemspotti@bol.com.br

Os livros do escritor indígena roraimense, Cristino Wapichana, permitem acessar as memórias ancestrais e conhecer os saberes que educam e guiam os povos indígenas. Livros que apresentam as memórias do escritor e, a partir de sua dedicação e pesquisa coletiva, as memórias do seu povo: os Wapichanas, além da memória de povos que já não existem, porém que deixaram seus ensinamentos





eternizados através das palavras. Diante desse conhecimento, realizou-se uma pesquisa ação, precedida de análise documental e de conteúdo, desenvolvida por meio de oficinas literárias, que tiveram como público alunos da turma do 2º ano do ensino fundamental anos iniciais, do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. Os livros abordados foram: Sapatos trocados: como o tatu ganhou suas grandes garras (2014); A boca da noite (2016); O cão e o curumim (2018); Ceuci, a mãe do pranto (2019) e A cor do dinheiro da vovó (2019), todos do escritor Cristino Wapichana. Esse estudo teve como um dos seus objetivos analisar como a literatura indígena pode contribuir para a formação de uma memória coletiva intercultural e como os alunos interagem com esse segmento da arte literária. Este trabalho afirma a importância da literatura indígena para a realização de uma educação intercultural, para a construção de memórias coletivas interculturais e para a afirmação das identidades indígenas em Roraima.

DIÁLOGOS E VIVÊNCIAS NA LITERATURA SURDA: A LENDA DE KAUANE, UMA GUERREIRA SURDA E A AUTOBIOGRAFIA DESPERTAR DO SILÊNCIO

Autora: Amanda Melo Lima;

Coautor: Augusto Rodrigues da Silva Junior

Apresentadora: Amanda Melo Lima; Universidade de Brasília - Pós-graduação;

amanda.melo@ufr.br

Nesse trabalho, apresentamos um diálogo entre Literatura Surda produzida na Amazônia - a partir da lenda Kauane, uma guerreira surda - e as vivências surdas da autora Shirley Vilhalva, registradas em sua autobiografia Despertar do Silêncio, publicada em 2004. Nos enredos de ambas as produções, a surdez e a língua de sinais são evidenciadas como experiências transformadoras na percepção de mundo das protagonistas. Na autobiografia Despertar do silêncio, Shirley Vilhalva opõe as fases anterior e posterior à aquisição da Língua Brasileira de Sinais - Libras, narrando seu nascimento, família, escola, sonhos, faculdade, maternidade, as dificuldades comunicativas devido à surdez e seu renascimento com a aquisição de uma língua de sinais, atribuindo a essa vivência uma transformação profunda e significativa, levando a autora a um despertar. A lenda amazônica selecionada para essa análise é Kaune - uma guerreira surda, da autora Lilian Araújo Cerqueira, o texto é parte da obra intitulada Onze histórias e um segredo: desvendando as lendas amazônicas, publicada em 2016, organizada por Taísa Aparecida Carvalho Sales. As histórias apresentadas na obra fazem parte do corpus da literatura surda produzida na região amazônica e revelam em seus enredos questões sobre surdez, língua de sinais, identidade surda e a estética da floresta como ambientação. Na lenda, Kauane é uma indígena surda que afronta o preconceito e a exclusão de seu povo; nossa protagonista é rejeitada pelas demais guerreiras por ser surda e lhe é negado o treinamento necessário para essa atribuição, pois a maioria a considera incapaz. Kaune isola-se na floresta e treina clandestinamente, em um de seus treinos secretos, é avistada por Acauã, guerreiro surdo, residente em uma comunidade de indígenas surdos. Neste encontro entre Kaune e Acauã nasce o amor e a comunicação em língua de sinais: o mundo de Kaune converte-se em harmonia. Após análise dos enredos, apresentamos um diálogo entre as obras, mais especificamente, o enlace analítico entre as experimentações de Shirley e Kaune, a partir do recorte de situações onde há uma construção da condição surda diante dos conflitos que irrompem diante do seu cotidiano num mundo ouvinte. O aporte teórico para a análise foi realizado com base nos seguintes autores: Lodenir B. Karnopp e seus estudos sobre surdez e literatura; e Mikhail Bakhtin, e sua teoria sobre dialogismo. Eixo Temático 06: Literatura, Arte e Música indígena em contexto de minorias.





SEMENTES DA(S) RETOMADA(S): SEMEANDO R-EXISTÊNCIAS NA PAISAGEM-MUNDO VAZIA

Marcelo Argenta Câmara, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),
marcelo.camara@ufrgs.br

Este trabalho fala sobre a importância das retomadas indígenas enquanto processos de recuperação de territórios e de modos de vida tradicionais. Construído a partir do acompanhamento da retomada mbya-guarani Ka'aguy Porã, do município de Maquiné (RS), a partir de uma metodologia de pesquisa participante, o artigo busca analisar os diferentes aspectos envolvidos em um processo de retomada para, em seguida, se deter especificamente no âmbito cultural. A partir daí, analisa-se a atuação do Coral Araí Ovy, formado por jovens pertencentes à comunidade, para refletir sobre a importância dessas manifestações enquanto componentes de fortalecimento identitário. Abre-se, então, uma reflexão sobre a importância da música enquanto elemento proponente de mobilização política. Conclui-se o trabalho afirmando a importância das retomadas e dos processos internos delas emanados, em especial por sua capacidade de multiplicação de processos análogos de autonomia e emancipação de comunidades e povos originários.

A AUTORIA/COMPOSIÇÃO DE TOADAS E O CASO THAÍS KOKAMA

Zuldimar Peixoto Mota Júnior, UFRR, CAPES, zuldimarjunior@yahoo.com.br
Veronica Prudente Costa, UFRR, prudente.veronica@gmail.com

Em 2023, o Boi-Bumbá Caprichoso lançou a primeira toada escrita por uma mulher indígena de sua história. O objetivo deste trabalho é analisar a toada “Vidas Indígenas Importam”, de Thaís Kokama, pelo viés do contracolonial. Para isto, é necessário que passemos pela “morte do autor”, conceito de Roland Barthes (2024) e também pelo conceito de contracolônia, de Antonio Bispo dos Santos (2015, 2023) para discutir autoria, bem como a fortuna crítica posta por Ericky Nakanome (2017) e Adriano Marinho e Allan Rodrigues (2021) sobre a representação de indígenas no Festival de Parintins, junto do encarte digital do álbum de 2023 do Boi Caprichoso. Por mais que a temática indígena seja recorrente no Festival de Parintins, por meio de itens como Ritual Indígena, Pajé, Cunha-Poranga e Povos Originários, é quase inexistente a presença de compositores indígenas em álbuns oficiais dos bois-bumbás, como por exemplo, o escritor Yaguarê Yamã em 2014. Thaís Kokama, do povo Kokama, é a autora de “Vidas Indígenas Importam”, toada que faz parte do álbum de 2023 do Caprichoso, música cantada por Yrá Tikuna, cantora e estilista do povo Tikuna, além do Levantador de Toadas oficial Patrick Araújo. A luta pela terra é uma luta conjunta, feita por mulheres, e podemos perceber isto na toada nos primeiros versos na língua tikuna, aqui traduzidos para o português “Nós mulheres somos fortes! / Nós que vivemos aqui nessa terra / Vamos ecoar para bem longe a nossa cultura! / Vamos ecoar para bem longe a nossa cultura! / Porque a mãe do Brasil é indígena!”. Podemos verificar também que esta luta feminina é representada por jovens mulheres líderes de suas comunidades, que ganham destaque nas redes sociais, nos versos “Eu levanto o meu maracá / Derequine, Mapa, Awiá, / Yawaratsuni, Yrá / Guerreiras a reflorestar”. As palavras Indígenas fazem referência a essas jovens lideranças femininas: ‘derequine’ é formiga na língua witoto e representa a líder política Vanda Witoto; ‘mapa’ é abelha em kokama e refere-se a própria compositora; ‘awiá’ é abelha em sateré-mawé e representa a líder influenciadora Samela Sateré-Mawé; ‘yawaratsuni’ significa onça-preta em kokama e faz alusão a cacique Bia Kokama. Por fim, a toada de Thaís é a





forma que a autora encontrou para semear as suas palavras, no sentido contracolonial de Bispo, para que germinasse em outros espaços além do Festival.

LITERATURA INDÍGENA, ANCESTRALIDADE E DECOLONIALIDADE: O CURUPIRA MACUXI DE TRUDUÁ DORRICO E O(A) CURUPIRA URUMAJOENSE

Zilmara Soares Brito (Doutoranda PPGLE- UFCG)
zilmara.sbrito@escola.seduc.pa.gov.br
WhatsApp: (91) 9 8874 9586

O presente artigo se propõe a analisar a ocorrência da personagem Curupira no conto “O caçador e o curupira”, da escritora Macuxi Truduá Dorrico, publicado no livro *Originárias: uma antologia feminina de literatura indígena* e algumas ocorrências de tal personagem em narrativas orais na cidade de Augusto Corrêa-PA (conhecida e referenciada aqui como “Urumajó”). No que concerne às narrativas da referida cidade, escolheu-se um conto escrito por um autor da cidade de Bragança-PA, Antônio Coutinho, publicado num livro de sua autoria intitulado *A gleba Urumajoense*; além de tal conto, escolheu-se mais três narrativas orais (sendo uma delas em formato de poema), de moradores da cidade de Urumajó que participaram de um concurso de narrativas orais, realizado pela prefeitura municipal, no ano de 2022. Durante a análise, buscou-se destacar a importância da Literatura indígena e sua ancestralidade na construção de uma literatura decolonial, em contraponto à visão colonialista que poderia estar presente em algumas ocorrências do curupira em narrativas não indígenas. A análise levou a alguns pontos convergentes, como o fato de o curupira ser o protetor da floresta, mas também houve divergências, como o entendimento de que o Curupira macuxi carrega consigo a ancestralidade representada por um ancião, símbolo de sabedoria e seriedade, enquanto nas ocorrências do Curupira Urumajoense há representações, talvez, em tom jocoso, brincalhão, contrastando pontos narrativos sobre o sobrenatural real. Fazem parte de nossa discussão autores como Dorrico (2018), Freire (2020), kambeba (2018), Munduruku (2018), Olivieri-Godet (2020), Ribeiro (2001) e outros.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura indígena. Curupira. Ancestralidade. Decolonial.

FORA DO QUADRADO E DENTRO DA TRADIÇÃO: ANÁLISE DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS COMO ARTE INDÍGENA E PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS EM PROCESSOS EDUCACIONAIS

Gustavo Soldati Reis
Universidade do Estado do Pará – UEPA
gustavo.reis@uepa.br

A presente proposta tem por objetivo central analisar a produção de materiais didáticos para escolas indígenas que utilizam a linguagem das Histórias em Quadrinhos (HQs) como mediação didática e pedagógica nos processos de ensinagens e aprendizagens. O recorte da pesquisa recai sobre parte das produções construídas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar Indígena (PPGEEI), mestrado profissional, da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Ao superar a leitura reducionista de que HQs são um tipo de arte apenas para públicos infanto-juvenis e/ou uma arte que produz puro entretenimento e “alienação das massas”, produções acadêmicas e didáticas construídas





por estudantes indígenas, através de HQs, tem crescido como forma de afirmação da criação e protagonismo artístico (político e cultural) desses povos indígenas. De fato, as HQs operam na conjugação de modalidades verbais e não verbais, de textos escritos e textos visuais (os desenhos), para a composição/roteiro de uma boa narrativa a ser contada. Essas narrativas passam a expressar, por hipótese, um profundo espaço de recriação das mito-cosmologias que constituem as experiências de sentido, de ancestralidade, de identidade e alteridade dos povos tradicionais. A arte indígena, em sua expressão quadrinística, evoca, visualmente, a produção de materiais didáticos que valorizam a dimensão oral de contação de histórias e do uso de visualidades enquanto linguagens fundamentais para os processos culturais indígenas. Isso é importante, uma vez que boa parte das HQs que representam indígenas ainda possui produção não-indígena e que colocam, no que diz respeito a materiais didáticos, quadrinhos como mera ilustração ou exemplificação de textualidades escritas. Assim, a arte quadrinística, além de suprir lacunas na produção de materiais didáticos para espaços escolares e não escolares produzidos por indígenas e, portanto, veicula maior respeito e conhecimento sobre as tradições de conhecimento desses povos, por outro lado, fomenta um lugar de resistência educacional, uma vez que a arte, antes de conformar, deve inconformar, perturbar os espaços artísticos que ainda reproduzem lógicas neocoloniais. Com isso, a partir dessas discussões, espera-se fazer da comunicação um espaço de reflexão sobre os resultados alcançados em sintonia com os objetivos do Seminário Temático.

ARTE INDÍGENA E A GEOGRAFIA HUMANISTA

Fredson Antônio Souza da Silva
Universidade Federal de Rondônia
Financiamento CNPq
fassilva1996@gmail.com

A arte indígena é de suma importância para a compreensão da condição de vida dos povos indígenas, uma vez que sempre conviveram com pressões externas e muitas vezes alheios aos seus domínios. Indo além, a arte indígena é uma forma de expressão a tais fenômenos negativos e positivos que os rondam. Buscamos na geografia humanista elementos para a compreensão parcial dos fenômenos retratados através de obras do artista Jaider Esbell. Este artista roraimense que buscou e conseguiu expor as condições de existência dos povos indígenas, especialmente o povo Macuxi. Num contexto amazônico, onde há ideias de preservação, conservação do meio natural para garantia de um futuro agradável para as pessoas, ocorre um fenômeno contrário: degradação ambiental e social na Amazônia brasileira, demonstrada por estudos em diversas áreas do conhecimento. A geografia humanista, através de estudos fenomenológicos, proporciona o diálogo que necessitamos para nos envolver ao mundo artístico indígena e compreender as noções de espaço, de experiência de perspectivas, tanto científicas quanto no cotidiano, seja ela no indígena ou fora dela. Desta maneira, o diálogo entre a geografia humanista e arte indígena visa criar e reforçar os diálogos que servem como aportes para compreender as atuais demandas sociais, ambientais provenientes de indígenas. Destarte, percebe-se a importância de estudar Jaider Esbell e suas obras sob a ótica da geografia humanista, que salientamos, é uma dentre várias interpretações que só contribuem para o desenvolvimento científico.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 7 - EDUCAÇÃO INTERCULTURAL COMO DESAFIO CONTEMPORÂNEO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS

Coordenação:

Simone Rodrigues Batista Mendes – UFRR

Jonildo Viana dos Santos – UFRR

Gardênia Maria Barbosa Cavalcante – SEED/PPGE-UERR

Resumo do Simpósio Temático: A interculturalidade enquanto fenômeno da modernidade tem descortinado necessidades interpretativas imediatas em aspectos conjunturais e estruturais em um momento histórico, em que as instituições educacionais em sociais passam por momentos de perplexidade e incertezas, sobretudo no campo da educação, e da educação diferenciada. Este simpósio tem como objetivo refletir sobre o processo de formação inicial, continuada de professores da Educação Básica e Superior na América Latina, considerando os aspectos socioeconômicos, linguísticos e culturais. Trazendo pesquisas de cunho bibliográficos, documentais, de campo, qualitativos, quantitativos, bem como relatos de experiências a partir do cotidiano acadêmico. Espera-se desse simpósio trocas de experiências teóricas e metodológicas que versem sobre a temática numa perspectiva interdisciplinar, socializando e expondo aspectos contemporâneos da complexidade e sociedade em rede. Busca-se entender como se relacionam e inter-relacionam as demandas formativas diferenciadas, concomitante a valorização dos saberes tracionais e a construção de novos saberes, desafios constantes da prática docente do professor que atua na educação básica e superior na América Latina. Assim, formar professor na perspectiva intercultural é uma empreitada a ser vivenciada e construído no dia a dia, pois, conceito de interculturalidade e sua aplicabilidade na formação e práxis docente, é ainda uma abordagem inovadora na construção de um sujeito que compreenda hibridismo cultural em que está inserido.





A LEITURA DE LITERATURA INDÍGENA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA ESCOLA INDÍGENA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ITATY EM SANTA CATARINA

Dra. Ivanir Maciel/FMP
ivaleitura@yahoo.com.br

O objetivo da pesquisa é refletir sobre a formação de professores indígenas em leitura de literatura indígena infantil e juvenil produzida por escritores/as indígenas. Origina-se de uma tese de doutorado em uma Escola Indígena de Ensino Básico, em Santa Catarina com professores/as guarani. A metodologia pautou-se pela pesquisa-ação cujo projeto de aperfeiçoamento docente foram rodas de conversa sobre a literatura indígena e duas entrevistas com professores/as. Consideraram-se as ações e procedimentos éticos com os sujeitos, espaço físico e social caracterizado pela interculturalidade a partir de autores do sul global. Pressupostos e aporte teórico foram suleados pela categorização analítica: totalidade mediada, advindos da interação dos saberes da cosmologia e da Há'y Yvy Guarani. A colonização desconsidera(ou) o diálogo intercultural, a valorização da alteridade e pôs a arte literária indígena à margem do mercado editorial por não atender ao modo de criação ocidental. A interlocução teórica e literária se deu com autores indígenas. Resultados refletem a constituição de leitores/as de literatura indígena como objeto da cultura, antirracista e por resistência. Os professores/as registraram histórias guarani com seus estudantes após as rodas de conversa.

O ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA EM BOA VISTA/RR: O ALCANCE DA LEI 11.645/2008

Maria Luiza Fernandes/UFRR
maria.luiza@ufrr.br

Pesquisas em diversas partes do Brasil apontam que, após quinze anos da implementação da Lei 11.645/2008, poucas mudanças foram perceptíveis no chamado chão da escola. Cabe, então, perguntar se essa situação ocorre também na cidade de Boa Vista, capital do estado, proporcionalmente ao número de habitantes, mais indígena do país, Roraima. Em pesquisa realizada com professores de História da Educação Básica da rede pública atuando na cidade de Boa Vista pudemos constatar que a situação não difere do restante do país. Embora todos os entrevistados tenham afirmado que trabalham com a temática indígena em sala de aula, quando perguntado em que momento isso acontece a maioria respondeu: “ocupação portuguesa”; “na conquista”; “pré-história”; “grandes navegações”; “descobrimento”. Muito embora alguns tenham respondido “em todos os momentos” e “na atualidade”, o que se percebe é que a temática ainda é abordada em um momento muito específico da história do Brasil, sendo relegada ao esquecimento em tantos outros. Problematicar essa questão apontando que mudanças podem acontecer é o que pretendemos, visto que, na mesma pesquisa todos os entrevistados responderam que gostariam de conhecer mais sobre a temática citando “cultura”, “resistência”, “organização política” e “ancestralidade” como temas de interesse.

MEMÓRIAS DE INDÍGENAS: MEMÓRIAS DE VIDA, EXISTENCIALIDADES E LUTAS

Stela Damas -SEED/CEFRR





stela.damas66@gmail.com

Leila Maria Camargo- SEED/CEFRR/UERR
apolium522@hotmail.com

O artigo tem por objetivos apresentar os resultados do trabalho de escrita de memoriais indígenas, como metodologia de pesquisa e formação (Josso, 2004) utilizada nos processos formativos de professores(as) da educação básica do Magistério Indígena Tami'kan. Por meio deles, foi possível conhecer as histórias dos sujeitos em formação, existencialidades únicas, uma diversidade de experiências vividas e descortinadas a partir da escrita do memorial, apresentando um universo de elementos comuns entre narrativas, memórias de vida individuais e coletivas, protagonismo e lutas de experiências ricas, ainda negadas pelo currículo oficial, do direito de conhecer-se e saber-se. O recurso da metodologia por meio da escrita de memórias de vida, demandou uma escuta qualificada e o exercício do diálogo igualitário e intercultural, como projeto de conhecimento e projeto de formação, permitindo tanto ao cursista, quando ao professor(a) orientador (a) uma experiência de aprendizagem compartilhada de uns com os outros, um primeiro passo para que se efetive de fato a interculturalidade crítica. Como resultado, verificou-se um encontro dos sujeitos com seus pertencimentos e identidades, encontros de si. Desta formação foram produzidos, organizados e publicados dois livros, pelo Centro Estadual de Formação dos Profissionais da Educação de Roraima/UERR, nos anos de 2020 e 2023.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NAS PRÁTICAS FORMATIVAS NO MAGISTÉRIO INDÍGENA TAMARAI: DESAFIOS INTERCULTURAIS E METODOLÓGICOS PARA O ENSINO DA LÍNGUA MATERNA

Bibiana Araújo Pereira Bulcão
SEED/CEFRR/UERR
bibianaapbulcao@gmail.com

Leila Maria Camargo
UERR/SEED/CEFRR
apolium522@hotmail.com

O trabalho aborda os desafios interculturais postos aos formadores do Centro Estadual de Formação dos Profissionais da Educação de Roraima – CEFRR-Escola Estadual de Formação de Professores de Boa Vista, em especial, no trato da formação voltada ao ensino da Língua Materna e das metodologias de alfabetização multilíngue. Neste sentido, nosso objetivo é fazer alguns apontamentos iniciais a respeito destes desafios, com foco na prática pedagógica dos professores de Língua Materna Indígena na perspectiva das ações formativas do Magistério Indígena Tamarai, considerando as metodologias para a alfabetização e letramentos dos alunos. O referido curso ofertado pelo CEFRR, é o primeiro neste sentido no Estado e oferece qualificação específica para os professores de Língua Materna dos povos Macuxi, Wapichana, Taurepang e Ye'kwana, que já atuam nas escolas estaduais e municipais, no Fundamental 1 (do 1º ao 5º ano), que carecem de habilitação em Magistério. O curso oferta 100 vagas para cursistas de diferentes povos falantes de línguas materna indígena, o que tem sido um desafio tanto para os formadores, quanto para os cursistas de





cada povo, e demanda a aprendizagem da interculturalidade crítica no processo formativo e aprendizagens mútuas.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UM NOVO OLHAR DECOLONIAL SOBRE O MOVIMENTO CORPORAL

Gardênia Maria Barbosa Cavalcante
Secretaria Estadual de Educação e Desporto/
Universidade Estadual de Roraima/PPGE
Garden.1533@gmail.com

Ao discutir a formação inicial de professores indígenas em uma perspectiva intercultural traz inúmeras nuances a serem versadas e refletidas nos mais diferentes contextos sociais, econômico, étnico, cognitivo e emocional. Deve-se então analisar como se procede a formação do professor indígena em educação física dentro de uma perspectiva intercultural e decolonial, a fim de que esse possa atender aos anseios da comunidade em que residem. A BNCC da o aporte ao componente curricular de educação física ao expor que deve ser abordado o movimento corporal dentro da realidade de cada região, bem como, a projeção dos conhecimentos ancestrais referente ao movimento do corpo, bem como expresso na Lei 11.645/2008 que versa a inclusão do estudo sobre a história Afro-Brasileira e Indígena. Para tanto, as Instituições de Ensino Superior – sejam elas pública ou particular, principalmente as públicas por atenderem aos professores indígenas em suas licenciaturas intercultural – devem ter uma visão decolonial para esse processo de formação para professores indígenas de educação física, levando-os a ter uma visão além do aprendido dentro das quatro paredes das universidades. Metodologicamente a pesquisa teve uma abordagem qualitativa, embasando-se na pesquisa bibliografia. Assim pensar a formação adequada para esses professores indígenas que atuam nas comunidades com o componente de educação física e começar a reconfigurar as IES quanto ao currículo e a estruturação de um curso de educação física intercultural, o qual proporcionará uma visão ampla e do qual realmente permita que esses profissionais possa saber utilizar todos os saberes ancestrais, interligando a teoria e pratica cotidiano, quebrando assim com concepções eurocêntricas contidas no processo de formação de professores de educação física.

ANÁLISE DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCACIONAL SUPERIOR INDÍGENA, ALIADA AO USO DA TECNOLOGIA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL

Joyce Karoline Pinto Oliveira Pontes
Pesquisadora (apresentadora)
Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação(PPGE)
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
joycekarolinepontes@gmail.com

Jocyléia Santana dos Santos
Professora (orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
jocyleia@uft.edu.br





O ensaio reflete sobre as produções científicas *Scrito Sensu*, tendo como objetivo identificar a educação superior indígena brasileira, diante dos avanços sociais e culturais que se dão a partir do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na formação de professores, especificamente na região Norte do País. Para aprimorar a análise, empregamos descritores por palavras-chave no Catálogo de Teses e Dissertações da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o que possibilitou um refinamento na identificação de trabalhos correlacionados à temática: educação superior indígena, obtendo uma visão mais precisa e concentrada sobre as discussões a partir destas pesquisas desenvolvidas no período de 2015 a 2023. Como procedimentos metodológicos, utiliza-se a natureza quali-quantitativa para mensurar os dados disponíveis, cuja finalidade é compreender a produção dos trabalhos sobre o tema. Percebeu-se que há escassez de estudos sobre a educação superior indígena vinculada à tecnologia. A partir dessa compreensão, as análises instigam a pensar sobre os avanços deste ensino no Brasil, bem como a forma que tecnologia vem mediando os cursos superiores voltados aos povos indígenas na região Norte.

MEMÓRIAS DE INDÍGENAS: MEMÓRIAS DE VIDA, EXISTENCIALIDADES E LUTAS

Leila Maria Camargo
apolium522@hotmail.com

O artigo tem por objetivos apresentar os resultados do trabalho de escrita de memoriais indígenas, como metodologia de pesquisa e formação (Josso, 2004) utilizada nos processos formativos de professores(as) da educação básica do Magistério Indígena Tami'kan. Por meio deles, foi possível conhecer as histórias dos sujeitos em formação, existencialidades únicas, uma diversidade de experiências vividas e descortinadas a partir da escrita do memorial, apresentando um universo de elementos comuns entre narrativas, memórias de vida individuais e coletivas, protagonismo e lutas de experiências ricas, ainda negadas pelo currículo oficial, do direito de conhecer-se e saber-se. O recurso da metodologia por meio da escrita de memórias de vida, demandou uma escuta qualificada e o exercício do diálogo igualitário e intercultural, como projeto de conhecimento e projeto de formação, permitindo tanto ao cursista, quando ao professor(a) orientador (a) uma experiência de aprendizagem compartilhada de uns com os outros, um primeiro passo para que se efetive de fato a interculturalidade crítica. Como resultado, verificou-se um encontro dos sujeitos com seus pertencimentos e identidades, encontros de si. Desta formação foram produzidos, organizados e publicados dois livros, pelo Centro Estadual de Formação dos Profissionais da Educação de Roraima/UERR, nos anos de 2020 e 2023.

PROMOVENDO A ETNOSSUSTENTABILIDADE: UM OLHAR SOBRE A I FECIND E IV FECIU EM RORAIMA

Rhayder Abensour Souza
SEED/SEMECD- UI- rhayderabensour17@gmail.com

Monaliza Nayara Ribeiro Silva
SEED- rmonalisanayara@gmail.com

A I Feira Estadual Indígena de Ciências de Roraima (FECIND) e IV Feira Municipal de Ciências do Uiramutã (FECIU) representam marcos significativos na promoção do conhecimento científico e na





celebração das culturas tradicionais indígenas. O tema central, "Etnosustentabilidade: Biodiversidade, Culturas Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável", direciona o foco para a interseção crucial entre preservação ambiental, herança cultural e progresso sustentável. Com a participação de trinta e seis escolas indígenas de Roraima, a FECIND e FECIU proporcionaram uma plataforma inclusiva e diversificada para a apresentação de 78 trabalhos científicos. Estes trabalhos abrangeram diversas disciplinas, incluindo prática de projeto, biologia, ciências, matemática, língua portuguesa e língua materna indígena. Os participantes exploraram questões relevantes para suas comunidades, como manejo sustentável de recursos naturais, conservação da biodiversidade, métodos tradicionais de agricultura, entre outros temas de importância local e global. A diversidade e a qualidade dos trabalhos apresentados refletem o profundo conhecimento e o compromisso das comunidades indígenas de Roraima com a preservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável. Os projetos destacaram soluções inovadoras e práticas educativas e práticas tradicionais que contribuem para a conservação dos ecossistemas locais e para o fortalecimento das identidades culturais indígenas. Além disso, a participação ativa dos estudantes demonstrou o potencial das escolas indígenas como centros de educação ambiental e cultural, saúde dos envolvidos. A FECIND desempenhou um papel crucial na promoção da ciência, da cultura e da sustentabilidade entre as comunidades indígenas de Roraima. Estas feiras não apenas proporcionam uma plataforma para o intercâmbio de conhecimentos e experiências, mas também fortalecem o orgulho e a autoestima das comunidades indígenas, incentivando o envolvimento contínuo na preservação de seus territórios e tradições. Através do compartilhamento de ideias e práticas, as feiras reforçam o compromisso coletivo de construir um futuro mais justo e sustentável para todos.

O ENSINO INTERDISCIPLINAR DA GEOGRAFIA E DA LÍNGUA PORTUGUESA NO MAGISTÉRIO INDÍGENA EM RORAIMA

Carmem Véra Nunes Spotti

Marcia Teixeira Falcão, UERR/CEFRR, e-mail: marciafalcão.geog@uerr.edu.br

Os povos indígenas são detentores de um saber ancestral evidenciado no uso do espaço geográfico cujo conhecimento é também revelado na sala de aula. O uso de exemplos do seu cotidiano torna-se essencial para o entendimento dos componentes curriculares de Geografia e Línguas Portuguesas e Ninam. O objetivo foi demonstrar como os componentes curriculares de Geografia, Línguas Portuguesas e Ninam podem ser trabalhados interdisciplinar e interculturalmente no Magistério Indígena Yariapiari, desenvolvido pelo Centro de Formação dos Profissionais da Educação de Roraima/CEFRR. A abordagem foi qualitativa, com metodologia de pesquisa-ação. Os alunos foram os professores indígenas Yanomami, do Povo Xirixana e Xiriana, falantes da Língua Ninam, sendo que muitos não falavam, escreviam e/ou entendiam a Língua Portuguesa. O trabalho desenvolvido nas aulas de Geografia e Língua Portuguesa contou com a produção de textos relacionados aos elementos geográficos presentes na comunidade e no seu cotidiano; em aula de campo em espaço não formal de ensino para (re)conhecimento da fauna e flora local por meio de lista livre e da confecção de jogos pedagógicos nas Línguas Portuguesas e Ninam, a partir dos elementos visualizados na aula de campo e trabalhados em sala. Os textos produzidos pautaram-se no cotidiano da comunidade e nas vivências dos alunos professores e os materiais foram produzidos nas Línguas Portuguesas e Ninam considerando a variação linguística, observando as diferenças culturais e linguísticas entre uma mesma língua e entre as diferentes línguas no falar e escrever presentes no mesmo espaço geográfico, na formação da língua, nas mudanças temporais e geográficas ocorridas em cada língua; na necessidade de registro da língua materna para não ocorrer o esquecimento e o





ensino e aprendizagem das línguas materna (Ninam) e da língua de contato (Portuguesa). Como resultado deste trabalho as aulas foram desenvolvidas permitindo que os alunos professores interagissem em Língua Portuguesa e compreendessem sobre os conceitos geográficos, a fauna e a flora, entre outros. Essas atividades possibilitaram trabalhar com os saberes ancestrais e as diferenças do olhar de um mesmo objeto. As trocas de experiências permitiram o exercício intercultural e significativo para que ocorra o saber ensinar e como é o processo de aprendizagem de forma que possam fazer a transposição didática em sua prática pedagógica. Este trabalho inscreve-se no eixo temático nº 07: Educação Intercultural como desafio contemporâneo na formação de professores indígenas.

IDENTIDADE DOCENTE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES MACUXI: DO IMAGINÁRIO NEGATIVO À AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA NA CONTEMPORANEIDADE

Jonildo Viana dos Santos

Licenciatura Intercultural/Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena – UFRR
– jonildo.viana@ufrr.br

O estudo reflete sobre a formação e a prática de professores macuxi, oriundos da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no nordeste de Roraima que, historicamente, é conhecido por ser um Estado anti-indígena. Para tanto, se fez uma etnografia, que mescla visitas de campo, memórias, narrativas e autobiografia. A pesquisa foi realizada com professores graduados no Curso de Licenciatura Intercultural com habilitação na área de concentração em Ciências Sociais, oferecido pelo Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima - UFRR. Utilizamos-nos da nossa experiência como docente formador na referida instituição, dos atilamentos em sala de aula, encontros pedagógicos, encontros informais com os sujeitos da pesquisa, registrando todas essas percepções nas anotações. Objetivando entender como esses sujeitos relacionam a sua identidade étnica com sua identidade profissional, concomitante, saber quais são suas compreensões sobre Interculturalidade, como percebem as relações entre conhecimento tradicional e conhecimento científico, e como aplicam em sua prática docente na busca de conhecer as suas realidades, priorizar suas demandas e perspectivas enquanto educador. O projeto de formação de professores indígenas em Roraima é fruto da luta social travada entre o modelo educacional institucionalizado pelo Estado e aplicado sem levar em consideração a sociodiversidade dos povos indígenas, dessa maneira percebeu-se historicamente choques significativos entre as duas perspectivas, a estatal e a indígena. A experiência de formação de professores indígenas da etnia macuxi habilitados em ciências sociais nos faz refletir sobre a importância das Ciências Sociais enquanto área do conhecimento que objetiva interdisciplinarizar os debates na busca de entender as funções, os sistemas e as estruturas das sociedades, relacionando-a com a educação diferenciada, bilíngue e intercultural, que vislumbra autonomia intelectual para uma possível emancipação política, agregando à justiça cognitiva.

ESTUDOS NA ALDEIA: CONEXÃO UNIVERSIDADE, ESCOLA E COMUNIDADE

Waghma Fabiana Borges Rodrigues

Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT
waghma@unemat.br





A Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT junto com as lideranças indígenas vem somando esforços para promover uma educação específica e diferenciada considerando o ensino, a cultura de cada povo de Mato Grosso e as especificidades linguísticas, tendo como a língua materna a primeira. Essa parceria vem destacando por um histórico de mais de 22 anos de formação iniciada pelas Licenciaturas Intercultural Indígena das três áreas distintas de formação: a) Letras, Linguística e Artes, b) Licenciatura em Ciências Naturais e c) Licenciatura em Ciências Sociais (totalizando nove turmas), e três turmas de Licenciatura em Pedagogia e o primeiro Bacharelado em Enfermagem Intercultural. Os cursos de Licenciaturas, Pedagogia e Enfermagem Intercultural, iniciados em 2023 totalizam 176 acadêmicos indígenas e atendem 41 etnias das 45 etnias registradas em MT. O Projeto Pedagógico dos Cursos - PPC é específico e diferenciado prevendo momentos de Estudo Presencial na Universidade e a Etapa Intermediária – Estudo na Aldeia. Portanto, este trabalho destaca as ações da Etapa Intermediária desenvolvidas em 2024 que teve por objetivo compreender as práticas pedagógicas por meio do ensino, da pesquisa e da extensão na vivência e na interação social, cultural, étnica e identitária no contexto da aldeia em uma profícua integração entre os conhecimentos científicos e os saberes, fazeres e valores interculturais. As ações foram a partir das discussões das temáticas sobre a história do povo (identidade); educação e ambiente; e a importância do trabalho da língua materna na escola. A metodologia se deu a partir da interação com a comunidade participando de roda de conversa com as lideranças, em outro momento com os professores e gestores da escola, dialogando com as lideranças femininas, os movimentos e espaço físico das mulheres; as ações do posto de saúde em parceria com a escola no bem viver da comunidade; as práticas culturais desenvolvidas entre a escola e a comunidade, os diferentes talentos existentes nas comunidades e as associações presentes. Esta interação de saberes, fazeres e valores, permitem aos acadêmicos reflexões sobre as práticas pedagógicas (e seus desafios), a cultura e a importância da identidade do povo, bem como pensar e relacionar essa realidade com o contexto ao qual pertencem os acadêmicos, percebendo as semelhanças e diferenças, na compreensão da interculturalidade, e assim, percebendo a relevância e a integração dos conteúdos estudados nas disciplinas na Universidade e os estudos na Etapa Intermediária.

TAREN - PALAVRAS ENCANTADAS DE CURA

Elder José Lanes
UFRR
yawabitxi@gmail.com

O termo Taren possui duas acepções, a primeira diz respeito ao ritual que envolve o uso de rezas tradicionais, com o objetivo de realizar curas; a segunda diz respeito ao conjunto de rezas utilizadas nesse ritual. Assim, por meio da pronúncia ritualizada de palavras mágicas, o rezador (tarenpokon) procura intervir na resolução de problemas do corpo, sociais e até ambientais. Nesse processo, dependendo da demanda, podem ser indicado o uso de determinadas plantas e chás.

OS DESAFIOS DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES INDÍGENAS DO CURSO AMOOKO LISITAN

Autora: Maristela Araújo Costa Pereira
Universidade Federal de Roraima
Email: maristelafores@gmail.com





Este artigo tem como objetivo apresentar resultados da minha dissertação de mestrado, que tem como finalidade compreender e refletir sobre os desafios do ensino da língua portuguesa no curso de magistério indígena Amooko Lisitan ofertado por meio de política de formação Inicial da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Roraima, aos professores indígenas originários dos povos Ingarikó sem formação acadêmica, residentes nas regiões das serras município do Uiramutã-RR, que desenvolvem suas atividades em sala de aula em suas comunidades, em um total de 35 (trinta e cinco) participantes. Vale dizer que é um grupo falante da língua materna que preserva a cultura (dança, comida e rituais), porém é observado que no curso ofertado vivenciam o currículo do curso em língua portuguesa assim dificultando o diálogo com professor formador e consequentemente aprendizagem é deficitária. Dentre esses desafios, destaca-se a metodologia utilizada pelos professores formadores e, em especial, a aquisição do conhecimento repassado e/ou construído utilizando a língua portuguesa como língua prioritária. No decorrer do artigo são apresentados relatos de professores cursistas referente as aulas ministradas em língua portuguesa e como se comportam os professores formadores diante de tal dificuldade, pois o curso não é bilíngue, assim é perceptível a confusão do diálogo entre professores formadores e cursistas, pois a língua portuguesa no curso tem uma posição privilegiada, sendo assim a restrição do uso da língua materna deixa o cursista em uma posição desconfortável, uma vez que, esse grupo de professores cursistas usam a língua materna como língua prioritária. Por fim (100%) cem por cento dos cursistas apontam com dificuldades o diálogo e metodologia aplicada pelos professores formadores no decorrer das aulas. Assim, este artigo está relacionado com o eixo temático Educação Intercultural como desafio contemporâneo na formação de professores indígenas.

SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO INTERCULTURAL COM PROFESSORES INDÍGENAS DO TERRITÓRIO ETNOEDUCACIONAL YANOMAMI.

Marilene Alves Fernandes
IFRR
marilene.fernandes@ifrr.edu.br

Compreender a educação como um processo contínuo de reflexão dos professores envolvidos na formação de docentes indígenas é um desafio constante. Isso se intensifica ao se tratar de uma formação que visa implementar metodologias diferenciadas, interculturais e bilingüe, promovendo uma formação integral dos sujeitos. Este artigo tem como objetivo geral apresentar os resultados de uma experiência formativa no âmbito do Programa Ação Saberes Indígenas na Escola, realizado no ano de 2023, com os professores indígenas do povo Ninan, pertencentes ao Território Etnoeducacional Yanomami e atuam no ensino da Língua Materna nas escolas estaduais de Roraima. Este estudo é resultado de uma pesquisa - ação que, por meio de encontros formativos e rodas de conversas, trabalhou a formação de professores indígenas, utilizando histórias e mitos contados nas suas comunidades pelos sábios anciãos indígenas. Os resultados revelam a possibilidade de realização de práticas interculturais que contribuem tanto para a aprendizagem dos professores formadores quanto professores formadores dos cursistas. A troca de saberes e a reflexão sobre a prática pedagógica não apenas fortalecem a aprendizagem dos cursistas, mas também enriquecem as experiências dos formadores. Assim, o programa Ação na escola demonstra potencial para contribuir significativamente para uma formação intercultural e bilingue, promovendo um ambiente inclusivo e sensível às particularidades culturais dos povos indígenas.





FORMAÇÃO DOCENTE E IMPACTOS AMBIENTAIS: DESAFIOS XIKRIN NA INTERCULTURALIDADE

Laise Lopes Diniz
UFAM
laisediniz@gmail.com

Esta comunicação aborda os atuais desafios educacionais enfrentados pelos Xikrin, um povo pertencente à família linguística Jê e falante da língua mebêngôkre (kayapó setentrional). Com uma população de aproximadamente 1.000 pessoas, que ao final do ano de 2022 viviam em cerca de 40 aldeias, na Terra Indígena Trincheira Bacajá, localizada entre os municípios de Altamira, Anapu, São Félix do Xingu e Senador José Porfírio, no estado do Pará. Esses desafios estão intrinsecamente ligados à garantia dos direitos educacionais dos Xikrin, considerando as pressões territoriais e o cenário de mitigação de impactos gerados por grandes empreendimentos, destacadamente, a Usina Hidrelétrica Belo Monte.

Dois são nossos desafios analíticos. O primeiro trata de fazer emergir a relação entre direitos educacionais específicos e interculturais, num contexto de produção de impactos por grandes empreendimentos. O segundo, busca colocar a escola em diálogo com a natureza, na qual a interculturalidade é o método pedagógico, o fundamento jurídico e a estratégia que traduz políticas indígenas de Educação Escolar e de proteção da natureza, trazendo ao debate a noção de fratura colonial, desta feita educacional e ambiental, derivada dos estudos de Ferdinand (2019).

Argumentamos que, se de um lado habita a política e os direitos educacionais, de outro, existem problemas radicais que estão diretamente relacionados aos modos como o território e a pessoa Xikrin são atravessados pelos efeitos da mitigação. Lidar, nos tempos presente e futuro, com os desafios do clima requer a interconexão entre as gerações dos mais velhos, aqueles e aquelas que os documentos normativos em Educação Escolar Indígena chamam de sábios/as, com os/as que ocupam, na atualidade, a posição de docentes e gestores/as na escola indígena e, tal como nos inspira Baniwa (2013), manejar o mundo.

Neste sentido, refletir sobre desafios interculturais para a formação de docentes e gestores/as indígenas aponta para a profunda necessidade de que a emergência climática e os riscos ambientais integrem o pensamento escolar, articulado aos saberes, ciências e práticas educacionais indígenas.

PROJETO DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E SAÚDE COM OS POVOS YANOMAMI E YE'KWANA

Erica Dumont-Pena – UFMG (Escola de Enfermagem)
erica.dumont@gmail.com

Ana Maria R. Gomes – UFMG (Fac. Educação)
anagomes.fae.ufmg@gmail.com

Este trabalho discorre sobre atividades de pesquisa e extensão com os povos Yanomami e Ye'kwana, realizado por docentes e discentes da UFMG, pesquisadores do Instituto Socioambiental (ISA), Missionários da Consolata e as associações indígenas HAY e Seduume. Inserido na Universidade dos Direitos Humanos da UFMG, o projeto surgiu de uma solicitação de Davi Kopenawa em 2022 para retomar atividades educacionais e de saúde, buscando enfrentar a degradação ambiental e a crise





humanitária na Terra Indígena Yanomami (TIY), exacerbadas pela invasão do garimpo ilegal. O objetivo é reconstruir uma perspectiva positiva para os jovens Yanomami e Ye'kwana, através de percursos formativos em educação, saúde e direitos humanos, de forma a promover a proteção territorial e coletiva. Os principais desdobramentos dos projetos em curso indicam a necessidade de fortalecer a colaboração entre atores indígenas e não-indígenas e implementar programas de formação continuada, contribuindo para a reativação das escolas e o fortalecimento das comunidades. Nessa direção, discute-se que a formação de professores deve ser construída em um diálogo mais amplo com as demais experiências de formação de outras figuras profissionais, assim como deve dialogar com as propostas de gestão territorial existentes e que envolvem, de forma muito diversificada, jovens de diferentes comunidades.

FORMAÇÃO DOCENTE SUPERIOR: EXPERIÊNCIA INTERCULTURAL CRÍTICA, DECOLONIAL E DIÁLOGO INTERCIENTÍFICO COM POVOS INDÍGENAS

Rita Floramar Fernandes Santos
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
rita.santos@ufam.edu.br

Elciclei Faria Santos
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
efsantos@ufam.edu.br

O texto tem como base nossa experiência formativa e de pesquisa atuando junto aos povos indígenas na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) o que revela situações que apontam para a urgência de reflexibilidade e práxis diante da educação que contemple a interculturalidade crítica e a decolonialidade, para superar práticas antigas e avançar na construção de relações mais equitativas. A metodologia utilizada centra-se na pesquisa bibliográfica e documental a partir da análise dos Relatórios de Avaliação e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) de duas turmas do Curso de Licenciatura Formação de Professores Indígenas da Faculdade de Educação. Dentre os resultados, o primeiro passo dado pelas Instituições de Ensino Superior (IES) é se enxergar ainda fechadas e excludentes muito mais do que acolhedora das diferenças, dos diversos "Outros". Nesse sentido, para produzir rupturas nas estruturas institucionais é necessário investir na efetivação de processos, posturas e práticas decoloniais. Trata-se, de alicerçar a formação docente para a riqueza da diversidade cultural, também como resistência de quem lida com o desafio de respeito a Outros processos pedagógicos, reconhecendo o mundo plural na ponte que nos leva a perceber conhecimentos e realidades Outras. No percurso de nossas práxis, vão se construindo e reconstruindo saberes, ressignificando a articulação de conhecimentos, entendendo que o ensino e aprendizagem nas universidades se constituem em um processo de busca e construção intercientífica, quando os indígenas se fazem presentes com seus conhecimentos e saberes ancestrais. Assim, se ajuda e contribui para a universidade ser crítica diante do conhecimento produzido e de seu papel na construção da sociedade. A presença indígena nos espaços da/na universidade pode produzir deslocamentos político-epistemológicos que permitam a constituição de novas problemáticas para a ciência, para a qual a ampliação e a revisão das formas de pensar, de significar e semantizar experiências serão uma exigência crucial e conscientizadora. O Diálogo Intercientífico espelha-se em atitude e vontade de escuta, disposição para aprender, apreender e reaprender, como também, ser capaz de viver a criticidade e a reflexibilidade quando as diferenças forem maiores que as aproximações, sem desprender-se de críticas. A formação universitária nos





decoloniza apostando em um olhar perspicaz e sensível para expandir um diálogo intercultural como riqueza epistêmica entre mundos diferentes e entre mundos Outros.

A IMPORTÂNCIA DA LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA NA PRESERVAÇÃO DA CULTURA E TRADIÇÃO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO PIAUÍ

Edvaldo Cesar da S. Oliveira
IFPI
edvaldo.oliveira@ifpi.edu.br

Marcio Aurélio Carvalho de Moraes

Este artigo retrata as expectativas do IFPI na implementação do curso de Licenciatura Intercultural Indígena, analisando como essa formação contribui para a manutenção da identidade cultural dessas comunidades e como ela pode ser usada como uma ferramenta para combater a erosão cultural. O objetivo foi explorar a importância do curso de licenciatura intercultural indígena na preservação e promoção da cultura e tradição das comunidades indígenas do Piauí. Através de uma pesquisa bibliográfica, o estudo identifica que a licenciatura intercultural indígena desempenha um papel crucial na formação de educadores indígenas capazes de transmitir e preservar a cultura e tradição de suas comunidades. Apesar dos desafios, como a necessidade de maior apoio institucional e recursos, bem como a resistência cultural à educação intercultural indígena, a pesquisa revela que a licenciatura intercultural indígena tem um impacto significativo na preservação da cultura e tradição das comunidades indígenas do Piauí. O estudo conclui que a licenciatura intercultural indígena é uma ferramenta essencial para a preservação da cultura e tradição das comunidades indígenas do Piauí e, com o apoio adequado e uma abordagem colaborativa, tem o potencial de transformar a educação indígena no Brasil, contribuindo para a diversidade cultural e a inclusão social.

Palavras-chave: Licenciatura Intercultural Indígena. Cultura. Comunidades. Tradição. Piauí.

CURSO TÉCNICO EM MAGISTÉRIO INDÍGENA SUBSEQUENTE - SEUS PRIMEIROS RESULTADOS

Professora Mestre Maria Eliana Lima dos Santos
mariaeliana@ifrr.edu.br

Professora Mestra Claudete Correa dos Santos
IFRR/CAB

Professor, Mestre/Doutor José Airton da Silva Lima
IFRR/CAB

Trata-se do Curso Técnico em Magistério Indígena subsequente, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, IFRR/Campus Avançado Bonfim. O Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Magistério Indígena Subsequente é experimental e tem como objetivo promover a formação técnica de Nível Médio de professores indígenas que lecionam na educação infantil e no 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. O referido curso teve sua primeira experiência implementada, em





caráter experimental, no Município de Normandia, atendendo uma demanda específica apresentada pela Prefeitura, onde as professoras e professores estão na sala de aula e não possuem formação para docência. O Curso tem duração mínima de um ano e meio, com um total de 1.150 horas, com aulas presenciais e à distância, foi iniciado no ano de 2023 e término em junho de 2024. Foram matriculados 83 (oitenta e três) alunos, entre professores e professoras da rede municipal, que atendem crianças indígenas no maternal ao quinto ano do Ensino fundamental da educação básica. Estes discentes estão distribuídos em 76 escolas indígenas de um total de 79. Para o ano de 2024, estão matriculados na rede municipal 2.343 (dois mil trezentas e quarenta e três) entre alunos e alunas indígenas. Este curso parte da reivindicação das lideranças indígenas da região, pois Normandia fica dentro da Terra Indígena Raposa serra do Sol, sendo, portanto um município onde a maioria absoluta de seus munícipes é indígena. O Curso Técnico em Magistério Indígena Subsequente tem como perfil do egresso um profissional apto a atuar nas funções diversas pedagógicas e em todas as dimensões do processo educacional, bem como em outros campos de atuação em que se faça necessária à especialidade do conhecimento indígena. Os profissionais estarão aptos a lecionar na educação infantil e 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. A proposta do referido curso é implementada pelo Campus Avançado Bonfim e, foi criada para atender a esta demanda específica do município de Normandia, sendo que, a cada oferta do referido curso dependerá da cooperação firmada entre as instituições envolvidas e onde houver demanda para formação de professores indígenas. O curso atingiu seus primeiros resultados com a formação da primeira turma e a repercussão pedagógica junto aos professores e professoras concluintes, espera-se, portanto, com este trabalho expor estes primeiros resultados no ST 07 “duc. intercul. como desafio contemporâneo na formação de professores indígenas”.

FORMAÇÃO INTERCULTURAL E A GESTÃO DOS TERRITÓRIOS: ESPAÇOS DE FRONTEIRA E POLÍTICAS DO CONHECIMENTO

Daniel Bampi Rosar, Insikira
Ufrr
dbampirosar@hotmail.com

Alessandro Roberto de Oliveira

O cenário político e ecológico contemporâneo apresenta uma série de desafios para os modos de vida indígena em seus territórios, que envolvem múltiplas ameaças externas e desafios internos de auto-organização e autonomia. Neste quadro a educação intercultural tem um papel estratégico na formação de professores que possam mediar a relação entre saberes tradicionais e a construção de novos saberes necessários para lidar com essas questões. As práticas de formação de professores interligam escolas indígenas, práticas de mobilização dos movimentos indígenas e universidades como espaços de fronteira, em que diferentes políticas do conhecimento entram em jogo na construção de repertórios da práxis docente. Entender como instituições de ensino participam desse campo, especificamente na formação de indígenas, torna-se relevante, na medida em que a educação escolar tem ganhado força entre eles. A partir das nossas experiências nestes diferentes espaços, esboçamos uma aproximação desses desafios baseada no acúmulo bibliográfico, documental e das nossas vivências no cotidiano acadêmico e no trabalho colaborativo com organizações indígenas engajadas nessa interseção entre educação intercultural e gestão territorial. A prática de uma interculturalidade crítica na formação de professores envolve explicitar as contradições e os conflitos inerentes ao processo da gestão, mas também envolve uma dimensão





propositiva para superar os desafios. Esse movimento deve estar baseado nas políticas indígenas do conhecimento como guia para estruturação de intervenções pedagógicas.

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES INDÍGENAS: PROPOSTAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES, INTERCULTURAL E BILLINGUE NO TERRITÓRIO ETNOEDUCACIONAL CONESUL DO MS

MARIA ADRIANA TORQUETI RODRIGUES (USAL/UEMS)
adritorque@gmail.com

ANTONIO VÍCTOR MARTÍN GARCIA (USAL)
avmg@usal.es

RACQUEL MARTINS VALÉRIO (UFGD/ABS-USAL)
racquelvm@gmail.com

A formação inicial de professores indígenas é um dos principais desafios e precisa ser prioridade, para a consolidação de uma Educação Escolar Indígena pautada pelos princípios da diferença, da especificidade do bilinguismo e da interculturalidade, para que efetivamente consigamos exercer práticas específicas, diferenciadas e que venha satisfazer aos anseios das comunidades escolares. Este artigo apresenta um recorte do doutoramento da primeira autora em andamento pela Universidade de Salamanca (USAL/Espanha), no qual se estabelece diálogos com os estudiosos Paulo Freire (2000) e Célestin Frenet (1969), como uma maneira de pensar práticas que não sejam colonizadoras. O estado de Mato Grosso do Sul (MS), é o segundo com maior população indígena do Brasil, representado por nove (9) diferentes etnias, sendo que os Kaiowá e Guaraní estão em maior proporção, principalmente uma concentração no município de Dourados e logo, também distribuídos nos demais municípios que abrangem o Sul do Conesul. Consideramos que elaborar propostas interdisciplinares, intercultural e bilingue é um projeto desafiador, onde devemos estar em constantes movimentos de aprendizagens e ressignificações para os docentes envolvidos, como também para os discentes. Ressaltamos que envolvê-los em atividades que tenham importância em seu dia a dia, em sua comunidade, em grupos sociais, em suas culturas é torná-los protagonistas de sua história. Acabamos por descobrir e difundir a interdisciplinaridade como um movimento que contagia. É para nós um quebra cabeça que podemos montar com um ou mais conteúdos, entrelaçando-os entre disciplinas que se complementam na realidade social, local e regional de um povo ou mais.

PROMOVENDO A ETNOSSUSTENTABILIDADE: UM OLHAR SOBRE A I FECIND E IV FECIU EM RORAIMA

Rhayder Abensour Souza
SEED/SEMECD- UI- rhayderabensour17@gmail.com

Monaliza Nayara Ribeiro Silva
SEED- rmonalisanayara@gmail.com

A I Feira Estadual Indígena de Ciências de Roraima (FECIND) e IV Feira Municipal de Ciências do





Uiramutã (FECIU) representam marcos significativos na promoção do conhecimento científico e na celebração das culturas tradicionais indígenas. O tema central, "Etnosustentabilidade: Biodiversidade, Culturas Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável", direciona o foco para a interseção crucial entre preservação ambiental, herança cultural e progresso sustentável. Com a participação de trinta e seis escolas indígenas de Roraima, a FECIND e FECIU proporcionaram uma plataforma inclusiva e diversificada para a apresentação de 78 trabalhos científicos. Estes trabalhos abrangeram diversas disciplinas, incluindo prática de projeto, biologia, ciências, matemática, língua portuguesa e língua materna indígena. Os participantes exploraram questões relevantes para suas comunidades, como manejo sustentável de recursos naturais, conservação da biodiversidade, métodos tradicionais de agricultura, entre outros temas de importância local e global. A diversidade e a qualidade dos trabalhos apresentados refletem o profundo conhecimento e o compromisso das comunidades indígenas de Roraima com a preservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável. Os projetos destacaram soluções inovadoras e práticas educativas e práticas tradicionais que contribuem para a conservação dos ecossistemas locais e para o fortalecimento das identidades culturais indígenas. Além disso, a participação ativa dos estudantes demonstrou o potencial das escolas indígenas como centros de educação ambiental e cultural, saúde dos envolvidos. A FECIND desempenhou um papel crucial na promoção da ciência, da cultura e da sustentabilidade entre as comunidades indígenas de Roraima. Estas feiras não apenas proporcionam uma plataforma para o intercâmbio de conhecimentos e experiências, mas também fortalecem o orgulho e a autoestima das comunidades indígenas, incentivando o envolvimento contínuo na preservação de seus territórios e tradições. Através do compartilhamento de ideias e práticas, as feiras reforçam o compromisso coletivo de construir um futuro mais justo e sustentável para todos.

A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INDÍGENA NO EXTREMO NORTE: FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM RORAIMA

Simone Rodrigues Batista Mendes
Universidade Federal de Roraima
simone.batista@ufrr.br

Uma reflexão sobre a trajetória da educação indígena no Brasil e em Roraima, com foco na formação de professores, em especial na região norte, estado de Roraima. Compreender e refletir sobre o processo educativo histórico vivido pelos povos indígenas no Brasil (modelo de educação que alterou seu modo próprio de viver). Processo formativo que ignorou os conhecimentos destas populações, lhes impondo a concepção eurocêntrica de mundo negando saberes, culturas, tradições e línguas. Roraima ao longo da história vem se consolidando como um dos estados que apresenta avanços significativos no fortalecimento da educação indígenas, em especial, formação de professores. A rede estadual de ensino, 1994 vem magistério indígenas, a partir de 2007 o CEFORR(SEED/RR) formação para professores indígenas, hoje atuam com 5 magistérios, SEED/RR criou o Departamento de Educação Escolar Indígena. No estado a IES públicas como: UFRR criou no Instituto Superior de Formação Indígena, tendo como um dos cursos da matriz de graduação a Licenciatura Intercultural, com mais 20 anos. A UERR criou no ano vigente (2024) o Centro de Apoio Acadêmico aos Povos Indígenas e o IFRR além de trabalhar como o Programa Saberes Indígenas, oferta via Campus Bonfim o Curso Subsequente Magistério Indígena em convenio com a Secretaria Municipal de Educação do Normandia. Em suma o estado tem grandes avanços na construção de políticas de formação de professores, sendo pioneiro na implementação de cursos, contudo ainda se percebe a ausência de um trabalho mais articulados entres os entres federados e as intuições de ensino, entende-se que um





trabalho em rede reforça e potencializa os resultados assim, “dialogar com o mundo torna-se mais importante que “desvendar seus segredos”. Nessa lógica, o sistema passa a ser visto através da perspectiva as Redes Colaborativas do todo, não como uma soma de partes. A partir das relações dessas partes surgem novas potencialidades, que também se retroalimentam, estimulando-as a expressar sua individualidade. (JUNQUEIRA, 2000).

DE QUE MANEIRA OS ELEMENTOS DA TRADIÇÃO DA COMUNIDADES INDÍGENA, INFLUENCIAM NA (RES)SIGNIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Consuelem da Silva Sarmento – SEED
consuelem@hotmail.com

Roraima é o estado mais Setentrional do País. Ele faz fronteira internacional com a República Bolivariana da Venezuela e a República Cooperativista da Guiana, além dos estados brasileiros, o Amazonas e o Pará. Ademais, o último Censo, divulgado pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) ratificou-o como o estado com mais indígenas quando comparado com o total da população, ou seja, cerca de 15,29% da população de Roraima é formada por Povos indígenas, dentre eles: Macuxi, Wapixana, Taurepang, Ingarigó, Patamona, Ye`kuana, Yanomami, Sapará, Wai-Wai, dentre outros. Vale frisar que, historicamente, a luta dos povos indígenas contra as práticas coloniais e opressoras dos invasores, os quais buscaram coloca-los em condição de submissão e da própria negação identitária e cultural, conforme pontuou Nádia Farage (1991), na obra “As muralhas dos sertões - os povos indígenas no rio Branco e a colonização”. A luta pelo reconhecimento identitário e cultural se faz presente até os dias atuais. No campo educacional, a educação indígena tem sido marcada por intensos debates, singularmente desde a última década do século XX e avançando para o tempo presente, ou seja, até no momento atual. De acordo com Nascimento (2017) a luta tem por pano de fundo o reconhecimento da diversidade em detrimento dos modelos oficiais que colocam “modelos homogeneizador” como referenciais educacionais. Desse modo, eles reivindicam um modelo que retrate as especificidades socioculturais dos Povos indígenas, bem como propostas didático-pedagógica e curriculares próximas a realidades dos alunos indígenas. Não obstante, vale frisar que a Constituição Federal (1988) garante aos Povos indígenas o direito a uma educação diferenciada e de qualidade. Esse direito fica expresso, singularmente, no § 2º, do Art. 210, quando expressa: “o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurando às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processo próprios de aprendizagem” (grifo nosso). Este direito foi ratificado com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n. 9.394/1996, no Art. 32, que reproduzirá, literalmente, a premissa constitucional. Mas, também, avança quando, nos Art. 78 e 79, faz menção à educação escolar indígena. No primeiro caso, preconiza o direito a educação a bilíngue e intercultural. Neste caso, o objetivo reside na “recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências”, por exemplo. Já o segundo, o provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, dentre os vários elementos, há o destaque para o desenvolvimento dos currículos e programas específicos, neles incluindo os “conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades”. Como é possível perceber, desde a Lei Maior que é a Constituição (CF/1988) até as leis infraconstitucionais, dentre elas a LDB/1996, garante-se o direito a uma educação diferenciada por meio da valorização da diversidade cultural em diálogo com a tradição e pela prática do bilinguismo e da interculturalidade. Outro ponto que merece destaque, dentro da perspectiva da educação indígena, é o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998), além dos Parâmetros Curriculares Nacionais e das Diretrizes Curriculares Nacionais da





Educação Escolar Indígena. Eles veem em atendimento às determinações da LDB/1996, a qual almejou diferenciar a escola indígena das demais escolas do sistema, prezando, neste caso, pelo respeito à diversidade cultural e à língua materna, bem como pela interculturalidade. Dessa forma, o Ministério da Educação (MEC), buscou criar mecanismos de auxílio no trabalho educativo vivenciados junto às comunidades indígenas do País. Isso posto, emergem os seguintes questionamentos: em que medida os elementos da tradição da Comunidades Indígena, influenciam na (res)significação das práticas pedagógicas? De que maneira a educação escolar valoriza a diversidade cultural dentro do contexto do processo de ensino-aprendizagem?

PARA TUDO TEM QUE TER RITUAL: VISÕES YE'KWANA DE INTERCULTURALIDADE NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Reinaldo Wadeyuna Luiz Rocha
DEEI/SEED/RR
reinaldoyekuana@gmail.com

No início de 1981, meu tio Tomé Rocha, que havia estudado um tempo na Venezuela, iniciou a alfabetização e ensino de matemática para sete meninos adolescentes Ye'kwana de Fayaku'jännha, eu estava entre eles. Já no ano seguinte, chegou na região de Auaris uma missionária evangélica a qual ficamos sabendo se tratar de uma professora. Após os inchoinkomo (mais velhos/sábios) bastante discutirem, decidiram que conversariam na missão para que a professora Jandira desse continuidade na nossa formação. Quando recuperamos parte das discussões que levaram a comunidade tomar essa decisão, encontramos dois motivos que se sobrepõem. Primeiro a necessidade que já haviam percebido de com isso facilitar o acesso ao emprego assalariado e, segundo, entender que aprendendo os conhecimentos dos yadaanawi (não-indígena/brancos) podemos nos defender melhor de sua crescente influência e invasão. Mas, por outro lado, ao mesmo tempo em que decidiram pela educação escolar, nossos inchoinkomo já refletiram que ela também poderia trazer mudanças indesejadas. Logo de início procuraram se precaver dessas possíveis influências, atentos no que naquele momento identificaram como o principal risco desse tipo de educação. Entenderam a evangelização como uma ameaça, e entre o acordo proposto para que a missionária iniciasse a escolarização, estava a condição de não ensinar sobre a sua religião cristã. Agora já temos um processo de escolarização bastante avançado entre nosso povo, com todas as séries do ensino básico, muitos de nós com cursos superiores e mestrado. Eu sou um dos que me tornei mestre na educação dos yadaanawi também, cursando mestrado longe, na Universidade Federal de Minas Gerais. Nessa caminhada onde me tornei professor, formando-me e formando meus alunos, refleti muito sobre a escolarização entre meu povo. Hoje entendo que precisamos trazer as escolas mais para dentro de nossos conhecimentos e, para isso, quero apresentar aqui três propostas com base nos nossos saberes e discussões. A primeira é que para tudo tem que ter um ritual, tudo no mundo que vivemos tem que ter wadeeku (conexão) e fazemos isso através de nossos rituais, a escola começou sem que tivesse o seu, por isso ainda não está bem situada. Em seguida ela precisa fazer parte de nossos wätunnä (histórias originais) por onde compreendemos nossa vida e a forma de se relacionar, então a escola também precisa ser pensada através deles. E a última, é que os conhecimentos Ye'kwana e yadaanawi precisam caminhar em paralelo e numa mesma direção. É sobre estas ideias que vou explicar.





OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA OS YANOMAMI

Enio Mayanawa Yanomami
eniomayanawa5@gmail.com

Alfredo Himotono Yanomama
hanna.limulja@ufrr.br

Nos anos 2000, o povo yanomami desenvolveu cursos de formação de professores yanomami visando o desenvolvimento do seu sistema de Educação diferenciada, para efetivar os direitos consagrados na constituição de 1988.

Após uma experiência bem-sucedida de formação de professores com o MagistérioYarapiari, a partir de 2010, as escolas yanomami passaram ao âmbito estadual e municipal, e a formação de professores também.

Há uma década que nossas escolas atravessam grande dificuldades para seu funcionamento e implementação assim como houve uma interrupção do processo formativo de professores, derivado da inexistência de políticas educacionais interculturais que atendam a realidade e necessidade do nosso povo.

A formação de professores é fundamental tanto para a atividade escolar quanto para a relação com a sociedade não indígena.

No nosso processo de formação na licenciatura intercultural do INSIKIRAN assim como no nosso papel de representantes políticos para a defesa e efetivação dos direitos á Educação diferenciada temos identificado problemas derivados da falta de preparo e adequação das instituições de ensino superior e os órgãos públicos para o diálogo intercultural e a efetivação da Educação diferenciada. Propomos abordar quais são esses desafios e barreiras para a educação diferenciada yanomami a partir das nossas observações e pesquisas sobre a educação yanomami nos últimos 20 anos, assim como das nossas experiências pessoais nessa trajetória educativa para desenhar um modelo de educação para os yanomami que atenda as especificidades do nosso território e do povo yanomami.

LITERATURA INDÍGENA EM SALA DE AULA: LÊ PARA SE ENCONTRAR NO MUNDO

Jeane Almeida da Silva
Governo do Estado de Roraima
Jeane.ganesha0804@gmail.com

Por muito tempo a fala/escrita indígena fora feita pela mão não indígena. A escrita de autoria indígena é um fenômeno editorial no Brasil, como atestam muitos teóricos e críticos literários. Mas como fazer essa literatura chegar até o seu público alvo que são os alunos indígenas. Uma forma de fazer chegar essa literatura indígena de autoria indígena foi por meio do Projeto de Literatura Indígena Jamaxim Cultural, cujo o objetivo é trabalhar as obras de escritores indígenas, principalmente do estado de Roraima. No início das ações do Projeto Jamaxim Cultural, ainda vivíamos sob a pandemia. Mas com o retorno às aulas presenciais na escola foi apresentado o projeto as turmas do 9º ano do ensino fundamental II, foram duas turmas com um total de 39 alunos da Escola Estadual Indígena Índio Marajó, localizada na Comunidade Indígena Guariba, região da Raposa, Terra Indígena Raposa Serra do Sol, município de Normandia/RR. Uma forma para incentivar os alunos a escreverem suas próprias impressões a respeito das obras lidas foi a utilização de um caderno para a literatura indígena. Além de ser de suma importância selecionar as obras que serão





trabalhas em sala de aula, conhecer as etnias dos escritores, local de nascimento, ter em mente uma breve biografia para poder fazer uma apresentação dos autores aos alunos. Colhendo os frutos: A experiência de leitura dos textos indígenas foi muito rica. Os alunos gostaram das leituras, principalmente do gênero cordel, além dos poemas como os de Márcia Kambeba, Graça Graúna e Sony Ferseck. A leitura ajudou a elevar a auto-estima do aluno indígena, pois ele sabe que não precisa sair de sua comunidade para ter novos horizontes e que podem se expressar através da escrita. Além desta primeira experiência do Projeto Jamaxim Cultural, outras turmas, do ensino médio, puderam realizar atividades de leitura com as obras indígenas. Estas atividades tanto podem ser realizadas nas aulas de língua portuguesa quanto as aulas de língua materna e artes.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 8 - SAÚDE MENTAL DECOLONIAL E CONTRACOLONIAL

Coordenação:

Ricardo Luiz Narciso Moebus - Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Alexandre Franca Barreto - Universidade Federal do Vale do São

Francisco (UNIVASF)

Maristela de Melo Moraes - Universidade Federal de Campina Grande

Resumo do Simpósio Temático: A proposta deste simpósio é pensar uma saúde mental pluriétnica, pluriepistêmica, ou, em uma palavra, mestiça; que possa ir além dos referenciais científicos tradicionais coloniais, enquanto campo de saber e prática de cuidado. O atual campo da chamada Saúde Mental ainda que com sua rica polifonia, diversidade e multiplicidade; encontra-se vinculado originalmente ao dualismo, ao individualismo, ao subjetivismo, ao cientificismo, ao eurocentrismo, ao profissionalismo. Por outro lado, as contribuições inegáveis dos povos indígenas brasileiros, em sua imensa etnosociobiodiversidade de mais de trezentos povos ainda sobreviventes, apresentam saberes e práticas de cuidado e saúde, a partir de seus diversos mas convergentes referenciais Cosmopolíticos, que são integrais, integrativas, relacionais, comunitárias, coletivas, ritualísticas, sacralizadas, ancestrais, intuitivas, recíprocas, e, indisciplinadas, pois tanto não reconhecem a fragmentação dos saberes em disciplinas, quanto não se colocam a serviço da “disciplinarização da vida”. Neste sentido, pensarmos uma Saúde Mental a partir do referencial Cosmopolítico dos povos originários do Brasil exige pensarmos uma virada e uma desconstrução do próprio campo Saúde Mental, avançando desde uma Perspectiva Antimanicomial para uma virada Decolonial, Contracolonial, até uma possível Saúde Integral Por vir.

Caderno de
Resumos



CONGRESSO
INTERNACIONAL
MUNDOS
INDÍGENAS,
AMÉRICA

ARTE, CULTURA,
ANCESTRALIDADE E
PERSPECTIVAS PARA
O BEM-VIVER

20-23 DE AGOSTO
2024
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA



coimi.net



JUVENTUDE GUERÉM E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: AS POLÍTICAS PÚBLICAS TÊM CHEGADO AO NOSSO POVO?

Carolina Santos Menezes
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
CAPES/CNPq
menezescarolina589@gmail.com

Marta Licia Teles Brito de Jesus
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
marta.licia@ufba.br

Esse trabalho aborda sobre a importância de investimentos em políticas públicas de acesso, para que os povos do campo de modo geral alcancem o ensino superior, focalizando aqui nos povos indígenas, em específico, os jovens de etnia Guerém do território Guerém em Valença/BA. Esse escrito é parte de uma pesquisa de mestrado que se encontra em desenvolvimento, a qual se dedica a investigar sobre a percepção dos jovens da comunidade Orobó-Valença/Ba acerca do acesso ao ensino superior, relacionando-se com as políticas de acesso recentemente implementadas no Brasil. Objetivamos aqui refletir sobre a importância das referidas políticas para que os jovens do Orobó/território indígena Guerém, ingressem no ensino superior. A referida pesquisa se ancora metodologicamente em estudo bibliográfico e pesquisa de campo, utilizando-se como mecanismo de coleta de dados aplicação de questionário com jovens da comunidade Orobó, parte do território indígena Guerém. Os resultados parciais da pesquisa, nos mostra que apesar de muitos desafios os jovens do Orobó estão alcançando o ensino superior, as políticas de acesso ao ensino superior, mesmo que timidamente, estão chegando a esses jovens.

Palavras-chave: Juventude Guerém. Políticas públicas. Ensino superior

PSICOLOGIA NA AMAZÔNIA E COSMOLOGIAS INDÍGENAS: REFLEXÕES PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL

Robert Damasceno Monteiro Rodrigues
PPGP-UFGA
robertdr.psi@gmail.com

Este resumo representa a síntese de algumas reflexões epistemológicas em curso para o desenvolvimento da tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da UFGA. Nosso objetivo é encontrar as aproximações possíveis entre algumas vertentes das cosmologias indígenas no Brasil e na América Latina com as produções no campo da Psicologia Social Crítica em nosso país e no continente, principalmente a partir das concepções de sujeito, subjetividade e produção da realidade. Este movimento, alia-se ao objetivo mais geral da pesquisa, que é o de analisar a prática de profissionais da psicologia junto aos povos indígenas na Amazônia, atentando-nos, principalmente, às contradições inerentes a esta prática frente às inúmeras violações aos direitos humanos dos povos indígenas no contexto amazônico. Em nossa pesquisa, temos como questão central: qual o papel da psicologia enquanto prática para a transformação da realidade que determina as violações de direitos dos povos indígenas na Amazônia? Assim, desdobram-se as





seguintes questões: qual o acúmulo na psicologia latino-americana no campo das produções teóricas envolvendo a atuação juntos aos povos indígenas e qual papel ela tem desempenhado para a garantia dos seus direitos? Quais são as interseções possíveis entre o campo teórico da psicologia social crítica latino-americana e as cosmologias ameríndias, tendo em vista a necessidade de construir subsídios epistemológicos para a atuação da psicologia que parta do seu leito histórico, mas sem desconsiderar, pelo contrário, absorvendo na essência, os fundamentos da visão de mundo, compreensões e experiências dos povos indígenas? Concluímos que a concepção de unidade do humano, presente em diversas culturas indígenas, determina diferentes modos de conceber a relação saúde-adoecimento, o que suscita para a psicologia possibilidades outras para a atuação profissional. No seguimento da pesquisa, daremos continuidade à pesquisa de campo junto aos profissionais de psicologia que atuam junto povos indígenas na Amazônia, a fim de verificar na prática a validade de nossas afirmações e seguir contribuindo para o desenvolvimento de uma psicologia enquanto ciência e profissão efetivamente comprometida com a valorização dos saberes, o respeito à cultura e a garantia de direitos dos povos indígenas na Amazônia.

DIMENSÕES DO SUÍCIDIO NO DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DO LESTE DE RORAIMA (DSEI-LRR)

Tiago Siqueira Reis
Universidade Federal de Roraima
siqueira.treis@gmail.com

Ao longo dos últimos anos, a violência autoprovocada tem se tornado cada vez mais um problema de saúde pública. No Brasil entre o período de 2010 e 2019, ocorreram 112.230 mortes por suicídio e dentro deste número, chama-se a atenção para os dados referente a população indígena, onde o número de suicídio entre esta população é quase três vezes maior que comparado com a população em geral. Nosso estudo tem como objetivo compreender o fenômeno da violência dirigida a si mesmo a partir da análise da população indígena pertencente ao Distrito Sanitário Especial Indígena do Leste de Roraima (DSEI-LRR), entre os anos de 2018 a 2024. Para tanto, uma das dimensões abordadas consiste em arrolar os dados das fichas Sistema de Informação de Agravos de Notificação, possibilitando traçar o perfil epidemiológico e os fatores de riscos associados ao comportamento suicida da população investigada. Desse modo, a investigação encontra-se em andamento e visa relacionar outros aspectos do contexto socio-histórico e cultural da saúde e dos povos indígenas em relação ao suicídio.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 9 - ETNOPOLÍTICAS INDÍGENAS NA ABYA YALA

Coordenação:

Hiran de Moura Possas - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Rosani de Fatima Fernandes - Secretaria Estadual de Educação Pará

Jerônimo da Silva e Silva - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Resumo do Simpósio Temático: Por experiências socioculturais críticas, racionalidades indígenas exercem a autogestão de seus territórios cotidianamente frente às forçosas e históricas políticas de Estado pautadas em categorias que elegem a mercadoria como mediação social: escravidão, expropriação territorial, morte por doenças e ações predatórias de empreendimentos consorciados, dentre outros expedientes. São lugares de reelaboração concreta da vida por agências indígenas e suas políticas de etnodesenvolvimento, Bem Viver e ressignificação da modernidade. O ST objetiva por esse preâmbulo, congregar abordagens e paradigmas de diferentes campos de conhecimento, articulando temáticas que estudem etnopolíticas indigenistas e indígenas que deixem expostas as contradições do capitalismo internacional e, em significativa medida, fazem urdir respostas às crises sistêmicas. Destacamos a educação escolar; a governança digital; os planejamentos de gestão territorial e ambiental; os protocolos de consulta prévia, livre e esclarecida; o direito à livre autodeterminação e as estratégias de constituição e formação de novas lideranças, o que vem se constituindo, de forma consistente, em teorias políticas de libertação e, ao mesmo tempo, subtração das amarras capitalistas assentadas na cidadania simplesmente laboral.

Palavras-chave: Povos Indígenas. Abya Yala. Etnopolítica. Bem Viver.





CÉLIA XAKRIABÁ: UMA INTELCTUAL ORG NICA DO NOSSO TEMPO - ATRAVESSAMENTOS, TRAJETÓRIA, GÊNERO E PODER

Julia Paula do Nascimento de Moraes
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
nascimentojuliapaula@gmail.com

O presente trabalho pretende compreender a trajetória da intelectual indígena Célia Xakriabá, a sua importância acadêmica e social para a História. A partir da dissertação de mestrado da intelectual indígena, nesta pesquisa, destaca-se a relevância de compreender aquilo que a pesquisadora indígena chama de saber corporificado/epistemologia nativa como uma possibilidade teórico-metodológica ancorada no território ancestral e no corpo-território de seus protagonistas. Introduz-se assim o que ela denomina de ciência do território. Nota-se sempre demarcada na escrita da pesquisadora indígena a presença do território, referência para todas as atividades existenciais de seu povo, assim como das raízes ancestrais da História dos Xakriabá, contada pela autora a partir de elementos culturais simbólicos dessa temporalidade, a saber: o barro, o genipapo e o giz. Dessa forma, procura-se captar como contribuem para descolonizar as teorias e metodologias utilizadas no trabalho de pesquisa dos historiadores(as).

ETNOPOLÍTICA NO MEIO URBANO: ALGUMAS LIÇÕES WARAO

Sandro Martins de Almeida Santos
INAN/UFRR
sandro.santos@ufrr.br

A presente Comunicação Oral tem por objetivo chamar atenção para as lições de uma etnopolítica urbana oferecidas pelos Warao em sua passagem pelo Brasil, tendo em vista a conquista de direitos como povo originário em contexto de mobilidade. As reflexões apresentadas provêm de sete anos de observação, leituras e colaboração com lideranças Warao e agentes humanitários em Roraima, no Amazonas e em Minas Gerais. Os Warao vêm tensionando os limites da cidadania e do indigenismo. A navegação em busca de sobrevivência desafia as jurisdições nacionais e internacionais tocantes às migrações e aos povos originários, provocando inovações nesse campo. Antes dos Warao não haviam protocolos diferenciados para populações indígenas migrantes e/ou refugiadas, nem no Brasil nem no âmbito das organizações internacionais que aqui atuam, como a OIM e o ACNUR. As lideranças têm protagonismo nas conquistas de direitos como vagas em escolas e atendimento hospitalar, bem como despertando debates públicos sobre direitos humanos e diferenças étnicas onde antes estavam adormecidos. O contraditório nesse reconhecimento conquistado pelos Warao no âmbito das políticas migratórias é que ele não coincide com o entendimento do estado brasileiro sobre política indigenista, destinada à população residente nos territórios indígenas. As políticas de educação e saúde diferenciadas não atendem indígenas com residência nas cidades. E as políticas de acesso universal, que atendem os moradores das cidades, não estão preparadas para o desafio da interculturalidade, ocasionando conflitos evitáveis. Trata-se de um problema cotidiano nas cidades da Amazônia, pouco visibilizado, que os Warao trouxeram à luz em âmbito nacional. É urgente provocar os poderes públicos e a opinião pública sobre a vida dos indígenas em contextos urbanos, como fazem os Warao nas cidades onde chegam.

Eixo Temático: Políticas indigenistas e indígenas - séculos XX e XXI: lutas e conquistas





OS PROTOCOLOS AUTÔNOMOS DE CONSULTA DOS POVOS INDÍGENAS COMO MEIOS DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO DE CONSULTA PRÉVIA, LIVRE, INFORMADA E DE BOA FÉ E DA AUTODETERMINAÇÃO INDÍGENA NO AMAZONAS: DESAFIOS E POTENCIALIDADES ANTE A CONCRETIZAÇÃO DAS JUSDIVERSIDADES.

Thales José da Silva Feitoza

Mestrando no Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Bolsista da FAPEAM
thales.feitoza@ufam.edu.br

Resumo: O presente trabalho examina as interfaces entre a garantia e a efetivação do direito de consulta prévia, livre, informada e de boa fé e da autodeterminação dos povos indígenas no estado do Amazonas, destacando a relevância dos Protocolos Autônomos de Consulta para sua implementação. A Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) representa um marco significativo que reconhece o direito dos povos indígenas à autodeterminação e estabelece a obrigatoriedade da consulta prévia, livre, informada e de boa-fé para qualquer medida que possa afetar seus territórios e modos de vida. Os Protocolos Autônomos de Consulta, que vêm sendo elaborados no Brasil desde 2014, são documentos que manifestam essa autonomia e em conformidade com os modos de vida e a organização social dos povos indígenas no caso concreto, estabelecem as normas e procedimentos de como desejam ser consultadas de modo a garantir os seus direitos ante o Estado brasileiro. No desenvolvimento do estudo, são analisados os principais Protocolos Autônomos de Consulta desenvolvidos no Amazonas, tais como o Protocolo de Consulta ao Povo Waimiri Atroari (2018), o Protocolo de Consulta e Consentimento do Povo Indígena Mura de Autazes e Careiro da Várzea (2019), o Protocolo de Consulta dos Povos Yanomami e Ye'kwana (2019), o Protocolo de Consulta e Consentimento do Povo Mura do Itaparanã (2019), o Protocolo de Consulta dos Povos Indígenas do Território Wayamu (2021) e o Protocolo de Consulta dos Povos e Comunidades Indígenas do Rio Negro (2023). Cada protocolo é resultado de um processo participativo a partir das comunidades locais, garantindo que as decisões que impactam seus territórios sejam tomadas de maneira inclusiva, respeitosa de sua diversidade e garantidora de seus direitos. A análise utiliza de uma abordagem qualitativa e fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e documental, utilizando o método analítico-descritivo. Os resultados principais indicam que os Protocolos Autônomos de Consulta têm sido fundamentais para fortalecer a autodeterminação dos povos indígenas, fornecendo uma base jurídica e política sólida para negociação com o Estado e empresas, mas também enfrentam dificuldades quanto à implementação dos processos de consulta e à proteção dos direitos territoriais indígenas. Ademais, identifica-se que a consulta prévia, livre, informada e de boa-fé deve ser obrigatória e vinculante não apenas em relação à implementação de projetos de desenvolvimento que impactem os seus modos de vida e territorialidade, mas também para todas as políticas públicas e processos legislativos que envolvem impactação dos direitos indígenas. Conclui-se que os Protocolos Autônomos de Consulta são ferramentas indispensáveis para a proteção dos direitos indígenas no Amazonas, reforçando a necessidade de um compromisso maior por parte do Estado brasileiro em respeitar e implementar esses protocolos.

Palavras-chave: Povos indígenas. Autodeterminação indígena. Direito de consulta prévia, livre, informada e de boa fé. Protocolo autônomo de consulta. Convenção nº 169 da OIT.





COSMOLOGIAS INDÍGENAS E INTERCULTURALIDADE: CIDADE, POLÍTICA E XAMANISMO NO INSTITUTO XAMANICO CÉU DA AYAHUASCA, MARABÁ, PA

Roberta Cruz Correia
UNIFESSPA
roberta.correia@unifesspa.edu.br

Jerônimo da Silva e Silva
UNIFESSPA
jeronimosilva@unifesspa.edu.br

As medicinas da floresta, como a ayahuasca, o rapé e a sananga, são recursos naturais utilizados pelos povos indígenas da Amazônia há milênios, tanto para fins medicinais quanto espirituais. O Instituto Xamânico Céu da Ayahuasca, em Marabá, no sudeste do Pará, vivencia essas práticas xamânicas, especialmente o uso da ayahuasca, uma bebida tradicionalmente preparada com plantas amazônicas com propriedades psicoativas, os rituais são realizados com meditações, músicas xamânicas e a utilização de maracas (instrumento musical indígena). Essas práticas buscam a cura física, emocional e espiritual, através da conexão com o mundo espiritual e o conhecimento ancestral das plantas. Se o processo de ocupação capitalista no sudeste do Pará e em particular na cidade de Marabá, buscou invisibilizar a presença indígena em um modelo de cidade pretensamente vinculada ao ideário de progresso, desenvolvimento e modernização, oriundos da rapinagem econômica das elites fundiárias e extração mineral, por outro as dinâmicas étnico-culturais das doze etnias que vivem e circulam desde os seus territórios tradicionais até o espaço citadino nas feiras, populares, hospitais, shoppings, restaurantes e igrejas expressam uma diversidade étnica que, para além da presença física desses corpos, contribuem para um processo de identificação de grupos não indígenas com determinados modos de vida e pensamento indígena, à exemplo do xamanismo. Ao reconhecer a presença cosmológica indígena em seus rituais xamânicos os praticantes ayahuasqueiros não indígenas do Instituto mobilizam, via propriedades terapêuticas do xamanismo, uma forma de enfrentar politicamente os impactos do adoecimento proveniente dos modos de viver da sociedade de consumo em cenário urbano e suas promessas de desenvolvimento amealhadas no avanço do concreto sobre a floresta. O instituto atua como um espaço de aprendizado, cura e respeito pela sabedoria indígena, promovendo uma abordagem holística para o bem-estar. A percepção e o cotidiano dos narradores foi analisada a partir do procedimento metodológico de entrevista semi estruturada com os dirigentes do local, etnografia, trabalho de campo com observação participante e recursos audiovisuais.

O CALENDÁRIO SOCIONATURAL DA ALDEIA YETÁ, POVO AIKEWARA-SURUI/PARÁ

Saruahi Surui
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – CAPES
saruahisurui993@gmail.com

Hiran de Moura Possas
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Maria Cristina Monteiro Alencar





Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

A pesquisa estuda dinâmicas socioculturais da comunidade Indígena Yetá - Povo Aikewara-Suruí - delimitadas à escola Opireme Suruí. Construímos, no período de 2022-2023, um calendário sócio natural/sócio cosmológico articulando conhecimentos ocidentais e ancestrais. Pensamos um etnomapa descrevendo ofícios, cultura e impactos do contato com o não indígena, dentre outros. Metodologicamente, a partir do método indutivo Intercultural (MII) - criado pelo linguista Jorge Gasché - houve a participação de alunos e sábios da comunidade. O calendário foi dividido em oito cores: o amarelo (meses do ano); violeta (eventos visualizados no céu); o azul (clima da aldeia); laranja (queimadas e tempo seco no período do verão); o verde escuro (animais e a floresta); verde claro (os vegetais); rosa (atividades das crianças); vermelho (atividades dos adultos e jovens) e, por fim na borda, pinturas Aikewara simbolizando o grafismo de cobra. A partir de sua construção, a pesquisa deseja desdobrar-se para debates e construção de matrizes curriculares diferenciadas na educação escolar indígena.

Palavra-chave: Povo Aikewara. Educação Intercultural Indígena. Calendário Socionatural.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 10 - ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS INDÍGENAS, EDUCAÇÃO ESCOLAR E NARRATIVAS DOS POVOS ORIGINÁRIOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Coordenação:

Raimundo Nonato de Pádua Câncio - Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT

Ivânia dos Santos Neves - Universidade Federal do Pará - UFPA

Francisco Edvigés Albuquerque - Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT

Resumo do Simpósio Temático: Sabemos das constantes e poderosas ameaças aos saberes e línguas indígenas em nosso país. Diante dessa realidade, cada vez mais se intensifica a necessidade de tornarmos nossas universidades mais inclusivas, tanto do ponto de vista do ingresso como da permanência e da finalização dos cursos de graduação e de pós-graduação dos estudantes indígenas. A presença deles começa a desconstruir a monocultura europeia do pensamento acadêmico brasileiro. Para isso é necessário continuarmos ampliando nossos espaços de escuta das vozes indígenas, com incentivos à pesquisa e ao acesso a epistemologias comprometidas com suas cosmovisões. Este simpósio tem por objetivo promover reflexões sobre ensino- aprendizagem de línguas indígenas, educação escolar e narrativas dos povos originários da Amazônia brasileira. Aqui nos interessam trabalhos que tratem de processos de ensino-aprendizagem numa perspectiva intercultural crítica e bi/multilíngue e de práticas educacionais que considerem as narrativas indígenas como fundamentais nos estudos da linguagem, seja a partir das distintas e complexas realidades sociolinguísticas dos povos indígenas, ou das experiências de sujeitas e sujeitos indígenas que começam a estabelecer um novo lugar de enunciação em nossas escolas e universidades.





AS AVENTURAS DOS PEQUENOS CIENTISTAS: A NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE MATERIAL PARADIDÁTICO PARA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NAS ESCOLAS INDÍGENAS DO EXTREMO NORTE DO BRASIL

Sonali Pereira de Almeida
Gabryel Leite das Neves Ramos
Sonali Pereira de Almeida
Universidade Federal de Roraima-UFRR
Projeto de Extensão “Eu conto a Física”
sonalialmeida@gmail.com

Este ensaio apresenta resultados da produção de um material paradidático como proposta à promoção da democratização do acesso à educação científica utilizado na Escola Estadual Indígena Tuxaua Luiz Cadete em Roraima, com o objetivo de promover a popularização da ciências nas comunidades, respeitando as crenças e os costumes dos povos originários, sobretudo, permitindo a divulgação científica para os adolescentes nas aulas de ciências, além de reforçar o uso da língua materna na leitura do material transcrito para a língua materna Macuxi. A metodologia da pesquisa adotada foi o método científico pesquisa-ação com o desenvolvimento da cartilha intitulada “As Aventuras dos Pequenos Cientistas” como recurso pedagógico, visando tornar o ensino da temática mais interessante e compreensível. Desta forma, cartilhas foram elaboradas com o propósito de ser utilizada com público infantil auxiliando o uso da língua materna e o uso nas aulas de ciências, por adolescentes regularmente matriculados no Ensino Fundamental da Escola Estadual Indígena Tuxaua Luiz Cadete. O material apresenta ilustrações voltadas para o contexto do dia a dia das comunidades indígenas e abordagens básicas dos conceitos da Física promovendo uma maior compreensão e explicação dos fenômenos físicos. A cartilha “As Aventuras dos Pequenos Cientistas” foi aplicada para estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais, abordando os conteúdos eletricidade por meio da história do peixe Poraquê. Foram disponibilizados 4 (quatro) cartilhas nas versões em Língua Portuguesa e Língua Macuxi, e por conseguinte foi aplicado um questionário de satisfação obtendo resultados que fundamentam a necessidade da produção de materiais didáticos e pedagógicos para atender a Educação indígena.

Palavras-Chave: Física. Popularização da ciência. Educação Indígena. Língua originária.

AQUISIÇÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA E MODOS DE INTERAÇÃO ENTRE O POVO WAWAI DA ALDEIA MAPUERA

Raimundo Nonato de Pádua Cância
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
raimundo.cancio@ufnt.edu.br

Francisco Edviges Albuquerque
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
fedviges@uft.edu.br

A situação sociolinguística dos diferentes povos indígenas do Brasil sempre foi invisibilizada por aqueles que elaboram as políticas educacionais no país. Eles insistem impor uma educação assentada na homogeneidade linguística e cultural, que não considera a diferença que há entre cada povo e





ignora os seus modos próprios de interação. Nessa perspectiva, o objetivo deste texto é discutir como se dá a aquisição da Língua Portuguesa e os modos de interação entre o povo Waiwai (Karib) da Aldeia Mapuera, Terra Indígena Nhamundá-Mapuera-PA. O estudo apresenta como base teórica crítica de reflexão o pensamento Decolonial, estabelecendo um diálogo com a sociolinguística interacional. Metodologicamente, foi realizado um estudo de natureza qualitativa, apresentando como método a pesquisa bibliográfica e de campo, esta última efetivada por meio de entrevistas semiestruturadas com cinco professores indígenas Waiwai. As observações no cotidiano da escola da Aldeia Mapuera também contribuem com informações sobre a aquisição do português e os modos de interação na ocorrência espontânea dos fatos. Os resultados evidenciam que durante a convivência com os missionários norte-americanos o povo Waiwai era proibido de manter contato com os não indígenas, mas logo esse embargo foi rompido, dada a condição transeunte e as necessidades comunicativas desse povo. Hoje, para além da escola e da aldeia, a aquisição do português ocorre tanto na cidade como nos espaços de circulação com os não indígenas. No espaço da Aldeia Mapuera a aquisição da Língua Portuguesa ainda é bastante reduzida, prevalece, em maior escala, a aquisição da língua indígena Waiwai.

EDUCAÇÃO INDÍGENA: UM DIÁLOGO DE RESGATE E VALORIZAÇÃO DOS SABERES ANCESTRAIS

Francisco Edviges Albuquerque
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
edviges@ufnt.edu.br

Raimundo Nonato de Pádua Cândia
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
raimundo.cancio@ufnt.edu.br

Este projeto é desenvolvido por meio do LALI/NEPPI/UFNT e objetiva realizar atividades culturais com o povo indígena Krahô da Aldeia Manoel Alves Pequeno, identificando as narrativas, os mitos, seus aspectos socioculturais, tais como corrida de tora, corte de cabelos, festas tradicionais, cosmologia Krahô e suas metades, bem como todas as formas de repasses de conhecimentos ancestrais para as crianças e jovens, tanto no âmbito da Educação Indígena, como na Educação Escolar Indígena Krahô. O objetivo deste trabalho é discutir como são repassados esses conhecimentos às crianças e jovens Krahô da Aldeia Manoel Alves pequeno. O estudo apresenta bases teóricas voltadas para Educação Escolar Indígena, Saberes Ancestrais e Antropologia Cultural, fazendo uma reflexão de como esses saberes são repassados pelos professores indígenas e Sábios Krahô durante as aulas na Escola Indígena 19 de Abril. A Metodologia utilizada é de base qualitativa, apresentando como método a pesquisa bibliográfica e de campo, que se realiza por meio de interações e observações cotidianas, visto que este trabalho vem se efetivando ao longo de muitos anos de experiência com esse povo. As interações no dia a dia da Escola da Aldeia Manoel Alves Pequeno contribuem bastante com as informações sobre o repasse desses conhecimentos para as crianças e jovens Krahô. Os resultados deste estudo serão a produção de material didático na escola pelos professores indígenas Krahô conjuntamente com os Sábios, como suporte didático-pedagógico, visto que nas escolas indígenas Krahô ainda há pouco material didático escrito em sua língua materna com a participação efetiva dos sábios e líderes indígenas e da Aldeia.





LÍNGUA, CULTURA E A RETOMADA LINGUÍSTICA DO POVO XIPAYA: O IMPACTO DO MATERIAL PARADIDÁTICO KUA

Irana Bruna Calixto Lisboa
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
iranabruna@hotmail.com

O povo Xipaya está localizado às margens dos rios Iriri e Curuá, no município de Altamira, no estado do Pará, na região do Médio Xingu, na Terra Indígena Xipaya, compreendendo as seguintes aldeias: Kaarimã, Kamarataya, Pitijaptija, Tukamã, Tukayá e Yupá. A língua xipaya faz parte da família linguística Juruna, pertencente ao Tronco Tupi. O povo Xipaya está empenhado na retomada da língua materna. Nesse sentido, foi construído um livro paradidático na língua xipaya denominado Kua, que, traduzido para a língua portuguesa, significa “Roça”, tendo em vista que a retomada linguística é uma forma de resistência e valorização da identidade e cultura Xipaya. O material foi elaborado mediante oficinas realizadas no território, envolvendo indígenas residentes nas aldeias. Notou-se que as oficinas possibilitaram o engajamento do povo Xipaya na participação das dinâmicas desenvolvidas durante os dias programados de atividades. Além disso, a condução das oficinas foi realizada pelos próprios Xipaya, com o apoio de um consultor linguista, referendando o protagonismo indígena na construção de estratégias didáticas, metodológicas e na produção de material voltado para o ensino e aprendizagem da língua materna. Durante as oficinas, os Xipaya elaboraram textos e ilustrações sobre as roças, bem como realizaram estudos acerca da fonética e fonologia da língua. O livro foi produzido no contexto do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI) da UHE de Belo Monte, por meio do Programa de Educação Escolar Indígena (PEEI). O Kua foi fruto da parceria entre o povo Xipaya, a empresa Synergia Socioambiental, a Secretaria Municipal de Altamira (SEMED – Altamira) através da Divisão de Educação Escolar Indígena do setor educacional, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Universidade Federal do Pará (UFPA), do Campus de Altamira. O protagonismo dos indígenas no processo de construção e desenvolvimento do material paradidático constitui um elo forte para a concretização do projeto denominado “Sekamena ĖTáyũ Nũ” na língua Xipaya, que, traduzido para o português, significa “Nossa língua está viva”, direcionado para a retomada da língua Xipaya, visando principalmente ao fortalecimento linguístico dos Xipaya, que historicamente foram impedidos de proferir sua língua nativa diante da imposição da língua portuguesa e dos preconceitos da sociedade nacional enquanto um grupo étnico indígena. Assim, o Kua consiste em um resultado extremamente positivo para o fortalecimento linguístico, cultural e identitário Xipaya.

DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NOS ANOS INICIAIS, NOS MUNICÍPIOS AMAJARI, UIRAMUTÃ E NORMANDIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Iana dos Santos Vasconcelos
UFRR
iana.vasconcelos@ufrr.br

A Política da Primeira Infância posiciona-se como uma política que busca promover iniciativas, em regime de colaboração, com vistas a elevar a qualidade da educação, fortalecimento do desenvolvimento integral e aprendizagem significativa para as crianças. Os municípios brasileiros vêm implantando e implementando seus Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPI), documento-lei que expressa o compromisso dos municípios com a primeira infância. Em Roraima, cabe-nos





questionar como essa política vem sendo aplicada à realidade escolar indígena. É necessário identificar os desafios para implementação de políticas educacionais de primeira infância específica e diferenciada. Com base nisso, o Tribunal de Contas do Estado de Roraima- TCERR firmou um Acordo de Cooperação Técnica com a UFRR para realização de um diagnóstico da implementação da política da primeira infância na educação escolar indígena nos municípios Amajari, Normandia e Uiramutã, os quais apresentam um significativo percentual da população indígena do território de Roraima. O presente trabalho visa apresentar resultados parciais do diagnóstico, tais como, I) ausência da contextualização dos processos sócio-histórico e culturais dos povos indígenas nos projetos políticos e pedagógicos e PMPI's II) silenciamento de conteúdos que reafirmem a identidade étnica e a língua materna como elementos de constitutivos do ser criança indígena no currículo escolar III) Carência da articulação da educação indígena por meio de práticas socioculturais de educação e cuidado coletivos da comunidade IV) Escassez de materiais didáticos que contemplem narrativas, línguas e epistemologias indígenas e V) inobservância do direito facultativo dos povos originários de matricular crianças na educação infantil na etapa primeira infância por operadores/as das políticas públicas.

DIVERSIDADE CULTURAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA ESCOLAR DA TERRA INDÍGENA KAXARARI-RO

Solange dos Santos Sá Meneses

Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR/RO

menesessolange7sol@gmail.com

Janaina de Souza Nascimento

Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR/RO

jannainadesouza2531@gmail.com

Crysthian Rocha Matos

Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR/RO

matoscrys@gmail.com

Ziley Alves Souza

Mestranda em Geografia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR/RO

zileyalves753@gmail.com

Maria das Graças Silva Nascimento Silva

Profa. Dra. Do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR/RO

mgnsilva@unir.br

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa desenvolvida nas Escolas Indígenas do Povo Kaxarari. O objetivo foi destacar os fatores da diversidade cultural no processo educacional de crianças e jovens na Educação Básica e seus modos de viver em um território marcado por conflitos externos. A pesquisa foi realizada nas aldeias Barrinha e Marmelinho, na Terra Indígena Kaxarari, localizadas no Distrito de Extrema que fica distantes 400 km da capital Porto Velho, estado de Rondônia. No contexto em questão a geografia enquanto conhecimento faz parte de um processo de contribuição respeito e fortalecimento da história narrada pelos próprios sujeitos sobre suas vivências e experiências. A educação nas terras indígenas precisa ser diferenciada, bilíngue e intercultural. A cultura material e imaterial é uma abordagem muito ampla e são expressões que se





complementam pela relação com a natureza. A cultura material é associada aos povos indígenas pelos aspectos físicos como: objetos, monumentos artesanatos e outros. A cultura imaterial são as formas de como os indígenas se expressam na representatividade, danças, pintura corporal, religiosidade e formas de transmissão de conhecimentos. O Brasil apresenta uma ampla diversidade cultural de povos indígenas buscando o resgate de uma história marcada por violência, genocídio e negação de identidade imposta pelo colonizador para com o colonizado. A pesquisa foi desenvolvida com suporte do método fenomenológico Relph (1979), que possibilita os fenômenos, as experiências e as vivências dos sujeitos, suas leituras de mundo. O estudo apresentou uma abordagem qualitativa utilizando das categorias geográficas território e paisagem. Nesta perspectiva o território é concebido pelas sociedades indígenas não apenas como um espaço onde eles vivem, mas reflete significados, identidade e costumes marcado por uma espacialidade de luta em busca de seus direitos. A metodologia partiu das temáticas abordadas com entrevistas, questionários, pesquisa bibliográfica e documentais, observação participante e roda de conversa. Os resultados obtidos evidenciaram a falta de materiais didáticos específicos na língua materna que é a maior característica e expressão cultural de um povo indígena nas escolas.

UMA PROPOSTA METODOLÓGICA DE ENSINO DA LÍNGUA MACUXI A PARTIR DOS MONANÎTO' EREMUUKON NAS ESCOLAS DA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL

Tereza Pereira de Souza
Universidade Federal de Roraima
Bolsista CAPES
terezapsmacuxi@gmail.com

Este trabalho busca apresentar algumas metodologias de ensino da língua Macuxi a partir dos monanîto' eremuukon (danças e cantos tradicionais Macuxi) nas escolas indígenas da Região das Serras, estado de Roraima, como forma de contribuir com o fortalecimento linguístico e cultural das comunidades indígenas do povo Macuxi. Em um primeiro momento, realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre monanîto' eremuukon, posteriormente, descrevemos e analisamos alguns cantos tanto registrados, quanto inéditos. A partir dessas análises, explicitamos algumas particularidades dos monanîto' eremu ao registrar histórias na língua Macuxi que envolvam esses cantos, bem como elaboramos atividades e sequências didáticas facilitando o ensino da língua Macuxi a partir dos cantos. Com eles estão escritos na língua Macuxi, pretendemos evidenciar como essas expressões artísticas podem nos trazer luz para repensar os desafios atuais de fortalecer a identidade Macuxi. Os cantos e danças carregam um histórico cultural que agrega e fortalece o sentimento de pertencimento. Dessa forma, as crianças aprendem muito mais por meio de músicas, danças e brincadeiras, ou seja, por meio de atividades lúdicas. Por fim, as atividades elaboradas mostram diversas maneiras de ensinar uma língua utilizando-se de atividades prazerosas e eficazes ao mesmo tempo.

SEM TÍTULO

Paulo Fernando Sitmõru Xerente
UFT - Campus Porto Nacional
paulofernandositmoru@gmail.com





O presente trabalho buscou analisar e compreender, as formas pedagógicas trabalhadas na Escola Estadual Indígena Sakruiwê localizada na Aldeia Funil Sakrepra próxima a cidade de Tocantínia. Partiu de revisão bibliográfica sobre pedagogias e culturas tradicionais. Apresenta uma discussão de como se estrutura as bases curriculares que tem como proposta ensinar as línguas portuguesas e Akwê, para estudantes indígenas. Também nos dispomos apresentar os resultados da pesquisa das palavras que sofreram os apagamentos das consoantes e das vogais faladas pelos jovens Akwê Xerente. Ainda, faz um comparativo das palavras com as falas dos anciãos, os mais velhos que são os anciãos Wawê. O objetivo deste trabalho é procurar estudar e entender o porquê algumas palavras sofreram variações, ou mudanças, na fonética-fonológico, falado pela nova geração que são os mais jovens Wapte akwê, através da comparação do vocabulário dos mais velhos que são anciãos, por serem fontes de conservação da língua materna Akwê. Os resultados e conclusões que serão apresentados também se articulam, como a realidade vivida em escola indígena, do povo Akwê e na Aldeia Funil, sentindo as dificuldades do uso da língua portuguesa ao me inserir na universidade. Além de que a proposta é apontar os limites da educação dentro das escolas nas aldeias e as possíveis soluções para tais limites.

PALAVRAS – CHAVE: Ensino; Língua Akwê; Apagamentos de Vogais e Consoantes na Língua Akwê; Língua Portuguesa; Diversidade Cultural.

MINHA CULTURA, MINHA IDENTIDADE NA ESCOLA MURA

Ana Mary Mello de Azevedo
UFAM
culturasmura.autazes.am@gmail.com

Este texto apresenta um panorama dos capítulos II (Educação escolar indígena e cultura numa perspectiva antropológica) e III (Conhecer a Dança da cutia e sua relação com a escola Mura) da pesquisa de campo finalizada pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social no período de 2019 a 2022, pela Universidade Federal do Amazonas. A pesquisa versou sobre a “Dança da Cutia: minha cultura, minha identidade na escola Mura”. Homenageada com a PREMIAÇÃO de Melhor Dissertação de 2022 pela PROPESP. Aborda a relevância de se valorizar a cultura e a identidade dos povos indígenas na educação escolar. O estudo se desenvolveu a partir de pesquisa bibliográfica e etnográfica na escola Mura, situada na aldeia Murutinga, Autazes/Amazonas. Apresenta sugestão pedagógica diferenciada e significativa, contextualizando a cultura, a língua na educação escolar indígena. Os propósitos incluem: articular educação escolar indígena e cultura sob uma perspectiva antropológica; conhecer a Dança da cutia e sua relação com a escola Mura; apresentar textos literários como recurso paradidático na escola Mura. Quanto à metodologia, utilizaram-se técnicas de pesquisas: observação participante, coleta de dados por meio de filmagem, fotografias, conversas informais e pesquisa documental. Os resultados mostram que a Dança da cutia serve de instrumento de comunicação em movimentos sociais, nas manifestações culturais e, bem como, dialoga com a escola Mura. A Dança da cutia tem significados simbólicos de poder cultural e político, em cada apresentação da dança tem um significado simbólico, uma mensagem a ser transmitida. Os textos paradidáticos com as letras das músicas da dança em português e Nheengatu intensificam o fortalecimento cultural e étnico. Dessa forma, este estudo mostra que as práticas de conhecimento estão em movimento, dialogando a cultura e a educação escolar indígena e a valorização da Dança da cutia como saber cultural na escola Mura.





CESTARIA DO POVO PAITER

Tiago Paiter Suruí

Opiron, Noa suruí, Aldeia Amaral/Rondônia

oyiteor@gmail.com

Este trabalho tem por objetivo apresentar uma descrição e uma documentação preliminar da cestaria Paiter, que é um dos conhecimentos ancestrais dos Paiter. A divulgação desse material, por meio de um livro publicado com o título “CESTARIA PAITER-SURUÍ”, pretende contribuir com fortalecimento dos conhecimentos Paiter. Teve como metodologia a observação dos ensinamentos das mulheres artesãs que ensinam suas filhas e sua netas, que vêm preservando esse conhecimento e os vários procedimentos para fazer cestarias. A cesta tem várias utilidades e finalidades para os Paiter e é bastante utilizada para as atividades cotidianas para a comunidade. A importância desse livro é a documentação da forma de fazer cestaria e como era usado no dia a dia. A cesta é feita de broto de tucumã novo e tem vários procedimentos e técnicas para fazer os acabamentos. Tem vários tipos de cestas, a saber: “nite”, que serve para colocar alimento; “metõ”, que é usada para carregar caça; “loybe”, que é utilizada para abanar; entre muitos outros tipos de cestas. Este trabalho trouxe um olhar mais profundo da importância da pesquisa sobre a cestaria para o povo Paiter.

Palavras chave: Povo Paiter, Cestaria, Cultura Paiter.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 11 - DIREITOS DA NATUREZA E BEM VIVER

Coordenação:

Mariza Rios - Escola Superior Dom Helder Câmara

Ela Wiecko de Castilho - Universidade Federal de Brasília

Edmilson de Jesus Ferreira - Escola Superior Dom Helder Câmara

Resumo do Simpósio Temático: A proposta deste Simpósio Temático é debater, em perspectiva interdisciplinar e intercultural, os conceitos e as implicações concretas dos direitos da Natureza e do Bem Viver, que estão sendo desenvolvidos em legislações nacionais e em instrumentos internacionais no intuito de frear a destruição do Planeta Terra, em franca aceleração, sobretudo, após o fim da Segunda Guerra Mundial. A capacidade de autorregulação e resiliência dos principais processos biofísicos do Sistema do Planeta Terra já se encontra comprometida, ultrapassando os limites e margem de segurança em escala global. De nada adiantou o conceito de desenvolvimento sustentável, pois nele a natureza é mero objeto a ser protegido para os seres humanos. Tanto assim que o direito ao meio ambiente equilibrado faz parte do rol dos direitos humanos. A postulação de uma Natureza como sujeito tem consequências em todas as políticas ambientais, na biologia da conservação, nos entendimentos sobre justiça e cidadania, e até em como são pensados a democracia e o desenvolvimento. A orientação ao Bem Viver, expressa na Constituição do Equador de 2008, contém uma crítica radical ao desenvolvimento convencional e uma abertura a alternativas sobre a qualidade de vida e a proteção da Natureza, muitas delas biocêntricas, numa perspectiva de resgate de uma noção genuína de sustentabilidade, conceito que, ao longo do tempo, tornou-se ambíguo tendo o poder econômico se apropriado dele e alterado sua essência. Portanto, sob a perspectiva do Bem Viver, o que se pretende é abrir um espaço para a proposição de uma nova epistemologia mais adequada ao debate ecológico e que possa conduzir a uma efetiva mudança na forma de pensar a educação ecológica, a elaboração e a execução de políticas públicas de ordem socioambiental.





UM DISCURSO DA REGIONALIDADE QUE NÃO MASCARA A VERDADE EM “AMAZÔNIA ILEGAL” DE ELIAKIN RUFINO

Mestranda Jane Lima Peixoto
Universidade Federal de Roraima
janizinhavrr@hotmail.com

Dra. Moema de Souza Esmeraldo
Universidade Federal de Roraima
moema.esmeraldo@ufr.br

Propõe-se discutir o(s) conceito(s) de regionalismo(s) a partir da investigação dos elementos regionais que visam remeter a aspectos de regionalidade, entre eles: a natureza, o meio ambiente e o descuido com essa natureza, especificamente, com a Amazônia. Considerando o processo com a história, a colonização, o discurso de “civilização”, o genocídio dos povos originários, a disputa de territórios e a degradação do meio ambiente, elementos estes, presentes no artigo de opinião “Amazônia ilegal”, do escritor roraimense Eliakin Rufino (1990). Destaca-se, assim, como objeto de análise desse trabalho o artigo, publicado pela primeira vez no Jornal Folha de Boa Vista, no dia 19 de março no ano de 1990, que é marcado pela presença de elementos regionais e ações que causaram e até hoje ainda causam perdas e danos ao território amazônico. Para tanto, busca-se analisar aspectos linguísticos e elementos de recursos estilísticos de escrita, que contribuíram para a representação do espaço amazônico, enfocando a degradação e as modificações do espaço referenciado (Santos, 2012). Haja vista a importância de entender um pouco da história da região Amazônica, a relação com a colonização, os rastros deixados e as consequências para o presente e o futuro da região. Por fim, esta proposta de estudo tem como base de discussão, Veríssimo e Pereira (2020), autores que descreveram a história da Amazônia, a dizimação de povos indígenas nos tempos coloniais e a formação de uma nova sociedade amazônica do século XX, bem como Haesbaert (2010), para aprofundar teoricamente o discurso sobre regionalidade, identidade e verdades da região. Além de utilizarmos Loureiro (2002) com o intuito de buscar caminhos para uma tomada de consciência e para a construção de um projeto de vida autenticamente amazônico, abrangendo a natureza, o homem e a modernidade de um novo século.

A TERRA DE MACUNAÍMA PEDE SOCORRO!

Shirlei dos Santos Catão
Universidade Estadual de Roraima
shirleicatao@hotmail.com

Infelizmente a garimpagem ainda causa impacto social significativo. É de conhecimento de toda a sociedade brasileira que milhares de garimpeiros têm invadidos territórios indígenas em Roraima, provocando doenças, conflitos culturais, contaminação dos rios com mercúrio e a destruição da floresta. O projeto “Terra de Macunaíma pede socorro!”, surgiu com o objetivo de mostrar as consequências do garimpo na contaminação da água e do meio ambiente, e trabalhar na comunidade escolar as formas de minimizar esse impacto. Algumas ações foram desenvolvidas na escola como: Palestras com representantes indígenas relacionadas a temática Água X Garimpo Ilegal; Foi trabalhado confecções de painéis contendo mensagem e imagens diversas sobre a importância de “Água pura e a consequência grave ao meio ambiente pelo garimpo ilegal”; Apresentação de





trabalhos para a comunidade escolar sobre “águas de Roraima”; Pesquisa e estudo da biografia de alguns defensores da natureza; Trabalho de campo para verificar a veracidade da contaminação do maior Rio de Roraima que vem sendo noticiadas em jornais, revistas, e estudadas pelos pesquisadores e institutos de renome nacional mostrando dados alarmante.

PROTAGONISMO E RESISTÊNCIA INDÍGENA EM DEFESA DO BEM VIVER: DIGNIDADE E DIREITO DO RIO LAGE NA TERRA INDÍGENA IGARAPÉ LAGE DO POVO WARI

Tiago Lins de Lima
tiago.lins@ifro.edu.br

Francisca Dionéia Ferreira

Josué da Costa Silva

Em tempos de crise climática e eventos climáticos extremos, o modo de vida indígena e a relação estabelecida com a natureza se apresentam como alternativa à sociedade global cujo modo de produção capitalista e a sociedade de consumo estão influenciando em uma cadeia de desastres ambientais com impactos em todos os continentes sejam em virtude de altas temperaturas, chuvas extremas, tempestades, tornados, dentre outros eventos potencializados pela atividade humana. Por sua vez, a cosmologia dos povos originários estabelece uma relação de respeito com seus lugares de vida, uma vez que se reconhecem como parte da natureza, traduzindo em sua essência o conceito de Bem Viver. Neste sentido, os povos indígenas vêm resistindo ao longo do tempo à lógica do capital ao preservarem suas áreas, demonstrando em um contexto cartográfico amazônico, que grande parte das áreas protegidas são terras indígenas demarcadas e reconhecidas por lei, tornando isso instrumento de apoio e defesa as pressões e ameaças que os territórios vem sofrendo.

Em Rondônia a luta dos povos indígenas vem ocorrendo em diversas frentes através das organizações e coletivos indígenas seja para a proteção do território ou para luta por direitos. Essa articulação resultou na eleição do vereador Francisco Oro Waram do município de Guajará-Mirim no Estado de Rondônia, liderança da aldeia Waram na região do rio Lage que também é conhecido pelo povo como Komi-Memen afluente do rio Madeira.

A incidência política articulada pela comunidade Igarapé Lage que derivou na eleição de um representante no legislativo municipal, se apresenta como caso de sucesso de resistência e luta pelos direitos da natureza e do bem viver, resultando em dispositivo legal municipal que segundo o texto garante ao rio Lage o direito de “manter seu fluxo natural”, “nutrir e ser nutrido”, “existir com suas condições físico-químicas adequadas ao seu equilíbrio ecológico” e se relacionar com seres humanos desde que “de suas práticas espirituais, de laser, da pesca artesanal, agroecológica e cultural”. Deste modo, reconhecer os direitos do rio Lage representa um marco na luta em defesa da natureza com repercussão e impacto global na consciência de que todas as formas de vida devem ser respeitadas.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 12 - TURMAS MULTISSERIADAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Coordenação:

Francisco Vanderlei Ferreira da Costa - Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Bahia

Nahima Costa Castro Silva Pataxó – PPGER- Universidade Federal do Sul da Bahia / Escola Indígena Pataxó Tingui do Guaxuma

Resumo do Simpósio Temático: A educação escolar indígena é dinâmica e tem como alicerce a cultura e modos de vida da comunidade. Muitos povos indígenas vivem em pequenas aldeias/comunidades da zona rural, com poucas famílias, fato que explica a quantidade de alunos por turma (ano) menor do que as turmas da zona urbana. Nesse contexto, o sistema de ensino normalmente utiliza a estratégia de agrupar alguns alunos de idades, série/ano e conhecimentos diferentes em uma única sala de aula, regida por um único professor, formando assim, as turmas multisseriadas indígenas. Essa explicação, ao menos, é a mais recebida vinda de secretarias de educação, sejam estaduais ou municipais. A proposta deste seminário temático visa aprofundar a compreensão dos desafios enfrentados pelas turmas multisseriadas na educação escolar indígena, destacando a complexidade da realidade dessas turmas em escolas de pequeno porte. É fundamental problematizar o estigma associado a essas turmas, muitas vezes percebidas como de qualidade inferior em comparação com as escolas urbanas. As turmas multisseriadas em escolas indígenas da zona rural enfrentam obstáculos singulares: a falta de formação específica para os professores indígenas de turmas multisseriadas/multianos, a escassez de material didático adaptado e específico e a ausência de currículos adequados para essa realidade são alguns dos desafios que demandam atenção. Objetivamos, portanto, visibilizar os debates sobre as classes/escolas multisseriadas nas comunidades indígenas, almejando conhecer como os saberes dos/as docentes indígenas e demais conhecimentos interculturais têm sido mobilizados para construção de uma educação própria e com qualidade.





MATERIAL DIDÁTICO PARA SALA MULTISSERIADA DE ESCOLA INDÍGENA

Francisco Vanderlei Ferreira da Costa
Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Bahia
francisco@ifba.edu.br

As(os) docentes que atuam nas escolas indígenas enfrentam diversos impasses diante da realidade que é a educação em espaços diferentes do urbano. O fato desses espaços serem específicos e diferenciados requer mudanças nas práticas pedagógicas, de gestão, de oferta de material didático. Contudo, as especificidades não se encerram nesta já ampla gama de exigências. Há as salas multisseriadas. As salas de aula bisseriadas e multisseriadas, na maioria das vezes multisseriadas, são justificadas pela pequena quantidade de alunas(os) por série em muitas localidades indígenas, o que implica ser apenas uma(um) docente responsável por classes com alunas(os) matriculadas(os) em duas ou mais séries/anos. Nas aldeias indígenas das regiões Sul e Extremo Sul da Bahia encontramos inúmeras escolas com uma única sala de aula e nessa um ou dois profissionais são responsáveis por salas com essa característica específica. A questão principal é que esse profissional normalmente fica sem um debate em torno dessa especificidade, pois não é oferecida uma formação complementar que o auxilie na escolha da metodologia adequada para o processo de ensino e aprendizagem. Se não é possível na atual conjuntura da educação brasileira, disponibilizar-se uma professora para cada série, o ensino oferecido também não pode ter no modelo seriado sua inspiração. Desta forma, produzir espaços de discussão e construção de metodologias de ensino para sala multisseriada deve ser uma prioridade dos gestores escolares. Acompanha essa lacuna na formação, o debate sobre material didático, pois além de as políticas oficiais não contemplarem a especificidade da classe multisseriada, o(a) docente não é auxiliado para que possa realizar sua própria produção. Desta forma, essa comunicação apresentará o processo de produção de uma coleção de livro didático produzido pelas docentes da comunidade Pataxó Hãhãhãe em parceria com o PET – Conexão do Saberes do Instituto Federal da Bahia (IFBA). Esse material apoiou-se nos debates de interculturalidade e de produção de material didático; na experiência das docentes Hãhãhãe e na cultura do povo Pataxó Hãhãhãe. O resultado está na publicação de seis livros que fazem parte da coleção Maya, o quais já estão disponíveis nas escolas da referida comunidade.

DESAFIOS E RIQUEZAS PEDAGÓGICAS NAS CLASSES MULTISSERIADAS INDÍGENAS: UM OLHAR PEDAGÓGICO

Marlise Márcia Trebien Henz
Centro Estadual de Formação dos Profissionais da Educação de Roraima (CEFRR)
marlisetrebien@gmail.com

Leila Maria Camargo
Universidade Estadual de Roraima-UERR/Centro Estadual de Formação dos Profissionais da Educação de Roraima (CEFRR)
leila.camargo@uerr.edu.br

O trabalho trata da experiência com a formação continuada de professores(as) de escolas indígenas que trabalham em classes multisseriadas. As classes multisseriadas, no Estado, representam cerca de 90% das salas de aula das escolas indígenas. Estas são classes onde um único professor atende a todas as séries/anos, no mesmo espaço, ao mesmo tempo. Nelas a diversidade presente no dia a dia





da escola se constitui em um desafio aos professores que nela atuam. Diante disso, o texto tem por objetivo fazer reflexões a respeito das escolas multisseriadas indígenas, numa perspectiva intercultural, considerando a diversidade como riqueza no trabalho pedagógico, a partir de experiências formativas obtidas no período de 2022 a 2024. Trata-se de uma pesquisa participante buscando responder ao seguinte problema de pesquisa: Como lidar com a heterogeneidade destas turmas, quais os desafios e as riquezas pedagógicas para realização deste trabalho? Teoricamente nos fundamentamos em Freire (1996), Walsh (2002) e Paladino (2012) para discutir a interculturalidade crítica, a importância do diálogo igualitário e as potencialidades no trabalho pedagógico. Para efeitos de conclusão, procuramos desmistificar a ideia de escolas homogêneas. Visto que as escolas multisseriadas nos desafiam a olhar de fato e de direito para a diversidade cultural, etária e de saberes, isso nos encaminha para o exercício da interculturalidade crítica nos processos. Compreendemos que há a necessidade de uma formação docente específica para atuar nesse contexto, onde se tome a diversidade como riqueza e não como problema; identificamos que realizar o planejamento para as multisséries, lidar com o atendimento a diferentes níveis de aprendizagem e a ausência de um currículo adequado, são os principais desafios. Por outro lado, identifica-se um potencial de riquezas pedagógicas que podem ser exploradas nesse meio intercultural: como o desenvolvimento de projetos interdisciplinares, a valorização cultural e identitária, o agrupamento por níveis de aprendizagem, a aprendizagem entre pares, o protagonismo, o envolvimento da comunidade no processo educativo e a interlocução de saberes. As discussões fazem parte do Grupo de Pesquisa em Educação, interculturalidade e emancipação Humana (GEEINEH).

TURMAS MULTISSERIADAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Marciene Silva de Souza
Instituto Insikiran de Formação Superior Indígenas/UFRR
marcyesouza@gmail.com

As turmas multisseriadas na educação escolar indígena tem sido um dos temas a serem discutidas nos encontros pedagógicos dos professores, principalmente no que diz respeito as dificuldades que os alunos vêm enfrentando, não só os alunos, mas os professores têm relatado isso. Pois com 5 turmas por exemplo, de 1º ao 5º o professor na certa vai ter dificuldades de aplicar os conteúdos principalmente quando o DCRR deve ser seguido. O DCRR é um documento curricular que com certeza o professor com turmas diferentes não consegue aplicar um bom ensinamento para os alunos. Sendo assim os alunos passam de série muitas vezes sem saber ler e não ter uma boa escrita e caligrafia. Trabalhar com turmas multisseriadas não seria bom. Professores relatam que quando o professor trabalha com uma turma, ele planeja os conteúdos a serem aplicados. Isso facilita muito o trabalho do docente. O que fazer afinal com essa situação? Se continuar dessa forma, acredito que os alunos terão essa dificuldade de ensino aprendizagem.

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: UM ESTUDO DOS PROCESSOS DE APRENDIZAGENS EM TURMAS MULTISSERIADAS PATAXÓ NO EXTREMO SUL DA BAHIA

Nahíma Costa Castro Silva
PPGER/UFSB, Escola Indígena Pataxó Tingui do Guaxuma
nahima.castro@hotmail.com





A Educação Escolar Indígena idealizada e proposta pelos movimentos indígenas é alicerçada pelos preceitos e valores da educação indígena, tendo como conceitos basilares: ser comunitária, intercultural, bilíngue/multilíngue, específica e diferenciada. Nesse aspecto, uma das funções da escola indígena é a de instrumentalizar os povos originários com os conhecimentos universais a partir dos saberes do seu povo, respeitando os tempos, espaços, processos de aprendizagem e modos de vida de cada comunidade. As escolas indígenas que fazem parte da rede municipal de Porto Seguro ofertam desde a educação infantil ao Ensino Médio. Atualmente existem 20 escolas indígenas Pataxó no referido município, sendo que em 15 delas, geralmente localizadas nas aldeias rurais com menor número de famílias, os anos iniciais são ofertados em turmas multisseriadas, cuja criação está assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases. As classes multisseriadas são turmas heterogêneas constituídas por alunos de séries e idades diferentes que dividem o mesmo tempo-espaço e o mesmo professor. Essas turmas carregam consigo estigmas de má qualidade quando comparadas às escolas urbanas, como se fossem soluções passageiras para um problema. Nessa perspectiva, a atual pesquisa se propôs a observar a Escola Indígena Pataxó Tingui do Guaxuma, com recorte para o ciclo de alfabetização em turmas multisseriadas, partindo de minha própria experiência como educadora indígena e pesquisadora dos etnoconhecimentos Pataxó e dos diálogos e oficinas com os professores indígenas da referida escola. O objetivo consistia em perceber os desafios e as práticas pedagógicas que os professores indígenas dessas turmas empregam no cotidiano de sua sala de aula para fortalecer a cultura e identidade do seu povo através da educação escolar indígena. Diante do exposto pelos educadores indígenas, pela pesquisa documental e pelas observações in loco, percebeu-se que as turmas multisseriadas são marginalizadas e invisibilizadas pelo sistema de ensino quanto ao currículo e suas especificidades. Outros desafios enfrentados são: a falta de recursos, apoio pedagógico, formação continuada específica para esses educadores, materiais específicos, entre outros. No entanto, é no fazer pedagógico do professor indígena e nos projetos da escola que as dificuldades tentam ser superadas, fortalecendo a educação, identidade e cultura do povo Pataxó da Aldeia Guaxuma.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 13 - ESCRAVIDÃO, REDUÇÃO E TRABALHO INDÍGENA NA AMÉRICA IBÉRICA

Coordenação:

Fernanda Aires Bombardi - Instituto Federal do Pará

Rafael Ivan Chambouleyron - Universidade Federal do Pará

Resumo do Simpósio Temático: A América Ibérica se constitui com base na exploração do trabalho indígena. Mesmo nos casos em que a população ameríndia passou por profundos decréscimos demográficos ao longo do primeiro século de colonização, como nas povoadas regiões do México e Andes Centrais, ou nos casos em que a mão de obra nativa cedeu lugar à mão de obra de africanos escravizados nos plantéis de açúcar ou nas minas, a centralidade do uso do trabalho indígena continuou fundamental em diversos setores produtivos em quase todo o território ibero-americano. Encomienda, mita, escravidão, administração particular e repartição foram as principais modalidades de exploração da mão de obra ameríndia amparadas pela legislação indigenista. Junto a elas, a redução de populações nativas às missões religiosas administradas por dominicanos, jesuítas, franciscanos e carmelitas esteve intimamente relacionada às práticas de inserção dessas populações aos territórios coloniais e ao mundo do trabalho. Este simpósio temático busca discutir a importância dos diversos modos de trabalho indígena e das missões religiosas para a formação econômica e social da América de colonização portuguesa e espanhola entre os séculos XVI e XIX. Serão aceitas propostas de comunicação que versem sobre formas de exploração do trabalho indígena, modalidades de escravização, reduções e práticas de missionação em todo o território da Ibero-América.





RELAÇÕES ENTRE OS AGENTES COLONIAIS E POVOS INDÍGENAS NAS POVOAÇÕES DO DIRETÓRIO DA CAPITANIA DO MARANHÃO NO GOVERNO DE JOAQUIM DE MELO E PÓVOAS (1762-1774)

Doutorando Felipe William dos Santos Silva
Universidade Federal do Pará
fwsilva97@gmail.com

O ano de 1762 marcou profundamente o lugar em que as povoações de Índios da capitania do Maranhão irão ocupar no sistema colonial, na medida em que passaram a se tornar fornecedores de mão de obra indígena para diversas povoações do Estado do Grão-Pará e Maranhão, até o ano de 1774, ano em que a repartição administrativa do Norte foi dissolvida. Tal perspectiva, neste sentido, se torna frutífera para a reflexão da importância das dinâmicas espaciais para o entendimento dos mecanismos de mobilidade e de fixidez de diversos sujeitos, principalmente das populações indígenas, levando-se em consideração as heterogeneidades não apenas geográficas como também econômicas da capitania do Maranhão, uma vez que eram empregadas tanto no trabalho da coleta de drogas do sertão como também na condução de gado para o Grão-Pará. Assim, o presente trabalho busca analisar, a partir de documentação tanto do Arquivo Público do Estado do Pará como dos avulsos da capitania do Maranhão, depositado no Projeto Resgate, como a mudança de paradigma no tratamento entre os governos de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa (1757-1761) e Joaquim de Melo e Póvoas (1761-1779) com relação às populações indígenas por parte do governo catalisou as relações de fluidez entre as mesmas e as instâncias coloniais, se constituindo em uma forma de se vislumbrar as lógicas do mundo do trabalho neste período no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Desde os processos de descimento não apenas para as povoações do Maranhão, mas também para as Vilas e Lugares do Grão-Pará, até mesmo aos mecanismos de negociação para manter os indígenas nas povoações, observa-se tanto um conflito quanto uma confluência de interesses que informaram diversas práticas espaciais nas Vilas e Lugares da capitania do Maranhão, atentando-se para um processo relacional significativamente multifacetado e polissêmico.

TESTAMENTOS DE INDÍGENAS E CULTURA MATERIAL: HIERARQUIAS SOCIAIS E TRABALHO PARA DOS INDÍGENAS DE LA PLATA

Júlia Ribeiro do Nascimento
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
juliarbns2001@gmail.com

Os testamentos de indígenas são entendidos como fontes históricas primárias e podem nos proporcionar importantes informações a respeito da vida cotidiana, que variam desde os princípios morais até os costumes de determinadas sociedades. Assim, a partir da percepção de microdados, buscaremos perceber fatores que representam um reflexo daquilo que ocorria em determinadas localidades, no momento em que foram escritos, ou seja, em Potosí do século XVIII, com os povos indígenas. Desenvolvimento: A transcrição e análise paleográfica de testamentos, digitalizados do Arquivo Nacional da Bolívia, principalmente, de indígenas homens e mulheres; a realização da leitura de bibliografias referentes ao tema, ou seja, que abranjam os variados aspectos das hierarquias sociais coloniais e da condição de vida dos nativos. Além da organização e consulta de um banco de dados com informações que possam ser recolhidas dos testamentos e que nos permitam perceber a ascendência social do testamentário, o local de onde ele é, sua configuração familiar, seus acessos a





propriedades e afins. Resultados: realização de transcrições paleográficas de 20 testamentos de indígenas, mulheres e mestiços bem como de homens e mulheres brancos, que nos permitem a análise da sociedade colonial e seus valores; Organização de uma biblioteca virtual, a qual conta com uma extensa bibliografia a ser usada para a realização do projeto e para pesquisas paralelas dos alunos; Apresentação do projeto de pesquisa em um curso de disciplina eletiva, denominado Sociedades Indígenas na América, do departamento de Arqueologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, cumprindo com o objetivo de levar para dentro de sala de aula o trabalho com fontes primárias e cultura material; Capacitação para a análise de documentos dos séculos XVII e XVIII para fim de pesquisa histórica; Desenvolvimento de um artigo com foco em alguns dos indígenas referenciados nas fontes. O artigo em questão busca pensar o quanto a vida cotidiana de um indígena no novo mundo reflete a dinâmica da sociedade colonial.

ESCRavidÃO INDÍGENA, TRÁFICO TRANSAMAZÔNICO DE ESCRAVIZADOS E MERCADORIAS NA AMAZÔNIA COLONIAL

Rafael Chambouleyron
Universidade Federal do Pará
rafaelch@ufpa.br

Alexandre Pelegrino
Rice University
alexandrecpelegrino@gmail.com

A presente comunicação trata do tráfico transamazônico de escravizados, que, entre as décadas de 1680 e 1750, teria deslocado em torno de 200 mil indígenas dos sertões para as roças, vilas e cidades de Belém e São Luís, no Estado do Maranhão e Pará. Em que pese a sua importância, não só demográfica, mas igualmente econômica, para o funcionamento do mundo amazônico português, o tráfico de escravizados indígenas foi recorrentemente negligenciado pela historiografia luso-brasileira, principalmente, caracterizado como uma dinâmica local, desconectada de circuitos mais amplos da economia do império português. Entretanto, em primeiro lugar, o uso de mão de obra escravizada de indígenas foi fundamental para inserir a região amazônica e, consequentemente, os interesses comerciais portugueses, nos mercados europeus de consumo de chocolate, de produtos medicinais e de especiarias. Em segundo lugar, o tráfico transamazônico foi central para moldar a sociedade escravista amazônica, principalmente nas cidades de São Luís e de Belém e nas propriedades dos moradores. Em terceiro lugar, o tráfico transamazônico só pôde funcionar porque mobilizou redes de comércio de gêneros europeus – como peças de tecidos, roupas, facas, machados, anzóis – e da terra – notadamente aguardente – que financiavam as tropas de resgate de escravizados no sertão amazônico. A comunicação discute essas redes e os principais produtos usados pelos portugueses no tráfico transamazônico a partir de diversas listas de carregações das tropas de resgate e registros cartoriais, tanto testamentos quanto contratos de compra e venda.

EMPREENDEDORISMO DOS POVOS TRADICIONAIS: A CULTURA EMPREENDEDORA NO MERCADO BRASILEIRO

Me. Samuel Felipe Chagas de Souza
Universidade Federal de Roraima





sammuel.souza@ufrr.br

A evolução, a transformação e a hegemonia do capital foram possibilitadas por meio de diversos mecanismos, entre eles: a alienação do trabalho, a transformação dos bens necessários para a vida e até do próprio trabalho em mercadorias, a ascensão dos reformistas que promoveram o “espírito” do capital, a dinâmica de criação e destruição de mercadorias e de mercados a estrutura de poder colonial que por meio da violência epistêmica estabelece o controle sobre o ser, pensar e agir. Nesse processo, é naturalizada a cultura empreendedora como um modo no qual os indivíduos se integram a economia e produzem riquezas. Para tanto, o acesso às linhas de créditos e o input dessa cultura são promovidos pelo Estado e pelo mercado, possibilitando assim que diversos grupos, como as populações tradicionais, sejam direcionadas cada vez mais ao empreendedorismo disfarçado de integração, desenvolvimento e geração de riqueza, o que parece contribuir somente com uma lógica de mercado que sequestra as ações públicas do Estado e que cria conceitos cognitivos e normativos mantenedores da lógica do capital que busca a ampliar o potencial de transformação do que for possível em mercadorias. A partir dessa perspectiva, esta pesquisa traz um panorama sobre o empreendedorismo das populações tradicionais no Brasil e discute os riscos da cultura empreendedora na vida dessas populações. A pesquisa parte da ideia de que a lógica e o discurso empreendedor são muito atrativos, mas condicionante à reprodução do capital neoliberal, ao mesmo tempo que criam mecanismos de aprisionamento e de sujeição. A análise preliminar, feita à guisa de um viés decolonial, aponta inconsistência nos dados dos órgãos governamentais e ausência de critérios inequívocos que demonstrem que o empreendedorismo praticado pelas populações tradicionais no Brasil seja efetivamente benéfico para essas populações, uma vez que mascara a precarização do trabalho e aprofunda a socialização em uma cultura de reprodução do capital e da lógica do capitalismo neoliberal.

Palavras-chave: empreendedorismo das populações tradicionais, capital, decolonialidade, cultura empreendedora, Estado brasileiro.

GUERRAS JUSTAS, MISSÕES E RESGATES E A DEFINIÇÃO DAS FRONTEIRAS IBÉRICAS NO OESTE AMAZÔNICO (1693-1747)

Fernanda Aires Bombardi
Instituto Federal do Pará
fernandaabombardi@gmail.com

Desde a separação das coroas ibéricas, ocorrida em 1640, Portugal e Espanha passaram a disputar os domínios do Alto e Médio Amazonas. A expansão espanhola em direção leste estava eminentemente atrelada à atuação dos jesuítas vinculados à Audiência de Quito e responsáveis pelas missões de Maynas. A portuguesa, em contrapartida, se dava a partir do entrelaçamento de interesses entre a atuação missionária dos religiosos carmelitas e os dos poderes e instituições locais do Estado do Maranhão e Grão-Pará, tais como moradores e administradores régios. Essa imbricação permitiu que as três políticas oficiais e recrutamento de mão de obra indígena – descimentos, resgates e guerras justas – fossem construídas de maneira articulada e, muitas vezes, acionadas conjuntamente para permitir o avanço dos territórios coloniais portugueses sobre os territórios indígenas e sobre as áreas de ocupação espanhola. Com base na investigação da documentação presente em arquivos paraenses, equatorianos, portugueses, espanhóis e italianos, o objetivo deste trabalho é compreender como se processou a correlação entre as três políticas lusas e como elas contribuíram





para a (re)definição das zonas de influência de Portugal e Espanha sobre o Médio e Alto Amazonas em finais do século XVII e primeira metade do século XVIII.

O SUSTENTO DOS AUSENTES: PRÁTICAS INDÍGENAS DE CULTIVO NO ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ, 1670-1757.

Talles Manoel da Silva

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP

t187291@dac.unicamp.br

Desde os finais do século XVII, esteve presente na documentação colonial do Estado do Maranhão e Grão-Pará um interesse em ocupar os indígenas ditos “mais inúteis” na cultura das terras, deixando os “mais hábeis” para atuarem nas atividades extrativistas, como também para “irem às missões”, que significava participar de descimentos. Nesse discurso, eram considerados “inúteis” aqueles que não atendessem ao perfil que se costumava aplicar na atividade extrativista, que era o de homens e rapazes entre os treze e cinquenta anos de idade. Dessa maneira, estavam incluídos nessa classificação as mulheres, as crianças e velhos, assim como os homens livres que não participavam das viagens do ano. Esses trabalhadores eram destinados principalmente para as atividades das roças, sobretudo no cultivo da maniva, com a qual poderiam garantir o sustento das famílias que permaneciam nas aldeias, como também daqueles que se encontravam ausentes. A proposta desse trabalho é examinar como os colonos usavam desses critérios de utilidade para categorizar serviços e perfis de trabalhadores indígenas, assim como para atribuir tarefas no setor agrícola, com o intuito de os ocupar economicamente, tornando-os produtivos. Como objetivo, pretende-se examinar como tais classificações estiveram articuladas com o uso de roçados indígenas na produção agrícola desse contexto e verificar como esses critérios lidavam com a contradição, sobretudo ao serem expostos à utilidade prática dos roçados tradicionais indígenas no cultivo de “gêneros da floresta”. Além disso, pretende-se evidenciar como essa classificação se transforma com o tempo, acompanhando discursos sobre as possibilidades de aplicação do trabalho indígena na produção colonial.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 14 - LITERATURAS INDÍGENAS: PELA (RE)ESCRITA DE ABYA YALA

Coordenação:

Graça Graúna - Universidade de Pernambuco (UPE)

Ananda Machado - Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Fernanda Vieira de Sant' Anna - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

Resumo do Simpósio Temático: As literaturas indígenas espalham, com suas vozes originárias, as sementes de uma (re)escrita milenar de mundos possíveis. Em línguas indígenas ou nas línguas reinventadas dos colonizadores, em palavras em papel árvore-morta ou nas palavras da oralidade, seja no grafismo ou na cestaria, de urucum, jenipapo ou tinta de indústria, a palavra originária é flecha que carrega a circularidade do tempo e atravessa o pensamento colonial que ainda persiste, desdobrado em colonialidade. Mais do que meio de autoexpressão ou de memória social, as literaturas indígenas mapeiam o continente, rasurando fronteiras inventadas e reinscrevendo na terra sistemas ancestrais de um conhecimento de vanguarda. As sabedorias dos biomas do continente conversam pelas tintas, vozes e cores das literaturas indígenas em diálogos transcontinentais na construção de Futuros Ancestrais. As histórias, culturas e literaturas indígenas de Abya Yala não são iguais, nem enfrentaram (e enfrentam) os mesmos processos de opressão, mas compartilham semelhanças que nos unem em nossas diferenças. Com aporte teórico que inclui Joy Harjo (1997), Tuhiwai Smith (1999), Eliane Potiguara (2004), Graça Graúna (2013) e Márcia Kambeba (2020), este simpósio recebe trabalhos sobre literaturas indígenas de mulheres; literaturas indígenas e o antropoceno; literaturas indígenas e futurismos indígenas; literaturas indígenas e emergência climática; literaturas indígenas e a lei nº 11.645/08; literaturas indígenas e línguas indígenas; literaturas indígenas e multimodalidade; literaturas indígenas e artes visuais; literaturas indígenas, o sonhar e epistemologias encantadas.





IMPRESSÕES ACERCA DA PROPAGAÇÃO DA LITERATURA DE AUTORIA INDÍGENA BRASILEIRA PARA ESTUDANTES DE GOIÁS E SÃO PAULO

Letícia Santana Stacciarini (autora e apresentadora)
Instituto Federal de Goiás - Campus Avançado Catalão/Universidade Federal de Roraima
leticia.stacciarini@ifgoiano.edu.br

Tendo em vista que a Lei 11.645/2008 inclui a obrigatoriedade de que estudos acerca da “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” sejam levados em consideração pelo sistema educacional, o projeto de pós-doutorado “Propagação da literatura de autoria indígena brasileira para estudantes de regiões/níveis de ensino diversos”, iniciado em 01 de abril de 2024 - com a supervisão da Profa. Dra. Ananda Machado - bem como vinculado ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Roraima - PPGL/UFRR, busca divulgar - em especial nos estados de Goiás, São Paulo e Roraima - escritores e escritoras indígenas, bem como temáticas relacionadas a vivências de povos originários. Nesse sentido, para o “ST 14 - Literaturas Indígenas: pela (re)escrita de Abya Yala”, propõe-se um diálogo sobre as impressões advindas do contato de discentes, tanto de Goiás quanto de São Paulo - por meio de palestras e/ou oficinas - com a literatura de autoria indígena, principalmente voltada às crianças, mas não necessariamente circunscrita a esse público. Espera-se que, com as referidas experiências, o público escolar - definido a partir de trocas entre professores e coordenadores de diversas escolas - visualize não só a importância da formação de sujeitos leitores decoloniais em favor das alteridades nas relações humanas, como a necessidade de propagação dos conhecimentos obtidos às próximas gerações. Isso porque, dentre outros fatores, o enriquecimento da experiência literária alinha-se com objetivos sociais, educacionais e culturais específicos.

ESCRITA DE MULHERES INDÍGENAS

Moisés Souza Siqueira
Mestrando em Língua, Literatura e Interculturalidade
Universidade Estadual de Goiás
Bolsista CAPES/DS
xmoisessouzas@gmail.com

O artigo examina a relevância da escrita de mulheres indígenas na literatura contemporânea brasileira, destacando Auritha Tabajara, Eliane Potiguara e Márcia Kambeba como vozes que desafiam os limites e estereótipos do território literário dominado por narrativas hegemônicas (Dalcastagnè, 2012). Essas autoras apresentam uma perspectiva autêntica e plural de suas identidades e experiências, rompendo com representações estigmatizadas da mulher indígena. Auritha Tabajara, por exemplo, desconstrói estereótipos ligados à imagem das mulheres originárias, abordando temas como sexualidade e ancestralidade em sua poesia (Tabajara, 2018). Eliane Potiguara, uma das primeiras autoras indígenas no Brasil, também contesta narrativas coloniais, explorando questões de identidade e resistência (Potiguara, 2018). E, Márcia Kambeba refletindo sobre a vida da mulher indígena em contexto urbano e a conexão com as raízes culturais e identitárias (Kambeba, 2018). Tento ressaltar que a literatura indígena, especialmente escrita por mulheres, é crucial para diversificar e democratizar o território literário, ampliando as vozes e representações dentro deste espaço. Essas autoras desafiam o colonialismo literário ao reivindicar o território da literatura como um espaço de coletividade e resistência, promovendo uma visão mais inclusiva e plural da cultura e da literatura de Abya Yala.





COSMOLOGIAS E NARRATIVAS DOS POVOS WAI WAI NA AMAZÔNIA

Felipe Souza da Silva
Universidade Federal de Roraima
felipe2021rr@gmail.com

Percebemos que hoje as populações indígenas brasileiras valorizam suas narrativas, e que se esforçam para representar e fortalecer suas identidades por meio delas. Tendo como base a atividade de coleta de narrativas orais dos povos desenvolvida na escola da comunidade Jatapuzinho, localizada no município de Caroebe/RR, a presente pesquisa tem a finalidade de apoiar o processo de reconstrução dos saberes tradicionais desse povo mediante o compromisso de contribuir para a circulação de histórias que representam os modos de pensar, a visão de mundo e a ciência do povo. Tem como foco de principais cosmogonias da região, da primeira história da criação, descrever sua história e filosofia, como método de compreensão do ser humano e tradição do povo para serem discutidos em detalhes sua importância de formação e estrutura e organização social do povo Wai Wai na Amazonia, nós indígenas que vivemos em ambos os lados da fronteira Guiana e no Brasil, compreender características culturais enfatizar especificidade dos territórios onde foram produzidos histórias e os origens muitas vezes sagradas. Também narram a história para nosso conhecimento de culturas da floresta Amazônia, que também transformam narrativas específicas de certos territórios e particularidade históricas e políticas. Desse modo, trabalho busca uma importante dimensão pedagógica, uma vez que realizado na/para escola e na/pela comunidade, mas também uma proposta política e cultural, que se compromete com a preparação de materiais que possibilitem a circulação desses textos dentro e fora das comunidades. Considerando o contexto da história de formação dos Wai Wai-Paríkwoto, caracterizado por frentes de atração, territorialização de povos distintos e de forte evangelização, essa parece ser iniciativa que deve ser realizada com urgência. É por isso que indígenas amazônicos vêm se formando para serem professores bilíngues. Nesse contexto, é importante a construção narrativa escrita, a partir de contos orais, produzidas por indígenas. As bases teóricas se fundamentam em textos diversos dos autores.

LITERATURA INDÍGENA PRA QUEM? UM OLHAR DECOLONIAL SOBRE ESSAS NARRATIVAS

Doutoranda Ivonete Nink Soares (UFMS)
ivonetennink@hotmail.com

Doutoranda Weidila Nink Dias (UFRGS)
weidilanink@gmail.com

Resumo: A literatura de autoria indígena é um instrumento político, ainda que não tenha a mesma notoriedade das literaturas produzidas e promovidas pelas classes dominantes. Ao desafiar e criticar a cultura hegemônica, ela oferece outras perspectivas históricas, culturais, identitárias, oferecendo uma epistemologia pautada nas experiências dos povos originários. Considerando a sua inegável relevância, uma questão crucial se abre: para quem essa literatura é/tem sido destinada? Em busca de tecer uma resposta, neste artigo apresentamos uma pesquisa bibliográfica e documental, dialogando com obras de autoria indígena, com o intuito de promover reflexões sobre as características dessa literatura e sua importância em todas as etapas educacionais. O objetivo é





demonstrar que a literatura indígena não deve ser limitada a um único público – infantil, infantojuvenil ou adulto. Concluímos que ao limitar ou direcionar essas narrativas/literaturas exclusivamente ao público de menor idade, especialmente às crianças, subestima-se, além de outros aspectos, a capacidade cognitiva e apreciativa delas por narrativas mais complexas. Insinua-se uma maior receptividade desse público a literaturas consideradas “folclóricas”. Tais conclusões ressaltam a importância de reconhecer e promover a literatura indígena em todas as etapas da educação – básica e superior –, rompendo com a lógica da colonialidade do saber e valorizando as múltiplas formas de conhecimento e de expressão cultural presentes na literatura indígena.

LITERATURAS INDÍGENAS DE CRISTINO WAPICHANA NA INTERFACE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Herika Souza do Valle
herikafbsov@gmail.com

Ananda Machado

O artigo ora apresentado é resultado da pesquisa da dissertação do mestrado profissional em Ensino de História – Profhistória/UFRR, onde dentre tantas obras literárias indígenas contemporâneas existentes no Brasil, foram escolhidas cinco, são elas: o Cão e o Curumim, A boca da noite, Tomoromu – a árvore do mundo, Sapatos trocados e a Onça e o fogo, do escritor indígena Cristino Wapichana. A escolha dessas obras se deu sob dois pilares, sendo uma de âmbito pessoal, onde a pesquisadora teve afinidades com as temáticas abordadas e a segunda, de teor profissional e acadêmico, uma vez que essas temáticas trazidas em seu bojo, suscitavam uma relação com os objetos de conhecimentos e habilidades preconizadas no Organizador Curricular do componente História, da etapa do Ensino Fundamental 1, da Educação Básica, conforme o Documento Curricular de Roraima – DCRR e a Lei 11.645/08, que torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, nas redes públicas e privadas de todo o Brasil. A metodologia utilizada foi a Pesquisa Participante e se deu com a realização de três Oficinas Propositivas Experimentais, com total de sessenta e nove professores participantes. A estrutura da Oficina Propositiva está em quatro momentos: Primeiro – averiguou-se a percepção dos professores sobre as literaturas e o ensino de História a partir da aplicação de um questionário composto por oito questões norteadoras, onde as respostas obtidas serviram de parâmetro para saber o nível historiográfico e literário que cada professor/a participante possuía naquele momento; Segundo – a escolha de um dos cinco livros para leitura em dupla e posteriormente feita as análises e apontamentos de temáticas que podem ser trabalhadas no ensino de História com base no que a narrativa traz; Terceiro – ato de criação e proposição de aulas a partir da obra lida. Alguns objetos da cultura material do povo indígena, tais como a bolsa daruana, rede de dormir, beiju de mandioca, cuia, o tatu trançado (kapaxi) eram citados e/ou destacados nas narrativas de Cristino Wapichana, foram levados para a oficina propositiva como forma de inspiração e até mesmo explicação do que era e como se utilizava. E por fim o quarto e último momento, que se deu com o compartilhamento da pesquisadora do que cada obra traz em seu bojo e algumas orientações didáticas, montando um quadro analítico fazendo a interface entre Literatura e História.

LITERATURA DE EMERGÊNCIA: VOZES DA AMAZÔNIA E A POTÊNCIA DE INFLUÊNCIA





Bruno Marcondes Franques, doutorando em educação pela UFRR/EDUCANORTE, bolsista CAPES, brunofranques@gmail.com

Orientadora: Dra. Ananda Machado

As emergências ligadas à literatura a que nos referimos são muitas e apontam para diversas direções. Talvez a mais aparente seja aquela que remete à noção de urgência, à uma perspectiva emergencial da literatura que servisse de salva-vidas em algum sentido. Tanto a possibilidade de auxílio potencial em situações específicas, pessoais, emocionais e existenciais, como em um sentido mais amplo e impactante: contribuir para que possamos superar o colapso civilizatório e as catástrofes ambientais contemporâneas. E a partir dessas duas funções nada simples ou modestas, outras mais serão identificadas e destacadas. Como o necessário exercício de projeções de futuros que nos permitem experimentar possibilidades e consequências de nossas escolhas do presente. A revisão da historiografia oficial, em reconstituições mais humanas a partir de perspectivas de povos até então subjugados. Nessa linha, também o surgimento, a emergência, de diversas vozes e narrativas que até bem pouco tempo não tinham espaço no mundo literário e com essas publicações, o potencial transformador pedagógico a ser utilizado dentro e fora das escolas. São as literaturas periféricas, marginais, indígenas e quilombolas, com suas visões de mundo e potentes conhecimentos historicamente invisibilizados pela expansão da hegemonia monocultural do império ocidental globalizado. Partiremos do reconhecimento de que, para os povos originários, a transdisciplinaridade e a não fragmentação das atividades humanas em especializações apartadas dificulta a identificação e classificação das manifestações culturais entre arte, trabalho, ciência, religião e política. Ao abordarmos a literatura autoral indígena tendo isso em mente, saberemos que se trata de apenas um pequeno fragmento de algo muito maior e mais complexo, fruto do esforço de tradução entre culturas dos que tem se proposto a escrever livros que serão publicados ocupando e forçando o alargamento do espaço no mercado editorial em diálogo com outras áreas do conhecimento e das artes. Destacaremos como essas correlações avançaram ao ponto de termos representantes dos povos originários em posições estratégicas de poder e tomada de decisões. Faremos alguns paralelos entre esse processo e a educação, a princípio com relação justamente à perspectiva tão reivindicada pelos povos indígenas de que as escolas ofereçam aos jovens a possibilidade de domínio das linguagens importantes para a estrutura social, política e econômica da sociedade envolvente, e sobre seu papel na valorização cultural e fortalecimento identitário.

VOZES SILENCIOSAS, IMAGENS GRITANTES: NARRATIVAS DA CONTAMINAÇÃO POR MERCÚRIO NA AMAZÔNIA

Mayara Ribeiro Guimarães (UFPA)
Financiamento: Bolsa Produtividade CNPq
mayribeiro@uol.com.br

Em tempos de mutação – de Gaia e dos seres que nela habitam – como a arte amazônica narra visual e verbalmente a contaminação de humanos e não-humanos por metais pesados? Como o processo criativo e o efeito artístico da imagem e da palavra constroem relações carregadas de poeticidade e criticidade, explorando símbolos, imagens e narrativas que associam a força política da arte e a defesa da Terra? Considerando o conhecimento tradicional, a espiritualidade, e as conexões entre o território e os povos originários, a proposta desta comunicação é investigar como a contaminação da Amazônia por mercúrio é incorporada nas artes de Davi Kopenawa, Denilson Baniwa, Jorge Bodanzky.





A presente comunicação propõe investigar a potência de deslocamento da arte amazônica, apostando em modos de construir pensamento e conhecimento que envolvem as relações entre as artes verbais e visuais na abordagem da contaminação da paisagem humana e não-humana por metais pesados, com foco na contaminação por mercúrio. Especificamente, busca-se explorar as estratégias usadas por artistas indígenas e não-indígenas para aumentar a conscientização e defender a justiça da Terra frente a emergência climática e a devastação ambiental enfrentada nos dias de hoje. O estudo se concentrará em objetos artísticos que retratam regiões onde as atividades de mineração de ouro e outros metais pesados contribuem significativamente para as emissões de mercúrio, levando à contaminação de ecossistemas e biomas, e afetando comunidades inteiras, deixando um rastro de destruição em gerações futuras.

MULHERES INDÍGENAS E OS EREMUS NA LUTA POR UM FUTURO ANCESTRAL

Vanessa Brandão
UNESP
vanessabrandao07@hotmail.com

Este estudo propõe-se a examinar a literatura oral enraizada na região etnográfica circum-Roraima, conhecida como eremus na língua Macuxi, que tem sido entoada por mulheres indígenas desde tempos imemoriais até os dias contemporâneos. Estas mulheres desempenham o papel primordial de guardiãs da língua mãe, transmitindo os cânticos de uma geração para outra. Com o advento da internet e a capacidade de registro em formato de áudio e vídeo, tais expressões transcenderam os limites das comunidades indígenas, encontrando eco na capital, onde são recriadas por grupos e vocalistas indígenas residentes em Boa Vista. O estudo revela que alguns desses cânticos, especialmente os Tukuis (associados aos rituais xamânicos) e os Parixaras (ligados a contextos festivos e comemorativos, promovendo a integração social), adquirem novos significados, desempenhando um papel direto na luta dos povos indígenas pela preservação do meio ambiente e na conscientização sobre as emergências climáticas. Desde figuras emblemáticas como Vovó Bernaldina, da Raposa Serra do Sol, até Milena Macuxi, jovem vocalista da banda Kruviana, os cânticos indígenas reiteram os valores e conceitos do pensamento indígena, evocando um futuro ancestral no qual a harmonia entre os povos indígenas e a natureza, bem como uma produção sustentável voltada para a subsistência, são celebrados e destacados. As mulheres indígenas que perpetuam essas tradições funcionam como arquivos vivos de saberes ancestrais, ganhando cada vez mais visibilidade em eventos tanto na capital quanto no interior. Contudo, observa-se que um esforço persistente para a preservação desses cânticos é necessário, incluindo iniciativas de tradução transcultural. Não se trata de reduzir o significado dos cânticos à sua letra, mas sim de acompanhar sua ressignificação em diferentes contextos, compreendendo o fascínio que tais expressões em língua Macuxi exercem sobre o público, levando tanto indígenas quanto não indígenas a participar ativamente, quase que por instinto, desse legado ancestral que ecoa como um mantra decolonial.

MEMÓRIAS E IDENTIDADES EM DIÁLOGO: A PERCEPÇÃO DE DISCENTES DO MESTRADO EM LETRAS/UEMASUL SOBRE AS OBRAS DE AURITHA TABAJARA, YACUNÃ TUXÁ E TRUDRUÁ DORRICO

Lilian Castelo Branco de Lima (Uemasul)





liliancastelo@uemasul.edu.br

Luciana de Lima Reis (Uemasul)

No Brasil, esse país que é originariamente território indígena, as vozes desses povos, seus saberes, fazeres e artes foram silenciados, por muitos séculos, em especial, na política e na educação. E a Universidade brasileira, assim como as escolas de Educação básica, seguindo um modelo eurocêntrico, em muito contribuíram para o epistemicídio dos povos das florestas, validando e valorizando saberes ocidentais e arraigando preconceitos no imaginário social sobre as muitas etnias. Diante desse cenário, surgem as leis 10.839/2003 e lei 11.645/2008, determinando a obrigatoriedade da inserção dos saberes e da história indígena, africana e afrodescendentes nas salas de aula. Dessa forma, considerando essas legislações, a UEMASUL, no Mestrado em Letras, busca valorizar e debater sobre as temáticas indígenas, em particular nas disciplinas de Oralidades, Escritas e Identidades Culturais Indígenas e Memória e Regionalidade. Nesse contexto, este trabalho dedica-se a analisar a percepção das/dos discentes de duas turmas do programa sobre as obras de Trudruá Dorrico, Auritha Tabajara e Yacunã Tuxá, trabalhadas nessas disciplinas. O que se observou nos dados construídos, por meio de uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa e a observação participante, fundamentada em Dorrico (2018), Graúna (2013), Kambeba (2020) foi o destaque mencionado pelas alunas e alunos para a escrita autobiográfica, dialogando etnohistória e literatura, a forma como as identidades indígenas são mencionadas como elemento de (re)existência e a complementaridade entre o texto e os elementos das ilustrações das obras, enfatizando os elementos das identidades culturais das autoras.

MARIAZINHA BORRALHEIRA E OUTRAS HISTÓRIAS: A NARRATIVA INDÍGENA E A NARRATIVA-MOLDURA

Catarina Nogueira Wottrich (UFRR)
catwott@hotmail.com

Tomando como base a arte verbal indígena, o seguinte trabalho busca discorrer sobre o modo como se dá a composição da narrativa “Mariazinha Borralheira”, coletada em 2009 pelo professor Devair Fiorotti, durante a execução do Projeto Pantan Pia’ – Narrativa Oral indígena (CNPq). Narrada por Dona Arlene, moradora da comunidade do Sabiá, terra indígena do Alto do São Marcos, no município de Pacaraima, em Roraima, a narrativa constitui-se como umas das muitas histórias que revelam diversas marcas das trocas e transferências literárias e culturais ocorridas na região, como é o caso de “Mariazinha Borralheira”, uma espécie de narrativa-moldura que traz outras histórias dentro de sua narrativa, como as histórias de “Cinderela” e “A menina e o figo”. Proposto como Trabalho de Conclusão de Curso (2023), este trabalho é um recorte do projeto de iniciação científica intitulado “De Cinderela à Mariazinha Borralheira: circulações e apropriações entre narrativas tradicionais e indígenas”, orientado pela professora Sheila Praxedes, financiado com bolsa CNPq no Edital nº. 01/2023, correspondente à Seleção 2023-2024/PIBIC. Investiga a existência de outras histórias dentro da narrativa de Dona Arlene, especialmente as oriundas da tradição clássica ou popular, a fim de analisar as peculiaridades da possível existência de interferências culturais.





GT CANOAS DA MEMÓRIA: PROPONDO UM DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA INDÍGENA NA REDE MUNICIPAL DE CAMPINAS

Lise Santos Camargo
Professor de História - Unicamp, CAPES
lise.camargo@educa.campinas.sp.gov.br

A pesquisa apresentada propõe estabelecer um diálogo entre o Ensino de Histórias e Culturas Indígenas e a Literatura Indígena Contemporânea, pensado no contexto de um Grupo de Trabalho coordenado por duas professoras formadoras, dentre elas, a autora desta pesquisa. O GT é composto por educadores da Rede Municipal de Campinas (gestores, professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental/EJA). Desenvolvimento: Criado em 2021, o GT surgiu a partir do convite para construção de um caderno curricular temático. Tendo como principal objetivo a qualificação da escrita por meio da formação continuada, o grupo se organiza a partir de encontros, leituras teóricas e literárias, visitas a eventos e exposições, análise de obras audiovisuais e musicais, organização de rodas de conversa com indígenas, bem como a proposta e o compartilhamento de práticas pedagógicas. Os encontros são organizados anualmente por três eixos, comunicáveis entre si e entrelaçados pela literatura indígena: 1. território, territorialidades e ecologias; 2. língua e cultura; 3. história e memória. A pesquisa busca compartilhar as reflexões levantadas coletivamente ao longo destes eixos e aponta para a importância de colocar o Ensino de História em diálogo com as equipes escolares, buscando estratégias para articular interdisciplinarmente a efetivação da Lei nº11.645 por meio do envolvimento significativo e a conscientização da importância de dar visibilidade às vozes indígenas, desconstruindo estereótipos e decolonizando currículos. É um convite ao desenvolvimento de diálogos interculturais - uma aliança afetiva para suspender o céu e adiar o fim do mundo. Principais resultados: o GT apresenta-se como um potente espaço para chamar a atenção para a importância do Ensino de Histórias e Culturas indígenas nas licenciaturas, também inspira a aquisição de obras de autores indígenas e a criação de grupos de estudos em diferentes unidades escolares da rede, bem como recebe convites para visitas às escolas e realização de formações para as equipes escolares. É a partir destas experiências que esperamos para o próximo ano concluir a escrita de nosso caderno.

ANCESTRALIDADES FUTURAS NA AMAZÔNIA: ARTES INDÍGENAS DE RESISTÊNCIA

Julie Stefane Dorrico Peres - CAPES/Tandem

Peter W. Schulze – Universidade de Colonia
peter.schulze@uni-koeln.de

Ancestralidades na Amazônia: Artes e Literaturas Indígenas de Resistência é um projeto de pesquisa em curso que visa a promoção e o protagonismo da autoria indígena nas literaturas e artes radicadas no bioma Amazônia do Brasil. A organização de um livro de poesia, com tradução para a língua alemã e concomitantemente às línguas indígenas, coaduna-se à Década das Línguas Indígenas (LI) que visa propagar e proteger o uso das LI praticando-as na pesquisa brasileira, alemã e nações indígenas, em um diálogo plurinacional. Poetas Macuxi, Wapichana, Yekuana são algumas nações de Roraima/Brasil que compõem o livro com suas poéticas. Nesse simpósio, pretendemos discutir o estatuto da poesia, da escrita criativa e da tradução a partir da palavra indígena.





“A VIOLÊNCIA E A ANGÚSTIA DOS TRÓPICOS”: A MELANCOLIA COLONIAL EM METADE CARA, METADE MÁSCARA, DE ELIANE POTIGUARA

Mayara Haydée Sena, UFPA
mayarahaydeesena@gmail.com

Mayara Ribeiro Guimarães (Orientadora)

A violência do colonialismo e da colonialidade resulta, sob a retórica da modernidade, entre outros males, em uma especificidade do mal-estar nos territórios colonizados. Alguns grupos experimentam mais brutalmente essas mazelas, entre eles, as populações indígenas. Se a modernidade é o argumento utilizado para uma práxis da violência em relação às culturas periféricas, construindo, o chamado mito da Modernidade (DUSSEL, 2005), este trabalho parte da compreensão de que esse sacrifício colonial tem como um de seus efeitos a persistência de um mal-estar nos mundos periféricos. Desse modo, estudo parte de uma das representações das chamadas tristezas periféricas, a indígena, tendo como objetivo discutir as relações entre violência do colonialismo e da colonialidade como fundamentais para a perduração das tristezas indígenas que se revelam na obra *Metade cara, metade máscara* (2018), de Eliane Potiguara. Diante de imagens da violência e a angústia dos trópicos (POTIGUARA, 2018), como evidencia o poema “Terra Cunchã”, aparecem entrecruzados os temas violência, melancolia e colonização, que, neste estudo, demonstram-se como constituintes dos pesares indígenas na obra. Ressalta-se que a aparição do termo “melancolia” no trabalho é concebido como palavra provisória, resultante de uma perda afetiva (GINZBURG, 2017), de modo que, por carência de um saber sobre um termo mais justo – e também como modo de questionar hegemonia eurocêntrica dos estudos sobre a melancolia –, este trabalho opera, por vezes, com este gasto vocábulo, mas cômico da possibilidade de insuficiência, uma vez que a palavra melancolia não talvez não suporte as dores indígenas. Dessa forma, na obra, não é somente um conjunto seletivo de intelectuais melancólicos que padece psiquicamente, como o Ocidente costuma descrever o mal-estar individual do humano; são várias as etnias que são atravessadas pela colonização e seus impactos irrefreáveis na vida de gerações; isto é, é de um sofrimento coletivo que a poeta fala. Assim, o caráter outro das culturas de Abya Yala, as poéticas esquecidas (KRENAK, 2022), revelam-se como essa face ocultada – modernamente reprimida – da qual fala Eliane Potiguara em *Metade cara, metade máscara*. Potiguara revela que a intrusão europeia aguilhoa Abya Yala sob as correntes do desamparo. A tristeza é uma das garras da colonialidade.

Palavras-chave: Violência; Colonização; Melancolia; Eliane Potiguara; *Metade cara, metade máscara*.

POÉTICA DE CORPO-TERRITÓRIO INDÍGENA EM METADE CARA, METADE MÁSCARA, DE ELIANE POTIGUARA

Marília Neide Lima Sena
UFPA
senamarilialima@gmail.com

Mayara Ribeiro Guimarães (Orientadora)





Ser humano e natureza não são distinguíveis (KRENAK, 2022), mesmo que a ideologia capitalista e antropocêntrica busque promover essa separação. Nessa perspectiva, os povos originários, por meio de suas cosmopercepções, contribuem para a compreensão da integração entre do corpo humano e o corpo da Terra, pois não percebem o território a partir da perspectiva espacial e econômica, criada pelo poder colonial, e sim como um corpo-território vivo que se interrelaciona com os corpos humanos. Desse modo, este estudo objetiva discutir como a noção de corpo-território indígena é representada em poemas da obra *Metade cara, metade máscara* (2018). No poema “Oração aos povos indígenas”, por exemplo, evidencia-se a coexistência de indígenas e seres não humanos, de modo a revelar uma coletividade (humana e vegetal), mutuamente afetada pela violência colonial moderna, resultando em imagens de desflorestamento igualadas a imagens de violências ao corpo indígena. Além disso, no poema “Terra-mulher”, expressa-se o compartilhamento dos sofrimentos da Terra e das mulheres originárias, invadidas pela perversão patriarcal colonial (MCCLINTOCK, 2010), tão denunciada pela luta de mulheres indígenas de Abya Yala e pelas feministas comunitárias (CABNAL, 2010). Nesse sentido, a poética de Potiguara manifesta a inseparação dos corpos indígenas e do corpo da terra e rompe com o pensamento antropocêntrico – que também se evidencia na literatura Ocidental – que concebe a natureza como cenário por detrás do humano. Da mesma forma, sua poesia manifesta a integração da luta da mulher originária e da Terra, massacradas por um mesmo sistema de exploração que transforma esses corpos verdadeiras zonas de sacrifícios (CASTRO, 2019). A poética de Potiguara, desse modo, expressa a noção de corpo-território a partir de cosmopercepções indígenas, buscando reflorestar o imaginário (KRENAK, 2022), este tão influenciado historicamente pela colonialidade.

Palavras-chave: Corpo-território; Eliane Potiguara; *Metade cara, metade máscara*.

A QUEDA DO CÉU

Isabella Gonçalves Vido
Universidade NOVA de Lisboa
isa.g.vido@gmail.com

É atualmente comum ouvirmos falar sobre decolonialidade nas humanidades de modo geral. É ilustrativo, nesse caso, o crescente interesse por artistas ameríndios ou afrodescendentes em exposições artísticas e narrativas historiográficas. Entretanto, é ainda raro que suas obras sejam analisadas a partir de categorias outras que não aquelas próprias ao pensamento ocidental. Talvez por isso, Eduardo Viveiros de Castro tenha sugerido que pode levar ainda muitos anos para que as reflexões do ativista indígena Davi Kopenawa contidas na obra *A queda do céu* (2015) sejam plenamente absorvidas pela comunidade de estudiosos das ciências humanas. Na esperança de poder contribuir minimamente nesse sentido é que nos debruçamos sobre a referida obra. Especialmente interessados nos aspectos da cosmologia Yanomami nela inscritos – i.e., o mundo dos espíritos e suas imagens reveladoras –, intencionamos demonstrar que o transe xamânico e o sonho são os instrumentos que permitem que esses indígenas vejam e, portanto, conheçam a Terra que habitam.

LITERATURA INDÍGENA PRA QUEM? UM OLHAR DECOLONIAL SOBRE ESSAS NARRATIVAS

Weidila Nink Dias





Universidade Federal do Rio Grande do Sul
weidilanink@gmail.com

A literatura de autoria indígena é um instrumento político, ainda que não tenha a mesma notoriedade das literaturas produzidas e promovidas pelas classes dominantes. Ao desafiar e criticar a cultura hegemônica, ela oferece outras perspectivas históricas, culturais, identitárias, oferecendo uma epistemologia pautada nas experiências dos povos originários. Considerando a sua inegável relevância, uma questão crucial se abre: para quem essa literatura é/tem sido destinada? Em busca de tecer uma resposta, neste artigo apresentamos uma pesquisa bibliográfica e documental, dialogando com obras de autoria indígena, com o intuito de promover reflexões sobre as características dessa literatura e sua importância em todas as etapas educacionais. O objetivo é demonstrar que a literatura indígena não deve ser limitada a um único público – infantil, infantojuvenil ou adulto. Concluímos que ao limitar ou direcionar essas narrativas/literaturas exclusivamente ao público de menor idade, especialmente às crianças, subestima-se, além de outros aspectos, a capacidade cognitiva e apreciativa delas por narrativas mais complexas. Insinua-se uma maior receptividade desse público a literaturas consideradas “folclóricas”. Tais conclusões ressaltam a importância de reconhecer e promover a literatura indígena em todas as etapas da educação – básica e superior –, rompendo com a lógica da colonialidade do saber e valorizando as múltiplas formas de conhecimento e de expressão cultural presentes na literatura indígena.

TÍMÎRÎMÎ E AS LETRAS DE MAKUNAIMÎ

Sonyellen Fonseca Ferreira Fiorotti
PPGL/UFRR
sony.ferseck@gmail.com

Manifestar materialmente o diálogo entre as gentes dos mundos exige um exercício constante de pensar o que seriam, por exemplo, as linguagens para as demais gentes — sejam elas humanas, animais, vegetais, minerais ou espíritos —, tentar decifrar seus idiomas, suas vozes, suas palavras. Registros pictóricos gravados em ocre em paredes rochosos localizados em diversas localizações geográficas ao redor do planeta apresentam figuras e ícones relacionados ao sol. Alguns destes sítios arqueológicos estão localizados em Roraima como a Pedra Pintada, a Pedra do Pereira e a Pedra do Ereú. Alguns dos entrevistados ao longo do projeto Pantón Pia’ referiam-se aos desenhos como sendo desenhos feitos pelo próprio Makunaima. Em Pantón Pia’ – A história de Makunaima (FIOROTTI; FLORES, 2019), Clemente Flores faz menção à letra de Makunaima deixada escrita na Pedra Pintada. De 42 entrevistados dentro do projeto Pantón Pia’, oito deles referiram-se aos pictógrafos, em especial da Pedra Pintada como desenhos – letras – escrita de Makunaima. Um desses interlocutores, Aprígio Ramos, morador da comunidade Guariba, município de Pacaraima, dentro da Terra Indígena São Marcos, inclusive chama a Pedra Pintada de “escola de Makunaima”. O interessante nas falas desses entrevistados é o fato de apontarem para a relação entre as narrativas que tem como personagens os heróis culturais dos povos do circum-Roraima como Makunaima, Insikiran e Aninkê e a letra, sugerindo até a remanescência de escrita e mesmo de ensino através das gravuras rupestres presentes em sítios arqueológicos como o da Pedra Pintada. De forma que a ideia de que os povos indígenas seriam ágrafos revela-se imprecisa, ressaltando a necessidade de se pensar o que esses povos conceberiam sobre todo aparato relacionado ao campo lexical da escrita: letra, livro, grafia, etc. Desta forma, partiremos da análise da obra Pantón Pia’ - Makunaimö pantonü (FIOROTTI; FLORES 2019) neste trabalho relacionando Makunaima ao princípio da escrita, do ensino e da literatura, uma





vez que seria esta entidade que configuraria a forma de perceber os mundos, a temporalidade, a cosmo-socialidade e mesmo a espacialidade para os povos Pemón, além de ser responsável pela manutenção dos aspectos culturais, mesmo narrativamente falando.

LITERATURAS INDÍGENAS: REEXISTÊNCIAS, REESCRITAS DA HISTÓRIA E PLURIVERSIDADE DE MUNDOS

Thaís Tavares Nogueira
Universidade do Estado do Pará
thaistnogueira31@gmail.com

Esta comunicação é um recorte do meu estudo de doutoramento e pretende evidenciar as literaturas indígenas como fontes históricas, uma vez que elas são compreendidas como espaço de memória e ancestralidade de povos originários, cujos registros escritos se desdobram em movimentos de resistência e manutenção de suas próprias histórias, territorialidades e cosmovisões. Ao entender que os escritos de indígenas transcendem a estética de um texto literário, ao revelar potencialidades de seus cotidianos, destaco tais literaturas como fontes importantes para a reescrita da história e de mundos pluriversos por muito invisibilizados nos documentos ditos oficiais. A história cultural marca uma virada nos modos de ver, fazer e escrever a história, ao privilegiar sujeitos e processos até então calados no esquecimento ou irrelevância de uma certa dominação científica. Como pressupostos necessários a essa reescrita histórica, está a multiplicidade de temas e objetos e o vasto universo de fontes, entre elas a literatura, um campo da história cultural que permite a aproximação com o real, com a memória, a oralidade no reconto do passado. Trago a literatura contemporânea indígena como potencialidade para repensarmos a escrita da história de povos originários, muitas vezes narrada por homens brancos e no viés colonizador. Hoje, temos a chance de entender essa história a partir das vozes escritas que, por séculos, estiveram silenciadas. A história cultural possibilita essa reescrita que, no contato com a literatura indígena, configura-se um espaço de reinvenção, (re)aprendizagem e reescrita de mundos plurais. Muito mais do que apenas narrar ou registrar histórias, os escritos indígenas assumem um papel político de ocupação de um espaço eminentemente branco: o da escrita literária. Resistindo à negação e ao silenciamento da pluridiversidade de saberes, as literaturas indígenas reverberam a memória de um povo, seu cotidiano e sabedoria ancestral. Dessa forma, as literaturas indígenas como fontes históricas possibilitam pensar uma proposta contra hegemônica de construção do conhecimento, a partir de um conceito mais amplo de educação e de respeito aos povos originários; educação que compreende uma troca constante entre humanos e não humanos, de pertencimento à mãe terra e de compreensão do bem viver.

A (IN)VISIBILIDADE DA LITERATURA INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA: PERMANÊNCIAS DAS ESTEROTÍPIAS OU RUPTURAS APÓS A LEI 11645/2008?

Maria Missilene Cardoso Lima
Universidade Estadual do Ceará
Financiamento: CAPES – PROEB
missilenecardoso@yahoo.com.br

Jaquelânia Aristides Pereira





Mestranda pelo Mestrado em Ensino de Língua Portuguesa ProLetras UECE
Pós-doutora, Educação Brasileira UFC

O presente trabalho se constitui de uma investigação sobre o ensino de literatura indígena na escola, tendo como objeto de estudo o livro didático de Língua Portuguesa da coleção Se liga na Língua, da editora Moderna, Ensino Fundamental, anos finais, do 6º ao 9º ano de 2024 utilizada pela rede municipal de Fortaleza. Embora já tenham decorridos mais de quinze anos da lei 11645/2008, que institui a obrigatoriedade do ensino da História e da cultura afro-brasileira e indígena no currículo oficial da educação básica, percebemos, na prática, ainda o silenciamento ou a abordagem estereotipada da cultura indígena na escola. Esta pesquisa procura analisar qual o espaço e a abordagem da literatura indígena no livro didático de Língua Portuguesa e suas implicações para a formação de leitores literários críticos e reflexivos, no intuito de se promover uma educação intercultural. A pesquisa é de cunho bibliográfico com um estudo documental do corpus e aplicada, quando aplicaremos, junto aos alunos do 6º ano, oficinas de leitura com textos da literatura indígena, pautadas na metodologia dos círculos de leitura. A fundamentação teórica se norteia em estudos sobre o letramento literário, especialmente Cosson(2016) e estudos críticos da literatura indígena, sobretudo a partir de Thiél (2012). Como resultado parcial, a pesquisa contribui para as reflexões do eixo temático 14 - Literaturas indígenas: pela (re)escrita de Abya Yala na escola.

ROMPIMENTO E RECONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA INDÍGENA NA OBRA “OS SELVAGENS”, DE FRANCISCO GOMES DE AMORIM

Thaylanne Rocha do Nascimento
Universidade Federal de Roraima
thaylannerocha27@gmail.com

Durante o processo de colonização e pós-colonização um dos principais objetivos dos portugueses era transmitir a ideologia cristã para outros povos, chamados por eles de “ímpios”. No Brasil, os indígenas, vistos como “gentios”, cruéis e selvagens, foram os principais alvos da conversão feita pelos missionários. O romance histórico “Os selvagens”, de Francisco Gomes de Amorim, narra a história de um grupo do povo Mundurucu. A narrativa ocorre, historicamente, durante o Período Regencial e tem como pano de fundo a Cabanagem, um movimento revolucionário que, tanto na narrativa quanto na realidade, trouxe diversas mudanças e consequências que marcaram profundamente a história dos povos que habitavam e ainda habitam a Amazônia. Além disso, a narrativa também apresenta episódios de conversão ao catolicismo de membros desse grupo Mundurucu. Sabemos que, na realidade, os indígenas eram obrigados a aceitar o cristianismo em detrimento de suas próprias crenças. Na obra, o processo de conversão ocorre de maneira “pacífica”, mas ao mesmo tempo invasiva. O objetivo principal deste trabalho é analisar como ocorre os processos de rompimento e desconstrução das identidades pessoais e sociais dos personagens indígenas após a conversão e quais fatores influenciam esses processos na obra. Além disso, buscamos compreender de que forma esses personagens reconstróem suas identidades. Para as análises feitas neste trabalho utilizamos como suporte teórico Santos (2007) e Pacheco (2006, 2022) para compreendermos o contexto histórico no qual se insere a narrativa e Lane (2006) e Fialho (2017) para a conceituação de “identidades”. Concluímos que a narrativa apresenta a representação de vivências de diversos grupos indígenas que, durante a catequização, tiveram suas culturas, crenças e identidades rompidas ou apagadas pelo Outro. Além disso, o processo de reconstrução identitária indígena na realidade, assim como na narrativa, é contínuo, pois as marcas e fraturas perduram ao





longo das tempo. Por fim, concluímos também que a obra é uma fonte proveitosa para a análise de acontecimentos históricos da região amazônica.

“MULHERES QUE FAZEM SOL”: O FEMININO NA POESIA DE SONY FERSECK

Liliany Loizy Gomes da Silva
PPGL/UFRR
lilianyloizy3@gmail.com

É comum encontrarmos obras literárias que reflitam a história de submissão e o papel subalterno da mulher na sociedade, bem como a problematização de questões que permeiam a escrita de autoria feminina. As mulheres desde sempre se utilizaram da escrita para expressar as suas insatisfações quanto à desigualdade de gêneros e vivências do “ser mulher”. Duplamente silenciada, pois inserida num contexto de distanciamento em relação aos grandes centros historicamente definidos como emanadores de cultura literária, a mulher poeta amazônica demora um pouco mais a repercutir no cenário das letras enquanto produtora de literatura. Podemos notar essa luta em diversos poemas da poeta Sony Ferseck, a qual, por meio da arte, busca, dia após dia, reencontrar-se e reconectar-se com os seus ancestrais makuxis. A escritora possui poemas nos quais ela aborda a representação feminina, em destaque a figura indígena, e neles podemos constatar a voz feminina sobre as questões existenciais concernentes às mulheres, como também perceber como esses poemas nos revelam verdades sobre as tensões sociais e culturais que afligem esse gênero e ainda a força e resistência presentes na sua voz. Assim, analisaremos dois poemas de Sony Ferseck que tratam explicitamente da figura da mulher indígena: “Nós mulheres invisíveis” (2020) e “Mulher Makuxi (2022). Considerando a trajetória feminina na literatura, nosso eixo interpretativo é o da análise do eu feminino indígena, silenciado histórica e socialmente, e de como ele se reflete na voz da escritora brasileira Sony Ferseck. Para tanto, nos basearemos nos argumentos das autoras Spivak (2010) que nos apresenta o termo “subalterno” aplicado no feminino, ela argumenta que o subalterno, nesse caso, a mulher, não pode falar e, quando tenta fazê-lo, não encontra meios para se fazer ouvir. E Olivieri-Godet (2020) que nos traz uma rica reflexão sobre a produção feminina indígena. Na produção poética, a poeta ganha voz, assim, a poesia viabiliza diversas formas de representação da realidade, além ainda de possibilitar que insira em suas obras suas vivências, alegrias e angústias.

O RESGATE DA TRADIÇÃO MAGÜTA ATRAVÉS DAS NARRATIVAS: UMA LEITURA DO LIVRO “NOSSO POVO” TORÜ DUÛ'ÜGÜ

Ingrid Marcela Ramos Mariano
CESTB- UEA
katleiramos2019@gmail.com

Gabriela Fernandes
CESTB – UEA
gfcarvalho@uea.edu.br

A história do meu povo Magüta foi por muito tempo passada de geração para geração oralmente e contada por nossos ancestrais, mas de uns tempos pra cá isso foi sendo esquecido, pela maioria dos Magüta. É muito visível que os Ticunas, mais especificamente os presentes nas comunidades do Alto





Solimões/Amazonas pararam de contar essas narrativas tradicionais no seu cotidiano, fazendo com que os mais jovens muitas vezes desconheçam sua própria história e tradição. A influência da cultura branca levou os povos indígenas a perderem muitos de seus costumes e crenças e até mesmo sua cultura. Este trabalho tem como objetivo discutir o resgate da tradição Ticuna (Magüta), através das narrativas que estão no livro “NOSSO POVO” TORÜ DUÛ'ÜGÜ (2022). O livro é uma edição bilíngue (Português/Ticuna), que teve sua primeira publicação na década de 80 e contou com sua reedição revisada e ampliada em 2022, contém seis histórias tradicionais do povo Magüta, dentre elas, a do surgimento do povo Magüta, que será a narrativa principal para as discussões desenvolvidas nesse trabalho, conta-se que foi dos joelhos de Ngutapa que o YO'I e IPI nasceram, eles são os responsáveis por moldar a natureza e estabelecer as leis que regem. Este livro contou com a participação ativa das lideranças e dos anciões Magütas, que são os contadores de histórias, professores, homens, mulheres e estudantes, essas mãos que ajudaram a construir essa comida de narrativas. Dessa forma, vemos a importância que produções que respeitem os processos e construções do povo e que são protagonizadas pelos indígenas e como estas podem auxiliar no resgate de tradições e das narrativas do povo Magüta.

Palavras-chave: Povo Magüta, Narrativas tradicionais, Resgate Cultural.

(DES)OCUPAR IMAGINÁRIOS

Marcilea de Freitas
Universidade Federal da Bahia
marcilea8@hotmail.com

O presente ensaio pretende comentar e fomentar algumas questões que perpassam por diversas obras de Literatura de Autoria Indígena e que se mostram presentes na obra de dramaturgia “Tybyra: uma tragédia indígena brasileira”, do indígena potiguara João Nyn. A obra toma como base o relato feito pelo Padre Yves D'Evreux em seu “Viagem ao Norte do Brasil nos de 1613 e 1614”, que pode ser considerado o primeiro caso de homofobia contra um indígena, registrado no país. Sob o título “De um Índio, condenado à morte, que pediu o batismo antes de morrer”, o texto fala de um indígena condenado pelo crime de sodomia e que teve o corpo partido ao meio pelo tiro do canhão ao qual foi amarrado. O texto de Nyn desenvolve-se por meio de um monólogo do personagem que dá nome à obra e traz de forma ficcional o que poderia ser considerada a versão dos fatos feita pelo condenado, um indígena do povo Tupinambá. Pela perspectiva do contrateatro contra colonial reivindicado por dramaturgos indígenas o ensaio discutirá brevemente algumas questões que perpassam por Tybyra e transbordam em diversas problemáticas da atualidade.

Palavras-chave: João Nyn; Tybyra; Literatura Indígena; Teatro Indígena; Territórios do imaginário.

ARTESANIAS INDÍGENAS DE UMA ESCRITA-ABRAÇO E SEUS TRANSBORDAMENTOS

Adriana Pesca Pataxó
Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB
adriana.pescapataxo@gfe.ufsb.edu.br





A proposta em tela se trata de uma pesquisa crítica-reflexiva intitulada “Artesanias indígenas de uma escrita-abraço e seus transbordamentos”, resultante da minha pesquisa de mestrado em Ensino e Relações Étnico-raciais pela Universidade do Sul da Bahia. Está configurada por uma produção escritural em que poéticas da minha existência emanam pontos de confluência com as narrativas de escritores e escritoras indígenas em movimento, apontando para uma escrita que é estética, potente e viva. Um trabalho de desconstrução de narrativas hegemônicas – (d)aquilo que fora constituído pelo Ocidente como escrita, literatura e autoria –, trazendo perspectivas construídas pelos povos indígenas sob o olhar de uma Literatura que pulsa e que vai além das produções demarcadas por uma escrita alfabética. Conversações que fazem uma ciranda, de mãos dadas com intelectuais indígenas e suas vozes partilhadas durante o desenvolvimento de minicurso intitulado “Escritas-resistência: a multiplicidade das vozes indígenas”, e teóricos como Homi Bhabha, Grada Kilomba, Graça Graúna, Janice Thiél, Maria Inês de Almeida, Linda Tuhiwai Smith. Conceitos como autor/autoria e escritura são trazidos à discussão, especialmente focando Roland Barthes, Michel Foucault e Jaques Derrida, estendendo o diálogo para as concepções trazidas por Gilles Deleuze e Felix Guattari. Aqui também são partilhadas as experiências do referido curso de curta duração, em diálogos realizados junto a escritores e escritoras indígenas que ajudam a refletir sobre a existência de uma produção autoral indígena, principalmente por meio de uma literatura com demarcações próprias. Com o objetivo de refletir sobre os modos como os escritores e intelectuais indígenas têm conduzido seus processos de produções autorais e a relação deste, com as lutas, ativismo e memória coletiva, a intervenção realizada através de minicurso virtual, visou promover um momento de escuta e diálogo em que fosse possível fortalecer as vozes autorais dos sujeitos indígenas, ao tempo em que contribuíssem com a ampliação dos olhares dos docentes da Educação Básica, quanto às produções escritas feitas por indígenas, podendo ser uma importante ferramenta para auxiliar na produção de conhecimento a partir dos saberes dos diferentes povos. Como fruto da realização do presente trabalho, está a produção de um website, visando divulgação, fortalecimento em rede, catalogação, visibilização, circulação e ampliação no campo das produções escritas dos povos indígenas.

GUERÉM POR QUE DANÇA NA BEIRA DO RIO ASSIM? LITERATURA E RETOMADA GUERÉM

Ybypotyryá Juerana Anté Krén
ybypotyrajueranaantekren@gmail.com

Elivelton dos Santos Melo

Programa de Pós-graduação em Literatura e Cultura (UFBA)
Financiamento - CAPES

O povo Guerém, localizado no baixo sul da Bahia, no município de Valença, no contexto da colonização, foi inicialmente chamado pelos Tupi de Tapuyo/Tapuya e, posteriormente, denominado Aimoré. Os colonizadores, por sua vez, passaram a referir-se a eles como botocudos, associando-os a imagens de seres selvagens que precisavam ser catequizados ou combatidos através das Guerras Justas, o que supostamente culminou no genocídio desse povo. Apesar das versões da história contada pelo colonizador, o povo Guerém continua vivo e, no contemporâneo, tem realizado um movimento político de retomada de si através de uma literatura entoada no Tarú Angry, em cânticos presente no corpo-voz de mestres e mestras locais, em narrativas ancestrais e, sobretudo, nas páginas impressas em diferentes antologias poéticas. Nesta comunicação, pretendo apresentar essas retomadas como parte da literatura Guerém, através da produção de uma “cartografia afetiva”





(KRENAK, 2022), (ROLNIK, 1987). Para tanto, busco tensionar a maneira como os Guerém têm vivenciado uma compreensão de ambiente/natureza que rasura o que o ocidente define como natureza. Ademais, analiso como os indígenas Guerém deslocam modos alternativos de viver a terra, os rios e as matas e expressam isso em suas literaturas. Por fim, demonstra-se como esta pesquisa tem relevância crítica capaz de contribuir para os estudos sobre as literaturas contemporâneas de autoria dos povos indígenas, — até então produzidos por Truduá Dorrico (2017), Durazzo (2021), Graúna (2003), Escalante (2015), Costa (2014) —, bem como oferecer uma significativa versão da história do povo Guerém à própria história oficial que os silenciou.

A LÍNGUA-ESPÍRITO

Altaci Kokama
Universidade de Brasília
altacirubim@gmail.com

Os povos indígenas possuem concepções próprias do mundo que os cercam. Nesse sentido, apresentamos a concepção de língua-espírito dos povos originários dos continentes Abya Yala (Amazônico, Andino e Mesoamericano). A proposta de uma nova concepção de língua, enquanto língua espírito, distingue-se das concepções ocidentais de línguas, e não pode ser entendida como uma concepção religiosa das línguas indígenas. Ao contrário, a concepção de espírito está relacionada à ancestralidade dos povos voltadas às experiências locais de retomadas, revitalização, vitalização e fortalecimento das línguas indígenas. A Década das Línguas é o tempo em que os espíritos de nossos ancestrais encontram apoio para convocar os povos indígenas, governantes, líderes, instituições governamentais e não governamentais do mundo para caminharem juntos, com vistas ao fortalecimento das línguas indígenas do nosso planeta. É, pois, um momento histórico para a diversidade linguística do mundo. É um tempo que os espíritos das línguas e os ancestrais dos povos indígenas usam os sons do maracá, dos cantos dos rituais, dos ventos, das aves, dos animais, de todos os instrumentos xamânicos, com a intenção de pedir socorro para frear as ações que causam a morte do planeta terra. Ações de queimadas, de poluição, de contaminações, de eventos extremos como secas, chuvas torrenciais produzindo cheias dos rios e desmoronamentos, avalanches, degelos, aquecimento global, entre outros, desequilibram e ameaçam a biodiversidade do planeta. O resultado da pesquisa realizada com a língua-espírito nos faz refletir sobre a importância das narrativas indígenas para o fortalecimento das epistemologias indígenas para o bem viver de todos.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 15 - REDE DE SABERES, FAZERES E MEMÓRIAS ANCESTRAIS: O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS, MATERIAIS PEDAGÓGICOS E METODOLOGIAS INTERCULTURAIS CRÍTICAS

Coordenação:

Thelma Lima da Cunha Ramos - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia/Campus Salvador

Edson Machado de Brito (Edson Kayapó) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia/Campus Porto Seguro

Marcelo Aranda Stortti – UNIRIO/ CEFET-RJ/ GEASUR

Resumo do Simpósio Temático: O objetivo deste simpósio visa discutir o uso das tecnologias digitais, a produção e aplicação de materiais pedagógicos e metodologias "outras" na construção da educação intercultural crítica e dialógica (FREIRE, 1987, CANDAU, 2008, WALSH, 2009) em articulação a rede de saberes, fazeres e memórias ancestrais (MUNDURUKU, 2019), nos processos pedagógicos em contexto cultural indígena e não-indígena. Desta forma, esta proposta possibilita a inclusão e difusão dos saberes educativos interculturais, diferenciados e comunitários, tendo em vista as interseccionalidades (AKOTIRENE 2021) dos povos originários. Tem a preocupação em contribuir para o fortalecimento da memória e tradição ancestral possibilitando o enfrentamento do racismo e preconceito na educação com a mediação das tecnologias digitais (KENSKI, 2012). E busca o rompimento com o silenciamento dessas culturas na sala de aula, possibilitando a implementação da Lei 11.645/2008 para o estudo da história e cultura dos povos indígenas, para a valorização da diversidade sociocultural brasileira.



ANÁLISE DOS CURSOS COM TEMÁTICAS INDÍGENAS NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS DO CEFET-RJ

Flavia Meireles

CEFET-RJ

Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER)

flavia.meireles@cefet-rj.br

Tendo o desafio de tratar das temáticas e cosmologias indígenas em âmbito acadêmico e em contexto não-indígena, desde 2021, tenho oferecido disciplinas no Programa de Relações Étnico-raciais do Cefet-RJ, a nível de mestrado, na cidade do Rio de Janeiro. A fim de aproximar o ensino/aprendizagem das múltiplas redes de saberes, com especial atenção às comunidades, intelectualidades e protagonismos indígenas e às redes não integradas ao mundo acadêmico, realizei, até o momento, parcerias com a aldeia em contexto urbano situada no Maracanã, que acompanho desde 2012, e com contexto internacional da Universidade Leuphana, na Alemanha. Na disciplina oferecida em 2023 intitulada “Perdidos na tradução - desfazendo métodos para a pesquisa entre Arte, Ativismo e Territórios” e co-ministrada por mim e pelo prof. Christoph Brunner, lançamos mão dos recursos digitais por meio de aulas presenciais e híbridas (via plataforma Zoom e presencialmente com as turmas no Rio de Janeiro e em Luneburg) e através da plataforma Collaboard, permitindo a inserção coletiva de imagens, textos e vídeos em tempo real. Tal curso pretendeu desenvolver pesquisa ancorada na experimentação do ativismo e da arte e em contexto interdisciplinar e translocal e dentre os temas abordados estiveram os modos de criar vínculos, coletividades e alianças; colonialismo/colonialidade; plantation e extrativismo, racismo antinegro e anti-indígena; racismo ambiental, etno/genocídio, indígenas artes e artes pretas, tradição radical preta e pensamento indígena, entre outros. Em 2024, ministrei o curso “Retornar à terra: cosmo-sentidos das artes indígenas, negras e afropindorâmicas” e alguns dos temas foram corpo-território; ecologia decolonial, eco/etnocídio; antropoceno branco; disputas epistêmicas contra/anti/decoloniais; plantas-mestras, rios-avôs e seres criativos da floresta; visualidade e ativismo visual na pesquisa, entre outros. Com esses cursos, meu objetivo é fomentar a temática e presença indígenas na pós-graduação que dedique espaço para a memória ancestral e conhecimentos e saberes indígenas, orientados por uma educação antirracista e contra-colonial. Além disso, articulo conhecimentos pretos e indígenas, ambos alvos do embranquecimento e da subordinação pelo povo da mercadoria (Kopenawa, Albert, 2019). Tal comunicação visa abordar os dois cursos conjuntamente a fim de perscrutar potencialidades, limitações e usos críticos de ferramentas não acadêmicas e do ambiente digital, avançando na implementação da lei 11.645/08 em nível de pós-graduação.

POR UMA TERRA SEM MAL: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E OS DESAFIOS DOS GUARANIS DA ALDEIA MATA VERDE (TEKOA KA'AGUY HOVY PORÃ) NO MUNICÍPIO DE MARICÁ/RJ

Damires dos Santos França (IFCS/UFRJ)

damiresifcs@gmail.com

Marcelo Aranda Stortti (GEASUR/UNIRIO)

marcelostortti@gmail.com





A cultura dos diversos povos guaranis presentes no Brasil é constituída, segundo Helene Clastres, pela crença na existência real de uma “Terra sem Mal”, isto é, poderosa que não deixa ninguém morrer e é auto suficiente e por isso sua necessidade em encontrá-la em vida. O Estado do Rio de Janeiro possui 3 Terras Indígenas guaranis demarcadas e outras 3 aldeias Guarani e uma Pataxó que aguardam demarcação. Dessas, uma que mais tem sofrido com disputas pela posse e domínio de suas terras indígenas (TI) é da Aldeia Tekoa Mbo“yty. Esse grupo, tem vivenciado conflitos com a população não-indígena desde que tentaram edificar uma TI em Camboinha/Niterói. Depois de sofrerem com essa perseguição, transformou-se em um esforço encontrar um lugar que garantisse condições necessárias para a proteção da cultura guarani. A aldeia, após acordos com a FUNAI e com a prefeitura de Maricá, se restabeleceu na área de Proteção ambiental cujo território de restinga é constituído por lagunas e a Mata Atlântica, composta por ricas fauna e flora. No entanto, mais uma vez, passou a sofrer com o conflito ambiental e territorial desta vez, ligado a um investimento imobiliário estrangeiro que ambiciona a construção de um do complexo comercial e turístico numa área de 840 hectares que a aldeia não tinha conhecimento. Este empreendimento nomeado MARAEY, em alusão ao Yvy Mara Ey, ou seja, A Terra sem Mal dos guaranis utilizada como propaganda em seu site oficial, consta no site Portal de Investimentos do Ministério do Turismo com licenças ambientais prévias emitidas pelo INEA e com apoio dos governos estadual e municipal. Apesar da enorme disparidade de poder no conflito, movimentos ambientalistas como o Movimento Pró-restinga têm apoiado as ações de enfrentamento da aldeia guarani muito preocupados com os impactos socioambientais na região que não são considerados pelo projeto. Os indígenas da aldeia têm mantido ativas as estratégias de paralisação das obras do empreendimento porque temem perder seu território que é fundamental para a conservação de sua cultura e identidade guarani.

CONSTRUINDO PONTES ENTRE CONHECIMENTOS: EDUCAÇÃO, MEMÓRIAS E SABERES ECOLÓGICOS INDÍGENAS NA PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE FLUVIAL DA BAHIA COM AS TECNOLOGIAS DIGITAIS E MUSEUS

Wesley Santos
IFBA
wesley.santos@ifba.edu.br

Wesley da Silva dos Santos

Roger Vitor Lima Brasil
20202310008@ifba.edu.br

Orientadora: Thelma Lima da Cunha Ramos

A intersecção entre educação, memórias e saberes ecológicos indígenas surge como narrativa essencial na preservação da biodiversidade. As comunidades indígenas desenvolvem o conhecimento como guardiãs do meio ambiente, transmitindo conhecimentos ancestrais às gerações futuras. A educação dialógica neste contexto transcende as fronteiras educacionais, para desmistificar a imagem eurocêntrica da sabedoria do conhecimento ambiental indígena acumulado ao longo dos séculos. O objetivo deste estudo é reconhecer a contribuição da diversidade do conhecimento ecológico indígena em conjunto com a memória ancestral sobre os ecossistemas fluviais, na Bahia, para a construção de uma educação dialógica e ambiental numa perspectiva intercultural crítica. A pesquisa é de perspectiva qualitativa com estudo bibliográfico baseado em pesquisas mapeadas





sobre o tema em estudo para divulgação no acervo do Centro Digital Kijemi de Educação para a Diversidade Étnico-Cultural. Destacamos que as memórias coletivas de Diversidade Étnico-Cultural. Enfatizamos que as memórias coletivas das comunidades étnicas são tesouros culturais que proporcionam múltiplas experiências para a compreensão da ecologia local. Estas memórias não só preservam tradições, mas também albergam um conjunto de conhecimentos sobre plantas medicinais, práticas agrícolas sustentáveis, conservação da água e a interligação entre o homem e a natureza. Essas memórias são transmitidas por meio de processos educativos tradicionais, como narrativas orais e práticas vivenciais ambientais. Assim, é necessário reconhecer que o conhecimento ecológico indígena desempenha um papel vital na conservação da biodiversidade, com profundo conhecimento dos ecossistemas fluviais baianos, atuando como guardiões dos rios, das florestas e da fauna baiana.

Palavras-chave: Conhecimento ecológico indígena, Educação dialógica, Memórias étnicas ancestrais.

PRÁTICAS EDUCATIVAS DIGITAIS: SABERES E FAZERES INDÍGENAS NA SALA DE AULA

Angelito Chagas de Almeida Alves

IFBA

chagasangelito@gmail.com

Thelma Lima da Cunha Ramos (orientadora)

IFBA

thelma.ramos@ifba.edu.br

Esta pesquisa propõe a criação de uma plataforma digital interativa que permita a troca de conhecimentos e experiências entre os povos originários e os alunos e uma grade de ensino inclusiva para centros educacionais geograficamente próximos a áreas influenciadas pelos povos originários do Brasil. Tal plataforma poderia oferecer ferramentas de aprendizado interativo, como jogos educativos e quizzes, que permitiriam aos alunos aprender de forma lúdica e envolvente. Estes jogos poderiam ser desenvolvidos em colaboração com os povos originários, garantindo a autenticidade e precisão do conteúdo. Realização de videoconferências e workshops online com representantes indígenas. Estes eventos permitiriam aos alunos interagir diretamente com os povos originários, fazendo perguntas e aprendendo em primeira mão sobre suas culturas e tradições. Implementação de um programa de intercâmbio cultural, no qual alunos de diferentes regiões do Brasil poderiam visitar comunidades indígenas e quilombolas, vivenciando de perto suas culturas e modos de vida. Por fim, propõe a criação de um banco de dados online com materiais didáticos e recursos pedagógicos relacionados às culturas dos povos originários do Brasil. Este banco de dados seria uma valiosa ferramenta para professores e educadores, auxiliando-os na elaboração de aulas e atividades que valorizem e respeitem a diversidade cultural do Brasil.

O RESGATE CULTURAL DAS BRINCADEIRAS POPULARES COM O USO DA PETECA RECICLADA: MEMÓRIAS, INTERCULTURALIDADE E FORMAÇÃO SUSTENTÁVEL

Angelica de Almeida Pereira





UFRR

angelica.almeida@ufrr.br

A necessidade de abordar o tema surgiu analisando a temática da feira de ciências do CAp 2023 “Ciência básica para o desenvolvimento sustentável” e alinhado a proposta da construção coletiva sobre o objeto de conhecimento Brincadeiras e Jogos Populares para o 3º Bimestre nas aulas de Educação Física com o objetivo promover ações interculturais e o resgate das brincadeiras populares através da confecção do brinquedo com materiais recicláveis selecionados através da coleta seletiva e a utilização de produtos biodegradáveis que se encontram na natureza. O trabalho foi realizado com os alunos do 8º ano do Ensino Fundamental Anos Finais do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima, onde um grupo de alunas escolheu a brincadeira peteca de origem indígena, que na língua TUPÍ significa esbofetear, golpear com a mão espalmada. A metodologia traçada foi a pesquisa qualitativa participante onde o grupo da brincadeira Peteca fez uma análise de conteúdo do referencial teórico e alinou a confecção da peteca com alguns objetivos do desenvolvimento sustentável como: a ODS 3 Saúde e bem-estar, ODS 10 Redução das desigualdades e a ODS 12 Consumo e produção responsáveis. Entre os materiais recicláveis selecionados estão palhas de milho, napas, cordões e outros, além da utilização de produtos biodegradáveis: areia, couro e penas de animais. Na fase de execução da brincadeira peteca foi explorado a interculturalidade com práticas que estimularam a interação, compreensão e o respeito entre as diferentes culturas e grupos sociais existentes na turma do 8º ano. Nos resultados do projeto foi percebido uma aproximação com o conceito de interculturalidade, por meio da peteca de origem indígena, e o resgate das memórias culturais além do conceito de sustentabilidade, como a capacidade de uso consciente dos recursos naturais sem comprometer o bem-estar das gerações futuras. O projeto proporcionou o conhecimento e subsídios para nortear as práticas educativas do Profissional de Educação Física no ambiente escolar, cujas ações envolveram a utilização do objeto de conhecimento Brincadeiras e Jogos Populares de forma a oportunizar o conhecimento da cultura de um povo e aprimorar o acervo cultural que vai permitir aos alunos o desenvolvimento de posturas e memórias sustentáveis.

SABERES TRADICIONAIS E IDENTIDADES NO PROCESSO EDUCATIVO INDÍGENA DOS SATERÉ-MAWÉ

Elder Tanio Gomes de Almeida

Secretaria Municipal de Educação –SEMED/Manaus

elder.tanio@gmail.com

A partir do diálogo com professores indígenas na cidade de Maués-AM, nasceu a inquietação para discutirmos sobre os saberes Sateré-Mawé em seu processo educativo contemporâneo. Objetivou-se refletir o papel de um artefato sagrado e rituais como parte da identidade desse povo. Estas culturas possuem em suas identidades culturais a presença das crenças e práticas relacionadas ao modo de vida que é uma construção histórica em formação. A valorização dos saberes tradicionais é uma realidade dentro dessa complexa diversidade indígena. Isto se constituiu como reflexão para a luta e resistência da educação indígena em diversos clãs Sateré-Mawé. Inventores da cultura do guaraná em suas aldeias firmam sua própria educação pela língua materna, artefatos sagrados e ritos a partir de suas memórias, ancestralidade e hábitos. Nas escolas localizadas nos Rio Maraú e Rio Manjuru, as aulas são ministradas por professores indígenas e alguns saberes estão aos poucos esquecidos e praticados somente em eventos abertos para a população geral em datas comemorativas do calendário nacional. O porantin ou remo sagrado que é um artefato que guarda a origem do povo





Sateré-Mawé pode ser ensinado de modo oral nas escolas indígenas e aos poucos esses saberes contidos no porantim e o significado de seus símbolos estão se perdendo, pois há dificuldades em realizar uma exegese das formas geométricas esculpidas nesse objeto de madeira em virtude da morte das lideranças religiosas que os guardavam. Ser estudante indígena nesses territórios, é um desafio para educação específica, apesar de algumas conquistas dos movimentos indígenas, há falta de estrutura física e material de apoio e isto é uma realidade entre os clãs amazônicos. Estas reflexões poderão contribuir para novas discussões sobre os processos educativos realizados entre os povos Sateré-Mawé com interface para a educação escolar a partir das referências culturais da região, pois o corpo indígena na atualidade pode ser visto como uma construção histórica, contemporânea e social que foi condicionado por muito tempo ao modelo de colonização. As sociedades indígenas estão em modificação e em consequência o surgimento de novas identidades que poderão impactar na formação dos professores indígenas. Esse saber tradicional, traz o entendimento sobre as crenças e práticas relacionado a educação indígena utilizando artefato religioso como referência que permitirá construir discernimentos sobre as tendências e rupturas na identidade no passado e presente que estão conectados as percepções atuais sobre educação indígena. Na região amazônica algumas escolas, valorizam mais os conhecimentos de países do hemisfério norte e pouco a diversidade que há nos saberes tradicionais. A valorização dos saberes indígenas sul-americanos está caminhando nesta perspectiva decolonial e precisa ser aprofundado como conceito emergente e muito usado na atualidade e que poderá ser utilizado como modelo de educação nacional e não somente restrito há escolas indígenas com interface na educação escolar indígena como parte de um saber tradicional.

A EDUCAÇÃO QUE AJUDA A SEGURAR O CÉU: ENSINO DE HISTÓRIAS E CULTURAS INDÍGENAS EM UMA ESCOLA ESTADUAL EM BARCELOS

Rodolfo Santos Nunes

Mestrando do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas - (PPGICH-UEA)

Sob orientação da Professora Doutora Cristiane da Silveira, da Universidade Estadual do Amazonas (UEA)

Bolsista pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas - (FAPEAM)

rsn.mic23@uea.edu.br

O objetivo principal deste artigo é discutir e refletir sobre práticas decoloniais e interculturais para o ensino de histórias e culturas indígenas na educação básica. O estudo foi realizado a partir das experiências do autor enquanto professor da Secretaria de Educação e Desporto do Estado do Amazonas (SEDUC/AM) no município de Barcelos/AM, em confluência com estudos e pesquisa como mestrando do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Ao longo deste trabalho buscaremos relatar e analisar algumas práticas de ensino desenvolvidas ao longo do trabalho docente, discutindo o papel das epistemologias indígenas nas obras de Krenak (2020) e Davi Kopenawa (2019) enquanto fundamentação teórica para o ensino de histórias e culturas indígenas e também como objeto de conhecimento a ser trabalhado com os discentes. Considerando a lei 11.654/08 que determina a obrigatoriedade do ensino de história e cultura dos povos indígenas, e a importância dos povos originários, seus saberes, cosmologias e práticas ancestrais no atual contexto das crises socioclimáticas causadas pela expansão do capitalismo colonizador, se faz necessária uma educação voltada para o respeito à diversidade e para as relações étnico-raciais, que possa ainda, abarcar diferentes identidades, já que vivemos em um Estado pluriétnico. Assim, situamos a “Educação que





Ajuda a Segurar o Céu” em contraposição ao modelo de educação colonizador e monocultural que atua para a homogeneização dos sujeitos e dos modos existência, promovendo o contato dos estudantes com outros conhecimentos que carregam diferentes formas de ver, pensar, ser e estar no mundo, de se relacionar com o outro e com a natureza. Por este caminho, destacamos ainda o protagonismo dos próprios estudantes ao realizar ações de intervenção na escola, promovendo o respeito e valorização aos povos indígenas, suas culturas e a luta contra os problemas socioclimáticos. Dessa forma, ao desenvolver práticas de ensino decoloniais e interculturais em histórias e culturas indígenas, contribuimos para a transformação das relações entre os diferentes povos e culturas, enfrentando a colonialidade e promovendo ainda as lutas pela preservação do meio ambiente e contra as mudanças climáticas, de forma a ajudar a evitar a queda do céu (KOPENAWA, 2019) e construir caminhos para a cultura do Bem-Viver (KRENAK, 2020).

SEHAY POT’I SATERÉ-MAWÉ: A EDUCAÇÃO NO “ESPAÇO DE ESTUDO DA LÍNGUA MATERNA E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS INDÍGENAS NUSOKEN I”

Ariane Coelho dos Santos
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
arianecastellano@gmail.com

Fabiane Maia Garcia

A pesquisa analisou as interfaces históricas, legais e conceituais a partir das quais se constitui a política educacional para do povo Sateré-Mawé do Espaço Nusoken I, no Município de Manaus. O Espaço está localizado no bairro Redenção, zona centro-oeste da área urbana do Município de Manaus, com a perspectiva de trabalhar a aprendizagem bilíngue, destinando-se à transmissão de conhecimento tradicional, pautado na afirmação, valorização e fortalecimento da língua materna e identidade cultural. Metodologicamente, o estudo se ancora em uma perspectiva teórica qualitativa, a partir de pesquisas bibliográfica e documental, com base no enfoque materialista histórico. Foram selecionados marcos legais, livros, dissertação, que trouxeram informações sobre a existência e efetivação da política educacional para a educação escolar indígena nas esferas governamentais. Por fim, trabalhamos com a análise dos documentos legais do Município de Manaus que são a base da Educação Escolar Indígena em Manaus e para os Espaços de Estudo da Língua Materna e Conhecimento Tradicionais Indígena. Os dados apontam que o Espaço de Estudo se tornou uma Rede de Influências no território urbano do Município de Manaus, através de suas atividades culturais aberta ao público e ao receber a comunidade ao seu entorno. O Espaço Nusoken I consegue trabalhar a Educação Escolar Indígena, apesar de se configurar como uma sala anexa e não se constituir como parte da educação escolar indígena, alcança seus objetivos, contudo é preciso questionar a política pública municipal de Manaus para que sejam viabilizados alguns anseios e necessidades atuais que o Espaço necessita. Desse modo, o Espaço se consolida porque resiste, como um ambiente de compartilhamento de conhecimento para que as crianças que lá estudam percebam a força e a importância de estarem conhecendo sua ancestralidade e a essência do seu povo. Palavras-chave: Educação Indígena. Comunidade Waikuru I. Espaço Nusoken. Políticas Educacionais.

A CONSTRUÇÃO DO DICIONÁRIO MULTIMÍDIA TAUREPANG (KARÍB)





Ana Carolina Ferreira Alves
Universidade Federal do Amazonas
carolfalves@ufam.edu.br

Pertencente à família linguística Karíb, o Taurepang é falado na região fronteiriça entre o Brasil, a Venezuela e a Guiana Inglesa. A variedade brasileira é representada por cerca de 2.750 pessoas (Dicionário Taurepang, 2023). Este trabalho se propõe a apresentar o Dicionário Digital Multimídia da Língua Taurepang, desde o seu processo de elaboração até o seu estágio de uso atual. Os Objetivos do projeto foram, de um lado, elaborar um dicionário digital cujos verbetes fossem compostos pela entrada principal, exemplos, além de mídias de áudio, imagens e/ou vídeos para ilustrar o item lexical. De outro lado, também compõe esse objetivo a realização de treinamento em técnicas básicas de documentação linguística ao povo interessado. Neste sentido, a documentação da língua para a elaboração do dicionário foi realizada a partir de um processo colaborativo em que pesquisadores indígenas participaram ativamente no planejamento, seleção dos campos semântico-lexicais bem como na obtenção do conteúdo compilado. O dicionário encontra-se hospedado em uma plataforma digital específica e pode ser acessado online ou offline. Ele constitui um dos 15 dicionários que estão ligados ao projeto guarda-chuva, “Salvaguarda do Patrimônio Linguístico e Cultural de Povos Indígenas Transfronteiriços e de Recente Contato na Amazônia Legal”, o qual é promovido pelo Museu do Índio (FUNAI). No estágio em que se encontra, o dicionário conta com o total de 1.439 entradas lexicais. Ressalta-se que ele é visto como uma ferramenta escolar, mas que, para além disso, vem possibilitando aos Taurepang a reflexão sobre a própria língua materna. Como forma de aprimoramento, a ideia é que os próprios usuários possam dar prosseguimento à inserção de novos vocábulos, com seus exemplos e mídias. Espera-se que as escolas indígenas taurepang possam se apropriar do dicionário, como um apoio pedagógico significativo ao processo de ensino-aprendizagem, assim como que as comunidades taurepang interessadas no fortalecimento e na valorização da própria língua possam mantê-lo atualizado.

PRÁTICAS E RELAÇÕES NATURAIS INDÍGENAS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA PARA A CONCEPÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL ANCESTRAL CRÍTICA

Marcio Ferreira Mundim - MUNDIM, M. F.
UniRio UFRJ
mundimm@gmail.com

Marcelo Aranda Stortti - MA STORTTI

Os saberes, conhecimentos e relações ancestrais dos indígenas com a natureza precisam ser mais valorizados e pesquisados antes que sejam aniquilados pelo colonialismo hegemônico do homem branco e se percam no tempo.

Este artigo está inserido nas pesquisas do tipo Estado da Arte, adotando a pesquisa qualitativa, valendo-se da análise de conteúdo como metodologia de investigação, visando identificar as percepções dos sujeitos das pesquisas em Educação Ambiental referentes ao tema populações indígenas no contexto da Educação Formal, entre 2020 e 2021.

Avaliamos a pertinência dos trabalhos em relação aos nossos objetivos de pesquisa, procurando detectar, inicialmente, alguma discussão da temática indígena no âmbito da educação ambiental. O material documental aqui apresentado pode elucidar muitas questões sobre esse tema a partir dos





primeiros registros do processo colonizatório dos séculos XV e XVI até o momento presente. Essas questões e pressupostos poderão contribuir para a construção de uma pedagogia ambiental histórico-crítica revolucionária onde as práticas e saberes ancestrais indígenas da floresta sejam referendados e estabelecidos como critérios pedagógico-culturais contemporâneos e essenciais. Dessa forma, é possível concluir que apenas uma conscientização planetária reflexivamente crítica, ancestral e libertadora pode reverter este quadro de devastação e declínio.

SOBRE TERRAS INDÍGENAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O QUE PENSAM OS ESTUDANTES DO 3º ANO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE NOVA IGUAÇU, RJ.

Marcelo Stortti

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

marcelostortti@gmail.com

As Terras Indígenas (TI) e as Unidades de Conservação (UCs) são áreas protegidas importantes pela diversidade sociobiológica e para a conservação na natureza. As pesquisas sobre a percepção em relação às Terras Indígenas são poucas se comparadas com as relacionadas a UCs que têm crescido nos últimos anos quanto à diversidade dos grupos sociais. Observamos que existem poucas investigações sobre os estudantes, principalmente da escola básica. Por esse motivo, escolhemos esse tema para essa investigação enfatizando os estudantes de uma escola na região da Ilha do Governador, Rio de Janeiro (RJ). O objetivo dessa pesquisa é analisar as percepções dos estudantes do 3º ano de uma escola pública de Nova Iguaçu, RJ, sobre as Terras Indígenas e as UC. A abordagem metodológica utilizada foi a partir de uma breve revisão da literatura sobre o tema das percepções das Terras Indígenas e as UCs. O referencial teórico utilizado contou com diversos autores, como: Paulo Freire; Philippe Layrargues; Gustavo Lima; Lucie Sauvé; Joan Alíer. Aplicamos um questionário com 10 perguntas, divididas em 2 blocos, respondido por 39 alunos, não identificando seus nomes. Neste texto, analisaremos a partir do método de Análise de Conteúdos de Laurence Bardin. Entre as respostas obtidas, as palavras que mais apareceram foram “Natureza”, “Conservação” e “Proteção”. A partir desses termos podemos identificar que esses estudantes apresentaram uma visão conservacionista. Outras pesquisas para UCs também identificaram essa mesma tendência entre os estudantes, menos para as Terras Indígenas. Identificamos que um grupo de estudantes responderam “nada”, “não sei” e “nenhuma” representando um desconhecimento total sobre o que seria uma TI, sendo também constatado nos trabalhos para as UCs. Ressaltamos que mais pesquisas relacionadas à percepção ambiental sobre as TI e UCs devem ser feitas com outros estudantes e destacamos que mais projetos de Educação Ambiental crítica e de Base comunitária em diálogo com indígenas podem ser feitas, contribuindo para a construção dos inéditos viáveis de Paulo Freire.

A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DAS TDICs NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Thelma Lima da Cunha Ramos

Instituto Federal de Educação da Bahia

PGEDA/Rede EducaNorte

tlcramos.ifba@gmail.com

Carolina Brandão Gonçalves





Universidade Estadual do Amazonas
cbgoncalves@uea.edu.br

O presente texto propõe analisar o desafio da dimensão pedagógica das tecnologias digitais de informação e comunicação no fortalecimento dos saberes e fazeres da tradição e memória na educação escolar indígena, em especial do Povo Sateré-Mawé. O percurso metodológico deste estudo é de cunho qualitativo, por meio da pesquisa exploratória e com uso de fontes documentais para aprofundamento do contexto da pesquisa, em uma escola indígena do Povo Sateré-Mawé. Entende-se que as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs) emergem com a expansão do uso da Internet, em particular nas sociedades urbanas. No entanto, muitos parecem estar distante do acesso ao mundo virtual e por incrível que pareça ainda no século XXI, alguns grupos étnicos são invisibilizados nas redes digitais. Vêm-se limitados em suas capacidades de exercer sua plena cidadania e direitos humanos respeitados e efetivados. A partir das mudanças na política internacional e as reivindicações das organizações indígenas, o Brasil passou a reconhecer a sua pluralidade cultural como a dos povos indígenas e começou a criar legislações, entre outras, políticas educacionais garantindo os direitos desses povos a partir da Constituição Federal de 1988. Como resultado das mobilizações dos movimentos sociais indígenas e indigenistas, o Ministério da Educação estabeleceu uma política nacional, rompendo com o modelo de catequização e integração dos indígenas, com diretrizes de garantia para uma educação específica, diferenciada, bilíngue/multilíngue, intercultural e comunitária, com destaque para o acesso dos conhecimentos científicos e tecnológicos. Com o avanço tecnológico a virtualidade torna-se cada vez mais intensa, e com isso são criadas as redes de comunicação digitais onde as pessoas se articulam e trocam as informações em constante evolução (Kenski, 2012; Castells, 1999). Nesse processo evolutivo com as TDICs, é preciso reconhecer a relação indissociável entre as tecnologias e a educação, para que os conhecimentos sejam de fato compreendidos no processo de aprendizagem. Apostar em uma Educação dialógica (Freire, 2005) é fundamental para o ensino aprendizagem, a partir das tecnologias atuais, surgem novos desafios que buscam ampliar a dimensão pedagógica nos espaços educativos (Kenski, 2012) dos quais destacamos a importância de pensar as escolas indígenas, em especial do povo Sateré-Mawé no contexto de uma sociedade conectada, onde se possa fortalecer a diversidade cultural desses povos.

A PEDRA DA ALDEIA: ENCONTROS, SONHOS E TRANSFORMAÇÕES AMERÍNDIAS NA REGIÃO DAS GUIANAS

Carlos Machado Dias Jr.
UFAM, VolkswagenStiftung
carlosmdiasjr@gmail.com

Proponho explorar a interação entre o conhecimento acadêmico e a sabedoria indígena através do encontro enigmático de um Pote de Pedra por um jovem professor indígena Waiwai e sua esposa nas margens do rio Jatapuzinho. A reflexão aborda a importância cultural e histórica do artefato, destacando sua capacidade de conectar passado, presente e futuro. Utilizando os conceitos de "cosmopolítica" (Stangers, 2007) e "novo historicismo" (Greemblat, 1991), analiso como o artefato transcende sua materialidade, sendo incorporado às práticas diárias e aos sonhos do professor, refletindo uma renovação contínua dos valores e tradições de seu mundo. Este estudo ressalta a dinâmica cultural e a resiliência das comunidades indígenas em manter viva sua cosmologia e história ancestral. Além disso, o artigo discute a crítica indígena ao etnocentrismo eurocêntrico, desafiando as





narrativas predominantes na historiografia e nas ciências sociais que subestimam a complexidade e sofisticação das culturas indígenas. O Pote de Pedra não é apenas um objeto arqueológico, mas um símbolo de resistência cultural e uma ponte entre tempos e espaços. Através de diálogos com o professor Kanhera e dois pesquisadores Waiwai, o artigo revela a profundidade espiritual e a importância cultural do artefato, sublinhando a necessidade de uma reavaliação das narrativas históricas e a valorização das contribuições indígenas ao pensamento social. Este exercício visa não apenas contribuir para a academia, mas, sobretudo, fortalecer a resiliência dos Waiwai em enfrentar ameaças à sua própria história, aos seus territórios e modos de vida, promovendo um diálogo autêntico e enriquecedor que conecta passado, presente e futuro.

RCNEI - CAMINHO ENTRE CAMINHOS: UMA PROPOSTA INTERCULTURAL CRÍTICA E TRANSDISCIPLINAR PARA AS AULAS DA ESCOLA INDÍGENA

Bruno Cezar Rocha da Silva

Universidade Federal do Amazonas – UFAM, sem financiamento

Núcleo de Estudos e Pesquisas de Povos e Comunidades Tradicionais na Pan-Amazônia – NEPEPAM
brunnocrocha@gmail.com

Profa. Dra. Jonise Nunes Santos

O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI – (1998), promove uma educação diferenciada, específica, comunitária, intercultural e bilíngue, valorizando saberes indígenas. Porém, apresenta limitações na interpretação e aplicação, motivando a pesquisa para demonstrar como o RCNEI se concretiza na práxis da sala de aula. Este trabalho apresenta um novo olhar para o RCNEI, como “caminho entre caminhos”, ou seja, estratégias que permitem aos professores indígenas adaptarem diretrizes às suas necessidades, integrando a cosmovisão indígena. A metodologia é qualitativa e de pesquisa-ação, fundamentada na análise crítica do RCNEI e aplicação prática em sala. A pesquisa foi realizada com alunos não indígenas do curso de pedagogia da UFAM, na disciplina “Educação Indígena I”, propondo atividades que enfatizassem práticas pedagógicas, baseadas em contextos culturais dos povos, com uma perspectiva de interculturalidade crítica, incorporando saberes ancestrais indígenas, oralidade, educação e meio ambiente. Revisitaram-se conhecimentos de autoria indígena, reflexões sobre território e espaços para aprender brincando, dentro da tradição oral e da memória. As atividades envolvem leitura e/ou escuta de histórias tradicionais e desenhos em cartolina, conforme especificidades das comunidades, promovendo a expressão cultural e a reflexão crítica. Resultados preliminares, baseados na avaliação e relatos dos discentes, indicam que a integração dos princípios do RCNEI no currículo, quando adaptados flexivelmente, enriquece o processo educativo, fortalece a identidade cultural dos estudantes indígenas e amplia o conhecimento dos não indígenas. Os relatos indicam que atividades como desenho e narração de histórias tradicionais promovem a interação, o diálogo intercultural crítico e a valorização das tradições indígenas, além de permitir a transdisciplinaridade. Reafirmamos a abordagem pedagógica que celebre a diversidade cultural do ser indígena.

JUVENTUDE INDÍGENA KAXARARI: EXPERIÊNCIAS, VIVÊNCIAS E TECNOLOGIAS DIGITAIS

João Bosco Salles da Silva Júnior

Mestrando PPGG- Universidade Federal de Rondônia – UNIR/RO





joaoboscosalles12@gmail.com

Suane do Nascimento Saraiva
Mestranda PPGG-Universidade Federal de Rondônia – UNIR/RO
suanesaraivageo@gmail.com

Paulo Eduardo Braz dos Santos
Mestrando PPGG-Universidade Federal de Rondônia – UNIR/RO
peds.geo@gmail.com

Adaildo Tapeoci de Barros
Mestrando PPGG - Universidade Federal de Rondônia – UNIR/RO
adaildobarros_zinho@hotmail.com

Clodoaldo Centurión Gambarra
Mestrando PPGG Universidade Federal de Rondônia – UNIR/RO
clodoaldocenturiongambarra@gmail.com

Maria das Graças Silva Nascimento Silva
Professora Dra. do Departamento de Geografia e Programa de Mestrado e Doutorado em Geografia
da Universidade Federal de Rondônia – Unir/RO
mgsnsilva@unir.br

O trabalho procura evidenciar o relato de experiências da Juventude Indígena Kaibú Kaxarari, por ocasião da realização do I Encontro da Juventude Kaxarari realizado no período de 29 a 31 de maio de 2024 na aldeia Barrinha da Terra Indígena Kaxarari. Na atual conjuntura o debate sobre as questões ambientais está mais evidente, as variações climáticas estão condizentes com os rumos da ação antrópica sobre os recursos naturais em prol de um avanço tecnológico globalizado e capitalista. São fatores que abalam e afetam a vida de milhares de pessoas, principalmente as que estão em condições de maior vulnerabilidade social. Nesse contexto é emergente a mudança de paradigmas sobre o que a natureza de fato representa para os seres vivos do planeta e como já dizia a liderança indígena Ailton Krenak “é preciso adiar o fim do mundo”. Os olhares se voltam nessa perspectiva aos modos de vida das populações originárias como os principais articuladores a minimizar os impactos provocados pela devastação ambiental. Às novas tecnologias precisam ser articuladas a favor da educação e da preservação ambiental. Na perspectiva do protagonismo da juventude indígena com o uso e domínio destas ferramentas, a pesquisa partiu da premissa de trabalhar com a juventude do coletivo Kaxarari da Amazônia. A metodologia utilizada é o relato de experiências a partir das temáticas abordadas como: racismo ambiental, justiça climática, educação e tecnologias digitais. Outros instrumentos metodológicos utilizados foram: mapas mentais, roda de conversa, etnografia, observação participante e prática de uso do Drone. Os resultados prévios evidenciam que a apropriação das ferramentas digitais pela juventude indígena Kaxarari, como as tecnologias de comunicação (celulares, redes sociais) e as geotecnologias (GPS, aplicativos, drones) são efetivos no combate à degradação do ambiente amazônico. Em relação a educação, a internet possibilita o fortalecimento de saberes, conhecimento, divulgação e preservação de suas culturas. O monitoramento dos territórios a partir dos próprios indígenas garante a preservação ambiental bem como a defesa de suas terras, além de denunciar os crimes ambientais. O direito à terra e a vida, é condição indissociável para as sociedades indígenas e as novas tecnologias podem ser aliadas na luta, conhecimento, resistência cultural, defesa e manutenção de seus territórios.





EPISTEMOLOGIAS INDÍGENAS PARA RETERRITORIALIZAR A CIDADE: EXPERIÊNCIAS COMUNICACIONAIS ENTRE MULHERES INDÍGENAS DE RORAIMA

Adriã Galvão Silva,
Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR
adriagalvaojornalismo@gmail.com

Este trabalho apoia-se no exercício de pensar a comunicação decolonial e indígena a partir de ponderamentos que considerem os aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais em sua metodologia de produção. Dessa forma, é possível tecer uma discussão estética e ética agenciada por epistemologias indígenas que conflui na potencialização e criação de afetações da memória em um exercício oralizado coletivo. Nossa artesanaria para traçar caminhos comunicacionais em uma perspectiva decolonial e indígena nasce da cartografia dos diálogos construídos durante as gravações do podcast e do programa de rádio Kunhantã, que compartilha em formato de entrevista, saberes e vivências de mulheres indígenas Makuxi, Wapichana, Baniwa e Warao que vivem em Roraima. Os 15 episódios do Kunhantã estão disponíveis na plataforma de streaming Spotify e na Rádio Web da Defensoria Pública do Estado de Roraima. Com suporte de uma metodologia dinâmica cartográfica baseada nas vivências da pesquisa, as problematizações que guiaram esse artigo são: como as experiências comunicacionais entre mulheres indígenas de Roraima através do podcast e do rádio podem agenciar epistemologias indígenas? De que forma podemos produzir experiências comunicacionais pluriversivas que ultrapassem as normatizações já moralmente consolidadas? Como a comunicação indígena pode encorajar a descolonização das teorias e práticas e construir estratégias de subsistência e afirmação? Logo, a pesquisa fundamenta por meio de debates teóricos e metodológicos as implicações da memória na constituição da narrativa crítica indígena, integrando a oralidade como subsídio comunicacional para a materialização dos saberes ancestrais que instituem os povos originários. Nesta pesquisa, trabalharemos em três movimentos nomeados: Micropolíticas para viver a Florestania, Cartografia da Experimentação Coletiva Oral e Crítica Estética e Comunicação Decolonial. Se evocarmos as nossas coletividades para um tecimento epistemológico do pensamento decolonial trazido pelos povos indígenas a partir da comunicação, continuaremos fortalecendo caminhos para estruturar o nosso conhecimento frente aos enfrentamentos cotidianos vivenciados. Dessa forma, será possível tecer uma discussão estética que conflua em uma artesanaria epistemológica a respeito das produções sonoras, com base em um olhar antropofágico que imbrica na desterritorialização e descolonização dos corpos indígenas presentes nas cidades.

KA'A NAMO JUMU'E HA KATU – APRENDENDO COM A FLORESTA

Yratowy ka'apor
cfska'apor@gmail.com

José Maria Mendes de Andrade

O Jumu'eha renda Keruhu – Centro de Formação Saberes Ka'apor iniciou desde 2009 no Território Indígena Alto Turiaçu, Maranhão uma experiência de Organização e Educação Comunitária própria fundamentada no saber fazer Ka'apor na Floresta visando reafirmar a cultura ancestral e o projeto de vida Ka'apor. Essa experiência tem sido desafio para manter os saberes e fazeres atuantes para a





resistência e permanência desse projeto de vida que conflita com os projetos de agressão e morte do Estado. Diferentes sujeitos atuam como mediadores cultura e educadores da floresta para que saberes e fazeres se reproduzam e continuem respondendo por um Bem Conviver na Floresta.

Palavras-Chave: Educação Comunitária - Saber fazer – Bem Conviver

O DINAMISMO DE REPASSE DE SABERES, CRENÇAS E TRADIÇÕES NO ESPAÇO DE ESTUDO E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS INDÍGENA NUSOKEN I.

Leliane Maria Pereira Da Silva
Universidade do Estado do Amazonas – UEA
lelianepereira917@gmail.com

Resumo: Este trabalho é resultado das experiências e atividades de cunho pedagógico que são desenvolvidas no Espaço de Estudo e Conhecimentos Tradicionais Indígena Nusoken I, com o objetivo de fortalecer a cultura e os conhecimentos do nosso Povo Sateré Mawé na Waikiru (estrela), comunidade indígena localizada em contexto urbano centralizada no Bairro da Redenção, na divisa do Conjunto Santos Dumont e Conjunto Hiléia, fundada em 1995 pela família de Dona Nandia e Cacique Manoel Luis. A Associação da Comunidade foi criada em 18 de maio de 2001 com o intuito de lutar pelos direitos dos Sateré Mawé que moram no local, neste residem 16 famílias organizadas em habitação de madeira e alvenaria, resultando ao todo 50 pessoas ou mais entre crianças e adultos. A comunidade projetou em forma de barracão um Centro Cultural que ao longo dos anos passou por várias modificações, nomeado pelos membros da comunidade de Nusoken (Cidade de Deus levou para o céu, a cidade prometida dos Sateré Mawé ou paraíso). O espaço foi criado com objetivo de desenvolver atividades como: confecções de artesanato, reuniões da comunidade e revitalização da Cultura Sateré Mawé através da Educação Escolar Indígena. Trabalhamos o método de ensino dos repasses saberes das crenças e tradições do Povo Sateré Mawé para crianças e adolescentes que já nascem em contexto urbano. Nós povos originários da etnia Sateré Mawé somos conhecidos pelos três pilares, sendo eles: 1. o Purantig um artefato que descreve parte de nossa história entre passado, presente e futuro; 2. o guaraná, pois somos os primeiros introdutores dessa colheita; 3. o ritual da tucandeira, rito sagrado para nós do Povo Sateré. Compreendemos que o enfoque da cultura do povo Sateré Mawé e a partir das relações de saberes utilizando práticas educativas que propiciam impacto social e histórico-cultural na comunidade Wakiru e moradores no entorno.

Palavras-chave: educação escolar indígenas, repasse de saberes, cultura Sateré Mawé.

CONSTRUINDO O PORTAL POTIGUARA: MEMÓRIA E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA ERA DIGITAL

Thayrinny Barbosa da Silva Orientadora: Kelly Emanuely de Oliveira
Universidade federal da Paraíba campus IV - UFPB
thayrinny.barbosa2@academico.ufpb.br

O portal potiguara propõe reunir a produção bibliográfica imagética do maior povo indígena do Nordeste, para fins de divulgação sobre a comunidade e uso pelos próprios indígenas de material produzido por eles ou sobre eles. Processo a realizações de reuniões periódicas com a equipe





completa do projeto, tendo atividades conjuntas (sobretudo nas definições sobre design, metodologia para a coleta e divulgação dos dados) e atividades por cada uma das três áreas, Antropologia, Sistemas da Informação e Design). Em Antropologia ficamos responsáveis por alimentar principalmente as abas Biblioteca (textos de documentos e trabalhos acadêmicos), Vídeos (documentários, reportagens e atividades escolares feitas sobre e/ou pelos Potiguara) e Memórias Potiguara (projeto desenvolvido por jovens Potiguara que disponibilizamos em aba específica, dada a importância para o povo das memórias do seus/suas. Por se tratar de um projeto voltado para criação de um portal cujo acervo está relacionando à memória e identidade do povo potiguara da Paraíba, trabalhar com a memória coletiva também tem o efeito de reforçar os laços internos da comunidade, não somente em ambientes escolares e acadêmicos, mas nos espaços familiares, de encontros e lazer, uma vez que a plataforma pode ser acessada por qualquer dispositivo que tenha acesso a internet. A Imersão em um projeto onde os estudos interdisciplinares encontram-se e dialogam também com nos mostrou o quanto são necessários esses diálogos entre diferentes disciplinas, sobretudo para os alunos que, por sua vez, ampliam os horizontes sobre em que áreas e como podemos trabalhar. Indígenas de diferentes etnias contribuíram para o projeto como - Xukuru do Ororubá (PE), Kariri (CE), Kariri-Kixelô (CE) e Potiguara (PB) participar desse projeto fortaleceu o nosso espírito de luta e nossa consciência de coletividade, além de adquirirmos ainda mais conhecimento sobre o lugar onde estudamos e vivemos, o Território Potiguara.

TECNOLOGIA DIGITAL À FAVOR DO DIREITO À LÍNGUA INDÍGENA

Simoniél Aristides Faustino Patte
kaudang@gmail.com

O direito originário à língua indígena é garantido juridicamente, dentro e fora do Brasil. No entanto, a resistência da prática oral das línguas maternas dos povos indígenas vêm sendo afetada pelas barreiras impostas pela língua portuguesa e as culturas eurocentradas. Este trabalho visa problematizar esta realidade, a partir de um projeto de pesquisa realizado por pesquisador indígena do povo Xokleng. O projeto tem por objetivo mapear as necessidades em tecnologia digital para o fortalecimento da prática da língua nas escolas indígenas da Terra Indígena Laklãnõ, no Vale do Itajaí, em Santa Catarina - sul do Brasil. A partir deste estudo, verificamos que o povo Xokleng tem perdido a prática da oralidade da língua por diferentes fatores e as escolas indígenas são estratégicas no ensino e resistência da língua. No entanto, faltam condições estruturais básicas para o uso de tecnologias para o fortalecimento da prática da língua. Assim, apresentaremos os resultados parciais da pesquisa em andamento, realizada com financiamento da FAPESC, pelo Programa de Pós Graduação em Tecnologia da Informação e Comunicação - Campus Araranguá da Universidade Federal de Santa Catarina.

LÍNGUA INDÍGENA MACUXI NA MÍDIA

Raniery Leocádio da Silva Nascimento
raniery.nascimento@hotmail.com

Marcílio Curicaca Leal, (Raniery Nascimento)

Escola Estadual Indígena Lino Augusto da Silva, financiado por recursos próprio dos autores.





O presente trabalho é realizado na Escola Estadual Indígena Lino Augusto da Silva, e tem o objetivo de criar um pequeno Studio na escola para os alunos produzir e divulgar materiais e conteúdo para colocar a língua indígena Macuxi em evidência nas redes sociais e com isso criar site para entrevistas, blogs, página no youtube; escrever textos e palavras para a wikipédia, com assuntos em Macuxi e suas traduções; lançar no tik tok, kawai, pequenos vídeos de alunos e demais pessoas conversando na língua Macuxi. E diante disso tem por finalidade legitimar e nortear as ações na sala de aula para tornar as aulas mais dinâmicas e participativa a fim de desenvolver habilidades e competências no processo de ensino e aprendizagem e assim despertar no aluno a curiosidade, permitindo ampliar os seus conhecimentos e estimulando a criatividade, onde as pessoas possam buscar palavras, textos, verbos e além de pequenas traduções na língua indígena Macuxi proporcionando aos falantes e não falantes, estudantes e demais pessoas interessadas na referida língua um vasto material para estudo, conhecimento e fonte de pesquisa, proporcionando uma maior divulgação da mesma, onde professores, alunos e demais pessoas poderão se beneficiar do referido trabalho, pois estará à disposição de todos os interessados de qualquer parte do País e do mundo. Eixo temático: Rede de saberes, fazeres e memórias ancestrais: o uso de tecnologias digitais, materiais pedagógicos e metodologias interculturais críticas.

TECNOLOGIA DIGITAL A FAVOR DA LÍNGUA MATERNA: UMA PROPOSTA DE ESTUDO DE CASO NAS ESCOLAS INDÍGENAS XOKLENG

Simoniél Aristides Faustino Patté
kaudang@gmail.com

Iclícia Viana

Cristian Cechinel

As leis brasileiras e internacionais garantem o direito às línguas indígenas. No Brasil são 305 povos e 275 línguas, no entanto constantemente esse direito é violado, tendo em vista as diferentes estratégias de apagamento etnocidas promovidas pelo próprio Estado (exigência de autoridades de não utilização do idioma em espaços públicos, imposição do português por meio da evangelização e escolarização, desvalorização da identidade cultural na região do Vale do Itajaí). O povo Xokleng habita no sul do Brasil, na região do Vale do Itajaí, conhecida como “vale europeu”, na qual os principais colonizadores foram alemães. A terra Indígena Laklãnõ Xokleng tem aproximadamente 2600 pessoas, num território de aproximadamente 34000 hectares dividido em 10 aldeias, sendo que em duas aldeias há duas escolas estaduais indígenas. As escolas indígenas resultam da política nacional escolar indígena que prevê um ensino bilíngue e intercultural, e portanto são espaço de resistência para o povo Xokleng. Neste sentido, o presente projeto objetiva desenvolver ferramentas tecnológicas que colaborem para o fortalecimento da língua oral e escrita nas escolas Xokleng. Desenvolvimento. A pesquisa, realizada por um pesquisador Xokleng, utiliza de métodos qualitativos e quantitativos, tais como: pesquisa de campo, entrevistas estruturadas e desestruturadas, construção e aplicação de instrumentos de medição, e desenvolvimento de tecnologias para o fortalecimento da língua materna. Resultados Parciais. A partir das análises iniciais realizadas, as escolas carecem de infraestrutura básica, falta de computadores, de materiais didáticos na língua materna, ausência de teclado na língua, ausência de outros materiais tecnológicos como tablets para uso pedagógico, inexistência de um dicionário da língua materna, entre outros. Observa-se que a





prática oral da língua Xokleng tem sido enfraquecida ao longo dos anos de colonização, sendo as escolas indígenas ainda um espaço de resistência da língua escrita (criada após a colonização por necessidade). Conforme aponta Ailton Krenak, acreditamos que a língua indígena é uma tecnologia de sobrevivência para o povo, e o presente projeto trabalhará no sentido de utilizar as tecnologias digitais como aliadas para o fortalecimento da língua.

CULTURA INDÍGENA: OS SABERES ANCESTRAIS PARA ALÉM DA TECNOLOGIA DIGITAL

Ineide Izidório Messias
UERR
izidoriomixei@gmail.com

Carmem Nunes Véra Spotti

Este estudo demonstra a importância da tecnologia no ensino e na aprendizagem na perspectiva dos conhecimentos ancestrais dos povos originários. A educação indígena brasileira necessita ter uma maior atenção para não ser precária e de baixa qualidade de aprendizagem, pois a falta de materiais didático- pedagógicos que vão ao encontro das vivências e do seu modo de ser, bem como o preparo dos docentes na práxis intercultural crítica, é uma das dificuldades encontradas. Assim, a questão norteadora deste trabalho está em como proporcionar um ensino e aprendizagem nas escolas indígenas utilizando as tecnologias indígenas dos Povos originários Roraimense, e as dimensões que caracterizam a computação e as tecnologias digitais. Cabe salientar que consideramos como tecnologia indígena todo conhecimento cultural em processo de produção com técnicas e domínios próprios de um povo. O principal objetivo desse estudo é refletir sobre como tecnologia digital indígena pode proporcionar um ensino e aprendizagem de qualidade em uma era considerada tecnológica de forma a valorizar o domínio e os saberes ancestrais dos povos originários. Para esse estudo, buscou-se embasamento teórico em autores que abordam o tema e sua complexidade, ao mesmo tempo estreitando para o ensino aprendizagem. Este estudo optou por uma revisão bibliográfica e documental onde, apesar dos novos documentos norteadores que enfatizam a inclusão da tecnologia digital no Brasil, nas escolas de Roraima a implementação e atendimento aos estudantes indígenas são desafios constantes. Assim, é preciso que sejam produzidos materiais didáticos com as tecnologias ancestrais dos povos, bem como haja preparação dos profissionais com foco nos saberes onde a tecnologia indígena possa ser interpretada em igualdade de conhecimento à tecnologia digital, e os estudantes recebam uma formação integral e com qualidade respeitada suas formas de produção tecnológicas.

Palavras - chaves: Educação Indígena, Saberes Ensino – aprendizagem, Tecnologia indígena.

CONTRIBUIÇÕES DAS TICS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Kácia Neto de Oliveira
Instituto Federal do Amazonas (IFAM)
contato.kacianeto@gmail.com

Cinara Anic Calvi





Jonise Nunes Santos

RESUMO: A Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC “é um termo abrangente que inclui toda a gama de ferramentas eletrônicas por meio das quais coletamos, registramos e armazenamos informações, e por meio das quais trocamos e distribuimos informações uns aos outros” (Anderson, 2010, p. 04) essa ferramentas repercutem com grande impacto em nossa forma de ser, pensar e agir (Kenski, 2013) em todas as esferas sociais. Pesquisas são realizadas e trazem a baila a discussão do uso no campo da formação dos professores e afirma-se a necessidade de “mudar as práticas e os hábitos docentes e aprender a trabalhar pedagogicamente de forma dinâmica e desafiadora com o apoio e a mediação de software” (Kenski, 2013, p. 97), visando potencializar a aprendizagem. Contudo, diante do que há escrito, ainda é notória a carência de estudos que abordem a inserção do professor indígena e sua formação para o contexto tecnológico, e pesquisa realiza mapeamento parcialmente sistemático da literatura para identificar as contribuições das produções científicas sobre uso de TICs na formação do professor do contexto da educação escolar indígena, a partir do seguinte problema de pesquisa: Quais as contribuições das produções científicas sobre uso de TICs na formação do professor da educação escolar indígena?. A investigação teórica tem base em Freire (1996); Nóvoa (1992); Kenski (2013); Alves (2015); Hoffmam (2015); Lima (2020), Leão (2021), dentre outros, cuja abordagem está na construção qualitativa das análises. A metodologia contou com pesquisa qualitativa, a partir de mapeamento parcialmente sistemático, Coelho (2022) e análise dos dados com espiral de Creswell (2007). Os resultados nos mostraram as contribuições, possibilidades, conceitos e estratégias no uso das TICs que podem ser utilizadas por professores indígenas na escola que potencializam o ensino e fortalecem a cultura étnica, visando o diálogo intercultural, associando os conhecimentos científicos e os saberes tradicionais na perspectiva da interculturalidade crítica.

Palavras-chave: TICs; Formação; Professor; Indígena; Educação.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 16 - PERSPECTIVAS TRANSDISCIPLINARES E INTERCULTURAIS NA PESQUISA COM POVOS INDÍGENAS

Coordenação:

Marcilene de Assis Alves Araujo - Universidade de Gurupi - UnirG

Jocyleia santana dos santos - Universidade Federal do Tocantins - UFT

Francisco Edviges Albuquerque - Universidade Federal do Norte do Tocantins

Resumo do Simpósio Temático: Esse grupo temático discute pesquisas com povos indígenas, explorando conceitos de transdisciplinaridade, interculturalidade, decolonialidade ecologia dos saberes, ecoformação e educação bilíngue diferenciada. A transdisciplinaridade visa superar as fronteiras disciplinares, integrando diferentes perspectivas e conhecimentos para compreensão ampliada e holística dos fenômenos estudados. A interculturalidade reconhece e valoriza a diversidade cultural, promovendo o diálogo entre diferentes culturas e modos de conhecimento. A decolonialidade com as resistências e desconstrução de padrões, conceitos e perspectivas impostos aos povos subalternizados. Ecologia dos saberes nos provoca a rever posturas e desenvolver processos de aprendizagem inovadores. Reflexões que fundamentem iniciativas pedagógicas favoráveis a uma práxis orientada para o desenvolvimento da cidadania e participação ativas, que assim possam compreender a educação em seu sentido amplo, como uma prática formativa desses sujeitos. A ecoformação enfatiza a relação entre seres humanos e meio ambiente, buscando práticas educativas sustentáveis e ecologicamente responsáveis. Por fim, a educação bilíngue diferenciada reconhece a importância de preservar e valorizar as línguas indígenas, promovendo o ensino em duas línguas de forma equitativa, respeitando a cultura e identidade dos povos. Esses conceitos são fundamentais para uma pesquisa de abordagem mais inclusiva, ética e empoderadora.





RELEITURA DE MAKUNAIMÃ TAANII: QUESTÕES TRANSDISCIPLINARES E INTERCULTURAIS

Soraya de Araújo Feitosa
UFRR
soraya.feitosa@ufrr.br

Bruna Queiroz Ale
UFRR
bruna.ale@ufrr.br

O trabalho apresenta releituras da obra Makunaimã Taanii, do escritor indígena Kamuu Dan Wapichana. As releituras foram realizadas através de quadrinhos produzidos por estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais, do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima (CAp/UFRR). A escolha do livro se deu em virtude de sua linguagem acessível, além de permitir o contato com um material bilíngue, uma vez que apresenta a história também na língua Wapichana. O delineamento metodológico iniciou com a contação da história e diálogos sobre os termos utilizados na obra, onde Kamuu Dan enfatiza questões referentes a viver na natureza, plantações e o espírito dos alimentos. Posteriormente foram entregues folhas de papel A4 para as produções discentes e, ao final, cada aluno apresentou seu quadrinho. Destaca-se que esta é uma das ações integrantes do Projeto de Extensão Semana dos Povos Indígenas que, nesse ano de 2024, tem como tema central: eu me vejo em você. O projeto é conduzido por uma comissão de professores do CAp/UFRR com culminância prevista para o dia 26 de abril. Aponta-se, como resultados iniciais, a participação ativa discente e as questões transdisciplinares e interculturais trabalhadas durante a ação.

CÍRCULOS RESTAURATIVOS: PROMOVENDO A PAZ E PREVENINDO CONFLITOS ENTRE OS POVOS INDÍGENAS

Luciana Costa Aglantzakis
Comarca de Pedro Afonso - TO

Marcilene de Assis Alves Araujo
Universidade de Gurupi – UnirG
marcilenearaujo@unirg.edu.br

No Brasil, a percepção dos povos indígenas é frequentemente marcada por preconceito e discriminação, o que leva a julgamentos estigmatizantes por parte dos não indígenas. O processo de interiorização e expansão agropecuária desde os anos 1970, impulsionado pela política do governo militar, levou ao aumento da população não indígena nas proximidades das aldeias, resultando em problemas como alcoolismo, drogas, doenças sexualmente transmissíveis, desnutrição infantil entre outros. Apesar da criação do Ministério do Desenvolvimento Social em 2004 e a ampliação das políticas de benefícios para os povos indígenas, como o Programa Bolsa Família e a distribuição de cestas básicas, situações degradantes persistem, especialmente para os indígenas da etnia Krahô, em Tocantins. Essas comunidades enfrentam dificuldades para acessar benefícios sociais e direitos, especialmente devido ao superendividamento junto aos comerciantes não indígenas, resultante da falta de compreensão do valor do dinheiro e das barreiras linguísticas. Diante dessa realidade, o





Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Guaraí, alinhado ao Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Tocantins, desenvolve círculos restaurativos para prevenir conflitos envolvendo povos indígenas em Itacajá e Goiatins. Recentemente, em parceria com o grupo de pesquisa OPTTINS, visamos a produção de material didático com foco no processo educativo do povo Krahô. Os círculos que visam promover a dignidade humana e proteger a cidadania indígena através da cultura da paz, incluindo diálogos construtivos como parte das práticas de Justiça Restaurativa. Inicialmente, 41 aldeias estão envolvidas nesse processo, com a possibilidade de outros municípios aderirem posteriormente, em cooperação com o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. A conscientização sobre os direitos fundamentais dos povos indígenas pode levar a uma maior proteção legal e respeito por parte do poder público e da sociedade em geral.

A INTERCIENTIFICIDADE COMO POSSIBILIDADE TRANSDICIPLINAR NA ABORDAGEM DA LEI 11.645/08

Renata Morgado Silva
Universidade Federal Rural de Pernambuco
remorgadosilva@gmail.com

Monica Lopes Folena Araújo
Universidade Federal Rural de Pernambuco
monica.folena@gmail.com

O presente artigo apresenta dados iniciais de uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL), realizada durante o processo de pesquisa no percurso de doutoramento em ensino que estamos realizando, no qual buscamos analisar aspectos voltados para a formação continuada de professoras e professores que atuam junto aos anos iniciais da Educação Básica, numa perspectiva transdisciplinar sobre a Lei 11.645/08. Durante o processo de qualificação aspectos relacionados a intercientificidade foram sugeridos como uma possível contribuição a pesquisa apresentada. Assim, consideramos importante realizar uma RSL, no Catálogo de Teses e Dissertações e no Portal de Periódicos, ambos pertencentes a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para identificar que pesquisas estão sendo realizadas contemplando a intercientificidade no contexto da aplicação da Lei 11.645/08 e analisar como ela pode contribuir para formações continuadas de professoras e professores numa perspectiva transdisciplinar. Autores como Gersen Baniwa (2023), Freddy Delgado (2016), Souza e Silva (2021), Décio Saes (2012), Edgar Morin (2000), Cândida Mores (2010) e Freire (1996) fazem parte do referencial teórico desta pesquisa. Foi possível identificar alguns trabalhos sobre a intercientificidade desenvolvidos, no entanto ainda de forma pontual e incipiente no que diz respeito ao ensino para atender a Lei 11.645/08. São pesquisas que ratificam a importância de encaminhamentos que admitam a intercietificidade como possibilidade dialógica e transdisciplinar de rompem com paradigmas educacionais reducionistas e favorece o respeito as histórias e as culturas dos povos indígenas.

Palavras-chave: Formação Continuada. Intercientificidade. Transdisciplinaridade. Povos Indígenas.

A RIQUEZA DA CULTURA INDÍGENA NO TOCANTINS: RESGATANDO MEMÓRIAS

Valterlan Teixeira Araújo





Centro de Ensino Médio Bom Jesus e Universidade Federal do Tocantins
valterlanaraujo29@gmail.com

Marcilene de Assis Alves Araujo
Universidade de Gurupi – UnirG e Universidade Federal do Tocantins
marcilenearaujo@unirg.edu.br

Este trabalho está inserido no contexto de uma disciplina Eletiva: Vozes do passado no presente, componente curricular do Centro de Ensino Médio Bom Jesus, Gurupi-TO, visa desenvolver metodologias que promovam o envolvimento ativo dos estudantes no processo de aprendizagem, incentivando-os a se tornarem agentes de sua própria educação. Por meio de parcerias com docentes universitários, estabeleceu-se uma colaboração interinstitucional com o Grupo de pesquisa Observatório de Povos Tradicionais do Tocantins (OPTTINS), vinculado à Universidade de Gurupi (UnirG), logo a eletiva foi integrada ao projeto “(Multi)letramentos – contribuições para o ensino”, centrado na discussão sobre “Educação e Cultura Indígena”, com ações desenvolvidas junto ao povo indígena Javaé, das aldeias Kanuano e Boa Esperança, da Ilha do Bananal. Esse grupo da disciplina eletiva promoveu ações de pesquisa com abordagens transversais, estimulando a criatividade, integração e protagonismo dos estudantes, por meio de metodologias ativas, promoveram ações de pesquisa a partir dos temas transversais. Alinhada ao modelo pedagógico da Escola Jovem em Ação, a proposta priorizou o protagonismo juvenil, o projeto de vida e o aprimoramento do repertório cultural dos estudantes. Essa abordagem visa valorizar e utilizar conhecimentos historicamente construídos, refletindo sobre identidades culturais e pluralidades, promovendo a alteridade e empatia. O reconhecimento da contribuição dos povos indígenas para a formação do Brasil contemporâneo é essencial, impulsionando a valorização da diversidade cultural, o reconhecimento de direitos indígenas, a educação intercultural e o protagonismo juvenil. Essas ações colaboram para o respeito e valorização das diferentes identidades culturais, o combate ao preconceito e a conscientização sobre os desafios enfrentados por essas comunidades, enriquecendo o processo educativo e favorecendo uma aprendizagem mais ampla e inclusiva.

A AVALIAÇÃO COMO CAMPO DE REFLEXÃO PARA PRÁTICAS DOCENTES INDÍGENAS

Keyliane dos Anjos Leitão (UFT)
keyliane.anjos@mail.uft.edu.br

Doutora Jocyleia Santana dos Santos (UFT)

Este estudo está alinhado pesquisa de Mestrado Acadêmico em Educação pela Universidade Federal do Tocantins, com o povo Javáe, localizados na aldeia Boa Esperança, Estado do Tocantins, no seguinte questionamento: Como a Escola Indígena Watakuri tem atendido às necessidades educacionais e culturais dos estudantes do Ensino Fundamental I da comunidade Javaé, superando desafios e promovendo a preservação cultural através da educação?. Os resultados parciais são provenientes de uma abordagem metodológica documental e observações in loco, a respeito da escolarização com o foco na avaliação, com objetivo descrever a orientação pedagógica sobre as práticas contidas no Projeto Político Pedagógico – PPP de maneira a equalizar as concepções do professor reflexivo ao uso da transdisciplinaridade. Historicamente, a avaliação era utilizada para impor projetos educativos que visava homogeneizar e padronizar a cultura escolar, o que resultava na marginalização de grupos sociais, como os povos indígenas. No Entanto o PPP da escola campo ao





utilizar da abordagem transdisciplinar na avaliação tem transformado a lógica tradicional da avaliação, regularmente utilizada como instrumento de exclusão e negação, em uma ferramenta positiva de apoio a intervenção pedagógica. As práticas do professor reflexivo têm promovido uma mudança de paradigma na forma como o conhecimento é transmitido e construído, incentivando a integração entre diferentes áreas do saber, o diálogo entre culturas e perspectivas, e busca por soluções para problemas complexos de forma colaborativa e interdisciplinar. Os professores são encorajados a elaborar e examinar cuidadosamente os instrumentos de avaliação, no que se aplica refletir sobre os objetivos de ensino para a aprendizagem dos estudantes. Em suma os resultados parciais dessa abordagem alinhada com perspectivas transdisciplinares e interculturais na pesquisa com povos indígenas contribuir com futuras formações de professores, na integração de estratégias inovadoras e tecnologia causando impacto positivo duradouro na qualidade da educação oferecida às gerações futuras das comunidades indígenas.

TEATRALIDADE E COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL NA COMUNIDADE INDÍGENA RAPOSA I EM RORAIMA

Karen Kywsy Barroso de Sales (Apresentadora) Universidade Federal de Roraima
barroso.karen2014@gmail.com

Vângela Maria Isidoro de Moraes - Universidade Federal de Roraima
vangela.morais7@gmail.com

Este artigo é parte de uma pesquisa em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima, cujo objetivo principal é investigar as manifestações de teatralidade como forma de comunicação intercultural na comunidade indígena Raposa I, localizada na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Intenta-se saber de que maneira a teatralidade inserida em suas práticas cotidianas expressa as características desse povo, na medida em que também contribui para o fortalecimento dos saberes ancestrais. Nesse momento da pesquisa organizamos alguns aspectos relacionados à comunidade indígena Raposa I, seus atores e práticas culturais, ao mesmo tempo em que articulamos numa perspectiva teórico-metodológica os sentidos da teatralidade e da comunicação intercultural com a crítica decolonial às violências praticadas contra os povos indígenas. Para tanto, são aplicados nessa fase de investigação, procedimentos metodológicos de coleta de dados e revisão bibliográfica. Essas abordagens dão suporte inicial ao processo de aproximação com o campo da pesquisa, construindo as bases para uma vivência de pesquisa transdisciplinar em que a teatralidade brasileira decolonial potencialmente se apresenta como uma ferramenta eficaz de emancipação social a partir da comunicação.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE TUBERCULOSE EM POPULAÇÕES INDÍGENAS DO AMAZONAS

Sediel Andrade Ambrósio
Universidade Federal do Amazonas
sediel.ufam@gmail.com

Simonara Ramos Goes

Sheila de Andrade Ambrósio





Cristiane Ferreira da Silva

Janayla Bruna Almeida de Oliveira

As atividades de Educação em Saúde sobre o agravo da Tuberculose no contexto da saúde indígena, tornam-se tarefas mais complexas para serem implementadas nos territórios da Amazônia, dadas as especificidades culturais da região e as atuais orientações do Programa Nacional de Controle da Tuberculose, voltado para as populações indígenas. Na região do Rio Negro por exemplo, é muito comum que o fogo esteja presente dentro das aldeias, de forma intradomiciliar por questões culturais e cientificamente, sabe-se que isto acarreta malefícios para usuários indígenas com comprometimentos respiratórios e pulmonares. Desenvolvimento: A tuberculose pulmonar é uma doença que acomete a humanidade há séculos e está entre uma das principais causas de morte em todo o mundo. Na Saúde Indígena a Nota Técnica Nº17/2018-DIASI/CGAPSI/DASI/SESAI/MS orienta sobre o processo de trabalho nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas do Brasil e está descrito como atribuição do Núcleo de Prevenção e Controle das Doenças e Agravos (Núcleo 5), que o mesmo é responsável por qualificar os serviços referente ao controle e eliminação de agravos e doenças endêmicas. No entanto há uma clara fragilidade e desatualização da maioria dos profissionais de saúde que adentram o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, pois em suas práticas, ignoram saberes e práticas tradicionais importantes, além do próprio contexto diferenciado de cada região. Principais Resultados: A tuberculose pulmonar é uma das doenças infectocontagiosas presentes nos territórios indígenas há muitos anos, e apesar dos esforços e políticas públicas voltadas para sua diminuição, todavia não foi possível quebrar a cadeia de transmissão dela entre as populações indígenas, por diversos fatores, principalmente pela cultura e alguns hábitos específicos de algumas etnias mais vulneráveis. Diante desse cenário, a Educação Permanente tem se tornado uma das principais ferramentas na melhoria dos resultados dos indicadores referente as doenças respiratórios e pulmonares. A qualificação dos profissionais da saúde indígena sobre este agravo tem sido fortalecida nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas da região norte, considerando a elevada incidência de casos da região, a partir disso são implementadas atividades de Educação em Saúde coerentes a cada território e etnia.

ESTUDO DOS INDICADORES DEC E FEC REFERENTES AO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DA REGIÃO DO BAIXO SÃO MARCOS – TERRA INDIGENA SÃO MARCOS – RORAIMA

Tallon Dimitrius Coutinho de Almeida
Universidade Federal de Roraima
almeida.tallon08@gmail.com

Prof. Dr. Josiane do Couto Rodrigues

O trabalho aborda as condições de regulação e distribuição de energia elétrica em Roraima, com foco na região do Baixo São Marcos e na Terra Indígena São Marcos a partir de DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora), indicadores utilizados para medir a qualidade do fornecimento de energia elétrica cujo valor fornece informações sobre a duração e a frequência das interrupções no serviço de eletricidade em determinada área durante um período definido para análise. Esses indicadores são





essenciais para avaliar a continuidade e a qualidade do serviço prestado pelas concessionárias de energia elétrica em áreas como municípios, bairros e terras indígenas, auxiliando na identificação de problemas e na busca por melhorias no sistema de distribuição.

Entre as pautas abordadas no trabalho, há a discussão sobre a importância da regulação para garantir a qualidade do serviço, a falta de acesso à energia em áreas rurais e indígenas, e os desafios técnicos e sociais na expansão da distribuição de energia. A conformidade com normas técnicas e regulamentações também é ressaltada como essencial para garantir a eficiência das instalações elétricas. O Programa Luz Para Todos é mencionado como prioritário para atender comunidades rurais e indígenas, sendo importante realizar estudos de indicadores nas áreas atendidas para diagnosticar impactos, realizar manutenção e avaliar a expansão da rede elétrica.

Os resultados mostraram variações nos indicadores DEC e FEC, fornecendo dados sobre interrupções e duração de falhas no fornecimento de energia nas subestações maiores, havendo a necessidade de mobilização das instâncias oficiais para garantir a legalidade e segurança da análise, reafirmando a importância de monitoramentos e fiscalizações para garantir a segurança e qualidade das instalações elétricas.

Os desafios de expandir a linha energética em Roraima incluem a necessidade de negociações entre as instâncias oficiais para garantir a legalidade e segurança da análise, bem como a ampliação dos estudos de indicadores de continuidade para contribuir com a expansão dos sistemas elétricos conectados aos subsistemas do estado. No entanto, a imprecisão da delimitação de área dos indicadores DEC e FEC do sistema roraimense ao avaliar sistemas conectados à subestação maiores, como na Região do Baixo São Marcos em Roraima, destaca a necessidade de uma delimitação mais precisa da área de análise para compreender as condições de distribuição de energia elétrica.

SABERES E FAZERES DOS POVOS MURA E MUNDURUKU NO AMAZONAS MEMÓRIAS DE INTEGRANDES DAS ALDEIAS CORRENTEZA MURA, ITACOATIARA E FONTEIRA, BORBA (ABYA YALA, AMAZONAS, BRASIL)

Hely Brasil do Nascimento (Apresentador)

h.b.nascimento.ppge.ufam@gmail.com

Suely Mascarenhas

suelyanm@ufam.edu.br

A documentação associada a memórias de integrantes de povos milenares de Abya Yala é uma tarefa urgente com a qual a academia tem colaborado nos últimos anos. A baixa oferta de informações sistematizadas e organizadas de forma científica associadas a memórias acerca da história oral de povos Amazonas é um fato que aos poucos poderá ser superando à medida que pesquisadores dessas linhagens galgam espaços de criação intelectual nesse contexto. Nesse processo educativo os estudantes são orientados de forma pedagógica a práticas educativas voltadas às necessidades socioculturais da aldeia/comunidade. Considerando que suas perspectivas de futuro não são os menores que as nossas, e não reduzir a questão ao atendimento aos programas de inclusão social dos anseios individuais, ainda que legítimos, de alguns dos discentes indígenas. Com o aporte de novos textos documentando cosmovisões, sentir e existir milenar no ambiente onde habitam atual estado do Amazonas integrantes dos Povos Mura e Munduruku é o objetivo desta comunicação. Para atender aos objetivos da pesquisa, realizado ao abrigo do PPGE – UFAM com apoio da FAPEAM, recorreremos a registros auto etnográficos, cadernos de campo e memórias de ancestrais do clãs de onde origina o primeiro autor. Como bem sabemos as narrativas indígenas são formas de transmitir





conhecimentos ancestrais, tradições, crenças e valores por gerações. Elas são essenciais para a preservação da identidade cultural dos povos indígenas e para manter viva a sua história e sabedoria. No entanto, é comum que as narrativas indígenas sejam interpretadas de forma equivocada por não indígenas, resultando em estereótipos, simplificações e deturpações. Isso ocorre muitas vezes devido à falta de conhecimento e respeito pela cultura indígena, bem como à influência de narrativas coloniais dominantes que desvalorizam e deslegitimam as histórias dos povos indígenas. Em suma, a interpretação precisa e respeitosa das narrativas indígenas é essencial para promover a justiça cultural, a valorização da diversidade e a construção de relações mais igualitárias e respeitadas entre os povos indígenas e não indígenas. Ao reconhecer e honrar as vozes e as histórias dos povos indígenas, podemos contribuir para a construção de um mundo mais inclusivo, justo e harmonioso para todos. Portanto nessa perspectiva da comunicação é registrar aspectos relevantes da cultura Mura e Munduruku no contexto do estado do Amazonas o que poderá favorecer a melhoria da informação associada que poderá ser utilizada em processo de educação formal ou informal sobre a importância dos povos originários milenares Mura e Munduruku para a riqueza sociocultural da região Amazônica.

Palavras-chave: povos originários milenares; Cultura Mura; Cultura Munduruku; Memória oral; Abya Yala (Amazonas, Brasil).



SIMPÓSIO TEMÁTICO 17 - POVOS INDÍGENAS E ENSINO DE HISTÓRIA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS APÓS A LEI 11.645/2008

Coordenação:

Monalisa Pavone Oliveira - Universidade Federal de Roraima

Benedito Carlos Costa Barbosa - Universidade federal de Roraima

Resumo do Simpósio Temático: O simpósio temático propõe uma reflexão sobre a incorporação da história e cultura indígena no currículo escolar brasileiro. A Lei 11.645/2008 representa um marco importante, exigindo a inclusão obrigatória desses conteúdos nas disciplinas de História e Cultura Brasileira. Nesse sentido, serão abordados diversos tópicos relacionados ao ensino de história indígena, desde a implementação da legislação até as práticas pedagógicas nas salas de aula. O objetivo é promover uma educação mais inclusiva, respeitando e valorizando as múltiplas perspectivas históricas e culturais dos povos originários do Brasil. Além disso, o simpósio pretende discutir os desafios enfrentados pelos educadores na abordagem do tema, bem como destacar experiências de escolas e professores que têm desenvolvido práticas inovadoras no ensino de história indígena. Deste modo, serão aceitos trabalhos que envolvam os seguintes temas: História e Cultura indígena nos Currículos Escolares; Diálogos Interculturais e Descolonização do Currículo; Experiências e Resistências dos Povos Indígenas na Educação; Pesquisa e Produção de Conhecimento em História Indígena. O simpósio pode envolver pesquisadores, educadores, representantes de comunidades indígenas e outros interessados na temática, visando uma educação mais plural, democrática e comprometida com a valorização da diversidade cultural. Espera-se, portanto, que o simpósio possa contribuir para a construção de uma consciência histórica mais ampla e crítica, que reconheça a contribuição fundamental dos povos indígenas para a formação da identidade nacional e para a preservação da biodiversidade e dos saberes ancestrais.





LITERATURA INDÍGENA NA SALA DE AULA: DECOLONIALIDADE, VISIBILIDADE E POSSIBILIDADE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Mariangela Aguiar de Oliveira/UFRR
mariangelaag.oliveira98@gmail.com

Maria Luiza Fernandes/UFRR
maria.luiza@ufr.br

A presente apresentação visa compartilhar algumas questões de uma pesquisa em andamento sobre a utilização de literaturas de autoria indígena no ensino de História, cuja finalidade busca promover uma reflexão do ensino da temática indígena nos anos iniciais do Fundamental II, mais especificamente em uma turma de 6º ano de uma escola localizada na zona rural do município de Iracema/RR. A escola como espaço de formação pressupõe o contato dos alunos com as mais diversas sociedades e culturas, a qual visa construir não apenas um saber histórico, mas crítico, capaz de desconstruir, por meio de uma educação plural e democrática, estigmas e pensamentos preconceituosos construídos ao longo do tempo em relação a certas minorias sociais. Nesse sentido, acreditamos que por meio das textualidades de autoria indígena aliada a uma educação crítica e da perspectiva decolonial obteremos, gradativamente dentro das aulas de História, uma identificação dos alunos às temáticas indígenas, a fim de minimizar os apagamentos históricos e culturais e consequentemente a imagem criada desses povos. Para tal, nos respaldamos teórico-metodologicamente em autores que trabalham com a temática, utilizando, em grande parte, autores indígenas. Desse modo, partimos do universo literário indígena como um instrumento pedagógico que desenvolve nos alunos o interesse pela leitura, como também estabelece, na busca pela desconstrução de estigmas e preconceitos, uma visão mais abrangente e diversa em torno dos indígenas, viabilizando a aplicabilidade da Lei 11.645/08.

ANÁLISE DE PROPOSITURAS LEGISLATIVAS EDUCACIONAIS PARA REVITALIZAÇÃO DA DANÇA PARIXARA EM RORAIMA

Liliane Silva de Almeida (UERR)
lilianealmeidarr@gmail.com

Victoria Rosa da Silva Uchôa (UERR)
vic.uchoa@hotmail.com

O Estado de Roraima possui uma população indígena bastante significativa, o que oportuniza a possibilidade de estudos em diferentes áreas do conhecimento. Dentre os fatores que impulsionam a realização de estudos à temática, pode-se destacar seu rico aspecto cultural que mesmo com o contato com sociedades não indígenas, permanecem. Dentre estes hábitos culturais nas Comunidades Indígenas, podemos citar a dança Parixara. Deste modo, o objetivo é identificar as políticas públicas educacionais que dão aporte à dança parixara na Educação Escolar Indígena de Roraima. Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa e para sua fundamentação recorreu-se à um estudo bibliográfico e documental com uma análise descritiva sobre as propostas educacionais curriculares como as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Base Nacional Comum Curricular-BNCC, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas-RCNEI e o Documento Curricular de Roraima-DCRR. Foi também realizada uma pesquisa na plataforma de “Teses e Dissertações da





Capes” para conhecer o que já havia sido publicado referente a dança parixara, destarte, foram encontradas poucas publicações referente ao tema, sendo três dissertações e uma tese de doutorado. Com os resultados obtidos pode-se constatar que a Dança Parixara é uma forma dos povos indígenas de Roraima agradecem à natureza e aos animais, narrarem suas histórias, seus costumes, bem como se tornou um instrumento político-interétnico. Quanto a análise dos documentos pode-se perceber que houve avanços quanto a uma Educação Intercultural, constatando dessa forma, a influência da Lei nº11.645/2008 que tornou obrigatório o ensino da História e da Cultura dos povos Indígenas e Afro-brasileiras nos currículos escolares. Além disso, enfatizamos o DCRR (2019) em que destacam as especificidades culturais e autonomia das Escolas indígenas, inclusive suas manifestações culturais por meio da dança, assim como o RCNEI (1998) que sugere uma proposta intercultural voltada para o conhecimento e a prática da dança indígena, nas disciplinas de História, Arte e Educação Física o que tornou uma possibilidade da dança parixara ser mais presente no contexto da Educação Indígena Roraimense.

Palavras-chave: Dança Parixara, Educação Intercultural, Roraima.

A INSERÇÃO DA HISTÓRIA INDÍGENA PARAIBANA NA MATRIZ CURRICULAR DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA

Damião de Lima

DH/UFPB

damiao.lima@academico.ufpb.br

O município de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, acaba de organizar e publicizar a sua matriz curricular para o Ensino Fundamental II e, em parceria com a Universidade Federal da Paraíba, está realizando uma formação continuada com todos os docentes lotados na Secretaria de Educação. A nova matriz está em sintonia com a Base Nacional Comum Curricular e com a legislação educacional vigente, inclusive a Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. A formação terá duração de dois anos com um encontro mensal por disciplina e quatro seminários integradores, a cada ano, com todos os participantes das duas instituições. No processo seletivo para formação do quadro de professores/formadores, realizado pela UFPB, fui selecionado e estou responsável pela formação na disciplina de história. Um dos objetivos da formação é discutir, didaticamente, métodos e práticas que facilitem a implementação da matriz curricular ampliando os conhecimentos dos conteúdos gerais da disciplina e buscando estabelecer nexos com a história e realidade regional e local. Para tal desiderato buscou-se, a partir da BNCC, ampliar algumas habilidades já existentes no documento e criar habilidades para dar conta das questões regionais e locais. Entre essas habilidades ampliadas e novas inseriu-se a história indígena nos conteúdos curriculares de todos os anos do ensino fundamental, sempre em sintonia com o contexto local, regional, nacional e internacional, tornando a matriz municipal mais ampla e inclusiva. Nesse trabalho serão expostas como essas habilidades adaptadas e recém-criadas, que se referem a história indígena no estado, estão presentes em cada ano escolar, acompanhado de um relato de experiência da inserção desse conteúdo nos três primeiros encontros da formação continuada que está em andamento.





POVOS INDÍGENAS NA DITADURA CIVIL-MILITAR À LUZ DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO ESCOLAR DE HISTÓRIA

Júnior Araújo Ribeiro
Universidade Federal de Roraima
Financiamento: bolsista da CAPES
juniorparicarana@gmail.com

Monalisa Pavonne Oliveira
monalisa.pavonne@ufr.br

Passados 60 anos do golpe civil-militar que soterrou a democracia brasileira e impôs uma ditadura que perdurou por 21 anos, observa-se que a sociedade brasileira permanece em constantes lutas e embates ideológicos, sociais e políticos, parte dela em defesa do Estado Democrático de Direito, outra parte, inclinada e até mesma reivindicando a volta da ditadura, o que lhe confere como um dos grandes desafios da sociedade brasileira. Mas, esta latência em torno da ditadura não se restringe as forças progressistas e conservadora do campo sociopolítico e ideológico, no debate acadêmico presencia-se, discussões acerca dos ecos e do que nos restam da ditadura, ou ainda, alguns chegam apontar que a ditadura nunca acabou. Considerando o âmbito da Educação Básica, o desafio do ensino-aprendizagem sobre a ditadura civil-militar para o professor está maior, profundamente mais complexo. A presente pesquisa em andamento dedica-se ao ensino de história indígena e da ditadura civil-militar brasileira (1964 – 1985) na Educação Básica. A pesquisa justifica-se por três razões: primeiro pelos inúmeros relatos de professores e professoras que revelam as dificuldades e os receios de tratar sobre a ditadura em sala de aula, em função dos discursos negacionistas e das tentativas de controle sobre os/as professores/as e sobre o currículo protagonizado por diferentes atores sociais. Segundo estudos sobre dissertações do ProfHistória identificaram que as pesquisas no ensino de História sobre a ditadura civil-militar não estão entre os temas mais discutidos entre mestrandos/a. A terceira razão, manifesta-se na pouca visibilidade sobre a ditadura na Amazônia, sobretudo a violência sobre a qual se construiu, especialmente contra os povos indígenas. Desse modo, o objetivo geral da pesquisa é produzir uma sequência didática que aborde a temática e possa ser aplicada nos anos finais do Ensino Fundamental e Médio, contribuindo para a visibilidade da temática e atendendo à Lei Federal 11.645/2008. Para tanto, as fontes que embasam a pesquisa e a sequência didática são os relatórios da Comissão Nacional da Verdade referente aos Povos Indígenas.

SABERES DOCENTES E DIVERSIDADE CULTURAL: EDUCAÇÃO ESCOLAR E CULTURA INDÍGENA – APÓS A IMPLANTAÇÃO DA LEI 11.645/2008

Amilton de Lima Barbosa
UERR/IFRR
amiltonbarbosa982@gmail.com

Inayara Moraes da Silva
UERR/IFRR

Tiago Nicolau da Silva
UERR/IFRR





Este artigo aborda a temática dos saberes docentes e a diversidade cultural, com foco na educação escolar e na cultura indígena. O objetivo principal é investigar como os saberes dos professores dialogam com a diversidade cultural presente nas escolas, especialmente no contexto indígena, buscando compreender como esses saberes são mobilizados para promover uma educação inclusiva e respeitosa da pluralidade cultural. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma revisão bibliográfica qualitativa, baseada em fontes acadêmicas como artigos científicos, livros e documentos oficiais, que abordam temas relacionados à educação escolar, diversidade cultural e saberes docentes. Os resultados desta revisão indicam que os saberes docentes desempenham um papel fundamental na construção de práticas pedagógicas que valorizam e respeitam a diversidade cultural. No entanto, também revelam que muitos professores enfrentam dificuldades para lidar com essa diversidade, devido à falta de formação específica e ao desconhecimento das culturas indígenas mesmo após a implantação da Lei 11.645/2008. Nesse sentido, a formação inicial e continuada dos professores emerge como uma questão central para a promoção de uma educação intercultural e de qualidade. Diante disso, concluímos que é necessário investir em políticas públicas e programas de formação que capacitem os professores para atuarem de forma eficaz em contextos de diversidade cultural, reconhecendo e valorizando os saberes locais e as práticas culturais dos alunos indígenas. Somente assim será possível construir uma escola verdadeiramente inclusiva, que respeite e celebre a diversidade cultural presente em nossa sociedade. O Brasil é uma das nações mais populosas e diversificadas culturalmente do mundo. A cultura brasileira é formada por diferentes comportamentos, rituais e tradições herdadas dos colonizadores, escravos e indígenas que formaram o país. As religiões destes povos influenciaram na história do país, seja no campo político, econômico, social e até nos nossos costumes. Muitos dos fundamentos pregados por estas religiões daquela época ainda vigoram no meio social.

A DISCIPLINA ESTUDOS DECOLONIAIS E A ELABORAÇÃO DE PLANOS DE AULA SOBRE HISTÓRIA INDÍGENA NA GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO COLÉGIO PEDRO II

João Henrique Ferreira de Castro
Colégio Pedro II
jhfcastro@gmail.com

Projetada a partir de 2017 e com os primeiros ingressos em 2020, a Licenciatura em História do Colégio Pedro II faz parte do conjunto de Licenciaturas Integradas do mencionado instituto federal e que tem em seu projeto político institucional a constituição de um núcleo comum com enfoque decolonial. Divididas em quatro disciplinas nomeadas de “Estudos Decoloniais” e parte da grade curricular também dos cursos de Ciências Sociais, Filosofia e Geografia, estas matérias compõem um campo profícuo para a formação de professores inseridos nos debates e conteúdos ligados, por exemplo, a abordagem da história dos povos indígenas. É a produção de planejamentos didáticos ligados a esta temática por parte dos graduandos em História nestas disciplinas desde 2020, em especial em Estudos Decoloniais II, que será aqui alvo de reflexão e de apontamentos sobre a inserção da temática indígena em sala de aula. Reconhecendo que as discussões em torno do desenvolvimento dos estudos culturais ao longo do século XX e o desenvolvimento de conceitos e metodologias voltadas para a valorização das culturas subalternizadas ou marginalizadas, como os estudos interculturais, capacitam os graduandos para a produção de planos de aula que confirmam protagonismo às narrativas, experiências e vivências históricas destes povos, tem sido proposto aos estudantes como uma das atividades avaliativas da disciplina a construção de um plano de aula com temática decolonial. Muitos deles, também em diálogo com a lei 11.645/2008, escolhem produzir





planos sobre a história indígena e ao longo desta comunicação, fruto de avaliações e reflexões resultantes da condição de docente do referido curso, tratarei de apresentar algumas características destes produtos e também o seu potencial para utilização em sala de aula. Bem como o projeto de torná-los públicos e disponíveis, a partir de futuras publicações, como apoio e suporte para docentes que buscam planejamentos e ideias não só para o cumprimento das exigências legais em relação ao tema, mas também materiais organizados e frutos de reflexão qualificada para levar até as suas salas de aula e que se orientam em torno do eixo temático dos diálogos interculturais e a descolonização do currículo.

POVOS INDÍGENAS NA DITADURA CIVIL-MILITAR À LUZ DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO ESCOLAR DE HISTÓRIA

Monalisa Pavonne Oliveira
UFRR
monalisa.pavonne@ufrr.br

Passados 60 anos do golpe civil-militar que soterrou a democracia brasileira e impôs uma ditadura que perdurou por 21 anos, observa-se que a sociedade brasileira permanece em constantes lutas e embates ideológicos, sociais e políticos, parte dela em defesa do Estado Democrático de Direito, outra parte, inclinada e até mesma reivindicando a volta da ditadura, o que lhe confere como um dos grandes desafios da sociedade brasileira. Mas, esta latência em torno da ditadura não se restringe as forças progressistas e conservadora do campo sociopolítico e ideológico, no debate acadêmico presencia-se, discussões acerca dos ecos e do que nos restam da ditadura, ou ainda, alguns chegam apontar que a ditadura nunca acabou. Considerando o âmbito da Educação Básica, o desafio do ensino-aprendizagem sobre a ditadura civil-militar para o professor está maior, profundamente mais complexo. A presente pesquisa em andamento dedica-se ao ensino de história indígena e da ditadura civil-militar brasileira (1964 – 1985) na Educação Básica. A pesquisa justifica-se por três razões: primeiro pelos inúmeros relatos de professores e professoras que revelam as dificuldades e os receios de tratar sobre a ditadura em sala de aula, em função dos discursos negacionistas e das tentativas de controle sobre os/as professores/as e sobre o currículo protagonizado por diferentes atores sociais. Segundo estudos sobre dissertações do ProfHistória identificaram que as pesquisas no ensino de História sobre a ditadura civil-militar não estão entre os temas mais discutidos entre mestrandos/a. A terceira razão, manifesta-se na pouca visibilidade sobre a ditadura na Amazônia, sobretudo a violência sobre a qual se construiu, especialmente contra os povos indígenas. Desse modo, o objetivo geral da pesquisa é produzir uma sequência didática que aborde a temática e possa ser aplicada nos anos finais do Ensino Fundamental e Médio, contribuindo para a visibilidade da temática e atendendo à Lei Federal 11.645/2008. Para tanto, as fontes que embasam a pesquisa e a sequência didática são os relatórios da Comissão Nacional da Verdade referente aos Povos Indígenas.

NOSSA HISTÓRIA ATRAVÉS DA ARTE: A REVOLTA DA PRAIA DE SANGUE NA ESCOLA ESTADUAL INDIGENA TUXAUA LUIZ CADETE

Roseane Cadete Fidelis
Professora Mestre em Sociedade e Fronteira - PPGSOF-UFRR
roseanecadete@hotmail.com





Gustavo Caboco Wapichana

Artista visual Wapichana do Brasil que trabalha na rede Paraná-Roraima e nos caminhos de retorno à terra

gustavo@caboco.tv

Aceitando a experiência como o ponto de partida para a aprendizagem, este trabalho foi realizado com alunos da Escola Estadual Indígena Tuxaua Luiz Cadete, na Comunidade Indígena Canauanim, na qual contextualizamos os levantes e revoltas brasileiras. Entre a contextualização histórica, das diversas revoltas, abordamos especificamente a Revolta da Praia de Sangue, que foi um conflito violento que ocorreu entre indígenas e “brancos” as margens do Rio Branco no século XVIII. Esse conflito dizimou vários povos que viviam nesta região. Este crime histórico contra os povos indígenas e a extinção de outros, todo sangue indígena derramado no Rio Branco, os levantes, resultaram no enfraquecimento da estratégia dos Fortes e continua até hoje desde que se intensificaram os conflitos entre fazendeiros, agricultores, garimpeiros e indígenas de vários povos, pela posse de terras, pois depois que os Wapichana tem a casa-terra invadida pelos europeus e assistiram suas terras se tornarem “Estado” as lutas para garantir a sobrevivência tem sido constantes pois continuam ameaçados de todas as formas.

Partindo dessa ótica, os alunos foram instigados a refletirem sobre alguns apontamentos como: O conceito de Fronteira e em um oficina com mapas e imagens históricas, puderam repensar a presença indígena nos mapas históricos que definiram a fronteira wapichana Guiana- Brasil. Além de refletir, sobre a presença indígena Wapichana Guyana-Brasil na própria comunidade. Como parte da oficina também puderam redesenhar a fronteira com fios e tecidos pensando na História Wapichana.

Durante as atividades, como respostas as nossas indagações, os alunos responderam através de desenhos em tecidos as diversas formas que a Revolta da Praia de Sangue continua e afirmaram que os rios, pessoas, países, escolas, mapas e livros didáticos são fronteiras, pois em nenhum está a História dos povo Wapichana e que as Fronteiras foram traçadas, não só nos territórios, mas na língua, na dança, na cultura, são Fronteiras que dividiram o povo Wapichana a partir do rio Tacutú em Guyana- Brasil, Brasil- Guyana.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 18 - DECOLONIALIDADE, DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA

Coordenação:

Sérgio Ferro Pessoa - Universidade Federal do Oeste da Bahia

Lorena Lima Moura Varão - Universidade Federal do Tocantins

Natasha Karenina de Sousa Rêgo - Universidade Estadual do Piauí

Resumo do Simpósio Temático: O simpósio temático pretende acolher pesquisas inter/trans/multidisciplinares que coloquem em debate os estudos decoloniais na articulação com o campo dos direitos humanos. Em diálogo com Aníbal Quijano, Catherine Walsh e Walter D. Mignolo, Álvaro Gonzaga (2021) explica que o conceito de "descolonização" trata de estudos sobre os acontecimentos históricos de independência das ex-colônias, enquanto o termo "decolonialidade" envolve trabalhos direcionados à transformação das estruturas sociais, culturais e epistemológicas da modernidade eurocêntrica, questionando seu modo de interpretar o direito e a sociedade. Assim, sob a ótica da decolonialidade, este ST pretende construir um espaço de diálogo para a socialização de pesquisas orientadas pelas seguintes linhas de trabalho: a) direitos de povos originários e comunidades tradicionais; b) identidade, territorialidade e cidadania; c) novos processos de territorialização; d) povos em situação de fronteira; e) educação popular, interculturalidade e movimentos sociais; f) cultura, discurso e poder; g) democratização da memória, história e direitos humanos; h) educação antirracista, direitos humanos e democracia; i) colonialidade de gênero e interseccionalidade; j) assessoria jurídica popular e indigenismo; l) acesso à justiça e concretização de direitos; m) povos indígenas e comunidades tradicionais em juízo. O grupo de trabalho se interessa por estudos qualitativos baseados em metodologias como relato de experiência, história oral, etnografia, estudo de caso, análise de obra artística, pesquisa documental, revisão bibliográfica, entre outras formas de produzir conhecimento.





POVOS INDÍGENAS E A CONSTRUÇÃO INTERCULTURAL DE SUJEITOS DO DIREITO INTERNACIONAL NA FRONTEIRA EPISTEMOLÓGICA

Gabriel Pedro Dassoler Damasceno
Universidade Federal de Roraima (UFRR)
gabriel.damasceno@ufrr.br

Os povos indígenas frequentemente enfrentam opressão, e sua plena aceitação como sujeitos no âmbito do Direito ainda é um assunto controverso em diversos países da América Latina. Isso impede significativamente o reconhecimento de suas tradições e visões de mundo. Tal cenário propicia a violação de seus direitos, especialmente devido à posição marginalizada que ocupam em relação à defesa desses direitos. Diante disso, o problema de pesquisa deste texto é: como estabelecer uma subjetividade jurídica que reconheça os povos indígenas como sujeitos do direito internacional? Para abordar essa questão, adota-se o método dialético, analisando qualitativamente a estrutura presente do direito internacional, que atualmente não favorece a participação ativa dos povos indígenas na formulação do direito internacional. Isso é contrastado com o surgimento do Direito Internacional Descolonial, que promove o diálogo intercultural e a quebra das barreiras históricas, reconhecendo finalmente os povos indígenas como agentes ativos. Utilizando-se de referenciais teóricos descoloniais, das abordagens do Terceiro e Quarto Mundo ao Direito Internacional (TWAIL e FWAIL), explora-se a possibilidade de redefinir os sujeitos do direito internacional, considerando que o conjunto padrão foi criado sob influências eurocêntricas que ignoram os povos subjugados, presumindo uma desigualdade inerente de poder e conhecimento entre eles e os europeus. Portanto, argumenta-se que é essencial expandir essa visão, pois a realidade atual não reflete mais o passado colonial estabelecido no início da modernidade, época em que as vozes do Sul Global eram completamente ignoradas.

O DIREITO À MEMÓRIA E A LUTA PELA LIBERDADE DE SER QUEM SE É: A ARTE CONTRACOLONIAL DE UÝRA SODOMA

Elisangela Martins (elimacuxi/UFRR-UERJ)
elimacuxi@msn.com
elisangela.martins@ufrr.br

Este estudo apresenta e analisa a trajetória da artista amazônica Uýra Sodoma durante o período compreendido entre 2019 e 2022. O foco principal reside na apresentação e exame minucioso dos elementos contextuais, formais e temáticos presentes em obras da artista, especialmente destacando a relação intrínseca entre sua produção e os processos históricos peculiares da região amazônica. No contexto da contemporaneidade, caracterizada por uma crescente e intensa disputa narrativa em torno dos acontecimentos passados, a pesquisa toma a estética como um domínio de influência abrangente na experiência humana, considerando sua importância fundamental na conformação das sensibilidades coletivas e reflete sobre possibilidades e limites impostos pela colonialidade no que concerne às formas de produção, promoção e disseminação do conhecimento histórico acerca da região amazônica. Ao ponderar sobre o direito à memória e a significância da expressão artística como um mecanismo de resistência contra-colonial, o estudo visa destacar as realidades contemporâneas que, valorizando determinadas memórias, propõem formas criativas e efetivas de resistência à perpetuação violenta dos apagamentos das vivências dos povos indígenas no contexto de contato. Propõe-se, dessa maneira, que experiências estéticas como as de Uýra podem contribuir





tanto para uma maior compreensão da complexidade de processos contemporâneos como a reafirmação e retomada identitária étnico-cultural quanto para o efetivo desmonte de estruturas da colonialidade.

ALTO LÁ, O LITORAL NORTE FALA MBYÁ GUARANI!

Maria Cristina Schefer (IFRS/UERGS)
maria-schefer@uergs.edu.br

A presença do povo Mbyá Guarani no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, apesar de constantemente negada, está territorialmente demarcada, seja pelas nove aldeias ou pelas nomenclaturas de cidades, como: Tramandaí, Itati, Caraá, Capão da Canoa, Xangri-lá, Curumim, Imbé, Capivari ou da avenida principal, a interpraia: Paraguassu e outras como: Arariboia, Poti, Tiaraju. Neste estudo, a partir da etnofotografia e da criação de cenários culturais no entorno de placas de identificação de cidades, de ruas, a pesquisadora indigenista produziu imagens para uma exposição virtual nominada: “Alto lá, que as ruas falam Mbyá Guarani!”. Uma alusão à frase, supostamente, dita por Sepé Tiaraju, líder guarani, mártir em uma das batalhas contra o Tratado de Madrid (século XVIII): “Alto lá, essa terra tem dono”! Importante dizer que o processo de criação dos cenários com peças do artesanato Mbyá Guarani gerou a concentração de pessoas, algumas curiosas e outras expressadamente desconfiadas com o objetivo da ação, perguntas como: “mas o que quer dizer Curumim?” ou “você estão pendurando esses ‘troços dos índios’ aí, para que?”. Ao mesmo tempo, algumas pessoas diante da exposição expressam níveis de tomada de consciência do entorno diário, cita-se falas como: “nossa, eu nunca tinha me dado conta disso, desse número de nomes da língua deles” ou “não devia ter ninguém para homenagear naquela época em que colocavam esses nomes”. Enfim, a etnofotografia conceitual se revelou importante estratégia para a pesquisa intercultural, já que afeta o público e pode gerar conhecimentos interculturais e em contracultura.

O DIREITO À EDUCAÇÃO DIFERENCIADA E A ATUAÇÃO DOS PROFESSORES NÃO INDÍGENA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

Josieli e Silva
Universidade Estadual do Rio Grande Do Sul
josieli-silva@uergs.edu.br

Maria Cristina Schefer

As escolas indígenas são reconhecidas e garantidas em lei desde dois mil e doze. No litoral do Rio Grande do Sul se estabeleceram há mais de quinze anos. Essa mesma legislação que estabelece a modalidade, também normatiza sobre o seu funcionamento com normas e ordenamentos jurídicos próprios, para a garantia da educação diferenciada. Nesse cenário atuam dois profissionais distintos: o professor indígena e o professor não indígena. Pensando no segundo, a proposta era que deveriam atuar nesses espaços de modo transitório, até que os professores indígenas estivessem aptos ao exercício de todos os setores escolares. Na região do litoral temos o seguinte panorama em relação às escolas indígenas: são distribuídas entre os municípios de Torres, Osório, Maquiné, Riozinho, Caraá, Capivari do Sul e Palmares do Sul, que totalizam oito espaços escolares. De modo geral, hoje os professores não indígenas ocupam cargos de gestão e supervisão e atuam como professores do





ensino fundamental, tanto nos anos iniciais como nas áreas específicas dos anos finais, muitas vezes sendo maioria na escola indígena. Essa realidade nos leva a questionar: Qual o perfil destes professores não indígenas que estão atuando nas escolas indígenas e que tipo de formação eles recebem? No decorrer da pesquisa e da atuação da autora como gestora e professora na educação escolar indígena, percebemos a urgência de direcionar o olhar para os profissionais não indígenas que atuam nas escolas da região. Pois, além de ter uma alta rotatividade, muitas vezes esses profissionais chegam nas comunidades sem que tenham nenhum tipo de conhecimento sobre o que é a proposta de uma educação diferenciada e acabam reproduzindo o que aprenderam na sua formação inicial e na sua prática em escolas regulares. Para elucidar os estudos e pensar a educação diferenciada na perspectiva decolonial e intercultural valorizando a “América profunda” a referência foi Rodolfo Kusch e Vera Maria Candau. Eixo temático: Direitos indígenas: passado e presente.

INDIGENISMO EMANCIPATÓRIO E LUGAR DE MEMÓRIA SUBTERRÂNEA NO ALTO SOLIMÕES (AM) DURANTE AREDEMOCRATIZAÇÃO (1985-1989) O CASO DO GRUPO MAGÜTA/CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA DO ALTO SOLIMÕES (MAGÜTA/CDPAS)

Vitória Luyza Cardoso Barbosa
vluyzacb@gmail.com

A referida pesquisa buscou investigar as políticas indigenistas desenvolvidas pelo Grupo Magüta (MAGÜTA) através do Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões (CDPAS), criado em 1986 na cidade de Benjamin Constant no Alto Solimões amazônico durante o período da Redemocratização no Brasil. Fruto de uma associação entre os indígenas Tikuna e antropólogos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, o Grupo Magüta, de acordo com a ampla documentação analisada na pesquisa, foi alvo da vigilância do Estado brasileiro que ainda se encontrava imbuído das heranças autoritárias do período ditatorial cujo “difícil desmonte” dos órgãos de informação e de segurança desse regime ainda vigoravam ao longo da Redemocratização. Nesse contexto, o MAGÜTA/CDPAS foi enquadrado como inimigo e obstáculo às pretensões assimilacionistas e integracionistas do Estado brasileiro cujas heranças coloniais e colonialistas ainda atravessam a política indigenista dos órgãos do governo da sociedade envolvente. Dessa maneira, o MAGÜTA/CDPAS constituiu-se, então, como um mecanismo de resistência aos empreendimentos autoritários do Estado brasileiro de maneira que, como já afirmara Ailton Krenak, está permanentemente em guerra com os povos originários. Assim, o MAGÜTA/CDPAS enquadram-se como um “lugar de memória subterrânea” desse período e permitiu, enfim, a criação do primeiro museu indígena do Brasil, o Museu Magüta. Nesse sentido, o CDPAS/MAGÜTA foi visto pelo governo ditatorial como um inimigo da nação e, principalmente, um obstáculo às iniciativas da FUNAI; o indigenismo praticado pelo CDPAS/MAGÜTA é de tipo emancipatório; e, enfim, CDPAS/MAGÜTA se constitui enquanto um lugar de memória subterrânea das práticas autoritárias e coloniais/colonialistas do Estado brasileiro em relação aos povos indígenas, em especial, os Tikuna. Tais conclusões permitiram, então, a criação do Museu Magüta cuja relevância para a política e contexto da época o levou a ser eleito como Museu Símbolo em 1995. Ademais, será possível investigar de que maneira tal cultura política estabelecida no Alto Solimões possibilita o entendimento deste Museu enquanto um espaço de enquadramento e disputas de memórias e identidades. Enfim, a comunicação oral se enquadra no eixo temático “Políticas indigenistas e indígenas - séculos XX e XXI: lutas e conquistas”.





DIREITOS INDÍGENAS LGBTQIAPN+, DECOLONIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO PÓS-PANDÊMICO, EM BOA VISTA, RORAIMA.

MADIANA RODRIGUES
PPGA/UFRR
madhiana.rodrigues@gmail.com

O contexto pandêmico impôs muitos desafios à população indígena LGBTQIAPN+, sobretudo por ser uma população em situação de vulnerabilidade permanente no Brasil. A falta de acesso específico aos tratamentos de saúde, a falta de estratégias envolvendo a sobrevivência em situação de confinamento em ambientes hostis, entre outras dificuldades, nos mostram que é, certamente, urgente abordar conteúdos voltados à inclusão social e à igualdade de gênero que problematizem as dificuldades no enfrentamento da pós-pandemia. O presente trabalho diz respeito à ação de extensão que tem como objetivo promover espaços de discussão, reflexão e proposição de políticas públicas construídas para atender as singularidades de indígenas LGBTQIAPN+. O assunto ainda é tabu e grandes foram as dificuldades para envolver comunidades indígenas e jovens sobre o tema. Consideram-se para fins deste trabalho as ideias desenvolvidas por MIGNOLO (2007) que dizem respeito à “Ferida Colonial” e à “Opção Decolonial”. Desde os contatos coloniais iniciais, a “colonialidade do poder” (QUIJANO, 2000) é produzida como uma marca do Ocidente invadindo as sexualidades e os corpos ameríndios. Pode-se dizer que a heterossexualização e a heteronormatização compulsórias (ARISI; FERNANDES, 2017) são marcas morais do processo de colonização sofrido. A morte do Indígena tupinambá Tibira, do Maranhão pode ter sido a primeira vítima documentada de homofobia no Brasil. Uma ação religiosa coordenada pelo Frei Yves D’Évreux (História das Coisas Mais Memoráveis Ocorridas no Maranhão nos Anos de 1613 e 1614, 2009). Como resultados percebe-se que a diversidade sexual precisa ganhar espaço nas aldeias. É preciso falar mais sobre o preconceito, as violências e os abusos relatados, que se tornaram mais evidentes após o confinamento sofrido. Há relatos de indígenas que a exposição sobre sua condição foi descoberta no confinamento obrigatório, o que tornou o período pós-pandêmico ainda muito difícil. Conclui-se, igualmente, que é preciso prestar atenção às condições coloniais e às condições neoliberais atuais – que enquadram os múltiplos processos de subjetivação dos povos indígenas – para seguir numa agenda decolonial mais do que necessária na direção de políticas públicas voltadas para as sexualidades ameríndias, ou seja, voltadas para a liberdade das emoções, dos desejos, das sexualidades e dos gêneros nativos.

“NOSOTROS SOMOS WARAO”: O DIREITO AO ASSENTO DE NASCIMENTO DO INDÍGENA

Dayana Figueiredo Bednarczuk
Universidade Federal de Roraima
dayanafbed@gmail.com

Este artigo consiste em um relato de experiência profissional de uma assistente social e mestrande em antropologia social atuando em um Abrigo Indígena para refugiados da Venezuela em Boa Vista, Roraima no ano de 2020, na busca pela efetivação da garantia do direito ao assento do nascimento do indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais. Através da construção de uma etnografia retrospectiva com a releitura, reflexões e análises do diário de campo da profissional assistente social com uma postura auto-reflexiva da trajetória percorrida nos espaços institucionais para a efetivação do direito ao assento de nascimento indígena para todas as crianças que estavam nascendo em





Roraima, brasileiras, entretanto eram pertencentes aos povos indígenas venezuelanos. A autoetnografia será apresentada como uma alternativa conceitual na reflexão teórica numa dimensão política, para leitura de escritas de sujeitos/autores que refletem sobre a sua própria inserção social, histórica e identitária. O estudo permite conhecer a interface do trabalho da Antropologia e do Serviço Social por meio da interação e a construção da alteridade, ambas as áreas do conhecimento surgem historicamente comprometidas com a relação com o outro e sua constituição com o objeto e sujeito. E também vivenciar o trabalho do assistente social, que constitui em contribuir para a existência desse outro como sujeito de direitos, ou seja, para sua emancipação de maneira que ele se firme como cidadão em uma sociedade democrática. Direitos civis, acesso a políticas públicas e programas sociais permitem a emergência na condição de sujeito no mundo moderno, e o assistente social trabalha continuamente observando, refletindo e interferindo no contexto que proporciona essa construção do outro transformado.

ESTATUTO DO ÍNDIO: UM OLHAR SOBRE O ONTEM E O HOJE

Prof. Dr. Marcio da Silva Granez
Universidade Federal de Roraima
marcio.granez@ufrr.br

INTRODUÇÃO: A lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973, popularmente conhecida como “Estatuto do Índio”, fez cinquenta anos em 2023. Trata-se de um marco importante na legislação nacional sobre a questão indígena. O trabalho busca refletir sobre como a questão indígena vem sendo trabalhada pelo legislador brasileiro, a fim de identificar as principais lutas e avanços nesse processo histórico. **DESENVOLVIMENTO:** Para tanto, faz primeiramente um apanhado histórico da legislação pré-Estatuto. Em seguida, sintetiza e analisa os pontos centrais da lei 6.001/73. A análise da questão indígena sob o prisma da legislação traz aspectos relevantes para o debate sobre a autodeterminação e a identidade os povos originários. Entre eles, é possível constatar a existência de três fases bastante marcantes. A primeira delas focada na falta de reconhecimento mínimo sobre a existência e o direito das populações indígenas, que prevalece do Brasil Colônia até as primeiras décadas do século XX. Num segundo momento temos a criação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI (1967) e a entrada em vigência do Estatuto do Índio, na década de 70 do século passado. É considerado um avanço em relação à situação anterior, mas é igualmente marcado por uma visão assimilacionista, na qual o indígena é tido como elemento a ser absorvido pela cultura brasileira. Atualmente, a concepção da legislação que aborda a questão indígena aponta para outra perspectiva: a de respeito aos povos originários, preservação de sua cultura e visibilidade de sua existência. Tal contexto surge com a Constituição Federal de 1988, que amplia a noção de pertencimento e respeito às diferenças dos grupos que compõem a sociedade brasileira. **CONCLUSÕES:** A legislação sobre os povos originários do Brasil reflete as mudanças nas concepções dos estudiosos e da sociedade brasileira acerca do papel e da identidade dos povos indígenas. Apesar dos avanços que explicita, ela está longe de ser uma realidade, como atestam os diversos conflitos que envolvem a questão indígena, fartamente documentados pela imprensa nos últimos anos. **EIXO TEMÁTICO:** Direitos Indígenas: passado e presente.





A UBIQUIDADE DAS TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS POR INDÍGENAS E O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS PROMOVIDO JUDICIALMENTE PELO MINISTÉRIO PÚBLICO.

Hemerson Allan Carvalho Cunha
Centro Universitário da Amazônia
allanbvrr@hotmail.com

Introdução: O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre o tema da “defesa dos direitos e interesses das populações indígenas” (art. 129, V da Constituição Federal) como atribuição de diversos Órgão de acesso à ao Poder Judiciário, como é caso do Ministério Público Federal, uma vez que o tema se comunicaria com a competência da Justiça Federal para julgar disputa sobre direitos indígenas (art. 109, XI da Constituição Federal), ou ainda como atribuição do Ministério Público estadual, pois os direitos e interesses das populações indígenas revelam a característica da ubiquidade, uma vez que converge a atuação de diversas entidades federativas (como os Estados e Municípios) na implementação de políticas públicas que alcançam também as comunidades indígenas. Inicialmente, será desenvolvido um breve debate sobre o superado paradigma da integração dos povos indígenas e a sua superação pela pela Constituição Federal de 1988.

Desenvolvimento: Posteriormente, o trabalho enveredará sobre alguns aspectos do federalismo brasileiro que constitui vetores interpretativos para a definição da atuação do Ministério Público na defesa dos direitos dos povos indígenas, uma vez que no federalismo brasileiro, as competências atribuídas para as Justças federal e estadual não se baseiam nos mesmos fundamentos que determinam a competência legislativa do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas estaduais. O tema do federalismo reverbera na atuação do Ministério Público na defesa de direitos dos povos indígenas, diante das normas constitucionais que atribuem à União o domínio das terras indígenas (art. 22 da Constituição Federal de 1988), competindo ao Poder executivo da União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (art. 231 caput da mesma norma), assim como é óbvia a competência dos juízes federais para julgar a disputa sobre direitos indígenas (art. 109, XI).

Conclusões: Ao final, discute-se, através de um exemplo que envolva a complexidade federativa e acesso à políticas públicas dos diversos entes federativos (educação dos povos indígenas), chega-se ao destaque de possibilidades de atuação do Ministério Público estadual no exercício da atribuição conferida pela Constituição Federal (art. 129, V), desenvolvendo-se potencial federalização de processos que tramitam na Justiça estadual e a possibilidade de realização do controle de convencionalidade a ser realizada pelo Ministério Público estadual.

DIREITOS HUMANOS E LINGÜÍSTICOS NOS ORDEAMENTOS JURÍDICOS PARA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Jonise Nunes Santos
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
jonise@ufam.edu.br

O Amazonas, estado brasileiro com maiores dimensão territorial, número de línguas e povos indígenas, foi o locus no qual se desenvolveu a pesquisa de doutorado, da qual se fez um recorte com objetivo geral de analisar os direitos linguísticos da legislação brasileira para educação escolar indígena, à luz da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Metodologicamente, utilizamos, Pesquisa Documental, especificamente, identificando documentos oficiais do Estado, referentes à construção do direito à língua, a partir da construção do Direito Internacional dos Direitos Humanos -





DIDH, que possibilitou o reconhecimento, na Constituição Federal de 1988 - CF/1988, do direito ao uso das línguas indígenas, por seus respectivos falantes. No entanto, no Amazonas, a atuação da docência indígena, relacionados à abordagem linguística, ainda é um desafio a ser superado para que a escola contribua com fortalecimento, resistência e manutenção das línguas indígenas, diante da presença da língua portuguesa ou, em alguns casos, de língua indígena majoritária. Assim, no presente trabalho, discutimos, o cumprimento do direito à língua em escolas do povo Tikuna, localizadas na região do Alto Solimões, cujo Sistema Municipal de Educação ainda não prioriza a língua materna dos falantes para alfabetização. Teoricamente, fundamentamos a discussão em Spolsky (2004) e Shohawy (2006). Abordamos, ainda, o quantitativo de povos e de línguas, no território em discussão, que aponta para a demanda de ações que possam assegurar direitos e reivindicar atenção às línguas, tanto no âmbito Nacional quanto estadual (Amazonas). Por fim, apresentamos as ações de acadêmicos indígenas para atenderem às demandas das aldeias e cumprirem os direitos linguísticos, que devem ser pautadas no comunitarismo, isto é, em ações coletivas, centradas no contexto dos estudantes, envolvendo, inclusive, a aldeia, considerando que a manutenção da língua é responsabilidade do Estado, do Povo e do falante.

A ETNOFOTOGRAFIA EVIDENCIANDO A DEMARCAÇÃO INDÍGENA NO LITORAL NORTE DO RIO

Maria Cristina Schefer
IFRS/UERGS
mariacrisdomar@gmail.com

Este estudo etnológico, evidenciou a presença remota de indígenas no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. A pesquisadora, também fotógrafa de formação, percorreu uma das cidades litorâneas mais visitadas durante o verão: Capão da Canoa e capturou imagens de placas que nomeiam ruas e avenidas. Ela não o fez sem preparar o cenário, adornando essas placas com peças de artesanato Mbyá Guarani, etnia que vive em nove aldeias nos arredores do município. Via de regra, algumas curiosidades referentes aos nomes dessas ruas e avenidas revelaram a multiplicidade étnica que já habitou o território. Nesse sentido o próprio termo 'capão' é topônimo Tupi- Guarani e significa, "mato redondo". A principal avenida da região, que percorre todo o município incluindo três distritos (Curumim, Capão Novo, Arroio Teixeira) é denominada Paraguassu, que significa: "rio comprido, ou mar grande". Outra avenida importante para o comércio local é a Araribóia, que significa "cobra feroz". Salientam-se, inclusive, referências literárias, a partir do indianismo de José de Alencar, presentes ora em "um romântico encontro das ruas": Ceci e Peri, menção aos personagens do clássico: O Guarani, ora na rua Andira (morcego) do clássico: Iracema. Na sequência foram fotografadas as ruas: Tupã (Deus), Poty (camarão), Sepé (referência à Sepé Tiaraju, mártir na Guerra Guaranítica), Pindorama (terra das palmeiras) e, por fim, Rudá (o que abençoa o amor na teogonia indígena). Todo o período da produção de dados marcado pela curiosidade de moradores que passavam por esses lugares, questionando: "por que você está colocando essas coisas de índio, aí?"; "você vai deixar isso pendurado lá no alto da placa?" ou comentando: "eu já comprei um cesto desses, dos índios que vem aqui no verão". Houve, nessas conversas, alguns que se prontificaram a "enfeitar as placas", porém, nenhum fez menção ao significado dos topônimos ou de que tenha relacionado os adornos com a ideia da pertença indígena no município. Diante disso, entende-se que revelar a presença territorial do povo indígena no Litoral Norte do Rio Grande do Sul pode possibilitar o status de nativo ao povo Mbyá Guarani, para que ele deixe de ser narrado enquanto 'estranho' ao lugar.





ESTÁGIO EM DOCÊNCIA NA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO INDÍGENA E A PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES ANTIRRACISTAS

Andréia Oliveira Rabelo
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
andreia.rabelo@ufam.edu.br

Jonise Nunes Santos
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
jonise@ufam.edu.br

Resumo: Uma citação relevante sobre a formação de professores antirracistas é de Angela Davis, ativista e acadêmica afro-americana, que disse: "Em uma sociedade racista, não basta não ser racista, é necessário ser antirracista." Essa frase destaca a importância não apenas de evitar comportamentos racistas, mas também de agir ativamente contra o racismo. Na formação de professores, isso significa não apenas ensinar sobre a diversidade e a justiça social, mas também desenvolver práticas e currículos que desafiem o racismo sistêmico e promovam a equidade racial na educação. Nesse sentido, este estudo, busca observar através do estágio em docência, como se dá a disciplina de educação indígena no curso de graduação em pedagogia, da Universidade Federal do Amazonas, na perspectiva da formação de professores antirracistas, ao incorporar as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 à disciplina de Educação Indígena, dando aos docentes a oportunidade de contribuir para uma educação mais inclusiva, plural e antirracista, promovendo o respeito à diversidade cultural e o reconhecimento dos direitos e saberes dos povos indígenas do Brasil. Utiliza-se como procedimentos metodológicos neste estudo, a observação participante, pesquisa documental e bibliográfica, que se darão ao longo do semestre letivo 2024/1. As atividades contempladas serão realizadas no período citado. Diante dos resultados parciais mais relevantes, destaca-se que, pensamento decolonial é uma abordagem teórica e política que busca desafiar e desconstruir as estruturas de poder estabelecidas pela colonização e seus legados. Nesse contexto, esses resultados já demonstram que ao desafiar esses padrões e estruturas, o pensamento decolonial busca promover a descolonização tanto do conhecimento, quanto das práticas sociais, políticas e culturais. Isso envolve reconhecer e valorizar os conhecimentos e as experiências das comunidades historicamente marginalizadas, bem como questionar as narrativas dominantes que legitimam a colonização e a opressão, no sentido de promover o diálogo interdisciplinar, integrando conteúdos sobre Educação Indígena em diversas áreas do conhecimento, como História, Geografia, Ciências Sociais, Língua Portuguesa e Artes. Acredita-se ainda que, ao aprofundar-se na disciplina de Educação Indígena, os discentes aprendem a valorizar e respeitar a diversidade cultural, linguística e epistemológica. Isso os ajuda a desenvolver uma sensibilidade intercultural e a reconhecer a importância de incluir diferentes perspectivas no currículo e na prática pedagógica.

AS MULHERES INDÍGENAS VENEZUELANAS NO BRASIL VENEZUELAN INDIGENOUS WOMEN IN BRAZIL

Jocélia Alves da Silva
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSSocial), Universidade Federal Estado do Tocantins.





Maria Helena Cariaga Silva

Professora do curso de graduação e pós graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema, TO.

mhcariaga61@gmail.com

O estudo visa identificar os direitos das mulheres indígenas venezuelanas no Brasil. O fluxo de indígenas refugiados/migrantes no Brasil representa uma gama de desafios no contexto da proteção social. As mulheres indígenas enfrentam diversas formas de discriminação histórica e a situação se agrava com a população migrante e refugiada, as violações de direitos humanos em todos os contextos cotidianos, impactando nos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, acesso à justiça, bem como no direito a uma vida sem violência. Metodologia: Utilizou-se metodologia descritiva qualitativa, mediante revisão bibliográfica. Destaca-se a tribo Warao, um grupamento indígena nativo da Venezuela, constituído na região do delta do Rio Orinoco, que apresenta como cultura o hábito de se deslocar para coletar alimentos, em busca do sustento familiar, retornando à sua aldeia. Sendo a segunda maior etnia da Venezuela, com aproximadamente 50 mil pessoas de acordo com a Agência da ONU para refugiados. Como aponta Cirino (2020, p. 136), Warao significa “povo da água”, é um povo composto por famílias matrilineares, e os agrupamentos são liderados pelos homens, mas são as mulheres as que contribuem para as decisões e possuem um papel central no cotidiano do grupo. Esses povos sofreram mudanças culturais, a partir de 1960, devido intervenções em seu território, passaram a estabelecer ciclos migratórios, dentre essas intervenções, as ações das missões religiosas, a partir de 1920. Grande parte da população sofre com a falta de alimentos, o que leva, inclusive os indígenas, a se refugiarem em países vizinhos. As mulheres indígenas enfrentam diversas formas de discriminação histórica e a situação se agrava com a população migrante e refugiada. Tal fato resulta na exposição as violações de direitos humanos no contexto da vida cotidiana, impactando nos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, no direito de acesso à justiça, assim como no direito à uma vida sem violência (CIDH, 2022). Conclusões: Ainda há muito pouco conhecimento sobre essa realidade, no âmbito da assistência social, os direitos das mulheres indígenas, observou-se que essas mulheres indígenas possuem poucas oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, enfrentam dificuldades geográficas, econômicas e culturais, específicas para acessar os serviços de saúde e educação e a programas e serviços sociais.

Palavras-chave: Warao; indígenas migrantes; direitos.

A CONSTRUÇÃO DA ALTERIDADE INDÍGENA NO JULGAMENTO DO MARCO TEMPORAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)

Julia Zucchi Natour

Me. Lorena Varão

Universidade de Brasília

jznatour@gmail.com

A presente pesquisa pretende investigar como o Poder Judiciário, mais especificamente o Supremo Tribunal Federal (STF), representa discursivamente e nas suas práticas os povos indígenas. Além disso, nos interessa investigar como os próprios indígenas se percebem nesse universo. Desse modo, visa-se contribuir com uma perspectiva antropológica para o debate jurídico contemporâneo acerca do Marco Temporal para compreendermos seus fundamentos, reflexos e consequências na efetivação





dos direitos fundamentais e na construção da alteridade dos povos indígenas. Para tanto, empreendemos - através da metodologia qualitativa - análise bibliográfica dos estudos latinos americanos contemporâneos e exame do Acórdão do RE 1.017.365. Em paralelo a isso, realizamos um trabalho de campo etnográfico e observação participante no ATL 2024, acompanhando a comitiva do Piauí, entrevistamos lideranças dessas comunidades e produzimos registros fotográficos desses encontros. Com a análise do material coletado, conjuntamente com as leituras realizadas, depreendeu-se que o fio analítico que percorre todo o percurso investigativo é a Colonialidade, ou seja, as permanências da matriz colonial que ainda estruturam a relação do Estado com os povos indígenas. Neste cenário, percebe-se que as mesmas categorias são interpretadas de maneiras distintas a depender do agente social que as mobiliza. Isto é evidente, por exemplo, em face dos conceitos de direito originário, terra indígena, (in) segurança jurídica... Além disso, nota-se uma evidente dissonância quanto a compreensão da posse indígena sobre seu território, confundindo-se os institutos de posse constitucional e a de caráter civil. Ressalta-se, também, que a interpretação da natureza da demarcação de terra indígena está em latente disputa, visto que, a despeito do que alegam os Min. Alexandre de Moraes e Min. Nunes Marques, não se trata de um direito, mas sim de aplicação de direitos já estabelecidos, o que enseja a discussão acerca do papel do STF enquanto garante da aplicação eficiente dos direitos constitucionais - em especial das minorias diante de seu pretensão caráter contra-majoritário. Ante o exposto, nos parece que o STF, na decisão do RE 1.017.365 repactua os poderes coloniais, ao dar primazia ao direito à propriedade privada frente ao duplo direito fundamental dos indígenas - “de ser e de estar”.

VIVÊNCIA DO POVO INDÍGENA WARAO EM TERESINA/PI: A OMISSÃO AO DIREITO À EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

WELLYNA CHRISTYNE FRAZÃO SILVA
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
welfrazao@gmail.com

NATASHA KARENINA DE SOUSA REGO
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
nkaresr@frn.uespi.br

A presente pesquisa tem por objetivo apresentar as vivências do povo indígena WARAO, migrantes venezuelanos, em Teresina/PI. Objetiva-se: Apresentar o contexto migratório dos povos indígenas WARAO para o Brasil; situar a presença dos indígenas WARAO na cidade de Teresina, estado do Piauí, com ênfase em direitos e políticas públicas; investigar a ausência de políticas educacionais para os indígenas WARAO em Teresina-PI. A pesquisa tem aporte bibliográfico e documental. Chega-se à conclusão de que o tratamento no Estado do Piauí, sobre a educação escolar indígena ainda comporta lacunas, sendo necessária maior atenção quanto aos mecanismos de concretização das garantias oferecidas pelo país ao povo indígena WARAO. O trabalho é importante para visibilizar as vivências dos povos indígenas WARAO em Teresina, enquanto pessoas que devem ter seus direitos respeitados e garantidos.

Palavras-chave: Povo indígena WARAO; migrantes; Teresina/PI; políticas educacionais; educação escolar indígena.





A PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL DIANTE DA EXPANSÃO DO GARIMPO NA PANDEMIA DA COVID 19

Natasha Karenina de Sousa Rego
Universidade Estadual do Piauí
ceciliakristhinebm22@gmail.com

Cecilia Kristhine Carneiro Da Costa Silva

A pandemia da Covid 19 representou uma das maiores crises sanitárias do mundo, o Brasil não foi poupado sendo aquele com um dos piores índices de mortos durante o período pandêmico. Nesse cenário a população indígena brasileira teve que lidar com as consequências do avanço da doença e com o constante avanço garimpo por seu território, perante isso o objetivo central desta pesquisa é analisar a proteção dos direitos fundamentais dos povos indígenas no Brasil diante da expansão do garimpo durante a pandemia do Covid 19. Particularmente objetiva-se identificar quais as tribos atingidas pela expansão do garimpo na pandemia da Covid 19, apresentar a atuação de órgãos nacionais na proteção dos direitos fundamentais de povos originários, identificar e discutir sobre a atuação dos organismos internacionais de proteção dos direitos humanos na defesa dos direitos da população indígenas. Para o levantamento de dados durante o trabalho as técnicas utilizadas serão a pesquisa bibliográfica e documental, o método elegido para o presente estudo é o hipotético dedutivo.

Palavras-Chave: Pandemia. Garimpo. Povos Indígenas. Direitos Fundamentais.
Direitos Humanos

PROJETO DIVERSIDADE: LETRAMENTO ÉTNICO-RACIAL NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E O INGRESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS UNINTER

Karina da Costa Santos
Uninter
karina.san@uninter.com

Apresenta relato de experiência de ações institucionais promovidas nos anos de 2023 e 2024 pela Escola de Educação Humanidades e Línguas -ESEHL/UNINTER voltadas para o letramento Étnico-Racial comum a todos os cursos de graduação (desde 2020) e das políticas internas para o ingresso e permanência de estudantes indígenas como possibilidade de efetivação da Lei 11645/2008 na IES, para isso aprovou no Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) a Resolução 2166/2023 estabelecendo as Diretrizes do Programa Diversidade Racial para acesso e permanência da população indígena e quilombola através de concessão de bolsas de estudo em cursos de educação básica (Educação de Jovens e Adultos) e graduação. O programa é coordenado por duas professoras: uma indígena e a outra preta. A princípio, desenvolveu um projeto piloto com indígenas Mbyá-Guarani da Ilha da Cotonga, município de Paranaguá-PR. Para garantir que o ensino-aprendizagem ocorresse com qualidade e transparência e dentro das legalidades, por meio da portaria 06/2023 de 02 de junho se instituiu o Grupo de Trabalho Diálogos interculturais que tem como objetivo acompanhar, projetar ações que garantam a formação adequada aos estudantes indígenas. A partir de visitas técnico-pedagógicas achou-se necessário que esse acompanhamento aos estudantes fosse de modo personalizado e com instrumentos tecnológicos acessíveis àquela realidade. Em relação ao





Letramento comum que acontece em todos os cursos de graduação viu-se que apesar dos esforços, muitos dos estudantes não indígenas ainda se apegavam a concepção de um indígena irreal, criado por imaginários. Através de parcerias com as instituições canadenses First Nations of University e Regina's University a instituição promoveu o Collaborative Field Experience, um curso de imersão cultural e troca de saberes entre estudantes indígenas canadenses e brasileiros e proporcionou também a presença de estudantes Uninter não-indígenas para que imergissem numa cultura as quais só conheciam em livros ou reportagens que além de proporcionar a educação para as relações étnico-raciais serviu como plataforma para o engajamento de estudantes indígenas e não indígenas da IES, e divulgação do primeiro edital de processo seletivo com 25 bolsas de estudos de 100% e 80% para estudantes indígena residentes no Estado do Paraná. A IES entende que precisa também ser de fato um operador de direitos contribuindo efetivamente para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária via educação.

Palavras-Chave: Decolonialidade, Direitos Humanos e Justiça.

DIREITOS DO POVO TUXÁ EM IBOTIRAMA/BA: A LUTA PELA TERRA E POR JUSTA REPARAÇÃO

Sérgio Pessoa Ferro
UFOB/BA
sergio.ferro@ufob.edu.br

O trabalho orienta-se metodologicamente por um relato de experiência, apresentando os resultados de duas mesas redondas consistentes em ações de extensão universitária: Direitos dos Povos Indígenas no Oeste da Bahia e Vivência e Encontro de Saberes na Aldeia Tuxá Kiniopará, ambas realizadas em novembro de 2023. Objetiva-se refletir sobre os conhecimentos produzidos com base no diálogo intercultural e nos estudos decoloniais. No campus da Universidade Federal do Oeste da Bahia, em Barreiras, realizamos a primeira mesa com as palestras de Cacica Lucimar Maria de Lima e professora Edineide Barros de Oliveira Silva, representantes da Associação de Mulheres Indígenas Tuxá de Ibotirama; professora Fernanda Cristina de Oliveira Franco; o vice-prefeito de Ibotirama/BA, Wilson de Oliveira Leite; e o procurador da República, Adnilson Gonçalves da Silva. Na semana seguinte, na Aldeia Tuxá Kiniopará, em Ibotirama/BA, realizamos a segunda mesa redonda com as palestras da Cacica Lucimar Maria de Lima; a servidora do Ministério Público do Estado da Bahia, Tânia Rossene; o vice-prefeito de Ibotirama/BA, Wilson de Oliveira Leite; e do professor Sérgio Pessoa Ferro; com mediação da professora Edineide Barros de Oliveira Silva. Em síntese, foram discutidos os direitos do povo Tuxá, abordando a luta pela terra e por justa reparação, resgatando o histórico das negociações jurídicas com o Estado brasileiro, desde a remoção da ilha de Sorobabé em razão da construção da usina hidrelétrica Itaparica em 1986 aos diversos acordos celebrados entre o povo Tuxá, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas com intermediação do Ministério Público Federal nos autos de uma ação civil pública. Salientou-se a homologação da demarcação administrativa do território em 1991, abordando também os direitos territoriais e a política indigenista em tempos de transição do paradigma da tutela ao paradigma da autonomia instaurado pela Constituição Federal de 1988. Por fim, foi abordada a importância da ação civil pública para a defesa dos direitos dos povos indígenas perante o Poder Judiciário, garantindo os direitos coletivos e a igualdade étnica por meio do processo civil.





A MENTE PERIGOSA DO KANAIMÉ, SOB O OLHAR DE UMA PERITA CRIMINAL MACUXI

Marcela Larceda Macuxi
marcelita_cruz@hotmail.com

O artigo *Mente Perigosa do Kanaimé*, sob o olhar de uma Perita criminal Macuxi analisa e investiga o comportamento cognitivo dos indígenas que cometem homicídios de Kanaimé, com base em um caso real ocorrido em 2019 na comunidade Pium, na Terra Indígena Serra da Lua, município de Bonfim, Roraima. A pesquisadora Macuxi, atuando como olhar de perita forense, examina a questão jurídica e forense sob uma perspectiva cultural. O estudo foca no julgamento e na sentença do caso de homicídio do Kanaimé, explorando como o indivíduo que mata o Kanaimé é visto e tratado dentro do contexto jurídico e cultural indígena. O Kanaimé é uma figura central nas culturas do Circum-Roraima, que abrangem as fronteiras do Brasil, Guiana e Venezuela, envolvendo etnias como os Karíb e Aruak. Associado ao mal, ao fantástico e ao sobrenatural, o Kanaimé é descrito como um estado performático, transitório e metamórfico, relacionado à manipulação de poderes metafísicos.

Palavras-chave: perícia criminal, Macuxi, Kanaimé, justiça



SIMPÓSIO TEMÁTICO 21 - AFROINDIANIDADE EM LA ABYAYALA. LA ETNOGENESIS DE UNA REALIDAD SOCIAL, POLÍTICA Y CULTURAL EN COMUNIDADES MESTIZADAS INDIO-AFRICANO

Coordenação:

Fran Manolo Morales Rada - Universidad Bolivariana de Venezuela. Centro de estudios de Pueblos y Culturas Indígenas (CEPCI-UBV)

Resumo do Simpósio Temático: El trabajo nos lleva a revisar algunas situaciones etnohistóricas que hicieron posible las interacciones entre las sociedades nativas de la AbyaYala, y los africanos secuestrados y esclavizados en nuestro continente durante la colonización. Este hecho es la mayor acción genocida realizada por la voracidad imperialista de los europeos y dio origen a la modernidad occidental. Una de las consecuencias de esa etapa es el surgimiento de una población derivadas de las uniones conyugales, formales e informales, entre indígenas y afros, lo cual origina una mezcla étnica que hemos conceptualizado como afroindígenas. Este particular mestizaje viene produciendo secuelas socioculturales y ha tenido un impacto fundamental en la estructuración de los llamados sectores populares o marginales latinoamericanos, tanto en los ámbitos urbanos como rurales. En la investigación que desarrollamos estudiamos el pueblo originario Tomuzas y la posible etnogenesis de una población, que reivindica sus raíces étnicas indígenas y africanas. Algunas categorías que caracterizan a estas sociedades son factores recurrentes en toda la AbyaYala, trayendo consecuencias sociales, políticas y culturales. Con aspectos significativos como la pobreza y la exclusión, que se contraponen con diversos elementos culturales relacionados con las artes en el contexto de la llamada cultura popular en particular la música, el ritmo y el movimiento. Para este estudio se tomaron de referentes países centroamericanos y caribeños, y la gran mayoría de las naciones suramericanas. Todos tienen comunidades que reconocen su condición afroindígena y comparten estas características.



A POÉTICA ANCESTRAL COMO RESPIRO: EBULIÇÕES AFRO-INDÍGENAS NAS IDENTIDADES SERTANEJAS BAIANAS

Luciano Santos Xavier
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
lu.ciano2011@live.com

Este trabalho trata-se de um recorte da atual pesquisa de Doutorado que venho desenvolvendo no Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), acerca das oralituras afro-indígenas no Sertão da Bahia. As artes afro-diaspóricas e indígenas resguardam em si uma cosmogonia ancestral, pautada em valores civilizatórios que lhes são imanentes, numa lógica contra-hegemônica de partilha da vida, das relações do/com o mundo. Nesse rol, os cantos indígenas, as rezas, os pontos e ritos ancestrais do candomblé e umbanda, as performances artístico-culturais, como o samba, a exemplo, insurgem como elaboração estética de manutenção de uma memória ancestral negríndia. Essas convergências, trânsitos e fronteiras negras e indígenas apontam para um Brasil plural e profundo, que não se limita a uma concepção rasa de mestiçagem, ao mesmo tempo em que a toma como ponto de partida para o debate das porosidades, conflitos e entroncamentos das relações identitárias étnico-raciais brasileiras. Nos sertões da Bahia - Brasil, essas questões desembocam em outros modos de perceber as formações identitárias, forjadas pelas heranças originárias e afro-diaspóricas (também do próprio colonizador), fazendo emergir um devir identitário afro-indígena, complexo, movediço, que necessita de atenção para não cair nas armadilhas da asfixia colonial imposta há muito aos povos não brancos. Assim, a partir dessa investigação das oralituras afro-indígenas do território do Piemonte da Diamantina, no sertão baianos, este trabalho propõe uma discussão em torno dos tensionamentos identitários agenciados nessas estéticas orais, entendendo suas imbricações nos processos de formações identitárias étnico-raciais no território citado.

Palavras-Chave: Poética ancestral; Tensionamentos identitários; Identidades afro-indígenas; Sertão da Bahia.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 22 - OS DESAFIOS DOS INDÍGENAS NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO

Coordenação:

Cora Elena Gonzales Zambrano - Universidade Estadual de Roraima

Danielle da Silva Trindade - Universidade Federal de Roraima

Resumo do Simpósio Temático: A língua é um fenômeno social utilizado coletivamente por todos os falantes que partilham uma mesma cultura, suas múltiplas subculturas, e com fronteiras culturais permeáveis recebem influência e influenciam outras comunidades culturalmente diferentes. É um fenômeno de natureza sóciocognitivo, que depende das interações sociais para ser ativada, é um processo que está sempre em formação, decomposição e recomposição, dadas as transformações culturais e cognitivas de seus falantes, e afirma, ainda, que língua é contexto, interação, pois, dentro dela encontram-se aspectos cognitivos e culturais que são indissociáveis. Desse modo, a língua é o primeiro instrumento de interação social utilizado para estabelecer comunicação entre os sujeitos que a utilizam na interação verbal. O presente simpósio propõe o debate sobre os desafios indígenas em contexto migratório: os marcos legais, as barreiras linguísticas e o português como língua de acolhimento, relações interculturais, expectativas, percursos e possibilidades de garantia à educação e promoção social.





LÍNGUA, CULTURA E IDENTIDADE: ENSINO-APRENDIZAGEM DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ADICIONAL A INDÍGENAS VENEZUELANOS DA ETNIA WARAO EM BOA VISTA, RORAIMA

Mateus Moreth de Santana
Universidade Federal de Roraima
mateusmoreth@gmail.com

O povo warao tem vivenciado o fluxo migratório forçado devido às dificuldades econômicas e políticas na Venezuela. Muitos warao têm dificuldades com a comunicação em português, pois comunicam-se entre si em warao ou espanhol. Essa barreira linguística dificulta a vida desse povo no Brasil, inclusive na venda de seus produtos de artesanato, gerando problemáticas como: de que maneira a aprendizagem de português pode contribuir com as relações de emprego e renda, como a comercialização do artesanato produzido pelos warao? Além de uma fonte de renda, como é vista a produção do artesanato para os warao? A pesquisa está sendo realizada no campo da Linguística Aplicada, através de uma pesquisa qualitativa, fundamentada em autores como Denzin e Lincoln (2006) e Morin, 2004. O referencial teórico aborda o histórico do povo warao baseado em autores como Tarragó (2020) e Durazzo (2020), além de conceitos sobre cultura, língua e interculturalidade conforme Maher (2007), Canclini (2007) e Walsh (2019), assim como o que vem sendo trabalhado sobre o ensino de língua portuguesa para indígenas warao de acordo com Brandão, Silva e Santos (2019) e Santos e Zambrano (2019). Por último, são apresentadas considerações finais sobre a pesquisa ainda em andamento no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Roraima.

DIALOGICIDADE E INTERCULTURALIDADE: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA A SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE ALUNOS MIGRANTES VENEZUELANOS SURGIDAS NA PANDEMIA

Maricelia Soares de Souza
Profa. Mestra Efetiva da SEED-RR
maricelia.7.11.16@gmail.com

Jonildo Viana dos Santos
Prof. Doutor Titular da UFRR
jonildoviana.ufrr@gmail.com

Essa “Comunicação Oral” é resultado da Dissertação de Mestrado em Educação -UFRR, de mesmo título. Cujo objetivo foi compreender as características das dificuldades de aprendizagem de estudantes venezuelanos nas aulas de Língua Portuguesa, no período da pandemia, 2020/2021, em uma escola da rede estadual de Boa Vista-RR, na perspectiva da Aprendizagem Dialógica e Intercultural. Objetivos específicos: identificar as dificuldades de aprendizagem de estudantes venezuelanos da 1ª série do EM nas aulas de Língua Portuguesa (LP) em uma escola de Boa Vista; analisar as diversas maneiras como os estudantes venezuelanos aprendem a LP; e dialogar sobre as possibilidades de aprendizagem de LP por estudantes venezuelanos. Utilizou autores como: Candau, Freire, Sayad, Barbour e Bardin entre outros que se fizeram necessários, além da BNCC, DCRR e Lei da Migração. A abordagem é qualitativa, com método do Grupo Focal. Usou-se a análise de conteúdo. Constatou-se que o êxito da aprendizagem da Língua Portuguesa por estudantes migrantes





venezuelanos está intrinsecamente relacionado à compreensão das dificuldades, especialmente no contexto da pandemia, e como podem ser amenizadas. Mediante isso, sugeriu-se reflexões que possibilitem inovações metodológicas, as quais devem pautar-se numa interação dialógica e crítica entre alunos migrantes, brasileiros e professores, de modo a propiciar uma inclusão mais equitativa desses sujeitos no âmbito escolar e consequentemente na sociedade.

Palavras-chave: Dificuldades de aprendizagem. Pandemia. Estudantes migrantes venezuelanos. Dialogicidade. Interculturalidade.

Y'APHYRE: ARRANJOS E MOVIMENTOS CORPORAIS NA REPRESENTATIVAMENTE DO RITUAL DA TUCANDEIRA COM JOVENS SATERÉ-MAWÉ

Ma. do P. Socorro Nóbrega Ribeiro
Universidade do Estado do Amazonas
mnobrega@uea.edu.br

O texto faz referência às pesquisas realizadas junto ao povo Sateré-Mawé da Comunidade Indígena Y'aphyreht e Waikiru, localizadas no setor urbano da cidade de Manaus-AM e traz como enfoque arranjos e movimentos corporais na representativamente do ritual da tucandeira, cujos sujeitos são jovens entre doze e vinte anos que desejam submeter-se ao rito de passagem. Os jovens sateré crescem na expectativa de vivenciar esta experiência que os levará a uma posição admirável na aldeia que é a de guerreiro, líder e apto ao casamento. Estes, são herdeiros de migrantes e convivem com diferentes culturas, conquanto procurem ressignificá-las de diferentes formas para manter a identidade e a língua materna. No campo registramos descontentamento sobre o processo de migração, devido a expropriação de seus ancestrais das aldeias originárias, que impulsionou as famílias a buscarem novos espaços de moradia e cura para enfermidades ainda desconhecidas. Estabelecidas nos centros urbanos em locais pouco apropriados, as famílias investiram na preservação da identidade cultural. A dificuldade com a língua portuguesa, levou as famílias ao uso da linguagem do corpo - o corpo fala - com dinamicidade, e os sateré utilizando técnicas ancestrais apresentam nos dias de hoje, com criatividade seus saberes e a história de origem no Noçoquém, lugar da morada dos seus heróis míticos, onde as pedras falam. A pesquisa mostrou que os movimentos das mãos para o uso das luvas simbolizaria coragem e resistência e o tratamento dos corpos nos trinta dias que antecedem o evento com abstenção sexual, suspensão de determinados alimentos e grafismos à base de urucum e jenipapo, simbolizaria a purificação. O jovem que se submete ao ritual recebe adereços confeccionados para este fim: tangas, cocares, colares, pulseiras, perneiras, etc. Antes de iniciar o ritual o pajé oferece a bebida çapó, feita a base do waraná (guaraná) e faz defumação sobre o corpo do jovem que é levado diante das pessoas a ocupar o centro do terreiro onde inicia o ritual, após membros da comunidade escolhidos para este fim entoarem cânticos xamânicos. O jovem permanece por aproximadamente trinta minutos, suportando as dores das ferroadas de formigas incrustadas nas luvas. Ao final, o jovem retorna ao pajé e recebe nova defumação sacramentando a conquista, logo após recebe a designação de guerreiro e segue para nova condição de isolamento para receber imunidade espiritual devido a condição que ocupará na aldeia, além de guerreiro, potencial líder apto ao matrimônio.

Palavras-chave: corpo, ritual, tucandeira, sateré-mawé, cultura.



**SEM RESUMO**

Gustavo Kanõkrã Xerente
UFT - Campus Porto Nacional
gustavowaikanokra@gmail.com

A presente pesquisa suscita transpor a importância da segunda língua para com o uso social acadêmico e os desafios enfrentados na formação docente na Universidade Federal do Tocantins. Temos como objetivo geral analisar as dificuldades dos indígenas em sala de aula e explicar a composição do alfabeto Xerente e as características fonômicas das letras. A pesquisa está dividida em quatro seções abordamos sobre os indígenas akwe, a língua, o processo de aprendizagem bilíngue no ensino da língua akwe e dificuldades dos indígenas na universidade. As línguas indígenas do Brasil estão ameaçadas de extinção. Isso é o que revela um estudo da União das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO publicado em fevereiro 2019, que situa as línguas indígenas entre outras 2.500 em perigo de desaparecer nos próximos anos. Na era da globalização, o desaparecimento das línguas pode ocorrer não somente pela vontade dos inimigos dos índios, mas por um movimento que afeta todos os povos e culturas do planeta. A resistência, no entanto, continua. Portanto é de suma importância preservar a língua falada e escrita e recuperar o que aos poucos estão se perdendo, pois segundo os anciões a nossa identidade é a língua Akwẽ e é a origem de que nos definem. A língua Xerente, pertence à família linguística Jê do tronco linguístico Macro-Jê e seus parentes linguísticos mais próximos são os Xavante, de Mato Grosso e os Xakriabá, de Minas Gerais. Sendo assim, é essencial o conhecimento da língua indígena, em específico do povo Xerente, na qual somos um país plurilíngue, mas não conhecemos a cultura e nem a língua do outro.

Palavras – chave: Língua Akwe, Resistência, Dificuldade na Universidade.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 23 - MOBILIDADES E TRAJETÓRIAS INDÍGENAS

Coordenação:

Raphael Rodrigues - Instituto Federal Baiano

Amanda Jardim - Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo do Simpósio Temático: Os conceitos de movimento, transformação e fluidez têm sido utilizados em larga escala por antropólogos para explicar as mobilidades indígenas. As diversas formas de ir e vir das pessoas, objetos e conhecimentos podem conformar estratégias concretas na e para a constituição de sujeitos, famílias, comunidades e grupos étnicos. No entanto, em contraposição a uma abordagem da mobilidade indígena enquanto expressão de um “devir fugidio”, este Simpósio Temático visa reunir trabalhos que versem sobre como se constituem migrações e deslocamentos - e o que produzem no compulsório e/ou desejável transitar. Se a migração, em suas diversas escalas, aparece nas etnografias implicadas em processos de (re)afirmação identitária, contextos de deslocamentos forçados e funcionamento das redes de parentesco, interessa-nos, sobretudo, pesquisas etnográficas concluídas ou em andamento que versem sobre as inúmeras possibilidades advindas dos movimentos dos sujeitos, objetos e conhecimentos indígenas. Em suma, este simpósio aceitará trabalhos que abordam trajetórias indígenas cuja mobilidade se destaca. Nesse sentido, interessa-nos a importante e recente produção acerca de estudantes e lideranças indígenas que têm vivido com um “pé na aldeia e um pé no mundo”; pesquisas que investiguem as relações entre objetos-memória e a transmissão de conhecimentos em contextos de trajetórias moventes; a produção narrativa sobre as viagens e as memórias construídas no percorrer caminhos; e acerca de sujeitos, famílias e grupos que se constituíram a partir de deslocamentos compulsórios ou não.





IDENTIDADE E DESLOCAMENTO NO FUTURISMO INDÍGENA

Istella Chaves Martins Pereira
UFRR
istcmartins@gmail.com

O futurismo indígena é um movimento cultural e artístico que surge da interseção entre a herança cultural dos povos indígenas e as perspectivas contemporâneas sobre o futuro. O objetivo deste trabalho de pesquisa é investigar as construções identitárias do deslocamento no futurismo indígena e como esse deslocamento é retratado em obras deste gênero. Conceitos como desterritorialização e reterritorialização são discutidos para entender o deslocamento na literatura do futurismo indígena, para isso serão discutidas as ideias de Deleuze e Guattari, Olivieri-Godet, Paranhos e Said. Recorre-se à teoria de Ouellet sobre "identidades migrantes" para compreender a complexidade da busca por pertencimento em meio à diáspora. Também será tratado o tema identidade sob os estudos de Hall, Figueiredo e Tomaz Silva. A pesquisa foi bibliográfica e qualitativa. Concluiu-se que o deslocamento é uma questão central no contexto do futurismo indígena. Refere-se tanto aos deslocamentos históricos forçados dos povos indígenas de suas terras ancestrais, como também às experiências contemporâneas de migração e deslocamento devido a fatores como mudanças climáticas, desenvolvimento industrial e conflitos territoriais. O futurismo indígena aborda o deslocamento explorando formas de resiliência, resistência e reconexão com a terra e a cultura, ao mesmo tempo em que visualiza futuros alternativos onde os povos indígenas têm controle sobre seus destinos e territórios.

CONFLITO ENTRE MUNDOS: REFLEXÕES SOBRE MIGRAÇÃO WARAO PARA O BRASIL

Kassia Alves da Cunha
Graduanda em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
kassiarhpatricia15@gmail.com

A partir de 2014 a instabilidade econômica se intensificou na Venezuela, provocando uma forte escassez de alimentos, medicamentos, serviços básicos e um aumento da violência, gerando assim, a necessidade de migrar. Neste cenário, o Brasil tornou-se um destino possível de melhores condições de vida para uma parcela dos venezuelanos. Dentre os perfis e grupos desse fluxo migratório se encontram os povos indígenas Warao, esse grupo será o foco de estudos do presente trabalho. Sendo assim, foi realizado no decorrer da pesquisa observações da presença Warao nas áreas urbanas de Nova Iguaçu/RJ em 2022, a partir dessas observações nota-se como os Warao se mobilizaram e adaptaram suas práticas culturais e de subsistência ao novo ambiente. Essa prática é demonstração de uma reconstrução cosmológica, na medida que ela adequa/permite a constituição do princípio de "Alianças Afetivas" que parte da ideia de afetos e trocas entre mundos não iguais, reconhecendo a alteridade em cada ser ou coletivo. No processo migratório, além de mudanças econômicas, provocou mudanças intersubjetivas demonstradas na cosmologia Warao. Desse modo utiliza-se o aporte teórico da área de estudos decoloniais e de uma epistemologia originária, para identificar uma guerra entre mundos que se revela no processo de imigração Warao, em que o Estado/Nação adota concepções modernas e universalista partindo da premissa da existência de um único mundo, natural-humano, objetifica a vida e o mundo esmagando assim o modo de vida dos povos originários, colocando assim os Warao numa condição de subalternidade.





“SE VOCÊ VAI, TAMBÉM POSSO IR?”: MOBILIDADES E PARENTESCO NA CONSTITUIÇÃO DE COMUNIDADES PELO BAIXO RIO UAUPÉS) NOROESTE AMAZÔNICO BRASILEIRO

Raphael Rodrigues
Instituto Federal Baiano
raphael.antropologia@gmail.com

Esta apresentação busca discutir dados etnográficos, ainda não publicados, de uma pesquisa de doutorado em Antropologia Social na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar, São Paulo, Brasil), realizada entre 2014 e 2017, com grupos indígenas amazônicos das etnias Desana e Tukano (família linguística Tukano oriental) da Terra Indígena Alto Rio Negro (ARN), localizada na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Venezuela. Os dados referem-se às narrativas de moradores idosos da comunidade Monte Alegre sobre os deslocamentos realizados ao longo da história entre o alto e o baixo curso do rio Uaupés, afluente do rio Negro. O objetivo é destacar as relações entre migração e parentesco que podem ser analisadas a partir desses movimentos a jusante, uma vez que o curso superior, localizado na Colômbia, e o curso inferior, localizado no Brasil, constituem uma das muitas rotas historicamente percorridas pelos povos indígenas da região.

Nesse sentido, buscamos recuperar, a partir da memória dos colonizadores mais antigos, as motivações de um passado, acessado por meio de narrativas pretéritas, que levaram famílias e segmentos de clãs a se deslocarem de um território considerado nativo, no alto rio Uaupés, para uma região, o baixo rio Uaupés, que só era conhecida por meio de narrativas míticas (já que, de forma invertida, a rota jusante-jusante é a principal rota dos ancestrais míticos nas narrativas litorâneas), para uma região, o baixo rio Uaupés, que só era conhecida por meio de narrativas míticas (uma vez que, de forma invertida, a rota jusante-jusante é a principal rota dos ancestrais míticos nas narrativas cosmogônicas). No entanto, e para além das questões míticas envolvidas nesses deslocamentos - embora os conceitos de mito e história não sejam considerados contraditórios para os narradores -, interessa-nos, sobretudo, destacar como a construção da permanência dos Desana em um lugar não tradicional é mencionada pelos interlocutores a partir de suas memórias, evidenciando as relações de parentesco explicitadas nessas narrativas.

Mais especificamente, buscaremos evidenciar que os dilemas da permanência da Desana no baixo Uaupés não se restringem a um passado distante, mas sim como um desafio contemporâneo, no qual forças contrárias de diferentes naturezas, que vão desde acusações de feitiçaria até o desejo dos moradores mais jovens de ter acesso a bens e serviços urbanos, são entendidas como ameaças pelas lideranças locais que precisam ser neutralizadas por meio de benzimentos. Nesse sentido, um dos desafios enfrentados pelos líderes políticos locais é garantir que a comunidade não fique completamente vazia. Dessa forma, esperamos demonstrar como a produção de parentesco, que ocorre principalmente por meio da micropolítica da afinidade e da reprodução bem-sucedida de grupos patrilocais ao longo do tempo (ou seja, na constituição de casamentos e descendentes) deve lidar com tensões que podem provocar deslocamentos disruptivos e, portanto, irreversíveis. Em síntese, ressaltar as dinâmicas que envolvem o binômio migração/parentesco a partir de uma problemática relacionada com a constituição de grupos e comunidades é o objetivo geral desta comunicação.

MARI JIRÍ'MA, MARI MAHA, MARI QUITI: WIJA'A, WIHI, "JIHI"

Flávio Pereira Ferraz





Professor Municipal/SEMED-SGC-AM/Escola Municipal Indígena Dom Miguel Alagña
Doutorando/UFAM-PPGAS/FAPEAM
kotyria76@gmail.com

Neste resumo trago a visão de um Ser Indígena Kótiria-Tariano sobre trajetos, mobilidades e narrativas do Rio Waupés ao Rio Negro e a urbanização da cidade de São Gabriel da Cachoeira/AM, conhecida como a “cidade mais indígena do Brasil”. Sendo assim uma reconexão cosmológica foi necessária a partir de uma imersão no processo histórico e antropológico de minha ancestralidade para compreender as “saídas, vindas e chegadas” de uma mulher Tariana e de um homem Kótiria até um território que viria a ser uma cidade. E este território é marcado primeiramente pela presença de praticamente 23 povos indígenas, vindos de várias comunidades, alguns permaceram e outros saíram para outros territórios. O segundo fato marcante são as suas paisagens, tendo em sua frente duas cachoeiras e uma ilha onde os mais antigos relatam existir uma cidade aquática povoada pelos encantados. Também temos um lago, uma pedra e dois morros, que tem as suas importâncias históricas e cosmológicas, e a paisagem se completa com duas Serras importantes que marcam a riqueza sociocultural da cidade. Neste processo de “saídas, vindas e chegadas”, as fronteiras da cidade se impuseram ao território respeitado pelos antigos, pois o contato com esses locais era baseado no respeito e na proteção do corpo, a cidade cresceu e se urbanizou, e muitos passaram a circular sobre eles sem nenhuma proteção e a adoecer. Esses fatos ajudam a pensar São Gabriel da Cachoeira - denominada a “mais indígena do Brasil” - pelas histórias escutadas por um indígena nascido “na cidade”, e a compreender o território urbano a partir da formação histórica, geográfica, política e antropológica, fortalecendo a indentidade indígena na cidade.

OS WAI WAI NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO DA UFOPA: (RE) SIGNIFICANDO ESPAÇOS E NARRATIVAS

Iolandino Xayukuma Wai Wai
Graduando do curso de Ciências da Computação da Universidade Federal do Oeste do Pará
iolandino.waiwai95@gmail.com

Terezinha do Socorro Lira Pereira
Doutoranda em Educação na Amazônia (PGEDA/EDUCANORTE). Servidora Técnica em Educação do Instituto de Formação Interdisciplinar e Intercultural (IFII) da Universidade Federal do Oeste do Pará. Membro do grupo de pesquisa PRAXIS UFOPA.
terezinha.lira.ufopa@gmail.com.

Nos últimos anos tem se observado que as universidades federais brasileiras têm implementado políticas afirmativas para acesso de indígenas aos seus cursos de graduação e pós-graduação. Na região Norte, a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) é primeira Universidade Federal Pública multicampi implantada no Oeste Paraense, no ano de 2009, que se instalou com política afirmativa para os povos indígenas e, posteriormente para os quilombolas. Considerando que a Ufopa é atualmente uma referência em política afirmativa, pois possui dois Processos Seletivos Especiais: um para acesso de indígenas (PSEI) e outro para acesso de quilombolas (PSEQ), realizamos este estudo documental para destacar a presença indígena nessa instituição, com foco nos Wai Wai. Buscamos informações nos documentos institucionais e constatamos que já ingressaram pelo PSEI, desde a sua existência em 2010 o quantitativo de 21 povos indígenas são eles: Wai Wai, Waiãpi, Munduruku do Alto e Médio Tapajós, Munduruku do Baixo Tapajós, Arapiun, Borari, Jaraqui,





Maytapu, Apiaká, Xipaya, Tupinambá, Tupaiú, Tapajó, Sateré Mawé, Nukini, Kumaruara, Kaxuyana, Kayapó, Arara Vermelha e Ticuna, povos indígenas bilíngues e monolíngues que tiveram acesso à universidade pelo PSEI. Os indígenas Wai Wai estão entre os que não tem a Língua Portuguesa como Língua materna, contudo desde a existência do PSEI eles têm garantido vaga nos cursos de graduação da Ufopa. Em consulta ao Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaa/Ufopa/2024), constatou-se que 533 (quinhentos e trinta e três) indígenas estão com matrículas ativas na Ufopa. Sendo que desse quantitativo, 79 (setenta e nove) são discentes Wai Wai. Dos que já ingressaram 35 (trinta e cinco) conseguiram concluir seus cursos de graduação, sendo que a maioria deles se formou no curso de Bacharelado em Ciências Biológicas, seguido do Bacharelado em Saúde Coletiva. Na Ufopa os Wai Wai manifestam seus saberes, sua língua, seus rituais, suas pinturas corporais, suas artes, sua cultura e costume nativos, dividindo com a comunidade acadêmica não indígena ressignificando os espaços da universidade, desconstruindo pensamentos, narrativas e buscando dialogar interculturalmente na universidade. A presença dos Wai Wai e de outros povos na Ufopa demonstram a importância dessa universidade e de suas políticas afirmativas para o acesso de indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais que residem em grande número nos municípios de abrangência dessa instituição.

ETNOTURISMO INDÍGENA: A EXPERIÊNCIA DOS WAI WAI EM ALTER DO CHÃO NO OESTE DO PARÁ

Dalva Wapuri Wai Wai
UFOPA
dalvamacahci@gmail.com

Terezinha do Socorro Lira Pereira
UFOPA

O Etnoturismo tem ganhado espaço e relevância no contexto global de múltiplas realidades sociais, principalmente no que se refere à valorização de territórios e culturas regionais e locais. Nesse contexto, o Etnoturismo indígena passou a ter visibilidade na amplitude do turismo com múltiplos olhares, formatos e dimensões. Apesar de ainda pouco difundido tanto no turismo brasileiro como o meio acadêmico pesquisas revelam que essa modalidade do turismo existe desde a década de 1990, por iniciativa dos próprios povos indígenas. Visando destacar o protagonismo do Etnoturismo local propomos este estudo pautado em referenciais bibliográficos e também em informações baseadas na experiência do povo Wai Wai na prática do Etnoturismo em Alter do Chão, distrito de Santarém, no estado do Pará. Considerada um potencial turístico, Alter do Chão é um local com bastante representatividade turística da região do Oeste do Pará. Sua paisagem com praia de água doce exuberante atrai turista dos diversos lugares do Brasil e de outros países. Foi nessa nela que os indígenas Wai Wai iniciaram a prática do Etnoturismo com intuito de proporcionar visibilidade aos seus costumes e cultura mesmo estando distante de seu Território, a Aldeia Mapuera localizada na Bacia do Trombetas, no Pará. O Etnoturismo indígena sempre foi um sonho muito antigo do Isanelson Wai Wai. Inicialmente a ideia era implementar na aldeia Mapuera, no entanto devido à distância, a logística e questões burocráticas não foi possível implementar na aldeia e a partir do diálogo com casal morador de amigos de Alter do Chão o Etnoturismo dos Wai Wai foi concretizado. Além da visibilidade da cultura, outro objetivo do Etnoturismo dos Wai Wai é a geração de renda, pois quando os Wai Wai vêm para cidade a perspectiva de trabalho é pouca. A questão profissional é outra realidade ainda mais difícil de ocorrer. A maioria dos Wai Wai consegue se manter na cidade





enquanto estuda na universidade, mas após o término do curso há dificuldade de empregar-se na cidade. Desta forma, foi pensado o espaço Yaamo como uma possibilidade de geração de renda os parentes Wai Wai que residem em Santarém/PA. Esse espaço tem sido um local de vivência entre os Wai Wai aproximando-os para dialogar vivenciar sua cultura, celebrar datas comemorativas, proporcionando principalmente às crianças aprendizados da cultura Wai Wai que talvez nunca teriam a oportunidade por estarem morando na cidade.

Tudo que se pratica no espaço Yaamo tem importante para manutenção dos costumes Wai Wai.

“ESTOU VIVENDO”: HISTÓRIAS DE MULHERES KWAZÁ EM RONDÔNIA

Gicele Sucupira

UNIR, FAPERO

gicelesucupira@gmail.com

Jovenilson Kwazá

UNIR, FAPERO

Neste trabalho serão apresentadas as histórias de algumas mulheres do povo Kwazá. O trabalho com as indígenas mulheres foi desenvolvido durante o projeto ‘Saberes para o bem-viver: o que as indígenas anciãs querem registrar para as gerações futuras?’, que teve o apoio da Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia (FAPERO). Registrar e analisar as memórias e os saberes que as indígenas anciãs de diferentes povos em Rondônia querem deixar para as gerações futuras foi um dos objetivos do projeto. Escolhemos mulheres por que estas ainda são comumente silenciadas nas pesquisas e são as protagonistas da luta pelo bem-viver de seus povos no estado de Rondônia. A proposta do projeto surgiu para atender a urgência e a lacuna do registro das histórias e saberes dos povos indígenas que vivem no estado de Rondônia e nos últimos anos, devido à Pandemia de COVID-19, sentiram a perda de seus “guardiãs de tradições” e suas “bibliotecas vivas”. O contato com os não indígenas ainda nos primeiros anos do século XX, inicialmente com coletores de poaia, seringalistas, “pessoal de Marechal Rondon”, SPI e depois com fazendeiros, matou, espalhou e misturou o povo Kwazá, que quase foi extinto. Atualmente, indígenas dos dois povos vivem do sul ao norte de Rondônia. As mulheres contam que no contato ocorreram muitas violências contra as mulheres, que foram estupradas e mortas pelos não indígenas, forçadas a se prostituírem e viram os seus parentes morrerem. Em muitos casos, sofrer um abuso sexual foi o único meio de sobreviver, para ter comida, remédio ou um lugar para morar.

CONSELHOS PARA O BEM-VIVER: O QUE INDÍGENAS ANCIÃS EM RONDÔNIA NOS ENSINAM A PARTIR DE SUAS TRAJETÓRIAS

Rosa Guarasugwe

rosamariafreimoraes@gmail.com

Gicele Sucupira

UNIR

gicelesucupira@gmail.com





Os conselhos dados por indígenas anciãs de diferentes etnias serão abordados neste texto. O trabalho com as indígenas anciãs foi desenvolvido durante o projeto ‘Saberes para o bem-viver: o que as indígenas anciãs querem registrar para as gerações futuras?’, que teve o apoio da Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia (FAPERO). Registrar e analisar as memórias e os saberes que as indígenas anciãs de diferentes povos em Rondônia querem deixar para as gerações futuras foi um dos objetivos do projeto. Escolhemos mulheres por que estas ainda são comumente silenciadas nas pesquisas e são as protagonistas da luta pelo bem-viver de seus povos no estado de Rondônia. A proposta do projeto surgiu para atender a urgência e a lacuna do registro das histórias e saberes dos povos indígenas que vivem no estado de Rondônia e nos últimos anos, devido à Pandemia de COVID-19, sentiram a perda de seus “guardiãs de tradições” e suas “bibliotecas vivas”. Buscamos registrar o que as anciãs de diferentes etnias queriam ensinar, suas histórias e seus conselhos.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 24 - VOZES, CORPOS, LETRAS: A LITERATURA INDÍGENA E A HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA BRASILEIRA

Coordenação:

Fabíola Guimarães Pedras Mourthé - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas

Viviane Cristina Oliveira - Universidade Federal do Tocantins

Resumo do Simpósio Temático: No capítulo intitulado “Iniciações”, do livro *Contrapontos da Literatura Indígena Contemporânea no Brasil*, Graça Graúna (2013, p. 15) apresenta a literatura indígena enquanto “lugar utópico (de sobrevivência)”, espaço tecido na potência épica da oralidade, em que vozes silenciadas no duradouro e extensivo processo de colonização podem se encontrar. Considerando a representação por vezes estereotipada em relatos, crônicas e romances e/ou o apagamento de corpos e vozes indígenas nos panoramas historiográficos da literatura brasileira, bem como considerando a relevância da produção de autores e autoras indígenas que, na contemporaneidade, desafiam os cânones, neste simpósio almejamos reunir trabalhos dedicados tanto aos silenciamentos como às representações das vozes indígenas na literatura brasileira. São bem-vindos trabalhos que discutem questões relacionadas à representação indígena na literatura brasileira, à história literária indígena e mesmo aos arquivos (o apagamento, as representações) desde o Brasil colonial até a contemporaneidade. Esperamos reunir em diálogo propostas voltadas à percepção do potencial dos textos narrativos e poéticos que pertencem a grupos étnicos sistematicamente excluídos da cultura moderna do impresso, grupos que nos conduzem a repensar um estar no mundo de forma mais ética, que considere, tal como sugere Eduardo Viveiros de Castro (2006, p. 356) ao tratar do “perspectivismo ameríndio”, um “referencial comum a todos os seres”, um referencial que considere a humanidade não como espécie, mas como condição.





DA TERRA À VISTA À QUEDA DO CÉU

Marianna Pais

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/CAPES

pais.marianna@gmail.com

Ana Paula El-Jaick

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

ana.jaick@ufjf.br

Este trabalho faz uma leitura comparada entre a representação do indígena na “Carta de Achamento”, de Pero Vaz de Caminha; a narrativa do sertanejo mestiço, filho de pai branco e mãe indígena, no conto “Meu tio Iauaretê”, de João de Guimarães Rosa; e o relato do líder yanomami Davi Kopenawa na obra *A queda do céu*, composto em parceria com o antropólogo francês Bruce Albert. Tendo como pressuposto teórico o perspectivismo ameríndio tal como formulado pelo antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro, compreenderemos esses diferentes pontos de vista como formadores de sujeitos em devires – conforme provocativamente Viveiros de Castro ressignifica F. de Saussure: “o perspectivismo ameríndio procede segundo o princípio de que o ponto de vista cria o sujeito” (Viveiros de Castro, 2002, p.373). Assim, objetivamos refletir a construção de posições perspectivas identitárias a partir do ponto de vista do colonizador, de uma leitura não canônica do conto de Rosa, e da fala daquele que costumava ser dito pelo outro: o indígena. No cruzamento entre esses múltiplos mundos, em que o indígena foi designado pelo colonizador como “bárbaro”, ou “cordial”, também “exótico”, ou até mesmo “igual” (Silva, 2023), buscamos problematizar tanto essas interpelações que já colocaram os povos originários como não-sujeito, quanto o estatuto mesmo de uma “literatura nacional” a partir das histórias dos povos originários.

A FORMAÇÃO LITERÁRIA INDÍGENA DE RORAIMA: UMA PROPOSTA DE LEITURA HISTÓRICA

Aldenor da Silva Pimentel

Universidade Federal de Roraima

aldenor_pimentel@yahoo.com.br

Este trabalho tem por objetivo apresentar uma proposta de leitura sobre a história da literatura indígena de Roraima. Para tanto, tendo como referência o modelo formação, de Antonio Candido, adotou-se pesquisa descritiva, com método de procedimento histórico e os procedimentos técnicos pesquisa bibliográfica e documental. O presente trabalho compõe investigação mais ampla, cujo corpus é formado por textos pertencentes ao sistema literário de Roraima, escritos e orais, publicados em livros, folhetos e periódicos, impressos e digitais, bem como em discos (vinis e CDs) e sites, assim como textos, em quaisquer suportes (impresso, digital, sonoro, audiovisual etc.), com informações sobre autores e obras roraimenses. A partir da análise desse corpus, segundo os elementos do sistema literário (obra, autor, público), proposto por Candido, dividiram-se os autores e obras em duas formações: indígena e não indígena. Tendo como base a noção de efeito de autoria e autoria indígena, este trabalho tem como foco apresentar a formação literária indígena do Estado, por sua vez, subdividida em quatro tendências: Encanto, Coleta, Restauração e Criação. Na tendência Encanto, marcada pela oralidade, a autoria é atribuída a um ou mais povos indígenas. A tendência coleta é marcada pelo registro, escrito, em áudio e/ou vídeo, dos textos relativos à tendência





Encanto. A tendência Restauração é marcada pela socialmente reconhecida reelaboração artística dos textos indígenas e pela publicação, predominantemente em suporte impresso. A tendência Criação é marcada pelo efeito de originalidade e pela socialmente reconhecida autoria individual indígena.

AS INFÂNCIAS INDÍGENAS E NÃO-INDÍGENAS – COMO A LITERATURA APROXIMA AS CRIANÇAS

Kátia Diniz Coutinho Santos

Colégio de Aplicação João XXIII/Universidade Federal de Juiz de Fora
katiadinizsantos@gmail.com

Simone da Silva Ribeiro

Colégio de Aplicação João XXIII/Universidade Federal de Juiz de Fora
simonerib@gmail.com

Rafaela da Cruz Corrêa Teixeira

Colégio de Aplicação João XXIII/Universidade Federal de Juiz de Fora
katiadinizsantos@gmail.com

A literatura na escola é fundamental, não apenas para a formação do leitor, mas sobretudo pela formação humana em seus aspectos cognitivo, cultural e social. Desse modo, ao se trabalhar a cultura indígena dentro da literatura, outras questões serão abordadas, como os valores e as identidades. Além de a temática trazer a valorização, importância e representatividade, o aluno não indígena construirá o respeito, admiração e valorização dessa cultura que também é a dele, mas passa despercebida em seu cotidiano. A lei nº 11.645, de março de 2008, inclui o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no ensino fundamental e médio nas escolas públicas e privadas especialmente nas disciplinas de educação artísticas, literatura e histórias brasileiras com fim de promover a cultura, luta, valorização e a diversidade multicultural existentes no Brasil. Nesse sentido, mais do que explorar a temática, é importante trazer a literatura indígena escrita por autores indígenas pois, além de ter o mundo, o universo ao qual aquele escritor pertence, tem uma espiritualidade muito clara em cada história. Tem uma família presente, tem a mãe natureza presente que utiliza não somente a imaginação, mas a tradição que corre nas veias e permeia a memória de seu povo. Uma vez que ler é uma forma de desvendar mundos diversos e estimular as crianças, apresentar a elas desde cedo livros escritos por indígenas é uma forma de naturalmente ampliar seu olhar infantil para a cultura ancestral e levá-las a entender os povos originários como pessoas que vivem no presente. É fundamental preservarmos nossa história, e por isso devemos apresentar aos pequenos desde cedo a riqueza dos povos que construíram e ainda constroem nosso país, para naturalizar a presença dos povos indígenas, cujas vidas devem ser protegidas como qualquer outra. Assim, buscaremos apresentar os trabalhos realizados em 2024 com os(as) estudantes do 1º ano do Ensino Fundamental do Colégio de Aplicação João XXIII/UFJF, incluindo o projeto “Jogos e brincadeiras no cotidiano escolar”, que abordam a cultura indígena por meio da literatura infantil promovendo vivências significativas aos estudantes.

DO APAGAMENTO AO PROTAGONISMO NAS NARRATIVAS: A REESCRITA DA HISTÓRIA PELO POVO KAINGANG NA SERRA GAÚCHA, SUL DO BRASIL





Mônica de Souza Chissini
UFRGS/IFRS
monica.chissini@farroupilha.ifrs.edu.br

Este trabalho tem por objetivo discutir representações dos povos indígenas no contexto da atual Serra Gaúcha, no Rio Grande do Sul (RS), entre os séculos XVIII e XIX, presentes em obras literárias e/ou etnográficas, além de evidenciar a crescente produção de narrativas protagonizadas por Kaingangs, as quais promovem a reescrita da história e fortalecem suas lutas por visibilização e retomada no RS. O povo Kaingang, originário do Sudeste e do Sul do Brasil, sofreu no processo colonial o aniquilamento e o deslocamento forçado de suas diversas áreas de ocupação, sobretudo no século XIX, para a instalação de imigrantes europeus. Obras de autores não indígenas que escreveram sobre os indígenas nesse recorte espacial e temporal operaram sob os signos coloniais e ocidentais, produzindo silenciamentos e representações subalternizadas acerca dos povos originários da região. Atualmente, há processos de retorno dos Kaingang a esses territórios e, com isso, ampliação das possibilidades de confronto às narrativas oficiais com a reinscrição das vozes indígenas neste espaço. Desse modo, apresentam-se algumas obras de caráter literário e etnográfico que apontam para a presença indígena no RS e que narram encontros e confluências entre indígenas e não indígenas no âmbito da Serra Gaúcha entre os séculos XVII e XIX sob a perspectiva do não indígena. Então, destacam-se produções artísticas contemporâneas Kaingang no âmbito da Serra Gaúcha, Sul do Brasil, que abordam processos de (in)visibilização da presença indígena e a busca por reconhecimento das contribuições Kaingang na constituição do Sul brasileiro. Desse modo, busca-se evidenciar a produção artística Kaingang enquanto força política e poeticamente expressiva que afirma seu pertencimento à terra e fortalece seus percursos de retomada no Sul do Brasil. Por fim, evidencia-se a pertinência do diálogo intercultural em um contexto acadêmico na região da Serra Gaúcha, no Sul do Brasil, como ação potente para a descolonização do espaço.

Palavras-chave: Narrativas. Protagonismo. Povo Kaingang. Serra Gaúcha. Retomada.

Observação: Este trabalho apresenta um recorte de pesquisa de Doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS e é orientado pela Professora Doutora Ana Lúcia Liberato Tettamanzy.

SEM TÍTULO

Fabiola Guimarães Pedras Mourthé
CEFET MG
fa29guimaraes@yahoo.com.br

A presente comunicação terá como objetivo apresentar análises e possíveis interlocuções dos textos da Revista da Academia Mineira de Letras, ano 100, volume LXXXI, especificamente do dossiê da “Poesia Indígena de Minas Gerais”, organizado por Ailton Krenak e Maria Inês de Almeida, em 2021 e um dos volumes Do Roraima ao Orinoco, de Theodor Koch-Grünberg, especialmente o volume II, “Os mitos e lendas dos índios Taulipáng e Arekuná”, usando como suporte de leitura o Dicionário do Folclore Brasileiro, de Câmara Cascudo, que inclui mitos, lendas e figuras indígenas. Buscar-se-a analisar tanto nos textos poéticos dos indígenas mineiros, quanto nos relatos do etnógrafo alemão a presença de mitos e lendas recorrentes em ambos os textos, como Cobra Grande, a onça, Makunaíma e outros.





SONS DA RESISTÊNCIA – A VOZ TUPINAMBÁ NOS DOCUMENTOS DA COLONIZAÇÃO E A LITERATURA INDÍGENA

Viviane Cristina Oliveira
Universidade Federal do Tocantins
vivianecristina@uft.edu.br

Registros do início da colonização portuguesa no Brasil, a exemplo dos textos de Pero Vaz de Caminha, Pero de Magalhães Gândavo, padre José de Anchieta e Hans Staden ocupam com frequência as páginas iniciais de algumas Histórias da Literatura Brasileira, constituindo-se em material de estudo introdutório à literatura nacional. Enquanto fontes relevantes de dados históricos, geográficos e culturais, dados que serão relidos e retomados por diferentes autores ao longo do tempo, tais textos fazem parte do plano de estudos que, durante vários semestres, tenho levado para a sala de aula ao ministrar a disciplina de Literatura Brasileira: Estudos Coloniais, na Universidade Federal do Tocantins. Partindo da experiência em sala de aula, em um câmpus, o de Porto Nacional, que conta com a presença de muitos estudantes indígenas, proponho neste trabalho a partilha de algumas impressões de leitura tecidas coletivamente ao longo de encontros nos quais realizamos debates em torno tanto de textos dos séculos iniciais de colonização como de textos de escritores indígenas neste século XXI. É especialmente a cultura tupinambá, registrada por viajantes como Hans Staden, eixo de algumas considerações pelas quais ensejo destacar a resistência cultural perceptível em alguns diálogos que escapam à constante rasura da escrita de colonizadores. Nesse sentido, são significativas, por exemplo, cenas em que o aventureiro alemão Hans Staden, apesar de seus severos juízos cristãos, registra a voz daqueles que questionavam um Deus capaz de enxergar somente pelos olhos de seu adorador ou, ainda, a cena em que Cunhambebe demonstra sua força totêmica de onça a devorar a carne do inimigo. Apesar das rasuras, juízos, apagamentos, muitas vozes persistiram em textos como os de Staden de maneira a indiciar uma força recriada em ficção por Daniel Munduruku na novela O Karaíba – uma história do pré-Brasil. Retomando a força poética dos rituais antropofágicos, a escrita de Daniel Munduruku permite, no encontro entre tempos, pensar questões pertinentes a muitas comunidades indígenas, incitando uma partilha de histórias vivenciada em mais de um momento em sala de aula quando alunos e alunas indígenas movimentaram diálogos com suas experiências e memórias. Desse lugar de interlocutora, aprendiz e leitora, ensaio nesta proposta tratar da resistência cultural, articulada à temática Literatura indígena na Abya Yala (América).

DIVERSIDADE ÉTNICA NAS ESCOLAS DE MANAUS: O PAPEL DA LITERATURA INFANTIL INDÍGENA

Bárbara Eduarda Silva da Costa
Universidade Federal do Amazonas
bardoods2@gmail.com

Rozane Alonso Alves
Universidade Federal do Amazonas

Este trabalho é parte de um projeto de Iniciação Científica aprovado pela Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), intitulado "Narrativas docentes voltadas à





promoção da diversidade étnica a partir da literatura infantil". O objetivo deste artigo é explorar as conexões entre a cultura indígena e as histórias contadas na Educação Infantil nas escolas públicas de Manaus, Amazonas. A proposta foca na diversidade cultural considerando o contexto regional dessas escolas. O estudo busca uma compreensão profunda das culturas indígenas do Amazonas, utilizando histórias infantis criadas por autores indígenas. Essas narrativas destacam a riqueza e a complexidade dessas culturas, reconhecendo suas formas únicas de entender o mundo, suas línguas, tradições e cosmovisões. A metodologia adotada é qualitativa, fundamentada na educação intercultural e nos estudos decoloniais, permitindo uma análise detalhada das narrativas docentes e das experiências dos alunos no ambiente escolar. A análise cultural dos livros literários possibilita captar as nuances das interações entre professores, alunos e materiais didáticos. Esse enfoque é crucial na educação intercultural, pois valoriza as vozes e perspectivas dos sujeitos envolvidos. A literatura infantil indígena no ambiente escolar é uma ferramenta poderosa para promover a diversidade étnica e valorizar as culturas indígenas. Historicamente, essas culturas têm sido subalternizadas e representadas de forma estereotipada em materiais didáticos convencionais. Ao introduzir histórias de autores indígenas, os educadores desafiam essas narrativas preconcebidas e oferecem uma visão mais autêntica das diversas culturas indígenas. Essas histórias promovem valores culturais indígenas, como o respeito pelas formas de ensino, a importância da comunidade, e a sabedoria dos mais velhos. Além disso, ajudam a desconstruir a visão do indígena como subalterno, mostrando-os como indivíduos capazes de criar e contar suas próprias histórias. Os estudos decoloniais fornecem um quadro teórico para entender as dinâmicas de poder e resistência na educação, questionando estruturas coloniais ainda presentes no currículo escolar e buscando formas de desconstruí-las. Incorporar a literatura infantil indígena no ensino contribui para a decolonização do currículo, valorizando conhecimentos e perspectivas indígenas. Historicamente, as histórias e costumes dos povos originários foram contados por aqueles que não fazem parte desses povos, abordados pela ótica do colonizador. Bonin (2015) comenta que a designação "indígena" é aplicada por atores externos e não é uma identidade assumida internamente pelos grupos, sendo uma representação colonialista. Essa perspectiva distorcida marginaliza suas vozes e subjugando suas identidades à visão do colonizador. Narrativas indígenas foram frequentemente relegadas a segundo plano, com suas histórias distorcidas para atender aos interesses coloniais. Aguiar (2012) destaca que os povos indígenas foram caracterizados como bravos e selvagens. É essencial reconhecer que essa visão estereotipada não reflete a complexidade das culturas indígenas, que possuem formas próprias de compreender o mundo, distintas das perspectivas coloniais.

A REPRESENTAÇÃO DO CABOCLO AMAZÔNICO: IDENTIDADE E DIFERENÇAS

Alzilene Reis Chunha
CESTB/UEA
alzireis4@gmail.com

Gabriela Fernandes
CESTB/UEA
gfcarvalho@uea.edu.br

O presente trabalho é uma pesquisa inicial de um estudo sobre a identidade do caboclo amazônico e como o mesmo é representado em produções literárias, artísticas ou da mídia. O caboclo é um termo que tem despertado discussões nas ciências sociais, por sugerir para uns, um apagamento da identidade indígena, ao mesmo tempo em que é um recorte identitário importante para parcela





significativa da população amazônica. A falta de letramento racial, a miscigenação, a dificuldade de resgatar as origens, o preconceito fazem com que a identidade cabocla permaneça com significativo espaço entre a população amazônica. Discutir tal tema é imprescindível para uma melhor compreensão das questões raciais no país, especialmente as que envolvem a identidade indígena. Buscaremos mostrar através de recortes da literatura, outras artes e outras mídias, a representação do caboclo e como tais imagens reforçam a compreensão e a aceitação identitária. A metodologia aplicada é da literatura e outras artes, verificará e analisará recortes em que aparecem essas representações, nos atentando aos traços que caracterizam esse caboclo amazônico e que papel social ele ocupa nessas obras. Nesses recortes, foi possível recolher a maior parte de informações e referências que são utilizadas para se referir ao caboclo, para também mostrar as formas como esses conceitos são repassados pela mídia, ao leitor e ao público em geral. Por tanto, este trabalho é uma forma também de mostrar a visibilidade da identidade cabocla, mostrar as diferentes descrições que ocorrem nessa representação dentro de um contexto histórico e contemporâneo, permitindo levar a um caminho onde possamos mostrar essas construções feitas para referir-se ao caboclo.

Palavras-Chave: Representação Cabocla; Identidade; Diferenças

SEM TÍTULO

Gabriela Aragão de Sousa
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
gabrielasousa@ufam.edu.br

O texto ora apresentado está articulado ao projeto de Iniciação Científica intitulado “Literatura Infantil nas narrativas docentes sobre o processo de ensino e aprendizagem de crianças de 4 e 5 anos sobre natureza e sociedade”. Para as discussões neste excerto pautamos as análises no contexto da revisão de literatura voltada à literatura infantil que em seu esboço articulam as narrativas sobre natureza e sociedade no contexto da Educação Infantil. Assim, olhar a literatura infantil como prática formativa, têm se iniciado no contexto de discussão das formações identitárias das crianças, suas dinâmicas sociais, políticas, econômicas e ambientais como estratégia didático-pedagógica pouco têm se formulado no âmbito da pesquisa.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 25 - POVOS INDÍGENAS E A FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS NA AMÉRICA

Coordenação:

Francisco Eduardo Torres Cancela - UNEB

João Paulo Peixoto Costa - IFPI/UESPI

Tatiana Gonçalves de Oliveira - UESPI

Resumo do Simpósio Temático: No longo século XIX nas Américas, as profundas transformações político-ideológicas atingiram decisivamente a vida dos povos indígenas. Desde aqueles grupos com séculos de relações com a sociedade colonial até os que ainda conseguiam manter sua autonomia política e territorial, todos foram impactados de diferentes formas pelas ideias e práticas políticas da chamada “Era das Revoluções” que resultaram na crise do sistema colonial, nos processos de emancipação e na formação de novos Estados Nacionais. Nesse período de transformações, o antigo modelo de sociedade corporativa típico do Antigo Regime assistiu a chegada fulminante do liberalismo, que trouxe consigo conceitos como o de cidadania, propriedade, Constituição e nação. No percurso tortuoso dos setores subalternizados durante a formação dos Estados Nacionais americanos, os variados povos indígenas se posicionaram de maneiras diversas diante daquela conjuntura, levando em conta suas próprias experiências históricas, processos de territorialização e identidades étnicas. Os caminhos trilhados pelos indígenas também foram múltiplos: atuaram individual e coletivamente, lutaram no campo militar e também jurídico-administrativo, construíram alianças e rupturas com os segmentos sociais dominantes. Tendo em conta esse universo de possibilidades, o presente simpósio temático busca promover um espaço de diálogo e análise da participação indígena na formação dos estados nacionais na América, reunindo estudos sobre diferentes processos históricos vividos pela população indígena nesse contexto e críticas historiográficas sobre o lugar dos indígenas na invenção das nações americanas.





VALOROSOS BRASILEIROS: AS CÂMARAS MUNICIPAIS DAS VILAS DE ÍNDIOS DO CEARÁ NA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

João Paulo Peixoto Costa
IFPI/UESPI/UFRRJ
joao.peixoto@ifpi.edu.br

Com a vigência da lei do Diretório no Ceará no início do século XIX, lideranças indígenas das vilas de índios da província – Vila Viçosa, Soure, Arronches, Messejana e Monte-mor o Novo – atuaram durante o processo de independência e formação do Estado brasileiro ocupando cargos públicos. Na condição de vereadores e juízes, tais posições lhes permitiam atuar e viabilizar demandas pela escrita e por canais político-administrativos. O mesmo se deu com a oposição da Junta Provisória cearense em relação a Dom Pedro I em 1824 e com a adesão da província à Confederação do Equador. Para os indígenas, a situação era delicada, na medida em que, por um lado, apoiavam os governantes provinciais de então – tendo à frente Tristão Gonçalves e Pereira Filgueiras – e, por outro, mantinham tradicional relação de reciprocidade com a monarquia e atuaram vivamente pela causa do Brasil e de Dom Pedro desde 1822. Como pano de fundo, opondo-se à resistência de autoridades locais em respeitar suas posições sociais no Estado nacional em formação, lutavam por defender projetos próprios de cidadania – que giravam em torno dos temas da liberdade, do trabalho, das terras e dos próprios cargos camarários – a partir de suas posições políticas nas câmaras e se colocando como fiéis e “valerosos brasileiros” (nas palavras de Tristão Gonçalves) – em pé de igualdade a quaisquer outros. Diante desses dilemas, esta comunicação pretende analisar as ações de vereadores e juízes indígenas durante o processo que culminou com a adesão do Ceará à Confederação do Equador. Será prioritário refletir sobre a presença dessas lideranças nas assembleias confederadas e outros registros produzidos no âmbito das câmaras municipais das vilas de índios, focando nos interesses e objetivos indígenas nesse momento crucial da formação do Estado nacional brasileiro.

NEM MISTURADOS, NEM CONFUNDIDOS, TAMPOUCO EXTINTOS: A LEI DE TERRAS E O PATRIMÔNIO TERRITORIAL DOS ÍNDIOS NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO (1850-1889)

Dra. Tatiana Gonçalves de Oliveira
Universidade Estadual do Piauí – UESPI
tatianagoncalves@frn.uespi.br

Resumo: Este trabalho tem por objetivo geral analisar os processos de expropriação dos territórios indígenas na Província do Espírito Santo após a promulgação da Lei de Terras de 1850. A política indigenista que passou a ser adotada após a Independência do Brasil e que se consolidou com o Regulamento das Missões de 1845 diferiu-se em um aspecto essencial daquela praticada em tempos coloniais. Nessa linha de raciocínio, teria ocorrido uma mudança em relação àquela praticada no Antigo Regime, quando os indígenas aliados da Coroa eram parte do corpo político e social, passando a vigorar após 1822 uma política muito mais ostensiva de assimilação, cujo objetivo era dissolver os índios na sociedade nacional como cidadãos brasileiros e sem direitos específicos. A esse processo de deslegitimação étnica, somou-se uma política de desamortização das terras indígenas, principalmente a partir da promulgação da Lei de Terras de 1850. Nesse contexto as terras dos antigos aldeamentos, aquelas dos índios vilados, passaram a ser incorporadas aos domínios do município, Província ou Império como terras devolutas. Para analisar esse processo utilizaremos como fontes principais os Registros Paroquiais de Terras e as Correspondências da presidência da





Província do Espírito Santo com a Repartição Geral de Terras. Embora vítimas desse processo de expropriação, a pesquisa demonstra que mesmo diante da pressão colonial, das tentativas de escravização e da invasão dos seus territórios, os povos indígenas das vilas, aldeamentos e sertões da Província do Espírito Santo encontraram formas de resistir, seja pela luta direta ou por processos de mediação e adaptação.

A PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: UM ESTUDO A PARTIR DA ATUAÇÃO DE DUAS LIDERANÇAS NA BAHIA

Francisco Cancela
UNEB/CNPq
fcancela@uneb.br

Estudos recentes têm demonstrado a participação dos povos indígenas na construção do Brasil independente, principalmente por meio da atuação de vereadores, juízes e capitães-mores das chamadas vilas de índios. O protagonismo indígena nesse contexto foi deveras favorecido pelo alargamento do espaço político e a politização das lideranças indígenas no período de implantação do Diretório dos índios, quando, após a expulsão dos jesuítas e posterior transformação das aldeias jesuíticas em vilas, a legislação pombalina assegurou o autogoverno indígena, ainda que submetido a um rígido regime tutelar orientado por um programa de “reforma dos costumes”. No tempo da independência, as lideranças indígenas souberam aproveitar os cargos dos governos locais para participar daquela conjuntura de crise, construindo pactos políticos com o novo monarca, forjando alianças com diversos setores sociais e até mesmo irrompendo rebeliões e revoltas em defesa de seus direitos. Esta comunicação apresenta a posição de duas lideranças indígenas envolvidas no processo da independência na Bahia: de um lado, o capitão João Francisco de Souza; e, do outro, o capitão Lourenço Borges. Ambos eram moradores de vilas de índios originadas dos antigos aldeamentos jesuítas, denominadas, respectivamente, vila de Santarém e de Trancoso, localizadas no litoral sul da província. A trajetória militar e política dessas duas lideranças revela o engajamento indígena no contexto das lutas da independência, as estratégias de disputa de suas posições e os principais conflitos que enfrentaram.

SEM TÍTULO

Izabel Missagia de Mattos
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
belmissagia@gmail.com

Partindo do exame de fontes históricas e etnográficas, a comunicação enfoca um período, no século 19, em que numerosa população indígena “desapareceu” em Minas Gerais, assim como em todo o Brasil. O trabalho examina a trajetória dos povos denominados Botocudos, revelando a implantação de um modelo “civilizador” de administração estatal que se de um lado fornece visibilidade aos mecanismos por meio dos quais este processo de “desaparecimento” foi planejado e efetivado, de outro expõe seus malogros, observáveis nas situações e práticas cotidianas nos aldeamentos. A análise ressalta episódios como os envolvidos na revolta dos indígenas considerados “civilizados”, após vinte anos de catequese missionária, como emblemas das contradição existentes entre as forças





atuantes para a integração nacionalizadora e as que deflagraram movimentos de divisão, que lutavam para a recuperação da autonomia local.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 26 - O SER, O COSMOSENTIR E A COSMOVISÃO DE POVOS MILENARES NO CONTEXTO DO ENSINO ESCOLAR BÁSICO E SUPERIOR

Coordenação:

Gilvânia Plácido Braule - Universidade Federal do Amazonas

Tânia Suely Azevedo Brasileiro - Universidade Federal do Oeste do Pará

Suely Aparecida Nascimento Mascarenhas - Universidade Federal do Amazonas

Resumo do Simpósio Temático: Resumo: O avanço das políticas internacionais de Direitos Humanos e de Educação na segunda metade do século XX e nestas três primeiras décadas do século XXI demonstra que os povos milenares, a passos lentos, caminham pela garantia de Direitos e de reconhecimento enquanto gente e ser biocultural que pelo seu cosmo sentir e cosmovisão própria caracteriza seus saberes e seu bem-viver junto a outros seres pensantes e não-pensantes do seu meio natural e sociocultural, possuidor de uma história de milhares de anos enquanto civilizações que possuem características de organização social e política e modos de viver de extrema conexão com outros seres das águas, da terra de florestas e campos e do cosmo. No entanto, a negação da sua existência e desvalorização destes como seres de saber e cidadãos acontece ao longo da história da colonização como imposição velada na tentativa de anular a existência milenar daqueles que ainda resistem com suas culturas e suas línguas originárias, sobretudo na Amazônia. Com pauta nesta compreensão, o Simpósio Temático propõe uma discussão a partir de estudos e reflexões concluídas ou em andamento trazendo ao seu bojo práticas educacionais que contemplem a história, a cultura, a língua, as artes, as epistemologias próprias e a ecoculturalidade como elementos que pulsam a valorização indígena em todos os campos do saber em meio aos contextos de ensino escolares da educação básica e da educação superior, na tentativa de fortalecer culturas de povos milenares e práticas de preservação e conservação da natureza.

Palavras chave: Povos milenares. Cosmovisão e Cosmo sentir. Educação Básica e Superior Indígena. Amazônia.





PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE A IMPORTÂNCIA DO JENIPAPO NUMA ESCOLA INDÍGENA NA COMUNIDADE Û'TCHIGÜNE FILADÉLFIA - AM

Elissadrina Felix Rodrigues
Instituto de Natureza e Cultura – UFAM
elissadrina@gmail.com

Erica Estevão Gomes
Instituto de Natureza e Cultura – UFAM
ericagomes.bc@gmail.com

Taciana de carvalho Coutinho
Instituto de Natureza e Cultura-UFAM)
tacianacoutinho@ufam.edu.br

Esta pesquisa tem por objetivo Compreender como os saberes populares sobre o jenipapo contribuem no ensino-aprendizagem dos alunos indígenas do 5º Ano do ensino fundamental numa Escola indígena na Escola Municipal Ebenezer-AM. O conhecimento que cada aluno detém sobre o jenipapo é de suma importância, pois eles aprendem desde criança os benefícios da fruta, aprendendo com os avós dentro da casa e aperfeiçoando na sala de aula, e o saber empírico que trazem consigo. Na comunidade é comum a presença de jenipapeiros cultivados também para atender as necessidades alimentares. A pesquisa é um estudo de caso do tipo exploratório descritivo, com o objetivo específicos Verificar a importância do jenipapo na concepção dos alunos do ensino fundamental do 5º ano da Escola Ebenezer na comunidade Filadélfia, Analisar como o ensino-aprendizagem é repassado sobre o jenipapo para os alunos Indígenas e Apresentar em gráficos as percepções dos alunos sobre o jenipapo. Para análises dos dados, revisão bibliográfica, entrevistar e questionários contendo perguntas fechadas. Como analisado no trecho: “comemos o fruto do jenipapo maduro, temos que tirar o caroço para plantar, e dessa forma crescer um novo pé de jenipapo e colher o seu fruto”. Outra importância apresentada foi “a história de origem que através da fruta do jenipapo o povo Tikuna foram pescados no igarapé Eware o qual é contado de geração a geração”. Como observado, a escola conceitua a fruta no âmbito das disciplinas de artes, ciências, geografia e história contribuindo no ensino e aprendizagem dos alunos indígenas sobre a cultura do uso do jenipapo e os conceitos científicos. A Amazônia tem despertado a atenção de outros povos, pela sua grande riqueza e importância ao planeta, e principalmente às comunidades ribeirinhas e várias etnias que habitam esta região, tem contribuído para o equilíbrio do planeta, na regulação do clima e preservação da flora e fauna. A importância do jenipapeiro, como uma planta que produz frutos comestíveis, remédios, repelente natural e demais benefícios ao sangue e ao corpo humano. O jenipapo para o povo tikuna tem uma riqueza tanto na pintura, nos alimentos e seus benefícios na saúde como a cura da anemia, e além disso é um cosmético natural como para pintura dos cabelos das mulheres indígenas. Essa fruta narra uma “história de origem que através da fruta do jenipapo o povo Tikuna foram pescados no igarapé Eware o qual é contado de geração a geração”. Através da pintura facial dos clãs o povo tikuna podem se identificar de qual nação ou clã pertencem, considerado a nação de penas e nação sem penas, os clãs são divididos em animais, aves e plantas. Os clãs de penas Arara, Gaivota, Galinha, Mutum, Japó, Gavião-real, Urubu-rei, Maguari, e nação sem pena como Boi, Buriti, onça, jenipapo, saúva. Desta forma constituiu-se o padrão da pintura facial e além disso entra o grafismo que é a pintura corporal. No ritual da moça nova usamos o grafismo e a pintura facial para identificar a nação pertencente à família e os parentes da moça. O homem por sua





vez é pintado no pescoço com o jenipapo, quando entra na fase da puberdade para que a sua voz não venha engrossar e para que a sua traqueia não cresça para frente, mais sim normal. Na saúde o jenipapo é usado para a proteção de doenças em crianças recém-nascido, pintando o seu corpo inteiro, simbolizando a proteção de doenças como mal olhado, doenças de ar e afastar mal espíritos. A época do fruto do jenipapeiro se dá no mês de março, abril, maio e junho, e na metade da época do ano no mês de agosto, setembro e novembro entre tanto em outras época do ano variando a estação podendo ser na enchente ou no verão, pode ser encontrado na terra firme ou na várzea. O processo de extração do líquido é feito quando o fruto está verde, para retirar é necessário usar um ralador e um utensílio para colocar o líquido e guarda o sumo de jenipapo. E com tudo isso sem o fruto do jenipapo não teria a história do povo tikuna. Nesse contexto, os saberes dialogam para que estudantes indígenas possam atrelar os conhecimentos tradicionais da importância do jenipapeiro, como uma planta que produz frutos comestíveis, remédios, repelente natural e demais benefícios ao sangue e ao corpo humano. A escola tem promovido inúmeras atividades voltadas a contextualizar os saberes e, assim transmitir de geração para geração os conhecimentos do Povo Tikuna.

Palavras-Chave: Ensino-Aprendizagem, percepção dos alunos indígenas, Cultura

DANÇAS E MÚSICAS INDÍGENAS COMO MOBILIZADORAS DA EDUCAÇÃO DECOLONIAL

Profa. Dra. Verônica Teodora Pimenta – UFRR
Pesquisadora em Dança, Colégio de Aplicação
veronicateodorapimenta@gmail.com

Graduando Vitor Filho Wapichana - UFRR
Pertencente ao povo originário Wapichana, aluno de Licenciatura em Música
vitorfilhofilho9@gmail.com

O que uma professora não indígena e um professor indígena podem, mutuamente, aprender por meio do compartilhamento de suas aulas? Essa foi a pergunta que se fizeram os autores na oficina “Dançar e conhecer a cosmovisão Wapichana e Macuxi”, que envolveu 100 estudantes dos 8º e 9º Anos do Ensino Fundamental, dentro do componente curricular Arte/Dança do CAP-UFRR. Visou-se ao encontro intencional da educação escolar não indígena com a ancestralidade indígena. A metodologia adotada foi uma residência artística, Vitor Filho Wapichana foi convidado a estar na escola por um período prolongado. Discute-se tal experiência na perspectiva da educação decolonial e antirracista, objetivando-se o reconhecimento de um espaço vital para a relação entre culturas indígenas e não indígenas, demarcado pela preservação da ancestralidade dos povos originários. A partir do processo compositivo de uma dança circular inspirada nos cantos e danças Parixara, considerou-se a translinguagem entre dança, música, pintura corporal, além da organização ritualística. As educandas e educandos articularam o seu conhecimento e, portanto, suas danças, por meio do diálogo entre saberes. Essa intervenção para a educação decolonial também é discutida pelas lentes específicas do ensino-aprendizagem de Dança em contexto escolar não indígena, pois as culturas indígenas brasileiras ensinam, contrariamente à educação disciplinar, que o mover também é pensar. O reconhecimento da espiritualidade e de narrativas indígenas contribuiu para uma construção indisciplinada da Dança, a fim de cultivá-la como uma potência de vida e, deste modo, uma área de conhecimento, muito além de mera atividade de entretenimento.





A COSMOVISÃO PUPŶKARY E A ESCOLA: SABERES E PERSPECTIVISMO PARA A RESISTÊNCIA

Alcioni da Silva Monteiro
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
alcionimonteiro@hotmail.com

Este artigo faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento pela Universidade Federal do Amazonas. Neste estudo, discutiremos as cosmovisões do povo Pupŷkary, enfocando as percepções de professores Pupŷkary e suas abordagens metodológicas subsidiadas nos contextos educacionais como parte do processo da revitalização do saber originário. Estas práticas são essenciais para preservar e manter viva a memória ancestral. Utilizando a autoetnografia e a dialética, o estudo analisa a visão de mundo de sete professores originários em relação às cosmovisões Pupŷkary, associando essas perspectivas ao sistema educacional oferecido aos povos originários em Lábrea. A pesquisa ressalta a significância das memórias nas interações entre os povos originários, destacando seu papel na resistência contra séculos de invisibilidade. Essas memórias moldam formas de existência e sublinham crenças e valores distintos dos não indígenas, especialmente na correlação com a natureza e o mundo.

A COSMOVISÃO PUPŶKARY E A ESCOLA: SABERES E PERSPECTIVISMO PARA A RESISTÊNCIA

Romildo Pereira da Cruz
Universidade do Estado do Amazonas
romildo.cruz@universo.univates.br

RESUMO: Este artigo faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento pela Universidade Federal do Amazonas. Neste estudo, discutiremos as cosmovisões do povo Pupŷkary, enfocando as percepções de professores Pupŷkary e suas abordagens metodológicas subsidiadas nos contextos educacionais como parte do processo da revitalização do saber originário. Estas práticas são essenciais para preservar e manter viva a memória ancestral. Utilizando a autoetnografia e a dialética, o estudo analisa a visão de mundo de sete professores originários em relação às cosmovisões Pupŷkary, associando essas perspectivas ao sistema educacional oferecido aos povos originários em Lábrea. A pesquisa ressalta a significância das memórias nas interações entre os povos originários, destacando seu papel na resistência contra séculos de invisibilidade. Essas memórias moldam formas de existência e sublinham crenças e valores distintos dos não indígenas, especialmente na correlação com a natureza e o mundo.

“UM CURUMIM, UMA CANOA”: DESCONSTRUINDO IDEOLOGIAS COLONIAIS MEDIADAS POR LITERATURAS INDÍGENAS COM CRIANÇAS EM DUAS ESCOLAS REGULARES.

Fábio Guss Strelhow
Universidade Federal do Espírito Santo – PPGEEB/UFES/CEUNES
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo - FAPES
fabio.strelhow@edu.ufes.br

Thelma Chiarelli Cerri
Universidade Federal do Espírito Santo – PPGEEB/UFES/CEUNES





Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo - FAPES
thelma.cerri@edu.ufes.br

Profa. Dra. Marina Rodrigues Miranda
Universidade Federal do Espírito Santo – PPGEEB/UFES/CEUNES
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo - FAPES
marina.r.miranda@ufes.br

Este artigo retrata a inquietação de dois professores descendentes de europeus - uma italiana e um pomerano - membros de um grupo de pesquisa, vinculados a linha de estudo envolvendo interculturalidade e literaturas de autorias indígenas na Educação Básica, que tiveram seus caminhos traçados “por uma canoa encantada”, propondo uma pesquisa implicada aos estudos dos mitos Indígenas na perspectiva das crianças, no intuito de ampliar o repertório cultural acerca destas narrativas, propagadas em lendas e mitos dos povos originários, fomentando círculos literários em duas turmas, uma composta por crianças de 5 anos da Educação Infantil, e outra do 2º ano, do Ensino Fundamental I, em duas unidades públicas de ensino no estado do ES. A pesquisa visa a valorização de autorias indígenas e a reverberação mítica da circularidade do mundo imaginado, propagado nas obras estudadas, como fundamentos originários de fruição na recepção destas literaturas pelas crianças. A intencionalidade dos estudos desta pesquisa aporta uma perspectiva de reparação histórica, a partir da desconstrução e descolonização de ambos os professores(as)/pesquisadores(as), para a construção de etnoconhecimentos, compondo reflexões pluriépistêmicas de pensamentos das literaturas da terra, instigando processos educativos por outras perspectivas de aprendizagens, tecendo uma consciência coletiva de descolonização e despadronização de currículos engessados na Educação Básica. Pelo exposto, essa comunicação pretende trazer para esta circularidade de perspectivismos indígenas as fruições, rio abaixo e rio acima, nos encontros das águas, nos novos rumos desta canoa, numa composição de pluralidades de narrativas com as literaturas selecionadas que foram circuladas com as crianças, bem como as análises das obras literárias de referências estudadas como fundamentos para esta pesquisa.

DO RIO ITAÚNAS AO BURACO DO BICHO: ENCONTRO DOS MITOS E ENCANTARIAS CAPIXABAS NAS ORALIDADES ANCESTRAIS DOS POVOS DAS DUNAS

Veratriz Souto Campos
Universidade Federal do Espírito Santo – PPGEEB/UFES/CEUNES
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo - FAPES
veratriz.campos@edu.ufes.br

Verilucy Cristine Pinheiro Brito
Universidade Federal do Espírito Santo – PPGEEB/UFES/CEUNES
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo - FAPES
verilucy.brito@edu.ufes.br

Profa. Dra. Marina Rodrigues Miranda
Universidade Federal do Espírito Santo – PPGEEB/UFES/CEUNES
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo - FAPES
marina.r.miranda@ufes.br





Esta pesquisa em curso, de natureza qualitativa e inspiração etnográfica, exercida no campo de conhecimento ancestral, conecta-se com as oralidades dos povos indígenas que traçam vínculos no território do Buraco do Bicho, bem como as cosmologias de ancestralidades com os povos de uma vila de pescadores do extremo norte do Espírito Santo. Os diversos “causos” orais desses povos trazem as encantarias das matas fechadas e seus mistérios no existir sendo natureza, identificando as manifestações míticas nos chamados dos rios e areias, territórios sagrados que trazem consigo o mitos vivos das ancestralidades dos que aqui viveram e vivem até hoje. A proposta deste estudo busca reascender essas “memórias de rio” e “memórias do bicho do buraco” para que estas histórias não sejam soterradas pelas areias, como outrora fora esse território, pelas intempéries do tempo, bem como pelo assolamento colonialista ocorrido ao longo da história. O objetivo é apresentar oralidades dos fatos miúdos que circulam ao longo do tempo em nossas identidades com o rio e com o bicho. Desse modo, os estudos buscam fomentar registros etnológicos acentuando as literaturas da terra desembocadas nas muitas fontes desse rio. O “buraco do bicho” é cercado pelo mundo místico, propagado em tantos acontecimentos nesta comunidade. A força do mito que reverbera na região é que “as areias que soterraram a vila antiga saíram daquele buraco”. Afinal, ninguém sabe para onde foi aquela areia. Nesta cosmologia, pretende-se partilhar as histórias presentes nos contos e recontos das oralidades dessas descobertas por entre as águas escuras dos rios que cercam o Buraco do Bicho e os enredos mitológicos anunciados: que buraco é esse? Que povo é este? Nesse contexto, essa pesquisa será um mergulho nas oralidades dos povos indígenas da região, trazendo à tona suas histórias, conhecimentos e mitologias, reacendendo uma parte importante das tradições dessas comunidades.

APRENDER COM OS INDÍGENAS: PROFUNDEZAS DE CONHECIMENTOS ANCESTRAIS DAS ÁGUAS DOS RIOS BACAJÁ E GUAJARÁ.

Madelinne de Sousa Moura
Universidade Federal do Pará - UFPA.
madelinnemoura2@gmail.com

Farenaides Vaz Cruz
Prefeitura Municipal de Altamira / Secretaria de Educação - SEMED - PA.
farenaidesvaz@gmail.com

Profa. Dra. Rafaella Capela Leão
Universidade Federal do Pará - UFPA.
rafaellaleão@ufpa.br

Profa. Dra. Marina Rodrigues Miranda
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES / PPGEEB.
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Espírito Santo - FAPES.
marina.r.miranda@ufes.br

Esta comunicação é fruto de uma pesquisa em parceria entre professores do Ensino Superior e da Educação Básica de duas universidades que se conectaram no projeto extensionista “Aprender com os “índios”: conexões interculturais por mobilidade acadêmica em territórios indígenas Capixaba e Amazônico” como contributos para a Formação de Professores. Trata-se da composição de experiências formativas integradas de professores(as) de escolas indígenas e não indígenas





conectadas aos propósitos de romper nas escolas básicas regulares, os processos de silenciamento de crianças indígenas que se deslocam para os centros das capitais e são excluídos pelos currículos oficiais. A discussão fundamenta-se na abrangência reflexiva, de profundidade ancestral nas cosmologias indígenas de povos amazônicos, a partir do conhecimento das águas, para circular essas “marés étnicas” entre professores(as) do norte/sudeste. No fluxo dessas águas, a pesquisa verte nos rios Bacajá e Guajará, banhando-se em seus etnoconhecimentos míticos e espirituais. A impregnação do bem viver orienta a retomada vital em tempos de aquecimento global à reconexão nos caminhos das águas e das florestas. Nestas fontes, bebemos na cuia, das águas dos saberes ancestrais, na referência do povo Xikrim, os mebêngôkre “povo do buraco d’água”, apreendendo neste universo a sabedoria deste povo, e na referência dos ribeirinhos do Rio Guajará em suas propagações de conhecimentos circulados nos territórios e em todos os seus espaços memoráveis de mitos e saberes originários. A educação desses territórios propaga o encontro com o passado, para se fortalecer num presente ameaçador, frente as consequências ambientais produzidas em virtude da implantação da Hidroelétrica de Belo Monte e outros processos devastadores imperialistas na Floresta Amazônica. Ainda resta um “gole d’água na cuia”, que alimenta a produção do sentido cosmológico de rios vivos na Educação Escolar Indígena e Ribeirinhas. Os povos do rio Guajará, como os “povos do buraco d’água” têm recomposto a vida para a circularidade sustentável em cardumes biodiversos dos seus rios, em narrativas nos espaços escolares, da fartura dos pescados, hoje minguados. Porém, a resistência e luta vigoram na preservação e defesa dos patrimônios aquosos, espiritualidades dos antepassados. Os círculos de interculturalidades, provenientes do cosmosentir dos povos dessa pátria água, se anunciam e serão partilhados nas sementeiras no resguardo planetário, aldeados neste simpósio temático.

COSMOLOGIAS DE CANOAS: CONHECIMENTOS ESSENCIAIS PARA O RECONHECIMENTO DE NOSSA ANCESTRALIDADE

Martanézia Rodrigues Paganini
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
martanezia@gmail.com

Nadia Juliana Rodrigues Serafim
Instituto Federal do Espírito Santo – IFES
Secretaria Municipal de Educação – Sedu-Serra/ES
nadia.serafim@edu.serra.es.gov.br

Nesta oportunidade de interlocução, intencionamos apresentar o potencial formativo da literatura mitológica elaborada a partir da memória constante na literatura de escritores indígenas. Esta comunicação toma como primeiro propósito tecer provocações e, paralelamente, defender o direito de saber, o direito de expressar as nossas etnicidades, tendo em vista a potencialidade de um campo de conhecimento no qual o literário constitui o ponto de articulação com a imaginação, apontando-o como acesso ao conhecimento e ao performativo das culturas. Intenciona-se, com esta comunicação, discutir o potencial da literatura na efetivação da desconstrução da fronteira resistente, que divide o mundo e põe à margem os povos originários, situando-os como sujeitos subalternos. Interessa-nos apontar a necessidade de trazer para o centro do debate, o patrimônio cultural contido nas narrativas de origem indígenas e sua contribuição para formação de leitores, a partir da infância. No contexto atual, em que se acentuam projetos de apagamento definitivo da cultura dos povos originários, é essencial que busquemos nas cosmologias de nossos ancestrais conhecimentos e saberes para





resgatar nossa identidade e fortalecer a resistência contra as tentativas de erradicação de nossa cultura. No momento em que se assiste a destruição do Planeta, se faz urgente retornar às origens, fazer o contradiscurso do neocolonialismo, que vem avançando implacavelmente, “movendo céu e terra”, desorganizando o curso natural do Terra. Esta é a nossa realidade contemporânea, que numa linguagem brutal tem avançado sobre a mentalidade coletiva, impondo valores consumistas e exploratórios que desrespeitam a natureza e promovem o desaparecimento das culturas tradicionais. Contra estas mazelas, defendemos leituras que contenham ensinamentos capazes de movimentar a sensibilidade, ao modo como se movimentam canoas que, devagar e respeitosamente, buscam um percurso de equilíbrio. É este o movimento que buscamos ao propor cosmologias de canoas. O que aqui nos interessa, é lançar redes de interlocuções, acender luzes de resistência, pontos luminosos, em busca de um conhecimento que seja capaz de compreender o mundo como um todo integrado. Este conhecimento está registrado na literatura que vem das raízes da oralidade, que emerge da tradição oral dos nossos ancestrais. Neste entendimento, defendemos uma reconexão, uma virada, que possa nos reconduzir por deslocamento para uma relação mais equilibrada e respeitosa com o meio ambiente. Nesse sentido, quando defendemos a necessidade de reconhecer-se nas cosmologias de nossa ancestralidade, por meio da literatura indígena, vislumbramos a perspectiva do respeito e reconhecimento cultural, de uma população que busca se apropriar de suas memórias, outrora submergidas e fragmentadas, submetidas ao “genocídio cultural” para sermos convenientes com Didi-Huberman (2011). Eis a razão pela qual, vimos propor o saber da experiência, que encontra lugar no território das cosmologias dos povos indígenas, como fonte vital de resistência às distopias.

MINHA CULTURA, MINHA IDENTIDADE NA ESCOLA MURA

Ana Mary Mello de Azevedo

UFAM

culturasmura.autazes.am@gmail.com

Este texto apresenta um panorama dos capítulos II (Educação escolar indígena e cultura numa perspectiva antropológica) e III (Conhecer a Dança da cutia e sua relação com a escola Mura) da pesquisa de campo finalizada pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social no período de 2019 a 2022, pela Universidade Federal do Amazonas. A pesquisa versou sobre a “Dança da Cutia: minha cultura, minha identidade na escola Mura”. Homenageada com a PREMIAÇÃO de Melhor Dissertação de 2022 pela PROPESP. Aborda a relevância de se valorizar a cultura e a identidade dos povos indígenas na educação escolar. O estudo se desenvolveu a partir de pesquisa bibliográfica e etnográfica na escola Mura, situada na aldeia Murutinga, Autazes/Amazonas. Apresenta sugestão pedagógica diferenciada e significativa, contextualizando a cultura, a língua na educação escolar indígena. Os propósitos incluem: articular educação escolar indígena e cultura sob uma perspectiva antropológica; conhecer a Dança da cutia e sua relação com a escola Mura; apresentar textos literários como recurso paradidático na escola Mura. Quanto à metodologia, utilizaram-se técnicas de pesquisas: observação participante, coleta de dados por meio de filmagem, fotografias, conversas informais e pesquisa documental. Os resultados mostram que a Dança da cutia serve de instrumento de comunicação em movimentos sociais, nas manifestações culturais e, bem como, dialoga com a escola Mura. A Dança da cutia tem significados simbólicos de poder cultural e político, em cada apresentação da dança tem um significado simbólico, uma mensagem a ser transmitida. Os textos paradidáticos com as letras das músicas da dança em português e Nheengatu intensificam o fortalecimento cultural e étnico. Dessa forma, este estudo mostra que as práticas de conhecimento





estão em movimento, dialogando a cultura e a educação escolar indígena e a valorização da Dança da cutia como saber cultural na escola Mura.

A COSMOVISÃO INDÍGENA E O COSMOSENTIR: RELAÇÕES DE FORTALECIMENTO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICO-CULTURAL DE POVOS MULTIÉTNICOS NO CONTEXTO URBANO DA CIDADE DE MANAUS

Leiciane da Silva Seabra (UFAM)
leicianeseabra.br@gmail.com

Suely do Nascimento Mascarenhas (UFAM)
suelyanm@ufam.edu.br

As discussões acerca da educação voltada aos povos indígenas, toma proporção a medida em que lideranças indígenas, no contexto atual, tornam-se protagonistas de uma luta incessante, pelo reconhecimento de sua cultura e pelo respeito ao seu modo de viver. Para o indígena, a apropriação da cultura do branco, representa uma forma de sobrevivência, pois depende desses conhecimentos para se inserir no contexto de organização vigente. Ao passo que a preservação de sua consciência histórico-cultural é muitas vezes deixada de lado pelas questões prioritárias: sobreviver em meio a um sistema que exclui sua forma de vida. Este estudo pretende-se discutir a partir de estudos e reflexões, assim como as experiências vivenciadas pelo grupos multiétnicos que vivem na Cidade de Manaus, levando em consideração sua cosmovisão/cosmosentir, as práticas de revitalização de sua cultura e preservação de saberes e fazeres ancestrais milenares. Esta pesquisa de abordagem qualitativa, pretende relatar a vivência, a experiência e o cotidiano, assim como as relações estabelecidas entre a população indígena da Comunidade Parque das Tribos, Tarumã-Açu e a escola de ensino regular que atende a população indígena local. O método utilizado será a Hermenêutica-Dialética, uma vez que se pretende, através das observações, dos diálogos e do compartilhamento de ideias e saberes, interpretar a realidade discutida sem nela interferir. Pretende-se a partir desta abordagem, contribuir para o fortalecimento de uma educação capaz de dialogar com os diferentes conhecimentos, possibilitando a diálogo entre as diferentes culturas e diversas formas de viver.

Palavras-Chave: povos indígenas; educação; cosmovisão/cosmosentir; saberes e fazeres ancestrais milenares.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 27 - MUJERES: TRANSFORMACIONES DE LAS IDENTIDADES Y DE LAS RELACIONES DE GÉNERO EN CONTEXTOS DE MIGRACIÓN Y FLUIDEZ

Coordenação:

Eduardo Arturo RUIZ URPEQUE - Pontificia Universidad Católica del Perú

Liseth Patricia Vega Lázaro - Escuela de Posgrado Pontificia Universidad Católica del Perú

Thais Luksic Macchiavello - Flacso Ecuador

Resumen del Simposio Temático: El panel propone discutir las transformaciones de las identidades y las relaciones de género en la Amazonía, en medio de la migración y las emergencias de nuevas agencias y autonomías femeninas, luego del debilitamiento de las instituciones propios de las sociedades indígenas que operaban como mecanismos de seguridad social hacia la mujer y los hijos (patrón de residencia matrilocal, el servicio de la novia, evitación de los suegros, etc.). Asimismo, se pretende explorar la instauración de nuevas formas de alianza, apoyo o seguridad de las mujeres en la ciudad. Desde un determinado punto de vista las transformaciones en las relaciones de género en las últimas décadas y los evidentes cambios en las identidades de mujeres, y de varones, estarían vinculados con los flujos de migración acelerados, la fluidez de la intercomunicación urbano-rural, los cambios en los rituales (y en su escenificación). Las nuevas formas de protagonismo femenino, o de agencia femenina, estarían vinculadas con la mayor autonomía y libertad de las que gozan en la actualidad, en las posibilidades hasta ahora inéditas de migraciones, en la necesidad de hacer frente al machismo y a la violencia, en las transformación de los regímenes de matrimonios arreglados por la familia a decididos por los contrayentes. El Simposio privilegiará la discusión del par transformación / cambio, así como de otros pares centrales en estos procesos como los de ciudad / campo, urbano / rural, ritual / escenificación.





FORTELECIMENTO DO MOVIMENTO DE MULHERES INDÍGENAS DE RORAIMA: UMA BREVE REFLEXÃO ETNOGRÁFICA

Arancha Micaelle dos Santos Pereira
Universidade Federal de Roraima
aranchamicaelle@gmail.com

As mulheres indígenas, sobretudo do povo Wapichana e Macuxi, nas mobilizações de luta nos anos 1980, acompanhavam seus maridos nos bastidores das grandes decisões no contexto da democracia brasileira. Especificamente em Roraima, na etnoregião do Sumuru, surgiu em 1986 o movimento “Maria de Guadalupe”, promovido pela Igreja Católica e lideranças indígenas. O objetivo era promover atividades nas quais as mulheres indígenas pudessem aprender trabalhos ditos “domésticos”, como corte e costura (SACCHI, 2006). Desde então, passaram a se reunir todos os anos em assembleias e reuniões, concentrando esforços na construção coletiva das estratégias que visavam à autonomia dentro e fora de seus territórios como no cuidado da mãe-terra, nas práticas econômicas conforme a sustentabilidade e em ecoar suas vozes politicamente. A então padroeira Maria de Guadalupe continua sendo um símbolo de resistência do movimento de Mulheres Indígenas de Roraima, que, a partir dessa iniciativa, conquistaram espaços significativos dentro do Movimento Indígena até então predominantemente masculino. Durante uma experiência profissional, pude recolher relatos de conquistas e de desafios de lideranças femininas consideradas tradicionais, mediante uma escuta sensível e dialógica. Desse modo, a proposta dessa apresentação é refletir sobre a articulação das mulheres indígenas dentro do movimento em Roraima. Ainda é um empreendimento inicial de pesquisa, considerando que nesse processo de entendimento junto a elas das formas de estar no mundo, tive acesso às formas de apagamento da identidade indígena, por exemplo, vivenciado pela minha rede de parentesco. Algo peculiar que os povos indígenas enfrentam na Amazônia. Assim, as mulheres indígenas possuem importância na manutenção aos conhecimentos tradicionais que perpassam corpos, territorialidades e saberes ontológicos. Ao se desviar de uma perspectiva epistemológica ocidental, conforme discutido por Strathern (2006, p.23), as etnografias, ferramenta do trabalho antropológico, são construções analíticas no universo acadêmico, enquanto para os povos que eles estudam não o são.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 28 - A RECONEXÃO DE SABERES NO ANTROPOCENO

Coordenação:

Maria Alejandra Rosales Vera Barbosa - Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena - UFRR

José Gerbasio Cañizales Castillo- Mestrando em Ciências Ambientais - Ecologia Aplicada (UNEG/Ciudad Guayana)

Resumo do Simpósio Temático: “A ciência sempre existiu. Assim como sempre houve a noite e o dia, sempre houve também o conhecimento, a busca do conhecimento pelos seres e uma imensa escuridão que precisamos ser capazes de atravessar”. Ailton krenak (2020)
Este simpósio temático é uma proposta de conversatório pluriepistêmico destinado a intercambiar experiências de reconexão de saberes-fazeres-sentires ancestrais realizados em âmbitos de formação intercultural na Abya Yala, seja em Centros de Pesquisa e Ensino, Universidades ou quaisquer outros espaços coletivos que já estabelecem diálogos e relações entre os distintos conhecimentos. Queremos refletir sobre a ciência hegemônica, eurocêntrica e antropocêntrica ocidental, que vem levando aos seres humanos a uma profunda desconexão com Gaia/Cosmo/Natureza e com a própria vida, provocando desequilíbrios ambientais e desastres ecológicos e sociais imponderáveis. Nesta perspectiva, entendemos que é urgente e necessário reconectarmos com as distintas cosmovisões e entendimentos sobre a vida e suas diferentes conexões, de maneira que possamos transformar nossas práticas e ações presentes, para assim talvez, adiarmos o fim. Acreditamos portanto na construção de diversidade na Universidade e estaremos acolhendo textos e apresentações orais em diferentes formatos e em todas as áreas –científicas-tecnológicas, antropológicas, humanísticas e artísticas - de autoria individual e/ou coletivas que sejam relevantes ao contexto e objetivos propostos.





O COLETIVO INTERNOS E A INSPIRAÇÃO DA SABEDORIA MACUXI

Larissa Silva Gonçalves
Curso Artes Visuais/UFRR
larissa.goncalves@ufrr.br

Yasmin Faray
Curso Artes Visuais/UFRR
yasminfaray.yf@gmail.com

Floralice Oliveira
Curso Artes Visuais/UFRR
floralice.b@gmail.com

Ritchey Silva
Curso Artes Visuais/UFRR
ritcheysilvamendes@gmail.com

O Coletivo InTernos se caracteriza pela reunião de pessoas interessadas na autodescoberta por meio dos fazeres da cerâmica e este é um relato de experiência do encontro de três participantes-estudantes do curso de Artes Visuais da Universidade Federal de Roraima com a Vovó Barro, a dona da argila segundo conta a sabedoria das Mestras Ceramistas Indígenas Macuxi, que gentilmente partilham de seu conhecer e fazer com os kraiorás (não indígenas). De um percurso acadêmico de formação na graduação concentrado no desenvolvimento das imagens externas houve, pela participação nas atividades que coordenamos junto ao Laboratório de Cerâmica CAV-UFRR, o convite para ir ao encontro das imagens internas, aquelas que habitam cada um de nós, mas que pelo excesso do fomento à resposta e ações externas ficam silenciadas, quase esquecidas, na imensidão inconsciente. Quem nos acorda deste sono de nós mesmos é a Vovó Barro e de mãos dadas a Ela vamos despertando os símbolos de que somos constituídos e materializando na memória, coração, imaginação e racionalidade, produções mais conscientes. Com metodologia embasada na oralidade dos povos originários e no diálogo de Bohm, as percepções do encontro com a Vovó Barro e as dimensões que o envolveram são relatados por cada um/a dos estudantes, para ponderar sobre os processos de criação, a academia e a importância do conhecimento ancestral, para revitalizar o antropoceno.

PESQUISA AGRONÔMICA DE SOLOS ARGILOSOS A PARTIR DO CONHECIMENTO INDÍGENA DAS MESTRAS CERAMISTAS DO POVO MACUXI

Larissa Silva Gonçalves
Curso Artes Visuais/UFRR
larissa.goncalves@ufrr.br

Franciana de Nascimento Melo
Curso de Agronomia/UFRR
franciana325@gmail.com





Apresentamos a proposta de pôster dos resultados parciais do projeto de Iniciação Científica – PIBIC intitulado Caracterização de argilas com potencial ceramista na região central de Roraima orientado pela Profª Larissa Gonçalves, co- autora deste resumo. O projeto oportuniza o exercício interdisciplinar acadêmico entre o Curso de Artes Visuais, o Curso de Agronomia, ambos da UFRR e o conhecimento das Mestras Ceramistas Indígenas do povo Macuxi, que detém os saberes da Vovó Barro, a dona dos solos argilosos, segundo nos conta a Mestre Indígena Lídia Raposo. As mostras de solo, que compõe o material empírico da pesquisa foram selecionadas a partir dos lugares em que a Mestre Lídia descobriu, por meio de seu saber fazer cerâmica desde os ensinamentos dos antepassados de seu povo e que gentilmente aceitou partilhar conosco. O estudo objetiva avaliar o potencial destas argilas como matéria-prima na cerâmica artística contemporânea, através da metodologia de trabalho desenvolvida pela equipe do Museu de Solos de Roraima – UFRR, viabilizando agregar valor ao conhecimento técnico científico, que acompanha as caracterizações de solo agrônomo, com o diálogo interdisciplinar entre os saberes ancestrais e o conhecimento científico evidenciado pela presença da Mestre Lídia e a partilha de seus saberes, durante o processo de coleta da Vovó Barro. Foram realizadas duas coletas e dentre o material estudado identificou-se a classe de solos caracterizada como vertissolo. A caracterização deste material e os rituais indígenas que acompanharam a coleta da argila serão expostas em imagens e texto, no pôster em questão, bem como a referência que embasa nossa pesquisa.

PENSAR AS CIDADES À PARTIR DA PERSPECTIVA DE AILTON KRENAK

Ana Clara Dutra Barros
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
daniclarad@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo trazer a perspectiva e a colaboração de Ailton Krenak em relação ao a sua concepção de cidade. Para o pensador indígena, é preciso enxergarmos as cidades partindo da interpretação de Wellington Cançado acerca do que ele nomeia de “ruínas florestais” - onde há uma cidade, já houve uma floresta. Dessa forma, assim como há na floresta relações necessárias para sua manutenção, assim há também na cidade, porém de uma forma mais centrada na figura humana. Utilizamos, portanto, a epistemologia elaborada por Ailton Krenak para concebermos outras formas de se pensar a cidade, de forma menos antropocêntrica.

POVOS INDÍGENAS E AS ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL

Bruno Huyer
UFRGS
brunohuyer@proton.me

O Rio Grande do Sul vem enfrentando intensas e duradouras enchentes nos últimos anos. Um novo regime de chuvas parece ter se instalado na região, produzindo quantidades recordes de precipitação em todo o estado. Muitos especialistas apontam como causa principal as mudanças climáticas e ambientais decorrentes do Antropoceno – a nova época geológica, ainda em discussão, que encerrou aproximadamente 11.700 anos de condições ambientais amplamente estáveis do Holoceno e com consequências até o momento não completamente previsíveis. Nos jornais e entre o povo gaúcho, é comum ouvir que estamos vivendo uma situação de "guerra", lutando contra a ação da água que não





para de subir e destruir municípios inteiros do estado.

Os povos indígenas, muitas vezes em situações vulneráveis com relação à proteção de seus territórios, também estão sofrendo os impactos de tais eventos extremos. Examinando questões como perdas materiais, segurança alimentar, saúde e bem-estar dos coletivos indígenas no Rio Grande do Sul, este trabalho busca discutir quais são os principais impactos que os afeta e o que têm a dizer sobre as mudanças climáticas tal como anunciadas pelos cientistas. Ao compartilhar diferentes premissas, os mesmos fenômenos são entendidos de maneiras distintas, revelando outros contrastes e entendimentos sobre o Antropoceno.

O PROCESSO DE PRODUÇÃO DE FARINHA DOS PARINTINTIN DA ALDEIA PUPUNHA

Leonardo Dourado de Azevedo Neto
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
leonardodourado@ufam.edu.br

Este artigo é parte de uma investigação de doutorado, que se encontra em andamento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática - PPGEduMat da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação do professor Thiago Donda Rodrigues¹. A pesquisa também está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática, Diversidade e Diferença – GeduMaD e à linha de pesquisa História, Filosofia e Educação Matemática. A teorização será construída a partir de ideias de Gilles Deleuze e Félix Guattari, do Programa Etnomatemática de Ubiratan D'Ambrosio, e também nos pensamentos do filósofo quilombola Antônio Bispo dos Santos, no conceito de perspectivismo ameríndio do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro e ainda nas ideias do filósofo indígena Ailton Krenak. Nossa opção metodológica é Cartografia, que é entendida como um processo de pesquisa que se dá no entre, não definindo a priori um roteiro a ser seguido. Como procedimento de produção de dados iremos realizar entrevistas e observação de cunho etnográfico. Assim, a partir desse escopo teórico e metodológico, propomos realizar uma discussão sobre o processo tradicional de produção de farinha de mandioca dos indígenas Parintintin. Traremos nesse percurso nossa experiência no acompanhamento da maneira tradicional de produção desde o plantio da roça até a torra da farinha. Trataremos ainda da importância da farinha para a comunidade, do valor comercial e da sua valorização no município de Humaitá-AM.

ARRUMAÇÃO: REATIVANDO AS PRÁTICAS DE CUIDADO NA RELAÇÃO CORPO-TERRA DOS COLETIVOS QUILOMBOLAS DE LARANJAL E CAMBAMBI – MT

Nayara Marcellly Ferreira da Silva
PPGAS\UFAM\FAPEAM
nana.nayara26@gmail.com

Esta pesquisa propõe uma análise da prática de “arrumação” como um ato de proteger o corpo contra infortúnios e doenças, que também se estende ao território. Essa prática é realizada pelas parteiras dos coletivos quilombolas de Laranjal e Morro de Cambambi, no estado de Mato Grosso. A “arrumação” está relacionada à benzedura, um ofício que abrange a relação entre o corpo e a terra. A especificidade da “arrumação” reside na habilidade de lidar com a “mãe do corpo”, concebida como





uma força que se manifesta em situações ligadas ao sangue, como gravidez e menstruação, e que se localiza no umbigo. Essa força se torna mais potente em relação às fases lunares, onde a lua exerce maior influência, afetando não apenas a “mãe do corpo”, mas também cobras, plantas e vegetais. Dessa forma, é necessário reativar práticas de cuidado para lidar com essas potencialidades. A partir deste contexto, surge uma questão: se a Terra e o corpo estão entrelaçados, como ensinam as mulheres quilombolas, como podemos entender as urgências climáticas como resultado de uma intrusão humana? Quais são as técnicas de cuidado reativadas pela prática da “arrumação” que consideram as forças e potencialidades de outras formas de existência? Aprender a cuidar dentro dessas afecções envolvem compreender a dimensão do perigo e a arte de dosar o pharmakon, onde o cuidado exige uma ação situada e parcial, sem pressupor um salvacionismo. O objetivo deste estudo é descrever como a “arrumação” pode ser vista como uma forma de “reativação” das práticas de cuidado, abrangendo uma malha de relações entre corpo e terra. Isso visa oferecer pistas para os “rastros” ressoativos das urgências climáticas nas paisagens do Pantanal e da Chapada dos Guimarães. A pesquisa será conduzida por meio da etnografia, que inclui revisão bibliográfica, experiências nos espaços e ritmos temporais das comunidades e, principalmente, alianças com as mulheres e outros corpos. Enquadrando-se ao eixo temático - ST 28 - A Reconexão de saberes no antropoceno.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 29 - RESISTÊNCIAS DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO BRASIL, NA AMAZÔNIA E NA LATINO AMÉRICA E CARIBE

Coordenação:

Jaci Guilherme Vieira – UFRR

Maria Jose dos Santos – UERR

Resumo do Simpósio Temático: A ideia desse Grupo de Trabalho, RESISTÊNCIAS DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA E NA LATINO AMÉRICA E CARIBE (1964 2024) tem como um dos objetivos retomar a tese central do professor John Monteiro que afirma no seu Trabalho de livre docência que, quando os índios forem considerados sujeitos históricos, e os múltiplos processos de interação entre suas sociedades e as populações que surgiram com a colonização europeia forem recuperados “páginas inteiras da história do país serão reescritas, e ao futuro dos índios reservar-se-á um espaço mais equilibrado e, quem sabe otimista (Monteriro,1985, pag.228) Com essas palavras, John Monteiro finalizava, em 1995, um capítulo sobre os desafios da História indígena no Brasil e conclamava os historiadores a enfrentarem a tarefa. Outra grande historiadora, Maria Celestino de Almeida, ao fazer a crítica ao marxismo ortodoxo, aponta que mesmo uma história marxista dos anos 60 e 70 não foi capaz de destruir o caráter heroico colonizador, mantendo a perspectiva anterior ao seu desempenho à medida que não trouxe a luz as diversas lutas travadas pelos diversos povos sejam no Brasil ou na América Caribenha. Para ela “os povos indígenas, passaram a ser mais valorizado pelos historiadores apenas na década de 1990. Desde então, o que tem mudado em nossa história? Qual a importância de incorporá-los como sujeitos? “Embora ainda lentas, as mudanças, além de significativas, são de importância fundamental do ponto de vista acadêmico, social e político, tanto para os povos indígenas quanto para os não indígenas”. (Almeida, 2017) Essa perspectiva, de protagonismo poderá ser encontrado em alguns trabalhos, entre eles indicamos os estudos de Wania Alexandrino Viana (2019) que demonstra como a gente de guerra formado pelos povos indígenas foram essenciais para manter a dilatada fronteira do cabo norte na primeira metade do século XVII. Portanto, as categorias analíticas da nova história indígena vêm reescrevendo a história do país.

Segundo Manuela Carneiro (2018) da cunha a constituição de 1988, foi um marco para os direitos territoriais dos povos indígenas, seus argumentos são ratificados por Gersem Baniwa (2012), ao afirmar “que antes desta data os direitos indígenas tiveram como fundamento principal a integração a comunhão nacional”, feita entre outros elementos, através do regime de tutela o que se desdobrou com frequência na perda de seus territórios ou mesmo eliminação física. Apesar dos projetos de tutela, de colonização e mesmo da tentativa de invisibilizar os povos originários, verificamos que estas populações seguem vivenciando seu cotidiano e resistindo aos ataques direitos e sendo sujeitos ativos da história.

Exemplos dessas lutas não faltam no Brasil, a organização dos Povos Indígenas, tanto do extremo norte como no extremo sul, vem sendo construída desde a década de 1970, quando ocorrem os primeiros encontros que foram se transformando em assembleias, entre elas destacamos a I primeira Assembleia de Tuxauas e lideranças Indígenas no Surumú -RR em janeiro de 1977. A famosa Assembleia, em São Miguel das Missões-RS no mesmo ano e em datas próximas. Foi a demonstração de que os caminhos dos Povos Indígenas de Roraima e do Rio Grande do Sul, regiões entre extremos do Brasil, reúne pessoas de lugares distantes predispostos a organizar as pautas das lutas e finalidades em defesa de seus territórios, saúde, educação e cultura. Pensando nesta perspectiva em jogarmos mais luz sobre o





protagonismo das populações tradicionais na Latino América e Caribe que esse Grupo de Trabalho tem sua razão de existir, especialmente num momento tão importante como este, pois tem havido um avanço muito forte de governo de conciliação de classe, governos de direita ou e extrema direita em vários países que ao longo das suas existências tem retirado direitos já consolidados como a demarcação das terras indígenas, avanço do garimpo, deixando um largo rastro de destruição visíveis no dia a dia não só dos povos indígenas mas de ribeirinhos, dos coletores de castanha, dos povos da floresta. Em contrapartida os povos tradicionais da Latino América têm demonstrando uma resistência incrível em enfrentar esses governos e mantendo uma agenda de mobilização contra o latifúndio, contra o agronegócio em especial na Amazônia onde o empenho do capital tem demonstrando um interesse voraz por suas terras.





O IMPACTO SOCIAL NAS COMUNIDADES INDÍGENAS: UM ESTUDO DAS COMUNIDADES ATINGIDAS PELA BARRAGEM DE BELO MONTE, NA VOLTA GRANDE DO XINGU, ALTAMIRA/PARÁ.

Josefa Xavier de Paula

Universidade Federal de Santa Catarina

Financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

jxpaula@gmail.com

Juliana Salles Machado

A memória social de um grupo é composta pelo entrecruzamento das diferentes experiências individuais que são, obviamente, experiências sociais. A discussão sobre os impactos socioambientais nas comunidades indígenas, tem crescido nos últimos anos, ao passo que os grupos vulneráveis são os principais atingidos por esse déficit na busca por informação. E os povos indígenas hoje somam uma parcela considerável da região norte do país, assim fazem parte de uma história de silenciamento e opressão, e uma dessas narrativas pode ser vista na história da construção da hidrelétrica de Belo Monte, que se localiza em Altamira, no Pará. Com objetivo de compreender os impactos sociais que atingiram e ainda atingem essas comunidades, esse estudo se propôs a estabelecer um conjunto de princípios para o desenvolvimento da Competência em Informação de indígenas da volta grande do Xingu, Altamira/Pará, a partir de estudos de campo e pesquisas que deem embasamento para essa construção. Através da experiência dos reassentamentos dos povos Juruna, é possível abordar a maneira como os regimes de alteridade, cunhados no período colonial, atualizaram-se junto às imagens das comunidades indígenas, centrados então numa máxima intervencionista de objetificação das pessoas em coisas dispensáveis e remanejáveis e da construção de espaços por homens plenos e bem-intencionados em nome do progresso da nação. Dessa forma, o processo de desterro sofrido pelas comunidades que viviam ao entorno da Volta grande do Xingu, evidenciando, a partir de narrativas, os conflitos intrínsecos ao sentimento de perda causado pela inundação desses territórios, apresentando as diferentes percepções em torno do valor da terra, de modo a contrapor-las aos conteúdos do discurso desenvolvimentista. Observa-se que alguns resultados podem ser observados que, buscando a construção de diretrizes que permitam que pessoas indígenas da volta grande do Xingu, sejam competentes em informação, e dê significação a suas ações, e na capacidade de encontrar a informação, pois esses estudos tem o intuito de mostrar a contribuição e participação do protagonismo indígena na construção ativa da história e constituição do País, a cidadania indígena está diretamente relacionada à capacidade do indígena de utilizar o aparato jurídico administrativo do Estado para a defesa dos seus direitos fundamentais, assim como assumir seu papel dentro da sociedade, e observar as experiências do passado podem ensinar sobre o que acontece hoje.

AS LUTAS DAS MULHERES INDÍGENAS NA AMÉRICA LATINA: UMA REVISÃO DE LITERATURA À LUZ DE MARÍA LUGONES

Mariana Corrêa Soares Muniz

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

marimunizss02@gmail.com





Neste artigo tenho o objetivo de analisar as produções acadêmicas mais citadas e baixadas sobre mulheres indígenas, suas lutas, movimentos de resistência e transformação à luz do feminismo decolonial de María Lugones. O objetivo é examinar os discursos científicos que vêm sendo engendrados e acessados sobre a temática e como estes se relacionam com as categorias, colonialidade de gênero, coalizações e múltiplas opressões.

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA AGENDA GOVERNAMENTAL DA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS: A TRAJETÓRIA DO PL 191/2020

Mara Maia
Universidade Federal de Roraima-UFRR
mara.silva@ufr.br

Ana Zuleide Barroso da Silva Santos
Universidade Federal de Roraima-UFRR
zuleide1973@hotmail.com

Este Resumo consiste em parte da análise da formação da Agenda Governamental da Mineração em Terras Indígenas e a trajetória de ascensão do Projeto de Lei 191/2020 à agenda durante o período de 2019 e 2022. O processo de agendamento se iniciou com a campanha eleitoral em 2018 quando o então candidato a presidente da república Jair Bolsonaro trouxe para o debate público e político, uma de suas promessas de campanha, a regulamentação da exploração mineral em terras indígenas como proposta de Política Pública caracterizada pelo PL 191/2020, que visa “estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas”. Nos primeiros meses de 2020, em cumprimento às promessas de campanha de Jair Bolsonaro, foram deliberadas as primeiras ações que objetivavam regulamentar a atividade minerária e garimpeira em territórios indígenas; o pontapé inicial se deu com a apresentação do Projeto de Lei nº 191/2020 pelo Poder Executivo na Câmara dos Deputados. Utilizou-se o modelo de pesquisa exploratória originado no âmbito das políticas públicas, formulação e mudança das agendas governamentais, Modelo de Múltiplos Fluxos, sistematizado na convergência de três fluxos dinâmicos: o fluxo de problemas, fluxo de soluções/alternativas e fluxo político. O processo de agendamento foi estruturado em três eixos temáticos: agenda midiática, agenda pública e agenda política/políticas públicas. A principal característica do arranjo institucional apontada pelo Ministério Público Federal é a inconstitucionalidade do PL, que traz diversos pontos de inconstitucionalidade como a restrição à “escuta prévia das comunidades”, violações de princípios fundamentais constitucionais, como os direitos dos povos indígenas, a proteção ambiental e a soberania nacional. Alega-se ainda que o projeto contrarie normas e tratados internacionais. Embora constatada a sua inconstitucionalidade no início de 2022, o PL foi aprovado em regime de urgência. Com a dinâmica política do processo eleitoral de 2022 e a mudança de governo, derrota de Bolsonaro e vitória de Lula, houve o redirecionamento da agenda da mineração em TI com a criação do Ministério dos Povos Indígenas, a nomeação da primeira ministra indígena do país Sônia Guajajara e com o pedido de retirada de tramitação do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados.





"A MINHA LIBERDADE COMEÇOU QUANDO O AVIÃO DECOLOU": LIDERANÇAS INDÍGENAS, INTERC MBIOS TRANSNACIONAIS E A RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Luiz Paulo Ferraz
Doutorando em História - Brown University
luizpauloferraz@gmail.com

Em 1973, em meio a acusações globais de genocídio contra os povos indígenas, a ditadura militar brasileira implementou o Estatuto do Índio para contrapor críticas às suas políticas indígenas e à Fundação Nacional do Índio (Funai), a agência governamental para assuntos indígenas. No entanto, essa legislação reforçou o regime de tutela da Funai sobre as comunidades indígenas, usando-o como uma ferramenta de controle autoritário, restringindo suas viagens e engajamento internacional. Pelo sistema de tutela, os indígenas precisavam de aprovação explícita do governo para viajar ao exterior, com passaportes emitidos somente com autorização da Funai.

Este trabalho analisa criticamente as viagens internacionais pioneiras de líderes indígenas que desafiaram essas restrições, a Ditadura Militar e seu sistema opressivo de tutela. Ao participar de conferências, tribunais e reuniões internacionais, esses líderes catalisaram trocas transnacionais que influenciaram profundamente suas estratégias, discursos e a trajetória do movimento indígena emergente.

Por fim, este trabalho destaca como essas experiências internacionais tiveram um impacto transformador no movimento, aumentando sua visibilidade e influência em escala nacional e global, além de moldar as estratégias e discursos do movimento indígena para defender seus direitos, modos de vida e o meio ambiente contra várias ameaças.

UM MAL-ENTENDIDO HISTORIOGRÁFICO COMO LUGAR DE MEMÓRIA: SOBRE A ASSIM CHAMADA “REVOLTA DA PRAIA DO SANGUE”

André Augusto da Fonseca
UERR
andre.augusto@uerr.edu.br

A chamada “Revolta da Praia do Sangue” é um dos eventos mais compartilhados nas representações coletivas dos roraimenses sobre o passado histórico do rio Branco. Trata-se, assim, de um elemento da consciência histórica local. No entanto, frequentemente tal episódio tem sido mencionado sem contestação, mas sem que se compreenda a origem dessa tradição. Efetivamente, sabemos que houve dois ciclos de rebeliões indígenas contra o projeto português de colonização no rio Branco nas últimas duas décadas do século XVIII, mas nenhum documento da época usa essa expressão. Na obra do cronista paraense Ladislau Baena, na década de 1830, o termo “Praia do Sangue” foi mencionado pela primeira vez, e não para designar a revolta, mas sim o lugar em que se deu um dos seus confrontos. Mais surpreendente ainda para os leitores do século XXI, o sangue a que Baena se referia, não era dos indígenas legitimamente rebelados, mas sim dos soldados portugueses mortos pelos rebeldes. Inadvertidamente para todos os que mencionam a rebelião nos séculos XX e XXI, a empatia do termo se dirigia, originalmente, aos agentes coloniais, e não aos indígenas vítimas da colonização europeia. A crítica historiográfica do uso da “Revolta da Praia do Sangue”, reconstituindo a cadeia de sentidos e ressignificações do evento, revela-se, assim, muito útil para a compreensão dos usos da História, de suas relações com a memória e com a documentação.





Palavras-chave: Historiografia. Roraima, história. Amazônia, história. América Portuguesa. Colonização da América.

RESISTÊNCIA INDÍGENA CONTRA A CORRIDA DO OURO NO MARANHÃO

Liana Rayssa Mota Amorim

Doutoranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR-UFRRJ)

Bolsista CAPES

liana.ramorimhistoria@gmail.com

A relação entre a história da exploração do ouro e das populações indígenas não é nenhuma novidade. Esteve presente no passado colonial e ainda hoje está presente como nos lembrou o caso dos Yanomami, de grande repercussão nacional e internacional. Essa relação externa e, na maioria das vezes, imposta, é marcada por grandes tensões, primeiro porque boa parte dos povos indígenas não atribui nenhum valor positivo ao ouro e, sobretudo, porque a existência de ouro em territórios indígenas sempre atraiu projetos gananciosos e extremamente violentos para si mesmos e para seus territórios. Essa violência além de ser observável no caso anteriormente citado, também pode ser observada no caso do noroeste maranhense, especialmente na região denominada Turiaçu-Gurupi, entre meados do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. O caso do Maranhão não apenas serve para escancarar a perenidade da violência oriunda desses projetos de exploração, mas também para apresentar indícios de que a resistência ativa e aguerrida das populações indígenas contra o garimpo, legal ou ilegal, limitou a efetivação desses projetos, mesmo que quase sempre estivessem em posições de desvantagem militar e, principalmente, política. Os povos indígenas habitantes do território mencionado, junto com outros grupos sociais, como os mocambeiros, foram responsáveis por dificultar as explorações auríferas promovidas por particulares, sendo recorrentemente citados em relatórios da província, matérias jornalísticas e em estudos corográficos sobre o estado. Assim, o objetivo desta proposta é refletir como as experiências anteriores desses povos ali e em outras regiões os capacitaram com estratégias para lidar contra o garimpo, que muitas vezes resultou em uma resposta mais ofensiva daqueles que tinham interesse na exploração do ouro, e que mesmo assim não parece ter servido para fazer recuar os indígenas, e que sugere que eles foram um dos fatores determinantes para que a “corrida pelo ouro” em território maranhense fosse retardada por alguns anos, tendo esse empreendimento algum avultamento apenas na década de 30 do século XX.

RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA HISTÓRIA TRUKÁ: ESTUDO DE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Artenizia Luiza da Silva Pereira – Artenizia Truká

Discente de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH), Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais (DTCS), Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Orcid: <https://orcid.org/0000-000238052901>

artenizialuizadaspereira@gmail.com

Roberto Remígio Florêncio

Dr. em Educação. Docente do Instituto Federal de Educação Sertão Pernambucano (IFSERTÃO), campus Petrolina Zona Rural.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3590-9022>





betoremigio@yahoo.com.br

Carlos Alberto Batista Santos

Dr. em Etnobiologia e Conservação da Natureza. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH), Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais (DTCS), Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Juazeiro, Bahia, Brasil). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2049-5237>. Email: cabsantos@uneb.br

As mobilizações territoriais indígenas emergentes no Nordeste, na primeira década do século XXI, foi caracterizada pelos esforços destes na proteção da Mãe terra e seus recursos. Este artigo se propõe a desvelar os movimentos que marcaram o sentido de pertencimento ao Território Indígena de Assunção pelo Povo Truká, tendo como objetivo principal analisar os aspectos sociais da territorialidade deste povo. Trata-se de uma pesquisa exploratória, com procedimentos bibliográficos e abordagem qualitativa. As retomadas territoriais foram fundamentais na construção da territorialidade Truká e as expressões socioculturais emergem como forma coletiva de proteção ao espaço reconquistado.

Palavras chaves: Etno-história; Territorialidade; Indígenas no Nordeste; Identidade; Expressões socioculturais.

RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA TRUKÁ: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Carlos Alberto Batista Santos

Universidade do Estado da Bahia

cacobatista@yahoo.com.br

As mobilizações territoriais indígenas emergentes no Nordeste, na primeira década do século XXI, foi caracterizada pelos esforços destes na proteção da Mãe terra e seus recursos. Este artigo se propõe a desvelar os movimentos que marcaram o sentido de pertencimento ao Território Indígena de Assunção pelo Povo Truká, tendo como objetivo principal analisar os aspectos sociais da territorialidade deste povo. Trata-se de uma pesquisa exploratória, com procedimentos bibliográficos e abordagem qualitativa. As retomadas territoriais foram fundamentais na construção da territorialidade Truká e as expressões socioculturais emergem como forma coletiva de proteção ao espaço reconquistado.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 30 - INTELECTUAIS INDÍGENAS, (ANI/DE/CONTRA) COLONIALISMO E ONTOEPISTEMOLOGIAS PLURAIS NO TEMPO PRESENTE

Coordenação:

Mariana Bruce - UFF

Alessandra Gonzalez de Carvalho Seixlack - UERJ

Resumo do Simpósio Temático: A proposta do Simpósio Temático é reunir trabalhos que se debruçam sobre as contribuições das e dos intelectuais indígenas de Abya Yala, tanto no sentido dos distintos caminhos de enfrentamento ao colonialismo, como de elaboração e expressão de ontoepistemologias plurais gestadas nos processos de luta e conflito nos quais estão envolvidas e envolvidos. Confere-se destaque à dimensão ontoepistemológica na medida em que esta engendra e amplia as possibilidades de conceber os processos de produção do conhecimento e também de compreender a própria natureza da nossa existência no mundo, produto de performances historicamente situadas. Assim, ao questionar as estruturas coloniais que se perpetuam mesmo após a independência e o racismo que anula as existências, práticas de mundo e subjetividades indígenas, a atuação das e dos intelectuais indígenas cumpre um papel importante de superar a subalternização, distanciando-se de um caráter pretensamente objetivo e universal reivindicado pela história ocidental e conferindo ênfase aos mundos e corpos de onde partem as ideias, com todas as implicações que derivam dessa condição. Se, por um lado, os intelectuais indígenas sempre existiram, por outro, a partir da segunda metade do século XX, observa-se com maior visibilidade a ruptura destes com os mediadores que falavam por elas, eles e seus povos. O ingresso de indígenas na Cidade Letrada, onde passam a dominar o idioma colonial e a escrita, contribuiu para que suas vozes ecoassem mais alto e com maior protagonismo no Tempo Presente. Essa realidade faz parte também de um processo mais amplo, de crise de hegemonia da ontologia moderna, na qual as diferenças e conflitos ontológicos ganham visibilidade e potencialidade.





SEM TÍTULO

Mariana Bruce
Universidade Federal Fluminense
marianabruce@id.uff.br

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a pluralidade do pensamento ameríndio através de um estudo comparado das contribuições tecidas por intelectuais indígenas das terras altas e das terras baixas que atuaram nas lutas anticoloniais da segunda metade do século XX e no presente século. Do altiplano boliviano, debruço-me sobre a obra do intelectual quechuymara Fausto Reinaga em diálogo com outros intelectuais, tais como o aymara Felipe Quispe Huanca, a ex chefe do Comitê de Amas de Casa, da Mina Siglo XX (Departamento de Potosí), Domitila Barrios de Chungara, e da indianista quéchua Hilda Reinaga. Já no que se refere às terras baixas, percorremos as contribuições oriundas dos Mapuche do Chile, a partir de escritos de Elisa Lancon Antileo e da Comunidad Mapuche de Historia, de David Kopenawa e Ailton Krenak, do Brasil - ou, mais especificamente, da Amazônia e do Rio Doce/MG - e, por fim, do subcomandante Marcos, do Exército Zapatista de Libertação Nacional/EZLN, do sul do México. Em meio a enredos, contextos históricos e trajetórias bastante diversas, busco tecer diálogos possíveis, em especial no que se refere às perspectivas sobre o Estado (ou contra o Estado), revolução/transformação e os paradoxos da Modernidade. São reflexões oriundas dos trabalhos desenvolvidos em torno do Grupo de Pesquisa “Intelectuais Indígenas, (Anti/De)Colonialismo e Historiografia: Contribuições a partir de Fausto Reinaga” cujos encontros semanais ocorrem, desde 2022, no âmbito das atividades realizadas no Núcleo de Estudos Contemporâneos/NEC, do Instituto de História, da Universidade Federal Fluminense, sob minha coordenação. Por essa razão, este trabalho se enquadra no eixo temático “Intelectuais Indígenas, (Anti/De/Contra)Colonialismo e Ontoepistemologias Plurais no Tempo Presente”.

O PAPEL DOS CINEASTAS INDÍGENAS NA LUTA CONTRA O COLONIALISMO

Mariana M. Bianchini
PPGHIS/UFRJ
mmga.bia@gmail.com

A proposta deste trabalho é identificar as contribuições dos cineastas indígenas brasileiros na produção de conhecimento enquanto artistas e intelectuais do Tempo Presente. Verificar a atuação desses sujeitos no enfrentamento ao colonialismo, na superação do racismo e no fomento do protagonismo indígena na História. Além disso, mapear quem são os principais indígenas que atuam na produção audiovisual no país e qual o caminho trilhado por eles até as câmeras. As cosmologias das imagens por trás dos cinemas indígenas revelam uma forma de cinema de ação que atua como instrumento de denúncia de violências e na luta por direitos dos povos originários. O projeto Vídeo nas Aldeias foi um importante aliado na formação de novos cineastas indígenas no final do século XX e início do século XXI. De lá para cá, o número de cineastas cresceu no país, possibilitando o que Ailton Krenak chamou de “demarcação da tela”, quando em 2014 houve a primeira mostra de cinema indígena intitulada Aldeia SP. Esse movimento revelou que os povos indígenas já tinham uma longa trajetória de luta pela terra, com uma grande campanha pela “Demarcação Já”, a demarcação das terras, e naquele momento a luta se estendia também para a tela dos cinemas. Dessa forma, os cineastas e coletivos estão engajados na produção de uma narrativa contra-hegemônica, de questionamento da ordem instituída. Cineastas como Takuma Kuikuro, Alberto Alvares, Divino





Tserewahú, Edgar Kanaykō, Ariel Ortega, Patrícia Ferreira, Isael Maxakali e Sueli Maxakali são alguns dos principais nomes do cinema indígena nacional. Assim, este trabalho procura explorar os pensamentos e conceitos promovidos por intelectuais e cineastas indígenas sobre o uso do cinema, como as definições de cinema de ação, demarcação das telas e etnovisão.

SEM TÍTULO

Lais Abdias Cordeiro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
abdiaslais@gmail.com

Os parlamentos entre os hispanos-criollos e os mapuche foram mais que um espaço de imposição do poder político dos espanhóis. Este trabalho tem como objetivo analisar como a dinâmica dessas assembleias já estava presente entre os mapuche e como os espanhóis se adaptaram a esse recurso já existente para estabelecer um diálogo com esse grupo indígena, visto que o relacionamento unicamente por meio da guerra não se fez possível. Faremos uma análise das atas que descrevem essas assembleias para analisar as diferentes formas de resistência mapuche, desde a resistência bélica com as guerras instituídas pelos colonizadores até a resistência via negociação política. Um outro ponto que enfatizaremos será a instituição de rituais pré-hispânicos como parte das assembleias que se estendiam por dias. Dentro do nosso recorte do período colonial, destacaremos também os motivos do silenciamento das mulheres mapuche nas assembleias e na sociedade indígena.

O BAJO EL RADAR POLÍTICO E O FEMINISMO NEGRO COMUNITÁRIO DA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO

Mariana Teixeira Miranda
Universidade Federal Fluminense – PROEX (Pró-reitoria de Extensão)

Mariana Bruce Ganem Baptista
marianatm@id.uff.br

O projeto de extensão Caminhos Para o Bem Viver Bajo el Radar Político começou em junho de 2023 com o objetivo de produção de memória e construção de um arquivo anticolonial das atividades e lutas em curso de mulheres racializadas na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, na qual se articularam em um feminismo comunitário com o nome de Teia de Solidariedade da Zona Oeste. Este trabalho utiliza de ferramenta teórica-metodológica da História Oral, na qual coloca sujeitos subalternizados pela historiografia tradicional como protagonistas de sua própria história. A militância da Teia de Solidariedade da Z/O surge justamente a partir da realidade da maioria negra e parda periférica de uma capital no Sudeste, atuando em articulações territoriais e comunitárias, tecidas por mulheres, sobretudo negras, dando voz e protagonismo a sujeitos que comumente são ignorados. O grupo, que se estabeleceu em um contexto pandêmico no qual a morte pela doença, assim como a fome e o nutricídio incidiram com maior intensidade sobre elas, que sua maioria atuam como chefes de famílias. Esta organização pode ser compreendida a partir do que Silvia Rivera Cusicanqui (2018) denomina como experiências que ocorrem “bajo el radar político”, um sentido que nasceu após a historiadora indígena analisar o contexto de uma Bolívia heterogênea, na qual





mulheres racializados, em maioria indígenas, se colocam de forma protagonista em atuações comunitárias e territoriais e que, apesar de muitas vezes invisíveis aos grandes holofotes da política, buscam alternativas de resistência e possibilidades emancipatórias. A construção do arquivo destas lutas e para chegar ao momento do trabalho da História Oral requer uma relação de troca entre os extensionistas e as mulheres, em que todo terceiro domingo do mês faz visitas técnicas para o bairro de Vargem Grande, o primeiro território de incidência conhecido, para construir relações com as articuladoras locais. Em julho do ano de 2023, houve uma entrevista com uma das articuladoras, Sarah Rubia, que elaborou um painel de fotografias localizado na associação de moradores e agricultores do bairro, localizado nos pés da maior floresta urbana do Brasil, que une figuras de agricultores, moradores, quilombolas e locais notáveis, que a partir desta entrevista, o grupo elaborou um ebook com o objetivo de ser visto por um qr code ao lado do painel. O projeto segue sendo um trabalho contínuo, com o objetivo de expandir os territórios e suas relações com as mulheres.

FUMAR TABACO, CONSUMIR IPADU: A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NA ONTOLOGIA YEPAMAHSÃ (TUKANO)

Marilina Conceição Oliveira Bessa Serra Pinto
Universidade Federal do Amazonas
serrapinto.m@gmail.com

Tomando por base o relato autobiográfico de Barreto (2018), o artigo pretendeu analisar a concepção de sujeitos humanos e não humanos e suas interações no sistema cosmopolítico Yepamahsã (Tukano) do noroeste amazônico. Apoiou-se nos teóricos da “virada ontológica na Antropologia”: Descola, Latour e Viveiros de Castro, cujas interpretações avançaram sobre o problema epistemológico da representação moderna na separação radical entre natureza e cultura. A metodologia baseou-se na simetria antropológica seguindo o percurso da “reflexividade tucana” empreendida por Barreto (2018) na incursão ao corpus mitológico de seu grupo de origem, os Búbera Põra. Os resultados apontaram que os modos de identificação do ser manifestos na cosmologia Yepamahsã revelam um regime anímico e multinaturalista como condição universal, uma vez que o estatuto do humano é compartilhado como disposição ontológica geral, no qual, as relações entre os entes são guiadas e administradas pelas práticas xamânicas dos kumuã, ao evocar o tempo das origens. No exercício auto descritivo, o autor apontou que na práxis desempenhada pelos especialistas, sobressaem ainda peculiaridades que envolvem os discursos Kehtí Ukunse e Müropaū Ussétisse como “Artes do Diálogo”, uma vez que esse coletivo define a fala como ato transformador.

Palavras-chave: Ontologia Yepamahsã; Animismo; Multinaturalismo; Xamanismo; Sujeitos.

POR UMA ANÁLISE ONTOLÓGICA DO VOCABULÁRIO POLÍTICO DOS INTELECTUAIS INDÍGENAS: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO "CAMINHOS DE ABYA YALA"

Alessandra Gonzalez de Carvalho Seixlack
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
alegcseixlack@gmail.com

O ponto fundamental desta comunicação é problematizar as contribuições da virada ontológica para a formulação de práticas históricas de caráter centrífugo, atentas a vocabulários políticos, formas de





temporalização e performances de mundo que escapam às categorias modernas. Para tanto, a partir da análise de entrevistas feitas com intelectuais indígenas do continente americano pelo projeto de extensão "Caminhos de Abya Yala", vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), argumentamos que a incorporação dos princípios da virada ontológica à pesquisa histórica pode resultar em formas mais adequadas de interpretar o pensamento político ameríndio, originando um fazer histórico que valorize a interlocução mais simétrica entre distintos mundos históricos. Consideramos que a análise do vocabulário político a partir de um prisma ontológico possibilita a interpretação dos discursos políticos indígenas não apenas em diálogo com os contextos históricos em que são enunciados, mas também com o mundo performado pelos enunciadores. Nessa perspectiva, torna-se possível acessar linguagens políticas que excedem as lógicas de significação das gramáticas usuais, o que contribui para a pluralização do fazer histórico.

NARRATIVAS HISTÓRICAS INDÍGENAS E SUAS DIMENSÕES DE CURA: EPISTEMOLOGIAS PLURAIS E SUAS POTÊNCIAS PARA A SUPERAÇÃO DAS FERIDAS COLONIAIS

Jamille Macedo Oliveira Santos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO)

jamilleoliveira19@gmail.com

Narrar a História, particularmente para os povos indígenas, não é tão somente um exercício epistemológico, é sobretudo a possibilidade de lidar com a ferida da colonialidade, é recontar suas histórias e (re)encantar seus mundos e cosmologias em conexão com os seus ancestrais e em uma perspectiva de cura. Foram os povos indígenas, sobretudo seus sábios/sacerdotes/xamãs, que primeiro teorizaram e interpretaram o colonialismo. Em muitas das narrativas produzidas por ameríndios é possível perceber sua consciência dos processos históricos que estavam vivenciando com a invasão de seus territórios (MARTINS, et. al., 2021; NAVARRETE LINARES, 2015). E nestas narrativas também é perceptível as formas pelas quais representaram e reorganizaram seus mundos e lidaram com o colonizador (SANTOS, 2021). A comunicação que ora apresentamos, tem como fio condutor de análise as perspectivas históricas tecidas pelos próprios indígenas em relação aos eventos e processos que lhes acometeram com a chegada dos invasores, e as formas como estes foram ressignificadas no contexto de luta, tanto no cenário político quanto intelectual, sobretudo na produção de narrativas históricas a partir do ano 2000, que é marcado pelos movimentos que reivindicavam outra percepção dos 500 anos de “descobrimento”, ao ano de 2016. Tomando essas narrativas, tanto orais quanto acadêmicas, como produtoras de conhecimento, repletas de sentidos da realidade imanente e transcendente e que nos permitem (re)pensar o próprio fazer histórico e historiográfico. Nessa comunicação, dialogaremos, sobretudo, com as narrativas escritas e orais tecidas pela anciã e xamã tupi-guarani Catarina Nimbopyruá, liderança da terra indígena Piaçaguera (aldeia Tapirema), com o propósito de lançar olhar sobre as possibilidades e potencialidades de um “fazer histórico xamânico” (SEIXLACK, 2023) em suas dimensões de cura.

POR UMA ANÁLISE ONTOLÓGICA DO VOCABULÁRIO POLÍTICO DOS INTELECTUAIS INDÍGENAS: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO "CAMINHOS DE ABYA YALA"

Alessandra Gonzalez de Carvalho Seixlack

Universidade do Estado do Rio de Janeiro





alegcseixlack@gmail.com

A presente comunicação busca pensar novas perspectivas para a produção do conhecimento histórico no Antropoceno, a partir de uma crítica aos limites da História como singular coletivo. Partimos da hipótese de que a potência da história nos tempos de catástrofe não reside na atualização de categorias abrangentes que produzem pluralidades amorfas, mas na enumeração de uma cartografia de mundos e de regimes de historicidade potenciais, que apontam para outros futuros possíveis. Para tanto, a comunicação será dividida em dois momentos. No primeiro, analisaremos as contribuições da virada ontológica para a formulação de práticas históricas de caráter centrífugo e contrahegemônico. No segundo, a partir da análise dos discursos de intelectuais indígenas reunidos pelo projeto "Caminhos de Abya Yala", argumentamos que a incorporação dos princípios da virada ontológica à pesquisa histórica resulta no tensionamento das fronteiras da história intelectual e em formas mais apropriadas de interpretar o vocabulário político ameríndio.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 31 - AS AGÊNCIAS DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL REPUBLICANO: POR UMA OUTRA NARRATIVA DA HISTÓRIA

Coordenação:

Michelle Reis de Macedo - Universidade Federal de Alagoas

Ivanilson Martins Xokó - Universidade Federal Rural de Pernambuco

Carine Santos Pinto - Universidade Federal Rural de Pernambuco

Resumo do Simpósio Temático: Durante o século XIX e grande parte do XX, a escrita da História reproduziu narrativas que silenciavam os povos indígenas enquanto agentes históricos. Esse imaginário reforçava a ideia de que, por extermínio físico ou assimilação à civilização, a tendência era o desaparecimento desses povos. Acreditava-se que seus modos de vida eram incompatíveis com o progresso da nação. Até recentemente essa crença sustentava políticas indigenistas e análises acadêmicas, provocando resultados desastrosos. Mas nas décadas de 1970 e 1980, a luta e o caráter educativo do Movimento Indígena impuseram à sociedade uma revisão nas suas concepções sobre eles, resultando em avanços jurídico-políticos dos direitos indígenas e em revisões científicas. Desde então, pesquisas históricas sobre a temática indígena ganharam notoriedade. No entanto, se para os períodos colonial e imperial da História do Brasil o avanço foi significativo, o mesmo não ocorreu para o recorte temporal mais recente. Este diagnóstico pode ser, em parte, explicado pelo velho mito do desaparecimento, ainda arraigado na sociedade brasileira, sustentada por concepções racistas, que acreditam na incapacidade de sobrevivência dos povos indígenas ao desenvolvimento econômico do país. Portanto, este Simpósio Temático pretende debater pesquisas que desconstruam essas crenças sobre os povos originários, demonstrando sua ocupação de espaços sociais diversificados como estratégias de (re)existência ao longo dos séculos XX e XXI. Serão bem vindos trabalhos que priorizem narrativas sobre a história do Brasil republicano que destaquem os povos indígenas como agentes históricos, políticos e sociais.





CAMINHOS PERCORRIDOS POR ANCESTRAIS: A LUTA DO DEPUTADO FEDERAL MÁRIO JURUNA PELA REPRESENTATIVIDADE INDÍGENA NA FUNAI (1983-1984)

Michelle Reis de Macedo
Universidade Federal de Alagoas
Bolsista Produtividade do CNPq
michellemacedo.historia@gmail.com

Em 2023, a advogada Joênia Wapichana tornou-se presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Após cinco décadas de existência, foi a primeira vez que uma representante dos povos originários presidiu o órgão federal responsável pelas políticas indigenistas. Tratava-se de uma antiga demanda do Movimento Indígena das décadas de 1970 e 1980 por autonomia e participação política, que teve a liderança Xavante Mário Juruna como um dos seus porta-vozes. Em 1983, também um fato inédito, Juruna conquistou através do voto uma cadeira no Congresso Nacional. Como deputado federal, uma de suas primeiras propostas de mudança foi o Projeto de Lei que previa a representatividade indígena na direção da Funai a partir da criação de um Conselho Indígena para fiscalizar o Conselho Diretor, que por sua vez deveria ser composto por indígenas ou não-indígenas conhecedores da situação dos povos indígenas do Brasil. Naquela época, a Funai exercia o poder tutelar sobre os povos indígenas que pressupunha relações de dependência, cujo papel do tutor era dirigir e controlar as ações e os desejos dos tutelados, tirando-lhes o poder de decisão sobre suas próprias vidas. Logo, o projeto de Juruna pretendia inverter essa lógica, conquistando para os povos indígenas maior representatividade política no órgão indigenista. Apesar de ter sido derrotado pelas forças antiindígenas, a proposta pavimentou caminhos possíveis para outras lideranças que vieram posteriormente. Portanto, este trabalho tem o objetivo de refletir sobre como conquistas atuais dos povos indígenas podem ter sido fortalecidas por ações de lideranças ancestrais.

POR UMA TERRA SEM CONFLITO: A TRAJETÓRIA DE RESISTÊNCIA DOS FULKAXÓS EM SERGIPE

Carine Santos Pinto
Universidade Federal Rural de Pernambuco
carine.historia@hotmail.com

O presente estudo visa nortear a construção de um estudo científico a respeito das trajetórias de resistência do povo que atualmente se identifica como Fulkaxó, oriundos do aldeamento Kariri Xokó (AL), e do seu recente estabelecimento nas terras da Fazenda Cadoz, município de Pacatuba (SE) e local da mais nova comunidade indígena do Estado de Sergipe. Considerando o presente objeto como fruto de uma pesquisa original e inicial, serão levadas ao debate diferentes fontes históricas, tais como o processo judicial movidos pelos Fulkaxós, com o auxílio da Procuradora da República Livia Nascimento Tinôco, laudos antropológicos, entre outros materiais que trazem ricas contribuições para o reconhecimento identitário do grupo em questão, como também na legitimidade da posse da terra em que já residem oitenta e nove famílias. Composto inicialmente pela família Cruz, o grupo se identificava com a etnia Kariri-Xokó e habitava a comunidade de Porto Real do Colégio-AL. No início do século XXI, ao começar a observar o ambiente em que viviam, perceberam que, para eles, o aldeamento já não lhes garantia a segurança de dar continuidade aos seus costumes, tradições e principalmente ao ritual religioso do Ouricuri. Então passam a externar um desejo de separação





motivado pela “grande mistura de índios e brancos não identificados”. Então, ao buscar o passado histórico desta família, a indígena Josete Cruz observou que seus antepassados pertenciam às etnias Fulni-Ô (PE), Kariri (AL) e Xokó (SE) e criou uma neologia fundindo as três etnias resultando em um novo grupo: Fulkaxó. A nova área inspirou o slogan utilizado pelo grupo “Fulkaxós: por uma terra sem conflitos”, pelo fato desta questão ser amigável com o latifundiário, dono da Fazenda Cadoz que aceitou realizar a venda da Fazenda por saber que os indígenas preservarão a região de mata fechada que há na localidade. O proprietário permitiu, também, a construção de uma oca e pequenos casebres que acomodem as 89 famílias, que atualmente se identificam como Fulkaxó.

“A MINHA PAIXÃO MAIOR QUE EU TENHO É A TERRA”: EMERGÊNCIA ÉTNICA E PROTAGONISMO FEMININO INDÍGENA NA LUTA PELA TERRA EM URUÇUÍ-PI

Rebeca Freitas Lopes
PPGSC/UESPI
rebecalopes@aluno.uespi.br

Nós somos as raízes!" é um trabalho que pretende analisar o protagonismo feminino indígena ao longo do processo de emergência étnica da comunidade indígena Akroá-Gamella, localizada no município de Uruçuí, localizado no sudoeste do estado do Piauí. O foco desta pesquisa recai sobre a atuação de Maria da Conceição Sousa (Dan), mulher indígena Akroá-Gamella, assentada, ativista do Movimento Sem Terra, presidenta da APIAGU (Associação do Povo Indígena Akroá-Gamella de Uruçuí-PI) e ex-presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruçuí, devido a sua notável trajetória no movimento sindical e movimento sem-terra, liderando a luta pela retomada territorial e, posteriormente, étnica de sua comunidade.

O contexto de mobilizações étnicas em Uruçuí é marcado pelo resgate identitário e territorial pela comunidade indígena Akroá-Gamella, que se inicia por volta dos anos 2000, quando Dan envia uma carta à Funai em busca de reconhecimento étnico. Porém, foi somente em 2019 que o órgão indigenista se voltou para as pautas e reivindicações propostas pelos Akroá-Gamella de Uruçuí. Sob esse viés, nas atuais mobilizações indígenas no Piauí, destaca-se a participação proeminente de mulheres indígenas que aliam a luta pelo reconhecimento étnico à luta pela terra, pela educação escolar indígena e pela saúde indígena.

A experiência de Dan nos movimentos sociais permitiu-lhe interagir com várias formas de mobilização popular, especialmente na luta pela terra. Desde 2005, Dan começou a ação para o reconhecimento étnico de sua comunidade, enviando uma carta à Funai, que só ganhou visibilidade em 2019, mais de uma década depois. A invisibilidade social e étnica que permeia a história das comunidades indígenas no Piauí está fortemente ligada tanto ao discurso da historiografia oficial do estado quanto à memória coletiva da população, que por muito tempo acreditou na inexistência de indígenas no território piauiense.

Portanto, a pesquisa em questão, ao compreender o papel da liderança indígena Dan frente ao processo de retomada étnica, territorial e na garantia dos direitos de seu povo, evidencia as diversas agências históricas protagonizados pelos povos indígenas na luta pela terra, além de demonstrar a atuação fundamental de mulheres indígenas frente a esses processos de mobilizações étnicas.





MOBILIZAÇÕES INDÍGENAS NO SUDOESTE DO PIAUÍ: ETNOPOLÍTICA DOS AKROÁ GAMELLA E A LUTA PELO TERRITÓRIO INDÍGENA FRENTE À EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO (1980-2024)

Helane Karoline Tavares Gomes
UFRPE/UESPI
helanekarolinetavares@gmail.com

A região do Sudoeste do Piauí é marcada pelo avanço do agronegócio desde o final da década de 1970. Os projetos de expansão do complexo de carnes e produção de grãos em larga escala para exportação produziram modificações profundas na organização de povos e comunidades tradicionais, estimulando conflitos socioambientais. Nesse contexto evidenciam-se as mobilizações étnicas e luta pelo território dos indígenas Akroá Gamella. As mobilizações protagonizadas pelo grupo étnico mencionado, a partir do ano de 2006, adquirem visibilidade durante a pandemia do COVID-19, período marcado pela expropriação territorial, grilagens e violações de direitos humanos, atreladas às atividades do agronegócio. Esse trabalho, em curso, constitui parte da pesquisa de doutorado da autora e tem por objetivo analisar as estratégias políticas dos indígenas Akroá Gamella associadas à reivindicação, acesso e manutenção dos territórios tradicionais, no sudoeste do Piauí e as implicações do agronegócio sobre os territórios indígenas, entre 1980 a 2024, a partir da interlocução entre História Social e Antropologia. Analisamos parcialmente os documentos de qualificação e regularização da demanda fundiária, os boletins que registram a cartografia social dos conflitos socioambientais, os informativos da Comissão Pastoral da Terra e do Conselho Indigenista Missionário e os relatórios das assembleias indígenas associadas à metodologia da história oral. Buscamos compreender quais as estratégias utilizadas pelos Akroá Gamella associadas à defesa de seus territórios tradicionais, bem como o papel do Estado (em âmbito federal e estadual) no processo de expropriação do território indígena. As mobilizações dos indígenas fundamentam-se nas políticas de memória, caracterizadas pela reelaboração étnica, evocação, preservação dos locais associados à ancestralidade indígena e produção de outras histórias que superam as narrativas de extermínio indígena no estado do Piauí.

Palavras-chave: Mobilizações indígenas; Territorialização; Akroá Gamella.

DOS MOVIMENTOS INDÍGENAS À EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS DE NÃO-REPETIÇÃO

Júlia Araújo Carvalho
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp, bolsista CAPES – PDPG
julia.araujo@unesp.br

Muitos estudiosos se dedicaram a estudar a política indigenista nacional, ora em uma perspectiva mais genérica ora com as atenções voltadas para uma frente específica de abrangência da política indigenista. O que se verifica em todos os trabalhos que abordam a temática é o comum acordo de que até a década de 1980 as políticas indigenistas foram produzidas sem considerar os interesses dos povos originários das mais diversas etnias que se encontram no território nacional e zona fronteira, tampouco considerou em seu processo constitutivo a diversidade étnica dos povos e a diversidade geográfica em que estes se encontravam. Foi a partir da Constituinte que os indígenas deixam de ser tutelados pelo Estado, sendo assim reconhecidos em sua capacidade de autonomia, autogestão e





autodeterminação; tal avanço devemos ressaltar, só foi possível pela atuação do Movimento Indígena organizado a cobrar de todos os setores sociais seus direitos fundamentais e reconhecimento constitucional, resultando em importantes avanços jurídicos, políticos e sociais, além do fortalecimento de um movimento de revisão científico e bibliográfico de modo a dirimir os erros históricos perpetrados pela academia, bem como os silenciamentos e ocultações históricas. O trabalho a ser debatido objetiva debater o papel do Movimento Indígena no processo de visibilidade de pautas indígenas e cobrança pela efetividade dos direitos humanos a nível internacional, trata-se de um fragmento de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento que debate a centralidade do Movimento Indígena na produção de um Estado mais representativo, tendo como marco temporal de análise o período desde negociação de pautas presidenciais até o fim do primeiro ciclo de trabalhos do Ministério dos Povos Indígenas (MPI). A partir das análises até o momento estabelecidas já foi possível evidenciar o papel dos Movimentos Indígenas como sendo essencial na articulação interna em suas diversas escalas (local/território; estadual; regional; nacional) e internacional; atuando em diversas frentes como a educação e conscientização de indígenas e não indígenas, a formação de comunicadores e atuação destes apresentando as realidades dos diversos territórios e denunciando as negações de direitos e violências vivenciadas, ou ainda na articulação política de pautas gerais nacionais e internacionais.

CONTRIBUIÇÕES DOS PERIÓDICOS PORANTIM E MENSAGEIRO AO MOVIMENTO INDÍGENA DO NORDESTE DO BRASIL (1970 – 1990)

Ivanilson Martins dos Santos Xokó

Doutorando - Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

ivanilsonmartins762@gmail.com

Nas últimas décadas, mesmo tendo adquirido notória visibilidade, os povos indígenas ainda enfrentam inúmeros desafios, especialmente para o Nordeste do Brasil, historicamente marcados por um silenciamento na historiografia com a pretensão de explicar processos amplos sobre a formação da região. Até a década de 1990, os povos indígenas eram tidos como coadjuvantes, sendo apresentados apenas como sujeitos secundários na formação do Brasil. Essas concepções, portanto, vão sendo desmontadas pela nova historiografia indígena. Nesse sentido, o presente trabalho tem como tema a construção do Movimento Indígena do Nordeste entre os anos 1970 e 1990, caracterizado por sua legitimidade na busca pelo reconhecimento de direitos territoriais, sociais e identitários perante o Estado brasileiro. Assim, analisaremos as publicações feitas nos jornais Porantim e Mensageiro, que são periódicos publicados pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criados ainda em meio à Ditadura Militar (1964 – 1985). Circulam entre os povos indígenas e relatam, desde 1979 até o tempo presente, os acontecimentos históricos dos povos indígenas do Nordeste. Assim, são fontes importantes do movimento sobre políticas públicas, sociais, territoriais e identitárias que contribuem para abordar aspectos importantes relativos à nova História Indígena. A pesar disso, percebemos, pois, uma lacuna bibliográfica sobre esse período republicano, que abrange a abertura do Movimento Indígena, iniciado com pequenas mobilizações étnicas locais e regionais, ainda sem perspectiva coletiva como atualmente. Os povos indígenas do Nordeste sofreram uma série de processos violentos de redução de seus territórios, imposição de trabalho escravo e compulsório, além da reconfiguração das suas





relações políticas, sociais, religiosas e simbólicas. No século XIX, por exemplo, o Estado, ao negar os territórios e as identidades indígenas, classificou-nos como caboclos e sertanejos. Afirmando que não existiam mais povos indígenas por serem considerados misturados com a população regional. No entanto, isso não significou o fim das identidades indígenas, pois aprendemos a nos reconfigurar como povos reexistentes, lutando para recuperar os antigos territórios coloniais. Nesse sentido, o objetivo é analisar o protagonismo do Movimento Indígena social, político e decolonial no Nordeste do Brasil, a partir das publicações veiculadas nos Jornais Porantim e Mensageiro entre os anos de 1970 e 1990 e compreender, do ponto de vista historiográfico, as motivações sociais que levaram os povos indígenas do Nordeste a iniciar um movimento na busca pelo reconhecimento e pela garantia dos direitos territoriais, fundamentais, sociais, culturais e identitários a partir de 1970. A metodologia é construída em torno do cruzamento entre fontes históricas já muito conhecidas, como os periódicos mencionados e demais jornais, documentos oficiais do Estado, documentos produzidos por órgãos de apoio à causa indígena e narrativas orais de lideranças contemporâneas. Portanto, tendo base nesse conhecimento, entendemos que o Movimento indígena do Nordeste, através da recuperação das memórias ancestrais, das identidades ocultadas e, sobretudo, pelos direitos sociais, políticos e culturais — ou melhor, direitos fundamentais pela vida, lutou e continua lutando pelo reconhecimento da ancestralidade e retomada de antigos territórios coloniais entendidos mediante processos históricos mais amplos.

PALAVRAS-CHAVE: Povos indígenas; Movimento Indígena do Nordeste do Brasil; (Re)existência; História Indígena Decolonial.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 32 - LÍNGUAS INDÍGENAS DE SINAIS - LIS, LÍNGUAS EMERGENTES DE SINAIS – LES E LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS

Coordenação:

Alan Ricardo Costa - Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Jaelson da Silva Santos – Unicamp

David Kaique Rodrigues dos Santos - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Resumo do Simpósio Temático: Este Simpósio Temático se propõe a agregar trabalhos que envolvam discussões sobre Estudos a respeito das Línguas Indígenas de Sinais - LIS, Línguas Emergentes de Sinais – LES e Língua Brasileira de Sinais - Libras, com intuito de ampliar discussões a respeito do plurilinguismo para potencializar políticas linguísticas que desconstruam a cultura fortemente monolíngue existente no país. Para tanto, almejamos agregar pesquisas que envolvam estudos teóricos e/ou práticos sobre a situação histórica das LIS, da Libras e das LES no que concerne aos estudos sobre os aspectos linguísticos que abarquem reflexões e reformulações metodológicas de línguas de sinais, e que favoreçam estudos no plano de análise e descrição de línguas de sinais nativas, original e nacional, além de permitir uma revisão literária a respeito da diversidade linguística e sua função social, cultural e política em vários contextos sociais, escolar, acadêmico, sob um enfoque político linguístico das línguas de sinais existentes no Brasil. Espera-se ao fim deste ST que haja resultados de pesquisas que possam ser divulgados para a comunidade acadêmica e sirvam de “caminho” para o reconhecimento e oficialização das Línguas Indígenas de Sinais das diversas etnias indígenas brasileiras.



ASPECTOS FONOLÓGICOS DA LÍNGUA INDÍGENA DE SINAIS MAKUXI (RORAIMA)

Jaelson da Silva Santos
UNICAMP/UFRR
j234236@dac.unicamp.br

Nos últimos anos, as pesquisas sobre línguas de sinais emergentes (LES), especialmente aquelas utilizadas por comunidades indígenas, denominadas línguas indígenas de sinais, têm despertado crescente interesse. O presente estudo faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento e tem como objetivo realizar uma descrição das características fonéticas e fonológicas da Língua de Sinais Makuxi (LSMak). O estudo conta com a colaboração de 10 surdos de uma mesma família da comunidade indígena Makuxi, localizada em Uiramutã, Roraima. A abordagem adotada baseia-se nos estudos de Klima e Bellugi (1979), Liddell e Johnson (1989), Xavier (2006), e Xavier (2014). Dada a natureza visual-espacial da LSMak, os dados foram coletados através de entrevistas em vídeo, posteriormente anotados e transcritos utilizando o software ELAN, permitindo uma análise detalhada dos sinais. Apesar de a pesquisa ainda estar em andamento, os dados preliminares revelam algumas características fonológicas da língua indígena de sinais Makuxi: 1) formas das mãos: as mãos assumem diversas formas, orientações e posições, como planas, arredondadas ou em forma de pinça, para representar objetos e ações. 2) movimentos das mãos: as mãos se movem em diferentes direções, como horizontais, verticais, diagonais e circulares, para transmitir nuances de significado e expressividade. 3) expressões faciais: movimentos da cabeça e das sobrancelhas complementam os movimentos das mãos, intensificando a comunicação. Essas características fonológicas preliminares fornecem uma visão inicial sobre a complexidade e a riqueza da Língua indígena de Sinais Makuxi, destacando a importância de estudos aprofundados sobre línguas de sinais emergentes em contextos indígenas.

Palavras-chave: Língua indígena de Sinais Makuxi (LSMak), fonologia, Roraima

TECNOLOGIAS PARA ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS, LÍNGUAS INDÍGENAS DE SINAIS E LÍNGUAS EMERGENTES DE SINAIS

Prof. Dr. Alan Ricardo Costa
Universidade Federal de Roraima (PPGL)
alan.dan.ricardo@gmail.com

Haja vista o crescente uso de tecnologias digitais para registro, conhecimento, análise e popularização de línguas, literaturas e culturas de povos originários e/ou de grupos minoritarizados, no presente trabalho abordo a seguinte questão de pesquisa: de que forma os Recursos Educacionais Abertos (REA) o movimento para uma Educação Aberta podem contribuir para questões referentes não só à Língua Brasileira de Sinais (Libras), mas também Línguas Indígenas de Sinais (LIS) e Línguas Emergentes de Sinais (LES)? Em síntese, segundo definição da UNESCO, REA são materiais de ensino, aprendizagem e investigação em quaisquer suportes, digitais ou outros, que se situem no domínio público ou que tenham sido divulgados sob licença aberta que permite acesso, uso, adaptação e redistribuição gratuitos por terceiros, mediante nenhuma restrição ou poucas restrições. O licenciamento aberto é construído no âmbito da estrutura existente dos direitos de propriedade



intelectual, tais como se encontram definidos por convenções internacionais pertinentes, e respeita a autoria da obra. Diante de todo o exposto, o objetivo desta pesquisa é o de averiguar a presença (ou a ausência) de REAs para o ensino e a aprendizagem de Libras, LIS e LES em repositórios virtuais e em projetos no viés da Educação Aberta e do compartilhamento de materiais didáticos no Brasil. Com base no suporte teórico sobre produção colaborativa e compartilhamento de REAs (Santos, 2013; Okada, 2014; Leffa, 2016; Costa, 2016), foram realizadas pesquisas exploratórias, de viés qualitativo, em 14 websites (repositórios ou websites de cursos online), dando continuidade a levantamentos prévios já realizados em 2017 e 2018. Os resultados indicam que, na atualidade, em 2024, ainda é necessário avançar muito no que diz respeito à (co)produção e compartilhamento de REA para o ensino e a aprendizagem de Libras, LIS e LES. Ademais, vale destacar que, de forma semelhante ao que tem ocorrido com línguas estrangeiras hegemônicas, como inglês e espanhol, é urgente ampliar o espaço de línguas minoritizadas no movimento para uma Educação Aberta, para fins de concretização dos ideais de plurilinguismo, interculturalidade, decolonialidade e diversidade linguística.

SOBRE A PRODUÇÃO DE UM GLOSSÁRIO DE SINAIS-TERMOS EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) NA ÁREA DA SAÚDE

Ana Paula de Oliveira Siqueira (apresentadora)
UFRR
anapedagogacorujinha@gmail.com

Alan Ricardo Costa
UFRR
alan.dan.ricardo@gmail.com

Jaelson da Silva Santos
UFRR
234236@dac.unicamp.br

Tendo em vista a importância da educação em saúde e da atenção básica para a pessoa surda na atualidade, esta pesquisa enfoca em questões que julgamos fundamentais nos debates em uma possível seara de Linguística Aplicada das Línguas de Sinais (LALS), a saber: 1) quais sinais-termos são necessários para uma melhoria no atendimento da pessoa surda no que concerne à educação em saúde e atenção básica?; 2) de que forma um glossário de sinais-termos em Língua Brasileira de Sinais (Libras) pode contribuir para o entendimento de conceitos e terminologias e, por conseguinte, qualificar o trabalho de profissionais da área da saúde em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no município de Boa Vista, Roraima? Tais questões são oriundas de uma pesquisa prévia (SIQUEIRA, 2022), que tratou de uma proposta de sinais-termos para a saúde. Dando continuidade ao referido trabalho, o objetivo geral da pesquisa é: produzir um glossário de sinais-termos em Libras com foco na área da saúde, para facilitação da acessibilidade e do entendimento de termos e conceitos específicos. Os objetivos específicos são: 1) discutir a importância da acessibilidade, de forma geral, e dos sinais-termos, mais especificamente, no que diz respeito ao atendimento da pessoa surda no que concerne à educação em saúde e atenção básica; 2) identificar e mapear termos e sinais-termos (que já existem ou que ainda sejam necessários em Libras) para a composição do glossário; 3) apresentar o





processo de confecção do glossário a partir do uso de tecnologias digitais. A pesquisa tem como base teórica pesquisas nas áreas de LALS, Terminologia em Línguas de Sinais e tecnologias digitais para a inclusão de pessoas surdas. Em termos metodológicos, esta pesquisa qualitativa foi realizada a partir da atuação direta da autora na UBS do bairro Buritis, Boa Vista-RR, e contou com a participação de: (1) duas profissionais da equipe de Estratégia de Saúde da Família (ESF), uma médica e uma enfermeira; (2) três surdos e (3) uma profissional Tradutora Intérprete de Língua de Sinais (TILS). O glossário, por enquanto, está composto de 13 sinais-termos, além de mais 4 coletados em 2022 e 8 coletados em 2024, para serem incorporados ao trabalho a partir da criação dos sinais por parte da comunidade surda.

DESCRIÇÃO DE CARACTERÍSTICAS ONOMÁSTICAS ENTRE LIBRAS E LSMAC **DESCRIPTION OF ONOMASTIC CHARACTERISTICS BETWEEN LIBRAS AND LSMAC**

Ana Paula de Oliveira
UFRR
anapedagogacorujinha@gmail.com

Laís de Jesus
UFRR
laispriscila06@gmail.com

Kalherine da Silva Campos
UFRR
kalherinecampos@gmail.com

Este trabalho apresenta uma análise comparativa entre duas línguas de sinais, a língua brasileira de sinais – Libras e a língua de sinais Macuxi – LsMac. A Libras é reconhecida oficialmente como meio oficial de comunicação da comunidade surda, incluindo pessoas surdas e ouvintes sinalizantes, através da lei nº 10.436/2002 e regulamentada pelo decreto nº 5626/2005. A LsMac é uma língua de sinais emergente do município de Uiramutã, estado de Roraima – RR, em processo de formação, desenvolvimento e documentação. Utilizou-se exemplos encontrados na pesquisa de Rodrigues (2023) para analisar, identificar e descrever quais parâmetros são mais perceptíveis nos nomes próprios dados entre Libras e a LsMac. Esta análise revelou a predominância de configuração mão, ponto de articulação, movimento, orientação e expressão não-manuais da Libras nos cinco sinais dos nomes próprios, uma vez que a Libras por ser uma língua consolidada tem sua estrutura gramatical definida, já na LsMac é perceptível a configuração de mão, movimento e expressões não-manuais, mas ressaltamos algo em comum tanto na Libras ou línguas consolidadas como na LsMac ou línguas emergentes ou não consolidadas, as quais o surdo usa as características marcantes do indivíduo para assim formaliza o sinal.

Palavras-chave: Onomásticas; Línguas de sinais; Língua de sinais indígena; Libras; Língua de sinais Macuxi.





GLOSSÁRIO POLILÍNGUE – PATXÔHÃ – LIS – LIBRAS – PORTUGUÊS - INGLÊS

Ana Paula Souza dos Santos¹

David Kaique Rodrigues dos Santos²

Diana da Conceição Bomfim³

A proposta do Glossário Polilíngue – Patxohã-LIS-Libras-Português-Inglês tem como objetivo registrar/documentar os léxicos nas diferentes línguas para a revitalização, valorização e preservação da língua indígena do povo Pataxó nas modalidades escrita e de sinais (Patxohã-LIPS). Como aporte teórico elencamos Bomfim (2012), Bomfim (2021), Paiva (2021), Higino (2022), Santos et. Al (2023), Santos (2024). Para a construção do glossário polilíngue foi utilizado como referência o Dicionário Patxohã construído pelo grupo Atxohã e algumas publicações de professores indígenas que vêm se debruçando na luta pela retomada das línguas indígenas. Espera-se que este glossário possa ser um material didático para as comunidades pataxós que atendem alunos indígenas surdos, indígenas ouvintes e professores indígenas que se proponham e tenham interesse em aprender de forma transdisciplinar e que os professores tenham esse material como recurso didático pedagógico a ser usado com os alunos indígenas pataxós surdos.

Palavras-chave: Patxohã. LIS. Libras. Português. Inglês.

DE TILSI PARA TILIS ATUALIZAÇÃO BASEADA NA IDENTIDADE E ATUAÇÃO NO TERRITÓRIO

Maria Daniela Mendes

UNIOESTE/PR

danimendes13091981@gmail.com

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a atualização da sigla TILSI para TILIS através da pesquisa de Santos (2024) que leva em consideração a identidade indígena e depois a modalidade linguística. No ano de 2022, Silva, Candia e Santos, professores e tradutores intérpretes escreveram como vem sendo a educação de indígenas surdos e usaram a sigla TILSI para representar os profissionais que atuam na tradução e interpretação nas comunidades indígenas. Com o movimento das Línguas Indígenas de Sinais – LIS através do Grupo de Trabalho Nacional das Línguas Indígenas de Sinais (GT LIS), vinculado a Década Internacional das Línguas Indígenas no Brasil. Os pesquisadores Inhape (2023), Varela (2023) e Santos (2023) pesquisadores e professores indígenas das etnias Kambeba, Tapayuná e Pataxó Hãhãhãe apresentaram a sigla TILIS que significa Tradutor Intérprete das Línguas Indígenas de Sinais, profissionais que vem atuando nas suas respectivas aldeias, pensam em realizar discussões acerca dos trabalhos destes e suas formações. A educação de indígenas surdos vem ganhando cada vez mais visibilidade nos dias atuais, mas ainda são poucos os trabalhos que evidenciam os agentes indígenas que atuam no chão das escolas/aldeias, por isso se dá a relevância de descrever como essa pauta é tão atual, necessária e vem se configurando no país. Portanto trazer mais visibilidade aos profissionais TILIS é uma forma de que esses tenham mais reconhecimento

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, campus Porto Seguro – Bahia (IFBA) – anapaulasantos13@outlook.com

² Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB – davidlibras6@gmail.com

³ Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), campus Porto Seguro – Bahia – dianabomfim02@gmail.com





pelas suas atuações e seus saberes adquiridos ao decorrer de suas trajetórias como profissionais indígenas nos campos da tradução e interpretação baseada na identidade e cultura indígena, podendo assim construir saberes em conjunto com os seus pares em do âmbito local ao nacional.

Palavras-chave: TILSI, TILIS, LIS, Indígenas Surdos.

AS LÍNGUAS INDÍGENAS DE SINAIS E O MOVIMENTO DO GT LIS NA DÉCADA INTERNACIONAL DAS LÍNGUAS INDÍGENAS NO BRASIL

David Kaique Rodrigues dos Santos

Universidade Federal do Amapá

Eliane Alves Lima

Universidade Federal do Amapá

Samela Ramos da Silva Meirelles

Universidade Federal do Amapá

samelaramos@unifap.br

Este artigo se propõe a apresentar o movimento do Grupo de Trabalho Nacional das Línguas Indígenas de Sinais (GT LIS) na Década Internacional das Línguas Indígenas no Brasil. O GT LIS é composto por indígenas ouvintes e indígenas surdos, parceiros e instituições com o objetivo de reconhecer, vitalizar, valorizar, preservar e oficializar as Línguas Indígenas de Sinais como línguas brasileiras, usadas pelos indígenas surdos nas comunidades indígenas no Brasil. A Lei Municipal nº 1538, de 04 de abril de 2023 na Emenda aditiva à Lei nº 1382 de 12 de abril de 2017 dispõe sobre a cooficialização da Língua Terena. No Município de Miranda – MS passa a ter como línguas co-oficiais: a Língua Terena, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a Língua Indígena Terena de Sinais (LITS). Neste sentido, propomos as Línguas Indígenas de Sinais como línguas brasileiras, que abrange o conjunto das variedades das Línguas Indígenas de Sinais usadas pelos diversos povos indígenas do Brasil. Com o intuito de formular diretrizes e ações para as Línguas Indígenas de Sinais na referida Década, foi proposto o GT das Línguas Indígenas de Sinais – LIS do Brasil. As LIS não são emergentes, são línguas de território, são línguas das comunidades originárias usadas pelos nossos parentes indígenas surdos que levam características culturais e identitárias de cada povo/comunidade.

Palavras-chave: GT LIS. Década das Línguas Indígenas. Línguas Indígenas de Sinais. Indígenas Surdos. Povos Indígenas.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 33 - LÍNGUAS ORIGINÁRIAS, POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E POLÍTICAS DE ENSINO

Coordenação:

Bethania Mariani (UFF/CNPq/FAPERJ)

Tania Conceição Clemente de Souza (Museu Nacional/UFRJ/CNPq/FAPERJ)

Luciana Nogueira (UFSCar)

Resumo do Simpósio Temático: O presente Simpósio convida trabalhos que, na articulação teórica entre educação, discurso e políticas linguísticas plurilíngues, analisem práticas inscritas em prol da sustentabilidade e preservação das línguas originárias, tendo em vista a afluência cada vez mais frequente de alunos, professores e pesquisadores indígenas às universidades. Especificando um pouco mais, interessa discutir políticas de escrita, políticas de ensino públicas ou autogestionadas voltadas ao ensino de línguas originárias, bem como ao ensino de português, e à produção de material didático específico bilíngue. Todas essas práticas estão associadas ao desenvolvimento de políticas linguísticas que visam a um trabalho de formulação de/com outros saberes sem apagar o conhecimento e saberes de linguagem perpassados através de práticas milenares. Convidamos, enfim, trabalhos que promovam gestos de visibilidade às tensões e contradições, às disputas de sentidos tramadas em relações de força que se inscrevem no espaço discursivo do trabalho com povos e línguas originárias.





CULTURA INDÍGENA, PARIXARA E FESTIVAL DAS ARARAS NO DISCURSO TURÍSTICO PRODUZIDO PELO ESTADO

Juliana da Silva Morais
Universidade Federal de Roraima
juliana.moraisrr@gmail.com

Este trabalho faz parte da dissertação de mestrado intitulada “Discursividade sobre Cultura de Roraima Produzida Pelo Estado” que tem como objetivo investigar o processo de produção de sentidos sobre “cultura roraimense” em textos produzidos pelo Estado, considerando diferentes temas, entre eles a “diversidade étnica e cultural”. O corpus que compõe esta pesquisa é composto por textos apresentados em folders e na mídia eletrônica. Esses textos, que divulgam “a cultura de Roraima”, são produzidos pelo Estado (Prefeitura Municipal de Boa Vista e Secretaria do Planejamento, Indústria e Comércio (SEPLAN) do Governo do Estado). Para a análise, temos como aporte teórico a Análise do Discurso que tem como fundador Michel Pêcheux, uma teoria que faz refletir sobre as determinações sócio-histórico-ideológicas. Dessa perspectiva, propõe-se a relação língua-sujeito-ideologia para compreender os processos históricos e ideológicos que constituem e mobilizam sentidos, fazendo com que certos efeitos de sentidos possam se estabilizar em determinadas práticas sociais. Durante o processo de análise, foi possível depreender diferentes efeitos de sentidos constituídos sobre “cultura indígena”, “Parixara”, “Festival das araras”, alguns aspectos se mostram mais significativos em relação a outros; enquanto alguns tornam-se hegemônicos, outros são esquecidos. Deste modo, alguns sentidos são dados como se fossem a evidência da cultura roraimense e outros são silenciados.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Estado; Diversidade Étnica e Cultural

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E AQUISIÇÃO DA LEITURA DA 2ª LÍNGUA (PORTUGUÊS) PELOS INDÍGENAS DA ESCOLA INDÍGENA WAI WAI, ALDEIA MAPUERA-PARÁ

Simone Cristina Menezes Martins
UFRJ/CAPES
simonemartins@letras.ufrj.br

A compreensão da leitura é o conjunto de identificação e compreensão, considerando que aprender a ler com compreensão adiciona algumas complexidades. Estes processos de compreensão que levam a essa representação ocorrem em níveis múltiplos, em diversas unidades da linguagem, que perpassam desde o nível lexical, até o nível do texto. Os métodos de alfabetização em meados dos anos 80, com a difusão da psicogênese da língua escrita no Brasil, trouxe para a escola uma nova orientação para a aprendizagem inicial da língua. Apagou-se a distinção entre alfabetização e letramento, propondo que a aprendizagem do sistema da escrita decorresse de uma interação generosa e materiais reais de leitura e escrita, com diferentes gêneros e formas, ou seja, que decorresse do letramento. A alfabetização supõe o ensino de forma explícita, sistemática, progressiva e sequencial. Este ensino deve ser feito a partir de textos reais, que circulam no contexto da criança. As orientações desse fio condutor estão vinculadas a eficiência em que os alunos também ao mesmo tempo sejam alfabetizados, sejam letrados, todavia, é preciso perceber se corroboram com a realidade indígena para este processo. Vele lembrar que desde a Constituição Federal de 1988, se estabeleceu um novo olhar no que tange ao reconhecimento e valorização dos povos indígenas e





para a educação escolar indígena. Passaram-se 36 anos e ainda há muitas fissuras. A relevância desta pesquisa se dá pela ausência de contextualização do que se quer neste processo de alfabetização e aquisição da leitura da 2ª língua- o português, e do que se tem na Aldeia. Para tanto, tentarei responder neste trabalho: como se dá o processo de alfabetização e aquisição da 2ª língua e quais os entraves que tanto os professores indígenas vivenciam, quanto as dificuldades que os alunos indígenas encontram para ler no decorrer deste ensino/aprendizagem. Levando em consideração que é dever do estado a oferta de uma educação intercultural e bilíngue de qualidade, com alfabetização e letramento contextualizados com a realidade indígena é que esta pesquisa traz à discussão a urgência de políticas públicas mais eficazes e a realidade dispare existente na Escola Indígena Wai Wai, em relação ao que dizem os documentos oficiais que regem a educação escolar indígena.

O ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO PARA OS WARAO

Eneida Alice Gonzagados Santos
UFAM/UFRJ
eneidaalice@gmail.com

A língua portuguesa é a língua oficial do Brasil, isso significa dizer que, os documentos oficiais e as leis são escritos em português. O português é também, a língua majoritária do nosso país, na medida em que, é a língua mais falada em todo o território nacional e é a língua nativa da maior parte da população brasileira. Porém, há em nosso país, muitas pessoas que não têm o português do Brasil como primeira língua (L1). Dentre estas pessoas, estrangeiros e/ou comunidade de imigrantes, os surdos e as diversas sociedades indígenas. Estas sociedades estão em processo de aquisição da língua nacional do país em que se encontram, fazendo uso esporádico do português em situações específicas de interação com a sociedade envolvente. Com isso, podemos afirmar que para estes povos e público alvo, o português é língua Adicional (LA). O povo Warao, oriundo da região do Orinoco na Venezuela, tem se deslocado para o Brasil desde 2014. O referido povo tem como língua nativa, língua de mesma denominação e utilizam o espanhol como segunda língua. Para os Warao, o português se configura como L3. Podemos, portanto, afirmar que o português, neste caso específico se configura como língua adicional, na medida em que, o termo 'Língua Adicional', que vem desempenhar essa nova função. Na medida em que se soma uma língua à que já se tem". O presente trabalho tem como objetivo apresentar reflexões sobre o ensino de português neste contexto de língua de acolhimento para este povo indígena, oriundo de outro Estado e que, em situação de refúgio vive hoje na cidade de Manaus. Este processo de ensino de português como língua de acolhimento, constitui-se a partir de uma parceria entre a ACNUR e Universidade Federal do Amazonas.

OBSERVATÓRIO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS DO NORTE E OESTE DA BAHIA: DISCUTINDO POLÍTICAS DE RETOMADA LINGUÍSTICA

Pedro Daniel dos Santos Souza
UNEB/UFBA
pdan.uneb@gmail.com

A política linguística posta em execução pela Coroa portuguesa, por meio do Diretório dos índios, ou pombalino, embora não tivesse logrado o êxito esperado quanto à abertura e ao funcionamento de escolas de ler e escrever na Bahia setecentista, garantindo assim o domínio efetivo e generalizado das





práticas de leitura e escrita em língua portuguesa pelos indígenas das vilas erigidas, desempenhou um papel fundamental na reconfiguração sociolinguística do atual Estado da Bahia, como se atesta no propalado monolinguismo em português dos grupos indígenas distribuídos por seu território, ou mesmo na restrição dos espaços de uso e circulação de estruturas linguísticas remanescentes. Na direção oposta a essa política linguística e à função das escolas no processo de homogeneização linguística, silenciando línguas e culturas e transformando todos em súditos de Sua Majestade, as políticas de revitalização linguística da contemporaneidade dão ênfase ao papel e à importância da escola para a execução de ações de retomada das línguas. Nesses termos, no presente trabalho, pretende-se refletir sobre as ações relativas às políticas linguísticas voltadas à retomada/revitalização de línguas indígenas no Estado da Bahia, e sua execução no âmbito da educação escolar indígena, apresentando, o mapeamento dessa situação na atualidade, por meio da execução do projeto Observatório das Línguas Indígenas das regiões Norte e Oeste da Bahia, nomeadamente da região do Submédio São Francisco, onde se busca executar uma política de retomada do Dzubukuá e do Kipeá, línguas que integram a chamada família linguística Kariri. Nesse território, a retomada/revitalização das línguas ancestrais está inserida em meio a dinâmicas de luta por terra, direitos e construção de uma identidade étnica, configurando-se como importante elemento para o engajamento étnico da juventude indígena e a construção coletiva de uma cosmopolítica a partir da presença cultural dessas línguas. Assim, por meio das ações desenvolvidas, a escola para índios que, na segunda do século XVIII, teria sido instrumento de homogeneização linguística em favor da língua portuguesa, como era determinado pelo supracitado decreto pombalino, abre-se então para a diversidade linguística e para o respeito às culturas e às tradições indígenas, por meio de uma educação diferenciada e intercultural bilíngue, um caminho ainda em construção.

**“NA DOUTRINAÇÃO DOS INDIOS GUARDAMOS A MESMA ORDEM: DUAS VEZES POR DIA SÃO CHAMADOS Á IGREJA [...] E LÁ RECITAM AS ORAÇÕES NO PRÓPRIO IDIOMA”:
POLÍTICAS LINGUÍSTICAS JESUÍTICAS EM TERRAS BRASÍLICAS (SÉC. XVI)**

Liliane Gomes Pereira
UFBA/CNPq
lilianegomespe@gmail.com

Pedro Daniel dos Santos Souza
UNEB/UFBA
pdsouza@uneb.br

A partir do século XVI, com a chegada dos europeus, a configuração cultural, sócio-histórica e linguística da América portuguesa sofreu inúmeras transformações, sobretudo com a instituição do Governo-Geral, em 1549, e a vinda da Companhia de Jesus, que executou o plano colonizador por meio da catequização dos povos indígenas. A par disso, com o olhar para a atuação dessa Ordem religiosa e fundamentando-se na História social linguística do Brasil, nos termos propostos por Mattos e Silva (1998), e na História Social da Cultura Escrita (HSCE), o presente trabalho busca discutir as práticas de políticas linguísticas criadas e difundidas na América portuguesa pelos padres da Companhia de Jesus, em acordo com a Coroa lusitana, entre 1549-1600, a partir de fontes históricas produzidas por esses sujeitos. A documentação analisada faz parte da coletânea “Novas cartas jesuíticas (Nóbrega a Vieira)”. Para a sistematização dos dados, utilizou-se o paradigma indiciário (Ginzburg, [1989] 2014) como suporte metodológico, aplicando leituras e interpretações a contrapelo (Benjamin, [1940] 2012), haja vista o caráter oficial dos documentos, evitando, portanto, a prevalência do discurso colonizador. Dos dados averiguados, sistematizaram-se informações





referentes aos primeiros contatos linguísticos entre portugueses e os indígenas presentes na costa, situações languageiras marcadas por imposições através do ensino da doutrina cristã, da leitura e da escrita nas primeiras casas de alfabetização, além do recurso intimidador através de violências de diferentes esferas. Observaram-se instituição dos primeiros espaços de instrução para os indígenas, na capitania da Bahia e de São Vicente, e as implicações decorrentes dessas ações, além da atuação dos intérpretes indígenas e portugueses em inúmeras situações políticas. Ademais, diante das informações sistematizadas, a presente pesquisa abre caminhos para uma maior compressão sobre a gênese do português brasileiro e evidencia o protagonismo das línguas indígenas durante esse processo.

KAWÃ NA TERRA DOS INDÍGENAS MARAGUÁ E A QUEDA DO CÉU: A ADAPTAÇÃO DE LIVROS DE AUTORIA INDÍGENA PARA A LINGUAGEM DA GAMIFICAÇÃO

Maria Sílvia Cintra Martins

professora sênior do DL/UFSCar – Auxílio FAPESP

msilviam@ufscar.br

Pretendo mostrar alguns slides do aplicativo “Kawã na terra dos indígenas maraguá”, alojado em www.leetra.ufscar.br, e descrever as diferentes fases do processo de sua produção. O aplicativo ilustra um processo de adaptação intersemiótica desenvolvido pelo grupo de pesquisa LEETRA da Universidade de São Carlos. O objetivo principal foi a produção de um artefato didático para ser usado em parte como apoio para melhorar o acesso às culturas e línguas indígenas por crianças não indígenas; também como apoio aos indígenas na luta pelo reconhecimento de suas línguas e culturas. A equipe de pesquisadores foi formada por um linguista e poeta, um desenhista e um técnico em informática. O processo de pesquisa prática foi motivado pelo reconhecimento de uma carência principalmente no Brasil de artefatos digitais interativos que incluíssem a gamificação para fins didáticos. A investigação participativa em curso implica um diálogo com uma professora e seus alunos do terceiro ano do Ensino Fundamental de escola pública estadual, com a finalidade de testar a sua aceitabilidade. As finalidades didáticas inerentes ao aplicativo implicam a apresentação de temas que remetem à ancestralidade, bem como a motivos sagrados. Será feita, também, referência a um outro aplicativo, este ainda em fase de finalização, baseado em parte no volume “A Queda do Céu”. A finalidade didática implica também trazer à tona a reflexão sobre as questões ambientais contemporâneas. Temos concluído, no diálogo com as crianças, pelo seu grande envolvimento nas questões indígenas, assim como pela motivação na leitura e na escrita proporcionada pela utilização de aplicativos com temáticas indígenas.

O PARIXARA E FESTIVAL DAS ARARAS NO DISCURSO TURÍSTICO PRODUZIDO PELO ESTADO

Juliana da Silva Moraes

Universidade Federal de Roraima

juliana.moraisrr@gmail.com

Este trabalho faz parte da dissertação de mestrado intitulada “Discursividade sobre Cultura de Roraima Produzida Pelo Estado” que tem como objetivo investigar o processo de produção de sentidos sobre “cultura roraimense” em textos produzidos pelo Estado, considerando diferentes temas, entre eles a “diversidade étnica e cultural”. O corpus que compõe esta pesquisa é composto por textos apresentados em folders e na mídia eletrônica. Esses textos, que divulgam “a cultura de





Roraima", são produzidos pelo Estado (Prefeitura Municipal de Boa Vista e Secretaria do Planejamento, Indústria e Comércio (SEPLAN) do Governo do Estado). Para a análise, temos como aporte teórico a Análise do Discurso que tem como fundador Michel Pêcheux, uma teoria que faz refletir sobre as determinações sócio-histórico-ideológicas. Dessa perspectiva, propõe-se a relação língua-sujeito-ideologia para compreender os processos históricos e ideológicos que constituem e mobilizam sentidos, fazendo com que certos efeitos de sentidos possam se estabilizar em determinadas práticas sociais. Durante o processo de análise, foi possível depreender diferentes efeitos de sentidos constituídos sobre "Parixara" e "Festival das araras", alguns aspectos se mostram mais significativos em relação a outros; enquanto alguns tornam-se hegemônicos, outros são esquecidos. Deste modo, alguns sentidos são dados como se fossem a evidência da cultura roraimense e outros são silenciados.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Estado; Diversidade Étnica e Cultural

A ESCOLA INDÍGENA TUYUKA - ʘTAPINOPONA: UM PROJETO AUTOGESTIONADO QUE RELACIONA LÍNGUA, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA

Jonas Prado Barbosa

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP

jonas.prado@estudante.ufscar.br

Luciana Nogueira

Universidade Federal de São Carlos

luciana.nogueira.ufscar.br

Este trabalho, filiado à teoria da Análise de Discurso em diálogo com a História das Ideias Linguísticas, propõe a apresentação de elementos da Escola Indígena Tuyuka - ʘtapinopona, a partir de documentos que delineiam as políticas educacionais da escola e relatos de seus participantes, com o propósito de criar um espaço de reflexão que considere a língua e os sujeitos em conexão com a memória e os gestos de resistência que emergem nesse contexto. Como objetivos do trabalho, realizado em coautoria, buscamos transcender os formatos tradicionais de escrita acadêmica, marcando passagens em primeira pessoa com relatos vivenciais do autor na escola Tuyuka. Adotamos um posicionamento político em relação à estrutura da escrita, em que a fluidez da oralidade constitui o próprio texto (Souza, 2023). Além disso, almejamos contribuir para uma compreensão mais profunda das dinâmicas linguísticas e educacionais na região do alto Rio Negro, considerando seu contexto histórico e político. Este estudo baseia-se na análise de documentos oficiais que estabelecem as políticas educacionais da Escola Indígena Tuyuka, bem como em relatos pessoais dos envolvidos, a partir da análise de um documentário sobre a escola, que também se constitui como um arquivo para nosso trabalho de pesquisa. A abordagem adotada é interdisciplinar, integrando a Análise de Discurso e a História das Ideias Linguísticas, para examinar a relação entre língua, memória e resistência na escola Tuyuka. A Escola Indígena Tuyuka ʘtapinopona emerge em um contexto de transformações na educação indígena do alto Rio Negro, influenciada tanto pela mobilização das comunidades quanto pelas novas diretrizes educacionais. A cooficialização de línguas indígenas na região, como o tukano, tem implicações significativas nas políticas linguísticas locais, afetando especialmente a língua tuyuka. Nesse sentido, é fundamental diferenciar entre política linguística e política de línguas, reconhecendo o papel político e simbólico das línguas na vida social e histórica dos sujeitos. Apresentamos relatos e aspectos do Projeto Político Pedagógico da Escola Tuyuka,





destacando sua potencialidade como um projeto educacional que fortalece a identidade, a cultura e as relações sociais do povo tuyuka. No entanto, reconhecemos os desafios enfrentados na implementação de escolas diferenciadas, confrontando uma estrutura educacional muitas vezes inflexível e burocrática. Por meio deste trabalho, esperamos contribuir para uma compreensão mais profunda das dinâmicas educacionais e linguísticas nas comunidades indígenas, enfatizando o papel da memória e da resistência na construção de práticas educacionais culturalmente relevantes e emancipatórias.

Palavras-chave: Análise de Discurso; História das Ideias Linguísticas; Escola Indígena Tuyuka - Utapinopona; Educação indígena.

MOVIMENTO INDÍGENA E FORMAÇÃO: A ANÁLISE DO CURSO MULTIPLICADORES PARA O FORTALECIMENTO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS NOS TERRITÓRIOS ETNOEDUCACIONAIS DO ESTADO DO AMAZONAS

Ana Paula Diniz
NEPEPAM/UFAM - FOREEIA
pauladinizfernandes@gmail.com

Alva Rosa Lana Vieira
NEPEPAM/UFAM - FOREEIA
alvajuly@gmail.com

RESUMO: A Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou o período de 2022-2032 como a Década Internacional das Línguas Indígenas, visando manter vivas as línguas indígenas ainda existentes em todo o mundo. Para que surtam o efeito necessário, as ações de fortalecimento dessas línguas não devem ser apenas responsabilidade da escola, mas devem envolver toda a comunidade e levar em consideração seu uso social nos mais diversos espaços da aldeia/comunidade/território (Silva, 2020; Martins et al., 2016). O Fórum de Educação Escolar e Saúde Indígena do Amazonas – FOREEIA, enquanto movimento social indígena, identificou nas reuniões realizadas em Territórios Etnoeducacionais do estado durante o ano de 2022 a pouca ou inexistente ação voltada ao fortalecimento ou reavivamento das línguas indígenas do Amazonas em seus diversos contextos de realidades. Nesse sentido, o FOREEIA, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas de Povos e Comunidades Tradicionais na Pan Amazônia – NEPEPAM, idealizou o curso de aperfeiçoamento denominado “Multiplicadores para o fortalecimento das Línguas Indígenas nos Territórios Etnoeducacionais do Estado do Amazonas”, de forma a colaborar para o aumento dos promotores e defensores das línguas, capazes de contribuir para o movimento e para a incidência no estado como protetores dessas línguas, através de planos de ação para fortalecimento e manutenção das línguas indígenas em seus territórios. Com a participação de cerca de 180 cursistas, as aulas exibidas ao vivo pelo YouTube têm provocado reflexões importantes quanto à importância da língua como portadora dos conhecimentos dos povos indígenas, bem como das práticas pedagógicas voltadas às línguas indígenas, uma vez que a formação conta também com a presença de professores dos municípios do interior, que, além de exporem a falta de formação continuada para essa temática, têm aplicado os aprendizados do curso para fortalecer e aprimorar o ensino das línguas indígenas nas escolas e em seus territórios.





A RELAÇÃO POLÍTICA DAS LÍNGUAS NA FRONTEIRA DE FOZ DO IGUAÇU: UM OLHAR SOBRE A LÍNGUA GUARANI

Amanda Castilho Azzali
Universidade Federal de São Carlos
amandaazzali@estudante.ufscar.br

Este estudo, resultado da dissertação de mestrado intitulada "A designação das línguas e sua distribuição para falantes na Tríplice Fronteira Brasil - Paraguai - Argentina", sob orientação da Profa. Dra. Carolina de Paula Machado, investiga a distribuição e o funcionamento das línguas no espaço enunciativo da cidade de Foz do Iguaçu, no estado brasileiro do Paraná, localizada na fronteira com o Paraguai e a Argentina. A cidade, marcada pelo turismo e comércio, além de abrigar a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), apresenta uma intensa circulação de pessoas e línguas. Entendemos a fronteira como um espaço que compreende as línguas que ali circulam, assim como a imagem que os sujeitos fazem dessas línguas e de seus falantes, considerando a dimensão histórica e social da fronteira, bem como o funcionamento político nas relações que nela se estabelecem. Nossa abordagem, embasada na Semântica do Acontecimento, considera a fronteira como um espaço histórico, social e político, onde as línguas e suas representações são elementos centrais. Utilizamos respostas de entrevistas elaborada para esta pesquisa e anúncios encontrados em ambientes públicos como corpus para observar o funcionamento e a distribuição das línguas e, também, para compreender como se constituem, nas cenas enunciativas, os sentidos que designam as línguas neste espaço de enunciação, como espaço político. Os resultados de nossas análises nos mostram, pelos procedimentos que os falantes locutores operam na organização do texto no acontecimento da enunciação, como a reescrituração e articulação, que o falante da fronteira ou falante de um espaço fronteiriço funciona como uma figura política que se mobiliza em várias línguas e, ao enunciar, ele se significa dividido pelas línguas e se posiciona ao se identificar com as condições sócio históricas nas quais ele está inscrito. Observamos, então, que se trata de um espaço de enunciação com uma complexidade específica, na medida em que o português, enquanto língua oficial do Brasil, regula as demais línguas presentes nesse espaço. Assim, a partir das análises desses conjuntos de acontecimentos de enunciação, vemos que são várias as línguas presentes nesse espaço enunciativo, de modo que a relação entre as línguas extrapola os limites geográficos e territoriais. Nessa distribuição desigual das línguas pelo espaço de enunciação, quando observamos as línguas originárias e suas variantes, o guarani e o jopara se mantêm em uma posição diferente na hierarquia das demais línguas, sendo seu funcionamento significado de modo restrito às enunciações paraguaias, destacando a complexidade deste espaço enunciativo, onde as línguas não apenas coexistem, mas também refletem relações de poder e a necessidade de implementação de políticas linguísticas que promovam as línguas originárias, no caso o guarani.

Palavras-Chave: Línguas originárias, Políticas Linguísticas e Políticas de ensino.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 34 - ABORDAGENS DA HISTÓRIA INDÍGENA: SAÚDE / BEM VIVER EM PERSPECTIVA DECOLONIAL (SÉCULOS XVI-XXI)

Coordenação:

Kaori Kodama - FIOCRUZ

Carolina Arouca Gomes de Brito

Juciene Ricarte Apolinário

Resumo do Simpósio Temático: Desde os anos 1990 a história indígena tem ganhado destaque e relevância na historiografia brasileira. A partir de uma perspectiva crítica e interdisciplinar, o crescimento da produção bibliográfica se estende e se avoluma nos dias de hoje, com a participação de vozes indígenas, transformando o debate historiográfico, a compreensão/organização das fontes, bem como as possibilidades de se narrar as diversas histórias invisibilizadas. É o caso da temática sobre os saberes ancestrais dos povos originários na busca pelo bem viver (saúde do corpo e da alma), desenvolvidos na estreita relação com a natureza, especialmente construindo etnociência a partir do uso das plantas, banhas, defumadores e práticas espirituais nos processos de curas e nas travessias de fronteiras interétnicas em que estabeleceram interlocuções com os não-indígenas e as políticas públicas desde o advento do Estado. Hoje, porém, outros caminhos de diálogos vêm sendo possíveis nos processos de interculturalidades e decolonialidades denominados de intermedicalidade e etnomedicina. Neste cenário, o presente Simpósio Temático aceitará contribuições que, a partir dessa reorientação historiográfica possam adensar o debate na área da história das ciências e da tecnologia, refletindo sobre os processos de construção da memória e da história indígena, revisitando práticas e saberes relativos ao bem-viver/saúde, os discursos científicos e as políticas públicas de saúde voltadas para os povos originários no longo período que se estende do século XVI até os dias atuais.

Caderno de
Resumos



CONGRESSO
INTERNACIONAL
MUNDOS
INDÍGENAS,
AMÉRICA

ARTE, CULTURA,
ANCESTRALIDADE E
PERSPECTIVAS PARA
O BEM-VIVER

20-23 DE AGOSTO
2024
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA



coimi.net



RETRATOS DO PARIR E NASCER INDÍGENA NO BRASIL: SABERES ANCESTRAIS EM CONFRONTO COM A MEDICALIZAÇÃO DOS CORPOS

Jamile Sales Rocha

Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados (HU-UFGD)

jamile.sales@ebserh.gov.br

Jeferson França Castro

Universidade Federal de Roraima (UFRR)

jeferson.ufrr@gmail.com

Introdução: O parir e o nascer são acontecimentos fisiológicos inter-relacionados com muitos aspectos, dentre eles o étnico-racial e o cultural, nesse sentido, a compreensão dada a esse período depende da formação, da cosmologia, dos mitos e das tradições de cada etnia. O presente trabalho teve como objetivo conhecer através da literatura os saberes ancestrais e tradicionais relacionados ao parto e nascimento dos povos indígenas brasileiros, bem como discutir as disparidades entre as práticas indígenas de bem-viver na gestação, parto e pós-parto e saúde no modelo biomédico e hospitalocêntrico para o mesmo ciclo. **Desenvolvimento:** Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica narrativa, de caráter qualitativo, que utilizou artigos científicos publicados com texto completo entre 2019 a 2024, em português, nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico. **Principais resultados:** Obteve-se a partir das referências bibliográficas selecionadas uma série de costumes e seus significados tradicionais no cuidado à mulher que gesta e dá à luz e ao bebê que nasce, o que envolve diferentes elementos e simbologias em cada etnia. Enquanto que o modelo biomédico tenta determinar que o nascimento só é seguro para o binômio quando no hospital. **Conclusão:** As práticas indígenas de cuidado e manejo no parto consideram a autonomia, o protagonismo da mulher e os conhecimentos ancestrais, como o xamanismo. Já no ambiente hospitalar, a assistência ao parto e nascimento corriqueiramente envolve inúmeras intervenções e procedimentos, o que aliado a condutas negligentes, inadequadas e/ou sem evidência científica configura violência obstétrica. Desse modo, é necessária reflexão e políticas em saúde efetivas que defendam e dialoguem com os direitos reprodutivos e individuais das mulheres indígenas e de seus bebês, integrando seus valores, crenças e tradições nas formas de cuidado não-tradicionais.

Palavras-chave: povos indígenas, gestação, parto, medicalização, saber tradicional

SAÚDE INDÍGENA: OS DESAFIOS DO POVO KAXARARI NO COMBATE A COVID-19

Roneide Soares Nunes¹

Bacharela em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR/RO1

roneidenunes1@gmail.com

Maria das Graças Silva Nascimento Silva²

Docente do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR/RO2

mgnsilva@unir.br

Durante a pandemia da Covid-19, as populações desassistidas de políticas públicas, como indígenas, quilombolas e ribeirinhos, sofreram um forte impacto com a propagação da doença, em vista dos escassos recursos para enfrentamento do quadro em regiões gentrificadas. Este fato, instaurou a





necessidade de buscar-se meios alternativos para conter a disseminação do vírus, dentro do contexto socioeconômico o qual tal população estava inserida. O trabalho tem como objetivo identificar as estratégias utilizadas no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Coletivo Kaxarari. A TI está localizada na área rural do Distrito de Extrema Município de Porto Velho estado de Rondônia. Assim, os resultados adquiridos estabeleceram-se através do contato direto com a população, vivência e o seu cotidiano, e o estabelecimento no local onde vivem, alcançados principalmente com entrevistas e coleta de informações de forma coloquial, afim de constituir uma maior proximidade com a população estudada. Além do trabalho de campo, a base teórica norteadora para a pesquisa constituiu-se em uma síntese de materiais obtidos através de pesquisa por estudos, monografias e artigos. Os principais resultados indicam que houve uma preocupação do coletivo indígena em amenizar a transmissão do vírus a qual resultou na construção de portões nas entradas das aldeias para restringir o acesso de pessoas. Outras alternativas socializadas foram o uso de plantas medicinais, o não compartilhamento de utensílios entre membros do coletivo indígena e o cumprimento das orientações recomendadas pelos profissionais de saúde em visita itinerante nas aldeias. O conhecimento tradicional, os saberes, são ainda muito atuantes e eficazes nos modos de vida das sociedades indígenas. Com a ausência do Estado em políticas públicas de saneamento e assistência médica, o povo indígena necessita de suas raízes e bases culturais para evitar consequências mais drásticas na pandemia na vida de suas populações. Assim, em síntese a população local demonstrou um extenso arcabouço de saberes milenares que mesmo diante de uma patologia nova e desafiadora proporcionaram alternativas viáveis para o controle da disseminação da doença.

ETNOASTRONOMIA E COSMOVISÕES INDÍGENAS NAS ETNIAS KARIPUNAS E PALIKUR

Dyenilson Ioio Labonte

Universidade Federal do Amapá - Aldeia Açaizal no município de Oiapoque

Verson Labonte

Universidade Federal do Amapá - Aldeia Açaizal no município de Oiapoque

Edielson Fortes Oliveira

Universidade Federal do Amapá - Aldeia Açaizal no município de Oiapoque

edielson.pibid@outlook.com

Adriana Lima Leite

Universidade Federal do Amapá - Aldeia Açaizal no município de Oiapoque

Agerdânio Andrade de Souza

Universidade Federal do Amapá - Aldeia Açaizal no município de Oiapoque

O Resumo destaca a importância e a riqueza da etnoastronomia para povos indígenas da etnia Karipuna e Galibi-Marworno, localizados na terra indígena uaçá, esses povos não apenas contemplam o céu estrelado, eles fazem uma interpretação fundamentada em um calendário cósmico que orienta suas atividades cotidianas. Apesar da pressão da modernidade e dos avanços tecnológicos ocidentais, é de extrema importância valorizar e preservar os saberes tradicionais e etnofísicos indígenas, pois os saberes tradicionais são uma fonte de sabedoria que pode enriquecer a compreensão humana sobre o universo.





Para garantir a perenidade desses saberes ancestrais, é necessário encontrar formas de integração e preservação que respeitem e valorizem a Etnoastronomia indígena, sem que ela seja subjugada pelos conhecimentos científicos contemporâneos, essa integração pode contribuir para uma compreensão mais ampla das relações humanas com o universo e promover o respeito à diversidade cultural e ao conhecimento tradicional dos povos indígenas da Terra Uaçá.

A etnoastronomia desempenha um papel importante e central na vidas dos povos indígenas Karipuna e Galibi-Marworno, estabelecendo uma ligação entre o céu, estrelas, natureza e a cultura dessas comunidades, mais do que simplesmente observar as estrelas, essa prática ancestral está ligada diretamente às atividades cotidianas e as tradições desses povos, desde a determinação do momento certo para o plantio e colheita da roça até a previsão de eventos climáticos, influenciando nas atividades de agricultura, caça e pesca e outros aspectos crucial para a existência dessas comunidades, sendo também influencia para rituais da cultura.

A observação das estrelas e constelações para o povo Palikur e Galibi-Marworno, não se limita apenas a um agrupamento de estrelas, é um conjunto de elementos simbólicos carregados de histórias, mitos e saberes profundos, podendo ser um dos pilares vital da cosmovisão indígena, podendo moldar crenças, valores e compreensão do mundo.

O artigo explora em sua pesquisa o etnocalendário feito pelo povo Karipuna e Galibi-Marworno, mostrando sua complexidade e qual a suas fundamentações, implicando na conexão entre as constelações, fenômenos astronômicos e o cotidiano, onde cada evento e elementos celeste é meticulosamente observado e interpretado, já que o etnocalendário feito pelo por esses povos orientam as suas práticas agrícolas, por exemplo, constelações como o Kusuvwi e o Laposiê indicam o início de longos períodos de chuva, sinalizando um bom momento para iniciar as plantações.

METADE CARA, METADE MÁSCARA

Glenda Bruna De Almeida Carvalho

Financiador: CNPQ

brunaglenda@gmail.com

Profa.: Adriana Albano

drikaalbano@yahoo.com

Este trabalho visa desenvolver as habilidades acadêmicas dos alunos usando abordagens interdisciplinar, combinando métodos de análise literária, estudos culturais e ciências sociais, é um projeto de Iniciação Científica. Buscando realizar uma análise aprofundada da obra “METADE CARA, METADE MÁSCARA” escrito pela autora Eliane Potiguara, uma obra que transcende o mero relato autobiográfico, analisamos o texto como um manifesto de resistência e identidade indígena. A análise do livro tem sido conduzida por meio de leituras atentas e interpretação crítica. O trabalho está focado no capítulo 1, “Invasão às terras indígenas e a migração” e no capítulo 2, angústia e desespero pela perda das terras e pela ameaça a cultura”. No capítulo 1, a autora aborda a invasão das terras indígenas e os impactos das constantes violações dos direitos territoriais dos povos indígenas, Potiguara destaca a importância de se reconhecer e respeitar os direitos territoriais dos povos indígenas, bem como a necessidade de políticas públicas que garantam sua proteção. O referido capítulo apresenta a luta dos povos indígenas pelo reconhecimento de seus territórios ancestrais e pela preservação de sua identidade cultural. Já o capítulo 2 “Angústia e desespero pela perda das terras e pela ameaça a cultura” aborda as profundas angústias e desesperos enfrentados pelo povo indígena devido à perda de suas terras e à ameaça à sua cultura. Potiguara também compartilha histórias pessoais e experiências vividas por seu povo, oferecendo uma visão detalhada e comovente





das lutas e aspirações dos povos indígenas. Além disso, a autora traz visibilidade a casos como a prostituição e o tráfico de mulheres indígenas, onde milhares de mulheres e crianças são obrigadas a enfrentar condições de trabalho precárias passando por agressões físicas e emocionais, que as levam a uma desesperada tentativa de fugir, e acabam por serem enganadas com a ilusão de uma vida melhor, para ao final serem vendidas e obrigadas a servir como prostitutas clandestinamente. Escolhi os capítulos 1 e 2 pelo grande impacto que tive ao ler ambos os capítulos, a narrativa é envolvente e conseguiu transmitir as emoções angustiantes que não só Potiguara sentiu, mas todo o seu povo. O livro que nos orienta como aspecto teórico é “Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais” que aborda questões fundamentais relacionadas à identidade e a diferença dentro do contexto dos Estudos Culturais. O livro explora como as identidades individuais e coletivas são construídas, contestadas e negociadas em diversas esferas sociais, como cultura, gênero e etnia.

AS DIMENSÕES ENTRE A REALIDADE E A FANTASIA: UM ESTUDO DE CULTURA VISUAL E O CONCEITO EMPÍRICO DE PINTURAS INDÍGENAS

Jeovane Ferreira Lima

Universidade Estadual de Campinas – SP, CAPES/DS

jeovane.ferreira836@gmail.com

As pinturas indígenas sempre tiveram um significado, desde os tempos mais remotos, os povos vêm cultivando essas tradições culturais. Desde a chegada de novos habitantes, foram concebendo novos pensamentos sobre as culturas dos povos. No decorrer dos últimos séculos, a ideia sobre o que é arte e como esta pode ser expressa, discutida ou entendida, tornou-se um objeto de estudo que rompe com toda a tradição e padrões até então estabelecidos. A efervescência social e cultural dessas décadas promoveu diversas pesquisas acadêmicas transversais ligadas à arte e à cultura. A partir dos anos 1990, desenvolveu-se um campo de pesquisa chamado de Estudos Visuais, articulando artes, comunicação, antropologia, história e sociologia. As pesquisas que daí emergiram problematizaram, numa perspectiva multidisciplinar, a centralidade das imagens, a forma como os diversos tipos de imagens perpassam a vida social cotidiana (a visualidade de uma época) e também a relação das técnicas de produção e circulação das imagens com o modo como são dados a ver os diferentes grupos e espaços sociais (os padrões de visualidade), propondo um olhar sobre o mundo (a visão) mediando a compreensão da realidade e inspirando modelos de ação social (os regimes de visualidade). O objeto de pesquisa se refere ao grafismo e aos códigos da pintura corporal dos povos indígenas da região do Alto Rio Negro Amazonas.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 37 - PERSPECTIVAS TRANSDISCIPLINARES E INTERCULTURAIS NA PESQUISA COM POVOS INDÍGENAS

Coordenação:

Marcilene de Assis Alves Araujo - Universidade de Gurupi - UnirG

Resumo do Simpósio Temático: Esse grupo temático discute pesquisas com povos indígenas, explorando conceitos de transdisciplinaridade, interculturalidade, decolonialidade ecologia dos saberes, ecoformação e educação bilíngue diferenciada. A transdisciplinaridade visa superar as fronteiras disciplinares, integrando diferentes perspectivas e conhecimentos para compreensão ampliada e holística dos fenômenos estudados. A interculturalidade reconhece e valoriza a diversidade cultural, promovendo o diálogo entre diferentes culturas e modos de conhecimento. A decolonialidade com as resistências e desconstrução de padrões, conceitos e perspectivas impostos aos povos subalternizados. Ecologia dos saberes nos provoca a rever posturas e desenvolver processos de aprendizagem inovadores. Reflexões que fundamentem iniciativas pedagógicas favoráveis a uma práxis orientada para o desenvolvimento da cidadania e participação ativas, que assim possam compreender a educação em seu sentido amplo, como uma prática formativa desses sujeitos. A ecoformação enfatiza a relação entre seres humanos e meio ambiente, buscando práticas educativas sustentáveis e ecologicamente responsáveis. Por fim, a educação bilíngue diferenciada reconhece a importância de preservar e valorizar as línguas indígenas, promovendo o ensino em duas línguas de forma equitativa, respeitando a cultura e identidade dos povos. Esses conceitos são fundamentais para uma pesquisa de abordagem mais inclusiva, ética e empoderadora.





DESENHO INFANTIL INDÍGENA COMO EXPRESSÃO DA TERRITORIALIDADE AFETIVA DO POVO KAXARARI NA TERRA INDÍGENA KAXARARI (TIK)

Larissa Monteiro Cruz
Universidade Federal do Amazonas
larissamonteiro.1909@gmail.com

Jose Roberto Gomes
Universidade Federal do Amazonas
robertogomes@ufam.edu.br

O Projeto de Extensão, intitulado “Desenho infantil indígena como expressão da territorialidade afetiva do povo Kaxarari na Terra Indígena Kaxarari (TIK)”, relacionou-se ao Grupo Arandu de Estudos e Pesquisa em Filosofia, da UFAM-IEAA, e teve como objetivo analisar o desenho infantil indígena como expressão da territorialidade afetiva do povo Kaxarari, levando em consideração os termos: “topofilia” e “expressão”. A pesquisa realizou-se como atividade extensionista junto às crianças do Território Indígena Kaxarari-RO, no intuito de contribuir com os conhecimentos culturais de um povo e a sua territorialidade, que, na perspectiva indígena, se relaciona profundamente com a sua cultura e modo de vida. Desse modo, por meio do desenho infantil, como as crianças percebem e exprimem as festas, os rituais e o modos de vida, buscou-se exprimir a compreensão e o vivenciar do ser Povo Kaxarari. A pesquisa quis dar voz e autonomia às crianças, que, juntamente aos jovens, adultos e idosos, são tão importantes nos processos de construção da cultura de um povo, visto que, na maioria das pesquisas e registros acerca da cultura de um povo, as crianças são deixadas de lado na construção desses saberes e conhecimentos. A metodologia que envolveu esse projeto parte do princípio de que as crianças indígenas Kaxarari são sujeitos ativos e participantes de todo o processo, no qual levará em consideração as dúvidas e as sugestões, por isso, escolhemos o método fenomenológico. Os recursos de ensino utilizados foram encontros, oficinas e registros.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 38 - PATRIMÔNIOS E TERRAS INDÍGENAS NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE (1987-1988)

Coordenação:

Yussef Daibert Salomão de Campos - Universidade Federal de Goiás

Resumo do Simpósio Temático: A Constituição traz, em seus artigos 216 e o 231, a normatização do patrimônio cultural e a definição de terras indígenas. Além deles, o artigo 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) determina que as terras indígenas deverão ser demarcadas pelo Estado. O que esses artigos têm em comum? Como o processo desenvolvido nas entranhas da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) se deu para que tais artigos se consolidassem no texto final como passamos a conhecer a partir da promulgação da Constituição? Para Bourdieu, no “texto jurídico estão em jogo lutas” (2007, p.213), e no processo de construção desse texto, como a ANC, fazem-se expressar “lutas das representações”, “lutas a respeito da identidade” (p. 113), a “dominação simbólica” (p. 117), “luta coletiva pela subversão das relações de forças simbólicas” (p. 124), “a conquista ou a reconquista de uma identidade” (p. 125). Certamente estamos diante do que Prats nomeou de “patrimônios incômodos” (2009, p. 89), não tendo o texto jurídico conseguido “dar vazão a toda uma complexa realidade fundiária que historicamente oprimiu e continua a fazê-lo” quando se trata das territorialidades periféricas no Brasil (Lobo; Bertusse, 2010, p. 206). As relações entre cultura e lugar, cultura e território foram empreendidas pelo congressista constituinte, ao que, em outra oportunidade (Campos, 2022), chamei de conveniência política pois, de um lado, atribuiu-se reconhecimento identitário às culturas até então marginalizadas pelas políticas públicas desenvolvidas através do patrimônio (artigo 216), mas por outro, postergou o enfrentamento da espinhosa Reforma Agrária ao se desvincular a conceituação de terras indígenas das práticas culturais a elas relacionadas, em dialética entre lugar e articulação política (Gupta; Ferguson, 2000, p. 33). Assim, essa proposta de trabalho pretende discutir como a reivindicação por patrimônios é também reivindicação e demarcação de terras indígenas.



**PATRIMÔNIOS E TERRAS INDÍGENAS NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE (1987-1988)**

Yussef Daibert Salomão de Campos
Universidade Federal de Goiás
yussefcampos@ufg.br

A vigente Constituição brasileira trata de direitos indígenas e quilombolas, tanto em relação à terra quanto à cultura. Mas, de maneira incoerente, desata as duas questões que são inerentes uma a outra. Atendendo a interesses políticos e econômicos, a Assembleia Nacional Constituinte, forjadora da Constituição, foi palco do imponderável descolamento do binômio lugar e território das práticas e bens culturais classificados como patrimônio. Para entender essa questão, uma revisão bibliográfica foi levantada com o intuito de demonstrar como essa separação presente no texto legal só pode ser justificada pela ótica do jogo político.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 39 - COSMOLOGIAS INDÍGENAS NAS LINGUAGENS: CULTURAS E ARTES ANCESTRAIS/CONTEMPORÂNEAS

Coordenação:

Adriana Albano (UFRR);

Pedro Mandagará (UNB);

Huarley Mateus do Vale (UERR)

Resumo do Simpósio Temático: Este simpósio intenta proporcionar uma reflexão sobre a produção artística dos povos indígenas e suas diversas atuações como modo de resistência étnica no Brasil. Os múltiplos campos e as novas formas de interação, com frequência, impostas aos povos indígenas, recriam e re-afirmam cosmologias e processos identitários em outras lógicas de tempo e espaço, levando à reorganização dos nossos mundos. Tais articulações culminam em práticas culturais, artísticas, literárias e de outras semioses, que apontam os saberes indígenas e sua ancestralidade/contemporaneidade demandando a proteção e preservação dessa forma de ver o mundo. Entendemos que os diferentes discursos artísticos e performáticos engendram ações políticas que rompem silenciamentos históricos e compartilham linguagens, sociologias, psicologias, naturezas e sobrevivências nas suas línguas e formas de interagir com o mundo. Atuam para a autodeterminação, apresentando suas próprias versões da história e garantindo intervenções para transformar as instituições (educacionais, políticas, sociais). Os trabalhos apresentados neste simpósio devem refletir, portanto, sobre aspectos artísticos e literários indígenas e suas cosmologias. Também nos interessam estudos que dialoguem sobre cosmo-identidades ancestrais/contemporâneas.





CULTURA E ARTE DA ANCESTRALIDADE: A CIÊNCIA E O MANEJO NA CONFECÇÃO DO HAKIKANO

Edna Monzilar
Escola Estadual Indígena Jula Paré
ednamonzilar@gmail.com

Eliane Boroponepa Monzilar
Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT
monzilar.eliane@unemat.com.br

O presente artigo trata-se sobre Cultura e Arte da Ancestralidade : a ciência e o manejo na confecção do Hakikano, uma experiência pedagógica realizada durante a semana cultural com os estudantes da Escola Estadual Indígena Jula Paré, localizada na Aldeia Umutina, no Território Indígena Umutina/MT. A atividade desenvolvida foi em formato de oficina dialogando a teoria e prática, dando ênfase a transversalidade da ciência, tecnologia e inovação indígenas e o não indígena. O objetivo visa a aprendizagem, o fortalecimento da confecção da arte, valorização dos saberes tradicionais, aprofundar e dialogar no conhecimento da arte do Hakikano, destacando que é uma ciência da ancestralidade do povo Balatiponé-Umutina. A valorização é essencial dessa prática cultural para a transmissão dos conhecimentos tradicionais para as novas gerações sejam protagonistas da identidade étnica. A arte Hakikano é originário do povo Balatiponé-Umutina, exclusivo uso masculino em todos os rituais de danças e festividades tradicionais, é utilizado na parte superior da cabeça. É sagrado na história do povo. É uma arte transversal, usado no ritual das danças tradicionais. Os antepassados (boloriê) usavam o hakikano nas festas sagradas, especialmente, nos rituais denominados (adoê) em homenagem aos mortos. A metodologia utilizada foram: roda de diálogos, dados coletados através de entrevistas com um senhor que detém esse conhecimento, oficinas com os estudantes, aula de campo, coleta de matéria-prima como penas de diversas aves como: mutum, jacu, arara, gavião e urubu, taquara, cera (breu), corda da seda do tucum e fotografia. O resultado da referida pesquisa foram positivo no processo do ensino aprendizagem permeando o individual e o coletivo, incentivando o espírito do trabalho em grupo e a atenção dos estudantes, destacando a interdisciplinaridade, a relação do ser humano e a natureza. Buscou fortalecer o conhecimento da confecção da arte do Hakikano do povo Balatiponé- Umutina com a turma do ensino fundamental, promovendo os saberes da ancestralidade e os processos de mudanças e transformações que aconteceram no decorrer dos anos, bem com dando ênfase as áreas de conhecimentos, a relação do ser humano e a natureza. ressignificam os saberes milenares dos antepassados para servir de instrumento e identidade cultural para o povo Balatiponé-Umutina.

Palavras-chave: Hakikano. Aprendizagem. Povo Balatiponé-Umutina.

POÉTICAS VISUAIS DE AUTORIA PATAXÓ: LÍNGUA ORIGINÁRIA E TERRITÓRIO ANCESTRAL

Randra Kevelyn Barbosa Barros
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
randrakevelyn@gmail.com

As artes indígenas contemporâneas têm promovido a reconstrução de imaginários sobre esses povos no Brasil, a partir de diferentes linguagens para sensibilizar e conscientizar o público acerca da pluralidade de línguas e culturas existentes no país. Arissana Pataxó (Porto Seguro, Bahia) contribui





para o fortalecimento desse movimento, com produções artísticas que divulgam a perspectiva de uma comunidade indígena da Bahia, por vezes invisibilizada no estado e no cenário nacional, embora seu território tenha sido o lugar que primeiro sofreu com a invasão europeia em Pindorana. Neste trabalho, busca-se analisar a obra Hãhãw Pataxó: de que lugar você olha?, elaborada pela artista para a exposição “Atos de revolta: outros imaginários sobre a independência” (MAM Rio, 2022). Pataxó (2022) produziu quatro telas, nas quais há a paisagem do território de seu povo e cantos na língua Patxohã. Esses quadros são posicionados diante de um espelho que apresenta trechos escritos pelo alemão Maximiliano de Wied-Neuwied, no século XIX. A obra retrata o conflito de visões (a autorrepresentação Pataxó e o olhar europeu acerca dessa comunidade), além do encontro entre língua e linguagens utilizadas por um povo (idioma originário, linguagem oral, escrita, visual). Assim, este estudo contribui para ampliar as investigações sobre as artes indígenas produzidas por comunidades da Bahia, bem como mostrar a força dessas poéticas visuais para reposicionar a visão sobre o povo Pataxó e seu território ancestral no Brasil.

Palavras-chave: Artes Indígenas Contemporâneas. Povo Pataxó. Território. Arissana Pataxó.

A QUEDA DO CÉU: A COSMOPOÉTICA COMO PROVOCAÇÃO À BIOPOLÍTICA

Huarley Mateus do Vale Monteiro
UERR
mdmvale72@gmail.com

Este trabalho traz um recorte da pesquisa de doutorado, intitulada Biopolítica e Literatura: corpos indígenas, mestiço e (In)dóceis em romances de Nenê Macaggi, concluída em 2019, no programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Pará (PPGL/UFPa); e analisa os traços da cosmopoética presentes em A queda do céu: palavras de um xamã yanomami, de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015). O ponto central da obra é o testemunho do xamã Yanomami quanto aos efeitos do avanço do mundo consumista às práticas ancestrais de seu povo. A saber, sua formação cultural e intelectual é marcada pela poética cotidiana da/na floresta. São estes apontamentos que conduzem este estudo a apontar no corpus analítico passagens da narrativa, com vista a identificar os traços mais representativos da cosmopoética como provocação às movimentações da biopolítica. O estudo estabelece diálogo com autoras/es do campo da crítica literária, da filosofia, da cosmogonia e da cultura amazônica. A análise é construída em uma leitura discursiva e narratológica a partir dos estudos culturais, e não só. Pensando por esse ângulo, a narrativa do xamã Yanomami emerge modulada no paradigma do testemunho e forma de explicação da complexa formação do universo dos povos originários da Amazônia, constituída de narrativas provocadoras aos diferentes desdobramentos da biopolítica. As cenas narradas legitimam a cosmologia, aqui pensada como poética identitária. Digo de outra forma e indago: com base nisso é possível pensar na terminologia, cosmoidentidade? Com isso, aponto as relações entre homem/natureza, observando uma forma de entender o mundo ou de (re)criação do mundo e dos seres amazônicos.

SEM TÍTULO

Maurício Zouein
UFRR
mauricio.zouein@ufrr.br





Por que sob o olhar de um reconhecido e historicamente traidor? Etimologicamente a palavra traição vem do latim traditio, õnis, ação de entregar/ensino. Traditor pode significar uma ação desleal ou aquele que ensina. Porventura aquele que trai conscientemente possui algo a ensinar. Aquele que nos entrega uma verdade construída em uma época passada, mas que reverbera no tempo presente. Objetivo - Mostrar a produção imagética sobre a Amazônia como proposta de identidades capazes de aleijar a diversidade das culturas e artes ancestrais amazônicas. Método - “Logical analysis applied to mental phenomena shows that there is but one law of mind, namely, that ideas tend to spread continuously and to affect certain others which stand to them in a peculiar relation of affectibility. In this spreading they lose intensity, and especially the power of affecting others, but gain generality and become welded with other ideas.” (CP 6.104) O método escolhido procura considerar informações prévias sobre a finalidade e o cenário onde a imagem foi concebida. Procuramos edificar uma interpretação que, partindo dos aspectos sensoriais, de caráter qualissínico, evolui de modo dinâmico rumo aos contextos, culturais e históricos, na forma de hábitos. Resultados - Pressupomos que aquele que produziu imagens se comoveu diante das cores da gente daqueles lugares, dos mistérios míticos, da história se revelando, da estranha malícia sedutora que habita como um símbolo a essência da verdez amazônica. Na exposição do momento por meio da imagem, a realidade se pôs em desfile. Presunçosa à frente do seduzido. Autênticos documentos, as imagens sobre Amazônia e seus povos entre os séculos XVII e XXI correspondem a ferramentas semióticas para a construção da condição científica da memória. Por meio daqueles que foram imagetizados, dos que produziram imagens e das imagens, encontramos expressões visuais profundas e poéticas na manifestação aleijatória das práticas sociais, políticas, econômicas e culturais das dinâmicas em civilizar.

MITOLOGIAS E COSMOLOGIAS: RELIGIÃO NA TRÍPLICE FRONTEIRA RORAIMA, GUIANA E VENEZUELA

Adriana Albano - UFRR
adriana.albano@ufrr.br

Esta comunicação versa sobre a religião Areruya dos Ingarikó da aldeia Manalai, localizada no estado de Roraima, compara o discurso de dois mitos sobre a origem do atual Areruya. Um dos mitos foi transcrito por Audrey Butt Colson (1960) na década de 1950 e o outro pela antropóloga Maria Virgínia do Amaral (2019) entre 2014 e 2017. No texto detalhado de Amaral (2019), seguindo um caminho inaugurado por Butt Colson (1960), a autora descreve o Areruya e explica minuciosamente suas possíveis origens históricas. Estabelece relações estruturais entre as versões do mito ameríndio que apontam para a apropriação de elementos da religiosidade cristã e afirma que, “já em suas manifestações embrionárias, Areruya não parece ter pretendido ser outra coisa que a tradução indígena de aspectos das religiões cristãs”. A autora descreve e analisa minuciosamente cada detalhe da história, cultura e comportamentos do grupo Ingarikó. A partir desse estudo, nossa proposta investigará as articulações que fizeram o que era uma “manifestação embrionária” transformar-se em uma manifestação religiosa original e descolada de sua vertente inicial. O objetivo da comparação entre os dois discursos foi apresentar as articulações de cada um para uma nova configuração cosmológica e social, a partir da chegada do colonizador. Para tanto, fizemos uso da ideia de entre-lugar oriunda dos estudos de Homi Bhabha (2001) – em O local da cultura –, porque ela permite utilizar o método de análise de textos como discurso sem fixar algum sentido intrínseco a eles, criando um espaço deslizando.

Palavras-Chave: Areruya; Ingarikó; Mitos; Entre-lugar





MUNDOS SOBREPOSTOS: EXERCÍCIO DE COSMOGRAFIA COMPARADA

Alexandre Nodari
UFSC/CNPq
alexandre.nodari@gmail.com

As elaborações cosmológicas e cosmográficas (no sentido literal e etimológico de discursos e escritas sobre o mundo) dos povos indígenas das Américas são, sem sombra de dúvida, um dos ricos solos conceituais e poéticos nativos que mais desafiam a compreensão dos modernos. Repletos de pluri- ou multi-versos que se comunicam, tais elaborações, visuais ou narrativos, muitas vezes apresentam mundos sobrepostos, em camadas, andares ou patamares, cada um com seu próprio regime e habitantes, que se relacionam com os demais de forma instável, demandando atenção e cuidado. A publicação de *A queda do céu*, de Davi Kopenawa, popularizou no mundo não-indígena uma forma yanomami de pensar e viver mundos inter-folheados, bem como a implicação e os efeitos das ações dos brancos sobre eles. Nosso foco, porém, serão três elaborações de outros povos: 1) a primeira é a divisão do mundo em camadas ou graus pelo Bisneto do Mundo em Antes o mundo não existia; 2) a segunda são desenhos feitos pelos xamãs marubo Tekãpapa e Memõpapa, reproduzidos por Pedro Cesarino em *Oniska*, nos quais o multiverso nativo é representado, respectivamente, por patamares e por um móvel; 3) e a terceira é o mito aikewara “A cidade indígena (Aikewaretometé)”, transcrito e traduzido por Orlando Calheiros. Nos deteremos mais na última, na medida em que a maloca originária é ali descrita como um grande prédio, no qual os habitantes viviam amontoados e se entre-devorando, um lugar onde era dia num andar de cima e noite no de baixo, e do qual os Aikewara e demais povos indígenas fugiram para se constituírem como uma coletividade, tendo sido posteriormente ocupado pelos brancos, que o tomaram como paradigma para o seu (branco) viver. Desse modo, nosso trabalho se enquadra no eixo “Literatura indígena na Abya Yala (América)” e, mais especificamente, no Simpósio “Cosmologias indígenas nas linguagens: culturas e artes ancestrais/contemporâneas”.

A ESTÉTICA DO LAVRADO NA VISUALIDADE INDÍGENA EM RORAIMA

Anderson dos Santos Paiva
Universidade Federal de Roraima
anderson.paiva@ufrr.br

Neste paper exploramos a noção de Estética do Lavrado (Paiva, 2016) que desenvolvemos com base em nossos estudos sobre a relação entre a paisagem (Cauquelin, 2014) e a Arte Indígena Contemporânea (AIC), tomando por referência as produções de artistas indígenas roraimenses como Jaider Esbell, Carmézia Emiliano, Augusto Cardoso, Amazoner Arawak e Bartô Macuxi, além de jovens artistas que vêm se evidenciando nos últimos cinco anos. Para tanto utilizamos do método iconológico (Panofsky, 1939) na análise das produções e estabelecimento de conexões conceituais entre o campo cosmológico e estético sobre esta paisagem que é a principal referência imagética do estado. Neste estudo concebemos a Estética do Lavrado dentro de uma perspectiva regional, onde os marcos mnemônicos somam-se a um conjunto de saberes tradicionais e operações técnicas enquanto uma forma de tradução da paisagem (visível e invisível) em visualidade. Como resultados destacamos a concepção de uma arte indígena fortemente marcada pela representação de elementos étnico-culturais e engajada em uma perspectiva ativista que vem atraindo jovens indígenas para o cenário artístico local.





ARTISTAS INDÍGENAS BRASILEIRAS NA LUTA CONTRACOLONIAL: POSSIBILIDADES PARA “ARRIBAR O CÉU”

Cláudia Pereira Vasconcelos
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
cpvasconcelos@uneb.br

Visando refletir sobre os estereótipos historicamente construídos a respeito dos povos indígenas e, em especial, das mulheres indígenas no Brasil, explorarei parte da obra de algumas artistas contemporâneas que tem se destacado no circuito nacional das Artes, com forte presença em museus e galerias dentro e fora do país. Apesar de pautarem suas obras pelas cosmologias tradicionais dos povos aos quais pertencem, essas artistas, a exemplo de Yacunã Tuxá, Daiara Tukano e Glicéria Tupinambá, vivem e/ou produzem em contextos urbanos, trazendo para a cena contemporânea temas e linguagens diversas. Suas obras e presenças em espaços de arte, tidos como privilegiados, tem gerando tensões e/ou rompimentos com o sistema de arte convencional, que se pauta historicamente por uma lógica colonialista, eurocêntrica e branca, ainda muito atrelada ao mercado e ao capital. Essas e outras artistas indígenas têm, de diferentes formas, se posicionado frente a esse sistema excludente de Arte. Suas obras tencionam as narrativas colonialistas e brancocêntricas que aprisionaram as mulheres indígenas em identidades fixas, sexualizando seus corpos por um lado e desumanizando-as por outro, exatamente quando insistem na narrativa do estereótipo da mulher brava, que foi “pega no mato a laço ou a dente de cachorro” para integrar-se a civilização. Em nossa pesquisa inicial, as obras e presenças das artistas citadas são lidas como narrativas transcoloniais, sendo estas oriundas de lugares “das margens” que passam a ocupar espaços oficiais de poder e desbaratam a máquina colonial ao denunciar a continuidade da violência sobre os povos originários. O conceito de transcolonialidade foi desenvolvido durante minha tese de doutorado e, em síntese, pode ser entendido como um pensamento produzido por pessoas identificadas como subalternas que acessaram espaços formais de produção do saber/poder e posicionam-se politicamente frente a colonialidade. Situam-se a partir de um lugar fronteiriço, entre o interior e a metrópole, a aldeia e a academia, o tradicional e o contemporâneo. Buscam re-encantar a escrita e a arte ao reacender a cosmovisão indígena, africana e/ou sertaneja para disseminar ideias que incluem os saberes do corpo, da oralidade, do afeto, da memória, do invisível e assim reescrevem a história, honrando a ancestralidade e mirando no futuro. Este trabalho inscreve-se no ST 39, justamente por propor uma reflexão sobre a produção artística de mulheres indígenas e suas diversas atuações como modo de resistência étnica no Brasil.

O PROGRAMA RADIOFÔNICO A VOZ DOS POVOS INDÍGENAS: ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA POLÍTICA E CULTURAL NA COMUNICAÇÃO INDÍGENA DE RORAIMA

Márcia Elizabeth Fernandes
Universidade Federal de Roraima
marcia.ellizabetth@gmail.com

Vângela Maria Isidoro de Moraes
Universidade Federal de Roraima
vangela.morais7@gmail.com





A presente pesquisa é realizada por uma comunicadora indígena. Entre minhas frentes de atuação está a produção e apresentação do programa radiofônico A voz dos Povos Indígenas transmitido pela emissora FM Monte Roraima. O objetivo geral desse estudo, portanto, é analisar a comunicação indígena que fazemos por meio do programa de rádio, como estratégia de resistência política e cultural em Roraima, bem como propor sua atualização. Para tanto, nos perguntamos: Como se constituem as práticas de nossa comunicação indígena e quais as possibilidades de melhoramento dessa estratégia frente aos desafios contemporâneos? A construção teórica prioriza um diálogo com intelectuais indígenas no Brasil, a exemplo de Ailton Krenac, Daniel Munduruku, Mayra Wapichana, Ariene Susui, Helena Leocádio e outros autores não indígenas que refletem sobre a comunicação cidadã, suas potencialidades e desafios. O modo principal de fazer a pesquisa se inspira nas vivências nas comunidades, ao buscar contar histórias e narrar trajetórias, nesse caso, na perspectiva da minha própria experiência como indígena, comunicadora e personagem direta dos bastidores desses saberes e do campo estratégico da comunicação. De acordo com os conhecimentos acadêmicos, esse procedimento metodológico se chama etnobiografia. A pesquisa analisa quatro programas, disponíveis nas páginas do Facebook do Conselho Indígena de Roraima e da Emissora Monte Roraima FM, no período de 2021 e 2022. A análise conta com a contribuição de comunicadores indígenas na discussão sobre as práticas comunicativas para a nossa afirmação identitária, propondo ao final algumas ideias de atualização do programa radiofônico. Assim, a forma de fazer essa pesquisa está muito ligada aos interesses de análise e ao compromisso de buscar melhoramento direto para a nossa realidade indígena no campo da comunicação.

LITERATURA INDÍGENA EM JOGOS ELETRÔNICOS: PRÁTICAS ANCESTRAIS E CONTEMPORÂNEAS

Caroline de Assis Campos Pinagé
UEA
carolinepinage@gmail.com

Esta proposta apresentará uma reflexão inicial acerca da presença de narrativas indígenas em ambiente virtual, como é o caso de jogos eletrônicos que apresentam em seu enredo elementos da cosmologia de povos originários. O objetivo principal será refletir sobre como pensadores indígenas estão analisando este fenômeno, e verificar se tais representações artísticas podem ser vinculadas à constelação de produções da literatura indígena contemporânea em diálogo com as outras Artes, bem como as implicações de suas aproximações e distanciamentos do saber originário. Para estabelecer tal diálogo, entende-se a criação de narrativa em jogo eletrônico como uma das novas formas de contar histórias no século XXI, conforme o crítico canadense Tamer Thabet apresenta em sua obra “Videogame, narrativa e criticismo” (2015). Tais práticas contemporâneas estariam atreladas a um mercado que tem se demonstrado cada vez mais interessado em associar a narrativa digital e a narrativa da oralidade indígena, o que nos leva a questionar até que ponto tais criações mantêm seu compromisso com os interesses das comunidades indígenas. Esta comunicação é parte inicial do projeto de doutorado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes (PPGLA), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), sob orientação do Prof. Dr. Allison Leão. Para iniciar a reflexão serão referências os trabalhos de Graça Graúna, com a obra “Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil” (2013), Julie Dorrico com a coletânea “Literatura indígena brasileira contemporânea” (2020), que conta com a fala de pensadores como Jaider Esbell e Rita Olivieri-Godet, entre outros. Esta proposta se apresenta ao eixo temático 39 - Cosmologias indígenas nas linguagens: culturas e artes ancestrais contemporâneas.





Palavras-chave: Literatura indígena; Teoria da Literatura; Narrativas digitais.

ALTERIDADE E “CARTA AO VELHO MUNDO”, DE JAIDER ESBELL

Gabriela Ismerim Lacerda
Universidade de São Paulo
ismerim@usp.br

A presente comunicação é provocada por reflexões sobre a “Carta ao velho mundo” (2019), de Jaider Esbell. Esta obra, que fez parte de uma performance do artista em Grenoble no ano de 2019, se apropria do tratado eurocentrado de História da Arte presente no livro de Valsecchi, para, a partir dele, produzir outro discurso, numa espécie de antropofagia gráfica. A carta de Jaider – que é múltipla, desenvolvendo-se em várias, como veremos – devora a história da arte ocidental em exercício de alteridade radical, propondo não um apagamento do outro, mas sim um reconhecimento do espaço da diferença, a constituição de outros eus possíveis; ao contrário do discurso ocidental, único e homogeneizador, o qual apaga a pluralidade e pressupõe uma univocidade. Pretendemos, desta maneira, pensar também a antropofagia como uma semiofagia (VIVEIROS DE CASTRO, 2002). Os diálogos cerimoniais entre o indígena a ser devorado e o futuro matador evidenciam essa afirmação, que ganha destaque na análise que Lestringant faz do ensaio de Montaigne sobre os Tupinambá. Para Viveiros de Castro, esse dueto-duelo entre o que será morto e o que irá matar é o que torna possível a relação entre passado e futuro, uma vez que quem morre será e já está vingado, e quem mata será comido dentro da lógica das guerras de vingança – “Só quem está para matar e quem está para morrer é que está efetivamente presente, isto é, vivo” (2002, p. 238). Essa síntese do tempo é um fenômeno de alteridade, fomentadora de uma perspectiva sobre o Eu. A nossa comunicação, portanto, pretende pensar a carta de Jaider, mas também sinalizar algumas reflexões sobre as artes e literaturas indígenas como espaço de alteridade, o que pode ser observado quando Kaká Werá sinaliza aos brancos que, nas primeiras páginas de Oré Awé Roiru'a Ma: todas as vezes que dissemos adeus, “Comi de vosso cérebro, agora, como manda a tradição, ofereço meu espírito” (2002, p. 17). Tal imagem do artista indígena tradutor entre mundos, como realçador das diferenças, parece-nos dialogar com ativismo de Jaider, realçando a proposta de uma arte que remeta à ideia de “falar de política, falar de arte, de falar de território e identidade” (ESBELL, 2023, p. 44).

EM BUSCA DE UMA LITERATURA YANOMAMI

Pedro Mandagará
UnB
pedromandagara@unb.br

Até o presente momento e na maior parte dos estudos, a literatura indígena produzida no Brasil vem sendo tratada em bloco, ao menos na área de Letras. As poucas exceções dizem respeito a trabalhos sobre a oralidade de diversos povos, trabalhos que, desde o ponto de vista de diversas disciplinas (estudos literários, linguística, antropologia, musicologia) vêm se debruçando sobre poéticas orais próprias e específicas dos povos, incluindo a análise e descrição de gêneros orais. No caso da produção escrita, textos de autores indígenas vindos de diversos povos são tratados em conjunto, muitas vezes sem atenção a suas especificidades.





Neste trabalho, proponho o exercício de buscar o que seria uma “literatura yanomami”, incluindo tanto sua produção oral quanto escrita. Para tanto, foi feito um levantamento de publicações de textualidade yanomami. Após apresentar o levantamento, concentrou-se a leitura em três obras características: “Folk Literature of the Yanomami Indians” (Wilbert), os quatro livros dos pajés Parahiteri publicados na Coleção Mundo Indígena, da Editora Hedra, e “A queda do Céu”, de Davi Kopenawa e Bruce Albert. Por fim, especula-se sobre como a possibilidade de uma literatura yanomami põe em questão o paradigma nacionalista da História Literária (desenvolvido em inúmeros estudos, por exemplo Miranda, 1994, e Weber, 1997).

Palavras-Chave: História da Literatura, Literatura Indígena, Yanomami.

O REGISTRO DO BEM CULTURAL ARERUYA INGARIKÓ: REFLEXÕES SOBRE PATRIMÔNIO IMATERIAL INDÍGENA DE RORAIMA

Rafael Petry Trapp
UFRR
rafael.trapp@ufrr.br

A presente comunicação objetiva discutir os desafios teóricos e políticos de elaboração de um dossiê abrangente para o processo de registro do Areruya Ingarikó, visando seu reconhecimento como patrimônio cultural imaterial do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, segundo os princípios da Política Nacional de Patrimônio Imaterial. Este dossiê deve conter textos de natureza historiográfica e etnográfica, além de fotografias e vídeo-documentário, entre outros materiais documentais relevantes, para evidenciar a continuidade histórica do bem e sua importância para a formação cultural brasileira. O projeto está sendo conduzido por uma equipe multidisciplinar e multiprofissional, com a participação dos Ingarikó por meio do Conselho do Povo Indígena Ingarikó, bem como das lideranças religiosas e tuxauas das comunidades. Há diversas problematizações a serem realizadas sobre a patrimonialização de bens culturais indígenas em Roraima. Em especial, buscamos entender as concepções e estratégias Ingarikó de apropriação do campo do patrimônio cultural para seu fortalecimento político e os efeitos e desdobramentos da ação do estado nacional brasileiro em termos de salvaguarda de patrimônio cultural.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 40 - FRONTEIRAS, TERRITORIALIDADES E DIVERSIDADES SOCIOAMBIENTAIS

Coordenação:

Márcia Maria de Oliveira - UFRR

Verônica Prudente – UFRR

Marielys Briceno Altuve (Educanorte/UFRR)

Resumo do Simpósio Temático: O Simpósio Temático: “Fronteiras, territorialidades e diversidades socioambientais” é parte do subprojeto do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) na Amazônia Legal que acolherá comunicações de pesquisas finalizadas ou em andamento relacionadas a: circularidades e interseccionalidades na Amazônia; processos de reconfiguração espacial, territorial e identitária de migrantes internos e internacionais, povos indígenas e Comunidades Tradicionais; narrativas e oralidades; intersecções de gênero, raça/etnia e classe social; educação intercultural; literatura indígena; deslocamentos migratórios e mobilidades; reterritorialidades dos povos indígenas nas cidades; princípios da Ecologia Integral; preceitos do Bem-Viver e do cuidado da Casa Comum; fronteiras e sociobiodiversidade na Amazônia na perspectiva interdisciplinar; processos sociais e simbólicos; experiências transfronteiriças.

Caderno de
Resumos



CONGRESSO
INTERNACIONAL
MUNDOS
INDÍGENAS,
AMÉRICA

ARTE, CULTURA,
ANCESTRALIDADE E
PERSPECTIVAS PARA
O BEM-VIVER

20-23 DE AGOSTO
2024
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA



coimi.net



PESQUISAGINDO NA TERRA YANOMAMI: EXPERIÊNCIAS DE PESQUISAS COLABORATIVAS

Corrado Dalmonego

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bolsista da CAPES.

corrado.dalmonego@unifesp.br

Orientador: prof. Dr. Uirá Felipe Garcia (UNIFESP).

Esta comunicação visa refletir sobre os processos de algumas atividades de pesquisa colaborativa realizadas entre as comunidades da região do médio rio Catrimani (Terra Indígena Yanomami), inicialmente com professores yanomami e, sucessivamente, com um grupo de jovens pesquisadores das mesmas comunidades, entre os anos de 2009 e 2021. Nas pesquisas em exame, eu atuei, de certa forma, como colaborador não indígena e orientador. As pesquisas foram realizadas com o envolvimento das comunidades e sobre temas de interesse das mesmas: as histórias dos antepassados, os conhecimentos dos recursos do território, a produção de artefatos e as condições para o bem viver. Tendo como problema a discussão dos critérios para validar a dimensão colaborativa e engajada das pesquisas, seu valor político e simbólico, e sua dimensão prática de ação, a discussão se propõe analisar os contextos, as dinâmicas, os resultados e a apropriação destas atividades de investigação pelos pesquisadores yanomami e suas comunidades. A metodologia utilizada foi uma análise etnográfica dos processos de realização das pesquisas, corroborada por uma revisão bibliográfica sobre pesquisas colaborativas com pesquisadores indígenas. Esta análise apontou para um paradigma de investigação-estudo-ação no qual a pesquisa colaborativa configura uma zona de contato para a construção de saberes e fazeres. Concluiu-se que, apesar do reconhecimento de limites e fragilidades, os agentes envolvidos em investigações colaborativas se apropriam destas ferramentas como tradutores interculturais para a defesa de seus direitos e territórios. O eixo temático em que se enquadra esta comunicação é a construção e circulação de saberes, através de pesquisas colaborativas com pesquisadores indígenas, que visam o Bem Viver das comunidades em contextos interculturais.

CONFIGURAÇÕES TERRITÓRIO/ESPACIAIS E IDENTITÁRIAS DOS INDÍGENAS E'ÑEPÁ DE CARUTO NO CONTEXTO DE MOBILIDADE INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA

Marielys Briceno

Universidade Federal de Roraima

mariel_bri@hotmail.com

Maxim Repetto

Universidade Federal de Roraima

Márcia de Oliveira

Universidade Federal de Roraima

Apresentamos os resultados de uma pesquisa realizada no curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociedades e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima. A mesma foi defendida em setembro do ano de 2022, tem como título "O deslocamento internacional de indígenas venezuelanos E'ñepá e os processos de reconfiguração espacial, territorial e identitária" e nela se analisam as reconfigurações espaciais, territoriais e identitárias do grupo de indígenas venezuelanos





da etnia E'ñepá a partir do mundo das suas subjetividades, entre seus territórios originários e os configurados ao longo dos seus deslocamentos nesta mobilidade internacional contemporânea, entre as ruas da cidade, a ocupação de Ka Ubanoko, os abrigos oficiais e os espaços que tentam conquistar fora dos abrigos. Foram utilizados diferentes métodos de pesquisa, todos eles centrados nas subjetividades dos participantes, contextualmente situados e colaboradores ativos; centrados também na multidimensionalidade, multidirecionalidade e interdisciplinaridade do espaço, do território e da identidade, categorias centrais da pesquisa juntamente com a memória. Desta forma nos aproximamos do universo de referências do grupo enquanto as suas percepções, representações, significados, sentidos e sentires sob as formas de deslocamento e ocupação dos espaços para além do limite internacional, a forma como se inserem neles e os territorializam mediante as interações que estabelecem entre eles e com "os outros", nesses espaços, e com "os outros" fora desses espaços. Uma vez debatidas as categorias: território, espaço e identidade na sua relação com a memória coletiva, foram correlacionados os resultados obtidos, que entre outros aspectos mostrou a inclinação do grupo por dar continuidade às suas formas dinâmicas de mobilidade cotidiana, de oportunidade e sazonal orientados pelo sentido de venda do artesanato. A pesquisa também evidenciou a forma como os padrões tradicionais de ocupação do espaço acham-se limitados dentro dos abrigos da Operação Acolhida no Brasil, espaços percebidos como fechados, controlados e coercitivos das suas dinâmicas formas de organização e mobilidade, pelo que eles persistem em sair, rompendo as regras do abrigo, para vender seus artesanatos fora do município e até se aventuram a conquistar outros espaços como conquistaram na cidade do Lethem na República Cooperativa da Guiana.

VIVÊNCIAS ACADÊMICAS INDÍGENAS E POSSIBILIDADES DE RETERRITORIALIZAÇÕES

Joelma Boaventura da Silva
UFBA/UNEB
jbomfim@uneb.br

Esse artigo é fruto da pesquisa de doutorado, em desenvolvimento, junto a Universidade Federal da Bahia – UFBA, no Programa de Pós-graduação em Difusão do Conhecimento – PPGDC, intitulada “Povos Originários em universidade multicampi: vivências acadêmicas e processos de reterritorialização”. A produção de dados, decorrente da pesquisa que utilizou em sua metodologia de estudo de caso único e incorporado, possibilitou identificar aspectos e dificuldades da vivência acadêmica indígena na Universidade do Estado da Bahia – UNEB, uma instituição de ensino superior multicampista. O lapso temporal da pesquisa incidiu sobre os anos de 2015 a 2020 com recorte para dois campi num universo de trinta da mencionada universidade. Apresenta-se nesse artigo o aprofundamento do conceito de vivência acadêmica incluindo as características das etnias identificadas no estudo de caso, além da elaboração de uma tipologia de reterritorializações possíveis, tendo por base a análise das respostas dadas pelos acadêmicos/partícipes da pesquisa. Trata-se de uma produção interdisciplinar por abordar conceito das áreas da Geografia (território), Filosofia (reterritorialização e vivência), Antropologia (etnias e indigenismo) e Educação. Dentre os resultados destacados da pesquisa para esse artigo, pode-se citar: o aprofundamento de conceitos, generalizações e inferências baseadas no estudo de caso, além da tipologia de sete espécies de reterritorializações. Conclui-se que a vivência acadêmica indígena na UNEB é fruto de desterritorialização no norte e na capital da Bahia, apresentando, no entanto, uma variedade de formas de reterritorialização de acadêmicos indígenas, que extrapolam ao mero retorno físico às comunidades de origem. A discussão deste artigo ecoa nos processos sociais simbólicos que envolvem os povos originários quando vinculados à educação superior indígena, assim como em





reterritorialidades desses povos na cidade e, portanto, encontra abrigo no eixo temático de nº 40, nomeado de “Fronteiras, Territorialidades e Diversidades socioambientais”.

NARRATIVAS DE (RE)EXISTÊNCIA ATRAVÉS DOS POEMAS DE MÁRCIA KAMBEBA

Greiciele Rodrigues da Costa
UEA

Veronica Prudente Costa
UFRR

Este artigo propõe uma análise sobre a representação das mulheres indígenas na literatura brasileira, com foco nos desafios históricos que enfrentaram e nas questões político-sociais subjacentes, utilizando como base a análise do poemas “Ser indígena, ser Omágua” e “Território ancestral” da escritora Márcia Kambeba, presentes no livro “De almas e águas kunhãs” (2023). A metodologia adotada envolve a aplicação do conceito de escrevivência, termo cunhado pela escritora Conceição Evaristo, além da revisão bibliográfica e análise das obras literárias. As autoras indígenas, representantes de suas comunidades, desafiam estereótipos ao compartilhar suas experiências e visões por meio da escrita. Essa abordagem desafia as noções tradicionais de autoria ao redefinir a voz poética como uma ação coletiva, onde contar histórias não é apenas um exercício individual, mas uma contribuição ativa para a construção e preservação da identidade coletiva. Através de seus poemas, Márcia Kambeba celebra e reafirma a identidade indígena, como no poema “Ser indígena, ser Omágua”, onde expressa uma forte conexão com a natureza e a língua nativa Tupi, compartilhando as dores e alegrias de seu povo Kambeba. O poema “Território ancestral” destaca a luta pela preservação dos conhecimentos milenares e o direito ao território ancestral, refletindo sobre a importância da continuidade cultural, da resistência frente à colonização, evidenciando a estreita relação entre o território e a cultura indígena essenciais para a preservação da identidade e das tradições. Esses poemas integram um movimento literário engajado e provocador que não apenas enriquece a literatura com novas perspectivas, mas também desafia estereótipos e promove a valorização da riqueza cultural e da diversidade de experiências humanas.

‘O PASSEIO DE DENDIARA’ DE ANA BELTRAME: UMA EXPERIÊNCIA TRANSFRONTEIRIÇA NA AMAZÔNIA

Luany Araujo Pinho
UFRR, apoio CAPES-FAPPIII
luanyaraujo1982@gmail.com

Prof. Dr. Roberto Mibielli
UFRR
mibielli@yahoo.com.br

O presente trabalho parte de uma pesquisa em andamento que abrange o romance O passeio de Dendiara, de Ana Beltrame, buscando analisar a representação da personagem indígena Dendiara e sua intersecção com gênero, raça/etnia e classe social nessa obra literária. Também examinamos os processos sociais e simbólicos postulados por teóricos que estudam essas questões na literatura contemporânea. Dendiara, uma criança de origem indígena de aproximadamente 10 anos, é retirada





ainda bem pequena de seu lar por alguém que ela chama de “madrinha” e é levada para um garimpo ilegal na Guiana Francesa, onde engravida após sofrer abuso sexual. Essa jornada forçada representa um deslocamento migratório no contexto amazônico, colocando Dendiara em contato com experiências transfronteiriças escabrosas. Sua história é um exemplo vívido das complexidades das fronteiras socioambientais, onde a violência, a exploração e a marginalização se entrelaçam. Ao examinar a representação de Dendiara, podemos observar como se manifestam na narrativa as dinâmicas de poder e controle em contextos de exploração sexual, especialmente considerando as questões de identidade, gênero e sexualidade. Sua condição de criança indígena em um ambiente de garimpo evidencia as disparidades sociais e os impactos desproporcionais da exploração ambiental. Assim, a personagem ficcional reúne recortes da realidade vivenciada de perto pela autora, no período em que foi cônsul-geral do Brasil em Caiena, e, por sua vez, assume o papel de narradora-personagem, em busca de oferecer algum conforto e solidariedade a Dendiara enquanto encaminha uma investigação a respeito da procedência da menina. Para contextualizar essa análise, recorreremos a teóricos como bell hooks, Marshall Berman, Pierre Bourdieu, Roger Chartier, Stuart Hall e outros que oferecem perspectivas valiosas sobre as interseccionalidades de gênero, raça/etnia e classe social na literatura. Suas contribuições nos ajudarão a compreender os processos sociais e simbólicos subjacentes à representação de Dendiara e como essas questões ecoam nas narrativas contemporâneas. Em resumo, O passeio de Dendiara de Ana Beltrame proporciona uma oportunidade importante para explorar as fronteiras, territorialidades e diversidades socioambientais através da lente da literatura. Ao examinar essa obra sob o prisma da intersecção de gênero, raça/etnia e classe social, podemos ampliar nossa compreensão das complexidades das experiências humanas e das narrativas que as retratam.

APOROFOBIA E XENOFOBIA NOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS EM RORAIMA

João Pedro Malmegrim Moraes
PPGSOF/UFRR
joaopedromalmegrim@hotmail.com

Márcia Maria de Oliveira
PPGSOF/SPM

Tácio José Natal Raposo
SEED/PPGSOF/UFRR

Esta Comunicação de Pesquisa de Dissertação de Mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima tem como objetivo investigar a aporofobia enquanto conceito no campo teórico e suas implicações no contexto da migração venezuelana em Roraima. A pesquisa busca entender os elementos que definem a histórica aversão aos pobres e, de modo especial aos migrantes em situação de pobreza. Enquanto atitude comportamental e prática social, a aporofobia é histórica no Brasil e resume a construção social do medo e da rejeição aos pobres, geralmente manifestada através do rechaço, do nojo e da fobia. No caso dos migrantes a aporofobia se materializa com o agravante da xenofobia, o que resulta em sujeitos duplamente estigmatizados e criminalizados por causa da migração e da pobreza. A metodologia de caráter qualitativo se orienta pela perspectiva decolonial com previsão de pluralidade de vozes e caminhos metodológicos que partem dos migrantes como ‘lugar de fala’ com uma abordagem plural e aberta ao direito e a outros modos de análise e de produção do conhecimento. Se realizará pesquisa de campo em espaços ocupados majoritariamente pela população migrante,





com entrevistas semiestruturadas, pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados preliminares apontam a resistência de parte da sociedade para com os migrantes, com a utilização de discursos preconceituosos e sua reprodução nas mais diversas esferas, a fim de validar a rejeição ao migrante pobre.

Palavras-chave: aporofobia; migração; pobreza; xenofobia.

CRIANÇAS MIGRANTES E REFUGIADAS SEM CASA E SEM ESCOLA

Jessica Carvalho Guimaraes
PPGSOF/UFRR
Jesca_ray12@hotmail.com

Márcia Maria de Oliveira
PPGSOF/UFRR

Esta Comunicação de Pesquisa de Dissertação de Mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima tem como objetivo pesquisar os desafios enfrentados por crianças migrantes e refugiadas venezuelanas em contexto de déficit habitacional em Boa Vista, e suas implicações no acesso e permanência nas instituições de ensino. A pesquisa busca entender aspectos políticos e sociais, investigando os dispositivos das políticas públicas que efetivam o direito de ter acesso à educação atrelado ao direito à moradia. Sob a orientação da metodologia qualitativa, a pesquisa busca identificar disparidades nas políticas públicas voltadas para a integração de crianças migrantes no ensino. A pesquisa aponta que a inclusão social do migrante não é um processo orgânico e que requer a intervenção ativa das políticas públicas para estabelecer e consolidar de forma prática o reconhecimento do migrante como sujeito de direitos. A pesquisa de campo realizada em espaços públicos frequentados pelos migrantes e refugiados venezuelanos, assegura que o contato e a interação com os migrantes possibilitam ao pesquisador/a a escolha de uma maior diversidade de métodos e técnicas para compreender os problemas da pesquisa. A pesquisa bibliográfica e exploratória apontam alto déficit de moradia para os migrantes venezuelanos em Boa Vista, o que resulta em permanente mobilidade interna e dificulta o acesso e permanência das crianças nas escolas de educação básica.

Palavras-chave: Migração; Refúgio; Políticas de Moradia; Educação Básica

O IMPACTO DAS PRÁTICAS DE WASH EM REGIÕES FRONTEIRIÇAS AFETADAS PELA MIGRAÇÃO VENEZUELANA

Leonardo Rocha de Oliveira
Universidade Federal de Roraima
rocha_lro@hotmail.com

Marcia Maria de Oliveira

O projeto destaca a importância das práticas de WASH para a saúde pública, o bem-estar e a dignidade humana, com foco na gestão sustentável da água e saneamento. A pesquisa visa melhorar





essas práticas em ambientes urbanos, especialmente em regiões fronteiriças afetadas por crises ambientais e sociais, promovendo um desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo. A migração venezuelana para áreas fronteiriças, como Boa Vista/RR, intensificou questões de gentrificação e exclusão social, desafiando a implementação de políticas de WASH. O projeto propõe adaptar práticas de WASH para mitigar os efeitos da gentrificação e promover a inclusão social em áreas de migração. O problema central é: "Como as práticas de WASH podem ser adaptadas e implementadas em áreas fronteiriças afetadas pela migração venezuelana, combatendo a gentrificação e a exclusão social e garantindo a equidade no acesso a serviços essenciais de água e saneamento?" A relevância do tema está na necessidade de enfrentar os desafios complexos da implementação de práticas de WASH em áreas fronteiriças, especialmente em contextos de migração em massa. Essas regiões frequentemente lidam com intensa movimentação humana, pressionando infraestruturas existentes. A pesquisa justifica-se pela urgência em desenvolver abordagens de WASH sustentáveis, resilientes e capazes de atender diversas necessidades populacionais. O arcabouço teórico inclui a dinâmica da migração, fronteiras e os impactos sociais da gentrificação e exclusão, essenciais para entender desafios e oportunidades na implementação de políticas e práticas de WASH em contextos de migração massiva. Abordagens sustentáveis e centradas na comunidade são cruciais para o sucesso dos programas de WASH, especialmente em regiões de crise e com recursos limitados. A gentrificação e exclusão social, exacerbadas pela migração em massa, afetam a acessibilidade e qualidade dos serviços de WASH, sublinhando a necessidade de políticas inclusivas. O anteprojeto propõe uma investigação interdisciplinar das práticas de WASH em áreas fronteiriças afetadas pela migração venezuelana, oferecendo soluções práticas e políticas aplicáveis globalmente, contribuindo para a literatura existente e reforçando a importância de abordagens colaborativas e culturalmente sensíveis.

ESTATUTO DOS INDÍGENAS PORTUGUESES DA GUINÉ, ANGOLA E MOÇAMBIQUE: REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO COLONIAL DE INDÍGINA COMO CATEGORIA SOCIORACIAL

Alberto João Nhamuche
Universidade do Estado do Amazonas
ajn.mic23@uea.edu.br

Cristiane da Silveira
Universidade do Estado do Amazonas

Susy Rodrigues Simonetti
Universidade do Estado do Amazonas

Moçambique é um dos países da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa - CPLP, e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOP. Trata-se de um país localizado na costa oriental da África Austral, que tem como limites: a norte, a Tanzânia; a noroeste, o Malawi e a Zâmbia; a oeste, o Zimbábue, a África do Sul e a Suazilândia; a sul, a África do Sul; a leste, a secção do Oceano Índico designada por Canal de Moçambique. A sua integração nos grupos de países acima referenciados não foi por acaso, pois resulta do seu processo histórico relacionado com o sistema colonial. Aliás, ambas as organizações são de países adjacentes ao colonizador, ou seja, são constituídas por países colonizados por Portugal. Neste contexto o presente trabalho possui como objetivo realizar uma análise da construção das relações raciais do colonialismo português na África lusófona a partir da problematização do Estatuto dos Indígenas Portugueses da Guiné, Angola e





Moçambique (1954). Intentamos realizar uma crítica ao colonialismo e seu impacto nas relações raciais em Moçambique, em toda a sua complexidade a partir de autores como Almeida, 2021; Fanon, 2008; Quijano (2005); Todorov (1999), entre outros. Como principais resultados identificamos que o termo “indígena” em Moçambique foi uma categoria colonial construída para justificar, legitimar e institucionalizar as desigualdades sociais baseadas na ideia de raça. Outrossim, o Estatuto foi concebido como instrumento jurídico político de manutenção da ideologia e poder de Portugal Colonial através da segregação e hierarquização dos seres humanos colonizados. Autores como

Palavras-chave: Colonialismo; Relações raciais; Estatuto dos Indígenas, Moçambique

VOZ ANCIÃ: INTERFACES ENTRE MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE MANUEL RIBEIRO E DOS POVOS INDÍGENAS DA ALDEIA DA BARREIRA DA MISSÃO DE CIMA TEFÉ/AM

Cristiane da Silveira
Universidade do Estado do Amazonas
csilveira@uea.edu.br

Raimundo Teixeira de Jesus Barradas
Universidade do Estado do Amazonas
rbarradas@uea.edu.br

Resumo: Este texto possui como objetivo construir a trajetória de vida de Seu Manoel Ribeiro, indígena da etnia ticuna, residente na comunidade Barreira da Missão de Cima, no município de Tefé/AM. Seu Manoel foi integrante ativo do movimento indígena nas décadas de 1980 e 1990, lutando pela demarcação de terras indígenas, saúde e educação. A situação histórica dos povos indígenas da Barreira da Missão Em Tefé/AM é semelhante aos processos históricos de exploração e dizimação dos demais povos indígenas do Brasil. Ao longo de sua trajetória essas etnias travaram constantes lutas, quer seja contra outra etnia ou colonizadores. Também, como estratégia de sobrevivência os povos indígenas deixaram de se identificar como indígena, em razão do processo de extermínio dessa população e da discriminação da sociedade não-indígena, ainda nos idos do século XVIII, como descreve Maciel (2003). A partir da década de 1970 temos a organização do movimento indígena e a busca pela afirmação de suas identidades. Entendemos que ao construir sua trajetória de vida significa escrever mais uma página do movimento indígena do Médio Solimões e possibilita levantar discussões sobre as questões indígenas no Brasil, de ontem e de hoje. Como resultado da construção da biografia de Seu Manoel Ribeiro buscamos a valorização da cultura e da história dos povos originários. Trabalhamos com autores como Faulhaber (1998); Maciel (2003); Bartolomé (2010); Davi Kopenawa, Bruce Albert (2015), Krenak (2020a, 2020b, 2023), entre outros.

SUJEITO “OCULTO”: O FIXER NO CONTEXTO DAS REPRESENTAÇÕES DO JORNALISMO INTERNACIONAL SOBRE A CRISE YANOMAMI

Emmily Dayanna dos Santos Melo (Apresentadora) Universidade Federal de Roraima
emmilymelo@gmail.com

Vângela Maria Isidoro de Moraes - Universidade Federal de Roraima
vangela.morais7@gmail.com





Este artigo é parte de uma pesquisa em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima, cujo objetivo principal é compreender, por meio de um olhar endógeno, a contribuição do fixer para a cobertura do jornalismo internacional sobre a crise sanitária e humanitária na Terra Indígena Yanomami, em Roraima. Fixer é um profissional local de apoio aos jornalistas correspondentes, sendo definido como alguém hábil a fazer com que as coisas aconteçam. Nesse contexto, os bastidores de uma atividade jornalística que destaca um tipo de saber local são também uma forma de compreender o pano de fundo das representações sobre a crise Yanomami e os desafios socioambientais que cercam essa questão. A descrição e o estudo dessa vivência profissional em torno de duas produções para a TV Al Jazeera English e para a TV NOS, da Holanda, demonstram as formas de atuação do fixer, ao mesmo tempo em que articulam aportes teóricos da notícia e noticiabilidade (Traquina, 2008), da experiência (Larrosa, 2002) e das tensões e conflitos acentuados pela intensificação das invasões dos territórios indígenas e a extração ilegal de minérios como uma das múltiplas frentes de discussão da ecologia política (Souza, 2019). Esse relato inicial indica especificidades e trocas no campo do jornalismo contemporâneo e agenda novas discussões sobre a cultura profissional e os desafios amazônicos.

TERRITÓRIOS EM DISPUTA – UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS DE BOA VISTA NO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

Tácio José Natal Raposo

Programa de Pós-graduação em Geografia PPGEO/UFRR

tacior1@yahoo.com.br

Tony Guarmielle Barbosa Ribeiro

Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional PPLUR/UNIVAP

A cidade de Boa Vista – RR reúne características singulares no que se refere à ocupação e conformação espacial do seu território, características que de algum modo estão relacionadas à heterogeneidade da sua população, a multiplicidade étnica, como também pela crise migratória vivenciada nos últimos anos, cenário este que sugere um elevado grau de complexidade para se desenvolver, sob o ponto de vista governamental, políticas públicas capazes de assegurar e ao mesmo tempo legitimar a efetiva participação popular, sem perder de vista a necessidade de reconhecimento e afirmação dessa diversidade. Diante deste quadro, o presente estudo se debruça sobre a qualidade da participação dos povos originários das Terras Indígenas São Marcos, Serra da Moça, Truaru, no processo de revisão do Plano Diretor, deflagrado pelo poder público municipal em 2023. Estabelece o Estatuto das Cidades que o plano diretor é o principal instrumento da política urbana, responsável por mitigar as desigualdades socioespaciais, devendo, por essa mesma razão, ser conduzido de forma amplamente participativa e democrática, tendo em vista a multiplicidade de interesses em disputa. Por sua vez, há em Boa Vista um intenso e legítimo movimento de grupos de indígenas que buscam afirmação, visibilidade e protagonismo na produção da política urbana, exatamente por meio do processo de reterritorialidades, que consiste na disputa e na retomada dos territórios tradicionalmente ocupados. Reside neste aspecto o problema de pesquisa neste estudo: seria possível compatibilizar as disputas legítimas na produção da política urbana em um município que conta com três Terras Indígenas? A verificação da consistência da participação das comunidades indígenas neste processo se dará através do indicador analítico proposto por Souza (2006) e tem como premissa o Direito à Cidade. Busca-se avaliar a quantidade e qualidade das reuniões comunitárias, audiências públicas e diálogos ampliados realizados em 2023 e 2024 envolvendo as comunidades, lideranças e grupos de indígenas na cidade de Boa Vista, bem como analisar os





produtos disponibilizados pelo poder público municipal, tais como o plano de comunicação, relatórios de escuta e diagnósticos da percepção social. Os resultados preliminares da pesquisa apontam para uma baixa participação e envolvimento das comunidades indígenas, além de falhas na condução das escutas comunitárias que sugerem a necessidade de supressão, mudanças e novas proposta a serem incorporadas ao Plano Diretor.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 41 - POVOS INDÍGENAS, MEMÓRIAS ANCESTRAIS E O ENSINO DA ETNOHISTÓRIA

Coordenação:

Vanderlúcia da Silva Ponte - Universidade Federal do Pará (UFPA)

Magno kamiran Tembé – Escola Estadual Francisco Magno Tembé

Érico Alves Silva Muniz - Universidade Federal do Pará (UFPA)

Resumo do Simpósio Temático: A partir da década de 1970 o campo da história indígena tomou novos rumos, graças, em grande medida, ao diálogo interdisciplinar entre história e antropologia. Ainda que esse campo tenha tido grande impulso, ainda é lacunar o debate da etnohistória na perspectiva do ensino. Como salientou John Monteiro (2003), o projeto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), gestado pelas ideias de Von Martius e Adolfo Varnhagen não só deslegitimaram os indígenas na construção do Projeto Nacional, como negaram-lhes a possibilidade de uma história indígena, alicerçando, assim, na historiografia brasileira, o lugar dos indígenas ao passado, ao registro museológico e, portanto, consolidando no pensamento social brasileiro, como podemos constatar nos livros didáticos até hoje, a imagem dos indígenas ao século XIX, como os ancestrais míticos da nação. O Seminário Temático se propõe a debater os processos que produziram o esquecimento e as memórias dos povos indígenas, sobretudo os dispositivos do poder colonial e as agências indígenas para restituir suas etnohistórias. As transformações sociais e históricas operadas no campo indígena e do indigenismo serão tratadas como fenômenos socioculturais envolvendo dimensões da etnohistória e da cosmologia, explorando aspectos contraditórios e ambíguos nas relações sociais, considerando também os contextos intersocietários e as dimensões da memória ancestral, com que se busca compreender o protagonismo e a “agency” permanentemente exercida pelos indígenas, seja por meio de festas-rituais, de narrativas orais, objetos e artefatos.





POVOS INDÍGENAS: AS REPRESENTAÇÕES DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO NA DISCIPLINA DE HISTÓRIA EM BOA VISTA/RORAIMA

Jessinara Maciel Lima
UFRR
jessinaralima19@gmail.com

Maria Luiza Fernandes
maria.luiza@ufr.br

Ao longo da História do Brasil os povos indígenas foram sendo representados a partir de um olhar eurocêntrico. Inúmeros relatos de viagens ressaltaram aspectos negativos. A divulgação dessas narrativas moldou o imaginário e contribuiu com uma justificativa para o processo da imposição a esses povos. A construção da história nacional pelo IHGB também contribuiu com essa visão, os colocando nas margens dessa história. Portanto, o imaginário estereotipado que muitos dos brasileiros têm sobre os povos indígenas foi uma construção que se perpetuou ao longo dos séculos. Desta forma, por meio da aplicação de um questionário com 51 estudantes do 3º ano do ensino médio, a pesquisa busca apresentar como esses alunos de uma escola pública de Boa Vista/Roraima, têm representado os povos indígenas na atualidade. Percebemos que permanece uma visão estereotipada e preconceituosa. Esses povos estão cada vez mais conquistando a visibilidade nos espaços públicos, ocupando frentes importantes na política e educação, lutando por seu reconhecimento na história, como agentes atuantes e contribuintes na formação da sociedade brasileira. Uma dessas vitórias é a Lei 11.645 de 2008, que determina a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena nas escolas, com o objetivo de superar os preconceitos e estereótipos. Ao perguntar se os alunos estudaram a história dos povos indígenas durante o ensino médio, 31,4% responderam que não, evidenciando que ainda existem falhas quanto ao cumprimento da lei. A pesquisa também evidencia a importância dos estudos históricos decolonial, entendendo ser um passo importante na contribuição do conhecimento sobre os povos indígenas e trazendo uma reflexão da atuação destes ao longo da história.

CIENTIFICIDADE DO CONHECIMENTO TRADICIONAL INDÍGENA: POR UMA ANTROPOLOGIA INDÍGENA

Jhones Tebier da Silva
Universidade Federal de Roraima UFRR
jhonestebier@gmail.com

O trabalho a seguir trata da problematização do que pode ser considerado ciência partindo da perspectiva científica europeizada, sendo aquela que a partir da dominação se legitima, determina e induz uma definição categórica de todo o saber científico e cientificista, enquadrando e marginalizando todo e qualquer forma de saber que se expresse dentro ou fora do arquétipo científico pré-determinado. Partindo da antropologia, o trabalho em vista busca refletir sobre como é dada, tida e vista os conhecimentos tradicionais que estão dentro de uma ciência minorizada, categorizada e/ou negada como um saber científico, tido somente como “saber tradicional”. Fazendo uma analogia antropológica simbólica da narrativa dos autores aqui retratados, da vivência da comunidade e moradores à vivência no centro urbano, busca-se notar como os saberes, europeu e tradicional divergem em suas aplicações e categorizações do que vem a ser e no que pode ser ciência, na qual se tem em suma a observação das particularidades dos modelos científicos sociais. Tendo em





vista a colonização, busca-se a partir dela e do modelo social que a impôs, observar os movimentos sociais anticolonial que se formam em torno de uma resistência social/cultural dos povos que historicamente sofrem com a colonização, reivindicando a partir dos modelos tecnológicos e científicos na qual obrigados a enquadrar-se, buscando a expansão e através da expressão simbólica, o respeito, a legitimação de seus saberes ancestrais enquanto ciência, e principalmente a preservação desses saberes assim como as suas cosmovisões e imparidades culturais/sociais. Observando as narrativas dos autores indígenas citados, retrata-se uma particularidade científica, na qual, por meio dos saberes expostos aqui e por eles, o saber ancestral sempre foi tido pela ciência dominante em geral como mitológica, mágica, mística e natural, por serem como vemos na antropologia, a ciência do outro, que se faz a partir da observação do outro, fazendo sempre uma categorização dos modelos científicos tradicionais serem dirigidos a um ponto comum da ciência dominante, a domesticação científica, a partir da colonização dos saberes, língua, cosmologia e cosmogonia, legitimando sempre, o modelo euro centrado científico e superior, de fazer ciência.

Palavras-chave: Antropologia. Ciência. Conhecimento Indígena. Colonização.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 42 - AS SOCIEDADES INDÍGENAS NO PERÍODO REPUBLICANO: AS FONTES E SEUS USOS NA COMPREENSÃO DE SUAS AGÊNCIAS

Coordenação:

Cesar de Miranda e Lemos – Professor do Instituto de História/IH-UFRJ.

Maria Antonia Menezes (PPGH/UFF).

Vitória Luyza Cardoso Barbosa (PPGHIS/UFRJ)

Resumo do Simpósio Temático: O presente Simpósio Temático objetiva receber trabalhos e pesquisas voltados para a História Indígena, baseados nos saberes historiográficos, etnohistóricos e/ou no Ensino de História Indígena e no saber histórico escolar, que abordem as diversas formas de protagonismo exercidas pelos povos indígenas durante o período republicano, considerando as relações críticas entre as políticas indigenistas e as políticas indígenas na contemporaneidade. Tomando como exemplo a recente parceria para cooperação técnica entre a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e o Arquivo Nacional/AN, que visa unir forças em prol de uma política de gestão documental e arquivística com ênfase no direito à memória e às histórias dos povos indígenas, este Simpósio receberá produções que debatam os lugares das fontes na compreensão das agências indígenas. Serão bem-vindos trabalhos direcionados para temas como noções de produção do conhecimento como estudos de casos e suas historicidades, Justiça de Transição e reconhecimento de direitos, polissemia das fontes, oralidade e a pluralidade de lugares e arquivos de memórias sobre a temática em tela.





A FESTA QUE O ESTADO NOVO ESCOLHEU CELEBRAR: A CRIAÇÃO DO DIA DO ÍNDIO NO BRASIL E SUA CELEBRAÇÃO NA SEMANA DO ÍNDIO E NO POSTO INDÍGENA DE NACIONALIZAÇÃO GUIDO MARLIÉRE NO ANO DE 1944

Beatriz dos Santos da Silva
Universidade Federal do Rio de Janeiro
biadsantos0930@gmail.com

Cesar de Miranda e Lemos
Universidade Federal do Rio de Janeiro

O Dia dos Povos Indígenas no Brasil foi criado em 1943 pelo presidente vigente da época, Getúlio Vargas, a partir do Decreto Lei Nº 5.540/1943. Na ocasião, a data recebeu a nomenclatura de Dia do Índio, porém, em 2022, foi aprovado o Projeto Lei 5.466/2022, proposto pela advogada indígena Joenia Wapichana, que renomeou a data para Dia dos Povos Indígenas. A adesão do Brasil ao Dia do Índio em seu calendário aconteceu três anos após a realização do Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, em 1940, em Pátzcuaro, México, onde, a partir de longos debates entre diferentes países do continente americano, ficou definido que o dia 19 de abril de cada ano seria reservado para a celebração das sociedades indígenas. Durante o Estado Novo, Vargas tinha como proposta de governo “organizar” o Brasil diante do forjamento de uma nova identidade nacional. Um dos pontos principais dessa política era a integração das sociedades indígenas à nação. Em vista disso, políticas indigenistas foram desenvolvidas a fim de integrar os indígenas à nação e homogeneizá-los. A criação do Dia do Índio foi um dos artifícios utilizados pelo governo que serviu como método de controle das sociedades indígenas. Portanto, esse trabalho busca explorar o processo de criação do Dia do Índio no Brasil em 1943, durante o período do Estado Novo. Na tentativa de entender a metodologia adotada pelo governo de Getúlio Vargas na prática das políticas indigenistas, buscamos compreender os interesses por trás da criação do Dia do Índio e a forma como a data foi inserida e comemorada na sociedade brasileira. Para tal propósito, analisamos dois documentos produzidos pelo governo estadonovista, que relatam como foram as celebrações do Dia do Índio, em 1944, na capital do Brasil, Rio de Janeiro, e no Posto Indígena de Nacionalização Guido Marliére, em Minas Gerais. Nesse sentido, defendemos que a criação do Dia do Índio esteve inserida dentro de um complexo projeto político que visava a homogeneização das sociedades indígenas a partir de sua nacionalização. A ritualização do Dia do Índio tinha como objetivo o resgate simbólico das memórias das sociedades indígenas a fim de criar um “novo” indígena que fosse eleito, pelo governo, o verdadeiro símbolo da brasilidade. Portanto, adotamos o conceito de Pierre Nora (1993) acerca dos lugares de memória e entendemos o Dia do Índio como um lugar de memória capaz de estabelecer uma relação com o passado, e assim, resgatar narrativas submersas e ocultas, mas também contestar narrativas ditas como verdades absolutas.

A CONSTRUÇÃO DA ÁREA DE HISTÓRIA INDÍGENA NO INSTITUTO DE HISTÓRIA/IH DA UFRJ: DEMANDAS E DESAFIOS

Cesar de Miranda e Lemos
Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ
cesarlemosufrj@gmail.com

Pesquisas em História Indígena, baseadas nos saberes historiográficos, etnohistóricos e/ou no Ensino de História Indígena e no saber histórico escolar, que abordem as diversas formas de protagonismo





exercidas pelos povos indígenas durante o período republicano, considerando as relações críticas entre as políticas indigenistas e as políticas indígenas na contemporaneidade. Tomando como exemplo a recente parceria para cooperação técnica entre a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e o Arquivo Nacional/AN, que visa unir forças em prol de uma política de gestão documental e arquivística com ênfase no direito à memória e às histórias dos povos indígenas, este Simpósio receberá produções que debatam os lugares das fontes na compreensão das agências indígenas. Serão bem-vindos trabalhos direcionados para temas como noções de produção do conhecimento como estudos de casos e suas historicidades, Justiça de Transição e reconhecimento de direitos, polissemia das fontes, oralidade e a pluralidade de lugares e arquivos de memórias sobre a temática em tela.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 43 - O INDÍGENA COMO O « OUTRO » NAS CIRCULAÇÕES TRANSCULTURAIS

Coordenação:

Maria Elizabeth Chaves de Mello (UFF/CNPq/FAPERJ)

Maria Ruth Machado Fellows (UERJ)

Resumo do Simpósio Temático: O simpósio «O indígena como o outro, nas circulações transculturais» propõe uma reflexão sobre o encontro entre povos, quando o outro é o nativo, o indígena, e o mesmo é o supostamente 'civilizado', europeu e branco. Esse encontro provoca, ao mesmo tempo, arrogância, julgamentos preconceituosos, mas também deliciosas descobertas, empatia, solidariedade humana. Na Europa, desde o Renascimento, viajantes, aventureiros, partem em viagem, atraídos pelas narrativas sobre o Novo Mundo. Muitos deles passam a escrever para contar suas próprias aventuras. Muitos missionários também escrevem sobre os povos com os quais entram em contato. Esses textos estão repletos de histórias fantásticas, impregnadas do imaginário, o que atrai e repele os leitores, que ficam fascinados, mas, ao mesmo tempo, incrédulos diante do que leem. Nosso simpósio propõe discussões sobre essa troca de olhares e sobre a recepção do público leitor, diante desse intercâmbio de povos, línguas e culturas. Esse diálogo de culturas, na literatura de viagem e nas narrativas ficcionais, em poemas e outros gêneros textuais, contribuíram e contribuem para a formação da identidade nacional dos povos americanos. Nosso simpósio visa estudar e refletir sobre as relações interculturais resultantes dessas descobertas de outros mundos, outras culturas, outros povos. Nossas reflexões se originam na leitura de textos de viajantes estrangeiros que vieram ao Brasil, aqui viveram algum tempo e escreveram sobre o que viram dos povos originários. Mas pouco se tem de material escrito sobre o que diz o outro, o indígena, o que enriqueceria as discussões sobre as circulações transculturais entre o Brasil e a Europa.





TÍTULO DA COMUNICAÇÃO: UM TEMPO EM QUE ANIMAIS FALAM (NA OBRA DE GODOFREDO DE OLIVEIRA NETO)

Maria Elizabeth Chaves de Mello
Universidade Federal Fluminense
Apoio: CNPQ, FAPERJ

O livro *Ana e a margem do rio*, de Godofredo de Oliveira Neto, não é um livro para crianças, embora seja classificado como tal. Também não é exatamente um romance, como querem muitos. É uma narrativa (que inclui e acrescenta várias narrativas) de uma busca identitária, de uma procura das origens, em plena Amazônia real, ficcional e mítica. Ana é uma pequena indígena adolescente, criada em um abrigo para crianças órfãs da região. Educada pelas freiras salesianas, com nome de origem judaico-cristã – ANA –, ela carrega o mais simples dos nomes femininos da língua portuguesa, nome que é anagrama de si mesmo, que se diz de trás para a frente e da frente para trás. Ana é princípio e origem, para a frente ou para trás. É uma página em branco, mas, para Ana, a busca da identidade é muito séria. Se o nome é nada, ou quase nada significa, Ana é a narradora do livro e o escreve com o intuito de resgatar as narrativas do seu povo, que a sua mãe lhe contava, em uma tentativa desesperada de salvar a cultura Nauá. O nome Ana, também, é quase anagrama de Nauá e, assim, entramos num jogo meio labiríntico, em que a procura pela identidade chega quase ao abismo. Ana escreve no abrigo para orfãos, às margens do rio Amazonas. O cenário é exuberante, a natureza majestosa é povoada de animais, alguns ferozes, outros pacíficos. A Amazônia surge em todo o seu esplendor, na sua mitologia e nos personagens fabulosos. Todos pensam e falam, humanos e animais. Ana escreve. Sua luta é a literatura, com a qual ela briga, também, pelo seu povo. Literatura a serviço da causa identitária. Nas narrativas Nauá, os animais falam, comentam, conversam. São sábios, de uma sabedoria ancestral, atemporal, mítica. Ana quer mostrar isso à cultura dominante, quer afirmar o seu povo, quer que ele e sua cultura sobrevivam. Escreve, escreve, escreve. E quanto mais escreve, mais uma narrativa puxa outra, ela vai tecendo uma rede, qual uma Penélope moderna, qual uma Sheerazade amazônica. A literatura é rede, é teia em busca de si, é encontro com as raízes, é encontro com o outro. E o livro de Godofredo de Oliveira Neto leva o leitor a pensar em tudo isso...

Palavras-chave: Amazônia, animais, fábulas

O OLHAR ESTRANGEIRO SOBRE O POVO SELVAGEM

Profa. Dra. Mônica Fiuza Bento de Faria
UFF
monicafiuzaabf@gmail.com

Este trabalho, que surge do projeto de pesquisa *A NARRATIVA ENTRE A FICÇÃO E O DOCUMENTO, ENTRE O MESMO E O OUTRO*, pretende refletir sobre a população indígena, vista pelo olhar estrangeiro, viajantes franceses do século XIX. Para tal, pesquisamos e traduzimos alguns capítulos, do livro *Viagem pelo mundo, por ordem do Rei*, publicado em 1827, de Louis Claude de Saulces de Freycinet (1779-1842), que comandou uma expedição científica de circunavegação do globo terrestre, a bordo de duas corvetas: *Uranie* e do *Physicienne*. Entre 1817 e 1820, Freycinet fez duas escalas na então capitania do Rio de Janeiro dedicando um capítulo de seu livro à população indígena desta província: capítulo VII, intitulado “Povos selvagens do Rio de Janeiro na época da chegada dos Europeus”. Título que por si só nos conduz à reflexão.





TERRA PAPAGALLI – UM RETRATO CÔMICO DO NOVO MUNDO

Carlos Eduardo do Prado
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
cadupradofr@gmail.com

As imagens do Novo Mundo que circulavam na Europa haviam sido disseminadas exclusivamente por meio de relatos de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII. Como o Brasil ainda não era uma nação e não havia formado sua própria identidade, a produção e a documentação do país em língua portuguesa, seja em Portugal ou na colônia, não foram tão essenciais para a construção das imagens que circulavam entre as cortes europeias. Em outras palavras, foram os relatos de viajantes que aqui chegaram, escritos por homens de diferentes nacionalidades e após observações muitas vezes não tão fidedignas, que deram origem a um vocabulário relativo ao Brasil e a seus habitantes sob a perspectiva de outrem, e não daqueles que aqui viviam. Viajar para esses novos lugares significava entrar em contato com o desconhecido e, de certa forma, experimentar uma nova maneira de ver as coisas. Em Terra Papagalli, livro que combina literatura e história, os autores usam o humor e a ironia para reconstruir imagens do país nos primeiros anos de seu descobrimento, por meio das experiências do personagem principal, o exilado Cosme Fernandes, mais conhecido como Bacharel. A partir das anotações em seu diário, Bacharel narra suas aventuras no Novo Mundo e dessacraliza completamente a história oficial do descobrimento do país. Diante deste panorama, este trabalho tem como principal objetivo identificar, compreender e propor uma discussão sobre a representação da identidade brasileira no livro Terra Papagalli, uma identidade frequentemente marcada pelo exotismo e pela ambiguidade.

A REPRESENTAÇÃO DA MULHER INDÍGENA A PARTIR DAS VOZES DE MULHERES VIAJANTES NO CENÁRIO AMAZÔNICO

Leidiane Leite Nascimento
UFR
leidiane.leitte@hotmail.com

Sheila Praxedes Pereira Campos
UFRR
sheilapraxedes@hotmail.com

Este estudo apresentará impressões parciais acerca das múltiplas faces da Amazônia a partir das perspectivas das viajantes Elizabeth Cary Agassiz na obra Viagem ao Brasil 1865 – 1866, obra editada na Europa em 1867, com base no diário da expedição científica Thayer, dirigida pelo naturalista Louis Agassiz, Elizabeth viajou pelo Brasil Imperial, do Rio de Janeiro ao Amazonas, com o objetivo de realizar um levantamento biogeográfico, é considerada a primeira cronista social sobre a Amazônia e Marie Octavie Coudreau em Viagem ao Cuminá – 20 de abril a 7 de setembro de 1900, primeira mulher a fotografar a Amazônia, iniciou suas viagens exploratórias ao lado do marido Henri Coudreau, na Guiana Francesa e depois seguiu pela região amazônica brasileira, a obra leva o selo da Editora Pública Dalcídio Jurandir e foi organizada e traduzida do francês para o português pela professora e pesquisadora Marie Helen Catherine Torres. Em uma virada de século, muitas percepções podem ser modificadas e em consequência, novos olhares também surgem acerca de uma sociedade cheia de complexidade e peculiaridades. O intuito da análise, é considerar dois





momentos da história, a atuação de duas mulheres em um contexto semelhante, mas com vivências diferentes. Assim, comparar as duas obras e conceber o que permaneceu igual e o que foi modificado no que diz respeito, especialmente, aos aspectos comportamentais das mulheres indígenas no círculo social, doméstico e matrimonial, ou seja, a representação sobre a imagem da mulher amazônica, e as concepções de autonomia feminina na visão das duas viajantes.

A QUEDA DO CÉU: DESAFIO À INCOMPREENSÃO PERSISTENTE DA VOZ DOS INDÍGENAS

Maria Ruth Machado Fellows

UERJ

mariaruthmf@gmail.com

“os brasis, ainda depois de crer, são incrédulos” é uma citação retirada dos sermões do Padre Antônio Vieira, jesuíta português que viveu boa parte de sua vida no Brasil do século XVII. Ela revela não somente sua percepção sobre os indígenas, os “brasis”, mas, também, quem era esse europeu dos seiscentos, disposto a evangelizar os gentios. Assim como ele, muitos outros que aqui estiveram registraram impressões semelhantes, impressões essas que não apresentam qualquer indício de escuta da voz do outro, o que não nos surpreende, visto que, naquele momento, ainda estávamos muito distantes do que entendemos, hoje, como alteridade. O que nos provoca um grande espanto é encontrar, trezentos anos depois, registros de mesmo teor, produzidos por missionários, apesar de tanta pesquisa, tanto estudo, tanto trabalho realizado buscando compreender esse outro. Talvez, essa incompreensão ainda não tenha sido superada porque é preciso que o outro tome a palavra e que ele seja escutado; é preciso que ele se explique, mesmo que depois de ouvi-lo ainda nos seja difícil entendê-lo. Este trabalho tem como objetivo ouvir esse outro através do texto A queda do céu, ditado pelo xamã Yanomami Davi Kopenawa e registrado pelo antropólogo francês Bruce Albert, que foi pensado para nós, napë, no intuito de nos fazer entender quem é esse outro. Tarefa impossível?

VIAJANTES E NARRADORES: CIRCULAÇÃO ENTRE NARRATIVAS INDÍGENAS E CONTOS CLÁSSICOS TRADICIONAIS

Sheila Praxedes Pereira Campos

Universidade Federal de Roraima

sheilapraxedes@hotmail.com

A presença de viajantes, exploradores e missionários na Amazônia trouxe impactos que ultrapassam questões ambientais ao provocar profundas interferências no modo como a região passa a ser interpretada (como apontam diversos estudos, entre eles o da professora Neide Gondim ao tratar de uma certa “invenção da Amazônia”). A “interferência” desses viajantes pode ser sentida em diversas narrativas indígenas que deixam entrever as marcas dessas interferências no entrelaçamento de contos clássicos tradicionais (os pertencentes ao cânone literário habitual) com narrativas indígenas. Nesse sentido, o impacto do viajante e da literatura de viagem produzida por ele passa a ser a tônica da proposta aqui apresentada com foco na recente discussão sobre as artes verbais e não verbais indígenas e sobre o modo como se realiza a circulação dessas artes no âmbito dessas culturas e em outros contextos externos. A comunicação intenta discutir alguns resultados oriundos de pesquisa desenvolvida como iniciação científica (CNPq/UFRR 2023-2024), e que toma como objeto as narrativas coletadas no escopo do Projeto Pantan Pia’ (CNPQ 2006-2020), liderado pelo professor Devair Fiorotti, e as narrativas inseridas em Filhos de Makunaimi: vida, história, luta, ou vai ou racha,





a luta continua (publicação do Conselho Indígena de Roraima de narrativas coletadas por professores da Região Raposa Serra do Sol, 2004). O recorte proposto para o Simpósio “O indígena como o ‘outro’ nas circulações transculturais” aponta para as relações e interferências entre as narrativas tradicionais (não-indígenas) e as narrativas indígenas (coletadas no projeto). A discussão também trata de processos resultantes de contatos culturais, como os de trocas, transferências, circulação e atualizações, considerando como são elaborados e recriados os novos textos resultantes do encontro com o outro e investigando os vestígios deixados no modo de narrar dos narradores indígenas e suas artes verbais.

Palavras-chave: Narradores e Viajantes; Narrativa Indígena; Conto Tradicional; Circulação e Atualização.

UM TEMPO EM QUE ANIMAIS FALAM (NA OBRA DE GODOFREDO DE OLIVEIRA NETO)

Maria Elizabeth Chaves de Mello
FAPERJ
bethcmello@gmail.com

O livro Ana e a margem do rio, de Godofredo de Oliveira Neto, não é um livro para crianças, embora seja classificado como tal. Também não é exatamente um romance, como querem muitos. É uma narrativa (que inclui e acrescenta várias narrativas) de uma busca identitária, de uma procura das origens, em plena Amazônia real, ficcional e mítica. Ana é uma pequena indígena adolescente, criada em um abrigo para crianças órfãs da região. Educada pelas freiras salesianas, com nome de origem judaico-cristã – ANA –, ela carrega o mais simples dos nomes femininos da língua portuguesa, nome que é anagrama de si mesmo, que se diz de trás para a frente e da frente para trás. Ana é princípio e origem, para a frente ou para trás. É uma página em branco, mas, para Ana, a busca da identidade é muito séria. Se o nome é nada, ou quase nada significa, Ana é a narradora do livro e o escreve com o intuito de resgatar as narrativas do seu povo, que a sua mãe lhe contava, em uma tentativa desesperada de salvar a cultura Nauá. O nome Ana, também, é quase anagrama de Nauá e, assim, entramos num jogo meio labiríntico, em que a procura pela identidade chega quase ao abismo. Ana escreve no abrigo para orfãos, às margens do rio Amazonas. O cenário é exuberante, a natureza majestosa é povoada de animais, alguns ferozes, outros pacíficos. A Amazônia surge em todo o seu esplendor, na sua mitologia e nos personagens fabulosos. Todos pensam e falam, humanos e animais. Ana escreve. Sua luta é a literatura, com a qual ela briga, também, pelo seu povo. Literatura a serviço da causa identitária. Nas narrativas Nauá, os animais falam, comentam, conversam. São sábios, de uma sabedoria ancestral, atemporal, mítica. Ana quer mostrar isso à cultura dominante, quer afirmar o seu povo, quer que ele e sua cultura sobrevivam. Escreve, escreve, escreve. E quanto mais escreve, mais uma narrativa puxa outra, ela vai tecendo uma rede, qual uma Penélope moderna, qual uma Sheerazade amazônica. A literatura é rede, é teia em busca de si, é encontro com as raízes, é encontro com o outro. E o livro de Godofredo de Oliveira Neto leva o leitor a pensar em tudo isso...

Palavras-chave: Amazônia, animais, fábulas

CONFIGURAÇÕES DOS POVOS ORIGINÁRIOS NA OBRA MACAGGIANA RAIANE COSTA DOS SANTOS

Raiane Costa dos Santos





Universidade Federal de Roraima - Financiamento pela Capes
raianesantosufr@gmail.com

A maneira como os povos originários brasileiros são retratados na literatura brasileira tem sido extremamente variada ao longo do tempo, incluindo uma grande diversidade de forma que vão desde os heróis medievais, como vistos na obra romântica de José de Alencar em "O Guarani", até os anti-heróis sem caráter, como em "Macunaíma" de Mário de Andrade. Essa diversidade reflete não apenas as mudanças na percepção social dos povos indígenas, mas também as evoluções nas perspectivas e intenções dos próprios escritores ao longo dos anos. Neste estudo, buscamos analisar em profundidade como a figura do indígena é representada em três romances específicos de Nenê Macaggi: "A mulher do garimpo" (1984), "Exaltação ao Verde" (1976) e "Nara-Sué Uarená" (2012). Nenê Macaggi é uma escritora renomada paranaense, que por muitos anos viveu em Roraima. Dessa forma, nosso objetivo primordial é examinar detalhadamente como ela constrói e desenvolve personagens indígenas em suas histórias, investigando as representações, estereótipos e nuances presentes em sua abordagem. Além disso, pretendemos refletir sobre como os trabalhos de Nenê Macaggi se relacionam com a tradição da literatura brasileira em relação aos povos indígenas. Vamos examinar como a autora dialoga com essas tradições, seja adotando o exotismo, estereotipagem ou buscando representações mais autênticas e respeitadas, e como isso se manifesta na construção de seus personagens indígenas. Ao analisar esses romances, esperamos revelar as complexidades e contradições presentes na representação literária dos povos tradicionais do Brasil, contribuindo assim para uma compreensão mais crítica e abrangente das narrativas que influenciaram e continuam a moldar nossa identidade cultural.

VOZES INDÍGENAS NA LITERATURA DE EXPRESSÃO AMAZÔNICA

Kauana de Carvalho Penalva
IFPA-CMI
kauana.penalva@ifpa.edu.br

Lorena de Carvalho Penalva
IFPA-CMI
lorena.penalva@ifpa.edu.br

Os relatos dos primeiros viajantes, missionários, cronistas e cientistas apresentam a Amazônia brasileira com características que geralmente convergem para o mesmo ponto: a perspectiva de cultura única, corroborada pela insistente negação da diferença e da alteridade. Consciente dessa problemática, a proposta é entender a maneira pela qual as formas de alteridade racial/cultural/histórica são demarcadas no texto literário de caráter amazônico, com a finalidade de perceber os limites do discurso representacional de grupos. O corpus desta pesquisa foi formado por uma seleção de textos literários de Milton Hatoum e Márcio Souza, escritores amazônicos que contrariam um tipo de literatura produzida na/ sobre a Amazônia, construindo narrativas que dão visibilidade a sujeitos e culturas subalternizados, como observado em Dois Irmãos (2000) e Cinzas do Norte (2005), de Milton Hatoum, e em A caligrafia de Deus (1994), de Márcio Souza. A intenção é fazer o mapeamento de algumas vozes indígenas que permeiam a escrita desses autores e que auxiliam na análise do estoque de imagens criado desde o processo de colonização e exploração do território amazônico, isso porque se tem a consciência de que essas imagens são imprescindíveis nas relações de identificação desse espaço. Para isso, tomamos como ponto de partida as discussões de Homi K. Bhabha, Stuart Hall, Jacques Derrida, Walter Dignolo e Ana Pizarro, que têm ajudado a





pensar a identidade cultural não como uma essência fixa e homogênea, que se mantém imutável, fora da história e da cultura, mas como um processo que se encontra em constante diálogo e transformação. Com o intuito de problematizar e desestabilizar hierarquias impostas pelo modelo hegemônico, esse trabalho contribui para que sejam ouvidas as vozes e versões silenciadas historicamente, propondo rediscutir epistemologias, discursos e ideias preconceituosas que mantêm estruturas de exclusão e impedem a manifestação da diferença.

SEM TÍTULO

Ana Laura Boeno Malmaceda
Harvard
boenomalmaceda@g.harvard.edu

Os Munduruku são guardiões de uma cosmogonia na qual seu demiurgo, Karosakaybu, ao lado de seu companheiro, Rairu, distinguiram e co-criaram a vida da floresta. Este último, após criar uma ferramenta fantástica, um tatu nascido de galhos de madeira, acaba sem querer cavando o solo profundamente. Lá, encontra uma humanidade inteira debaixo da terra. Esta história de criação e de origem, repleta de conhecimento e práticas, foi narrada pejorativamente por uma das suas primeiras ouvintes ocidentais, a naturalista Elizabeth Agassiz (1822-1907), que estava interessada na futura catequização e no estudo dos grupos indígenas como evidência de ideais supremacistas brancos. Nesta comunicação, analiso o texto para pensar o que a cosmogonia dos Mundurucu pode provocar ecologicamente e em como a sua leitura articulou uma ideia de alteridade colonial, pensando em maneiras de lê-la para além do legado violento deixado pelo fazer científico imperial. A necessidade de Agassiz em diminuir e catalogar essa história será analisada a partir de uma crítica aos discursos mitológicos da revolução científica nos quais Elizabeth, uma catastrofista e criacionista, acreditava. O trabalho faz parte da minha dissertação, um estudo sobre o legado da Expedição Thayer de Harvard (1865-6) na colonização da Bacia do Rio Amazonas.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 44 - ANCESTRALIDADE INDÍGENA NO NORDESTE DO BRASIL

Coordenação:

Takamara Karirí Tapuia Tarairiú (Marinalva Valdevino dos Santos) - UFRN/UFCG

Resumo do Simpósio Temático: A região nordeste do Brasil foi palco dos primeiros contatos colonizadores, sofreu e sofre com os efeitos da colonização que ainda está em curso na nossa sociedade. Por isso, é pertinente discutir, e compreender as realidades que fizeram emergir diversos contextos problemáticos frutos da colonialidade nessa região. O pensamento indígena é estruturado com base em vínculos com a mãe terra e a vivência imersas nas cosmologias sobre sua realidade. Essa forma de viver conectada a terra e a vivência coletiva não se extingue pela mão da colonização, pois aprendemos e seguimos um modo de vida que não se faz na linearidade de um tempo imposto pelo homem branco, mas, é atemporal e nos leva ao contato direto com todos os nossos encantados, a ancestralidade sagrada que nos orienta e fortalece para seguirmos adiante. Ensinando nossas sementes futuras a brotarem e abrindo caminho para esse florescimento. Por isso, todas as formas de nos silenciar fizeram surgir muitos entroncamentos, resistências e dores. Tivemos que nos adaptar e fazer fluir nossas narrativas por diversas trilhas diferentes. No entanto, os povos originários do nordeste do Brasil enfrentam diversos preconceitos na esfera racial, xenofóbica e misógina, entre outros, pois, por muito tempo foi incorporada a ideologia que no nordeste do país não havia indígenas, ou que estes foram assimilados pelo desenvolvimento e surgimento das cidades. Temos o compromisso e o comprometimento de resistir e gritar o contrário, pelo sangue dos nossos e pelas futuras gerações. É necessário fundar epistemologias que dialoguem com diversidade de saberes, principalmente quando questionam a extinção de povos que, vivos, resistem.





LUIZ JOSÉ MACHADO E ANA FONSECA DE MELO, “ÍNDIOS DESTA MESMA FREGUESIA”: HISTÓRIA E GENEALOGIA INDÍGENA NO SERIDÓ (SÉCULOS XIX-XX)

Helder Alexandre Medeiros de Macedo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Financiamento: CNPq
helder.macedo@ufrn.br

O trabalho está contextualizado num esforço de pesquisa que pretende ampliar os horizontes da pesquisa sobre História Indígena, com recorte inicial nos tempos coloniais e chegando até os dias de hoje, e foco no território atualmente conhecido como a região do Seridó, no Rio Grande do Norte, Brasil. O objetivo é demonstrar as possibilidades de reconstrução da árvore genealógica de “índios” e “índias” que viveram na Freguesia do Seridó, entre o fim do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Especificamente, trata da genealogia e descendência dos índios Luiz José Machado e Ana Fonseca de Melo, que migraram da Freguesia de Extremoz – antiga missão indígena de Guajiru, no litoral do Rio Grande do Norte – e se radicaram nas cercanias da Povoação dos Currais Novos, na parte oriental da freguesia, nas primeiras décadas do século XIX. Toma, como premissas metodológicas, o uso combinado do método indiciário e do método onomástico, problematizados por Carlo Ginzburg e Carlo Poni, para a montagem da árvore genealógica com ascendentes e descendentes das pessoas nominadas. Como fontes disponíveis para a pesquisa, foram usados livros de registro paroquial e civil, de cidades do Seridó, consultadas, em algumas vezes, a partir das indicações do banco de dados genealógico do Family Search. A montagem dessa árvore genealógica possibilitou encontrarmos descendentes até a quinta geração de Luiz Machado e Ana de Melo, chegando, portanto, ao século XX; realçou a mobilidade espacial entre os seus descendentes, por diversos espaços do Seridó; e sublinhou a mudança de qualidade (no geral, de índio, para pardo, em uma geração) de um descendente para outro. Caso as pesquisas nesse sentido continuem, a constatação de descendentes de índios e índias, nos dias de hoje, poderá abrir novos olhares para a percepção sobre a presença e história indígena nos sertões, partindo dos descendentes das populações.

Palavras-Chave: Genealogia, sertão, História indígena, Seridó, mestiçagens

ANCESTRALIDADE INDÍGENA NO IFAL-PENEDO E EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Gisele Oliveira de Lima
Instituto Federal de Alagoas - IFAL
PIBIC/IFAL
gisele.lima@ifal.edu.br

Essa pesquisa nasceu muito em função da cidade de Penedo/AL ser patrimônio histórico e arquitetônico tombado pelo IPHAN, por possuir uma forte presença de quilombos tanto dentro da cidade quanto nos povoados. Por conta dos poucos ou inexistentes relatos sobre a origem indígena, resolvemos investigar um pouco mais sobre esta ancestralidade entre os alunos e servidores do Instituto Federal de Alagoas, Penedo e o porquê do silêncio em torno deste tema. Assim, a pesquisa emergiu da necessidade de entendermos esse desconhecimento da origem indígena. A pesquisa foi feita apenas dentro do Instituto Federal de Alagoas - Penedo, garantindo o anonimato. O questionário foi preenchido pelo Google Forms, tendo acesso apenas servidores, terceirizados e estudantes que possuíam e-mails institucionais. Através deste levantamento conseguimos observar o





desconhecimento das origens, ao mesmo tempo houve relatos que tratavam sobre avós, bisavós ou tataravós que eram indígenas. Sendo que estas falas muitas vezes se referiam às “mulheres que foram pegas no mato” ou histórias de que elas “abandonaram sua comunidade porque se apaixonaram”. No entanto, os entrevistados não sabem de qual comunidade elas vieram, em quais condições isso aconteceu, existindo assim um grande silêncio ou um vazio sobre a origem delas. “Índia pega no laço” é uma expressão que ronda as famílias que possui algum traço de miscigenação, muitas vezes é passado de geração para geração sem uma reflexão sobre o que de fato significa, sendo falada como se não tivesse um peso violento. O trabalho busca também analisar de que modo a História do Brasil e a História Indígena contribuíram ou não em relação a certos mitos em torno das comunidades indígenas. Em alguns relatos verificamos que muitas escolas fazem apresentações de grupos indígenas, mas sem um estudo sobre a presença dos diversos territórios indígenas em Alagoas e outros estados, assim como não faz referência a presença dos indígenas na História do Brasil antes da chegada dos brancos até os dias de hoje.

PELAS MEMÓRIAS DE QUEM PISOU NESSE TERRITÓRIO ONTEM, SOMOS UMA NAÇÃO KARIRI QUIXELÔ

Thayrinny Silva
Universidade federal da Paraíba (UFPB)
thayrinny.barbosa2@academico.ufpb.br

Está pesquisa tem como objetivo ressaltar a ancestralidade do sertão nordestino, mais precisamente do Ceará, ao qual o grito vem do povo kariri Quixelô. Dessa maneira é importante relembrar que o Nordeste foi barreira no processo da colonização e o Ceará por alguns anos passou pela negação de sua ancestralidade sendo muito tempo silenciado. Até então o Ceará passou 160 anos de negação de existência indígenas feita pelo o Presidente da Província do Ceara José Bento da Cunha Figueiredo, no qual o mesmo declarava que a população indígena do estado estava extinta e no ano de 1863 fica declarado o fim dos povos indígenas no Ceará. E o que antes era um lugar de diversas nações, agora só tinha espaço para uma única nação, à brasileira. Esse processo de apagamento ressaltou uma grande dificuldade na visibilidade dos povos do Ceará, mais precisamente do Nordeste. Gerando medo nos mais velhos, o que dificultou em reafirmar a condição de quem somos. Porém, sempre estivemos aqui e nessa escrita dialogo de forma afetuosa e reafirmo a identidade que antes foi negada ao nossos mais velhos pois através de nossas escutas atentas podemos reescrever as antigas memórias, uma dessa sendo da minha bisavó do povo do tabaco em que resistiu nas suas práticas mastigado seu sumo de fumo, realizando sua cura como rezadeira, na vida como parteira e na luta como lavadeira, o seu cachimbo carrega o nosso passado ancestral. Em seus relatos orais em que minha avó sempre dizia que a noite o rio Jaguaribe gemia. Nesse contexto nos kariri Quixelô saímos do silenciamento, assim como os antigos na confederação do cariris decidimos colocar fogo na escritas que disseram que estávamos extintos, lutamos através da retomada do tempo e não exatamente contra o tempo. Agora temos famílias que começam a se unir e afirmar suas identidades, pois assim como o rio temos que seguir o fluxo pois rio parado está apodrecido.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 45 - OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: DA EDUCAÇÃO BÁSICA À FORMAÇÃO SUPERIOR

Coordenação:

Maxim Repetto – UFRR

Monique Linciano de Azevedo Costa - UFRR

Resumo do Simpósio Temático: O presente simpósio tem por objetivo promover um debate e troca de experiências sobre os desafios da educação escolar indígena na Amazônia, no Brasil e nas Américas. Podem ser apresentados trabalhos que tragam experiências inovadoras e problematizações sobre este campo de estudo e debate, o qual envolve: práticas pedagógicas e propostas curriculares na educação básica, o ensino de línguas e os desafios linguísticos, os processos de alfabetização e letramento, o ensino de ciências, assim como o estudo da história e das ciências sociais, até a educação especial e a educação de jovens e adultos, inclusive, o acesso, a permanência e as ações afirmativas na formação superior, tanto na graduação como na pós-graduação. Dessa forma, buscamos debater, de forma abrangente, as diferentes situações e dilemas, conflitos e contradições, mas também propostas inovadoras, as conquistas e esperanças educacionais que enfrentam professores e estudantes indígenas.





JUVENTUDE GUERÉM E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: AS POLÍTICAS PÚBLICAS TÊM CHEGADO AO NOSSO POVO?

Carolina Santos Menezes
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
CAPES/CNPq
menezescarolina589@gmail.com

Marta Licia Teles Brito de Jesus
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
marta.licia@ufba.br

Esse trabalho aborda sobre a importância de investimentos em políticas públicas de acesso, para que os povos do campo de modo geral alcancem o ensino superior, focalizando aqui nos povos indígenas, em específico, os jovens de etnia Guerém do território Guerém em Valença/BA. Esse escrito é parte de uma pesquisa de mestrado que se encontra em desenvolvimento, a qual se dedica a investigar sobre a percepção dos jovens da comunidade Orobó-Valença/Ba acerca do acesso ao ensino superior, relacionando-se com as políticas de acesso recentemente implementadas no Brasil. Objetivamos aqui refletir sobre a importância das referidas políticas para que os jovens do Orobó/território indígena Guerém, ingressem no ensino superior. A referida pesquisa se ancora metodologicamente em estudo bibliográfico e pesquisa de campo, utilizando-se como mecanismo de coleta de dados aplicação de questionário com jovens da comunidade Orobó, parte do território indígena Guerém. Os resultados parciais da pesquisa, nos mostra que apesar de muitos desafios os jovens do Orobó estão alcançando o ensino superior, as políticas de acesso ao ensino superior, mesmo que timidamente, estão chegando a esses jovens.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude Guerém. Políticas públicas. Ensino superior

VIVÊNCIANDO A LEITURA E A ESCRITA EM LÍNGUA PORTUGUESA NO CONTEXTO DOS ALUNOS INDÍGENAS: NINUB DIA'AN KAIWEN

Débora Silva Brito da Luz
Universidade Federal de Roraima
debora.brito@ufrr.br

Cidrao Lima Lopes

Denison Calixto da Silva

Dilson Wedukuweni Rocha

Josiel Luiz Wai Wai

Pedro da Silva, Sarney Ribeiro Brasil

Tiago Duarte Junior,

Vanderson da Silva Machado,





Vanessa Souza dos Santos

O presente trabalho tem por objetivo apresentar as práticas pedagógicas e as experiências vivenciadas pela docente e pelos alunos na disciplina de Português Instrumental e Produção Textual III, do Curso de Gestão Territorial Indígena, do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima. A ementa do componente curricular é voltada para o estudo sobre a leitura e análise dos diferentes gêneros textuais em seus aspectos estilísticos e classificatórios, suscitando a produção em diferentes gêneros, considerando os aspectos formais, conceituais e a finalidade destes. A referida disciplina foi desenvolvida com base em textos e produções textuais relacionados às questões indígenas e à realidade dos discentes, de modo a tornar as discussões de sala de aula, socialmente produtivas e relevantes aos estudantes, por estarem contextualizadas e condizentes com suas práticas sociais e ações do dia a dia. Foram trabalhados e produzidos diferentes gêneros textuais como reportagens, poemas, músicas, paródias, memes, resumos, charges, tirinhas. Alguns escritos dos alunos foram organizados e reunidos em formatos de livros (portfólios) que serão apresentados no evento. Observou-se uma participação ativa dos estudantes que costumavam expor suas opiniões, relatar suas experiências e conhecimentos, compartilhar suas vivências e apresentar suas produções.

PERSPECTIVAS E REALIDADES DA EDUCAÇÃO YANOMAMI: POR ENTRE A ESCOLA E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Giseli Deprá
Universidade Federal de Roraima
giselidepra@hotmail.com.br

Maxim Repetto
Universidade Federal de Roraima
maxim.repetto@yahoo.com.br

A educação na Terra Indígena Yanomami tem passado por um contínuo processo de debates. Mesmo com surgimento de um arcabouço legal diverso, que tem por finalidade organizar, orientar e normatizar a educação escolar indígena no país, os Yanomami encontram dificuldades para constituir uma escola que adeque a realidade cultural de seu povo às exigências da educação formal. Neste sentido, a pesquisa aqui apresentada elege como tema de análise as perspectivas e realidades da educação Yanomami: por entre a escola e projeto político pedagógico. Seja pela relevância de obter conhecimentos sobre o contexto histórico da educação escolar deste povo, seja pela necessidade de identificação do processo de formulação das legislações educacionais voltadas para as escolas indígenas e pela finalidade de compreender as principais dificuldades para a concretização dos princípios da educação escolar indígena na Escola Yanomami. E elege-se como principal objeto deste estudo a Escola Yanomami, em especial, a Estadual Indígena Onimatima Yano Watoriki. Este objeto é aqui entendido como um campo de debates entre as expectativas dos indígenas e dos não indígenas. A escolha desta escola localizada na Região de Watoriki, comunidade do Demini, atrela-se ao seu processo histórico que a caracteriza como uma das mais antigas da TIY em Roraima. A ideia de escola, nesse contexto, é o ponto chave para a pesquisa. Ela pode ter se assumido para os Yanomami como um possível instrumento de defesa de seu território, como também no sentido de conhecer e construir outras formas de se relacionar com os não indígenas e adquirir conhecimentos sobre o mundo ao seu redor. Considerando-se a diversidade inerente ao tema, este trabalho, do ponto de





vista transdisciplinar, visa estabelecer um diálogo, podendo fazer emergir contribuições epistemológicos e/ou ontológicos. Destaca-se, contudo, uma inclinação para a escola Histórico-Cultural de Vygotsky, que permite entrever o tema proposto. Os dados, compilados num espaço temporal que permeia a demarcação da TIY e estendem-se até o contexto atual, serão demonstrativos substanciais para visualizar informações sobre a Escola Estadual Indígena Onimatima Yano Watoriki para compreender o que os Yanomami esperam da escola. Desse modo, a realização da pesquisa, constituir-se-á como fonte para que se possa conhecer a realidade escolar das escolas da floresta. A pesquisa se enquadra no eixo temático “Os desafios da educação escolar indígena: da educação básica a formação superior”.

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA EM PERNAMBUCO: RELATO DE EXPERIÊNCIAS DAS AUTORAS

Wellcherline Miranda Lima
Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco
wellcherline@gmail.com

Rosalia Soares de Sousa
Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco
rosalia.sousa@adm.educacao.pe.gov.br

Maria da Conceição Barros Costa Lima
Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco
poderdemaria@hotmail.com

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a educação escolar indígena no estado de PE, através das políticas públicas direcionadas para esse segmento populacional, no período de 2012 a 2022 quando as autoras puderam vivenciar e agora historiar um pouco dessa política. Para tanto, pretendemos demonstrar que os povos indígenas de PE estiveram em um processo de construção da sua história e do seu currículo considerando sua ancestralidade com apoio da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. Diversos materiais foram construídos por eles e apresentados, inclusive, em eventos como a Bienal Internacional do Livro e outros. Nessa perspectiva, destacaremos os aportes legais, as políticas públicas, experiências e construção de materiais dos povos indígenas. Esperamos contribuir para incentivar a pesquisa sobre a temática supracitada consciente da necessidade de investir em políticas públicas que incentive o protagonismo dos povos indígenas, seu papel sociopolítico, cultural e educacional na perspectiva da realidade desses povos.

Palavras-chave: Educação escolar indígena; povos indígenas; currículo

A PROPOSTA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO CONTEXTO DE RORAIMA: UM OLHAR PARA A CONSTRUÇÃO DO DOCUMENTO CURRICULAR ESTADUAL

Monique Linciano de Azevedo Costa
Universidade Federal de Roraima
moniquelincianocosta@gmail.com

Maxim Repetto





Universidade Federal de Roraima
maxim.repetto@yahoo.com.br

O presente trabalho apresenta uma pesquisa inicial sobre a proposta curricular para a educação escolar indígena em Roraima a partir da análise do Documento Curricular Estadual (DCR). É, portanto um estudo pautado na abordagem qualitativa que analisa documentos e referenciais bibliográficos que tratam das especificidades da Educação Escolar Indígena no Brasil e no estado de Roraima. No que tange à realidade de Roraima é necessário enfatizar que a Rede Estadual de Educação possui um total de 381 escolas, dentre as quais, 258 são escolas indígenas, distribuídas entre as 32 Terras Indígenas homologadas, o que representa 46,2% do território do Estado. A partir da homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em dezembro de 2017, para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, e da especificidade do estado no que concerne à população indígena, iniciou-se na rede estadual de ensino um movimento de âmbito nacional intitulado ProBNCC que tinha como intuito (re)pensar uma proposta de ensino e um currículo que tentasse contemplar toda a diversidade e riqueza cultural do estado. Como resultados da pesquisa ficou evidenciado que, no que concerne à Educação Escolar Indígena, apesar do documento apresentar de forma coerente os desafios pertinentes a esta modalidade de ensino com relação à importância de contemplar no currículo os valores, os costumes, os conhecimentos tradicionais, e que estes precisam ser valorizados e trabalhados de maneira transdisciplinar, o DCR ainda não rompe com a lógica homogeneizante e discurso universal que a BNCC abarca. Mesmo estabelecendo foco na formação humana integral e ser norteado por princípios filosóficos, sociológicos e pedagógicos que atendam às necessidades e peculiaridades dos sujeitos que se pretende formar no âmbito da educação básica, na análise do documento encontram-se contradições em suas propostas não avançando para além da assimilação de conteúdos e do cumprimento de expectativas de aprendizagem não contemplando assim a elaboração de um currículo que assegure os direitos das comunidades indígenas de uma escola diferenciada, intercultural e bilíngue, que permita o diálogo entre conhecimentos tradicionais e conhecimentos escolares.

A ORALIDADE NOS PROJETOS POLÍTICOS DE CURSOS (PPCs) E NOS TRABALHOS FINAIS DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA E EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS DA FAGED/UFAM (2000 a 2020)

Rafayana Coelho Matos
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
rafayanamattz@gmail.com

Jonise Nunes Santos
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
jonisesantos@gmail.com

O trabalho tem como foco a análise da oralidade no ensino, tanto de língua materna quanto adicional, por ser considerada, conforme Pinho (2022, p.12), “uma área privilegiada, mas os professores costumam exercer sua atividade sem formação teórica adequada ou suficiente”. Por considerar a prática oral fundamental para organização do pensamento e da produção textual, definimos como problemática desta pesquisa o espaço que a Oralidade (Prática Oral ou Língua Oral ou ensino de língua) ocupa nos Projetos Político de curso das Licenciaturas Pedagogia e Formação de Professores Indígenas, assim como nas Produções Acadêmicas dos egressos das referidas graduações,





da Faculdade de Educação - FAGED da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, considerando que ambos os cursos formam professores que atuarão diretamente no ensino de línguas. Metodologicamente, utilizamos Pesquisas Bibliográfica e Documental, para realização do Estado da Arte (Romanowski e Ens, 2006). Analisamos 3 (três) projetos Político Pedagógico e 302 trabalhos finais, sendo 2 (dois) PPPs e 238 (duzentos e trinta e oito) trabalhos finais do curso de Pedagogia, e 1 (um) PPC e 49 (sessenta e quatro) produções do curso de formação de professores indígenas. Ao concluir a análise, constatou-se a ausência da temática oralidade no corpo e títulos em grande parte dos documentos encontrados.

Palavras-Chave: Oralidade; Faculdade de Educação; Pedagogia; Formação de Professores Indígenas.

PESQUISAS SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS NO ANIVERSÁRIO DA LEI Nº 10.639/2003

Francisca Silva e Silva

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Novas Tecnologias Centro Universitário Internacional (UNINTER)
francisca_s9silva@hotmail.com

André Luiz Moscaleski Cavazzani

Professor permanente do Programa de Pós-graduação Stricto sensu em Educação e Novas Tecnologias da Uninter. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1512-3639>. Doutor em História Social pela USP.
andre.ca@uninter.com

Este trabalho é parte de uma pesquisa em andamento vinculada ao Grupo de Pesquisa TEXERE: Memórias, Sociedade, Cultura e Tecnologias, na linha de Formação Docente e Novas Tecnologias na Educação do Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias do Centro Universitário Internacional (UNINTER) - Brasil. A presente pesquisa, de cunho qualitativo, tem por objetivo realizar um exercício metodológico tendo em vista o recente aniversário de vinte anos da Lei nº 10.639/2003 modificada pela Lei nº 11.645/2008, que busca compreender em termos quantitativos e qualitativos a incidência de pesquisas sobre a formação de professores indígenas. O estudo se organiza em duas etapas: a) revisão bibliográfica e seleção de trabalhos sobre as temáticas da educação afrobrasileira indígena nos repositórios de teses e dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Catálogo de Teses & Dissertações (CAPES) b). Na segunda etapa realizamos leitura, sistematização das pesquisas visando a estruturação do corpus textual por meio da análise da lexicográfica utilizando o software Interface de R pour Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRAMUTEQ). Nesta etapa, emprega-se a lexicografia para montar uma tipologia dos conceitos chave e categorias linguísticas relacionadas à formação de professores indígenas no contexto da Educação Básica. Os resultados apresentam quatro eixos que discutem elementos centrais: "programa", história, "natureza" e "ciência". Estes conceitos chave e categorias linguísticas emergem das pesquisas sobre a formação de professores indígenas no cenário da Educação Básica no Brasil, no período de corte da pesquisa do pós-março de 2020. Os dados analisados revelam um número pequeno de pesquisas na área de "Formação de Professores Indígenas" e "Educação Básica" no cenário das produções científicas da modalidade stricto sensu. Dessa forma, a presente pesquisa indica que são necessários mais estudos sobre a formação de professores com esta temática. A pesquisa se enquadra no eixo temático: ST 45 - Os Desafios da Educação Escolar Indígena: da Educação Básica à Formação Superior.





Palavras-chave: Formação de Professores indígenas. Educação Básica. Lei nº 10.639/2003.

PONTUAÇÕES SOBRE OS AKWĒ-XERENTE: AS ASPIRAÇÕES DOS JOVENS APÓS A FORMATURA NO CAMPUS DE PORTO NACIONAL – UFT

Neila Nunes de Souza
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
neilasouza@uft.edu.br

O presente estudo refere-se aos Akwê-Xerente, sendo o nosso lócus de estudo o Campus de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins - UFT. Como pergunta de pesquisa: o que os indígenas que chegam à Universidade, especialmente no Campus de Porto Nacional, trazem de ensinamentos e preocupações dos anciãos e, também, o que desejam realizar após a formatura do curso de graduação? A análise se dá no ano de 2022, a partir de trinta indígenas que estão matriculados no Campus de Porto Nacional-UFT, dos quais vinte e sete são da etnia Akwê-Xerente do município de Tocantínea - TO. A metodologia adotada para esta pesquisa foi a coleta de dados no Sistema de Informações Educacionais - SIE da Universidade Federal do Tocantins, no qual foram pesquisados os acadêmicos e acadêmicas indígenas que estudam no Campus de Porto Nacional, no primeiro semestre do ano de 2022. Foram consideradas as vivências, e depoimentos dos acadêmicos e acadêmicas nas suas aspirações e desejos do que se observa na aldeia no movimento do que viveram até então, com os ensinamentos de uma cultura oral e após o advento da escola, e o que desejam realizar após concluírem os estudos de graduação. O estudo evidencia que alguns anciãos reconhecem que é importante aprender novos conhecimentos, mas outros temem os prejuízos para a cultura do povo Akwê. Além disso, os estudantes universitários têm como principal preocupação a preservação de sua cultura.

Palavras-Chave: Ancião; Akwê; Universidade.

OS LABORATÓRIOS SOCIONATURAIS VIVOS COMO INSTRUMENTO DE MELHORIAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Maxim Repetto
Universidade Federal de Roraima
maxim.repetto@yahoo.com.br

Márcio Pereira
Universidade Federal de Roraima

José Valdo de Souza
Universidade Federal de Roraima

O presente trabalho aborda a experiência de integração ensino-pesquisa-extensão na implementação de um projeto de pesquisa educativa que busca alternativas pedagógicas para melhoria das experiências formativas de professores e estudantes em escolas indígenas de Roraima. A proposta tem como referencial teórico a pedagogia histórico-crítica e o método indutivo intercultural, a partir do qual se estudam as atividades sociais das comunidades, reposicionando o estudo da cultura na





perspectiva do conceito sintático de cultura, propondo uma abordagem integrada da mesma a partir da indissociabilidade sociedade-natureza. Assim se propõe uma revisão e reorganização da proposta curricular das escolas indígenas. Reposicionando os sujeitos, as comunidades e seus conhecimentos, para gerar propostas alternativas aos modelos homogeneizadores dominantes no sistema escolar. Essa perspectiva levanta uma reflexão sobre alternativas curriculares para a construção do projeto político pedagógico das escolas indígenas, apresentando uma metodologia ativa e criativa que se desenvolve a partir do estudo das atividades sociais, na linha da Teoria da Atividade, tornando a vivência diária da comunidade o motor dos processos formativos escolares.

Palavras-Chave: Laboratórios Socionaturais Vivos; Método Indutivo Intercultural; Pedagogia Histórico Cultural; Teoria da Atividade.

IMPACTOS DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA AS POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIO AKWE XERENTE

Mestranda Sâmua Nikaelen Eliane Rosa
Universidade Federal do Tocantins
samua.nikaelen@mail.uft.edu.br

Doutora Rosemary Negreiros de Araújo
Universidade Federal do Tocantins
rosearaujo@uft.edu.br

A educação indígena e a educação escolar indígena são temas centrais para a promoção da equidade e do respeito à diversidade cultural no Brasil. Historicamente, as populações indígenas enfrentaram e continuam enfrentando desafios significativos na preservação de seus conhecimentos e tradições frente aos modelos educacionais ocidentais. Dessa forma esse texto se inspira no estágio docência da disciplina “Realidade Social da Amazônia, Povos e Comunidades Tradicionais”, onde objetivamos apresentar resultados do projetos de extensão desenvolvidos no âmbito da disciplina, numa vivência junto ao Povo Akwê Xerente, situado na cidade de Tocantínia-To, visando proporcionar experiências práticas e interação entre a comunidade indígena e não indígena, afim de complementar o aprendizado teórico. Considerando recentes pesquisas realizadas no contexto da disciplina de extensão, destacamos a importância de uma educação intercultural, que valorize e incorpore os saberes tradicionais indígenas ao currículo escolar. A implementação de escolas indígenas tem sido um passo crucial, permitindo que as crianças e jovens indígenas aprendam conteúdos acadêmicos sem perder de vista suas raízes culturais, respeitando e valorizando as cosmovisões indígena. Assim em meio a Universidade Federal do Tocantins no âmbito da Pedagogia e Assistência Social, percebeu-se um aumento significativo na participação desses alunos no ensino superior. No que diz respeito a essa disciplina e a mediação com o Projeto de Extensão: “Amazônia, trajetória dos povos, comunidades tradicionais e de assentamentos rurais, o movimento universidade x escola” a disciplina no diálogo com esse e outros projetos de extensão e, através da tutoria e interação junto à comunidade indígena, têm mostrado resultados positivos na integração e no sucesso acadêmico desses estudantes indígenas, uma vez que fazem a interconexão entre a universidade e a comunidade indígena, fortalecendo a identidade étnica. Na educação superior, a presença de estudantes indígenas tem promovido um ambiente mais inclusivo e enriquecido academicamente, por intermédio do tripé ensino, pesquisa e extensão, Conclusivamente, a educação indígena, em seus diversos níveis, desempenha um papel vital na promoção da justiça social e na preservação cultural. É fundamental que as políticas públicas e educacionais continuem a evoluir, apoiando a formação





continuada de professores indígenas e ampliando os programas de apoio aos estudantes indígenas da educação básica e no ensino superior. Dessa forma, será possível garantir que a educação indígena não apenas respeite, mas celebre a diversidade cultural do Brasil, e por intermédio da interação Ensino, pesquisa e extensão.

Palavras chaves: Curricularização da extensão; Povo Akwẽ -Xerente; UFT.

SEM TÍTULO

Leticia Apoliana Ferreira Barbosa
Universidade Federal do Tocantins
leticiabarbosa@professor.to.gov.br

A Constituição de 1988 marcou um avanço significativo para os direitos educacionais dos povos indígenas no Brasil, assegurando-lhes o direito à diferença cultural e à preservação de suas identidades. No entanto, a pesquisa sobre a educação infantil escolar indígena, especialmente entre os Akwẽ-Xerente no Tocantins, revela uma carência de estudos específicos e uma complexidade nas questões envolvidas. A formação de professores e a implementação de políticas públicas são cruciais para garantir uma educação de qualidade que respeite a diversidade cultural. Programas de formação de professores devem preparar esses profissionais para lidar com a diversidade cultural e valorizar os saberes tradicionais dos povos indígenas. No Tocantins, embora haja um incentivo aos estudos sobre a educação indígena, ainda há uma necessidade de maior enfoque na educação infantil escolar. A integração das especificidades culturais no referencial curricular estadual é fundamental para fortalecer a identidade cultural das crianças indígenas e criar um ambiente educacional acolhedor. A educação infantil escolar indígena deve ser vista como um espaço para valorizar e transmitir conhecimentos ancestrais, exigindo uma abordagem pedagógica sensível que respeite a autonomia das comunidades indígenas. Ampliar o debate e a colaboração entre pesquisadores, gestores, comunidades indígenas e órgãos governamentais é essencial para construir uma educação inclusiva que valorize a diversidade cultural e garanta os direitos das crianças Akwẽ-Xerente de maneira respeitosa e significativa.

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA AMAZÔNIA: A EXPERIÊNCIA DOS SATERÉ-MAWÉ COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) EM TERRITÓRIO INDÍGENA

Silvia Carvalho Vieira – Doutoranda
Universidade Federal do Amazonas/UFAM
Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE
scviera1988@gmail.com

Jonise Nunes dos Santos – Coorientadora/Apresentadora

A educação escolar indígena é um direito fundamental e um meio de fortalecimento da cultura, especialmente na região Amazônica, onde habitam povos com especificidades únicas. Os indígenas do povo Sateré-Mawé, do Território Andirá-Marau, região do Baixo Amazonas, buscaram fazer cumprir o direito à educação intercultural crítica na Educação Formal, em curso Técnico ofertado pelo Instituto Federal de Educação do Amazonas – IFAM, com a inserção de conhecimentos tradicionais





para fortalecimento da identidade cultural. O poder público, representado por Secretarias de Educação e até mesmo a própria instituição escola, tende a desconsiderar os direitos específicos à educação para a diversidade e, consequentemente, as especificidades culturais dos povos indígenas, resultando em um ensino que não dialoga com a realidade das comunidades. No caso dos Sateré-Mawé, a educação profissional se mostrou uma via para promover o desenvolvimento sustentável, respeitando as particularidades culturais e ambientais. A pesquisa de mestrado abordou a implementação do Curso Técnico em Agroecologia por meio da Educação Profissional para jovens e adultos Sateré-Mawé, analisando tanto os aspectos logísticos quanto pedagógicos. Assim, este trabalho objetiva discutir as dificuldades enfrentadas durante a implementação do curso, a necessidade de formação continuada para professores do IFAM, a adaptação do currículo às realidades locais e o fortalecimento da língua e cultura indígena. A pesquisa revela que, apesar dos desafios significativos, há avanços importantes, como o fortalecimento da identidade cultural, o aumento da autoestima entre os jovens indígenas e a criação de oportunidades de desenvolvimento econômico sustentável dentro das comunidades. Revela ainda que um dos principais desafios foi a implementação de currículo que respeitasse e integrasse os conhecimentos ancestrais indígenas. Portanto, consideramos que a educação profissional para indígenas na Amazônia não é apenas uma questão de acesso ao conhecimento técnico, mas também um processo de empoderamento e resistência cultural. A experiência dos Sateré-Mawé mostra que, quando a educação é alinhada com as necessidades e valores da comunidade, pode se tornar um poderoso instrumento de transformação social e fortalecimento cultural.

SEM TÍTULO

Débora Silva Brito da Luz
Universidade Federal de Roraima
debora.brito@ufrr.br

O presente trabalho tem por objetivo apresentar as práticas pedagógicas e as experiências vivenciadas pela docente e pelos alunos na disciplina de Português Instrumental e Produção Textual III, do Curso de Gestão Territorial Indígena, do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima. A ementa do componente curricular é voltada para o estudo sobre a leitura e análise dos diferentes gêneros textuais em seus aspectos estilísticos e classificatórios, suscitando a produção em diferentes gêneros, considerando os aspectos formais, conceituais e a finalidade destes. A referida disciplina foi desenvolvida com base em textos e produções textuais relacionados às questões indígenas e à realidade dos discentes, de modo a tornar as discussões de sala de aula, socialmente produtivas e relevantes aos estudantes, por estarem contextualizadas e condizentes com suas práticas sociais e ações do dia a dia. Foram trabalhados e produzidos diferentes gêneros textuais como reportagens, poemas, músicas, paródias, memes, resumos, charges, tirinhas. Alguns escritos dos alunos foram organizados e reunidos em formatos de livros (portfólios) que serão apresentados no evento. Observou-se uma participação ativa dos estudantes que costumavam expor suas opiniões, relatar suas experiências e conhecimentos, compartilhar suas vivências e apresentar suas produções.

UNIVERSIDADE TERRA INDÍGENA

Jézika Sampaio Cortez





Mestranda do Programa de Pós Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). jezika.cortez@ufam.edu.br.

A presença de corpos indígenas nas universidades para além de ser uma questão de inclusão social e possível reparação, é também fundamental para a reestruturação de epistemologias e construção de uma sociedade mais justa e plural. Nas cosmovisões indígenas, a relação entre corpo e território vai além da ocupação física; é uma conexão simbólica, onde o território é uma extensão do corpo e vice-versa. Esse conceito também se aplica ao sentido de ocupar e sentir-se pertencente ao espaço universitário, tal entendimento traz ao campo o reconhecimento e valorização de culturas e saberes indígenas para reverberarem através (e nas) instituições de ensino superior, como povos-territórios que carregam a expressão de suas existências e resistências. Neste contexto, a universidade é percebida como um território de disputa política e de re-existência, onde, através da fricção de saberes estudantes indígenas, não apenas acessam o ensino superior, mas também recriam espaços com suas lógicas culturais, epistemológicas e ontológicas próprias. Esses processos são estabelecidos no embate, diálogo e na interseção de inteligências e saberes. A revisão da literatura revelou que, além das políticas de acesso, a permanência de indígenas na universidade exige instituições receptivas às diversidades identitárias e culturais. Observou-se também que a apropriação do universo acadêmico se interliga à defesa dos direitos territoriais e sociais. Identificaram-se lacunas quanto às políticas a necessidade maior sensibilidade cultural nas práticas acadêmicas e enfoque intercultural. Para realizar esta etapa da pesquisa, foi feito levantamento e análise de materiais científicos prévios, continuaremos com documentos oficiais relevantes, seguido da pesquisa qualitativa bibliográfica e documental. Os resultados esperados incluem a compreensão das dinâmicas Corpo-Território e de re-existência dos estudantes indígenas no ambiente universitário, assim como fomentar proposta de ações institucionais para incentivar a universidade a tomar um lugar partícipe e sensível às especificidades culturais desses povos. Conclui-se que a inclusão efetiva e afetiva dos estudantes indígenas no ensino superior caminha no sentido do compromisso contínuo com a interculturalidade e diversidade.

O ENSINO DE CIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A ATIVIDADE SOCIAL PESCAR COM GARRAFA PET NO IGARAPÉ DE CANAUANIM

Adriel Ruano Paz e Silva
UFRR
adrielruano@gmail.com

Maxim Repetto
UFRR
Orientador-maxim.repetto@yahoo.com.br

O resumo em estudo, parte de uma pesquisa de dissertação de mestrado, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF/UFRR. Buscamos através de um estudo de caso, compreender como os conhecimentos indígenas se relacionam, no ensino de ciências, para os alunos do Ensino Fundamental I, estudantes da Escola Estadual Indígena Tuxaua Luiz Cadete, de Canauanim. Esta comunidade está localizada a aproximadamente 25 km da capital Boa Vista-RR, na Terra Indígena Canauanim, Região Serra da Lua, município de Cantá. Este estudo parte de uma atividade social das crianças, que é pescar no igarapé com garrafa PET. Nesse sentido, o Método Indutivo Intercultural –





MII nos ajuda a explicitar os conhecimentos indígenas envolvidos nessa atividade. O MII foi desenvolvido por Jorge Gasché e se fundamenta na Teoria de Vigotski, a Teoria da Atividade, que defende que o desenvolvimento do ser humano se dá através da necessidade de uma relação com o meio no qual está inserido, sendo, portanto, a personalidade produzida pelas relações sociais que o ser humano estabelece por sua atividade e se constitui como um processo avançado de desenvolvimento. Dessa maneira, o MII visa explicitar os conhecimentos indígenas na execução de suas atividades com a natureza e em sociedade, o que Gasché chama de sociotureza. Além do estudo de caso, utilizamos, na pesquisa, o método etnográfico, visando descrever as principais atividades realizadas pelas crianças indígenas. Assim, foi construído um calendário socionatural das crianças da referida comunidade, utilizado para analisar como as atividades do estudante são formadas a partir de suas relações sociais com a comunidade e com a natureza. Foi verificado, ainda, como os professores indígenas têm trabalhado o ensino de ciências, nas séries iniciais do Ensino Fundamental I, tendo em vista o atual currículo escolar indígena posto a partir de uma visão pedagógica ocidental. Em outras palavras, os conhecimentos indígenas não são levados em consideração, uma vez que o colonialismo do saber tem permanecido até os dias de hoje com uma roupagem diferente.

JUVENTUDE GUERÉM E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: AS POLÍTICAS PÚBLICAS TÊM CHEGADO AO NOSSO POVO?

Carolina Santos Menezes
menezescarolina589@gmail.com

Esse trabalho aborda sobre a importância de investimentos em políticas públicas de acesso, para que os povos do campo de modo geral alcancem o ensino superior, focalizando aqui nos povos indígenas, em específico, os jovens de etnia Guerém do território Guerém em Valença/BA. Esse escrito é parte de uma pesquisa de mestrado que se encontra em desenvolvimento, a qual se dedica a investigar sobre a percepção dos jovens da comunidade Orobó-Valença/Ba acerca do acesso ao ensino superior, relacionando-se com as políticas de acesso recentemente implementadas no Brasil. Objetivamos aqui refletir sobre a importância das referidas políticas para que os jovens do Orobó/território indígena Guerém, ingressem no ensino superior. A referida pesquisa se ancora metodologicamente em estudo bibliográfico e pesquisa de campo, utilizando-se como mecanismo de coleta de dados aplicação de questionário com jovens da comunidade Orobó, parte do território indígena Guerém. Os resultados parciais da pesquisa, nos mostra que apesar de muitos desafios os jovens do Orobó estão alcançando o ensino superior, as políticas de acesso ao ensino superior, mesmo que timidamente, estão chegando a esses jovens.

Palavras-Chave: Juventude Guerém. Políticas públicas. Ensino superior

DESAFIO DA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES INDÍGENAS: AS CONTRIBUIÇÕES DE PROFESSORA SUPERVISORA DO PIBID EM ESCOLAS INDÍGENAS DE RORAIMA.

Jacivania Bento Julião
Universidade Federal de Roraima – UFRR
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)
prof.jacibentorr@gmail.com

Jovina Mafrá dos Santos





Universidade Federal de Roraima – UFRR

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)

jovina.mafra@ufrr.br

Este estudo oferece um relato detalhado da experiência de uma supervisora envolvida no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) em escolas indígenas de Roraima durante o período desafiador da pandemia, em consonância com o Curso de Licenciatura Intercultural da Universidade Federal de Roraima-UFRR. O objetivo é compreender os desafios enfrentados e os avanços alcançados pelo programa diante da transição para o ensino remoto. Embora o PIBID tenha proporcionado conhecimentos significativos e valiosos, não esteve isento de obstáculos, notadamente relacionados à infraestrutura tecnológica precária e à falta de preparo adequado para lidar com as demandas específicas do ensino. Essa narrativa busca não apenas documentar as experiências vivenciadas, mas também fornecer percepções valiosas sobre como o Programa se adaptou e continuou a cumprir sua missão eficazmente, mesmo em meio a condições tão desafiadoras. O Estudo é definido através da pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa do tipo relato de experiência. Os resultados revelam que, embora as tecnologias tenham permitido a conexão entre participantes distantes, a internet instável e a falta de preparo para o ensino remoto foram obstáculos significativos. O debate aponta as fragilidades do sistema educacional, ressaltando a necessidade de investimentos em infraestrutura e formação para garantir um ensino de qualidade para todos. Além de ficar evidente que ainda há muito a ser feito para aprimorar o ensino e garantir sua eficácia no contexto educacional atual. Os apontamentos finais, realçam a relevância de debater as desigualdades sociais, a fim de assegurar um acesso equitativo à educação.

Palavras-chave: Atividades Educativas. Curso de Licenciatura Intercultural da UFRR. PIBID.

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: FORMAÇÃO DE LÍNGUA TUPI PARA OS PROFESSORES INDÍGENAS POTIGUARA DO MUNICÍPIO DE BAÍA DA TRAIÇÃO-PB

Daniel Santana Neto

SEDUCBT

daniellnettoprof@gmail.com

Joana Artur Damasceno

SEDUCBT

joanaarturdamasceno@hotmail.com

Introdução: O município de Baía da Traição está localizado no Litoral Norte da Paraíba e é composto por 13 aldeias e em seu território existem 14 escolas da rede municipal e 3 da rede estadual. Esta pesquisa foi voltada para as escolas municipais, devido que a formação é ofertada pelo município para seus professores dos seguintes segmentos: Educação Infantil, Anos iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. É um município que vem se destacando através da secretaria de educação na formação dos professores indígenas Potiguara da Paraíba. Este município oferta a formação em Língua Tupi desde o ano de 2018, contribuindo para a formação e qualificação de seus educadores, objetivando torná-los bilingue/multilíngue. Essa pesquisa se fez necessária sistematizá-la para melhor compreensão do objeto, campo e os indivíduos envolvidos diretamente e indiretamente, contribuindo para a estrutura do texto. **Desenvolvimento:** Todas as escolas de Baía da Traição, da cidade e das aldeias tem professores e estudantes indígenas potiguara, então a secretaria de educação viu a necessidade de ampliar o ensino da Língua Tupi para os





segmentos que não tinham, ou seja, era aplicado apenas nos Anos Finais do Ensino Fundamental por um professor específico de Língua Tupi. A formação foi aberta para todos os professores potiguara, ministrada pelo professor de Língua Tupi, Almir Batista, a mesma acontece uma vez por semana. O professor procura sempre apresentar uma metodologia de ensino que contemple todos os cursistas para que adaptem e apliquem aos seus educandos em sala de aula, tendo em vista também focar da oralidade e conversação para que a língua Tupi flua de uma forma bem significativa dentro e fora da escola. Uma formação que contribui para o fortalecimento da identidade, cultura e etnicidade indígena Potiguara, como também a perpetuação da interculturalidade. Resultados: Os professores estão sendo qualificados uma vez por semana no contra turno e muitos já dominando o básico da Língua Tupi, pois sabe-se que se trata de uma Língua e que tem muitas regras formais; o ensino de tupi ampliado para todos os segmentos desde a educação infantil, Ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos; Estudantes falando palavras do dia a dia em Tupi, pois é muito importante praticar a oralidade e conversação no ambiente escolar.

SEM TÍTULO

Geane Souza Cordeiro
Universidade Federal de Roraima
cganeasouza@gmail.com

Esta é uma pesquisa sobre indígenas que buscam a Universidade Federal de Roraima (UFRR) para a iniciação na vida acadêmica. O presente trabalho tem o objetivo de identificar e analisar a vivência dos acadêmicos do Instituto Insikiran de formação Superior Indígena e dos demais alunos nos mais diversos cursos ofertados aos indígenas na universidade. O seguinte trabalho aconteceu durante a pandemia dificultando o acesso aos alunos para obter informações, dessa forma foi elaborado um questionário virtual como medida protetiva de prevenção à doença, o questionário teve o objetivo principal de coletar dados referentes às vivências desses acadêmicos na universidade durante e antes da pandemia, no qual se desenvolveu de cunho bibliográfico e documental, buscando coletar a parte teórica da pesquisa a partir de textos, livros, artigos, revistas eletrônicas e impressos, e demais materiais de caráter científico que se torna indispensáveis para esse trabalho. Com uso do instrumento semiestruturado, foi possível relacionar a realidade vivenciada pelos estudantes, respeitando a opinião e a história de cada entrevistado no processo da construção de conhecimento. A pesquisa está dividida em cinco capítulos que abordam temáticas referentes às ações afirmativas, as vivências e percepções dos estudantes indígenas na Universidade Federal de Roraima. Como resultados destacamos que existem avanços e iniciativas inovadoras no contexto do Brasil e da UFRR, no entanto ainda há muitos desafios para consolidar políticas de igualdade no acesso à educação e formação superior para a população indígena de Roraima.

Palavras-chave: Vivências dos acadêmicos indígenas na UFRR; Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena; Ações afirmativas.

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS INTERCULTURAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS NA ALDEIA KHIHATXI-LESTE XINGU-MT

Bilu Kalapalo
Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT)
bilukalapalo@gmail.com





Karurifu Kalapalo
Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT)
karurifukl@gmail.com

Gildo do Carmo Kutap Kayabi
Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT)
gildokayabi@gmail.com

Eliane Boroponepa Monzilar
Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT)
monzilar.eliane@unemat.com.br

O presente artigo trata de relatos de experiências de Estudo na Aldeia, denominada “A Etapa Intermediária-Polo IV” e está previsto no Projeto Pedagógico dos Cursos de Licenciatura e de Pedagogia Intercultural da Faculdade Indígena Intercultural – FAINDI, vinculada a Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, uma experiência pedagógica realizada no período de 13 a 17 de maio de 2024 na Região Leste do Xingu, Território Indígena Wawi, na Aldeia Khikatxi, localizada no município de Querência-MT. A atividade desenvolvida iniciou com a apresentação do anfitrião o Diretor da Escola Estadual Indígena Khisêjtê, aos acadêmicos dos povos Kaiabi, Kalapalo, Khisêjtê, Waura, e professores/coordenadores de curso. Depois foram repassados as informações/planejamento a ser trabalhados no decorrer da Etapa dando ênfase ao ensino, pesquisa e extensão da ciência indígenas e o não indígena. O objetivo visa compreender as práticas pedagógicas por meio do ensino, da pesquisa e da extensão na vivência e na interação social, cultural, étnica e identitária no contexto da aldeia em uma profícua integração entre os conhecimentos científicos e os saberes, fazeres e valores interculturais. As atividades desenvolvidas foram conhecer o espaço e a organização social, política, cultural, ambiental e territorial da comunidade, bem como da escola e da saúde do povo Khisêdjê. O ensino é essencial para a produção coletiva dos conhecimentos tradicionais para os acadêmicos, sejam protagonistas da identidade étnica. A prática metodológica foram: observação participante, roda de diálogos com cacique, lideranças, mulheres, equipe da escola, da saúde, da associação, da comunidade e o indígenas comunicadores, aula de campo, oficinas de produção de texto, ilustrações e o registro por meio de vídeos e fotos. O resultado da experiência de ensino foram positivo no processo da formação dos acadêmicos sendo que as práticas educativas desenvolvidas e vivenciadas no contexto da escola indígena e da comunidade são fundamentais considerando o aprendizado dos diversos saberes e o desenvolvimento das habilidades docente. As atividades e o planejamento desenvolvidos são observadas considerando o comprometimento, dedicação, e seriedade com o aprendizado, os saberes e o trabalho em cooperação, as impressões dos/as acadêmicos/as sobre a organização e promovendo os saberes da ancestralidade, dando ênfase as áreas de conhecimentos indígenas, não indígenas e o diálogo intercultural.

GEOMETRIA E GRAFISMO NA CULTURA MACUXI: EXPLORANDO O SAGRADO MARACÁ NO ENSINO DA ETNOMATEMÁTICA

Iana dos Santos Vasconcelos
ianavasconcelos@yahoo.com.br

Linda Lima da Silva





Com base nesta realidade recente da educação escolar indígena, este relato de experiência pretende apresentar a proposta pedagógica “Geometria e grafismo na cultura macuxi: explorando o sagrado maracá no ensino da etnomatemática” realizada com os alunos do 1º ano do Ensino Médio na Escola Estadual Indígena São Mateus, localizada na comunidade indígena São Mateus, terra indígena Serra do Sol, município do Uiramutã no estado de Roraima. O relato de experiência está organizado da seguinte maneira: no primeiro momento, descreveremos um breve panorama sobre a luta por uma educação escolar indígena específica e diferenciada em Roraima. Posteriormente, apresentaremos a proposta pedagógica como uma resposta à construção de uma educação escolar indígena que atenda os anseios do povo macuxi. Por fim, refletiremos sobre a importância da participação de programas como PIBID para capacitação docente e o fortalecimento da educação básica plural e igualitária que respeite as diferenças

AUTOBIOGRAFIA INDÍGENA WAI WAI: DA EDUCAÇÃO BÁSICA AO ENSINO SUPERIOR

Pedro Cohco Wai Wai

Ufopa

pedrocohcowaiwai@gmail.com

Tania Suely Azevedo Brasileiro

Ufopa

Maxim Repetto

UFRR

Terezinha do Socorro Lira Pereira

Ufopa

A autobiografia indígena é uma prática que vem sendo desenvolvida, sobretudo, no espaço acadêmico a partir de produções científicas. Considerada um gênero, a autobiografia é uma modalidade escrita que tem possibilitado registrar histórias e memórias, porém no Brasil ela ainda é pouco utilizada por indígenas. Sáez (2006) menciona que a autobiografia, gênero central na bibliografia escrita por ou sobre indígenas nos Estados Unidos está ausente na bibliografia equivalente no Brasil. Embora ainda recente, através de pesquisa realizada no google acadêmico, foram encontradas produções de autoria de pesquisadores indígenas que apresentam relatos autobiográficos, o que demonstra uma nova forma deles registrarem, por meio da escrita, suas histórias sem deixar de lado as narrativas coletivas muito comuns na literatura indígena. Para alguns povos a tradição de registro de suas memórias é através da oralidade, nem todos usam a escrita como instrumento para contar suas histórias, não porque não sabem, mas por questões culturais e por compreenderem que a sabedoria está para além da escrita, por isso grande parte dos registros são feitos por não indígenas e sem característica autobiográfica. No caso do povo indígena Wai Wai, podemos dizer que as autobiografias são mais recentes ainda, considerando o contato com o “branco”, a chegada desse povo nos espaços educacionais, principalmente nas universidades, além de sua característica linguística e sua prática em relação à escrita. Das pesquisas realizadas nos bancos de dados e plataformas de registro de produções acadêmicas sobre a autobiografia dos Wai Wai, identificamos que existem produções de cunho autobiográfico. Essas produções trazem a trajetória do Wai Wai, da sua vivência na aldeia e sua trajetória escolar desde a educação básica ao ensino superior. Como resultados destacam-se que os indígenas residem em três estados brasileiros:





Pará, Amazonas e Roraima; estão entre os Povos que não têm a Língua Portuguesa como Língua materna, falantes da família linguística Karibe; suas vozes têm sido protagonizadas nos espaços educacionais, sejam pelas manifestações escritas, verbais, artísticas e/ou corporais. No contexto da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), os Wai Wai compõem o universo de 533 indígenas em percurso acadêmico ativo (Sigaa/Ufopa, 2024), indígenas que terão a possibilidade de elaborar suas autobiografias registradas, assim como os Wai Wai egressos o fizeram. Assim, concluímos que o incentivo ao uso dessa forma de manifestação desses acadêmicos durante o seu processo formativo contribui para a noção de pertencimento e reconhecimento de sua cultura e realidade contextual.

Palavras-chave: Percurso escolar indígena. Produção acadêmica. Autobiografia. Amazônia.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 46 - LITERATURAS INDÍGENAS: DOS SABERES ANCESTRAIS AO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Coordenação:

Fábio Almeida de Carvalho - UFRR

Isabel Maria Fonseca - UFRR

Izabela Leal - UFPA

Resumo do Simpósio Temático: Este simpósio tem como objetivo dar visibilidade às diversas formas de manifestação literária produzidas pelos povos indígenas, incluindo tanto as artes verbais tradicionais como as produções contemporâneas. Atualmente, a literatura indígena representa uma verdadeira novidade no concerto da criação cultural e da inteligência analítica brasileira, a qual se autentica a despeito de uma tradição de caráter eminentemente etnocêntrico que se estende desde o início do processo colonial, e que serviu de esteio para uma tradição crítica que denegou o estatuto de arte a diferentes tipos de artefatos produzidos pelos povos originários. Diante desse contexto, é possível afirmar que os textos indígenas passaram a se destacar por razões diversas, em que sobressaem o desenvolvimento de formas de pensar e proteger a natureza ante a devastação ambiental produzida pelos modos de exploração capitalista e a formulação de denúncias sobre a violência colonial e imperialista contra grupos minoritários e subalternizados, oriundos dos povos originários das Américas no tecido social dos estados nacionais modernos. Atentar para a importância dessas questões é tarefa essencial para a construção de um mundo mais plural e diverso, no qual os saberes ancestrais desempenhariam um papel determinante para a compreensão do contemporâneo, como nos ensina Davi Kopenawa. Este simpósio acolhe trabalhos que reflitam acerca das inquietações propostas acima.





KOCH-GRUNBERG, TRADUTOR DOS MITOS DOS POVOS DO CIRCUM-RORAIMA, EM NOTAS INÉDITAS

Riane de Deus Lima

Universidade Federal do Pará – UFPA

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação - CAPES

rianedlima@gmail.com

Apresento Theodor Koch-Grünberg como tradutor dos Mitos da região do Monte Roraima, denominada circum-Roraima. A tradução propicia um texto de narrativas oriundas do imaginário coletivo dos povos tradicionais, representados por Akulí e Mayuluaípu, publicados em Vom Roroima zum Orinoco: Ergebnisse einer Reise in Nordbrasilien und Venezuela in den Jahren, 1911-1913 (1924). Desenvolvimento: Makunaíma registrado por Koch-Grünberg influencia o escritor modernista Mário de Andrade a criar o herói sem nenhum caráter, contribuindo com a Semana de Arte Moderna e o Modernismo. Em termos da literatura comparada temos a edição em Alemão, Editora da Universidade de Cambridge, impressa em 1916, com versão digital em 2009; o texto da Editora Unesp/Uea publicado em 2022, Do Roraima ao Orinoco: Resultados de uma viagem no Norte do Brasil e na Venezuela nos anos de 1911 a 1913 – Volume II: Mitos e lendas dos índios Taulipáng e Arekuná e a edição em espanhol da editora Armitano (1981), além da análise das 628 notas de rodapé inéditas em tradução brasileira, publicadas pela primeira vez pela Editora Unesp/Uea. A pretensão é tecer considerações acerca de novas formas de relações interculturais, valorização das civilizações tradicionais, culturas das margens, pluralidade das intersecções e as pretensas homogeneidades nacionais pós-coloniais e com isso, reafirmar uma literatura indígena brasileira. Principais resultados: Os resultados alcançados são abordar em perspectiva da literatura comparada, mitos de fatura indígena e tradução, pensar o movimento de transposição da oralidade para escrita dos objetos textuais importantes para existência desses povos tradicionais, lograr reconhecimento da colaboração indígena e do Circum-Roraima para a literatura brasileira.

BOMVENTO NAS TERRAS DO PAU BRASIL: A PERSISTÊNCIA DO MITO LUSO-TROPICALISTA NUMA HISTÓRIA EM QUADRINHOS

André Saraiva Santos

Universidade de Aveiro

andressantos@ua.pt

José Ruy, autor português com maior número de histórias em quadrinhos publicadas, criou a coleção Bomvento, onde o protagonista -Porto Bomvento- acompanhava grandes figuras da história portuguesa em aventuras relacionadas com os “Descobrimentos”. Ruy assegurava os leitores que as obras, apesar de recorrerem à ficção, acomodariam factos com “verdade histórica”. O seu terceiro livro, Bomvento no Brasil, representou a viagem feita por portugueses em 1494, guiados por Duarte Pacheco Pereira, a um novo continente. Nessa terra desconhecida, embora disponível, os “índios” vindos de parte incerta, manifestam familiaridade prévia com as caravelas e alegram-se com os presentes oferecidos pela tripulação. A “tribo”, que já contava com dois portugueses pioneiros deixados para trás por Bartolomeu Dias, acolhe os recém-chegados como “irmãos estrangeiros”. A estadia na aldeia é usada para mostrar a neutralidade dos lusos mesmo quando sofrem ataques dos locais, para dar conta dos rituais selvagens daquela “gente sem história”, constatar o domínio português das técnicas indígenas primitivas e que as “índias” estavam dispostas à miscigenação. Para





além disso, o enredo recordou benefícios do materialismo da civilização europeia, ausentou a violência, a escravatura, as conversões ou o escambo, e expôs que as Terras do Pau Brasil passaram a ser propriedade portuguesa graças ao direito de descoberta. Esta comunicação faz uma análise crítica à narrativa luso-tropicalista que informa este livro e explicita como as histórias dos povos colonizados foram desconsideradas e manipuladas para a comemoração de uma versão respeitável deste episódio da história de Portugal.

REFLEXOS DO DISCURSO DE JAIDER ESBELL ATRAVÉS DO TEMPO

Anna Paula Ferreira da Silva Sampaio
Universidade Federal Fluminense (UFF)
anna_paula_28@hotmail.com

O Presente trabalho tem como objeto de análise o texto dramático Makunaimã, o mito através do tempo, publicado em 2019, o qual levou em consideração um conceito de autoria em grupo, para texto dramático. A elaboração do texto teve como escopo a transposição das alocações verbalizadas ao longo do evento de nome homônimo ao texto. A partir desse texto, selecionou-se os discursos diretos referentes a Jaider Esbell, a fim de compará-los com fragmentos de outros textos do artista indígena macuxi, como artigos, publicações em blogs, entrevistas dispostas em revistas entre outros meios de divulgação de suas ideias/intenções artísticas. Dessa forma, intentou-se compreender melhor os modos de pensar a arte indígena adotados Jaider Esbell. Assim, apresentamos, de modo comparativo, as ideias recorrentes nos textos publicados pelo artista indígena, comparando-as. A intenção primordial foi, dessa maneira, compreender parte do processo de escrita de Jaider Esbell. Para tanto, selecionou-se alguns fragmentos que apresentam discurso semelhante, comparando-os e analisando como suas ideias podem ter contribuído com a propagação da arte indígena de modo geral. Dessa maneira, para amparar as colocações suscitadas no decorrer do trabalho, desenvolveu-se uma pesquisa teórica levando em consideração procedimentos da literatura comparada, teorias indigenistas e indígenas. Acredita-se que por meio da propagação desse tipo de escrito haverá contribuição em torno da literatura/arte indígena produzida por artistas da Região do Circum-Roraima.

Palavras-Chave: Makunaimã, Literatura/arte Indígena, Literatura Comparada

O CÉU VAI CAIR? QUANDO?: QUEM TIVER OLHOS PARA VER, VEJA E OUVIDOS PARA ESCUTAR, OUÇA

Dinalva da Silva Corrêa
UFPA
correadinalva@gmail.com

Izabela Guimarães Guerra Leal
UFPA
izabelaleal@gmail.com

Resumo: Tendo em vista os crescentes desequilíbrios ecológicos e climáticos que estão afetando o planeta Terra e o que isso representa para nós e tantas outras espécies, esta pesquisa de doutorado, de cunho bibliográfico e interpretativo, tem como objetivo compreender de que modo a Literatura





dos povos indígenas equilibra as forças da natureza para manter “o céu no lugar” face o contexto do Antropoceno. A obra *A queda do céu*, de Davi Kopenawa e Bruce Albert, narra sobre o cataclismo que acabou com a primeira humanidade. A profecia-depoimento de Davi Kopenawa afirma que, diante dos poderes destrutivos liberados pelo branco, do calor patogênico, do efeito estufa, da extração ilegal do ouro e a destruição da floresta se instaurará uma crise escatológica e um movimento brutal de desordem cosmológica. Em face disso, tecemos discussões em torno do Antropoceno, essa época no sentido geológico do termo, que, na opinião crescente consensual dos especialistas, sucedeu ao Holoceno, e na qual os efeitos da atividade humana – entenda-se, a economia industrial, baseada na energia fóssil e no consumo exponencialmente crescente de espaço, tempo e matérias-primas – adquiriram a dimensão de uma forma física dominante no planeta. Desse modo, indagamo-nos: Quais os impasses e saídas para os problemas ecológicos da atualidade? De que modo a Literatura dos povos indígenas impele o olhar para a Terra? É a partir dessas perguntas que esta pesquisa busca tecer um diálogo entre a *A queda do céu* e o Antropoceno.

Palavras-chave: *A queda do céu*. Antropoceno. Desequilíbrios ecológicos e climáticos.

SEM TÍTULO

Fernando Yekuana Gimenes
Universidade Federal de Roraima
fernandoyekuana@mail.com

Na condição de professor da escola da comunidade indígena Auaris / Fuduuwaadunnha venho, ao longo dos últimos anos, coletando, organizando e publicando os cantos Adëmi e Acchüdi, que são os cantos celestes de Watunna. Watunna é conjunto de histórias e cantos ancestrais de meu povo, que sempre foram transmitidos de uma geração a outra como forma de manter os modos de vida do povo (weicchö yekwana), e como proteção para os perigos que enfrentamos na vida. O empenho para realizar essa tarefa se dá porque tenho consciência de que, com a morte dos donos dos cantos e dos donos das histórias, cabe à escola preservar e transmitir esse patrimônio do meu povo, que mantém nossos modos de vida e ajuda a enfrentar os perigos dos tempos do agora.

LITERATURA DE TESTEMUNHOS INDÍGENAS NA AMÉRICA LATINA: TRÊS CASOS PARA ANÁLISE E REFLEXÃO

Theo Machado Fellows
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
theo@ufam.edu.br

A literatura de testemunho produzida na segunda metade do século XX na América Latina tem sido um dos mais importantes canais de transmissão dos saberes e culturas dos povos originários da região e uma ferramenta imprescindível para conscientização dos não-indígenas acerca da importância de preservar e defender estas culturas e os indivíduos que delas fazem parte. A produção deste tipo de literatura exige, por sua vez, a agência de um mediador, em geral um etnólogo, que ajude a transformar os relatos dos homens e mulheres indígenas e livros acessíveis ao grande público. Para efeito de síntese, reduzimos estas dificuldades em três: primeiro, a barreira linguística, já que estes narradores e narradoras muitas vezes não dominam os idiomas coloniais, obrigando o etnólogo a agir como tradutor; o caráter oral das culturas ameríndias, que demanda um árduo trabalho de transposição das falas para a linguagem escrita; e, por último, o grupo de diferenças que poderíamos





chamar de epistemológicas, que dizem respeito às singularidades do pensamento e dos mitos de cada cultura e que muitas vezes se tornam incompreensíveis para o leitor não-indígena. Neste trabalho, buscaremos analisar três obras fundamentais da literatura de testemunho dos povos originários da América Latina, realizando uma análise comparativa das três estratégias diferentes adotadas diante dos problemas acima mencionados. A primeira é “Antes o mundo não existia”, escrita pelos escritores Dessana Umusi Pärökumu e Törãmũ Kěhíri, com auxílio e tradução de Berta Gleiser Ribeiro; a segunda é “Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia”, escrito pela indígena da etnia Quiché Rigoberta Menchú com auxílio de Elizabeth Burgos; e, por último, “A queda do céu. Palavras de um xamã yanomami”, obra escrita pelo xamã yanomami Davi Kopenawa em parceria com Bruce Albert. Não queremos, de forma alguma, privilegiar um destes modelos em detrimento dos outros, mas sim refletir sobre as dificuldades que envolvem a construção de canais para a difusão dos saberes indígenas, evitando caricaturas ou qualquer outra forma de reducionismo do patrimônio milenar do nosso continente.

ONTOCOSMOLOGIAS INDÍGENAS E ESTUDOS LITERÁRIOS

Adalberto Müller Junior
UFF
adalbertomuller@gmail.com

Este trabalho faz parte de uma pesquisa em desenvolvimento na FAPERJ e no CNPq sobre a inscrição Tupi-Guarani na literatura brasileira, entendendo-se por inscrição o modo como se lê ou se relê, a contrapelo, as marcas ou traços das culturas indígenas em textos produzidos desde o período colonial até a literatura contemporânea. O estudo das formas de inscrição permite re-situar os temas relacionados ao indígena na literatura brasileira, abrindo também novas frentes para compreender a o diálogo entre a nossa herança indígena e afrodiaspórica. Neste trabalho específico, pretendo demonstrar como algumas ontocosmologias indígenas, como a Guarani Kaiowá e a Guarani Mbyá, operam a partir de conceitos (formas de saber) que deslocam termos fundamentais das epistemologias do ocidente, sobretudo quanto à relação entre sujeito, mundo e linguagem. A demonstração se dá sempre partir da leitura e a tradução que faço de textos das artes verbais desses povos, desde as línguas-fonte, em diálogo com a filosofia e a antropologia contemporâneas. Espera-se que este trabalho possa servir de provocação aos estudos literários brasileiros, levando-se a repensar, a partir das ontocosmologias indígenas, alguns debates contemporâneos, como as do sujeito (lírico) e da subjetividade, da autoria, da autonomia da obra literária, da tradução e da relação entre a literatura, o não-humano e o meio-ambiente na era do Capitaloceno. cremos que a proposta se insere tanto na temática da “Literatura Indígena na Abya Yala” quanto na discussão sobre “Territórios, territorialidades e fronteiras”, uma vez que a tratamos dos saberes ancestrais (ou ontocosmologias) também queremos mostrar que o “literário” não se dá de forma autônoma no mundo indígena, mas antes constitui-se como parte de uma trama sociocósmica.

A NOMEAÇÃO DO MUNDO E DO QUE SERIA UM HUMANO EM “A QUEDA DO CÉU”: UM ESTUDO SOBRE UM TIPO DE PROJETO BIOPOLÍTICO DE SOCIEDADE DERIVADO DA COSMOVISÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS PRESENTES EM SUA LITERATURA

Hélio Vasconcelos França Góes
PPGL-UFPA
heliovgoes@gmail.com





“A Queda do Céu, Palavras de um Xamã Yanomami” escrita por Davi Kopenawa e Bruce Albert faz parte do corpus de literaturas indígenas que apresentam a temática da nomeação do mundo e do que seria o humano a partir da cosmovisão dos povos originários naquele território que viria a ser nomeado Brasil. Buscamos aqui compreender e analisar o modo como os povos originários dão nome ao mundo, o que seria o humano e a relação desse com o ecossistema que lhe rodeia, dentro da cosmovisão que subsidia sua produção literária. Trata de um estudo que compara esses elementos, quando presentes, em “A Queda do Céu” a outras obras literárias indígenas como “Antes o Mundo não Existia” e não indígenas como “Teogonia”, subsidiando-se na concepção de perspectivismo de Viveiro de Castro. Desse modo pudemos perceber que a Cosmovisão presente da literatura indígena aproxima o que seria o humano do ecossistema a que pertence, diferente do que ocorre na cosmologia das literaturas não indígenas, na qual o homem é posto como superior ao animal, sendo seu direito reger sobre aquele. A consequências biopolítica dessas duas formas antagônicas de conceber a relação humano-animal é a proposição de sociedades mais sustentáveis, quando subsidiadas pela cosmovisão indígena, bem como a construção de sociedades menos sustentáveis, até mesmo autodestrutivas, quando ancoradas na cosmologia não indígena clássica.

A REPRESENTATIVIDADE ANCESTRAL NA POESIA CONTEMPORÂNEA DE JAIDER ESBELL, TRUDRUÁ DORRICO E SONY FERSECK

Ângela Maria Vasconcelos Sampaio Góes

UFPA

angelamvs@ufpa.br

O artigo traz notas iniciais acerca da ancestralidade, como manifestação do contemporâneo, na linguagem poética de Jaider Esbell em Terreiro de Makunaima, mitos, lendas e histórias, de Trudruá Dorrico em Eu sou Macuxi e outras histórias e de Sony Ferseck em Movejo. Trata-se de uma análise da representatividade ancestral nas obras do escritor e das escritoras, levando em consideração a relação entre seus textos escritos e as ilustrações, provenientes de artes visuais que os ampliam, para além das questões estéticas. O objetivo é apresentar a poesia contemporânea, presente em tais obras, através do diálogo entre diferentes artes e o pensamento indígena, latente na concepção de futuro ancestral de Ailton Krenak e nas ideias de “ativismo” e de “cosmopolítica” de Jaider Esbell. Conclui-se, ao término do artigo, que a poesia de Jaider Esbell, Trudruá Dorrico e Sony Ferseck concede centralidade à complexa cooperação entre os povos originários, a fauna, a flora, os rios, a terra, os astros etc., contribuindo para com a superação do ocultamento dos corpos indígenas, silenciados dentro da Literatura Brasileira.

Palavras-chave: Poesia contemporânea Macuxi, Representatividade originária, “ativismo”, “cosmopolítica” e futuro ancestral.

PANTON: ANCESTRALIDADE E CONTEMPORANEIDADE

Jucelino Rodrigues Viriato

Universidade Federal do Acre

jucelino.r.viriato@gmail.com





O presente proposta de comunicação objetiva manifestar histórias relacionadas à ancestralidade contadas pelos povos Makuxi e Wapichana da região Serra da Lua em Roraima. Para nós, as histórias são verdadeiros modos culturais de passar conhecimentos e ensinamentos para a vida prática, intelectual e espiritual. É um modo particularmente refinado de repassar a cultura. As narrativas transmitidas pelas anciãs e anciãos indígenas têm uso e função que lhes são próprias. No entanto, todos os povos e grupos indígenas, bem como, toda a sociedade se transforma em seus aspectos socioculturais de forma contínua. E, há nisso sentido de estarmos ligados, uns nos outros, através e a partir de nossas próprias culturas; sempre numa interação com as demais culturas. À isso, a teoria denomina alteridade. Na atualidade, as comunidades têm como desafio superar as dificuldades que enfrentam há tempo com a criação das escolas. No debate sobre a diversidade cultural e às práticas e sistemas locais na rede de ensino e, sobretudo, com a juventude e as crianças indígenas. Entende-se que a reflexão sobre PANTON contribui com esse entendimento teórico-conceitual relacionado à experiência da diversidade e da alteridade. Tanto para o acervo cultural da comunidade indígena, científica e/ou da sociedade e do público em geral. Garante-se assim, o registro trilingue por pesquisadores e pesquisadoras indígenas.

Palavras - chave: Panton; Macuxi; Wapixana; Literatura; Contemporaneidade.

DOS MITOPOEMAS YĀNOMAM À QUEDA DO CÉU: UMA PROFECIA COSMOECOLÓGICA SOBRE O FIM DA HUMANIDADE

Izabela Guimarães Guerra Leal
UFPA
izabelaleal@gmail.com

Em 2010, Davi Kopenawa e Bruce Albert publicam na França o livro *A queda do céu: palavras de um xamã yanomai*, posteriormente traduzido no Brasil (2015), tornando-se uma referência importantíssima não só para o conhecimento da cosmologia yanomami, mas também para refletir criticamente acerca de nossa época. No entanto, algumas décadas antes, o livro *Mitopoemas Yānomam*, publicado em 1978 a partir dos trabalhos de Claudia Andujar e do missionário Carlo Zacquini, apesar de sua pequena tiragem e, conseqüentemente, da parca divulgação, constituiu um primeiro registro das narrativas cosmológicas dos Yanomami, apresentando uma série de fragmentos, considerados poemas, que narram episódios como o “Começo do mundo” e “O fim do mundo”. Já no livro *A queda do céu*, Kopenawa explica como Omama, o ser criador, após a primeira destruição da terra, fez de seu filho o primeiro xamã, que teria como função, entre outras atribuições, aquela de zelar pela harmonia e conservação da Terra. Porém, atualmente, esses xamãs – bem como os povos indígenas de forma geral –, têm suas existências cada vez mais ameaçadas. Daí Bruce Albert se referir a uma “profecia cosmoecológica sobre a morte dos xamãs e o fim da humanidade”. Ao compararmos esses dois registros, chama a atenção não apenas a problematização que o livro *Mitopoemas Yānomam* faz da própria literatura, como o fato de Kopenawa ter adicionado aos saberes tradicionais toda uma reflexão crítica acerca da lógica capitalista no mundo contemporâneo, tocando em temas fundamentais para as pautas ambientais, tais como a exploração da natureza e as mudanças climáticas. Esta comunicação tem como objetivo refletir sobre ambos os temas, enfatizando o processo de atualização da cosmologia yanomami empreendido por Davi Kopenawa.





ONDE SE AUSCULTA O SABER ANCESTRAL: SONHO, XAMANISMO E RELAÇÕES ENTRE HUMANOS E NÃO HUMANOS EM MEU VÔ APOLINÁRIO, DE DANIEL MUNDURUKU

Cristhyan Emanuel Monteiro Gomes

Mestrando em Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará

cristhyan2015.cg@gmail.com

O livro *Meu avô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória* (2001) é uma sensível e profunda narrativa autobiográfica do escritor indígena Daniel Munduruku. Sendo o próprio protagonista dessa obra, o autor imerge em suas memórias e se inspira nos ensinamentos que o seu avô Apolinário lhe transmitira quando criança, mergulhando na sua ancestralidade e criando uma história sitiada pela sabedoria poética, cosmopolítica, decolonial e xamânica que seu avô continha. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo central traçar reflexões acerca de três propriedades presentes na organização social e espiritual do povo munduruku: a instituição do sonho, a práxis xamânica e as relações tecidas entre os humanos e não humanos, a partir dessa obra. Analisamos como esses três elementos constituem maneiras ancestrais de compreensão da vida e da existência do povo munduruku, retratando uma parcela das suas cosmovisões, estando tais elementos intimamente articulados e integrados. Nesse sentido, o que fazemos é observar, dentro do texto literário, as reverberações das cosmologias munduruku, uma vez que o autor indígena dificilmente não se associa a sua vivência indígena, comportando-se, assim, como um emissário do seu povo, em que a escrita compreende um compromisso, ou melhor, uma tentativa de resistência e de não apagamento por meio da arte. Por esse motivo, tem-se aqui uma pequena projeção de um modo de vida baseado no bem-viver indígena. Ao passo que discutimos os reflexos da cosmologia do povo munduruku na narrativa em questão, compreendemos como é fundamental ressignificar e revolucionar a maneira com a qual nos relacionamos com a terra. Em um intrínseco processo criativo, Munduruku transforma em arte verbal a sua respectiva vida, para que a sua natureza-cultura continue ecoando, voando como Apolinário em sua forma ancestral, e, assim, metamorfoseando-se para reivindicar a própria existência.

ARTES VERBAIS, PERFORMANCE E TRADUÇÃO: UMA PROPOSTA DE RETRADUÇÃO DE UM CANTO KĪSÊDJÊ

Guilherme Gontijo Flores

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

ggontijof@gmail.com

Osiris Veríssimo e Guilherme Gontijo Flores

Universidade Federal do Paraná

osirisvr@gmail.com

O objetivo deste trabalho é apresentar uma retradução de um canto kĭsêdjê, povo de língua Jê do Parque Indígena do Xingu (MT), a partir da etnografia do antropólogo Anthony Seeger, Por que cantam os Kĭsêdjê (2015). Minha proposta de retradução se insere num campo de estudos de poéticas indígenas que, inspirado em autores norte-americanos da etnopoética, vem se constituindo recentemente pelo encontro entre antropólogos (Pedro Cesarino, Bruna Franchetto, entre outros) e tradutores (Álvaro Faleiros, Adalberto Müller, Guilherme Gontijo Flores, entre outros). O canto escolhido foi o canto-chamado que inaugurou a Festa do Rato de 1972, cantado por Kágrere, o





patrocinador da festa, e registrado por Anthony Seeger na sua etnografia. Minha retradução foi elaborada a partir da transcrição e das traduções contidas na etnografia, além de gravações em áudio e em vídeo que a acompanham. O objetivo foi compor uma nova transcrição que incorporasse certos elementos da performance deixados de lado na transcrição elaborada por Anthony Seeger e, a partir disso, propor uma nova tradução capaz de condensar poeticamente o que acabava ficando disperso como descrição ou explicação etnográfica. Dedicar uma atenção especial à tradução foi uma forma de compreender como ela pode ser uma ferramenta interessante para escutar outras vozes com cuidado e atenção e, assim, se abrir para formas diversas de criação e expressão verbal.

DIÁLOGOS CULTURAIS NO CIRCUM-RORAIMA: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE UMA NARRATIVA ORAL PEMON

Jociane Gomes de Oliveira
Universidade Federal do Pará – UFPA
jocianegomesdeoliveira@gmail.com

O circum-Roraima é um espaço habitado por diversos povos, incluindo os Macuxi, Wapichana e Taurepang. Nessa região, é intenso o trânsito cultural não apenas entre os povos indígenas que habitam a localidade, mas também entre indígenas e não indígenas de nacionalidades brasileira, venezuelana e guianense, em um processo que se aproxima do conceito de transculturação descrito por Fernando Ortiz (1983). Esse fenômeno repercute em diversos elementos dos povos em questão, como é o caso de algumas narrativas, músicas e palavras de encantamento. Considerando isso, este trabalho analisa uma narrativa apresentada por Alcuíno de Lima – taurepang da Terra Indígena Raposa Serra do Sol – que inclui personagens como Noé, Makunaima e as garotas encantadas. O objetivo é discutir de que modo a coexistência desses personagens dialoga com algumas concepções de Amazônia e, mais precisamente, o que isso diz sobre as relações instituídas entre os povos que convivem na região do circum-Roraima. Para tanto, a discussão considera autores como Fiorotti e Mandagará (2018), Loureiro (2001), Moreira (1958) e Ortiz (1983). A análise da narrativa sugere que, em alguns casos, as fronteiras culturais entre esses povos são tão tênues que não podem ser completa e inequivocamente demarcadas.

RELAÇÕES DE INTERTEXTUALIDADE ENTRE SALVAR O FOGO E O MANTO TUPINAMBÁ

Marina Beatrice Ferreira Farias
PPGL - UFPA, Capes
fmarina377@gmail.com

O presente trabalho pretende analisar e discutir como se desenvolvem as relações de intertextualidade entre a obra *Salvar o Fogo*, do escritor baiano Itamar Vieira Jr, publicada em 2023, e o trabalho mais recente de reconstrução do Manto Tupinambá, feito pela artista e pesquisadora Glicéria Tupinambá. O Manto, vestimenta sagrada para esse povo do qual a artista faz parte, foi historicamente retirado da cultura e território Tupinambá para ser exposto em museus de países europeus. No romance de Itamar Vieira Júnior, o trabalho de reconstrução do Manto é trazido para dentro da trama, estando diretamente interligado com a trajetória de uma personagem e com o contexto social da comunidade de Tapera do Paraguaçu, onde a narrativa se desenvolve. Na trama, a personagem Luzia faz um trabalho de reconstrução do manto baseado nas narrativas contadas por





sua bisavó. Trata-se, portanto, de um exercício comparativo entre a obra e o trabalho artístico de Glicéria, que é visual, cultural, antropológico, enfim, multifacetado. Para isso, será feito um recorte do romance com os trechos em que aparecem as referências ao Manto, sejam elas implícitas ou explícitas. Pretende-se observar também a carga dialógica presente na obra, que em diversos momentos ressalta a cultura indígena, sua presença e ausência dentro da família protagonista do romance. Como base para a discussão acerca da Intertextualidade, será utilizado o trabalho de Tiphaine Samoyault intitulado A Intertextualidade, assim como outras referências bibliográficas.

DE MAKUNAIMA A MCLUHANAÍMA: CIRCULAÇÃO E DESLOCAMENTOS DE SENTIDOS

Alrilene Martins Pinheiro
PPGL/UFRR
martinsalrilene@gmail.com

Macunaíma – o herói sem nenhum caráter, de Mário de Andrade, talvez seja o mais exemplar caso de personagem do sistema literário brasileiro em termos de circulação e proliferação de identidades, haja vista que tem circulado em diversos contextos culturais, num processo de deslocamento caracterizado pelos signos da permanência, da adaptação e da atualização. É pujante, nesse processo, sua capacidade de adaptação e, por consequência, de assimilação de novos sentidos. Inspirado na personagem da tradição oral - Makunaima - herói mítico de origem pemon, à medida que circula, Macunaíma sofre rupturas de significação e ganha novos sentidos. É desse processo que nasce McLuhanaíma, herói brasilianista que resulta da combinação de Marshall McLuhan (educador, filósofo e teórico da comunicação canadense) e Macunaíma. O conto McLuhanaíma, como define Morse, é uma “brincadeira em cima da clássica paródia marioandradina”; nele o autor se apropria da personagem com criatividade e humor refinado e a transforma em McLuhanaíma. O herói é a personagem central do conto: McLuhanaíma The solid gold hero ou O herói com bastante caráter (uma fuga), do pensador norte-americano Richard Morse. McLuhanaíma é o ponto de apoio e de expansão para Morse retomar o debate em torno da identidade cultural da América Latina ao mesmo tempo em que é prova de que, ao povoar outro lugar e tempo, a personagem permanece e se reedita. É inegável que, a apropriação de Morse, ressalta as diferenças e semelhanças entre as personagens, corroborando o movimento de reinvenção do herói através dos tempos. Nesse conto, esse famoso brasilianista condensa espécie de reflexão ficcionalizada sobre as relações entre essas duas culturas e, desse modo, fornece excelente ocasião para que se possa discutir sobre as peculiaridades que envolvem os processos de apropriação desse herói brasileiro de origem indígena. Ademais, eis excelente caso para refletir sobre a tópica do encontro de culturas, bem como sobre a geração de produtos culturais em que as marcas de diferentes biomas culturais são transformadas pelo contato com as outras.

LETRAMENTO E AUTONOMIA INDÍGENA NO BRASIL SEISCENTISTA: O CASO POTIGUARA

Carmelita Costa Zuzart
Doutoranda em História pela UFRRJ e bolsista Capes
carmelitazuzart@gmail.com

Entre os anos de 1630 e 1654, a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (WIC) invadiu as Capitanias do Norte do Brasil. Assim como em outros momentos da história da colonização brasileira,





as forças portuguesas de resistência contaram com o apoio militar crucial de terços de homens negros e indígenas. Da mesma forma, o lado flamengo também contou com o apoio dos ameríndios. Por meio de mensageiros tupis, os funcionários da WIC souberam que vários povos autóctones nas províncias ao norte de Pernambuco estavam ansiosos para fazer uma aliança anti-portuguesa. Por isso, um pequeno grupo de indígenas potiguaras foi levado à República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos para serem educados e transformados em mediadores confiáveis, transformando-se em verdadeiros diplomatas de seus povos. Disputados por cada lado da guerra, esses chefes possuíam conhecimentos das táticas, dos caminhos da terra e do poder de diálogo, sendo homens que souberam jogar no contexto conflitivo das Capitanias do Norte seiscentista. Por meio da análise das cartas trocadas entre lideranças de ambos os lados da guerra, esse trabalho procura mostrar a impressionante habilidade dos líderes potiguaras em adotar discursos diferentes, aproveitando-se de práticas culturais não-indígenas, a exemplo da própria escrita, para fins específicos condizentes com seus planos políticos. Embora fossem partidários leais de seus aliados europeus, esses indígenas nunca se consideraram súditos da ordem colonial. Em vez disso, esses chefes e diplomatas indígenas viam principalmente esses momentos de aliança como uma oportunidade para promover a autonomia indígena frente ao colonialismo europeu. A partir do letramento, perceberemos que esses chefes de guerra não só conheciam, como dominavam as regras do jogo colonial.

TROCAS E TRANSFERÊNCIAS EM DEVAIR FIOROTTI E DAVI KOPENAWA

Suênia Kdidija de Araújo Feitosa
Universidade Federal Fluminense
kdidijasuenia@gmail.com

O percurso que se deseja traçar com este trabalho é uma reflexão sobre as trocas e transferências literárias entre Urihi: nossa terra, nossa floresta, de Devair Fiorotti (2017), escritor capixaba radicado em Roraima e o livro A Queda do Céu, de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015). O livro de Devair foi publicado em contexto local, na cidade de Boa Vista-RR, no ano de 2017 e retrata uma forte realidade vivida em Roraima: a violência sofrida pelos indígenas yanomami em virtude do garimpo, atividade ilegal infelizmente muito comum em alguns municípios roraimenses. Dessa maneira, nossa caminhada delimita-se na busca por indícios que nos revelem elementos de representação do garimpo a partir de uma narrativa local com temática indigenista. E, para analisar e comparar as representações que Devair construiu em torno das consequências do garimpo, vamos trabalhar com A Queda do Céu (KOPENAWA; ALBERT, 2015), livro que nos apresenta o relato de Davi Kopenawa, Xamã yanomami, que fala sobre a sua trajetória, sobre a cultura do seu povo e, principalmente, relata a violência vivida pelos yanomami em meio às destruições ambientais nas terras indígenas. No que concerne ao método utilizado para o desenvolvimento deste estudo, este trabalho se configura enquanto uma pesquisa de natureza exploratória, interpretativa e comparativa.

Palavras-chave: Poesia; Representação; Garimpo; Circulação.

A LITERATURA INDÍGENA DE RORAIMA ENTRE A CONTEMPORANEIDADE E A TRADIÇÃO.

Roberto Mibielli
UFRR
rmibielli@yahoo.com.br





Nosso trabalho pretende discutir, em termos teóricos a relação entre os conceitos de literatura e de contextualidade no âmbito da produção das artes verbais indígenas na contemporaneidade. Para isso, lança mão de exemplos diversos de modos de expressão e de conceitos observados no âmbito acadêmico.

WÄTUNNÄ: A LÍNGUA DOS ANTIGOS

ISABEL MARIA FONSECA

UFRR/UFPA

bebelfonseca@yahoo.com.br

A presente comunicação tem como objetivo tecer considerações sobre o wätunnä ye'kwana. Wätunnä é como o povo ye'kwana nomeia seus cantos e histórias tradicionais. No ciclo de histórias wätunnä, os Ye'kwana contam a história de criação do mundo, da natureza, dos animais e da humanidade. E relatam, também, sobre a profecia do fim desse atual ciclo em que vivemos. Porém, isso não é motivo de preocupação ou tristeza, mas uma condição necessária para uma vida sempre nova. De nossa perspectiva, wätunnä pode ser concebido, como um importante elemento de sustentação das relações mantidas entre sociedade, cultura e linguagem.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 47 - RESISTÊNCIA, ALTERIDADE E AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL: DIMENSÕES INTERCULTURAIS E EPISTÊMICAS, DA COLÔNIA AO TEMPO PRESENTE

Coordenação:

Eduardo Gomes da Silva Filho - Universidade Federal de Roraima-UFRR

Elemir Soare Martins - (Guarani Kaiowá) - Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD

Resumo do Simpósio Temático: Este simpósio temático propõe uma reflexão profunda sobre as formas de resistência, alteridade e autodeterminação dos povos indígenas do Brasil ao longo da história, desde o período colonial até os dias atuais. Para tanto, exploraremos as dimensões interculturais, destacando os impactos das políticas coloniais, a violência histórica e as estratégias de resistência que moldam a identidade indígena. Além disso, examinaremos as dimensões epistêmicas, enfocando os conhecimentos tradicionais, as cosmologias e as nuances próprias dessas comunidades. Buscar-se-á, também, analisar o contexto contemporâneo, considerando questões como demarcação de terras, preservação ambiental, participação política, pajelanças e diálogo intercultural. Pretendemos oferecer um espaço de discussão interdisciplinar de modo a evidenciar as transformações sociais e ambientais enfrentadas pelas diversas etnias, promovendo um entendimento mais amplo acerca de suas realidades e desafios. Ao promover essa discussão, almejamos contribuir para a valorização dessas vozes indígenas, ressignificando seu protagonismo e consolidando o respeito à diversidade cultural como pilar essencial para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e, acima de tudo, com espírito crítico livre!

Caderno de
Resumos



CONGRESSO
INTERNACIONAL
MUNDOS
INDÍGENAS,
AMÉRICA

ARTE, CULTURA,
ANCESTRALIDADE E
PERSPECTIVAS PARA
O BEM-VIVER

20-23 DE AGOSTO
2024
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA



coimi.net



RESISTIR PARA EXISTIR: ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO SOCIOESPACIAL DO POVO PARINTINTIN NA ÁREA URBANA DE HUMAITÁ (AM)

Geanne Ferreira Leite
Universidade Federal de Rondônia,
geanne.leite@unir.br

Eldissandra Toscano e Souza Parintintin

O artigo propõe analisar e compreender a constituição socioespacial e identitária do povo Parintintin que reside na área urbana de Humaitá (AM), considerando o papel das mulheres, dos jovens e dos anciãos, que possuem perspectivas específicas para o fortalecimento da sua cultura. Tem como método a fenomenologia, com suporte teórico majoritariamente de autores indígenas conduzida por uma pesquisa qualitativa, descritiva e analítica. Nesta perspectiva, a fenomenologia nos permite uma análise detalhada da forma como as relações acontecem e como percebemos os fenômenos a fim de identificar as demandas. Lança mão da roda de conversa, potente ferramenta de trabalho para incidir nos entraves que surgem em grandes discussões. A escolha da roda de conversa como ferramenta de intervenção se justifica para a viabilização desse espaço sistemático de escuta e trocas para que os participantes possam trazer as questões e impasses de seu cotidiano, a partir de dispositivos geradores de discussões e reflexões tanto do ambiente quanto do processo de aprendizagem. A cultura é uma dimensão dinâmica da sociedade, historicamente construída, que permite a inserção do sujeito no tecido social e proporciona uma significação à sua existência. Partindo desse pressuposto, compreende-se nesse trabalho, por meio da Geografia Cultural, que o sujeito é criador de teias de significações com conexões estabelecidas entre os membros do grupo ao qual pertence, na condição de agentes formadores de seu espaço. Quem afirma que o indígena não é mais indígena porque vive na cidade está negando seus direitos fundamentais: o de ir e vir e o direito de ser. A cidade também deve ser um local de afirmação dos direitos indígenas. Percebe-se que território indígena não se limita apenas às aldeias e terras demarcadas, mas que o espaço urbano também é terra indígena, construído e vivenciado historicamente, de maneira legítima, garantindo a diversidade.

CAMINHOS DOS MOVIMENTOS INDÍGENAS CONTEMPORÂNEOS NO BRASIL E A PAUTA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA NO TEMPO PRESENTE

Prof. Dr. Fernando Roque Fernandes
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
fernando.fernandes@unir.br

No Brasil, o Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de julho de 1943 que declarava a data de 19 de abril como o “Dia do Índio”, apesar de mascarar sutis interesses do Estado Novo frente às pressões internacionais, abria precedentes para a problematização da presença indígena na formação e defesa das fronteiras nacionais e, como consequência, para a ampliação dos investimentos em projetos expansionistas como a “Marcha para o Oeste” (1937-1945) e a expedição “Roncador-Xingu” (1943-1948) que constituíram partes de uma espécie de “redescoberta do índio brasileiro” nos meandros da consecução dos processos de integração territorial. Como resultado, polêmicas concernentes ao recrudescimento das políticas de integração compulsória das populações indígenas do Brasil, desencadeadas a partir dos anos 1970, concorreram para emergências políticas e sociais de povos





indígenas até então submetidos às relações de tutela do Estado Nacional. Conforme indicado por Eduardo Viveiros de Castro, a tentativa de homogeneização definitiva da sociedade brasileiro concorreu para a evidência da diversidade cultural de nosso país. Desde então, estratégias exemplares de agentes indígenas resultaram em conquistas significativas relacionadas, inclusive, ao processo de cidadanização no Brasil. Naquele contexto, as alianças desenvolvidas entre movimentos indígenas e setores da sociedade civil possibilitaram uma nova fase no protagonismo indígena através da criação de associações e organizações de caráter profundamente político, permitindo certa emergência política de diferentes comunidades através de movimentos sociais de caráter étnico. Dessas articulações resultaram uma série de conquistas que até os dias de hoje se conformam como parte de uma luta social relacionada ao longo processo histórico do contato entre sociedades indígenas e não indígenas. A questão educacional, por exemplo, a partir de então foi considerada um mecanismo fortalecedor de uma série de estratégias de luta que propunham conquistas e manutenção de direitos sobre territorialidades tradicionais e suas correlações com outras demandas básicas.

ÓRFÃOS DA TERRA: OS BÓE BOROROS E DISPUTAS PELA POSSE DA TERRA SOB UMA ÓTICA JORNALÍSTICA

ORPHANS OF THE LAND: THE BÓE BOROROS AND DISPUTES OVER LAND OWNERSHIP FROM A JOURNALISTIC PERSPECTIVE

Eder Carlos Cardoso Diniz
Instituto Federal Baiano, Campus Xique-Xique
eder.diniz@ifbaiano.edu.br

Suely Maria Pires
SEDUC/MT
sumapihis@gmail.com

Após treze anos de litígio, no dia 28 de junho de 2019, o Ministério Público Federal, por meio de uma ação pública, determinou a desocupação da Terra Indígena de Jarudori dos Boe Bororo (MT) pelos não indígenas. Foi dado um prazo de noventa dias para a desocupação, que ocorreria em duas etapas, sendo a primeira referente a uma área localizada na porção Oeste, com 1.930 hectares, enquanto outra, na área Nordeste, num prazo de quarenta e cinco dias. A segunda, com área de aproximadamente de 1.730 hectares na porção Sul, em noventa dias. Após a decisão judicial, houve incontável número de matérias jornalísticas no estado de Mato Grosso, sendo a maioria de defensores dos não indígenas. Ante ao exposto, pretende-se analisar o material jornalístico do periódico diário “A Tribuna” de Rondonópolis (MT) a respeito da reintegração da Terra Indígena de Jarudori por seu povo, os Boe Bororo. Também se objetiva constatar de que maneira acontece o discurso midiático sobre esta questão durante os primeiros dois anos de seu retorno à terra indígena e o pedido de reintegração de suas terras por meio de uma ação judicial no Ministério Público Federal. Os resultados apontaram para o desigual tratamento dado pelo jornal, indo sempre contra os indígenas e com discurso a favor dos não indígenas. Este trabalho inscreve-se no ST 47, justamente por propor uma reflexão sobre a resistência e autodeterminação dos povos indígenas frente à ocupação, demarcação e ao avanço do agronegócio em seu território.

Palavras-chave: Terra Indígena; Bóe Bororo; Jornal “A Tribuna”.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 48 - CRIMES E RESISTÊNCIAS: ESTADO E EMPRESAS CONTRA POVOS ORIGINÁRIOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA DURANTE A DITADURA

Coordenação:

Gilberto de Souza Marques (UFPA)

Indira Rocha Marques (UFPA)

Steven S. Zwicker (MPF-SP),

Christiane Nogueira (MPT-CE),

Maximiliano Menezes Tukano (liderança Tukano)

Resumo do Simpósio Temático: A Comissão Nacional da Verdade registrou 434 mortos e desaparecidos durante a ditadura empresarial-militar. Mas não estão contados os indígenas. Parakanã e outros povos foram expulsos (e vários mortos) de seus territórios para a construção da hidrelétrica de Tucuruí-PA. Os Cinta Larga (MT-RO) foram estimados em mais de 5 mil mortos desde antes da ditadura. Os Avá-Canoeiro, Javaé e Karajá enfrentaram governo, garimpeiros e latifundiários norte de Goiás (atual estado do Tocantins). O mesmo aconteceu com os povos do rio Xingu (Pará), incluindo Kayapó, Juruna e os Waiãpi do Amapá. A Amazônia era um imenso “espaço vazio”, segundo o governo. Os indígenas não eram considerados seres humanos. Essa política representou o genocídio de povos originários. Foi o que aconteceu durante a construção da rodovia Transamazônica, da Perimetral Norte e da BR-174. A Paranapanema (construtora e mineradora) se apropriou (ou controlou) territórios indígenas no sul do Amazonas, em Rondônia, Mato Grosso e Roraima (também esteve presente no Amapá e no Pará), extraíndo as riquezas. Para tal, cometeu violações terríveis: sequestro, trabalho escravo, estupro, proibição de rituais e uso da língua original, danos ambientais, disseminação de doenças e do consumo de álcool etc. No Amazonas esteve no sul violando direitos dos Tupi-Kagwahiva (Tenharim, Jiahui, Parintim...), no alto rio Negro (Tukano, Dessano, Baniwa, Yanomami) e no norte (Waimiri-Atroari/Kinja). A BR-174 viabilizou a extração de cassiterita pela Taboca-Paranapanema na região do Pitinga tomada do território Waimiri-Atroari. Por meio da empresa paramilitar Sacopã, os indígenas do Pitinga (Kinja Tikirya) foram intimidados e/ou mortos. Os demais Kinja afirmam: “Taboca chegou, Tikirya sumiu”. Em 1972 eles foram contados em torno de 3 mil pessoas. Em 1983 haviam sido reduzidos a 332 Kinja. Os Jiahui, de mais de 1 mil pessoas, foram reduzidos a seis indígenas. Os Piripkura (MT) estão reduzidos atualmente a 3 pessoas. Ainda que estes relatos sejam de genocídios, é importante evidenciar que esses povos só estão vivos, e crescendo, porque resistiram (e continuam resistindo). O simpósio objetiva apresentar uma síntese de violações contra povos originários na Amazônia brasileira durante a ditadura. O foco principal é a Paranapanema. A investigação foi conduzida por um grupo de pesquisadores em conjunto com procuradores federais. Ela ainda está em curso, mas o Ministério Público já discute com as vítimas as reparações (financeiras e não-financeiras) a serem cobradas.





KA'A MUPY TA HA – FORMAS PRÓPRIAS DE PROTEGER, RESISTIR E VIVER NA FLORESTA

José Ma. Mendes de Andrade
Tuxa Ta Pame - Conselho de Gestão Ka'apor

Itahu Ka'apor
Tuxa Ta Pame - Conselho de Gestão Ka'apor
conselhokaapor@gmail.com

O Nação Ka'apor da Amazônia maranhense como um dos últimos povos da Amazônia Oriental se viu desafiado diante da política agroextrativista neocolonial brasileira. Buscou enfrentar práticas paternalistas e integracionistas de desterritorialização político-cultural do Estado; se afirmando e se reproduzindo físico-político-cultural através de formas próprias de resistir, proteger e viver na floresta. As estratégias de proteção territorial através dos Ka'a mupy ta ha são formas permanente de ocupação, manejo e etnozeamento no território; revitalizando práticas político-culturais, estendendo ecossistemas bioculturais para afirmação identitária e política do ser e plano de vida Ka'apor.

RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL-MILITAR EM GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS CONTRA OS POVOS TUPI-KAGWAHIVA DA AMAZÔNIA SETENTRIONAL: DA TRANSAMAZÔNICA ÀS MINAS DO IGARAPÉ PRETO E SÃO FRANCISCO

Adriana Gomes Santos
Profa. Dra. da Escola de Aplicação da Universidade Federal de Roraima (UFRR)
adriana.santos@ufrr.br

Rodolfo Costa Machado
Prof. Dr. da Cogeae da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
rod.cmachado@gmail.com

As violações aos direitos humanos dos tupi-Kagwahiva da Amazônia setentrional e seu processo de reparação presidido pelos Ministérios Públicos Federal e do Trabalho configuram nossa apresentação. Nela, reconstitui-se o contato desses povos feito pelo Serviço de Proteção aos Índios com o etnólogo Curt Nimuendajú no início do século XX. No boom da borracha da II Guerra Mundial, reconstroem-se a intrusão de seringalistas no território tupi-Kagwahiva e sua arregimentação forçada ao trabalho. Retomando o choque interétnico da década de 1970, destacam-se a invasão de garimpeiros na área em busca de cassiterita e a modernização capitalista dessa exploração minerária. Focaliza-se como a ditadura militar encarregou a Paranapanema da construção do trecho Lábrea-Humaitá da Transamazônia (BR-230), resgatando-se como a empresa, autorizada pelo Exército e Funai, escravizou a mão-de-obra dos Jiahuí e Tenharim do Marmelos. Destaca-se como ela interligou, via Rodovia do Estanho, a BR-230 ao território dos Tenharim do Igarapé Preto, esbulhando-os, escravizando-os, proletarizando-os e contruindo ali uma Company Town, abandonando a área, degradada, após 20 anos de exploração. Pontua-se como a empresa estendeu suas atividades até a Mina do São Francisco, no Mato Grosso, impactando o povo tupi-Kagwahiva Piriipkura. Diante dessa agressão militar-empresarial a direitos na ditadura, resgata-se como esses povos protagonizam hoje suas lutas por Memória, Verdade, Justiça e Reparação. Utilizam-se os documentos da repressão do Arquivo Nacional e os testemunhos da resistência tupi-Kagwahiva recolhidos em expedições realizadas no marco de pioneiros processos da Justiça de Transição indígena.





FRAUDES CARTOGRÁFICA E ANTROPOLÓGICA COMO MECANISMOS DE LEGITIMAÇÃO DA ATUAÇÃO/APROPRIAÇÃO ILEGAL DA EMPRESA MINERADORA PARANAPANEMA NA RESERVA INDÍGENA WAIMIRI-ATROARI DURANTE A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEIRA

Fernando Alves de Araújo
Universidade Federal do Pará
nandoalves@ufpa.br

Em 13 de julho de 1971, foi criada, por meio do decreto nº 68.907/71, a reserva indígena Waimiri-Atroari, com 1.611.000 hectares, localizada entre os estados do Amazonas e Roraima, que existiria até 1981, quando seus limites foram alterados e sua condição de reserva foi modificada para área interdita de atração e pacificação. Entretanto, requerimentos de autorização de pesquisa mineral autorizados pelo DNPM indicam uma atuação da mineradora Paranapanema/Timbó na área leste da reserva ainda na segunda metade da década de 1970, área que foi retirada da até então reserva indígena pelo decreto de 1981 e entregue para exploração mineral pela referida empresa a partir da década de 1980, representada pela exploração da mina do Pitinga. Diante disso, quais os mecanismos utilizados para legitimar uma possível atuação ilegal da empresa mineradora Paranapanema em área demarcada como reserva indígena do povo Waimiri-Atroari durante a década de 1970 e sua posterior apropriação na década de 1980? As análises bibliográfica, documental e cartográfica apontam que a empresa defendeu que as suas áreas de interesse mineral não estariam dentro da reserva por conta de discrepâncias entre a cartografia do IBGE e os mapas produzidos pelo projeto RADAM em representar o rio Uatumã, que limitava a reserva à leste. Esses mapas do RADAM, produzidos na década de 1970, deslocaram a nascente e o trajeto deste rio cerca de 50 km ao oeste, excluindo toda a área leste até então delimitada pela FUNAI no final da década de 1970, o que atendia aos interesses da empresa, apesar de tecnicamente questionável. Em paralelo, os relatórios antropológicos da FUNAI, produzidos com metodologia também questionável, subsidiaram a remoção da área leste da então reserva Waimiri-Atroari pelo decreto de 1981. Assim, uma fraude antropológica legitimaria a remoção da área leste da reserva indígena na década de 1980, com o apoio da fraude cartográfica, a qual também legitimaria a atuação ilegal da empresa nesta área ainda durante a década de 1970, o que ia contra o regime jurídico de então.

USINA HIDRELÉTRICA DE BALBINA (AM) - O DESCASO COM A CIÊNCIA E OS IMPACTOS NAS COMUNIDADES INDÍGENAS E RIBEIRINHAS AFETADAS POR SUA CONSTRUÇÃO

Alex Rodrigues Machado
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Câmpus de Três Lagoas
rodrigues.alex@ufms.br

Profª. Dra. Maria Celma Borges

Esta comunicação abordará o tratamento que vem sendo dado aos povos indígenas desde a colonização em relação ao modo como estes povos se relacionam com a terra e como os não indígenas interferem nessa relação. Darei maior ênfase no período da ditadura empresarial militar brasileira (1964-1985), contexto em que houve uma expansão capitalista na região amazônica com a construção de grandes obras, especificamente da Usina Hidrelétrica de Balbina (AM). De caráter repressor, o regime militar produziu documentação que, ao ser consultada, revelou desprezo às





críticas (embasadas cientificamente) pelos impactos causados antes, durante e depois da construção da referida usina. Diante disso, farei alguns contrapontos em documentação encontrada no Arquivo Nacional referente ao ano de 1988, com o que se revelou após o aparecimento dos primeiros efeitos da construção de Balbina, impactando, no tempo presente, a vida das comunidades indígenas - como os povos Waimiri-Atroari - e as comunidades não indígenas das regiões alagadas pelas águas do rio Uatumã.

A LUTA POR REPARAÇÃO EM ABYA YALA: A QUESTÃO INDÍGENA NA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO BRASILEIRA ATRAVÉS DA ANÁLISE DAS APURAÇÕES DO "CASO PARANAPANEMA" .

Hygor Mesquita Faria

Universidade Federal de Juiz de Fora/Universidade de Santiago de Compostela

hygorfaria@gmail.com

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) significa o primeiro grande espaço de construção de uma experiência de apuração das violências contra os povos indígenas na Ditadura Militar no Brasil. Existiram muitas fragilidades no processo de apuração, principalmente aquelas relacionadas à ausência de condições materiais e temporais para as investigações e a utilização majoritariamente de balizas não indígenas para a condução das apurações. O Relatório da CNV foi lançado em dezembro de 2014, o período de atividades da CNV e publicização das apurações realizadas delimita o crescimento exponencial de trabalhos relacionados diretamente com o tema, e a divulgação de diversos arquivos e documentações de extrema importância. Este cenário contribuiu institucionalmente para delimitar a urgência de que era necessário continuar os trabalhos de apuração e com uma estrutura que tomasse como ponto de partida as perspectivas indígenas sobre as violações e que buscasse garantir legalmente a participação dos povos indígenas nos processos de apuração e o de pensar as reparações. Este artigo trabalha a hipótese da existência de dois momentos na história da questão indígena na Justiça de transição brasileira. O primeiro diz respeito ao cenário do ano de 1990 até 2012 e o segundo momento é marcado pela participação do movimento indígena organizado nos espaços institucionais ligado à memória, verdade e justiça e pela existência de investigações que partem de um repertório que estimula a presença de balizas indígenas nos processos de apuração. Portanto, esta comunicação busca circunscrever essas reflexões através da análise das investigações do grupo de pesquisadores do projeto "A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura", proposto pelo Centro de Antropologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/UNIFESP), financiado pelo MPF com recursos provenientes do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) da Volkswagen do Brasil, especificamente o grupo que investigou as violações contra os povos indígenas no período ditatorial com ênfase na empresa Paranapanema. Busca-se trabalhar o papel das investigações das violações que aconteceram no território da Amazônia brasileira, a importância das dimensões entre o corpo-território, os significados que emergem quando as balizas adotadas buscam tomar como ponto de referência a dimensão indígena sobre as violações e a relação entre reparação e garantia de existências.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 49 - TERRITÓRIOS INDÍGENAS E POLÍTICAS DE PROTEÇÃO TERRITORIAIS EM ABYA YALA

Coordenação:

Renata Ferreira de Oliveira – Doutora UFBA

Professora do IFNMG campus Salinas e assessora da Secretaria de Direitos Territoriais Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas

Joanan Marques de Mendonça – Doutorando do PPHIST – UFPA

Resumo do Simpósio Temático: O simpósio pretende reunir pesquisas que abordam os distintos processos de territorialização impostos aos povos indígenas ao longo da História da América, bem como, a política indígena para a proteção e manutenção de seus territórios originários. Nesse sentido, é importante o diálogo com os estudos histórico-antropológicos que tem problematizado a formação das Nações a partir da expansão das fronteiras estatais em áreas indígenas. Importante para compreendermos esse fenômeno histórico, o conceito de territorialidade segundo João Pacheco de Oliveira (1998) pode ser entendido como o esforço coletivo de determinado grupo social para ocupar e controlar fisicamente e simbolicamente determinado espaço, transformando-o em seu território. Estes processos surgem em contextos de conflitos, onde a expansão das fronteiras do Estado-nação se impôs sobre distintos grupos étnicos, que sofreram uma dupla expropriação: uma quando reduzidos e territorializados em aldeamentos, por exemplo, e outra quando perderam suas terras reservadas ou doadas para a expansão da colonização. Contra esse duplo ataque os povos indígenas tiveram que constantemente reelaborar elementos de unificação dos grupos na luta para manter e proteger os seus territórios. Processo que hoje compõe pautas como a Bem viver. Assim, a presente proposta de simpósio temático, almeja ser um espaço para a apresentação de pesquisas novas e em andamento num recorte temporal de longa duração, que fomentem o debate sobre a problemática dos territórios indígenas e as estratégias acionadas por eles, para permanecerem vivos em defesa da vida e de seus patrimônios, as maneiras de realizarem a proteção territorial e ambiental, resguardarem as suas identidades e reelaborarem as táticas de lutas.



ESTRATÉGIAS PARA MINIMIZAR OS IMPACTOS DECORRENTES DAS ATIVIDADES ANTRÓPICAS NA COMUNIDADE INDÍGENA MANGUEIRA, AMAJARI, RR

Jacqueline Gomes de Melo Benício Souza

Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Roraima, jacquelinesouza2205@gmail.com

Márcia Teixeira Falcão

Docente da Universidade Estadual de Roraima, orientadora

marciafalcão.geog@uerr.edu.br

A Comunidade Indígena Manguera, localiza-se na região do Amajari, e se configura como uma terra indígena dentro do ambiente lavrado (termo regional para vegetação semelhante ao cerrado) e possui diversas ilhas de mata que são utilizadas para extração de madeira. Este trabalho teve como objetivo analisar as estratégias para minimizar os impactos decorrentes das atividades antrópicas na dinâmica a paisagem da Comunidade Indígena Manguera, Terra Indígena Araçá - Amajari, Roraima. Para o desenvolvimento da pesquisa foram necessários os seguintes procedimentos: autorização ética através do CAAE nº 57979522.1.0000.5621, pesquisa in loco, entrevista com os moradores da comunidade, uso de técnicas de geoprocessamento e do software Qgis para realização de mapeamento. Os resultados demonstraram é possível perceber que as alterações decorrentes das atividades antrópicas, são moderadas, e ocorrem para atender as necessidades da população, no entanto, a comunidade se mostra preocupada com as alterações e vem discutindo na assembleias e soluções para a questão, pontuando os fatores internos e externos que afetam a comunidade.

PENSANDO ESTRATÉGIAS: OS MECANISMOS TIRIYÓ NA RELAÇÃO DE TRABALHO COM OS MISSIONÁRIOS E MILITARES

Joanan Marques de Mendonça

Universidade Federal do Pará

joananmarques@hotmail.com

Os habitantes da região do Alto Paru de Oeste receberam no final da década de 1950 a presença de agentes religiosos e militares, cujo interesse consistiu no estabelecimento de uma Missão religiosa e de um Posto militar na fronteira com o Suriname, buscando garantir a presença brasileira na região. O local escolhido para abrigar a Missão foi a aldeia do cacique Yonaré Marakusi que acolheu o grupo religioso no seu território. Entretanto, o projeto missionário tinha como objetivo mudar a vida dos indígenas e inseri-los na sociedade brasileira tendo como método a exploração de consumo das mercadorias mediado pelo trabalho nas oficinas e no campo, e exigia deles diferentes formas de participação. A interferência dos religiosos na estrutura ancestral de trabalho exigiu dos Tiriyo a criação de estratégias para diminuir os impactos de dependência ocasionados pela relação com os agentes, fazendo-os, primeiramente, participar da sua rede de troca ancestral na condição de fornecedores de mercadorias, e que para além da venda da sua força de trabalho nos serviços da Missão, puderam explorar o interesse dos missionários e militares por artesanato, servir de guia para suas expedições científicas e suprir os seus desejos por animais silvestres.

TUXA TA PAME & JUMU'E HA RENDA KERUHU – RETOMADA E RESISTÊNCIA DE ESTRATÉGIAS POLÍTICA E CULTURAL DE GOVERNANÇA KA'APOR NA AMAZÔNIA BRASILEIRA





José Ma. Mendes de Andrade
UFPA
jomarmastop@gmail.com

Itahu Ka'apor

Yratow y Ka'apor

Assim como inúmeras nações indígenas na América resistiram ao longo desses séculos reelaborando e se afirmando politicamente diante das Políticas Colonialistas de Etnocídio, a nação Ka'apor na Amazônia Brasileira em meados de 2012-2013 se rebela às formas de exploração neoextrativista impulsionada pelo Estado Brasileiro em seu território. Destitui ações agressivas promovidas por agentes de instituições tutelares do Estado aliados a empresas agropecuárias e agroextrativistas neodesenvolvimentista na Amazônia. Recria, retoma formas políticas ancestrais para afirmar seu projeto político autônomo com formas próprias pedagógicas de reproduzir saberes e fazeres e formar sujeitos políticos para as frentes integradas no Autogoverno Ka'apor.

TERRITORIALIDADES E PROTEÇÃO TERRITORIAL INDÍGENA NA REGIÃO DO RIO JEQUITINHONHA NO SÉCULO XIX

Renata Ferreira de Oliveira
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG
Ministério dos Povos Indígenas – MPI
renata.oliveira@ifnmg.edu.br

Essa comunicação tem o objetivo de discutir as múltiplas estratégias dos povos indígenas para protegerem os seus territórios tradicionais durante o século XIX, na região do rio Jequitinhonha. Para tanto, utilizo como suporte da pesquisa os relatos dos viajantes que por esse rio passaram, assim como os inúmeros documentos produzidos pelas Diretorias Gerais dos Índios da Bahia e de Minas Gerais. A proteção territorial é aqui entendida como as ações realizadas pelos variados grupos originários dessa região, com a finalidade de garantirem as suas terras, sejam as originárias ou em decorrência dos aldeamentos catequéticos. Nesse contexto, os indígenas não apenas fizeram uso da legislação indigenista imperial, assim como travaram lutas e negociações para garantirem o direito de permanência nas aldeias mesmo diante da Lei de Terras de 1850.

POVOS INDÍGENAS ENTRE O (IM)POSSÍVEL ORDENAMENTO TERRITORIAL E O LEGÍTIMO ARRANJO ESPACIAL: CONTRIBUIÇÕES DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

Elionete de Castro Garzoni (Apresentadora)
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
Universidade Estadual de Roraima – UERR
elioente.garzoni@uerr.edu.br

As Terras Indígenas (TIs) constituem instrumento legal do Estado brasileiro, com fins de cumprir o preconizado na Constituição Federal, garantindo aos povos indígenas sua posse e usufruto. Nesse escopo, as TIs compõem, juntamente com outras categorias (áreas ambientalmente protegidas, assentamentos rurais áreas destinadas às Forças Armadas, entre outras) o mosaico territorial do





ordenamento estatal brasileiro. Em contrapartida, os territórios indígenas podem ser entendidos em paralelo às TIs, uma vez que estes podem ocorrer tanto no interior dessas áreas, como em outras de significativo valor aos povos indígenas, uma vez que territórios não demandam uma imposição legal para sua existência, mas são constituídos a partir de ações dos sujeitos sociais sobre espaços com os quais se relacionam e dos quais se apropriam a partir de diferentes pretextos. Partindo deste posicionamento, o objetivo do presente trabalho é discutir dois pontos que consideramos relevantes no que tange às TIs e as comunidades (aldeias) ali existentes, quais sejam: a) a vinculação do mosaico de TIs ao mosaico do ordenamento territorial estatal, seja este nacional, estadual ou municipal, quando se associa as Terras Indígenas aos municípios das Unidades da Federação ou mesmo com estas na integralidade, no caso de TIs que abarcam mais de uma UF; e b) a subdivisão interna das TIs pra “corresponder” a um ordenamento que mimetize a lógica não indígena dos municípios dentro de uma UF, demandando que uma comunidade passe a ter um perímetro definido e limitado, o que se vê desde pesquisas acadêmicas até políticas públicas e/ou sistemas de incentivo e fomento a projetos. Se as TIs configuram justamente áreas de autonomia dos povos (ou assim deveriam configurar), essas imposições para que se “encaixem” no ordenamento territorial não indígena (mesmo que velada) compromete o modo de vida, a manutenção das identidades, a garantia do patrimônio ambiental e cultural desses povos, bem como suas estratégias de luta. A pesquisa, ainda em fase inicial, vem trabalhando com observação participante em comunidades indígenas em Roraima, sob a ótica do materialismo histórico-dialético na análise dos resultados e tendo na ciência geográfica o alicerce teórico. Entendemos, como pressupostos, que as comunidades (aldeias) devem praticar seus próprios arranjos espaciais, a partir de sua cosmologia e de sua cultura ancestral, garantindo que essa autonomia e legitimidade se verifique tanto nos territórios como nas Terras Indígenas legalmente estabelecidas.

AS TRANSSIGNIFICAÇÕES DO ARAKÁ KATOETÉ COMO RESISTÊNCIA/REINVENÇÃO CÓSMICA DOS POVOS AWAETÉ FRENTE AO AVANÇO DA FRONTEIRA NO VALE DO TOCANTINS-ARAGUAIA

Ronnielle de Azevedo Lopes
Campus Rural de Marabá-PA – IFPA
ronnielle.azevedo@ifpa.edu.br

Os Povos Awaeté, conhecidos na literatura etnológica como Parakanã, resistem ressignificando suas categorias e cosmovisões na fronteira amazônica, no Vale do Tocantins-Araguaia. Frente à expansão da fronteira, provocada pelos chamados grandes projetos para Amazônia – entre estes, a abertura da Transamazônica (1970), a Hidroelétrica de Tucuruí (1976) e o Projeto Grande Carajás (1982) – e a agropecuária extensiva, que conduziram os Awaeté a “contatos” violentos e traumáticos com os Tôria (os não indígenas, os brancos), bem como, a deslocamentos compulsórios para o interior das Terras Indígenas Parakanã e Apiterewa, estes povos se reinventaram assumindo e ressignificando o araká katoeté (o bem viver coletivo dos Awaeté). A busca do araká katoeté, na contemporaneidade, se desdobrou em novas formas de luta e afirmação da diferença cultural, entre estas formas, destacamos a desconstrução do termo Parakanã, o rompimento com a tutela do Programa Parakanã da Eletronorte e a procura por uma educação escolar diferenciada e intercultural. Diversas vezes ouvir estudantes e lideranças awaeté enunciarem: “Parakanã é nome dado por Tôria e pela FUNAI. Nós somos Awaeté: gente de verdade”, “Até 2017, vivíamos acorrentados no Programa Parakanã”, “estamos estudando para trazer o katoeté (bem) para o povo”. Em tempos de restrição territorial e de convivência próxima aos Tôria, os distintos deslocamentos de sentidos e as reinvenções cósmicas visam, sobretudo, o araká katoeté (o bem-viver coletivo) dos Awaeté. O araká katoeté é um escopo





cosmopolítico dos Awaeté em mobilidade semântica: novos tempos, novas significações do araka katoeté. Decorre que, no estado da arte, a urgência do araka katoeté passa pela luta contra a precarização colonial, a autodeterminação étnica, serviços de saúde de qualidade e por educação escolar diferenciada tradura da cosmovisão dos Awaeté. Nesta interlocução cosmopolítica, não apenas os Awaeté todavia também os Tória podem assumir o bem-viver (aka katoeté). Em uma reflexão recente, em uma roda de conversa com os estudantes awaeté do Magistério Indígena do Campus Rural de Marabá-IFPA, Awaekinga, estudade e liderança, me disse (transcrevendo suas palavras logo depois): “Oromopinim araka torokwahanne toria rekatawa oroxa”. Traduzindo em seguida “O bem-viver é uma oportunidade para imaginar outros mundos para os brancos” (06/03/2024).

O POVO AKWĒ-XERENTE DA ALDEIA FUNIL E A QUESTÃO SOCIAL

Rosemary Negreiros de Araújo
Universidade Federal do Tocantins
rosearaujo@uft.edu.br

Maria Helena Cariaga
Universidade Federal do Tocantins
mhcariaga@mail.uft.edu.br

Este estudo visa abordar aspectos da realidade social vivenciada pelas famílias da Aldeia Sakrêpra Funil do Povo Indígena Akwē-Xerente, do município de Tocantínia (TO), para entender o alcance das políticas sociais e as necessidades encontradas nesse território indígena em função dos impactos sofridos com a construção de alguns empreendimentos. Essa Aldeia tem uma população de 227 habitantes, distribuída em aproximadamente 48 famílias. Os Akwē, junto com os Xavante e Xakriabá, são classificados como Jê Central que, no passado viviam entre os Rios Araguaia e Tocantins. Nos dias atuais, esse povo vive em duas terras contíguas e próximas à capital Palmas. Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre os povos indígenas, principalmente sobre o Povo Akwē-Xerente, seguido de uma pesquisa de campo, com observação direta, entrevistas e diálogos com os indígenas. Os resultados desta pesquisa mostraram que a proximidade da aldeia com as cidades gera uma série de problemas para essa comunidade. O território do Povo Akwē-Xerente é demarcado e titulado, mas existe uma grande preocupação são os grandes empreendimentos que estão sendo realizados, tais como a barragem e os plantios de lavouras extensivas. Apesar de, na Previdência Social, os indígenas serem incorporados como “segurados especiais”, sendo-lhes assegurada a cobertura previdenciária quando incapacitados para a atividade laboral, dentre outras proteções, em relação ao acesso às políticas sociais, na questão da saúde indígena, os entrevistados atestaram haver precariedade dos atendimentos e falta de articulação entre os órgãos responsáveis, nas esferas municipal, estadual e federal. Mesmo com os direitos garantidos pela Constituição, tem sido um desafio manter e preservar esse território, uma vez que o desmatamento tem aumentado, existe a prática da caça e pesca ilegais, que são também outros fatores que influenciam na cultura, no modo de vida e principalmente na vida social do Povo Akwē-Xerente, além da precariedade de acesso à Assistência Social dessa Aldeia. Cabe aos Governos municipal, estadual e federal priorizar e assegurar efetivamente os direitos aos indígenas nos níveis legais, sociais, de saúde e de qualidade de vida, sem restrição.

Palavras-chave: Povo Akwē-Xerente. Aldeia Sakrêpra Funil. Políticas de Saúde. Assistência Social.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 50 - PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DE RORAIMA: PESQUISA, PROTEÇÃO E DIFUSÃO

Coordenação:

Edithe da Silva Pereira - Museu Paraense Emílio Goeldi

Claide de Paula Moraes - Universidade Federal do Oeste do Pará

Resumo do Simpósio Temático: Roraima tem um importante patrimônio arqueológico conhecido, principalmente, pelos sítios com pinturas rupestres que abundam neste Estado. Mas há outros vestígios arqueológicos como urnas funerárias, bacias de polimento e afiadores, artefatos líticos, cerâmica etc., que são o registro material da ancestralidade da presença indígena no Estado. São poucos os lugares no mundo onde antigas tradições culturais são mantidas permitindo que povos indígenas atuais se vinculem aos sítios arqueológicos. Roraima é um destes lugares. No entanto, as pesquisas arqueológicas acadêmicas em Roraima ainda são incipientes e as pesquisas de contrato não vão além do cadastro de sítios arqueológicos, mas que revelam o enorme potencial arqueológico existente no Estado. Este patrimônio, no entanto, tem sido historicamente destruído sem que haja por parte do Poder Público medidas eficazes para evitar tal situação, indo de encontro à Constituição Brasileira que reconhece o patrimônio arqueológico como um bem cultural do país, tendo o Poder Público, em todas as suas esferas, o dever de proteger e de impedir sua evasão, destruição e mutilação. Este Simpósio temático pretende apresentar o estado atual das pesquisas arqueológicas acadêmicas realizadas em Roraima, ações de conservação em sítios arqueológicos e pesquisas colaborativas com povos indígenas.

TRÂMITES ÉTICOS DAS PESQUISAS EM/COM POPULAÇÃO INDÍGENAS

Caderno de
Resumos



CONGRESSO
INTERNACIONAL
MUNDOS
INDÍGENAS,
AMÉRICA

ARTE, CULTURA,
ANCESTRALIDADE E
PERSPECTIVAS PARA
O BEM-VIVER

20-23 DE AGOSTO
2024
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA



coimi.net



Márcia Teixeira Falcão

Universidade Estadual de Roraima
marciafalcão.geog@uerr.edu.br

Sandra Kariny Saldanha de Oliveira

Plínio Henrique Oliveira Gomide

A região Amazônica se caracteriza pela sua dimensão territorial, a biodiversidade, seu povo, em especial a população indígena que abrange cerca de 180 povos e mais de 440 mil indígenas que vivem nos 09 estados da região (aqui incluindo o Mato Grosso e o oeste do Maranhão). Ressalta-se que toda essa sociobiodiversidade infere na necessidade de se conhecer a região, em especial através de pesquisas científicas, o que leva a preocupação ética por parte do pesquisador. A partir deste contexto, destaca-se que conforme a Declaração de Helsink, a vulnerabilidade está em alguns grupos e pessoas podem ter maior probabilidade de sofrer abusos ou danos adicionais, podendo implicar em dano físico, psicológico ou social, bem como uma maior sensibilidade ao engano ou à violação da confidencialidade. Destaca-se aqui, o episódio da retirada do sangue dos yanomami na década de 70 sem o consentimento e a transferência deste material para fora do país. O sistema CEP/Conep atua em conjunto com outras instituições como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) que direciona o pesquisador através das suas instruções normativas e resoluções para o que o processo ético da pesquisa no que se refere aos riscos para o participante, seja minimizado, ou seja o papel do sistema é a proteção do participante de pesquisa. Com base nas discussões ao longo do artigo, a Amazônia se destaca pela sua sociobiodiversidade, o que desperta interesse na realização de pesquisas, em especial junto aos povos indígenas, que possuem um saber biodiverso referente aos recursos naturais da região. Esse interesse, promove a preocupação ética, no que diz respeito aos participantes de pesquisa, em especial quando se trata de povos indígenas se pauta, na preocupação do pesquisador em relação aos trâmites éticos, submissão ao sistema CEP/Conep e ao retorno acessível da pesquisa para as comunidades indígenas. Para que toda essa discussão chegasse a esse processo, foram necessários anos de discussão sobre a questão ética, para que se garanta a proteção aos participantes de pesquisa.

O ESTADO DA ARTE DA ARQUEOLOGIA NO ESTADO DE RORAIMA

Tayane Gama de Souza

Ybyara Arqueologia
tay@ybyara.com

Ybyara Arqueologia

A comunicação propõe apresentar o panorama da arqueologia no estado de Roraima, estado situado em uma região dividida entre savana e floresta tropical e de hidrografia extensa, sendo o Rio Branco o principal rio da região que atua como corredor de comunicação entre a Guiana e o estado do Amazonas. No cenário de transformação abrupta de paisagem na região do estado, entre períodos de seca e cheia, suscitam-se questionamentos acerca de como antigos grupos se relacionavam com o meio ambiente e como esses grupos se comunicavam entre si, considerando as especificidades do local. Roraima tem mais de cem sítios arqueológicos identificados, contudo, poucas são as pesquisas que aprofundaram os estudos arqueológicos no estado. Esse cenário tende a mudar com os resultados de novas pesquisas no âmbito da arqueologia preventiva, que identificaram diferentes





formas de ocupação no espaço e no tempo com sítios caracterizados por sucessivas ocupações por diferentes grupos. Nesse contexto estado de Roraima tende a sair do “vazio arqueológico” e contribuir para a arqueologia amazônica e brasileira.

ARTE RUPESTRE DE RORAIMA: HISTÓRIA, INVENTÁRIO E MEMÓRIA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Edithe Pereira
Museu Paraense Emílio Goeldi
CNPq/Bolsa de Produtividade
edithepereira@hotmail.com

Marta Sara Cavallini
Museu de Arqueologia e Etnologia – USP
cavallini.marta@gmail.com

Entre 1985 e 1987 foi desenvolvido em Roraima o primeiro projeto de pesquisa arqueológica no então Território Federal e o primeiro do Norte do Brasil a ter na arte rupestre o seu principal foco. No entanto, a documentação original gerada por esta pesquisa e o acervo arqueológico ficaram divididos em três instituições (Museu Emílio Goeldi, FEEVALE e Museu Integrado de Roraima). O objetivo da pesquisa foi reunir e organizar todos os documentos e informações sobre o Projeto de Salvamento em Roraima - como foi denominado - e disponibilizá-los para as três instituições. Foram encontrados e digitalizados fotos, slides, decalques da arte rupestre, fichas de campo, croquis, cadernos de campo, documentos e correspondências tramitados durante os três anos da pesquisa. A maior parte deste acervo está no Museu Integrado de Roraima (MIRR) e encontrava-se em precário estado de conservação. Esta apresentação irá mostrar o trabalho de resgate, documentação e organização feito até o momento com este acervo.

PROJETO DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO PEDRA DO PERDIZ, COMUNIDADE INDÍGENA PERDIZ, TERRA INDÍGENA SÃO MARCOS (MÉDIO SÃO MARCOS), PACARAIMA-RR

Rafaela Regina Pascuti Leal
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Superintendência de Roraima – IPHAN/RR
(financiador)
rafaela.leal@iphan.gov.br

Maria Conceição Soares Meneses Lage
Curso de Arqueologia da Universidade Federal do Piauí – UFPI
meneses.lage@gmail.com

Wellington Lage
Centro de Estudos de Arqueologia, Arte e Ciências do Patrimônio – CEAACP / Universidade de Coimbra – UC
welingtonlage@gmail.com

O Sítio Arqueológico Pedra do Perdiz, localizado na Comunidade Indígena Perdiz - Terra Indígena São Marcos, Pacaraima, Roraima é um sítio formado por um conjunto de matações e blocos rochosos





graníticos com pinturas rupestres. Durante ação de fiscalização do IPHAN-RR em 2019 foram identificados problemas de conservação de origens naturais e antrópicas, bem como uma demanda da comunidade para resolução de tais problemas. Por meio de licitação o IPHAN-RR contratou a empresa W Lage Consultoria Científica Ltda, que realizou as ações de conservação com a participação de membros da comunidade. A Associação do Povos Indígenas da Terra São Marcos – APITSM e o Tuxaua da comunidade Perdiz forneceram autorização para execução do projeto. Na ocasião, aconteceu também uma oficina com apresentação do projeto, da equipe, dos equipamentos e orientação quanto a ações de monitoramento do sítio. Todas as medidas de segurança necessárias para o período de pandemia da COVID-19 foram cumpridas. O trabalho realizou-se em 2022 e teve a finalidade de desacelerar a degradação e realizar ações a fim de controlar as alterações naturais (galerias de cupins, ninhos de vespas, raízes grimpantes etc.) e eliminar ou minimizar as alterações antrópicas introduzidas em painéis pré-coloniais do citado sítio, como as pichações. Procedeu-se também a consolidação das placas rochosas com pinturas pré-coloniais que se encontravam prestes a cair. Em 2024, foi encaminhada uma versão impressa do Produto Final à APITSM e também foi entregue pessoalmente um exemplar ao atual Tuxaua da Comunidade Perdiz.

“O MUSEU INTEGRADO DE RORAIMA (MIRR) E SEU ACERVO ARQUEOLÓGICO: UM LEGADO HISTÓRICO-CULTURAL PARA OS POVOS DA AMAZÔNIA”

Milena Miguel de Oliveira
Discente Gestão Territorial Indígena - INSIKIRAN/UFRR
21milenamiguel@gmail.com

Maria Alejandra Rosales Vera Barbosa
Docente Orientador INSIKIRAN/UFRR

Esta pesquisa objetiva reconstruir a memória e história do Museu Integrado de Roraima (MIRR) com foco no seu acervo arqueológico, de significativa importância para a reconstrução da história ancestral dos povos da região e para os estudos de arqueologia na Amazônia. O referido Museu está localizado em Boa Vista, capital do estado de Roraima em Brasil. Foi inaugurado em fevereiro de 1985 e é atualmente vinculado à Secretaria Estadual de Cultura e Turismo (SECULT). A sua instalação física inicial foi no interior do Parque Anauá considerado na época de arquitetura ousada e de inspiração regional. Nos primeiros anos contou com assessorias de importantes instituições como o Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG), o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) dentre outros; passando posteriormente a desenvolver parcerias com a Universidade Federal de Roraima (UFRR) e a Universidade Estadual de Roraima (UERR). O Museu Integrado de Roraima possui um acervo biocultural de relevância científica, tais como coleções herbárias, insetário, reptéis e peixes, assim como artefatos e cultura material etnográfica e arqueológica. Em relação ao patrimônio arqueológico é necessário destacar os artefatos e registros rupestres oriundos do sítio Pedra Pintada que fizeram parte do “Projeto Roraima” nos anos 80. Este projeto desenvolvido pelo arqueólogo gaúcho Pedro Mentz Ribeiro (1985, 1987) foi o primeiro do Brasil a ter na arte rupestre como seu principal objetivo. No entanto, esta pesquisa não foi concluída, restando poucas informações e publicações da mesma, além de seu legado se encontrar disperso em várias instituições. Desde o ano de 2011 que, o Museu Integrado de Roraima encontra-se desativado e seus acervos guardados em diversos prédios públicos, concentrando-se a maior parte na guarda da Secretaria Estadual de Cultura que funciona também no Parque Anauá. O interesse crescente pelo patrimônio cultural e arqueológico dos povos indígenas da Amazônia é bem antigo principalmente no cenário das pesquisas históricas, artísticas e antropológicas brasileiras. Dentro desse panorama observamos um crescimento exponencial de





indígenas no ensino superior e em programas de pós-graduação, ocupando cada vez mais lugares protagônicos nestas áreas de pesquisa científica, gestão cultural e de patrimônio. Pois, as ações de resgate e gestão histórica-cultural dos patrimônios indígenas compreendem seus próprios posicionamentos e interesses. Entretanto, os museus enquanto espaços de preservação da memória implicam no reconhecimento e valorização destes legados o que envolve um diálogo bastante complexo. Neste sentido, acreditamos que um dos papéis dos museus hoje em dia, é a condução respeitosa de um diálogo intercultural e este diálogo se amplia e efetiva quando há possibilidades de visibilizar os acervos e coleções. Em suma, o objetivo geral da proposta é reconstruir a memória e uma parte importante da história antiga dos povos indígenas da região, através dos acervos arqueológicos do Museu Integrado de Roraima. É ao mesmo tempo, ressignificar o museu e o patrimônio cultural indígena local. A pesquisa do levantamento histórico e documental acerca do MIRR e de seu acervo arqueológico será realizada primeiramente nas instituições estaduais que possuem estas informações e mantém a guarda dos acervos na atualidade. Além disso, será necessário uma extensa pesquisa bibliográfica pela internet e bibliotecas locais. E para complementar, faremos uma investigação hemerográfica na coleção de jornais e revistas locais da época dos estudos arqueológicos do Projeto Roraima na Pedra Pintada e, da inauguração do Museu em Roraima até os dias atuais. Pretende-se também como produtos finais desta pesquisa, elaborar trabalho acadêmico de monografia para conclusão do curso de gestão territorial indígena com ênfase em patrimônio cultural além de um video-documentário.

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO INDÍGENA NA TERRA INDÍGENA TROMBETAS-MAPUERA, RORAIMA

Claide de Paula Moraes

Professor - Universidade Federal do Oeste do Pará

claide29@gmail.com

Jaime Xamen Wai Wai

Mestre em Arqueologia - Universidade Federal de Minas Gerais

Igor Morais Mariano Rodrigues

Professor - Universidade Federal do Oeste do Pará

Roraima é ainda pouco conhecida pela arqueologia. De acordo com o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, estão registrados 422 sítios arqueológicos no Estado. Na porção da Terra Indígena Trombetas-Mapuera, que ocupa mais de 565 mil hectares do sudeste de Roraima, não existem sítios cadastrados. Esta proposta de comunicação tem o objetivo de dar início ao preenchimento desse vazio de informações. Como parte das atividades desenvolvidas no âmbito do projeto “Patrimônio e territorialidade: passado, presente e futuro nas perspectivas tacana, t’simane e waiwai”, apresentaremos os dados iniciais de uma vistoria não interventiva que pôde observar mais de uma centena de sítios arqueológicos. Mostraremos como uma pesquisa colaborativa, e com participação efetiva de pesquisadores indígenas, que adiciona camadas importantes para o reconhecimento, interpretação, valorização e conexão de evidências de diferentes momentos do passado com o modo de vida atual, é importante não só para arqueologia, mas também para a manutenção da Amazônia e do bem viver das comunidades tradicionais.





Nota: Esta comunicação é o resultado do trabalho de muitos autores, aparecem só 3 na comunicação em função das regras estabelecidas pelo evento. São também autores da pesquisa: Sara Deambrozi Coelho, Cezar Ceyzan Wai Wai e Carla Jaimes Betancourt.

TECENDO RELAÇÕES ENTRE PRESENTE E PASSADO: AS COLEÇÕES ETNOGRÁFICAS E OS POVOS WAI WAI

Igor Morais Mariano Rodrigues
Universidade Federal do Oeste do Pará
igor_mmrodrigues@hotmail.com

Desde meados do século XIX os povos Wai Wai, situados na região de fronteira entre Brasil e Guiana, se encontraram com diversos não indígenas que circularam na região, com diferentes finalidades. Desses encontros, muitos resultaram em trocas de bens materiais entre não indígenas e indígenas, contribuindo assim para a formação do que é conhecido hoje em dia como “coleções etnográficas”. Tais coleções podem ser estudadas de diversas maneiras e, no âmbito do projeto “Patrimônio e territorialidade: passado, presente e futuro nas perspectivas tacana, t’simane e waiwai”, buscamos aproximar os descendentes atuais dos povos Wai Wai de três coleções mantidas em museus europeus, formadas entre o século XIX e princípios do século XX, para saber o que eles pensam sobre isso. A partir desses reencontros, feitos de forma virtual e também presencial, diversas conexões foram tecidas a partir dessas coleções, criando vínculos entre diferentes tempos, lugares, pessoas e práticas. Com a vantagem de preservar materiais perecíveis, essas coleções contribuem, ademais, para compreendermos melhor diferentes relações com a floresta e também para repensarmos algumas separações criadas pela Ciência, como a distinção entre objetos e coleções etnográficas e arqueológicos.

UMA PEDRA AMOGÓ NO CAMINHO: À GUIA DO “PROGRESSO DOS BRANCOS”

Irmânio Sarmento de Magalhães
Mestrando do Instituto de Antropologia Social (INAN) da Universidade Federal de Roraima
irmaniosarmento@gmail.com

Este trabalho irá apresentar um conjunto de denúncias e reclamações feitas de forma oficial pela Associação dos Povos da Terra Indígena São Marcos aos órgãos competentes sobre os impactos causados por obras de infraestrutura em seus lugares ancestrais que são conhecidos na comunidade científica como sítios arqueológicos. Dentre estas denúncias destaco aquelas referente as obras de alargamento da rodovia federal BR 174 realizadas a partir de 2019 e que, posteriormente, incorporaram a implantação de torres de transmissão de energia e que impactaram dezenas de sítios arqueológicos. Ao longo de quase cinco anos tem havido uma intensa troca de documentos entre a Associação dos Povos da Terra Indígena São Marcos e o Centro Nacional de Arqueologia (CNA/Brasília), a Superintendência do Instituto do Patrimônio, Histórico e Artístico Nacional em Roraima- IPHAN-RR e Ministério Público Federal (MPF), sem que nada tenha sido efetivamente resolvido. Tal situação tem gerado um forte descontentamento por parte das lideranças Indígenas da T.I São Marcos que estão vendo o seu território ser invadido e seus lugares de memória destruídos sem que haja qualquer tipo de reparação. Denúncias como esta refletem apenas uma parte dos problemas que historicamente Roraima enfrenta com relação ao seu patrimônio arqueológico e que passam pela carência de pesquisas acadêmicas, pela ausência de arqueólogos e de um local





apropriado e pessoal capacitado para a guarda e manutenção do acervo arqueológico. O quadro é desolador e precisa vir à tona para ser discutido e cobrado ações efetivas dos órgãos competentes e do Governo de Roraima.

MEMÓRIAS E PAISAGENS WAIWAI: DIÁLOGOS ENTRE ECOLOGIA E ARQUEOLOGIA¹

Sara Deambrozi Coelho
Universidade Estadual de Campinas – Unicamp
saradeambrozi@gmail.com

A presente pesquisa tem como objetivo investigar as transformações na disponibilidade de alimentos nas paisagens por onde o povo indígena Waiwai transita, interage e maneja, cujo território se localiza parcialmente na porção roraimense da Terra Indígena Trombetas-Mapuera. Os Waiwai se movimentam historicamente entre quintais, roças e florestas em um amplo território, onde realizam trocas e se relacionam com diversos povos, plantas e outros seres. Ao olharmos as paisagens das aldeias contemporâneas, diversos são os locais onde há concentração de plantas alimentícias tradicionais, como buritizais e castanhais, muitas vezes ocorrendo em locais de sítios arqueológicos. Nesse contexto, buscaremos compreender as interações dos Waiwai com as plantas alimentícias tradicionais, no passado e presente, para refletirmos sobre as criações e manutenção de tais paisagens abundantes em alimentos. Através das plantas, dos vestígios arqueológicos e das narrativas e memórias dos povos locais é possível compreender as transformações que agentes humanos e não humanos exerceram e exercem nas paisagens, compreendidas como paisagens bioculturais. Nesta apresentação, buscaremos refletir sobre os dados iniciais da pesquisa de doutorado que vem sendo construída de forma colaborativa com pesquisadores indígenas e não indígenas e em diálogo entre ecologia e arqueologia no âmbito do projeto “Patrimônio e Territorialidade: passado, presente e futuro nas perspectivas Tacana, T’simane e Waiwai”. Essa análise poderá nos ajudar a discutir a conservação da sociobiodiversidade e o patrimônio biocultural dos povos indígenas da região.

1. São também co-autores desta comunicação: Jaime Xamen Wai Wai, Rubana Palhares Alves, Carolina Levis, Bernardo Flores e Giulia Melilli Serbin. Esta comunicação é resultado do trabalho de doutorado da Sara D. Coelho, sob orientação da Prof. Dra. Célia Regina T. Futemma (Nepam/IFCH- Unicamp, SP) e coorientação do Prof. Dr. Eduardo S. Brondízio (Indiana University, EUA).

URNAS FUNERÁRIAS DE ARAÇÁ

Léia da Silva Ramos
Universidade de Brasília
lesilvaramos@gmail.com

A comunidade Araçá está localizada na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. No município de Normandia no Estado de Roraima. Na pesquisa de graduação tive a oportunidade de conhecer alguns sítios arqueológicos como a urna funerária de Araçá. Que fica no início das serras. Durante a pesquisa de visitas pude ver a panela de barro com vários ossos de pessoas. Mais devido ao acesso de pessoas até mesmo de animais por aqueles lugares. Estão bem deteriorados. Mais ainda existem algumas partes do corpo de um ser humano. Portanto é grande a importância de valorização e preservação para que possamos ter meios para registrar as nossas histórias. E essas urnas são as provas de que aos nossos antepassados viveram e conquistaram espaços e lutaram para sobreviver.





A OLEIRA PUPŶKARY: RELAÇÕES ENTRE AS PRÁTICAS ANCESTRAIS E ATUAIS

Elaine Cristina Guedes Wanderley
Universidade Federal do Amazonas
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
elaineparintins@gmail.com

A olaria é por excelência uma atividade feminina e revela como a vida se conecta ao barro/argila fabricando corpos e humanizando objetos. Este trabalho relata experiências e histórias de mulheres oleiras Pupŷkary, do município de Lábrea e Pauini no Estado do Amazonas, região do rio Purus/AM sobre as cerâmicas arqueológicas, as atividades de olaria atuais e suas transformações ao longo do tempo. Uma destas histórias fala sobre sítios arqueológicos do tipo geoglifo e vasos antropomórficos de cerâmica. Patiniru, esposa de Mapinguari, um personagem da história dos Pupŷkary fabricara um vaso de argila simples, e o mapinguari colocou o crânio de uma pessoa que ele teria matado e comido com castanha dentro deste recipiente. Ao ser enterrada, a vasilha teria se transformado no rosto da pessoa que ele comeria. Os relatos versam sobre as técnicas de manufatura, regras para a coleta o barro e os cuidados com o corpo referente ao fluxo menstrual, gravidez e fluidos sexuais para não incomodar a “mãe do barro”. Assim, a prática da olaria envolve relações que através da argila dá vida a cerâmicas antropomorfas com formatos de gente, rostos, corpos fabricados e humanizados; revela também materialidades para dar formas e brilho como seixos para alisamento ou minerais utilizados como corantes para pinturas pós-queima. Olhar para diferentes formas de vida uma vez que elas interagem e criam relações entre diferentes espécies com os seres humanos é uma reflexão que pretendo abordar. Patiniru está ligada a um mundo social não humano; caripé é um vegetal que se transforma e perpassa pelo barro, é triturado, queimado, vira cinza formando outros objetos; o breu do jatobá ao ser derretido, atravessa e transcorre a argila modelada. São elementos que dão conta de pensar fluxos nesse universo de movimentações e ciclos de deslocamentos considerando que a prática da olaria se estende e engloba muitos organismos que habitam o mundo.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 52 - HISTÓRIA INDÍGENA DA AMAZÔNIA: CULTURA, TRABALHO, CIDADE, MOVIMENTOS E PROTAGONISMOS

Coordenação:

Bruno Miranda Braga - Faculdade Católica do Amazonas e Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas IGHA

Laiana Pereira dos Santos - Secretaria de Estado de Educação de Roraima SEED/RR

Resumo do Simpósio Temático: O ST propõe reunir pesquisadores e pesquisadoras interessados em discutir a Amazônia Indígena e suas diferentes histórias que se cruzam em alguns momentos. Partindo da aceitação dos povos indígenas como construtores de sua história, é possível seja nas fontes históricas, ou etnográficas, seja nas experiências dos sujeitos verificar ações e ações em prol de bem viver e bem-estar no seu território, e nas suas aldeias. Entendemos assim que os indígenas estavam e estão presentes na Amazônia em âmbito cultural, nos diferentes fazeres e ofícios de trabalho, nas cidades e atuando nos movimentos sempre, mesmo que “narrativas colonizadoras” tenham em vezes tentado os silenciar. Estudar os indígenas nesses contextos é tarefa que exige, especialmente no caso traçar uma etnohistória, isto é, uma narrativa que evidencie como eles foram se estabelecendo, como “sumiram” ou foram silenciados da oficialidade em alguns momentos e como está seu dever, sua etnogênese. Pensar os indígenas pelo viés cultural, no trabalho, na cidade, e na história requer “virar o jogo”, ouvir àqueles que não foram ouvidos. O ST também se propõe para além do campo acadêmico, de pesquisa grosso modo, a receber lideranças, membros, professores e estudantes indígenas tornando o mesmo um encontro de ouvir, de dialogar e de perceber a diversidade étnico-cultural e humana que é a Amazônia. Nesse sentido, serão aceitos trabalhos que versem sobre as ações dos povos indígenas em território amazônico em diferentes esferas e temporalidades, optamos em não por uma baliza temporal objetivando agregar, conversar e conhecer amplamente àquilo que os povos indígenas anseiam.





CUNHATÃS E CURUMINS: HISTÓRIAS COTIDIANAS DOS MENORES INDÍGENAS AMAZONENSES NO SÉCULO XIX

Bruno Miranda Braga

Faculdade Católica do Amazonas e Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas IGHA

brunomirandahistor@hotmail.com

A comunicação apresenta aspectos da História Indígena destacando o dia a dia dos meninos e meninas em convívio com os adultos na Província do Amazonas. Escrever uma possível história das infâncias indígenas no Amazonas oitocentista requer a sensibilidade e leitura aguçada das fontes. Assim como os adultos indígenas mesmo silenciados oficialmente, os menores estão nessas fontes em algumas vezes lutando ao lado de seus pais e parentes adultos. Escrever essas histórias é ler as entrelinhas e além disso, reverberar as questões atuais.

O status quo que se encontravam os menores indígenas levados para a capital da província, nem sempre convergia com a promessa de educação e profissionalização nos padrões humanos e éticos. Pesquisando jornais do período, nos defrontamos com diferentes queixas e denúncias sobre os “menores” que habitam a cidade, e muitos dos quais estavam “entregues ao relento”, na vadiagem e mendicância.

É relevante destacar que o “oferecimento” de menores caboclos e/ou indígenas, hoje se constitui uma “permanência histórica.” É comum pais e mães da hinterlândia, solicitarem ou entregarem seus filhos a troco de irem “estudar na capital” e esses menores em troca, servem como empregados na residência de quem os acolhe.

Muitas cenas da vida cotidiana do Amazonas oitocentista estão repletas de cunhantãs e curumins nos trabalhos, nos rituais, na família, e nos batismos. Há uma intensa inserção de menores indígenas na Igreja, fato que necessariamente não os convertia. Nesse sentido, a comunicação apresentará algumas das diversas histórias das infâncias indígenas do Amazonas no século XIX.

O FESTEJO DO PEIXE NA COMUNIDADE INDÍGENA VISTA NOVA COMO MANUTENÇÃO DA CULTURA INDÍGENA EM RORAIMA (2012-2023)

GILVANDRO MESSIAS DE SOUZA

Escola Estadual Indígena Davi de Souza – SEED/RR

eedavidessouza@gmail.com

BRITO LIMA ARAÚJO

Escola Estadual Indígena Davi de Souza – SEED/RR

O Festejo do Peixe é um projeto pedagógico da Escola Estadual Indígena Davi de Souza, localizada na Comunidade Indígena Vista Nova, etnoregião Baixo São Marcos, Boa Vista Zona Rural. Projeto este fundado no dia 28 de setembro de 2012, onde professores e o Primeiro Tuxaua Aldeir Menezes Maфра e a 2ª Tuxaua, Eliana de Souza Oliveira, tomaram a iniciativa de realizar sua primeira edição. A partir de então o Projeto Festejo do Peixe acontece anualmente, tendo apenas nos anos de 2020 e 2021 não realizado devido a Pandemia da COVID-19, tendo continuidade em 2022. O objetivo geral do projeto é fomentar o fortalecimento cultural e desportivo com base às tradições ancestrais da Região. Este projeto possibilita intercâmbios culturais e educacionais entre as escolas da Região Baixo São Marcos, aprendizagens significativas no campo da etnohistória, etnomatemática, linguagens, artes e principalmente na prática esportiva. Na sua programação constam competições de arco e flecha, cabo de guerra, futsal do lavrado e na sua última edição em 2023 o atletismo foi incluído, assim como





apresentações de Parixara, a abertura oficial com o desfile de todas as escolas municipais e estaduais, lideranças, professores. Compõe o projeto também o fomento à exposição e comercialização de artesanatos indígenas e comidas tradicionais como a Damorida de Peixe. A principal potencialidade econômica da Comunidade é o Peixe, proveniente do Rio Uraricoera, por esse motivo o Festejo recebe essa referência e na sua programação consta a premiação do pescador que pesca mais peixe. Desse modo, faz-se necessário mostrar os resultados do Projeto Festejo do Peixe para que a sociedade indígena e não indígena conheçam como a Escola e Comunidade tem trabalhado na perspectiva da manutenção da cultura indígena em Roraima.

PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS INTERCULTURAIS NA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA DAVI DE SOUZA (2023-2024)

Serena Barros dos Santos
Escola Estadual Indígena Davi de Souza – SEED/RR
eeidavidesouza@gmail.com

Francilene da Silva Duarte
Escola Estadual Indígena Davi de Souza – SEED/RR

A Escola Estadual Indígena Davi de Souza está localizada na Comunidade Indígena Vista Nova, Etnoregião Baixo São Marcos, Boa Vista Zona Rural. Em 2023 e início de 2024 práticas pedagógicas interculturais tem apresentado resultados significativos na aprendizagem dos alunos. Oficina de introdução a quadrinhos, palestra de saúde bucal e o projeto Horta Escolar foram os projetos desenvolvidos em parceria com professores da própria escola, profissionais convidados de outras instituições como UFRR, Faculdades Cathedral e Eneva. A Oficina de introdução a Quadrinhos, por exemplo, foi ministrado pelo Ilustrador e quadrinista Raphael Porto Ribeiro que é Mestre em Comunicação, e a oficina teve como objetivo apresentar os elementos que compõem uma história em quadrinhos, como painéis, balões de diálogo, criação de personagens, legendas, efeitos sonoros e principalmente explorar o imaginário do aluno na criação de um enredo a partir de sua realidade dentro da comunidade. Houve um rápido exercício criativo dos alunos no pátio da escola e os resultados foram satisfatórios. Quanto à palestra de saúde bucal esta foi realizada pelos alunos Sandro Barros dos Santos e Elane Martins Barros do Curso de Odontologia da Faculdade Cathedral e a proposta da palestra foi direcionada aos alunos do 6º e 7º ano do Ensino Fundamental II com o objetivo de explicar a importância de manter uma boa higiene bucal para prevenir cáries, doenças gengivais e outros problemas dentários, foi demonstrada a escovação correta, uso do fio dental e por fim a distribuição de kits com escovas e cremes dentais para os alunos. Esta ação foi significativa para os alunos, pois com a palestra eles puderam aprender também sobre a importância da alimentação saudável, dos cuidados e hábitos bucais. E por fim, em parceria com a Empresa brasileira de energia Eneva S.A foi desenvolvido o Projeto Escolar, a empresa financiou a parte física da horta com 4 canteiros, cobertura com tela sombrite, equipamentos de rega e instalação do sistema, a empresa realizou capacitação para equipe gestora, dois professores, pessoal de apoio e alguns pais/responsáveis assim como financiou as mudas, sementes e insumos agrícolas. É importante frisar que a horta é orgânica e todo monitoramento foi realizado pelos alunos e servidores da E.E.I Davi de Souza, e o objetivo desde projeto é promover uma experiência pedagógica que promova aprendizagem sobre alimentação saudável, consciência ambiental, espaço, água, solo, clima, plantio e colheita de forma interdisciplinar envolvendo todas as áreas de conhecimento.





GAIVOTAS DA PRAIA DA ONÇA: O PARIXARA COMO CELEBRAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA ATRAVÉS DA DANÇA

Wellington Costa Mafra
Escola Estadual Indígena Davi de Souza – SEED/RR
eetidavidesouza@gmail.com

Laiana Pereira dos Santos
Escola Estadual Indígena Davi de Souza – SEED/RR

Gaivotas da Praia da Onça é o grupo oficial de Parixara da Escola Estadual Indígena Davi de Souza, localizada na Comunidade Indígena Vista Nova, Região Baixo São Marcos, Boa Vista Zona Rural. O projeto Gaivotas da Praia da Onça surgiu em 2023 com o objetivo de consolidar na escola um grupo oficial de Parixara e este é coordenado pelos Professores Wellington Costa Mafra, Gilvandro Messias de Souza e pelo Monitor do Centro de Convivência da Juventude, Phelipe Almeida. O Parixara é uma dança com música na língua mãe. Através da dança existe a conexão com valores e tradições dos antepassados. No Parixara há cantos de recepção ou boas vindas, cantos de agradecimento à mãe terra, e cantos de animação que enaltecem as raízes ancestrais. O Parixara não é só uma dança é a celebração e manutenção dos povos indígenas, é a resistência perante a sociedade envolvente. Dentre os objetivos do Projeto Gaivotas da Praia da Onça é valorizar a cultura dos povos indígenas de Roraima, assim como promover respeito e orgulho das raízes culturais, facilitar a participação dos alunos na dança e cantos, estimular o desenvolvimento da autoestima, confiança, coordenação motora e trabalho em equipe. Por conta do Projeto Gaivotas da Praia da Onça, as professoras Maria Raposo e Marileide Tavares desenvolveram outro projeto que foi da confecção das saias tradicionais com a palha de buriti. A partir disso os alunos que compõem o grupo de Parixara Gaivotas da Praia da Onça iniciaram suas apresentações em 2023 nos eventos da comunidade, região e em Boa Vista, em especial em um evento a convite da empresa de Energia Eneva S.A que possibilitou a saída dos alunos da comunidade para a capital Boa Vista para o encerramento do “Eneva nas comunidades” evento realizado no Aipana Plaza Hotel, e a partir dessa experiência os alunos sentiram-se valorizados culturalmente. Portanto, o projeto está em andamento visando oferecer oportunidades de aprendizagens significativas e manutenção da cultura indígena.

PROJETO NARRATIVAS INDÍGENAS NA COMUNIDADE INDÍGENA VISTA NOVA (2023)

Gislaine Cristina da Silva
Escola Estadual Indígena Davi de Souza – SEED/RR
eetidavidesouza@gmail.com

Laiana Pereira dos Santos
Escola Estadual Indígena Davi de Souza – SEED/RR

O projeto Narrativas indígenas na Comunidade Indígena Vista Nova surgiu como proposta em 2023 por iniciativa da Professora de História, Laiana Pereira dos Santos junto com a turma do 8º ano do Ensino Fundamental II da Escola Estadual Indígena Davi de Souza. O objetivo principal como parte das aulas de História implicava em materializar narrativas indígenas a partir da fala dos moradores mais antigos da Comunidade. Nas aulas aos alunos foi apresentada a proposta, a partir disso houve a seleção dos moradores mais antigos que iriam compor a pesquisa, junto aos alunos houve as organizações das perguntas em coletividade que seriam aplicadas na entrevista, a professora orientou





os alunos sobre o papel e postura do pesquisador, explicou como seriam realizadas as entrevistas, como deveria ser abordagem, dos materiais que seriam necessários e o que seria realizado após as entrevistas (transcrição). Apenas duas entrevistas foram realizadas, a primeira foi no dia 17 de abril de 2023 com o Senhor Raimundo Mafra dos Santos (Seu Mundinho) em sua residência e no dia 18 de abril de 2023 foi realizada a segunda entrevista essa com o Sr. Raimundo Mafra (pai do Seu Mundinho) ele mora na comunidade Vista Nova, porém a ida até a residência do entrevistado necessitou de transporte por conta da distância. A partir das duas primeiras entrevistas foi possível coletar informações históricas riquíssimas para a Comunidade e a Escola. Para os alunos as primeiras experiências foram significativas. O projeto será retomado em 2024, sem previsão de encerramento. Por fim, é importante enfatizar que o projeto é crucial para a materialização de dados e narrativas uma vez que as fontes orais encontram-se presentes no cotidiano da comunidade. Nesse projeto o protagonismo dos alunos como pesquisadores e dos entrevistados como sujeitos históricos ficaram evidentes. São os netos na construção material de uma narrativa falada pela memória dos seus avós.

O MOVIMENTO DOS ESTUDANTES INDÍGENAS DO AMAZONAS: MOBILIZAÇÕES, EXPERIÊNCIAS E OUTRAS PERSPECTIVAS DE CIÊNCIA (2016-2024)

Ízabel Cristine Silva dos Santos

Agência de Fomento: Fundação de Amparo a Pesquisa do Amazonas – FAPEAM

izabelcristinesilva29@gmail.com

Renata Helena Ribeiro Ferreira

Agência de Fomento: Fundação de Amparo a Pesquisa do Amazonas – FAPEAM

meiam.estudantes@gmail.com

O Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas – MEIAM – é um segmento do movimento indígena organizado do Estado que se articula com as instituições de ensino superior públicas afim de garantir políticas acadêmicas e afirmativas para indígenas. Sua fundação data em 9 de Setembro de 1993; sendo portanto uma organização pioneira no Brasil, nas incidências sobre reserva de vagas específicas para indígenas; que passou a ser garantida apenas em 2012 com a Lei nº 12.711 2012, referente às cotas raciais. Nesse sentido, abordaremos as lutas, as estratégias de organização e mobilização dos estudantes indígenas do Amazonas no espaço acadêmico, compreendendo a complexidade que corresponde o estado do Amazonas quando se fala em educação para povos indígenas em suas diversas categorias; seja pela diversidade de povos, seja por questões geográficas. Nossa proposta visa destacar a presença indígena no ensino superior do Amazonas de 2016 a 2024 e como os estudantes indígenas estão apresentando perspectivas outras de ciência quando articulam o saber tradicional com o saber ocidental, onde se apropriam desses conhecimentos para fortalecer e reafirmar as identidades dos povos do estado.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 53 - MAPEAMENTO DA LITERATURA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA NA ABYA YALA: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS

Coordenação:

Profa. Dra. Rita Olivieri-Godet (Université Rennes 2 / Institut Universitaire de France)

Profa. Dra. Rubelise da Cunha (Universidade Federal do Rio Grande)

Resumo do Simpósio Temático: No contexto atual do continente americano – a ABYA YALA dos povos originários – a presença impactante de uma produção literária de autores indígenas que se apropriam das línguas europeias colonizadoras para subverterem os paradigmas da colonialidade desempenha um papel importante no processo de autorrepresentação e de superação da invisibilização étnica dos povos indígenas. Este simpósio propõe-se a esboçar um mapeamento de vozes relevantes no espaço literário contemporâneo de Abya Yala, dedicando-se a um corpus literário de autoria indígena, publicado em português, francês, inglês e espanhol, destacando seus principais eixos temáticos e procedimentos estéticos. A perspectiva comparada, abrindo-se a um diálogo para além das fronteiras nacionais, é bem-vinda, embora não seja exclusiva. As propostas submetidas ao simpósio devem contemplar as questões atinentes a essa produção. Entre outras pistas que se oferecem à reflexão, pode-se destacar: as relações ao espaço e à temporalidade; a inscrição do corpo no espaço; o resgate da memória ancestral e sua transmissão intergeracional; a permeabilidade entre a matéria indígena ancestral (narrativas orais, míticas) e a produção escrita; a dimensão histórica da territorialidade autóctone; as interações entre o humano e o não humano em consonância com um imaginário de ampliação do eu; a relação da escrita com a práxis política; a fricção linguística e cultural com as culturas nacionais institucionalizadas.





A POESIA DE MARIE-ANDRÉE GILL, POETA INNUE: DECOLONIZAR ATRAVÉS DO ÍNTIMO

Rita Olivieri-Godet
Université Rennes 2
Institut Universitaire de France
UFRR e AGSUS
ritagodet20@gmail.com

No cenário contemporâneo literário e artístico do Quebec, autoras e autores ameríndios, pertencentes a diferentes etnias, ocupam um lugar de relevo, arrebatando prêmios, despertando o interesse de universitários e editores, participando de festivais de arte e sendo cada vez mais solicitados pela mídia. Entre as mulheres que ocupam uma posição de destaque nesse processo encontra-se Marie-Andrée Gill (1986-), uma das representantes da nova geração de poetas. Gill estreou na literatura com a coletânea *Béante*, publicada em 2012; em 2015 publicou *Framer* e, em seguida, em 2019, *Chaufer le dehors*. As três coletâneas foram contempladas com o prêmio literário na categoria poesia do Salão do Livro do Saguenay–Lac-Saint-Jean (2013, 2016, 2019). Para aqueles que acompanham a produção da literatura autóctone no Quebec fica evidente uma mudança de rumo, em torno da segunda década do século em curso. Alguns escritores autóctones, pertencentes à nova geração, entre os quais se destaca Marie Andrée Gill, criticam o que eles consideram ser uma representação estereotipada dos povos originários. Ir além do que julgam ser uma representação congelada no tempo, eis o desafio a que se propõem. No caso da poesia de Gill, é possível constatar uma alteração do foco da descrição objetiva das tradições culturais e um afastamento da voz coletiva para abraçar uma dimensão mais individual, elegendo um registro mais íntimo. Caberia indagar de que forma essa “intimidade” se articula com o coletivo? De que maneira os textos poéticos de Marie-Andrée Gill sinalizam o empenho em “decolonizar através do íntimo”? Movida pelo interesse em avaliar essa dimensão, a comunicação propõe-se a observar a esfera da escrita do íntimo (*écriture de l'intime*) em poemas de Marie-Andrée Gill que encenam a relação corpo-território, acionando um imaginário erótico que explora as interações entre o humano e o não humano.

A LITERATURA INDÍGENA E A TERRA COMO PEDAGOGIA: UM CANTO CONTRACOLONIAL

Rubelise da Cunha
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
rubelisecunha@furg.br

Em seu ensaio "Land as pedagogy: Nishnaabeg intelligence and rebellious transformation" (2014), a escritora e artista Leanne Betasamosake Simpson, do povo Michi Saagiig Nishnaabeg do Canadá, defende o resgate do território como pedagogia, tanto como processo quanto como contexto para a inteligência Nishnaabeg, a fim de nutrir uma geração de povos indígenas que tenham habilidades, conhecimento e valores para reconstruir a nação de acordo com visões de mundo e valores da cultura Nishnaabeg. Simpson explora tais questões em seu trabalho crítico-teórico, assim como desenvolve seu trabalho literário, artístico e educacional a partir das visões propostas pelas ontoepistemologias de seu povo. No contexto brasileiro, um aspecto marcante da literatura indígena também é a demarcação do território físico e epistemológico a partir da anterioridade da presença dos povos originários à imposição da nação brasileira. Observamos este posicionamento e atitude que transita na arte e na teoria crítica nas obras de escritoras indígenas contemporâneas como Trudruá Dorrico (Macuxi) e Ellen Lima Wassu (Wassu Cocal). Nesta comunicação, que se inclui no eixo temático Literatura Indígena na Abya Yala (América), pretendo aproximar o trabalho crítico teórico e poético da





autora indígena canadense ao das autoras brasileiras no intuito de explorar como a literatura indígena desestabiliza a noção de nação eurocêntrica ao reafirmar o pertencimento ancestral como ponto central para a constituição identitária dos povos originários. Ao se incluírem no território epistêmico eurocêntrico, as obras literárias indígenas também demarcam seu diferencial, o qual é pautado pela pertença que remonta às performances narrativas ancestrais, portanto a uma ideia de espaço geográfico, político e coletivo anterior ao conceito de Estado moderno. É através de um canto de retomada do território através da palavra poética, numa aliança com a Mãe Terra/Mother Earth, que as autoras dialogam com o conceito de território como pedagogia, fazendo de sua atuação como poetisas e intelectuais indígenas uma rebelião contracolonial.

#LEIAMULHERESINDÍGENAS: ETNOMÍDIA E NARRATIVAS TRANSMIDIÁTICAS NA LITERATURA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA

Lorenza Borba Santos
Universidade Federal do Rio Grande - FURG
lorenzaborbas@hotmail.com

O presente trabalho busca discutir a utilização da etnomídia para a divulgação da literatura indígena e também a utilização que escritoras indígenas fazem das tecnologias para criarem narrativas transmidiáticas. Iremos focar nas autoras Trudruá Dorrico, Mayra Sigwalt e Leanne Betasamosake Simpson e a forma como utilizam as plataformas Instagram, Spotify e Youtube. A oralidade e a performatividade são elementos importantes para a literatura indígena, que originalmente transmitia conhecimento através de contações de histórias de geração em geração. As novas gerações trazem com mais força e características da atualidade, influências das tecnologias e novas mídias, porém mantendo um centro em comum com as suas predecessoras. Ao discutir sobre a influência digital para o ativismo indígena e para a literatura indígena em si, utilizamos a ideia de etnomídia como ferramenta de ampliação e difusão de vozes através da construção de territórios digitais. Vemos também a necessidade de uma reconfiguração da literatura para abraçar a crescente produção de escritoras que se utilizam de variados gêneros e expressões artísticas para a construção de suas narrativas. Através da utilização única das mídias que a internet oferece para que pessoas pertencentes a povos originários, não somente recebam informações, mas que produzam e disseminem diretamente, sem mediações, com suas próprias vozes, suas demandas, suas culturas, suas histórias e estórias, vemos a construção de territórios digitais fortes, imaginados e sonhados, compartilhados de norte a sul de Abya Yala.

A ESCRITA INTERCULTURAL DE JOSÉPHINE BACON NO CONTEXTO DE ABYA AYLA

Licia Soares de Souza
UNEB
liciasos@hotmail.com

No traçado da pluralidade de interpretações sobre a designação dos continentes americanos, buscou-se sempre ressaltar a questão da apropriação do território com o consequente apagamento das tradições culturais dos povos autóctones. Estes povos originais nunca cessaram de atribuir nomes diferentes às regiões que ocupavam (Towantinsueju, Anahuac, Pindorama), mas a expressão Abya Yala passou a ser cada vez mais usada em uma tentativa de se criar um sentido de unidade e pertencimento continental. Neste momento crucial, os excluídos de Abya Yala, tentando demolir a





colonialidade do poder com sua desobediência epistêmica e resistência política, e partem para construir um mundo plural e intercultural. Nesse âmbito, essa comunicação se concentra na obra da escritora ameríndia Joséphine Bacon que inaugura uma nova história da poesia no Quebec. Sequestrada pela igreja católica, com dez anos, de seu meio autóctone, a poetisa escreve de forma bilingue, em francês e em innu, buscando restituir simbolicamente ao seu povo as tradições que lhe foram roubadas. Josephine Bacon se inscreve assim no processo de fortalecimento da resistência dos povos indígenas e afro-americanos que adquirem força igualmente nas lutas de gênero e ecológicas.

VOZES POÉTICAS DA FLORESTA: IDENTIDADE E IDENTIFICAÇÃO

Brigitte Thiérion

Université Sorbonne Nouvelle/CREPAL (França)

brigitte.thierion@free.fr

Nesta comunicação, exploraremos dois universos poéticos femininos. Márcia Wayna Kambeba, em Saberes da Floresta (2020) e O lugar do saber ancestral (2021), explora poeticamente os lugares, territórios de sua infância e de suas vivências, territórios de memória e saberes, legados de seus antepassados. O seu profundo conhecimento das águas e da terra firma a sua identidade Kambeba e ecoa as transformações operadas no contato com um mundo capitalista que ameaçam um equilíbrio imemorial. Julie Trudruá Dorrico, em Eu sou Macuxi e outras histórias (2019) e Retomada (2023), opera uma reconstrução identitária a partir de um território-raiz, cuja linguagem e vivência lhe foi vetada até uma época recente. A sua poesia traduz o percurso interior que interroga o território originário e constrói um corpo território poético, uma vivência que a conecta e constrói o seu eu indígena e Macuxi. O trânsito entre as línguas opera a mediação entre os diversos mundos.

VOZES INDÍGENAS NA LITERATURA DE EXPRESSÃO AMAZÔNICA

Kauana de Carvalho Penalva

IFPA-CMI

kauana.penalva@ifpa.edu.br

Lorena de Carvalho Penalva

IFPA-CMI

lorena.penalva@ifpa.edu.br

Os relatos dos primeiros viajantes, missionários, cronistas e cientistas apresentam a Amazônia brasileira com características que geralmente convergem para o mesmo ponto: a perspectiva de cultura única, corroborada pela insistente negação da diferença e da alteridade. Consciente dessa problemática, a proposta é entender a maneira pela qual as formas de alteridade racial/cultural/histórica são demarcadas no texto literário de caráter amazônico, com a finalidade de perceber os limites do discurso representacional de grupos. O corpus desta pesquisa foi formado por uma seleção de textos literários de Milton Hatoum, Dalcídio Jurandir e Márcio Souza, escritores amazônicos que contrariam um tipo de literatura produzida na/ sobre a Amazônia, construindo narrativas que dão visibilidade a sujeitos e culturas subalternizados, como observado em Dois Irmãos (2000) e Cinzas do Norte (2005), de Milton Hatoum, e em A caligrafia de Deus (1994), de Márcio Souza. A intenção é fazer o mapeamento de algumas vozes indígenas que permeiam a escrita desses autores e que auxiliam na análise do estoque de imagens criado desde o processo de colonização e





exploração do território amazônico, isso porque se tem a consciência de que essas imagens são imprescindíveis nas relações de identificação desse espaço. Para isso, tomamos como ponto de partida as discussões de Homi K. Bhabha, Stuart Hall, Jacques Derrida, Walter Mignolo e Ana Pizarro, que têm ajudado a pensar a identidade cultural não como uma essência fixa e homogênea, que se mantém imutável, fora da história e da cultura, mas como um processo que se encontra em constante diálogo e transformação. Com o intuito de problematizar e desestabilizar hierarquias impostas pelo modelo hegemônico, esse trabalho contribui para que sejam ouvidas as vozes e versões silenciadas historicamente, propondo rediscutir epistemologias, discursos e ideias preconceituosas que mantêm estruturas de exclusão e impedem a manifestação da diferença.

CHIHUAILAF Y ANZALDÚA, VOZES QUE HABITAM A LITERATURA NA AMÉRICA LATINA

Cátia Goulart

Universidade Federal de Rio Grande

catiadgoulart@gmail.com

Desde os anos sessenta quando pensadores latino-americanistas buscando superar os limites das literaturas nacionalistas se propuseram a tarefa de tecer a história literária da América Latina, detectaram entre seus maiores desafios, a necessidade de refletirem sobre a diversidade de textualidades dos povos originários do continente. Se bem é verdade que tais pesquisadores privilegiaram a produção simbólica letrada e transcultural, é fato também que nesse movimento pela integração latino-americana eles souberam mapear a complexidade dos caminhos para tal estudo. Entre os principais aspectos destacados pelos pesquisadores estão a existência de línguas, culturas e textualidades múltiplas dos povos originários anteriores à invasão europeia; a versão de códices, hieróglifos e textos orais traduzidos ao alfabeto latino; a riqueza da cultura oral que se mantém viva nas comunidades remanescentes, assim como os expressivos rastros das culturas autóctones na cultura popular e, sobretudo, na literatura letrada de todo continente, como sintetiza Ana Pizarro (1985). Esse mapeamento deixou entre aberto diversos caminhos para pensarmos as representações simbólicas dos povos originários na América Latina, proposta que se reafirmaria de modo mais efetivo na obra Palavra, cultura e literatura na América Latina I e II, também coordenada por Pizarro e publicadas respectivamente nos anos de 1993 e 1994. É, portanto, ciente tanto da heterogeneidade dessa produção simbólica quanto da emergência de vozes que buscam a “soberania intelectual” para se auto representarem que entro nesse campo de estudos. Como professora e pesquisadora da literatura na América Latina, proponho-me a escutar, ler, refletir e dialogar com a obra de escritores que, nesse processo de auto representação, abrem espaços no campo literário ocidentalizado. Meu recorte, nessa etapa é entorno ao trabalho desenvolvido pela pensadora chicana Gloria Anzaldúa (1987), de origem náhuatl, e pelo escritor e oralitor Elicura Chihuailaf (1989), chileno, de origem mapuche, porque suas vozes, não só em suas produções literárias, mas também em suas reflexões críticas, exigem uma reconfiguração de nosso sistema literário.

Palavras chave: Literaturas indígenas; Elicura Chihuailaf; Gloria Anzaldúa

MAPEAMENTO DA LITERATURA MAKUXI

Julie Stefane Dorrico Peres

UFRR

Bolsista Capes/Tandem-UniKöln





juliedorrico@gmail.com

Em setembro de 2023, no PPGL da Universidade Federal de Roraima, no contexto da oficina de mapeamento da literatura makuxi foram identificados onze escritores pertencentes ao povo Makuxi que participam do sistema literário makuxi-brasileiro, seja via publicação editorial ou concurso, além dos professores-escretores que organizam livros de panton para difundir e preservar o makuusi maimu. O levantamento do material, em caráter documental possibilitou conhecer uma publicação ainda em 1975 de autoria de Gabriel Viriato Raposo, por uma editora na Itália, podendo ser uma das primeiras autorias makuxi, indígena do Brasil a despontar no sistema editorial mundial. Obra de canto, contos, poesia, autobiografia são alguns gêneros publicados pelos autores, e excepcionalmente, as panton, gênero específico da narrativa makuxi.

A reunião das obras possibilita reafirmar a memória, visto que alguns autores já ancestralizaram, e ao mesmo tempo apresentar aos jovens makuxi como são representados as narrativas e o povo nas obras autobiográficas, documentais e ficcionais em língua portuguesa e/ou makuxi, no Brasil.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 54 - DESLOCAMENTOS E TERRITORIALIZAÇÕES DOS POVOS INDÍGENAS NO IMPÉRIO PORTUGUÊS (XVI-XIX)

Coordenação:

Dr. Reinaldo Forte Carvalho -Universidade de Pernambuco – UPE Campus Petrolina

Dr. Almir Leal de Oliveira - Universidade Federal do Ceará – UFC.

Resumo do Simpósio Temático: Este Simpósio Temático tem como objetivo promover debate sobre a constituição de novos espaços coloniais a partir da posse dos territórios indígenas no período das conquistas. Nesta lógica, justifica-se essa proposta ao lançar um olhar sobre as conquistas d'além mar, buscando entender a multiplicidade e constituição de eventos, narrativas e relatos históricos a partir dos diversos deslocamentos/trajetórias na formação de novas territorialidades/identidades sejam espaciais/geográficas, político/econômica e ou, sócio/culturais que foram se constituindo a partir das várias negociações, embates e conflitos entre os vários sujeitos históricos no contexto do Ultramar. Segundo João Pacheco de Oliveira, uma nova fase é inaugurada em relação da sociedade com o território, pois deflagra transformações nas territorializações implicada nas modificações com sendo "um processo de reorganização social" (2004, p. 22). Conforme pontuou João Pacheco de Oliveira, estas transformações e redefinições nos levam a compreender que o processo de territorialização não pode e nem deve ser entendido como "de mão única, dirigido externamente e homogeneizador, pois a sua atualização pelos indígenas conduz justamente ao contrário" (2004, p. 28). Diante disto, os povos nativos foram sujeitos ativos e que estes também fizeram usos de leis e práticas para garantirem o uso de suas terras, proteção e diferença ao longo do processo histórico de formação sócio-espacial.

Palavras-chave: Deslocamentos, territórios, Império português.





UMA LÉGUA DE TERRA EM QUADRA: MOBILIZAÇÃO COLETIVA E PROTAGONISMO POLÍTICO INDÍGENA NA BAHIA (1700-1759)

Fabricio Lyrio Santos
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Bolsista de Produtividade 2 do CNPq
fabriciolurio@gmail.com

Os requerimentos de autoria indígena têm recebido pouca atenção nos estudos sobre a Bahia colonial. Para além das petições individuais almejando patentes, privilégios ou liberdade, merecem destaque os requerimentos coletivos, encaminhados em nome de uma comunidade ou aldeia, quase sempre envolvendo disputas de terras. Do ponto de vista teórico, mostram-se pertinentes os conceitos de representação, agência e protagonismo. A despeito das especificidades regionais, a instalação de uma aldeia pressupunha a definição de um terreno para a construção da igreja e o cultivo de subsistência, mas apenas com a demarcação obtinha-se o domínio efetivo. Mesmo assim, eventuais invasões continuavam gerando conflitos. Com o alvará régio de 1700, que concedia uma légua de terra em quadra, obteve-se uma garantia legal que amparava o recurso à coroa. Se é verdade que os religiosos frequentemente peticionavam em favor dos aldeados, há requerimentos encaminhados por eles próprios em defesa do que a legislação colonial lhes reconhecia como direito. A partir do levantamento realizado, identificamos nove pedidos de demarcação sendo cinco encaminhados pelos religiosos e quatro pelos próprios indígenas. Destes, dois acusam os colonos de usurparem as terras, um se volta contra um pároco secular e o outro interpela os jesuítas, afamados aliados nesta matéria. Ao contrário de uma simples dicotomia entre indígenas e colonos, mediada pelos religiosos, percebe-se a existência de interesses diversos. Entendemos que a análise dos requerimentos revela aspectos significativos das estratégias de mobilização coletiva das populações indígenas no espaço luso-brasileiro, desvelando seu protagonismo político.

DESLOCAMENTOS, TERRITORIALIDADES, AMBIENTE E AS POPULAÇÕES INDÍGENAS NOS SERTÕES DO MARANHÃO E PIAUÍ NO SÉCULO XVIII

Doutoranda Esmeralda Lima da Silva (UFRN)
Financiamento: Capes
esmeralda.lima.066@ufrn.edu.br

O processo de ocupação e povoamento luso no norte da América portuguesa durante o século XVIII provocou uma desestruturação e constantes alterações nas paisagens e nos espaços indígenas. Aos poucos, as fazendas de gado, em expansão da Bahia ao Piauí e Maranhão, ocupavam cada vez mais o interior, invadindo aldeias indígenas, desse modo, os conquistadores foram anexando mais territórios aos seus domínios. Nesse contexto, grande parte dos territórios ocupados e controlados por populações indígenas tornou-se fazendas criatórias, e assim o gado passou a compor a paisagem, anteriormente forjada nas dinâmicas e nas transformações oriundas das interações dos grupos indígenas com o ambiente, espalhando-se pelos campos. Desde então, os deslocamentos dos povos indígenas para outros territórios foram constantes, à medida que as fronteiras coloniais avançavam, no qual tiveram que enfrentar novos processos de territorialização, em busca de áreas distantes dos territórios coloniais que se formavam. Nesse cenário, muitos grupos indígenas adentraram nas terras do Piauí e Maranhão como espaço de refúgio para muitas de suas nações que fugiam dos avanços do gado. De modo geral, a perda dos territórios implicava, na maioria dos casos, a fragmentação daqueles grupos étnicos. Portanto, por meio da análise de diversas fontes documentais, buscamos





evidenciar o caso dos Gueguê, Timbira, Acoroá e Pimenteira, que devido as disputas travadas com os portugueses em torno do território, intensificou-se as dinâmicas de mobilidade e deslocamento, no qual passaram a ocupar os sertões do Piauí e posteriormente do Maranhão. Nosso objetivo é demonstrar como esses grupos indígenas, mesmo em um ambiente tão desfavorecido, passaram a ocupar principalmente as serras e morros e, com limitações de recursos naturais, construíram e agenciaram novas dinâmicas de territorialidade nesses espaços coloniais.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 55 - (DES)APRENDÊNCIAS: PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE LEITURA LITERÁRIA ENVOLVENDO LITERATURA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA

Coordenação:

Rinah de Araújo Souto - Universidade Federal da Paraíba

Joel Vieira da Silva Filho - Universidade Federal de Alagoas

Resumo do Simpósio Temático: Este simpósio temático tem o objetivo de contribuir com o percurso afirmativo da lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas. Nesse sentido, acolhe pesquisas e relatos de experiência de ensino e extensão que envolvam temas relacionados às práticas e estratégias de leitura literária convocadas no trabalho com a literatura indígena contemporânea em Pindorama, nos contextos formais e não formais de educação. Movidos por uma ideia de educação que se faz como descolonização - ou nos modelos indígenas, como retomada - buscamos convidar os/as participantes para uma grande roda de partilha de saberes e sabores sobre caminhos teórico-metodológicos adotados nas abordagens didáticas e ações educativas propostas, sejam elas de viés comparado, inter/multi/transdisciplinar, interartes, dentre outros. Interessam-nos, igualmente, propostas que questionem/discutam o não cumprimento da lei 11.645/08, bem como trabalhos que tratem da elaboração e análise de materiais didáticos utilizados em escolas diferenciadas indígenas e/ou escolas não indígenas, nos quais a literatura indígena esteja no centro do debate como força motriz de sensibilização pelo uso literário da palavra em seu estado poético, narrado, cantado, bailado, performado e, sobretudo, sonhado, uma vez que o sonho pode ser compreendido como uma via de acesso ao conhecimento em sua diversidade, reflorestando mentes e corações.





A LITERATURA DE AUTORIA INDÍGENA EM SALA DE AULA: EXPERIÊNCIAS DE UM PROFESSOR INDÍGENA

Joel Vieira da Silva Filho
UFAL/FAPEAL
joel.filho17@outlook.com

Considerando os pressupostos da lei 11.645/2008 que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, esta apresentação tenciona discutir os desafios e as perspectivas para se abordar a literatura de autoria indígena em sala de aula. Assim, tencionamos debater como a lei em questão ainda não é cumprida em grande parte das escolas da educação básica brasileira, parecendo-nos uma realidade vivida apenas nas escolas diferenciadas indígenas e/ou por professores que trabalham com questões étnico-raciais de forma autônoma. Alguns questionamentos movem esta discussão: por que a lei não é cumprida? As escolas oferecem material para o trabalho e o trato com a literatura indígena? Os professores são leitores desses textos? Há diálogos com a materialidade oral indígena? Esses questionamentos embasam a discussão uma vez que pelo não cumprimento da lei, surge outro questionamento: de quem seria a culpa? Dessa maneira, após essa discussão, centraremos o debate na minha experiência enquanto sujeito indígena, professor da rede pública que atua na educação básica em uma escola não indígena, para discutir sobre os desafios e as perspectivas quando se trabalha com os textos de autoria indígena em sala de aula. E também numa experiência com o texto de autoria indígena numa escola indígena diferenciada. Assim, a partir de tais experiências, esta apresentação tenciona também apontar caminhos para o cumprimento da lei.

PERCURSOS DE RIO: LITERATURA INDÍGENA E FORMAÇÃO DOCENTE

Rinah de Araújo Souto
UFPB/DLCV/PPGL
rinahsouto@cchla.ufpb.br

A fim de contribuir para o percurso afirmativo da lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, proponho nesta comunicação compartilhar algumas apostas epistêmico-metodológicas desenvolvidas em ações de formação docente de uma escola de Ensino Médio localizada em região periférica da cidade de João Pessoa – Paraíba. A escola está situada no entorno de um rio que abastece a cidade, o rio Marés. Ao reconhecer a sabedoria dos rios e o quanto podemos aprender com eles, uma cartografia poético-afetiva - envolvendo memórias/narrativas sobre rios compartilhadas pelos próprios docentes e discentes - foi sendo tecida em diálogo com vozes poéticas indígenas e quilombolas, de modo a estimular o exercício de alteridade e o sentimento de pertença na relação com o território em que vivem. Nesse contexto, as escrituras, caminhadas e conversas literárias confluem como apostas epistêmico-metodológicas na prática de leitura – do mundo e das textualidades – no percurso de formação docente.

PÍLULAS DE ÁUDIO E RECEPÇÃO DA LITERATURA INDÍGENA: UMA PRÁTICA COM ESTUDANTES DOS ANOS FINAIS

Isaque da Silva Moraes
Universidade Federal da Paraíba
moraes.isaque050@gmail.com





Jhennefer Alves Macêdo
Universidade Federal da Paraíba
jhenneferufpb@outlook.com

Daniela Maria Segabinazi
Universidade Federal da Paraíba

A literatura indígena contemporânea possibilita o contato com a memória, intelectualidade e vivências dos povos originários, àqueles que por muito tempo foram invisibilizados na história do Brasil, em decorrência do processo de colonização. Nesse sentido, esses textos são também tecnologias para a reafirmação da existência plural desses povos, uma vez que a produção literária indígena é “memória escrita”, como define Munduruku (2020). Considerando tais aspectos, este trabalho objetiva discutir a recepção literária de estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental, das redes pública e privada, do município de João Pessoa – PB, a partir do reconto do povo Karipuna “Ubani e a pirapema”, escrito por Bruna Karipuna, que integra o livro *Originárias: uma antologia feminina de literatura indígena* (2023), organizado por Trudruá Dorrico e Maurício Negro. Para tanto, desenvolveu-se uma prática de leitura envolvendo tecnologias digitais, a exemplo da nuvem de palavras, com o intuito de ativar estratégias de leitura, a saber os conhecimentos prévios e inferências, e a técnica das Pílulas de áudio, uma adaptação dos Podcasts pílulas, como resposta à leitura e instrumento para a análise das recepções. Nelas os discentes relataram suas experiências com o texto e fizeram indicações. Como resultado, observou-se o cotejo de diferentes valores sociais e culturais, mediante identificações e estranhamentos com a narrativa. As proposições estão fundamentadas em Girotto e Souza (2010), Bajour (2012), Amaral e Souto (2022), Larrosa (2015) e Krenak (2020).

LIBERTEM AS CRIANÇAS DAS CELAS DE AULA, DEIXEM-NAS CONHECER SEUS ANCESTRAIS: CUMPRASE A LEI Nº 11.645

Andresa de Britto Chaves
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
andresachaves1976@gmail.com

Doutora Flavia Meireles
CEFET-RJ
flavia.meireles@cefet-rj.br

Petrópolis, na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, apresenta-se ao mundo como a “Cidade Imperial”. A história ensinada nas escolas reproduz uma colonização alemã embranquecida, apagando totalmente os Puri, povo originário do território onde hoje encontra-se a cidade (Netto, 2006, apud Silva, 2018). Assim, estereótipos e apagamentos em relação aos indígenas permanecem, evidenciando o não cumprimento da Lei nº 11.645/08. Posto esse fato, como falar sobre histórias e culturas indígenas com os alunos da Educação Básica? Como romper estereótipos tão cristalizados na formação dos/as professores/as que estão nas salas de aula, em especial na educação infantil? Com quais metodologias/epistemologias perfurar esse currículo engessado e conseguir espaço que honre a história e cultura e seja efetivamente antirracista (Krenak et als, 2019), contra-colonial (Santos, 2022) e ancestral (Krenak, 2022)? Na busca por respostas para tais questões, foi criado o projeto “Histórias de Nossos Ancestrais” que, por meio da contação de histórias de diferentes autores





indígenas, proporcionou diálogos entre as crianças, sobre diferentes temas, produzindo um dicionário com palavras indígenas, textos coletivos, localizando muitos povos indígenas no mapa, dialogando com convidados indígenas, Sateré Mawé, Guajajara, Guarani e Anambé. Os/as alunos/as produziram tintas com urucum, carvão, folhas, terra e outros materiais, imprimindo suas oralidades, mostrando a possibilidade do saber dentro do fazer. Conheceram diferentes grafismos, expressando suas identidades e aprendendo como essa prática é um reservatório inesgotável de conhecimento e sabedoria, não apenas para ornamentar pertencentes, mas também para compreender a magnitude das expressões artísticas contidas nas formas desenhadas. As histórias e poesias de autoria indígena transbordaram o potencial educador e trouxeram para o currículo, a amplitude de possibilidades para suturar essa ruptura colonial e também ambiental (Ferdinand, 2022) entre corpo e escrita, apontando o reducionismo com que a literatura juruá trata as crianças, como tábulas rasas com mentes tuteladas, chamadas de “alunos/alumnus” que precisam ser alimentados, incapazes de desenvolver o seu corpo território (Benitez, 2023).

PÍLULAS DE ÁUDIO E RECEPÇÃO DA LITERATURA INDÍGENA: UMA PRÁTICA COM ESTUDANTES DOS ANOS FINAIS

Daniela Maria Segabinazi
Universidade Federal da Paraíba
dani.segabinazi@gmail.com

A literatura indígena contemporânea possibilita o contato com a memória, intelectualidade e vivências dos povos originários, àqueles que por muito tempo foram invisibilizados na história do Brasil, em decorrência do processo de colonização. Nesse sentido, esses textos são também tecnologias para a reafirmação da existência plural desses povos, uma vez que a produção literária indígena é “memória escrita”, como define Munduruku (2020). Considerando tais aspectos, este trabalho objetiva discutir a recepção literária de estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental, das redes pública e privada, do município de João Pessoa – PB, a partir do reconto do povo Karipuna “Ubani e a pirapema”, escrito por Bruna Karipuna, que integra o livro *Originárias: uma antologia feminina de literatura indígena* (2023), organizado por Trudruá Dorrico e Maurício Negro. Para tanto, desenvolveu-se uma prática de leitura envolvendo tecnologias digitais, a exemplo da nuvem de palavras, com o intuito de ativar estratégias de leitura, a saber os conhecimentos prévios e inferências, e a técnica das Pílulas de áudio, uma adaptação dos Podcasts pílulas, como resposta à leitura e instrumento para a análise das recepções. Nelas os discentes relataram suas experiências com o texto e fizeram indicações. Como resultado, observou-se o cotejo de diferentes valores sociais e culturais, mediante identificações e estranhamentos com a narrativa. As proposições estão fundamentadas em Girotto e Souza (2010), Bajour (2012), Amaral e Souto (2022), Larrosa (2015) e Krenak (2020).

RESSIGNIFICANDO A PRÁTICA DA LEITURA LITERÁRIA ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE OBRA DE TEMÁTICA INDÍGENA REGIONAL.

Raquel de Paula Silva
SEED Colégio Militar Estadual CELPM/RR
raquel.silva@educacaorrr.gov.br





Derly Luis Vieira Borges

O ensino de literatura na escola, longe do rigor tradicional e obrigatório, requer a interação e o diálogo do ser-leitor com a obra literária, de forma que seja possibilitada a ressignificação dessa atividade e a reflexão sobre a formação do leitor literário. Este trabalho tem por objetivo refletir e discutir, à luz dos fundamentos da educação literária e do direito de tratar de questões indígenas, o alcance que tem a leitura de obra literária de temática indígena regional dentro da sala de aula. Nesse sentido, a partir de uma leitura de fruição, fica projetado, num contexto literário e formativo, o encontro entre o desvelamento dos saberes indígenas e do mundo com o conhecimento de si próprio e dos outros. Nessa perspectiva, se apresenta o resultado do trabalho de leitura literária da obra “Makunaimã taanii” de kamuu Dan Wapichana por alunos de uma turma de 6º ano do Ensino Fundamental. Na ocasião, os alunos, diante da leitura, puderam reunir-se e permitir-se em colóquios diversos, falar, ouvir, e discutir questões intrapessoais e interpessoais localizadas nos interstícios entre leitor e obra. Pensa-se, desse modo, na possibilidade de equilibrar a função estética e humanizadora da literatura, trazendo e possibilitando na prática, a participação ativa e a colaboração do aluno, ou seja, sua ‘interferência’ na supremacia do texto literário, permitindo-lhe, de forma positiva, a construção de (ser)-leitor.

A FORMAÇÃO DO LEITOR À LUZ DA LEI 11.645/08: UMA ANÁLISE DA OBRA “CRÔNICAS INDÍGENAS”, DE DANIEL MUNDURUKU

José Carlos Ribeiro Pereira
Mestrando/UEPB/Apresentador
j.carlos@aluno.uepb.edu.br

Profa. Dra. Maria Suely da Costa
Professora/UEPB
suelycosta@servidor.uepb.edu.br

Este trabalho é um recorte de pesquisa em andamento no Mestrado Profissional em Letras, na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Relaciona-se, ainda, aos direcionamentos propostos pela Lei nº 11.645/2008, que prevê o estudo da história e cultura indígena em sala de aula. Em vista disso, materializa-se uma proposta de análise da obra Crônicas Indígenas para ler e refletir na escola, de Daniel Munduruku, com o objetivo de compreender como o texto literário indígena pode dialogar com a necessidade de se oferecer, na escola, uma proposta de letramento ligada ao decolonialismo indígena, abordado por Gonzaga (2022), ao conceito de Escrivência, conforme apresentado por Conceição Evaristo (2020) e a estudos acerca da formação do leitor literário, a partir das obras de Colomer (2003) e Petit (2009). Esta pesquisa é de natureza qualitativa, de cunho bibliográfico. Em função disso, recorreremos aos estudos de Graúna (2013), Potiguara (2004), Smith (2018) Cosson (2021), Gonzaga (2022), Petit (2009) e Colomer (2003). Quanto aos resultados, observa-se que o texto de autoria indígena, permeado por questões ligadas à natureza, à memória e à ancestralidade, contribui para desenvolver o olhar crítico do leitor, além de reforçar uma escrita que se volta para a vivência e, em sentido amplo, garante a valorização, sobretudo cultural, dos povos originários, na perspectiva da formação do leitor não-indígena. Sendo assim, é reforçado o potencial da literatura indígena contemporânea para a aplicabilidade da lei nº 11.645/08 em escolas da Educação Básica, de modo a aproximar a criança e o adolescente de um espaço plural de discussão, contribuindo para uma sociedade mais tolerante, que caminhe na direção de superar estereótipos difundidos pelas narrativas do colonizador.





PILIGSSU

ARTE, CULTURA



SIMPÓSIO TEMÁTICO 56 - POVOS INDÍGENAS E A CIRCULAÇÃO DE RENDA

Coordenação:

Érica Fabricia Melo Moreira - Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Daniela Gato Aguilera - Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Marilene Aicate Peres - Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Resumo do Simpósio Temático: Historicamente a circulação de objetos e riquezas vindos da terra de suas aldeias e comunidades, as formas de valoração e o estabelecimento de condições de trocas e materiais para a manutenção da vida cotidiana foram assuntos bastante explorados na etnologia indígena ao longo dos anos por um viés ocidental e homogeneizante. Nos motiva pensar a partir das mais diversas narrativas indígenas e não-indígenas, como essa circulação de renda se relaciona com noções de reciprocidade, trocas, crédito e dívida no contexto de aldeias e comunidades indígenas, já que, ao considerarmos os povos indígenas como sujeitos e protagonistas de suas próprias epistemes percebemos que a diversidade de valores, conceitos e dádivas escapa a qualquer mecanismo de classificação, sobretudo no contexto contemporâneo e nas diversas realidades socio-econômicas de povos indígenas que habitam a América e que inserem no seu modo de viver a circulação do dinheiro seja através da participação em políticas públicas de transferência de renda à nível regional, estadual e nacional, seja pela venda de produtos artesanais ou de produtos oriundos do extrativismo como peixes, sementes, óleos, castanhas, tubérculos, etc... Tendo isso em vista, a proposta do simpósio temático é debater como a circulação de dinheiro através das transferências de rendas, economias domésticas, trocas, etc. as hierarquias sociais geradas pelo acesso desigual a ele e as técnicas e saberes de gestão desses recursos se interseccionam com a arte, a educação, a cultura, a ancestralidade e as perspectivas para o bem-viver a partir de contextos e realidades diversas.





COMO POBREZA, GÊNERO E ESTADO SE CRUZAM? UMA PERSPECTIVA SOBRE AUTONOMIA, CONSUMO E CIRCULAÇÃO DO DINHEIRO

Érica Fabricia Melo

Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas e Mestra em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) Número do Processo: 88887.839253/2023-00.

ericaantropos@gmail.com

Este resumo é parte de um pequeno recorte de minha dissertação de mestrado com mulheres indígenas Ticuna no Amazonas que recebem o Bolsa Família, maior política pública do Estado Brasileiro. O Bolsa Família é uma política que visa a redução da pobreza imediata, que usa as condicionalidades como estratégias para garantir alguns direitos fundamentais, o programa também tem por objetivo reforçar a importância do papel das mulheres no âmbito da família, assim como a administração do dinheiro. Nesta perspectiva, destaco principalmente a administração e circulação do dinheiro, a autonomia dessas mulheres e suas famílias para responder algumas questões sobre, manutenção do dinheiro, consumo, noções de pobreza e efeitos do Programa Bolsa Família nas relações de gênero nas comunidades indígenas e como tudo isso perpassa pelo Estado. Sendo as mulheres as responsáveis legais pelo benefício, qual o impacto deste no seu cotidiano? Como essa renda fixa mensal e regular contribui para manutenção dessas famílias. Proponho apresentar portanto, certos lineamentos para pensar as políticas públicas como atuação do Estado, gênero e pobreza e como essas categorias se cruzam no cotidiano dessas mulheres indígenas Ticuna no Amazonas.

Palavras-chave: Estado, Pobreza, Circulação do dinheiro, Mulheres Indígenas.

ARRTESANIA KAXARARI: RESGATE IDENTITÁRIO E FORTALECIMENTO TERRITORIAL

Maiza Soares da Silva

UNIR

arqmaizasoares@gmail.com

Fredson Antônio Souza da Silva

UNIR

fassilva1996@gmail.com

A TI Kaxarari localiza-se na região Norte, entre os estados de Rondônia, Acre e Amazonas, há aproximadamente 350km de Porto Velho, capital de Rondônia. A pesquisa desenvolvida com a comunidade indígena Kaxarari destaca a importância da produção de renda a partir do artesanato como uma forma de fortalecer e resgatar a memória e identidade desse povo. Essa atividade não apenas contribui para a sustentabilidade econômica da comunidade, mas também está intrinsecamente ligada à questão identitária e territorial dos Kaxarari. O artesanato é uma expressão cultural intrínseca ao povo Kaxarari – evidenciada nas pulseiras de pena de arara e nas saias de cipó – refletindo seus valores, crenças e modos de vida. As técnicas, materiais e motivos utilizados no artesanato não apenas geram renda, mas também mantêm viva a memória coletiva do povo, reforçando sua identidade cultural frente às pressões da modernidade e do mundo globalizado. Além de ser uma fonte de renda, o artesanato é um meio de preservar e valorizar a identidade cultural,





quando, ao fortalecer e resgatar a memória e identidade do povo através do artesanato, a pesquisa reafirma a (r)esistência desse povo no contexto brasileiro, evidenciando sua luta pela preservação de seus territórios e tradições em meio a um cenário de constantes desafios e ameaças. A pesquisa também destaca a importância de realizar estudos com comunidades indígenas, como os Kaxarari, pois são povos historicamente marginalizados e muitas vezes invisibilizados. Essas pesquisas contribuem para dar voz a essas comunidades, respeitando seus conhecimentos tradicionais e promovendo o diálogo intercultural. Assim, a pesquisa não apenas contribui para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade, mas também para a valorização e preservação de sua cultura, sendo um trabalho a ser apresentado no eixo temático POVOS INDÍGENAS E A CIRCULAÇÃO DE RENDA.

SEM O “PREÇO DA TERRA”: O PAGAMENTO DOS INDÍGENAS NAS EXPEDIÇÕES DO CAMINHO DO GRÃO-PARÁ AO MATO GROSSO

Dra. Vanice Siqueira de Melo
Universidade Federal do Oeste do Pará
Financiado com bolsa prodoutoral/CAPES
vanice.melo@ufopa.edu.br

Na segunda metade do século XVIII, a coroa portuguesa permitiu a comunicação fluvial entre o Estado do Grão-Pará e Maranhão e a capitania do Mato Grosso, localizada no Estado do Brasil. Essa medida alinhava-se às diretrizes presentes no Tratado de Madri, assinado em 1750. Formado pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, esse caminho fluvial ensejou a circulação de diversas pessoas e mercadorias que percorriam ele com variadas finalidades. Um dos principais grupos que faziam parte das expedições que percorriam esse caminho eram os povos indígenas. Por essa razão, essa proposta de comunicação pretende apresentar de que maneira povos indígenas perceberam o caminho fluvial como um espaço de possibilidade de alcançar seus objetivos e como isso estava relacionado ao pagamento que poderiam receber na viagem.

Eixo temático: Agências indígenas/conexões com outros grupos étnicos e instituições religiosas - séculos XVI ao XX.

SER MULHER INDÍGENA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA ALDEIA BARRINHA - TERRA INDÍGENA KAXARARI, PORTO VELHO-RO

Kelyany Oliveira Castro de Goes
Doutoranda PPGG - Universidade Federal de Rondônia
kelyanygoes@seduc.ro.gov.br

Emanuela Sa Moreira Carvalho
Mestranda PPGG - Universidade Federal de Rondônia
emanuela@unir.br

Tainá Trindade Pinheiro
Doutoranda PPGG - Universidade Federal de Rondônia
tainageounir@gmail.com

Milena Sanche de Sousa
Doutoranda PPGG - Universidade Federal de Rondônia





milenasan.sousa@gmail.com

Maria das Graças Silva Nascimento Silva
Professora Doutora PPGG - Universidade Federal de Rondônia
gracinhageo@hotmail.com

Marilene Mariano da Silva Kaxarari
Liderança Indígena Kaxarari

O presente trabalho trata da percepção das mulheres indígenas Kaxarari através da roda de conversa "Ser mulher indígena" realizada no II Encontro das Mulheres da Família Kaibu Kaxarari, incluso no projeto "Artesania Kaxarari: renda e empoderamento de mulheres e da Juventude" financiado pela Podáali, em parceria com a Universidade Federal de Rondônia e a Organização da Família Indígena Kaibu Kaxarari (OFIKK). A roda de conversa foi realizada na Aldeia Barrinha, na Terra Indígena Kaxarari, que fica localizada no Distrito de Extrema, distante 400 km da capital Porto Velho - RO, fica na divisa entre os estados: Rondônia, Acre e Amazonas. O encontro teve como metodologia a roda de conversa, mapa mental e relato de experiência, pois dessa forma as mulheres indígenas teriam mais abertura para dar a sua opinião sobre a pergunta norteadora: O que é ser mulher indígena? Através dos mapas mentais elas expuseram em seus desenhos como se viam, após o desenho todas trocaram os papéis e cada uma apresentou a outra, falando de suas características, o que mais gosta de fazer. Após as apresentações, relataram como era seu dia-a-dia, onde todas trabalham com o extrativismo, tiram a maior parte da renda da castanha, possuem roçados com variados tipos de plantações, como mandioca e café. Elas relataram que devido a Terra Indígena Kaxarari ser na divisa com algumas fazendas de plantação de grãos, o uso dos agrotóxicos tem prejudicado as roças culturais das mulheres. Além disso, enfrentam outros obstáculos, por exemplo, dificuldades econômicas como o baixo valor da castanha, falta de um local para exposição e comercialização dos seus artesanatos devido à distância geográfica. Durante a Roda de Conversa as mulheres mostraram que estão sempre prontas para o trabalho, tanto nos afazeres domésticos, cuidado com os filhos e a família, trabalhando na roça e na extração da castanha, mas que, no entanto, a maioria relatou que não há uma divisão de tarefas domésticas com seus companheiros, considerados como tarefas de mulheres. Para concluir, a roda de conversa foi perguntada o que elas seriam na floresta, podendo ser uma árvore ou animais. Essas mulheres têm como principal característica ser uma mulher trabalhadora, guerreira e que sempre está disposta ao trabalho. Neste sentido, uma das escolhas que mais chamou a atenção foi ser o "vento" na floresta, que guia tudo, outra escolha foi a "samaúma" que é quem protege as plantas e os animais da floresta e natureza conhecida como "mãe Samaúma".

CERÂMICA TUKANO: PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE RENDA DAS MULHERES INDÍGENAS DO DISTRITO DE TARACUÁ, EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA-AM

Sileusa Natalina Menezes Monteiro
Mestranda em Antropologia Social - Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
silemonteiro@gmail.com

Gilmara Pinheiro de Andrade
Doutoranda em Antropologia Social - Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
gilmarapinheiro22@gmail.com

O objetivo deste trabalho é destacar a produção e venda de Cerâmica Tukano, por mulheres





indígenas do Distrito de Taracuá/Rio Uaupés, na Terra Indígena Alto Rio Negro, no município de São Gabriel da Cachoeira/Amazonas, conhecido também como Cabeça do Cachorro. Em épocas passadas a economia dos povos indígenas na região era feita através de uma ampla rede de trocas, que incluía utensílios, rituais, e até casamentos. Cada povo indígena fazia permutas de materiais por outros tipos de produtos que não dominavam na sua arte. Na região do Distrito de Taracuá, com a chegada da colonização através dos missionários em 1915, muitos conhecimentos foram negados, apagados e alguns ficaram adormecidos. Um deles que ficou restrito ao conhecimento de pouquíssimas mulheres indígenas foi a tecnologia de produção da cerâmica. Porém, nos anos 2000, na região do Rio Uaupés e Tiquié, o conhecimento feminino de transformar a carne da terra (argila) em cerâmica começou a ser lembrada, vivenciada e praticada por meio de oficinas, realizadas a partir da articulação na associação de mulheres indígenas em parceria com a Federação de Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e Instituto Socioambiental (ISA), visando geração de renda e circulação econômica na região. A produção de Cerâmica Tukano, foi fortalecida pelo apoio da Associação de Mulheres Indígenas da Região de Taracuá – AMIRT, e ganhou destaque e reconhecimento no mercado, pelo estilo enegrecido e grafismos em negativo, tornando-se uma marca coletiva dessas mulheres indígenas. Portanto, esse é um dos saberes carregado de ancestralidade que pode ser transmitido pela organização tradicional, sendo repassada de avó, mãe, e tia para as filhas, e sogras para suas noras. Tornando-se um conhecimento coletivo, formando um entrelaçamento de relações interétnicas, ligadas as experiências, saberes, técnicas e habilidades, além do pertencimento étnico, tendo como resultado o artefato (cerâmica) ligado ao bem viver e geração de renda. A Cerâmica Tukano além de fazer parte da sustentabilidade e resistência, é um fazer político, ligada a governança do território e entrelaçada com o movimento indígena.

OOLODA/URUTÚ DE ARUMÃ MEDZENIAKO: CONHECIMENTO ANCESTRAL, RENDA, SUSTENTABILIDADE DA FAMÍLIA.

Ronaldo Jose Garrido

Universidade federal do Amazonas – UFAM

ronaldo21002@gmail.com

Povo Medzeniako, conhecidos também como povo Baniwa pelos colonizadores, é um povo que vive no território do Rio Içana, no Alto Rio Negro, no município de São Gabriel da Cachoeira Amazonas – Brasil. O não Medzeniako dizia que o conhecimento Medzeniako não tinha nenhum valor, nenhum futuro, nenhuma importância. E um dos conhecimentos culturais afetada foi à produção do Ooloda/Urutú. Isso prejudicou a geração Medzeniako. Nós pesquisadores Medzeniako, através dos nossos trabalhos acadêmicos, estamos desconstruindo essa parte negativa, plantada entre nosso povo. Hoje, os conhecimentos e as práticas Medzeniako vão ganhando fortalecimento, valorização e (re) existência. Fundamentalmente, a análise desta temática visa contribuir com o fortalecimento dos conhecimentos ancestrais, preservação e valorização do Patrimônio Cultural e Material do povo Medzeniako. Sendo este uma das fontes de renda familiar Medzeniako. Desenvolvimento: O registro das técnicas, o significado e a relevância da produção da cestaria Ooloda/Urutú, promove reflexão entre as famílias Medzeniako, adotando uma estratégia para que haja fortalecimento, valorização da cultura ancestral, despertando o interesse dos mais jovens em reviver a memória cultural e ancestral do povo. Produção do Ooloda/Urutú, é um dos conhecimentos culturais que contribui desde os tempos ancestrais com a renda familiar Medzeniako. Os artesanatos Medzeniako são utilizados tradicionalmente para guardar mantimentos como farinha, beijú, tapioca e frutas. Eles podem ser feitos de tamanho grande, médio e pequeno, cujas fibras são extraídas de uma planta chamada Arumã do mato, a qual passa pelos vários processos. Dependendo do tipo de artesanato que se





pretende fazer; o Ooloda/Urutú ou outro tipo e com os desenhos que preferir. E todo esse processo visa à qualidade, exatamente para que seja comercializada ou feita a troca de forma satisfatória, sendo meio de Bem Viver e Viver Bem da família Medzeniako. Conclusões: Para o povo Medzeniako, o Ooloda/Urutú faz parte do patrimônio cultural e familiar. É um material fundamental no cotidiano das famílias. Atualmente o Ooloda/Urutú é produzido, na maior parte para comercialização. Sendo um dos principais meio de renda e sustentabilidade das famílias Medzeniako. E, normalmente, os Ooloda/Urutús são feitos no formato diversificado, são feitas com capricho (com qualidades possíveis) para que no momento da venda tenha resultado positivo.

A CONVIVÊNCIA ENTRE A ECONOMIA TRADICIONAL E A ECONOMIA MODERNA NA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL E SÃO MARCOS

Ernany Marcos do Nascimento

Universidade de Brasília - Faculdade UnB Planaltina – Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais
filhodemakunaima@yahoo.com

O objeto da pesquisa versa sobre as formas de organização econômica das comunidades indígenas Makuxi, Wapichana, Taurepang, Ingarikó e Patamona tendo em vista “o uso e apropriação do território como fonte geradora de renda e produtora de sementes e alimentos, as dinâmicas sociais de trabalho, produção e vida cultural, assim como o reflexo de diferentes relações entre natureza e cultura, contemplando as múltiplas identidades étnico-raciais”. Esse território é a TIRSSOL, demarcada e homologada com 1.747.464,32 hectares e a TISM demarcada e homologada com 651.486,11 ha, as duas Terras Indígenas somam 2.398.950,89 ha, que fazem intersecções com os municípios de Normandia, Uiramutã, Pacaraima e parte de Boa Vista. Sua população é de 36.857 indígenas segundo o Censo DSEI/LRR (2023). Desenvolvimento: Diante da disponibilidade de gentes/população e de patrimônio cultural representado por tradições nos usos e costumes nas relações com a terra (2.398.950,89 ha) e construção do território indígena, que inclui o conhecimento das disponibilidades de recursos naturais como rios, solos agricultáveis, minerais, florestas, “lavrados”, potencial hidrelétrico de energia solar, se pergunta: quais são os termos de convivência entre os segmentos comunitários tradicionais que produzem visando a subsistência da família (Economia Indígena Tradicional-EIT) e os segmentos das comunidades que organizam a produção incorporando tecnologias modernas visando a geração de excedentes produtivos para que sejam canalizados e vendidos nas feiras e supermercados da cidade de Boa Vista e outros pontos comerciais urbanos como as sedes dos demais municípios de Roraima (Economia Indígena Moderna-EIM)? Quais são as atividades que caracterizam tanto a EIT e a EIM e suas respectivas participações nos PIBs dos municípios de Pacaraima, Uiramutã e Normandia? Principais resultados: A Economia Indígena Moderna (EIM) convive e se articula de forma interdependente com a Economia Indígena Tradicional (EIT) e se configura como moderna porque parte de suas atividades de produção, utiliza modernas tecnologias, técnicas agrícolas de produção contemporâneas, cujo o sistema produtivo orienta a maior parte da sua produção para os mercados urbanos de Roraima e do Amazonas (Manaus). A EIM transita pelo mercado e, por isso, sua mensuração é parcialmente mensurável pela metodologia do IBGE, de cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, como pode ser demonstrado nos casos dos municípios de Uiramutã e Normandia e Pacaraima, cujas populações são majoritariamente indígenas.





INTEGRAÇÃO E VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS POVOS TRADICIONAIS SOBRE EMPREENDEDORISMO

Bruna Andréa da Silva Tomaz Oliveira
UFRR
ccaptomaz@gmail.com

Me. Sammuel Felipe Chagas de Souza
Orientador – UFRR
sammuel.souza@ufrr.br

O empreendedorismo e a produção de inovações são propagados pelo Estado e por diversos Agentes e Instituições como importante estratégia para o desenvolvimento econômico e para a produção de riqueza. Mais recentemente, aliado com os ideais de desenvolvimento sustentável, surgem diversas iniciativas para o fomento do empreendedorismo e da inovação nas regiões que possuem seus biomas preservados com o intuito de converter as populações dessas regiões em novos empreendedores que empreendam a partir da sua própria realidade, contribuindo assim para o surgimento de novas soluções inovadoras e sustentáveis. Essa iniciativa pode parecer libertadora, como também algo que permite integrar na economia nacional as populações da floresta que são historicamente excluídas, entretanto, possui diversas características da colonialidade, que por sua vez é marcada por uma estrutura de poder e de violência epistêmica que estabelece o controle sobre o ser, pensar e agir. Nesse processo, a cultura empreendedora é naturalizada ao mesmo tempo que é estabelecida como um ideal para ser atingido, no qual todos devem seguir para serem integrados a economia nacional como cidadãos produtores de riqueza. A partir dessa perspectiva, esta pesquisa tem por objetivo analisar a percepção sobre o empreendedorismo dos indivíduos que compõem as populações tradicionais e que empreendem na cidade de Boa Vista, estado de Roraima. A pesquisa parte da ideia de que a lógica e o discurso empreendedor são muito atrativos, mas condicionante à reprodução do capital neoliberal, ao mesmo tempo que criam mecanismos de aprisionamento e de sujeição, evitando assim que a lógica das populações tradicionais seja dominante e crie uma nova lógica econômica na economia local. A análise preliminar, realizada por um viés decolonial, aponta que os indivíduos, à medida que são integrados à economia, são obrigados a absorverem a lógica empreendedora e a reproduzi-la para obter sucesso em seu empreendimento e para serem reconhecidos como empreendedores. Além disso, a análise mostra diversas oportunidades para pesquisas futuras que abordem as ações empreendedoras, a criação de soluções e de inovações, o empreendedorismo feminino e os tipos de empreendimento dos indivíduos oriundos dos povos tradicionais.

Palavras-chave: empreendedorismo das populações tradicionais, cultura empreendedora, decolonialidade, violência epistêmica, matriz colonial de poder, desenvolvimento sustentável, inovação.

MULHERES INDÍGENAS, CIRCULAÇÃO DE DINHEIRO E MERCADORIAS EM COMUNIDADES INDÍGENAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA AMAZÔNICA – BRASIL, PERU E COLÔMBIA

Marilene Aicate Peres
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
maryperes5@outlook.com





A circulação e mobilidade entre Brasil, Peru e Colômbia é recorrente e intenso, tal circulação e mobilidade acontece por diversos motivos, um deles é para comercialização de produtos alimentícios agrícolas e industrializados, realizados por agentes dos três países que fazem o circuito diariamente, seja homens e mulheres, indígenas e não indígenas, residentes nas sedes dos municípios ou que moram nas comunidades. Deste modo, minha proposta é apontar, a partir de uma perspectiva etnográfica, como gênero, dinheiro e comércio se entrecruzam e como se fazem presente na realidade local. Com esse intuito, o objetivo que norteia este trabalho é reconhecer a partir das mulheres indígenas Kokama como dinheiro e comércio se relacionam no processo de comercialização de produtos principalmente alimentícios advindos da roça para a cidade bem como da cidade para comunidade. O lugar da pesquisa é marcado pela tríplice fronteira, á sudoeste do estado do Amazonas, na mesorregião do alto Solimões, onde o fluxo de pessoas dos três países é intenso, produzindo assim uma conjuntura de transnacionalidade e transfronteiriça, onde os diferentes contextos são tanto de colaboração quanto de conflito. Olhar para este lugar nos permite apreender como ocorrem as interações entre as/os agentes que vivem na região e partilham um mesmo território e intensas trocas.

Palavras-chave: Mulheres indígenas, dinheiro, comércio.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 57 - LÍNGUA, CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E DIVERSIDADE BIOCULTURAL E LINGUÍSTICA NA AMAZÔNIA

Coordenação:

Sidiney Facundes, Univ. Federal do Pará

Pirjo Kristiina Virtanen, Univ. de Helsinque

Francisco Moura Cândido Apurinã, Univ. de Helsinque, Instituto Pupÿkary

Resumo do Simpósio Temático: Na Declaração de Belém (1988) o meio acadêmico reconheceu que a diversidade biológica está associada à diversidade cultural e linguística de grupos indígenas. As relações desses povos com o seu ambiente natural – expressas nas suas tradições orais e cerimoniais, nas línguas originárias, e nas suas cosmologias, favorecem a manutenção das diferentes espécies no território que ocupam. A diversidade biocultural constitui-se do entrelace dos elementos biológicos e culturais que fazem parte da interação entre diferentes seres (POSEY e DUTFIELD, 1996). Na linguística, a partir de HALE et al (1992), vários trabalhos têm explorado essa linha de pesquisa (MAFFI, 2001). Solicitamos trabalhos sobre a interação entre elementos da diversidade biocultural e linguística na Amazônia, baseados em conceitos, métodos e tecnologias que ajudem a compreender melhor e manter essa diversidade no contexto moderno e digital. Por exemplo, podemos examinar como a noção de ‘sagrado’ se reflete nas interações com a natureza, como isso é registrado no vocabulário da língua, nas narrativas tradicionais, etc. Trabalhos sobre a análise, descrição, documentação e fortalecimento dessas diversidades serão bem-vindos, abordando domínios em que línguas se entrelaçam com os conhecimentos e experiências bioculturais, tais como terminologias da fauna e flora, sistemas de parentesco, sistemas de classificação nominal, toponímia (ou outros subdomínios da onomástica), narrativas e cantos tradicionais, reconstruções históricas, entre outros. Trabalhos sobre o direito à proteção do conhecimento associado a essas diversidades também são bem-vindos.





A INFLUÊNCIA NA ESCOLHA DA LÍNGUA DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS MUITAS LÍNGUAS INDÍGENAS FALADAS NO TERRITÓRIO WAYAMU

Lúcia Maria Silva Cunningham
Universidade Federal do Pará
luciapoema@hotmail.com

O tema em questão aborda os domínios linguísticos entre os diversos grupos indígenas que habitam o Território Wayamu. Nessas sociedades, as línguas indígenas desempenham um papel central na preservação e transmissão dos conhecimentos tradicionais, especialmente no que diz respeito às técnicas de sobrevivência, produção e manejo ambiental. Através da escolha da língua de comunicação entre suas línguas de herança, os povos Hixkariana, Katuena, Kaxuyana, Mawayana, Waiwai, Wapixana, Xerew, Tiriyó, Tikyana, entre outros, compartilham conhecimentos sobre a agricultura, caça, pesca, medicina tradicional, artesanato e outras práticas fundamentais para sua subsistência. Cada língua indígena de diferentes etnias, carrega consigo um rico vocabulário e terminologia específica relacionada às técnicas tradicionais, refletindo a profunda conexão entre linguagem, cultura e ambiente. A escolha da língua de comunicação entre as muitas línguas indígenas faladas no Território Wayamu é uma decisão complexa que reflete uma série de considerações culturais, sociais e políticas. Esse processo de escolha envolveu uma avaliação das necessidades e preferências individuais da comunidade, bem como das dinâmicas de poder e identidade em jogo. A diversidade linguística é considerada como fator positivo, pois entre as diferentes etnias presentes, com as várias línguas indígenas faladas pela sociedade, a escolha da língua de comunicação, preferencialmente a língua waiwai, a língua de poder, requer uma compreensão profunda dessa diversidade e das relações entre as diferentes línguas. Cada língua carrega consigo uma história e uma cosmovisão únicas, e a escolha da língua pode ser vista como uma expressão de identidade e pertencimento cultural. Essa preferência envolve questões políticas e de poder, especialmente porque existe a língua dominante e as línguas marginalizadas dentro da comunidade. Em suma, a escolha da língua de comunicação dos Wayamu é um processo político que requer uma abordagem holística, levando em consideração diversos fatores para garantir uma comunicação eficaz e inclusiva.

RELIGIÃO COMO UM LÓCUS DE CONVERGÊNCIA E ATRITO LINGUÍSTICO FRENTE A DIVERSIDADE BIOCULTURAL NA AMAZÔNIA

Paulo Jeferson Pilar Araújo
Universidade Federal de Roraima
paulo.pilar@ufrr.br

Arlesson Oliveira Santos
Universidade Federal de Roraima

A religião pode atuar como um catalisador em diferentes situações de diversidade linguística, seja na manutenção de língua, como no caso de línguas rituais ou consideradas sagradas, seja na extinção de língua, no caso de imposição de língua diferente da língua materna dos falantes. No que diz respeito às línguas indígenas brasileiras, constata-se ambas as situações, o que pode se refletir na diversidade biocultural dos povos amazônicos. Discute-se neste trabalho as situações de convergência e atrito linguístico promovidos por fatores religiosos (missões, catequeses, evangelização, etc.) e as possíveis implicações na diversidade linguística e biocultural amazônica. Para tanto, dois casos são analisados mais detidamente: o de povos indígenas do norte do estado de





Roraima com a atuação de denominações evangélicas e o de surdos indígenas na Raposa Serra do Sol. No primeiro caso identifica-se uma situação de manutenção linguística decorrente de preceitos religiosos de endogenia; no segundo de substituição linguística ao ser adotada a língua de sinais brasileira, a Libras, na tentativa de evangelização de indígenas surdos. São debatidos, com isso, as duas facetas que a religião pode exercer na diversidade linguística amazônica. Tanto em um como em outro caso, os conhecimentos indígenas de biodiversidade passam por algum processo de assimilação, tanto em situações de convergência, quando as duas línguas convivem mesmo que assimetricamente, como na situação de atrito, quando as línguas minoritárias sofrem do processo de substituição linguística.

O PENSAMENTO APURINÃ NA CONCEITUAÇÃO DA NOMENCLATURA DE FAUNA E FLORA

Bruna Fernanda S. de Lima-Padovani
Universidade do Estado do Pará
bflimapadovani@gmail.com

O presente trabalho visa discutir a conceituação da nomenclatura dos termos que compõem a taxonomia de fauna e flora Apurinã e suas implicações para a compreensão do pensamento Apurinã no que se refere a sua relação e interação com o seu ambiente sociobiocultural. Apurinã é o termo em português que designa a língua e o povo que se autodenomina *pupŷkarywakury*. Os Apurinã habitam as margens dos tributários do rio Purus no estado do Amazonas. A nomenclatura de fauna e flora na língua Apurinã parece seguir arranjos conceituais em que diferentes princípios e domínios são ativados e conectados de modo a aproximar elementos pertencentes a domínios semânticos distintos. Verifica-se que a estruturação da nomenclatura desses itens envolve, em geral, uma rede de princípios tais como: propriedades físicas, comportamentais, funcionais, ser alimento de alguém, ser planta ou disperso de outrem no tempo-espaço mítico ou não. Tais mecanismos são colocados em jogo conforme a ênfase que se deseja dar, ressaltando assim uma relação de perspectiva, tal como caracterizada por Viveiro de Castro (2002). A exemplo citamos o caso da fruta camapu (*Physalis*) que em Apurinã é chamada de *kytsynapunitikyte* [*kytsyna* = calango + *punitikyte* = pimenta] que literalmente significa ‘pimenta de calango’, que é assim denominado por causa da sua semelhança com a pimenta e porque esse fruto também, segundo relato dos Apurinã, serve de alimento para o ‘calango’ (*Cnemidophorus ocellifer*). Outro tipo comum de relação traçada na constituição da nomenclatura da fauna e flora Apurinã corresponde aos aspectos físicos desses elementos, por exemplo, o peixe ‘cuiú-cuiú’ (*Pterodoras granulosus*) recebe em Apurinã o nome de *ananaxima* [*anana* = ‘abacaxi’ + *xima* = nome classificatório para peixe] por possuir placas ósseas na lateral do seu corpo que se assemelham com os espinhos do abacaxi. Os exemplos demonstram que a conceituação da nomenclatura da taxonomia de fauna e flora Apurinã parece seguir um arranjo que envolve, sobretudo a (i) a transferência conceitual, que aproxima elementos que pertencem a domínios semânticos e cognitivos diferentes, e (ii) as motivações culturais e linguísticas/pragmática, que determinam tal conceituação. Verifica-se que as estratégias usadas na construção da nomenclatura de fauna e flora Apurinã é estruturada, sobretudo a partir da realização de operações metafóricas e metonímicas (Lakoff; Johnson, 1980; Lakoff, 1987).





A (RE)CONSTRUÇÃO E (RE)CRIAÇÃO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS CASOS INARI SÁMI (FINLÂNDIA) E APURINÃ (BRASIL)

Bianca Benini-Morottaja
Universidade de Turku, Finlândia
biancabenini@gmail.com

A presente pesquisa tem como objetivo principal analisar as práticas e as políticas do processo de produção dos instrumentos linguísticos (Auroux, 1992), como parte do movimento de (re)construção e (re)criação das línguas indígenas. Entendo como instrumentos linguísticos, não apenas a gramática e o dicionário, mas também outros materiais que descrevem e buscam entender a língua (e as linguagens), como livros didáticos, e a paisagem linguística. Para esse estudo eu foco em duas comunidades indígenas: Inari Sámi (Aanaar Saami) que está situado na área ao redor do lago Inari, na Finlândia. Inari Sámi é uma das nove línguas minoritárias usadas no centro e norte da Fenno-Escandinávia e na Península de Kola, na Rússia. Inari Sámi é falada apenas por cerca de 400 pessoas (Morottaja, 2018). Desde dos anos 90, a língua Inari Sámi tem sido objeto de vários projetos para que seu uso se estenda em vários ambientes, como em creches, nas escolas, na música e nas universidades. Entretanto, ainda Inari Sámi é classificado como ameaçada (Pasanen, 2019). O outro grupo é Apurinã (Pup̃karywakury), uma etnia indígena que pertence à família linguística Aruák, que habitam tradicionalmente as margens do Rio Purus, com a população a cerca de 10.228 (Siasi/Sesai, 2020). Muitos vivem também em outras comunidades indígenas, e fora das comunidades, como no estado do Acre e no Amazonas. E ainda, muitos também vivem em áreas urbanas (da S. Facundes et al., 2019). Segundo Lima-Padovani (2020), apenas 10% da população hoje fala a língua Apurinã, muitos são bilíngues tendo o português como língua principal nas comunidades. Sendo os idosos podem ser considerados falantes da língua. Assim, pode-se considerar também uma língua em extinção. Reconhecendo as diferenças entre os dois contextos, Inari Sámi e Apurinã compartilham semelhanças em suas práticas de retomada linguística. Após anos de opressão, as comunidades indígenas vêm participando na produção dos seus instrumentos linguísticos. Esta comunicação tem dois objetivos: a) apresentar e discutir o contexto sócio histórico das produções dos instrumentos linguísticos das comunidades indígenas Apurinã (Brasil) e Inari Sámi (Finlândia); b) problematizar uma mudança de paradigma ao utilizar-se o termo retomada linguística (language reclamation) como um modo descolonização dos estudos das línguas indígenas (Leonard, 2017; Pennycook & Makoni, 2019). Neste sentido o embasamento teórico decolonial e pós-colonial (Levisen & Sippola, 2019) pode auxiliar no debate sobre retomada linguística que também reconhece os saberes indígenas, como a cosmovisão, como parte integrante da noção de língua (Leonard, 2017).

ESTRATÉGIAS DE PROGRESSÃO TEXTUAL E ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA EM APURINÃ: UM ESTUDO INTRODUTÓRIO

Eládia Vieira Duarte da Silva
Universidade Federal do Pará - bolsista CAPES
eladiavd@gmail.com
Orientador: Dr. Sidney da Silva Facundes (UFPA)

A língua apurinã é falada pelo povo originário apurinã (autodenominado pupkarywakury) e pertence à família aruak. Os apurinã vivem distribuídos em diversas comunidades localizadas ao longo do rio Purus e seus afluentes, no Sudeste do Estado do Amazonas. Os estudos sobre a língua apurinã, realizados e coordenados pelo Dr. Sidney da Silva Facundes (docente-UFPA) têm proporcionado





amplos resultados relacionados tanto à análise e à descrição linguística, quanto à concepção e à elaboração de materiais de ensino. Neste estudo, apresentarei algumas estratégias de progressão textual e orientação argumentativas empregadas em apurinã. Optou-se por se fazer a análise em apenas um texto e, assim, descrever como o fluxo de informação ocorre e que estratégias são usadas para introduzir e retomar um referente e quais as relações desses processos com a argumentação em apurinã. Como resultado, foi possível constatar que as estratégias textuais usadas no fluxo de informações em apurinã e a correlação delas com a argumentação são diversas e riquíssimas, entre as quais podemos citar a nominalização, a pronominalização, a adverbialização, a concordância e o emprego de partículas de transição.

LÍNGUA, TEMPO E ESPAÇO NA NARRATIVA DE AWÃI EM APURINÃ (ARUÁK)

Thiffane Louhanne Nunes dos Santos
Universidade Federal do Pará
thiffanesantos1@gmail.com

Sidney da Silva Facundes
Universidade Federal do Pará

Considerando a longa tradição em estudos etnográficos e literários sobre as narrativas tradicionais indígenas e de autoria indígena, verifica-se também a escassez de análises linguísticas sobre as histórias ancestrais, menos ainda daquelas feitas com base em suas versões originais, isto é, na própria língua indígena. Neste trabalho, propomos uma análise linguística aprofundada de uma narrativa do povo apurinã, na sua forma original, contada em Apurinã. Em um enredo marcado por intensas e significativas interações entre diferentes espécies e seres da natureza, a história de Awãï narra a jornada de um pajé que consegue visitar o universo original do seu povo. Examinaremos como o narrar apurinã e o que existe por trás dele pode informar sobre fatores externos à língua, tais como a cultura e suas infinitas manifestações. Através da voz que ecoa a partir da narrativa de Awãï, buscamos compreender como se dá a tecelagem da narrativa enquanto estrutura e construção, além de verificar os papéis e status dos personagens, a presença e disposição dos referenciais de localização (espaço) e temporalidade (tempo). Desse modo, considerando que a memória (em paralelo com a identidade) é um fenômeno cognitivo que depende de sua plena exteriorização (manifestação e expressão), ao investigar a relação entre a história com o seu ambiente social e geográfico de produção, examinamos também os elos estabelecidos pela língua com a memória, identidade e cultura do referido povo, visto que, em seus elementos narrativos e linguísticos, os textos orais carregam o teor social necessário para exteriorizar a memória e a consciência coletiva de dado lugar e época.

TERMINOLOGIA DA FLORA EM APURINÃ (ARUÁK)

Sidney da Silva Facundes
PPGL-UFPA
alicebraga95@gmail.com

Alice Silva Alves Braga
PPGL-UFPA





Apresentamos os resultados de um levantamento dos termos da flora na língua Apurinã (Aruák), falada em comunidades indígenas Apurinã situadas em diferentes subunidades da floresta amazônica. Através do levantamento dos termos para a flora em Apurinã foram identificadas 26 famílias botânicas e 35 espécies, sendo as espécies arbóreas as mais representativas no geral, com várias famílias distintas. As palmeiras (família Arecaceae) também constituem um importante agrupamento de espécies nas comunidades, seguidas por arbustos e herbáceas. Após a classificação das espécies, identificamos cinco formas de consumo principais das espécies alimentícias levantadas nas comunidades. Em termos de sua constituição semântica, observamos forte presença da relação parte-todo (merônimos/holônimos) entre os morfemas que compõem os termos para a flora estudados. Embora seja possível atestar a distinção entre 3 níveis taxonômicos correspondentes aos níveis 'superordenado', 'genérico' e 'subordinado', é notável que muitas espécies de plantas carecem de um termo genérico, quando comparadas à taxonomia em línguas europeias ou à taxonomia científica. Nesse sentido, o trabalho se enquadra ao eixo temático 57: Língua, conhecimentos tradicionais e diversidade biocultural e linguística na Amazônia, pois busca compreender a relação entre o povo indígena Apurinã e a natureza que o cerca, e como este estreito relacionamento reflete na terminologia da flora. Por exemplo, é fato que a taxonomia tradicional científica baseia-se em critérios morfológicos para categorizar os seres, e este povo indígena também utiliza critérios semelhantes para nomear as plantas de seu meio, o que nos revela proximidade com a diversidade da flora amazônica. Com este trabalho, espera-se contribuir para a documentação da língua Apurinã e dos conhecimentos tradicionais botânicos desse povo, além de somar para os estudos sobre línguas Aruák.

TOPONÍMIA DO ESPAÇO DA GUIANA BRASILEIRA A PARTIR DA CARTOGRAFIA COLONIAL DO VALE DO RIO BRANCO (SÉCULOS XVIII-XX)

Maria do Socorro Melo Araújo
Universidade Federal de Roraima (UFRR)
socorro.araujo@ufrr.br

André Augusto da Fonseca
Universidade Federal de Roraima (UFRR)
andre.augusto@uerr.edu.br

Em documentos da cartografia colonial do norte do Brasil, encontramos desafios para interpretação histórica e cultural do vale do rio Branco. Valemo-nos da toponímia de rios, serras e lugares presentes na região da Guiana brasileira para compreender alguns dos eventos, fatos e personagens registrados nos últimos séculos. O estudo toponímico diacrônico apoia-se em fatores históricos que caracterizam a região, uma vez que os nomes dos lugares são indicadores da participação de pessoas que viveram a história do lugar. Os documentos da cartografia colonial apresentam o mesmo rio ou a mesma serra com diferentes nomes, por algum motivo, a etnia informante; a direção da exploração; a época da exploração ou ainda a compreensão fonológica do explorador. Por exemplo, o rio Branco foi apresentado em 1689 a 1707 como “rio dos Caripunas” (ALMEIDA, 2003); o rio “Uraricoera” ou ainda “Araricuera” (KOCH-GRÜNBERG, 200); a comunidade indígena “Sorocaima”, /sarakaŋya/ > Sorocaima (ARAÚJO, 2014). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, cuja metodologia tem cunho documental, a cartografia colonial e pós colonial (ADONIAS, 1963; COUDREAU, 1886; FERREIRA, 2007a; STRADELLI, 1889). O arcabouço teórico respalda-se principalmente na pesquisa toponímica (DICK, 1990, 1996, KLINGER, 2006); e na reflexão historiográfica sobre a produção cartográfica e a conformação de uma epistemologia europeia da representação do espaço, usando os conhecimentos dos povos originários (CARDOSO, 1961a, 1961b, 2016, 2018; KANTOR, 2009; KOK, 2009; PRATT, 1999). Os resultados





mostram que em Roraima a diversidade cultural e linguística indígena está impressa nos topônimos, ratificando a interação entre os indígenas e não-indígenas ao longo da história.

ESTRUTURAS DOS NOMES PRÓPRIOS NA LÍNGUA TIKUNA: UMA ABORDAGEM INTERFACE ENTRE MORFOLOGIA E SEMÂNTICA

Osias Guedes Alberto
Universidade Federal do Rio de Janeiro
osiastikunaml@gmail.com

Este trabalho propõe um estudo sobre a estrutura dos nomes próprios na língua indígena Tikuna: uma abordagem interface entre morfologia e semântica. Como foi observado nos dados de pesquisa de Soares (1986), (1999) (2000), (2010), (2017), (2018), (2021) nesta língua, os nomes tradicionais são atribuídos às pessoas como sua identidade no meio social Tikuna, conforme o padrão da divisão clânica da população. Sob esse aspecto, esses nomes, geralmente, representam os adjetivos que caracterizam os seres silvestres e terrestres; por exemplo, Arara, Tukano, Galinha, Mutum, Garça, Japó, Onça e Boi. Por outro lado, os nomes que não se referem aos seres vivos, terão como suas referências as plantas; Avaí, Jenipapo, Burite entre outros (ver OLIVEIRA, 1988). As pessoas Tikuna, por sua vez, recebem essas características como seus nomes próprios durante o momento da maternidade em que estão presentes as mulheres-avós do lado materno e paterno da criança. E a importância de atribuir determinados nomes às crianças é para protegê-las dos seres espirituais que, conforme os conhecimentos ancestrais do povo, pode fazê-las adoecer. Neste estudo, temos por objetivo analisar e explicar as estruturas internas das palavras e seus significados subjacentes. Visto que, estes podem vir, derivacionalmente, nas bases verbais e bases adjetivais. O suporte teórico que seguimos é a Morfologia Distribuída (MD) por Halle e Marantz (1993), Marantz (1997), autores que explicam que há domínio sintático no nível das palavras. Como metodologia, foram realizadas as leituras bibliográficas de artigos, dissertações (muitas produzidas por falantes nativos), teses sobre o povo e a língua em questão, além do levantamento de dados feito por este pesquisador como falante nativo do Tikuna.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 58 - PROTAGONISMO INDÍGENA E BUSCA DO BEM-VIVER

Coordenação:

Vânia Losada Moreira (UFRRJ)

Márcio Couto Henrique (UFPA)

Resumo do Simpósio Temático: Nos últimos anos, o campo da História Indígena tem avançado no sentido de revelar as múltiplas formas de interação das sociedades indígenas entre si e com as chamadas sociedades coloniais e nacionais. Esse Simpósio Temático pretende receber trabalhos que apresentem os modos distintos com que as sociedades indígenas atualizaram a busca do Bem viver no contato com os mais diversos sujeitos e, também, nas mais distintas temporalidades. Experiências de protagonismo indígena no campo do Ensino da História, da educação, da política, da cultura, das mídias digitais, da arte, das práticas religiosas, entre outros, podem revelar a perspicácia dessas coletividades no sentido de preservar as condições necessárias para agenciar as regras de produção e (re)invenção de si mesmas ao longo do tempo, atualizando a noção do Bem viver em seus próprios termos.

Caderno de
Resumos



CONGRESSO
INTERNACIONAL
MUNDOS
INDÍGENAS,
AMÉRICA

ARTE, CULTURA,
ANCESTRALIDADE E
PERSPECTIVAS PARA
O BEM-VIVER

20-23 DE AGOSTO
2024
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA



coimi.net



SEM TÍTULO

Luiz Otavio Candido Silva
Universidade Federal Fluminense
lz.candido99@gmail.com

O presente trabalho pretende destacar a importância do Cinema militante latinoamericano como fonte histórica e compreendê-lo como ferramenta de luta e resistência indígena. Para tanto, no breve curso da história da Bolívia do século XX, analiso os aspectos que tangem a produção cinematográfica, a repercussão e a inspiração do filme “El Coraje del Pueblo” (1971), dirigido por Jorge Sanjinés, membro do Grupo Ukamau. O filme foi roteirizado e interpretado por sujeitos como Federico Vallejos, Felicidad Coca, Domitila Chungara, Eusebio Girona entre outros que vivenciaram o massacre ocorrido em San Juan. Tal perspectiva de reunir no processo de produção do filme os próprios sujeitos históricos sobre os quais se narra a história expressa a tendência do cine militante boliviano batizado como “Cine junto al Pueblo”. Trata-se de um experimento específico boliviano, mas que dialoga com um projeto de cinema militante que terá variações em praticamente toda a América Latina no século XX. Sanjinés traz a especificidade de dar papel central para as populações indígenas em seus filmes que, por sua vez, serão não só atores, mas também atuarão como produtores e roteiristas destas obras. Para adentrar nesta temática, proponho uma discussão historiográfica que se baseie em analisar o filme enquanto tentativa de representação do real, bem como concebê-lo a partir de seus três tempos históricos.

GEOGRAFIA MULTINATURALISTA: ESPACIALIDADES INDÍGENAS E BEM VIVER NA LITERATURA YANOMAMI

Éder Rodrigues dos Santos
Universidade Federal de Rondônia
ederaudiovisual@hotmail.com

Josué da Costa Silva

O trabalho analisa a compreensão da percepção ambiental e territorial dos povos originários. Considera a literatura indígena produzida pelo xamã Yanomami, Davi Kopenawa, e suas implicações para os estudos culturais na Geografia, suas espacialidades e o Bem Viver. Tem como metodologia a abordagem qualitativa e como fundamento teórico o multinaturalismo, notadamente, projetado no Brasil, por meio do Perspectivismo Ameríndio, ideia que permite a reflexão das conexões entre ontologia e cosmologia. O método de procedimento é a análise de dois capítulos de livros, que nos oferecem uma visão de duas dimensões territoriais: a primeira está localizada no capítulo denominado Um mundo cujo nome é floresta (Albert; Kopenawa, 2023, págs. 33-53), publicado na obra “O Espírito da Floresta, homenagem a Napëyoma”, pelo qual percebe-se que os Yanomami consideram seu espaço não como algo fixo, mas como um território móvel, polivalente, flutuante, variável, ao mesmo tempo, folheado e rizomático, constituído por comunidades translocais animadas por fluxos migratórios circulares permanentes. A segunda dimensão está localizada na primeira parte do Livro A Queda do Céu (2015), intitulada Devir Outro, no subcapítulo “A casa de espíritos” (págs. 156-173), na qual é explicado o processo para se chegar até a estrutura da moradia dos xapiri no peito do céu. A visão de mundo dos Yanomami demonstra que o planeta tem vida e a floresta é inteligente. Assim, coexistem diversas humanidades em espacialidades particulares, nas dimensões físicas e hiperfísicas, com outras lógicas temporais. É, portanto, uma percepção biointegral, imanente





ao saber tradicional indígena que vem sendo escrita por eles, sobretudo, de forma mais acentuada no século XXI. A literatura de Kopenawa, profundamente geográfica, demonstra a força da narrativa indígena em processo de negociação com o mundo dos não-indígenas, os napë. O trabalho faz parte da tese em construção no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia, intitulada: “As duas florestas: cosmovisões e o bem viver na perspectiva indígena à luz da geografia cultural.

Palavras-Chave: Geografia cultural, indígenas, Bem Viver, perspectivismo.

APRENDER NA CONVIVÊNCIA: UMA PEDAGOGIA MĚBÊNGÔKRE

Dilma Costa Ferreira
Universidade Federal do Tocantins – UFT
dilma.ferreira@mail.uft.edu.br

Idemar Vizolli
Universidade Federal do Tocantins – UFT
idemar@mail.uft.edu.br

No cotidiano MĚbêngôkre as crianças aprendem pela convivência, cujas relações com os velhos/as e com seus pares ativam o olhar, o escutar, o brincar e o fazer, sentidos esses que levam ao saber bem. Nessa perspectiva, há ensinamentos em tudo no território, os quais são experienciados pelos indígenas em seus grupos sociais que visam o ser e bem viver na/para a coletividade. É a partir desse pensamento que ousamos desenvolver este texto, pautando-nos em vivências e experiências in loco na aldeia Kôkraxmôro, em São Félix do Xingu, PA. Para tanto, inspiramo-nos na postura fenomenológica, com foco no estudo de caso, em uma pesquisa qualitativa. Aqui almejamos responder a seguinte questão: como ocorrem as práticas do aprender a ser MĚbêngôkre em Kôkraxmôro? Assim, estabelecemos como objetivo conhecer processos do aprender a ser MĚbêngôkre, o que lhes possibilitam manter viva a tradição, os costumes e a cultura por gerações. Este é um texto construído a partir de reflexões oriundas da realização de uma pesquisa de tese em andamento, cujos instrumentos metodológicos de produção de dados encontram assento na observação participante, anotações em diário de campo, registros fotográficos, bem como em entrevistas. Deste modo, as reflexões preliminares aqui tecidas visualizam uma pedagogia do aprender MĚbêngôkre que se diferencia do processo educacional praticado na escola, mesmo porque que a cultura e a tradição desse povo não necessitam da escola para ser cultivada e desenvolvida, é, antes de tudo, uma aprendizagem arraigada no território, de profundo respeito com o meio, o mesmo respeito e profundidade com que cuidam e produzem os corpos, tornando-os fortes para a vida adulta, para a luta em prol do ser e bem viver coletivo.

Palavras-chave: Aprender MĚbêngôkre, Cultura MĚbêngôkre, Pedagogia MĚbêngôkre, Convivência.

ETNOCOMUNICAÇÃO: O TWITTER COMO FERRAMENTA POLÍTICA NA CAMPANHA FORA GARIMPO, FORA COVID

Evilene Paixão Gomes
Universidade Federal de Roraima (UFRR)
evilenepaixao@gmail.com





A dissertação investiga as práticas etnocomunicacionais dos Yanomami no Twitter, focado na campanha “Fora Garimpo, Fora Covid”. Utilizando dados do Censo de 2022, a pesquisa destaca Roraima como o estado brasileiro com a maior proporção de indígenas, com destaque para a Terra Yanomami, a maior terra indígena do país e epicentro da campanha. O estudo analisa o impacto devastador do garimpo ilegal na Terra Yanomami, destacando a contaminação ambiental, a propagação de doenças e a violência contra os povos indígenas. A pesquisa examina a campanha “Fora Garimpo, Fora Covid”, lançada pelo Fórum de Lideranças Yanomami e Ye’kwana, utilizando o Twitter como ferramenta de pressão política e engajamento social na internet. O objetivo principal é analisar a estratégia de comunicação da campanha no Twitter e entender a importância da etnocomunicação na defesa dos direitos dos povos da Terra Yanomami. A pesquisa mapeia o discurso do porta-voz da campanha, Dário Vitório Kopenawa Yanomami, investigando a recepção e os efeitos das postagens no Twitter, além de avaliar os resultados alcançados pela campanha. A dissertação também reflete sobre a comunicação na Amazônia brasileira, a partir da perspectiva da pesquisadora, que atua como jornalista em Roraima e assessora lideranças indígenas Yanomami, como os líderes políticos Dário e Davi Kopenawa Yanomami. O estudo aborda o contexto histórico dos Yanomami, a invasão do garimpo ilegal, a pandemia da Covid-19, e as estratégias de comunicação e ativismo digital. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem transmetodológica, incorporando perspectivas históricas, culturais, etnográficas e práxiológicas. O foco analítico se concentra nos discursos e interações no Twitter durante a campanha, utilizando a hashtag #foragarimpoforacovid como indicador quantitativo. A dissertação concluiu com uma avaliação positiva dos resultados da campanha e suas implicações para a etnocomunicação e a defesa dos direitos indígenas.



SIMPÓSIO TEMÁTICO 59 - AS MEDICINAS INDÍGENAS E A VALORIZAÇÃO DE SEUS ESPECIALISTAS: UMA ABORDAGEM NECESSÁRIA PARA O BEM VIVER

Coordenação:

Dra. Putira Sacuena, indígena Baré (SESAI MS) - Doutora em Antropologia Forense UFPA.

Dr. Edson Oliveira (AgSUS MS) - Doutor em Ciências Farmacêuticas (Linha de pesquisa em Saúde Indígena) UnB.

Resumo do Simpósio Temático: O contexto do Bem Viver na saúde indígena incorpora aspectos complexos, transversais e interculturais. As Medicinas Indígenas tem recebido uma abordagem inédita dentro das discussões e ações em políticas públicas, mas há a necessidade de investimentos e ampla discussão para seu fortalecimento, tanto no âmbito indígena quanto acadêmico. Na oportunidade deste Simpósio Temático objetiva-se discutir o fortalecimento das Medicinas Indígenas e de seus especialistas como principais atores na promoção e proteção do Bem Viver indígena. Espera-se com ele uma maciça presença de atores indígenas e interessados na discussão da valorização das Medicinas Indígenas e de seus protagonistas. Este Simpósio Temático enriquecerá o rol de discussões do V COIMI, como também trará contribuições históricas na história das Medicinas Indígenas como protagonista do Bem Viver Indígena.





PRÁTICAS DE CUIDADO DAS MULHERES BANIWAS EM TEMPO DE PANDEMIA NA CIDADE DE MANAUS

Valéria Marques Batista
Universidade Federal do Amazonas
valeriabattista49@gmail.com

Maria de Fátima Lima Santos
Universidade Federal do Amazonas
fatimalima4@gmail.com

O presente artigo tem como objetivo apresentar alguns resultados parciais de uma investigação em nível de tese sobre as práticas de cuidado das mulheres Indígenas Baniwa durante a pandemia na cidade de Manaus e a relação das mesmas com as ofertas dos serviços de saúde. A metodologia utilizada é a Escrivência Indígena inspirada na Escrivência de Conceição Evaristo que produz uma ruptura epistemológica quando exerce uma prática decolonial. Escrevendo nossas experiências, teço uma escrita coletiva, “uma escrita de nós” como forma de resistir e viver. A investigação será através de levantamento bibliográfico com reflexões de autores indígenas e não indígenas. As fontes documentais, dos órgãos de saúde e reportagens de jornais o trabalho de campo amparado por entrevistas com famílias Baniwa que vivem no contexto urbano da cidade de Manaus. Os Resultados parciais de acordo com os dados documentais levantados no Amazonas concentra o maior número de mortes entre indígenas pela Covid-19, e os órgãos de saúde do Amazonas ainda denominam que indígenas do “contexto urbano” são “cidadãos comuns” por viverem na cidade e que a prioridade de atendimento é para os aldeados. O não reconhecimento, dificultou o acesso aos serviços públicos de saúde e fez com que a região amazônica sofresse sobremaneira com a falta de assistência e controle em relação a disseminação do vírus. Outro movimento se propõe a compreender o modo de como as Mulheres Baniwas se organizaram para utilizar suas práticas de auto atenção e estratégias comunitárias de proteção e cuidado ancestrais Conclusão Espera-se nesse momento pandêmico aprender com as mulheres indígenas novos modos de ensinamentos de seus saberes e suas práticas tradicionais para a produção de saúde que são e foram fundamentais para o bem viver coletivo. Espera-se contribuir para identificar habilidades importantes para qualificar o cuidado a essas comunidades. São essas as perspectivas que nos propomos a explorar neste artigo.

PARTEIRAS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA: NARRATIVAS, PRÁTICAS E COSMOLOGIAS NO AUXÍLIO AO PARTO E AOS CUIDADOS NEONATAIS EM COMUNIDADES INDÍGENAS DA REGIÃO DE OIAPOQUE-AP

Paulo Cesar Silva Soares
Curso de Enfermagem, Campus Binacional do Oiapoque

Raiane Martins Batista
Indígena do curso de Literatura Intercultural Indígena, Campus Binacional do Oiapoque (UNIFAP)

Adriana Maciel Ferreira
Laboratório de Pesquisa em Medicamentos, Departamento de Ciências Biológicas e da Saúde,
Universidade Federal do Amapá

José Carlos Tavares Carvalho





Laboratório de Pesquisa em Medicamentos, Departamento de Ciências Biológicas e da Saúde,
Universidade Federal do Amapá

Agerdânio Andrade de Souza

Professor do Curso de Licenciatura curso de Literatura Intercultural Indígena, Campus Binacional do
Oiapoque (UNIFAP)

agerdenio.souza@unifap.br

Esse trabalho explora as experiências e narrativas das parteiras tradicionais, mostrando como essas mulheres atuam dentro das comunidades tradicionais, que por sua vez não tem serviços básicos de saúde disponíveis. As parteiras fazem um acompanhamento neonatal e mostram cuidados com as parturientes durante todo o ciclo gestacional, desempenhando um papel crucial desde a descoberta da gravidez, utilizando de técnicas e saberes que são passados de geração em geração. **Materiais e Métodos:** O estudo mostra de forma detalhada as práticas e plantas utilizadas pelas parteiras e suas respectivas ações farmacológicas, contexto, finalidades, aplicações e efeitos. Durante a pesquisa foram entrevistadas 20 parteiras indígenas da região de Oiapoque-AP, das seguintes etnias: Karipuna, Galibi-Kalinã, Galibi-Marworno, Palikur-Arukwayene habitantes da bacia do rio Uaçá e baixo curso do rio Oiapoque, distribuídos nas Terra Indígena Uaçá, Terra Indígena Juminã e Terra Indígena Galibi, Wajãpi, de Pedra Branca do Ampari-AP e os Apalai, Waiana, Tyrió e Kaxuyana, que habitam a região norte do Estado do Pará, referente as Terra Indígena Parque do Tumucumaque e Terra Indígena Paru d’Este, usando uma abordagem simplificada e direta, através de recursos de gravações de áudio que foram transcritos literalmente. Os dados coletados durante a entrevistas foram analisados por meios qualitativos/descritivos, trazendo aspectos além de mera captura estatística, tendo em vista a complexidade dos fenômenos estudados. Também foram explorados os sentidos e discursos das entrevistadas para compreender os métodos tradicionais de etnomedicina e etnofarmacologia nas práticas do parto tradicional na região de Oiapoque. A coleta de dados ocorreu entre fevereiro de 2023 e fevereiro de 2024, com ênfase na organização e análise temática, proporcionando uma compreensão profunda das experiências das parteiras indígenas. Medidas éticas foram priorizadas, bem como o registro formal do estudo. **Resultados e Conclusões:** As parteiras entrevistadas descreveram uma complexa aplicação de métodos tradicionais que auxiliam o parto dentro da comunidade (tratamentos, cuidados, massagens) com efeitos que predominam cuidar do corpo e espírito da mulher. Os cuidados descritos pelas parteiras são de extrema importância, pois visam cuidados específicos durante todo o ciclo gravídico-puerperal levando o auxílio ao parto, usando de plantas e óleos/banha de base animal que foram detalhados com seus nomes populares, nome científico, nome na língua, parte utilizadas, ações e sua associação com remédios farmacêuticos. Também foram exploradas as formas como esses remédios tradicionais são preparados e sua forma de utilização, visando as cosmologias que giram em torno desses saberes. Durante a pesquisa também foi analisado o perfil das parteiras e suas características linguísticas.

REFLEXÃO SOBRE AS COMPETÊNCIAS DIGITAIS DOS AGENTES INDÍGENAS DE SAÚDE E SUA CONTRIBUIÇÃO NA PRODUÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Lucio Padrini Andrade

Universidade Federal de São Paulo

padrini.lucio@unifesp.br

Em 1986, foi realizada a I Conferência para a Proteção à Saúde dos Povos Indígenas, onde houve início da primeira formulação de políticas públicas à saúde dos povos indígenas. Devido ao quadro





sanitário crítico desta população e às dificuldades de oferta e acesso aos serviços de saúde, além da ausência de recursos humanos qualificados para prestação de serviços aos territórios, surgem projetos de formação e capacitação aos indígenas para desenvolverem ações de saúde em suas comunidades. Desta forma, é criado o Agente Indígena de Saúde (AIS). Atualmente, estes atores são os principais responsáveis pela regularidade do acesso a ações e serviços de saúde para cerca de 700 mil pessoas atendidas pelo subsistema de saúde indígena brasileiro. Entre as diretrizes e orientações para a qualificação dos AIS, foram mapeadas competências que devem ser desenvolvidas por este profissional, entre elas destacamos uma relacionada com a atual Sociedade da Informação: “produzir e analisar informações, fundamentadas no modelo de vigilância em saúde, incorporando a percepção da comunidade indígena sobre o processo saúde-doença, para subsidiar o planejamento das ações em equipe e o controle social.” Neste sentido, o objetivo desta pesquisa é questionar o desenvolvimento dos AIS sobre este tema, principalmente ao considerarmos que dados e informações fidedignos são essenciais para o conhecimento da realidade local e nacional da saúde dos povos indígenas e principalmente para a elaboração de políticas públicas e ações efetivas.

HORTA VIVA CENTRO DE PRODUÇÃO TAMANDUÁ

Maria Christina Barra
Universidade Federal de Minas Gerais
machrisbarra@gmail.com

Edilasomara Sampaio
DSEI Leste de Roraima

A proposta deste trabalho é apresentar o projeto da Horta Viva do Centro de Produção Tamanduá, uma iniciativa de fortalecimento da Medicina Indígena realizada na Região das Serras na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Como uma iniciativa pensada com criatividade e com autonomia frente às ações de saúde do DSEI Leste de Roraima e para dizer não aos garimpeiros, arrozeiros, madeireiros, não índios, não à cachaça e ao desrespeito, esse projeto nasceu da ideia dos conselheiros de saúde, Dionito Souza e Edilasomara Sampaio, como um modo de luta à vida, à terra e à liberdade de ser gente. A proposta enfatiza a importância do cuidado próprio entre as pessoas do núcleo familiar e entre os núcleos familiares de uma comunidade a partir dos ensinamentos dos mais velhos, das rezas e das curas realizadas pelos rezadores e pajés. Fortalecendo o cuidado nas famílias e o cuidado dos especialistas indígenas nas comunidades torna-se possível desenvolver uma saúde indígena integrada à medicina não indígena realizada nos polo-bases. As plantas medicinais são agentes do cuidado com o corpo e com a terra no caminho contrário às ações de saúde indígena que, cada vez mais, deslocam as pessoas de seus lugares e de seus modos de vida. A planta traz de volta à terra, no Centro de Produção Tamanduá, pessoas de diferentes comunidades da Região das Serras que vão plantar, colher e produzir os medicamentos que serão distribuídos nos polo-bases da região. A planta traz de volta ao corpo, o cuidado próprio, o cuidado entre as pessoas, os ensinamentos dos mais velhos, as mãos das parteiras, as rezas e as curas feitas pelos rezadores e pajés. A planta traz de volta, ao modo de viver dos indígenas da Região das Serras, o fazer de todos pelas comunidades.

PRÁTICAS DE CURA E CUIDADO NO BAHSEKOWI – CENTRO DE MEDICINA INDÍGENA - DA AMAZÔNIA

Jeferson Bastos de Souza





Instituição: USP; Financiamento: CAPES
jefersonbastos@usp.br

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre todo o processo que envolve as práticas de cura e cuidado no Bahserikowi – Centro de Medicina Indígena. O Bahserikowi está localizado em contexto urbano, no centro da cidade de Manaus, Amazonas, é um lugar especial de prática do bahse, “benzimento” – tradução para o português feita pelos próprios indígenas – onde estão em ação as concepções dos Yepamahsã (tukanos) de cuidado do corpo. O atendimento no Bahserikowi se dá por meio de um encontro que o paciente realiza com o kumu – especialista na prática do bahse – para estabelecer um primeiro contato e diagnóstico da possível doença que possa estar afligindo o paciente e assim o especialista saber qual o tipo de bahse que realizará. Esse atendimento pode acontecer esporadicamente ou em apenas em uma única sessão, vai depender do problema que pode estar afligindo o paciente. Além dessa prática de cura do bahse, os especialistas, bem como, os coordenadores do Bahserikowi buscam manter todo um trabalho de cuidado com os pacientes em uma profunda relação de reciprocidade, cuidando não só da saúde, mas também dos aspectos que envolvem a vida das pessoas. Desse modo, podemos compreender que o cuidado exerce um papel fundamental no Bahserikowi, tendo em vista que o paciente que chega “enfermo” por diversos motivos, é acolhido por um espaço permeado pelos agenciamentos xamânicos e cosmológicos que são engendrados por esse coletivo, ao se permitir ser cuidado pelos especialistas indígenas o paciente, que em sua grande maioria são pessoas não-indígenas, vive um duplo processo de conexão e reconhecimento, da medicina indígena e das potencialidades de um coletivo indígena. Além de xamanizar a cidade, o Bahserikowi vem promovendo importantes encontros, diálogos e suscitando um outro olhar para a medicina e a saúde indígena, contribuindo assim para pensar temas como modos de conhecer, de circulação de saberes, territorialidade, políticas ameríndias e culturais.

CURAS E CURADORES/AS EM RORAIMA: EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA-AÇÃO EM ANTROPOLOGIA E INTERCULTURALIDADE

Fernando Ciello
Universidade Federal de Roraima
fernando.ciello@gmail.com

O objetivo desta apresentação é reunir estudantes dos cursos de antropologia e de licenciatura intercultural que tem trabalhado no âmbito do projeto de pesquisa “Artes do Cura no Norte do Brasil: saúde e agências em perspectivas etnográficas” a partir do qual foram desenvolvidas pesquisa de iniciação científica e trabalhos de conclusão de curso com temáticas que envolvem plantas medicinais; conversa com conhecedores/as das culturas indígenas; rezadeiras e agentes indígenas de saúde em quatro contextos socioculturais do estado de Roraima. No trabalho buscamos enfatizar os modos por meio dos quais práticas tradicionais de cura permanecem presentes nas comunidades indígenas e também os potenciais e dilemas da pesquisa nestes contextos. Observa-se que as diferentes experiências de pesquisa e intervenção oferecem oportunidade para discussão sobre conhecimentos tradicionais e também a possibilidade de entender dinâmicas socioculturais que envolvem temas como saúde, cultura e tradição. Espera-se, com a apresentação, demonstrar o engajamento da universidade e de estudantes indígenas na reflexão sobre práticas de cura e também tecer um comentário antropológico mais abrangente sobre o contexto roraimense no que diz respeito às práticas de curadores e curadoras na região. Trata-se de um trabalho feito a muitas mãos e o evento a oportunidade de reunião e de compartilhamento de experiências.





SEM TÍTULO

Jibran Yopopem Patte
Universidade Federal de São Paulo
jibran@unochapeco.edu.br

Em 1986, foi realizada a I Conferência para a Proteção à Saúde dos Povos Indígenas, onde houve início da primeira formulação de políticas públicas à saúde dos povos indígenas. Devido ao quadro sanitário crítico desta população e às dificuldades de oferta e acesso aos serviços de saúde, além da ausência de recursos humanos qualificados para prestação de serviços aos territórios, surgem projetos de formação e capacitação aos indígenas para desenvolverem ações de saúde em suas comunidades. Desta forma, é criado o Agente Indígena de Saúde (AIS). Atualmente, estes atores são os principais responsáveis pela regularidade do acesso a ações e serviços de saúde para cerca de 700 mil pessoas atendidas pelo subsistema de saúde indígena brasileiro. Entre as diretrizes e 20 orientações para a qualificação dos AIS, foram mapeadas competências que devem ser desenvolvidas por este profissional, entre elas destacamos uma relacionada com a atual Sociedade da Informação: “produzir e analisar informações, fundamentadas no modelo de vigilância em saúde, incorporando a percepção da comunidade indígena sobre o processo saúde-doença, para subsidiar o planejamento das ações em equipe e o controle social.” Neste sentido, o objetivo desta pesquisa é questionar o desenvolvimento dos AIS sobre este tema, principalmente ao considerarmos que dados e informações fidedignos são essenciais para o conhecimento da realidade local e nacional da saúde dos povos indígenas e principalmente para a elaboração de políticas públicas e ações efetivas.

HORTA VIVA CENTRO DE PRODUÇÃO TAMANDUÁ

Maria Christina Barra
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
machrisbarra@gmail.com

Edilasomara Sampaio
Aldeia Maturuca - Terra Indígena Raposa Serra do Sol
DSEI Leste de Roraima

A proposta deste trabalho é apresentar o projeto da Horta Viva do Centro de Produção Tamanduá, uma iniciativa de fortalecimento da Medicina Indígena realizada na Região das Serras na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Como uma iniciativa pensada com criatividade e com autonomia frente às ações de saúde do DSEI Leste de Roraima e para dizer não aos garimpeiros, arrozeiros, madeireiros, não índios, não à cachaça e ao desrespeito, esse projeto nasceu da ideia dos conselheiros de saúde, Dionito Souza e Edilasomara Sampaio, como um modo de luta à vida, à terra e à liberdade de ser gente. A proposta enfatiza a importância do cuidado próprio entre as pessoas do núcleo familiar e entre os núcleos familiares de uma comunidade a partir dos ensinamentos dos mais velhos, das rezas e das curas realizadas pelos rezadores e pajés. Fortalecendo o cuidado nas famílias e o cuidado dos especialistas indígenas nas comunidades torna-se possível desenvolver uma saúde indígena integrada à medicina não indígena realizada nos polo-bases. As plantas medicinais são agentes do cuidado com o corpo e com a terra no caminho contrário às ações de saúde indígena que, cada vez mais, deslocam as pessoas de seus lugares e de seus modos de vida. A planta traz de volta à terra, no Centro de Produção Tamanduá, pessoas de diferentes comunidades da Região das Serras





que vão plantar, colher e produzir os medicamentos que serão distribuídos nos polo-bases da região. A planta traz de volta ao corpo, o cuidado próprio, o cuidado entre as pessoas, os ensinamentos dos mais velhos, as mãos das parteiras, as rezas e as curas feitas pelos rezadores e pajés. A planta traz de volta, ao modo de viver dos indígenas da Região das Serras, o fazer de todos pelas comunidades.

SEM TÍTULO

Elissadrina Felix Rodrigues
Instituto de Natureza e Cultura (UFAM)
elissadrina@gmail.com

Durante os momentos mais graves da pandemia, os Ticuna da comunidade (Ü'tchigüne) recorreram ao uso de plantas medicinais como prática de uso destas plantas de forma caseira e do preparo tradicional, como forma de alcançar melhorias dos sintomas ocorridos de Covid-19, e entre outros sintomas como diarreia, tosse, doenças infecciosas, recorreram-se para as plantas e ervas medicinais no uso fitoterápico, como as cascas e folhas de árvores como de manga, castanha e entre outras, ervas de pequeno porte, erva de ninho de passarinho (*Phoradendron californicum*), jambu (*Spilanthes oleracea*), matruz (*Lippia alba*), cidreira (*Melissa officinalis*), ao mesmo tempo servindo-se para banho, pois, todas as plantas têm substâncias químicas que ajudam na imunização de gripes, tosse e demais sintomas. Com os seguintes objetivos, analisar o uso das plantas medicinais com propriedades fitoterápicas utilizadas pelo indígena da Comunidade Ü'tchigüne-AM. O conhecimento adquirido é repassado pela oralidade de pais para os filhos, netos, sobrinhos vizinhos e familiares, e dessa forma são ensinadas as práticas de como fazer os remédios caseiros através de ervas medicinais, prevalecendo-se até os dias de hoje na comunidade. Esta pesquisa permitiu verificar que o povo indígena Ticuna de Filadélfia possui conhecimento vasto e faz uso das plantas medicinais como uma das formas de tratar as doenças mais frequentes dentro da comunidade, como a tosse, diarreia, dor de cabeça, vômito, gripe e febre, que são utilizadas, mais folhas nas preparações do remédio tradicional. A maioria dos entrevistados relatou utilizar as plantas principalmente na forma de chá para tratar gripes, tosses e gargantas inflamadas, além de banhos para dores de cabeça e sucos. Foram encontradas 11 espécies de ervas cultivadas nos quintais, cada uma com benefícios e funcionalidades específicas, pode ser facilmente encontrada nos quintais da comunidade, onde os indígenas têm acesso para preparar seus remédios. No entanto, algumas plantas foram trazidas de outras regiões para serem cultivadas, devido à sua ausência na região. É comum que as plantas sejam doadas por outras pessoas quando alguém precisa tratá-las de alguma doença, iniciando assim um sistema de trocas de plantas que funciona como um ajuda de cuidado dos moradores dentro de Filadélfia, como relatado por uma das entrevistadas. Mantendo assim, viva essa tradição ancestral, ressaltando a importância da preservação e do cultivo das ervas medicinais na comunidade.

Palavras-chave: Ervas, Saberes tradicionais, Preservação da Cultura

